

Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce e região costeira adjacente

TOMO V – PATRIMÔNIO CULTURAL

Bens Imateriais

Diagnóstico de Danos

Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce e região costeira adjacente

TOMO V – PATRIMÔNIO CULTURAL

Bens Imateriais

Diagnóstico de Danos

Documento:	Diagnóstico Socioambiental dos Danos Decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e Região Costeira Adjacente TOMO V – Patrimônio Cultural – Bens Imateriais
Considerações Gerais:	Este documento refere-se ao volume de diagnóstico do TOMO V – Patrimônio Cultural, volume de Bens Imateriais, parte integrante do Diagnóstico Socioambiental dos Danos Decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e Região Costeira Adjacente.
Contrato:	4500173758 – Samarco/Lactec
Solicitante:	Empresa: Ministério Público Federal Procuradoria da República em Minas Gerais
	Endereço: Av. Brasil, 1877
	Bairro: Bairro Funcionários
	Cidade: Belo Horizonte/MG
	CEP: CEP 30140-007
	A/C: Dr. José Adercio Leite Sampaio
E-mail: joseadercio@mpf.mp.br	
Executante:	Lactec Rodovia BR-116, km 98, nº 8813 Jardim das Américas Caixa Postal 19067 CEP 81531-980 Curitiba – PR – BR e-mail: leonardo.bastos@lactec.org.br Divisão de Meio Ambiente T + 55 (41) 3361-6882

Autoria: Equipe Técnica do Lactec	Emitido por: _____ Leonardo Pussieldi Bastos, M. Sc. Biólogo / CRBio 28808-07D Meio Ambiente
	Aprovado por: _____ Tânia Lucia Graf de Miranda, D. Sc. Engenheira Agrônoma / CREA RS 069105/D Gerente de Serviços Tecnológicos e Inovação
	_____ Luiz Alkimin de Lacerda, D. Sc. Engenheiro Civil / CREA PR 155674/D Gerente de Pesquisa e Inovação

PRESIDÊNCIA		
Luiz Fernando Vianna	Diretor Presidente	
DIRETORIA		
Lauro Elias Neto	Diretor de Operações Tecnológicas	
Hélio Padilha	Diretor de Desenvolvimento Tecnológico	
Katia Patrícia Campanharo Fiebich Peroni	Diretora Administrativo-Financeira	
GERÊNCIA DE SEGMENTO		
André Ricardo Capra	MSc. Engenheiro Mecânico	Ensaio e Análises. Laboratoriais
Luiz Alkimin de Lacerda	Dr. Engenheiro Civil	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
Tania Lucia Graf de Miranda	Dra. Engenheira Agrônoma	Serviços Tecnológicos e Inovação
GERÊNCIA DE ÁREA		
Betina Lepretti Medeiros	MSc. Engenheira Civil	Estruturas Cíveis
Fabiano Scheer Hainosz	MSc. Engenheiro Cartógrafo	Geossoluções
Guilherme Cunha da Silva	Dr. Engenheiro Eletricista	Materiais
Leandro Zem	Administrador de Empresas	Escritório de Projetos
Jefferson Arndt	Esp. Analista de Sistemas	Inteligência de Negócios
Rodrigo Soares Ferreira	MSc. Químico	Análises Químicas
Rosana de Fátima Colaço Gibertoni	MSc. Engenheira Civil	Meio Ambiente
EQUIPE TÉCNICA		
COORDENAÇÃO DO PROJETO		
Leonardo Pussieldi Bastos	MSc. Biólogo	Coordenação Geral
Luiz Alkimin de Lacerda	Dr. Engenheiro Civil	Coordenação Técnica
Tania Lucia Graf de Miranda	Dra. Engenheira Agrônoma	Coordenação Técnica
Gleiciane Fernanda de Carvalho Blanc	MSc. Engenheira Ambiental	Coordenação Executiva
GESTÃO E ACOMPANHAMENTO		
Franciele Dãobroski	Esp. Engenheira Eletricista	Analista de Projeto
Guilherme de Poli	Administrador de Empresas	Analista de Projeto
Leandro Zem	Esp. Administrador de Empresas	Analista de Projeto
EQUIPE EXECUTORA		
Ana Paula Zampieri da Silva	Técnica em Geoprocessamento	Geoprocessamento
Davi da Silva Nascimento	Esp. Engenheiro Cartógrafo	Geoprocessamento
Edson Haruo Yoshizumi	Técnico em Geoprocessamento	Geoprocessamento
Fabiano Scheer Hainosz	MSc. Engenheiro Cartógrafo	Geoprocessamento

Lazaro Filipe de Souza	Geógrafo	Geoprocessamento e Paisagem
Maricler Toigo	Tecnóloga em Processamento de Dados	Geoprocessamento
Peterson da Silva Beherend	Técnico em Geomática	Geoprocessamento
Bruna Gomes Dias	Técnica em Química	Caracterização físico-química
Camila Marçal Gobi Pacher	MSc. Química	Caracterização físico-química
Camila Melo Pesqueira	MSc. Química	Caracterização físico-química
Fernando Henrique Coffacci de Lima	Químico	Caracterização físico-química
Heloisa Nunes da Motta	Dra. Engenheira Química	Caracterização físico-química
Joseane Valente Gulmine	Dra. Química	Caracterização físico-química e Química Ambiental
Juliano de Andrade	Dr. Engenheiro Químico	Caracterização físico-química
Kassia dos Santos Kanieski	MSc. Química	Caracterização físico-química
Danielle Caroline Schnitzler	Dra. Química	Química Ambiental
Kleber Franke Portella	Dr. Químico	Rejeitos e Química Ambiental
Mariana D'Orey Gaivão Portella Bragança	Dra. Engenheira Ambiental	Rejeitos e Química Ambiental
Claudia Bueno dos Reis Martinez	Dra. Bióloga	Ecotoxicologia
Kelly Sabrina Riby Afonso	Técnica em química	Ecotoxicologia
Leticia da Silva Pereira Fernandes	Dra. Bióloga	Ecotoxicologia
Luciana Rodrigues de Souza Bastos	Dra. Bióloga	Ecotoxicologia
Luís Fernando Fávaro	Dr. Biólogo	Ecotoxicologia
Mariana Machado Lauer	Dra. Oceanógrafa	Ecotoxicologia
Tiago Tomiama Alvim	M.Sc. Biólogo	Ecotoxicologia
Fernando Mainardi Fan	Dr. Engenheiro Ambiental	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Hugo de Oliveira Fagundes	MSc. Engenheiro Ambiental	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Irani do Santos	Dr. Geógrafo	Hidrologia e Hidrossedimentologia
João Batista Dias de Paiva	Dr. Engenheiro Civil	Hidrologia e Hidrossedimentologia
João Paulo Jankowski Saboia	MSc. Engenheiro Ambiental	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Julio Werner Yoshioka Bernardo	Dr. Engenheiro Ambiental	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Rodrigo Cauduro Dias de Paiva	Dr. Engenheiro Civil	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Rosana de Fátima Colaço Gibertoni	MSc. Engenheira Civil	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Rubem Luiz Daru	MSc. Engenheiro Civil	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Tobias Bernward Bleninger	Dr., Engenheiro Civil	Hidrologia e Hidrossedimentologia
Alcides Conte Neto	Estatístico	Águas Superficiais Continentais
Ana Carolina Canossa Becker	Engenheira Civil	Águas Superficiais Continentais

Ana Carolina Wosiack	MSc. Bióloga	Águas Superficiais Continentais
Bruna Arcie Polli	Dra. Engenheira Ambiental	Águas Superficiais Continentais
Cristovão Vicente Scapul tempo Fernandes	Dr. Engenheiro Civil	Águas Superficiais Continentais
Marianne Schaefer França Sieciechowicz	MSc. Engenheira Ambiental	Águas Superficiais Continentais
Nicole Machuca Brassac de Arruda	Dra. Bióloga	Águas Superficiais Continentais
André Filgueiras	MSc. Oceanógrafo	Águas e Sedimentos Costeiros
Emilio Marcelo Dolichney	Oceanógrafo	Águas e Sedimentos Costeiros
Guilherme de Godoy Baratella	Oceanógrafo	Águas e Sedimentos Costeiros
Luciano Hermanns	Dr. Oceanógrafo	Águas e Sedimentos Costeiros
Josiane Rovedder	MSc. Bióloga	Águas e Sedimentos Costeiros
Rafaela Michels da Silveira	MSc. Oceanógrafa	Águas e Sedimentos Costeiros
Tomaz Bohrer Brentano	Engenheiro Ambiental	Águas e Sedimentos Costeiros
Fernando Luiz Diehl	MSc. Oceanógrafo	Águas, Sedimentos e Zooplâncton Costeiros
André Virmond Lima Bittencourt	Dr. Engenheiro químico	Água Subterrânea
Paula Neuburger	Geóloga	Água Subterrânea
Bruna Pereira de Souza	MSc. Engenheira Ambiental	Saneamento
Mariana Vieira Calixto	Engenheira Ambiental	Saneamento
Thiago Carvalho de Mello	MSc. Engenheiro Químico	Saneamento
Patricia Dammski Borges de Andrade	MSc. Bióloga	Fauna aquática
Priscila Izabel Tremarin	Dra. Bióloga	Fitoplâncton
Sarah Meier Lopes	MSc. Bióloga	Fitoplâncton
Claudia Costa Bonecker	Dra. Bióloga	Zooplâncton Continental
João Vitor Fonseca da Silva	MSc. Biólogo	Zooplâncton Continental
Luiz Felipe Machado Velho	Dr. Biólogo	Zooplâncton Continental
Ludmilla Dias Veado	MSc. Oceanógrafa	Zooplâncton e Ictioplâncton Costeiro
Gheysa do Rocio Morais Pires	MSc. Tecnóloga em Química Ambiental	Qualidade de Sedimentos Continentais
Camila Ghilardi Cardoso Fontanella	MSc. Bióloga	Macroinvertebrados Aquáticos e Quelônios
Roger Henrique Dalcin	MSc. Biólogo	Bentos de Fundos Inconsolidados e Ictiofauna
Rosemary A. Brogim	Dra. Bióloga	Bentos de Fundos Inconsolidados
Adriano Hauer	Esp. Biólogo	Ictiofauna
Bruno Kazuo Nakagawa	MSc. Biólogo	Ictiofauna
Giuliano Menegale Martinazzo	Biólogo	Ictiofauna
Matheus Oliveira Freitas	Dr. Biólogo	Ictiofauna e Quelônios

Maurício Belezia de Oliveira	MSc. Biólogo	Ictiofauna
Vinícius Abilhoa	Dr. Biólogo	Ictiofauna
Emanuel Luis Razzolini	MSc. Biólogo	Ictiofauna – Diversidade Genética
Rafael Antunes Baggio	Dr. Biólogo	Ictiofauna – Diversidade Genética e Modelagem da dinâmica populacional
Walter Antônio Pereira Boeger	Dr. Oceanógrafo	Ictiofauna – Diversidade Genética
Angie Thaisa da Costa Souza	MSc. Bióloga	Ictiofauna – Modelagem da dinâmica populacional
Sabrina Borges Lino de Araújo	Dra. Física	Ictiofauna – Modelagem da dinâmica populacional
Fabrcio Locatelli Trein	Esp. Biólogo	Quelônios
Letícia Kienen Languer Rolim	Médica Veterinária	Quelônios
Lucas Reinert Mendes	Biólogo	Quelônios
Marcos André Navarro	MSc. Biólogo	Quelônios
Matheus Ferreira de Souza	Médico Veterinário	Quelônios
Leonardo Liberali Wedekin	Dr. Biólogo	Cetáceos
Samira Costa da Silva	MSc. Médica Veterinária	Cetáceos
Ernesto Goldfarb Figueira	MSc. Geólogo	Geologia, Paisagem, Água Subterrânea e Qualidade de Sedimentos
Isabella Francoso Rebutini Figueira	Dra. Geóloga	Geologia, Qualidade de Sedimentos, Água Subterrânea
Leonardo Evangelista Lagoeiro	Dr. Geólogo	Geologia, Geoquímica
Antônio Carlos Vargas Motta	Dr. Engenheiro Agrônomo	Solos
Araína Hulmann Batista	Dra. Engenheira Agrônoma	Solos
Bernardo Lipski	MSc. Engenheiro Agrônomo	Solos
Letícia de Pierri	Dra. Engenheira Agrônoma	Solos
Betina Lepretti Medeiros	MSc. Engenheira Civil	Geotecnia
Esther Dyck	Engenheira Civil	Geotecnia
Joubert Weigert Favaro	MSc. Engenheiro Ambiental	Geotecnia
Marcelo Buras	MSc. Engenheiro Civil	Geotecnia
Rodrigo Moraes da Silveira	Dr. Engenheiro Civil	Geotecnia
Ana Alice Biedzicki de Marques	Dra. Bióloga	Biodiversidade
Dimas Vital Sabioni Resck	Engenheiro Florestal	Flora
Fábio Antônio da Paixão	Engenheiro Florestal	Flora
Fernando Camargo da Silva	Esp. Engenheiro Florestal	Flora
Juliano José da Silva Santos	MSc. Biólogo	Flora e Bioespeleologia
Jonas Eduardo Bianchin	Dr. Engenheiro Florestal	Flora
Marcelo Augusto da Silva	Biólogo	Flora

Tamara Molin	Bióloga	Flora
Vanessa Ariati	MSc. Bióloga	Flora
Marcelo Alejandro Villegas Vallejos	MSc. Biólogo	Fauna Silvestre e Áreas Protegidas
Luiz Eduardo Macedo Reis	Dr. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Rafael Lucchesi Balestrin	Dr. Biólogo	Fauna silvestre – herpetofauna
Raphael Eduardo Fernandes Santos	Esp. Biólogo	Fauna silvestre – avifauna
Andressa Gatti	Dra. Bióloga	Fauna silvestre – mastofauna terrestre
Daniel da Silva Ferraz	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna terrestre
João Eduardo Cavalcanti Brito	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna terrestre
Michel Barros Faria	Dr. Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna terrestre
Paulo Rogerio Mangini	Dr. Médico Veterinário	Fauna silvestre – mastofauna terrestre
Thadeu Sobral de Souza	Dr. Biólogo	Modelagem da biodiversidade
Maurício Humberto Vancine	MSc. Ecólogo	Modelagem da biodiversidade
Ana Tereza Bittencourt Guimarães	Dra. Bióloga	Modelagem da biodiversidade
Bernardo Brandão Niebuhr dos Santos	Dr. Físico	Modelagem da biodiversidade
João Luís Bittencourt Guimarães	MSc. Eng. Florestal	Modelagem de Serviços Ecosistêmicos
Leandro Moraes Scoss	MSc. Zootecnista	Áreas Protegidas
Robson Odeli Espíndola Hack	MSc. Biólogo	Áreas Protegidas e Fauna Silvestre
Karime Dawidziak Piazzetta	MSc. Tecnóloga em Processos Ambientais	Atmosfera
Luis Eduardo Soares Mayer	Geógrafo	Atmosfera
Camila Azevedo de Moraes Wichers	Dra. Arqueóloga e Museóloga	Patrimônio Cultural
Cristiane Schappo Wessling	MSc. Engenheira Ambiental	Patrimônio Cultural
Ellen Christine Prestes Ferronato	Esp. Engenheira Ambiental	Patrimônio Cultural
Gabriela Ribeiro Farias	Arquiteta	Patrimônio Cultural
Larissa M. Ferreira da Costa	Administradora	Patrimônio Cultural
Leandro S. C. Nascimento	Engenheiro civil	Patrimônio Cultural
Melina Pissolato Moreira	MSc. Arqueóloga	Patrimônio Cultural
Pamela Pereira de Araújo	Engenheira Ambiental	Patrimônio Cultural
Paulo Eduardo Zanettini	Dr. Arqueólogo	Patrimônio Cultural
Rogério Ricciluca Matiello Félix	MSc. Historiador	Patrimônio Cultural
Alex Sandro Barros	MSc. Arqueólogo	Patrimônio Arqueológico
Carlos Alberto Alves	Historiador	Patrimônio Arqueológico

Ianthe Silva	Arqueólogo	Patrimônio Arqueológico
Letícia Ribeiro da Silva	MSc. Arqueóloga	Patrimônio Arqueológico
Lucas de p. Souza Troncoso	MSc. Arqueólogo	Patrimônio Arqueológico
Luciana Bozzo Alves	MSc. Arqueóloga	Patrimônio Arqueológico
Luiz Antonio Queiroz Pacheco	MSc. Arqueólogo	Patrimônio Arqueológico
Matilde A. Alves de Barros	Historiadora	Patrimônio Arqueológico
Paulo F. Bava de Camargo	Dr. Arqueólogo	Patrimônio Arqueológico
Roberto Faini Baracho	Mergulhador	Patrimônio Arqueológico
Sheila Silva	Arqueóloga	Patrimônio Arqueológico
Thais Pereira Rocha	Assistente de Pesquisa	Patrimônio Arqueológico
Devanir José de Oliveira Júnior	Historiador	Patrimônio Arqueológico e Material
Everaldo Cristiano da Silva	Arquiteto	Patrimônio Cultural Material
Rodrigo Silva	Dr. Historiador	Patrimônio Cultural Material
Enrico Spaggiari	Dr. Antropólogo	Patrimônio Cultural Imaterial
José Agnello Alves Dias de Andrade	Dr. Antropólogo	Patrimônio Cultural Imaterial
José Guilherme Cantor Magnani	Dr. Antropólogo	Patrimônio Cultural Imaterial
Leslie Lopes Sandes	Cientista Social	Patrimônio Cultural Imaterial
Mariana Hangai Vaz Guimarães Nogueira	Cientista Social	Patrimônio Cultural Imaterial
Mariana Luiza Fiocco Machini	MSc. Antropóloga	Patrimônio Cultural Imaterial
Michel de Paula Soares	MSc. Antropólogo	Patrimônio Cultural Imaterial
Rodrigo Valentim Chiquetto	MSc. Antropólogo	Patrimônio Cultural Imaterial
Yuri Bassichetto Tambucci	MSc. Antropólogo	Patrimônio Cultural Imaterial

EQUIPE DE CAMPO

Rômulo Henrique Santos Correa	Técnico em hidrologia	Águas superficiais e sedimentos
Fernando Figueiredo Laabs	Técnico em hidrologia	Águas superficiais e sedimentos
Adilson José de Lara	Hidrometrista	Águas superficiais e sedimentos
Edson Haruo Yoshizumi	Técnico	Águas superficiais e sedimentos
Fernando Gonçalves Opalinski	Técnico em eletrônica	Águas superficiais e sedimentos
Rafael Santos	Biotecnólogo	Águas superficiais e sedimentos
Helen Sadauskas Henrique	Dra. Bióloga	Ecotoxicologia
Matheus Ferreira de Souza	Médico Veterinário	Ecotoxicologia
Sabrina Loise de Moraes Calado	Dra. Bióloga	Ecotoxicologia
Lygia Segá Nogueira	Dra. Bióloga	Ecotoxicologia
João Marques Lima da Fonseca	Biólogo	Flora – inventário florestal

Vicente de Jesus Durães	Esp. Engenheiro Ambiental	Flora – inventário florestal
Guilherme Felitto da Costa	Esp. Biólogo	Flora – reófitas
Emanuel Giovani Cafôfo Silva	MSc. Biólogo	Flora – macrófitas aquáticas
Antônio Campos Rocha Neto	MSc. Biólogo	Flora – campos rupestres
Marcel Comin	MSc. Biólogo	Flora – campos rupestres
Eli Carlos de Nardin	Biólogo	Flora – várzeas, vegetação secundária inicial e restinga
Felipe Eduardo Cordeiro Marinero	MSc. Biólogo	Flora – várzeas, vegetação secundária inicial e herbário
José Marcelo Peloso Molina	MSc. Biólogo	Flora – epífitas
Alexandrina Pujals	Dra. Bióloga	Flora – trepadeiras
Frederico Fregolente Faracco Mazziero	MSc. Biólogo	Flora – herbáceas florestais
Públio Bonin Júnior	Biólogo	Flora – herbáceas florestais
Darlan Junior Cherion	Esp. Biólogo	Flora – banco de sementes, plântulas e serrapilheira
Lucas Junqueira Roncon	Biólogo	Flora – banco de sementes, plântulas e serrapilheira
Thiago Junqueira Roncon	Dr. Biólogo	Flora – banco de sementes, plântulas e serrapilheira
Paula de Freitas Larocca	Esp. Bióloga	Flora – restinga
Affonso Henrique Nascimento de Souza	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Alex Chavier Silva	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Cleandson Ferreira Santos	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Fabiano de Oliveira Silva	Esp. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Fernanda Vieira da Costa	Dra. Bióloga	Fauna silvestre – entomofauna
Flávio Siqueira de Castro	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Lucas Neves Perillo	Dr. Biólogo	Fauna silvestre – entomofauna
Tandara de Souza Gomes	Bióloga	Fauna silvestre – entomofauna
Arthur Schramm de Oliveira	Esp. Biólogo	Fauna silvestre – herpetofauna
Bernardo Franco da Veiga Teixeira	Dr. Biólogo	Fauna silvestre – herpetofauna
Cyro de Sousa Bernardes	Biólogo	Fauna silvestre – herpetofauna
Guilherme Bard Adams	Biólogo	Fauna silvestre – herpetofauna
Martin Schossler	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – herpetofauna
Dalila de Fátima Ferreira	Bióloga	Fauna silvestre – avifauna
João Antônio de Bittencourt Vitto	Biólogo	Fauna silvestre – avifauna
João Paulo Gava Just	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – avifauna
Willian Menq dos Santos	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – avifauna

Ariel Guilherme Santos do Nascimento	Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna de pequeno porte
Isteliene Lopes Leodoro	Bióloga	Fauna silvestre – mastofauna de pequeno porte
Lizandra Regina Bigai	Bióloga	Fauna silvestre – mastofauna de pequeno porte
Max Antonioni da Silva	Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna de pequeno porte
Ruan Márcio Ruas Nunes	Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna de pequeno porte
Vinicius Peron de Oliveira Gasparotto	MSc. Médico Veterinário	Fauna silvestre – mastofauna de pequeno porte
Diego Afonso Silva	MSc. Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna de grande porte
Mattheus Torrezani Silveira	Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna de grande porte
Paula Beatriz Mangini	Dra. Médica Veterinária	Fauna silvestre – mastofauna de grande porte
Ricardo Krul	Dr. Biólogo	Fauna silvestre – mastofauna de grande porte
Bruna da Silva Fonseca	Dra. Bióloga	Fauna silvestre – quiropterofauna
Cristina Jaques da Cunha	MSc. Bióloga	Fauna silvestre – quiropterofauna
Danielle de Oliveira Moreira	Dra. Bióloga	Fauna silvestre – quiropterofauna
Paula Modenesi Ferreira	Bióloga	Fauna silvestre – quiropterofauna
Thali Leal Sampaio	MSc. Médica Veterinária	Fauna silvestre – quiropterofauna
Ana Lúcia Cypriano Souza	Dra. Bióloga	Cetáceos
Clarêncio Gomes Baracho	MSc. Biólogo	Cetáceos
Daniela Pitol	Bióloga	Cetáceos
Denis Alessandro Hille	Biólogo	Cetáceos

ESTAGIÁRIOS

Rafaella Moreira	Engenharia Ambiental	Contextualização e danos
Bruno Nadalin Lima de Melo	Ciências Biológicas	Áreas Protegidas e Fauna Silvestre
Mirian Kaori Nagano	Geografia	Geoprocessamento
Matheus de Andrade Machado	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Geoprocessamento
Eliana Vieira de Freitas	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Geoprocessamento
Janiny Zanda Soares da Silva	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Geoprocessamento
Laura Damasceno da Silva	História	Patrimônio Arqueológico
Sabrina Lisboa Alves	História	Patrimônio Arqueológico
Devon Gebauer Mayer	Ciências Biológicas	Bentos de Fundos Inconsolidados
Bruna Bergman Machado	Ciências Biológicas	Cetáceos

Marina Ferraz Sampaio	Ciências Biológicas	Fauna Silvestre
Izadora de Moura de Moraes	Ciências Biológicas	Fitoplâncton
Emerson Fernando Garcia Machado	Biólogo	Ictiofauna – Diversidade Genética
Murilo Radloff Barghouthi	Engenharia Florestal	Flora
Saymon Hamses Monastier	Engenharia Florestal	Flora
João Marcos Carvalho	Engenharia Civil	Hidrologia
Nilo Kruchelski	Engenharia Civil	Hidrologia
Vitor Mittelstaedt Alfaro	Engenharia Civil	Hidrologia
Lucas Jerszurki	Geografia	Hidrologia
André Luiz de Souza Bonfim	Engenharia Ambiental	Hidrologia
Leticia Giese de Andrade Cruz	Engenharia Civil	Hidrologia
Erica Viviane Lemos Marcondes	Ciências Biológicas	Macroinvertebrados bentônicos
Phillip Alves Schuster	Ciências Biológicas	Macroinvertebrados bentônicos
Aline Guidolin da Luz	Engenharia Civil	Águas Superficiais Continentais
Antônio José Hamerschmidt	Estatística	Águas Superficiais Continentais
Eduarda Bertoletti Duarte	Ciências Biológicas	Águas Superficiais Continentais
Jéssica Cristina Lozovei	Geografia	Qualidade de Sedimentos Continentais
Mirian Kaori Nagano	Geografia	Qualidade de Sedimentos Continentais
Amanda Cristina Fraga de Albuquerque	Engenharia Ambiental	Saneamento
Nayara Caroline M. Ulbrich	Agronomia	Solos
Tamires Maiara Ercole	Agronomia	Solos
Rebeca Dias Pegollo	Ciências Biológicas	Fauna Aquática
Ana Cleuza de Souza Pelanda	Ciências Biológicas	Fauna Aquática
Camilla Alves Oliveira	Ciências Biológicas	Fauna Aquática
Carolina Valério Leme	Engenharia Ambiental	Ecotoxicologia
Gisele Tatiane Soares da Veiga	Ciências Biológicas	Ecotoxicologia
Luiz Guilherme Tatsh Henrique	Engenharia Ambiental	Ecotoxicologia
Mayara Rodrigues	Ciências Biológicas	Ecotoxicologia
Rafaela Cruz Dias	Ciências Biológicas	Ecotoxicologia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão da área de pesquisa em compartimentos. Os dados dos Compartimentos 3 e 4 estão unificados como Compartimento 3 na presente análise de danos. Cabe destacar que o Compartimento 5 foi abordado apenas pela Arqueologia Subaquática. ...	49
Figura 2 – Localidades avaliadas no Compartimento 1.....	63
Figura 3 – Detalhe das ruínas da Escola Municipal de Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	69
Figura 4 – Edificação danificada pela onda de rejeitos e por saqueadores. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	69
Figura 5 – Monumento aos falecidos no desastre. Registro em 12/04/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	70
Figura 6 – Praça da Igreja Matriz de Santa Rita Durão. Registro em 14/08/2018. Santa Rita Durão, Mariana (MG).	71
Figura 7 – Placas de sinalização de “área de risco” em Camargos, ao fundo a Igreja Matriz de Nsa. Sra. Da Conceição. Registro em 15/08/2018. Camargos, Mariana (MG).....	72
Figura 8 – Croqui de Paracatu de Baixo, feito por ex-moradores atingidos pelo desastre, removidos para residências na sede de Mariana. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).	74
Figura 9 – Ruínas do Bar do Jairo, em Paracatu de Baixo, atingido pela onda de rejeitos. Registro em 11/08/2018. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).....	74
Figura 10 – Vista da sede de Monsenhor Horta do átrio da Igreja da Matriz. Registro em 19/08/2018. Sede de Monsenhor Horta, Mariana (MG).....	75
Figura 11 – Sítios próximos do Rio Gualaxo do Norte em Ponte do Gama. Registro em 17/08/2018. Ponte do Gama, Mariana (MG).	77
Figura 12 – Cachoeira em Ponte do Gama, após o desastre. Registro em 17/08/2018. Ponte do Gama, Mariana (MG).	77
Figura 13 – Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim. Registro em 19/08/2018. Sede de Furquim, Mariana (MG).....	78
Figura 14 – Casa do Artesão em Furquim. Registro em 19/08/2018. Sede de Furquim, Mariana (MG).79	79
Figura 15 – Vista da parte central de Pedras, no plano posterior o Vale do Rio Gualaxo do Norte. Registro em 17/08/2018. Pedras, Mariana (MG).....	81
Figura 16 – Edificação atingida pela lama no vale do Rio Gualaxo do Norte. Registro em 17/08/2018. Pedras, Mariana (MG).	81
Figura 17 – Vale do Rio Gualaxo em Barreto. Registro em 17/08/2018. Barreto, Barra Longa (MG). ...	83
Figura 18 – Edificações em área atingida pela onda de rejeitos em Gesteira. Registro em 11/08/2018.	85
Figura 19 – Praça Central da cidade de Barra Longa, atingida pela lama e reformada pela Renova, após o desastre. Registro em 18/08/2018. Barra Longa (MG).	86
Figura 20 – Placa indicativa da formação do rio Doce: “aqui (re)nasce o rio Doce”, afixada após o desastre. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).	88

Figura 21 – Santuário de Santana do Deserto. Registro em 21/08/2018. Santana do Deserto, Rio Doce (MG).	89
Figura 22 – Vista da sede municipal de Santa Cruz do Escalvado. Registro em 23/08/2018. Sede, Santa Cruz do Escalvado (MG).	91
Figura 23 – Vista do distrito de Nova Soberbo, registrada do Mirante. Registro em 22/08/2018. São Sebastião do Soberbo, Santa Cruz do Escalvado (MG).....	92
Figura 24 – Praça e Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Merengo. Registro em 21/08/2018. Merengo, Santa Cruz do Escalvado (MG).	93
Figura 25 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Celebrações	94
Figura 26 – Igreja de Nossa Senhora das Mercês em Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	96
Figura 27 – Grupo de moradores conhecido como “Loucos por Bento”, realizando limpeza da Igreja Nossa Senhora das Mercês. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	97
Figura 28 – Sepulturas do cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	97
Figura 29 – Pesquisadores em visita ao interior da área de isolamento da Capela de São Bento. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	99
Figura 30 – Pesquisadores em visita ao Oratório/Capela de Nossa Senhora Aparecida na estrada entre a sede de Mariana e Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	104
Figura 31 – Registro de festividades e celebrações realizadas em Paracatu de Baixo. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).....	112
Figura 32 – Registro de festividades e celebrações realizadas em Paracatu de Baixo. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).....	112
Figura 33 – Registro de festividades e celebrações realizadas em Paracatu de Baixo. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).....	115
Figura 34 – Folia de Reis de Paracatu, antes do desastre. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).....	117
Figura 35 – Registro das festividades e celebrações realizadas no subdistrito de Pedras. Detalhe da Folia de Reis na Celebração de Menino Jesus em 1988. Pedras, Mariana (MG).	123
Figura 36 – Registro das festividades e celebrações realizadas no subdistrito de Pedras. Detalhe do palhaço da Folia de Reis na Celebração de Menino Jesus em 1988. Pedras, Mariana (MG). ...	123
Figura 37 – Estandarte da Folia de Reis de Barreto. Registro em 17/08/2018. Barreto, Barra Longa (MG).	126
Figura 38 – Capela improvisada no Mutirão em Gesteira, substituindo o local de atividades de Capela Nsa. Sra. da Conceição, destruída pelo desastre. Registro em 16/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).....	128
Figura 39 – Igreja Nossa Senhora da Conceição, isolada por tapumes. Registro em 11/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).....	129
Figura 40 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Formas de Expressão.....	135
Figura 41 – Isolamento da área da Capela de São Bento. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	137

Figura 42 – Registro de veículos estacionados na área da Cavalgada em Ponte do Gama, antes do desastre. Ponte do Gama, Mariana (MG).....	139
Figura 43 – Registro de Cavalgada em Ponte do Gama antes do desastre. Ponte do Gama, Mariana (MG).	139
Figura 44 – Registro da Cavalgada/Passeata realizada em 2015 em Paracatu de Cima, Mariana (MG).	143
Figura 45 – Detalhe da camiseta promocional da 2ª Cavalgada da Lua Cheia em Gesteira, realizada pela última vez em 2015. Registro em 16/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).	147
Figura 46 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Lugares (excetuando-se o Rio Doce)	154
Figura 47 – Vista parcial da área atingida pela onda de rejeitos Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	156
Figura 48 – Edificações danificadas pela onda de rejeitos em Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).....	156
Figura 49 – Camiseta do interlocutor 73614, foto da paisagem da área da Capela São Bento e Bar e Restaurante da Sandra, antes do desastre. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	166
Figura 50 – Detalhe de totens indicativos da Estrada Real. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	169
Figura 51 – Trecho interrompido da Estrada Real. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).	169
Figura 52 – Detalhe do poço inferior da Cachoeira de Camargos, atingida pela onda de rejeitos. Registro em 15/08/2018. Camargos, Mariana (MG).	173
Figura 53 – Registro de foto do campo de futebol de Pedras, com representantes o time local. Pedras, Mariana (MG).	176
Figura 54 – Imagens do local onde ficava o campo de futebol de Pedras em 2018, destruído pela onda de rejeito em 2015. Registro em 18/08/2018. Pedras, Mariana (MG).	176
Figura 55 – Detalhe da área de relevância afetiva no leito do rio Gualaxo do Norte, Cachoeira da Passagem, alterada pelo desastre. Registro em 17/08/2018. Barreto, Barra Longa (MG).	179
Figura 56 – Troféus relacionados ao time de futebol de Gesteira, expostos em bar no centro do povoado. Registro em 16/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).	182
Figura 57 – Vista da região do encontro das águas do Rio do Carmo e Rio Gualaxo do Norte, ao fundo bairro Volta da Capela. Registro em 20/08/2018. Sede, Barra Longa (MG).	185
Figura 58 – Vista do Rio do Carmo em trecho do Caminho de São José, locais de valor afetivo para os moradores da região. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).	188
Figura 59 – Vista de local na Fazenda Floresta onde serão depositados os rejeitos retirados da represa de Candonga. Registro em 21/08/2018. Santana do Deserto, Rio Doce (MG).....	193
Figura 60 – Bem Rio Doce no Compartimento 1: localidades onde o rio foi indicado como patrimônio, espaços de referência e bens associados.....	196
Figura 61 – Faixa de protesto contra o Desastre e Gilmar Mendes em ponte sobre o Rio Doce. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).....	197
Figura 62 – Vista do local de encontro das águas do Rio Piranga com o Rio do Carmo, formação do Rio Doce. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).	197

Figura 63 – Vista do Rio Doce na altura de São Sebastião do Soberbo. Registro em 22/08/2018. São Sebastião do Soberbo, Santa Cruz do Escalvado (MG).....	199
Figura 64 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Ofícios, Saberes e Modos de Fazer.....	205
Figura 65 – Registro de pesca no Rio Doce antes do desastre. Sede, Rio Doce (MG).	210
Figura 66 – Localidades avaliadas no Compartimento 2.....	214
Figura 67 – Pesquisadores em visita à Capela da Comunidade. Registro em 22/09/2018. Povoado Biboca, São José do Goiabal (MG).....	219
Figura 68 – Vista da área central do povoado de Biboca. Registro em 22/09/2018. Povoado Biboca, São José do Goiabal (MG).....	219
Figura 69 – Ponte Queimada, que atravessa o Parque Estadual do Rio Doce tendo o município de Pingo d'Água em um dos lados. Registro em 24/09/2018. Pingo D'Água (MG).....	221
Figura 70 – Vista de corredeira e poço da Cachoeira de Santana, ao fundo matas do Pq. Est. Rio Doce. Registro em 23/09/2018. Revés do Belém, Bom Jesus do Galho (MG).	223
Figura 71 – Rua principal do distrito. Registro em 25/09/2018. Ilha do Rio Doce, Caratinga (MG).....	224
Figura 72 – Extração de areia no leito do Rio Doce. Registro em 25/09/2018. Ilha do Rio Doce, Caratinga (MG).	225
Figura 73 – Vista do Rio Doce em frente ao ponto do bote em Ipaba-MG. Registro em 25/09/2018. Ipaba (MG).....	226
Figura 74 – Cachoeira Escura, que deu nome ao distrito. Registro em 26/09/2018. Perpétuo Socorro, Belo Oriente (MG).	228
Figura 75 – Registro de foto de pesca no rio Doce antes do desastre. Perpétuo Socorro, Belo Oriente (MG).	228
Figura 76 – Leito do Rio Doce no município de Periquito. Registro em 27/09/2018. Periquito (MG).	231
Figura 77 – Pico do Ibituruna e Rio Doce, vista a partir do Garfo Clube. Registro em 28/09/2018. Governador Valadares (MG).....	236
Figura 78 – Pesca esportiva no trecho do Rio Doce próximo ao bairro de Elvamar, em Governador Valadares. Registro em 29/09/2018. Governador Valadares (MG).	236
Figura 79 – Porto de Ilha Brava, local de trânsito entre moradores das ilhas e do bairro. Local de banho e práticas de lazer. Registro em 29/09/2018. Ilha Brava, Governador Valadares (MG).	238
Figura 80 – Vista de estrada de ferro próxima a Baguari, à direita trilhas que levam à margem do rio Doce. Registro em 28/09/2018. Baguari, Governador Valadares (MG).....	240
Figura 81 – Morador de Baguari leva pesquisadores a conhecer o “poço dos homens”, antigo local de banho no rio Doce frequentado pelos moradores até o desastre. Registro em 28/09/2018. Baguari, Governador Valadares (MG).....	241
Figura 82 – Vista da Praia do Jaó, detalhe de placas colocadas pelo poder municipal com avisos sobre interdição temporário da área para banho. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).	243
Figura 83 – Local conhecido como “Pedreira”, próximo a Galileia (5 km), utilizada como ponto de banho e lazer a beira rio. Registro em 02/10/2018. Galileia (MG).	245
Figura 84 – Vista do núcleo urbano de Conselheiro Pena a partir da ilha do Lajão. Registro em 03/10/2018. Sede, Conselheiro Pena (MG).	246

Figura 85 – Pichação que indaga “e o crime?” nas ruas de Conselheiro Pena. Registro em 03/10/2018. Sede, Conselheiro Pena (MG).....	247
Figura 86 – Local conhecido como “Prainha”, ponto de pesca e lazer beira rio. Registro em 10/04/2018. Sede, Resplendor (MG).....	249
Figura 87 – Praça do bairro Barra do Manhuaçu, próximo a pretérito local de banho e brincadeiras no rio Doce. Registro em 05/10/2018. Sede, Aimorés (MG).	250
Figura 88 – Bens alvo de danos no Compartimento 2 – Celebrações	252
Figura 89 – Palco de shows do Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).	253
Figura 90 – Bens alvo de danos no Compartimento 2 – Lugares	257
Figura 91 – Vista do bairro São Tarcísio e trecho do Rio Doce onde era praticado o surfe, em frente ao Garfo Clube, Governador Valadares-MG. Registro em 28/09/2018. Governador Valadares (MG).	258
Figura 92 – Pesquisadores em visita à Praia do Jaó. Existem relatos de que apesar das reformas no espaço a diminuição do número de frequentadores impossibilitou os quiosques de manterem-se abertos. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).....	260
Figura 93 – Trecho do Rio Doce entre Rochedo e Córrego Preto, Rio Casca-MG. Registro em 21/09/2018. Rochedo (Rio Casca-MG).....	263
Figura 94 – Rio Doce no Compartimento 2: localidades onde o rio foi indicado como patrimônio, espaços de referência e bens associados.....	264
Figura 95 – Bote de uso da família moradora de Biboca, inutilizado após a chegada de rejeito no rio Doce. Registro em 22/09/2018. Povoado Biboca, São José do Goiabal (MG).	266
Figura 96 – Leito do Rio Doce sob a Ponte Queimada. Registro em 24/09/2018. Pingo D’Água (MG).	267
Figura 97 – Área de formação de praias afetada pelo desastre, moradores exibem as alterações a eles perceptíveis no relevo e qualidade do solo pelo acúmulo de rejeito. Registro em 23/09/2018. Revés do Belém, Bom Jesus do Galho (MG).....	268
Figura 98 – Tradicional boteiro realizando a travessia entre Ipaba e Ipabinha pelo rio Doce. Registro em 26/09/2018. Ipaba (MG).....	269
Figura 99 – Córrego Saião, local de valor afetivo e sociabilidade atingido pelo rejeito. Existe a preocupação dos moradores com a qualidade da água do local. Registro em 27/09/2018. Pedra Corrida, Periquito (MG).....	271
Figura 100 – Vista de parte da área de pesca, acampamento e churrasco na beira do Rio Doce na comunidade Sra. da Penha. Registro em 29/09/2018. Senhora da Penha, Fernandes Tourinho (MG).	272
Figura 101 – Vista de parte da área de pesca, acampamento e churrasco na beira do Rio Doce na comunidade Nsa. Sra. da Penha. Registro em 29/09/2018. Senhora da Penha, Fernandes Tourinho (MG).....	272
Figura 102 – Embarcação de pescador em São Tarcísio e pico do Ibituruna. As pedras ao fundo são referências para os moradores do nível do Rio Doce. Registro em 28/09/2018. Governador Valadares (MG).....	274

Figura 103 – Orla “revitalizada” na praia do Jaó após o desastre. Existem acusações por parte dos moradores de “maquiagem” dos problemas relacionados à contaminação da água. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).....	275
Figura 104 – Registro de foto de morador praticando caiaque no rio Doce. Sede, Conselheiro Pena (MG).	277
Figura 105 – Registro de roda de oração com moradores de Conselheiro Pena no dia do desastre de Mariana. Sede, Conselheiro Pena (MG).	277
Figura 106 – Navegação de jetskis no rio Doce em Resplendor-MG durante o 1º Encontro Náutico no ano de 2008. Registro em 18/12/2018. Sede, Resplendor (MG).	278
Figura 107 – Bens alvo de danos no Compartimento 2 – Ofícios, Saberes e Modos de Fazer	310
Figura 108 – Doceira recebe pesquisadores contando sobre as dificuldades de manutenção de seu ofício após a queda do número de frequentadores da praia do Jaó, sua principal clientela. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).....	311
Figura 109 – Localidades avaliadas no Compartimento 3.....	313
Figura 110 – Vista do Rio Doce do bairro do Rosário. Registro em 05/10/2018. Sede, Baixo Guandu (ES).	317
Figura 111 – Vista do Rio Doce de cima da Ponte da Mauá, em Baixo Guandu (ES). Registro em 05/10/2018. Sede, Baixo Guandu (ES).	317
Figura 112 – Igreja católica de São Sebastião, localizada na região central do distrito de Mascarenhas. Registro em 30/10/2018. Mascarenhas, Baixo Guandu (ES).	319
Figura 113 – Vista da rua principal do distrito. Registro em 31/10/2018. Itapina, Colatina (ES).....	320
Figura 114 – Igreja de Santo Antônio, umas das construções pertencentes ao patrimônio arquitetônico do distrito. Registro em 31/10/2018. Itapina (Colatina-ES).	321
Figura 115 – Rua principal do bairro IBC, com vista para o Rio Doce. Registro em 03/11/2018. Sede, Colatina (ES).	324
Figura 116 – Casa de Oxum, dona das águas doces, em terreiro localizado em Barbados. Foram identificados relatos de ofensa à entidade pelo derramamento de rejeitos, interrupção temporária de atividades no terreiro por falta de água e diminuição do número de rituais realizados nas águas do rio Doce. Registro em 01/11/2018. Barbados (Colatina-ES).	325
Figura 117 – Vista de quintal de casa de moradores ribeirinhos. Ao fundo o rio Doce, botes e apetrechos de pesca. Registro em 31/10/2018. Maria Ortiz (Colatina-ES).	327
Figura 118 – Vista do comércio “Recanto da Lagoa”, em frente ao local de banho na Lagoa do Óleo. Moradores e frequentadores da Vila sofreram transtorno pela grande circulação de caminhões pipa para retirada de água para fornecimento para Colatina, no mês posterior ao desastre. .328	
Figura 119 – Praia da Jaqueira, Lagoa Terra Alta. Espaço utilizado pelos moradores do assentamento para lazer e captação de água. Registro em 04/11/2018. Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Linhares (ES).....	329
Figura 120 – Vista das obras de abertura do dique de contenção do rio São José a partir da rua Beira Rio. Registro em 05/11/2018. Sede, Linhares (ES).....	330
Figura 121 – Detalhe de casas lacradas na rua Beira Rio, moradores foram retirados devido ao risco de alagamento e desmoronamento pelas obras de abertura do dique de contenção no rio São José. Registro em 05/11/2018. Sede, Linhares (ES).....	331

Figura 122 – Fachada da sede da Associação Cultural e Folclórica de Povoação. Registro em 06/11/2018. Povoação, Linhares (ES).....	335
Figura 123 – Centro Ecológico de Regência. Registro em 12/11/2018. Regência, Linhares (ES).	337
Figura 124 – Centro Ecológico de Regência. Registro em 12/11/2018. Regência, Linhares (ES).	337
Figura 125 – Praia de Pontal do Ipiranga. Registro em 08/11/2018. Pontal do Ipiranga, Linhares (ES).	339
Figura 126 – Surfe representado em muro da escola E.M. Manoel Martins em Pontal do Ipiranga. Registro em 08/11/2018. Pontal do Ipiranga, Linhares (ES).	339
Figura 127 – Placa indicativa da entrada da “Vila dos Pescadores” de Urussuquara, cuja população foi afetada pela proibição da pesca na região. Registro em 07/11/2018. Urussuquara, São Mateus (ES).	341
Figura 128 – Uma das inúmeras peixarias de Barra Seca cujo comércio foi prejudicado pelo medo de contaminação do pescado. Registro em 07/11/2018. Barra Seca, Linhares (ES).....	341
Figura 129 – Vista do canal do Rio Piraquê-Açu em frente a Santa Cruz, com barcos de pesca. Registro em 13/11/2018. Santa Cruz, Aracruz (ES).....	343
Figura 130 – Vista do rio Riacho na Vila do Riacho. Registro em 14/11/2018. Vila do Riacho, Aracruz (ES).	346
Figura 131 – Bens alvo de danos no Compartimento 3 – Celebrações	347
Figura 132 – Praça Central, onde ocorre Festa do Caboclo Bernardo e Encontro de Bandas de Congo. Registro em 05/08/2018. Regência, Linhares (ES).....	349
Figura 133 – Igreja de São Benedito e Casa do Congo (onde ocorre a festa da Fincada/Derrubada do Mastro). Registro em 05/08/2018. Regência, Linhares (ES).	350
Figura 134 – Bens alvo de danos no Compartimento 3- Formas de Expressão	352
Figura 135 – Bandeira do congo São Benedito de Itaparica. Registro em 16/11/2018. Itaparica, Aracruz (ES).	362
Figura 136 – Bens alvo de danos no Compartimento 3 – categoria Lugar (excetuando-se o bem rio Doce).....	366
Figura 137 – Vista de área de banho e lazer à beira da lagoa do Óleo, local foi utilizado para instalação de bombas e manobras de caminhões-pipa, no mês posterior ao desastre, para fornecimento de água aos moradores de Colatina.....	367
Figura 138 – Embarcações de pescadores atracadas na praia das Três Pontas, na Lagoa Juparanã. Registro em 10/11/2018. Sede, Linhares (ES).....	370
Figura 139 – Lagoa Terra Alta, desde a rua de acesso aos lotes familiares. Registro em 02/11/2018. Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Linhares (ES).....	370
Figura 140 – Placa da “Praia Naturista Barra Seca” e vista do porto para travessia de visitantes. Diminuição do número de frequentadores, devido ao medo da contaminação da água. Registro em 07/11/2018. Barra Seca, Linhares (ES).....	374
Figura 141 – “Somos guardiões das sementes nativas. Água viva: Vida viva”, dizeres pintados na escola da aldeia Areal. Registro em 15/11/2018. Aldeia Areal, Linhares (ES).....	381
Figura 142 – Praia de Povoação com placa sinalizando o “Pico Caravela Coast”, ponto de surfe. Registro em 06/11/2018. Povoação, Linhares (ES).....	387

Figura 143 – Barcos no Rio Doce em Povoação. Registro em 06/11/2018. Povoação (ES).	387
Figura 144 – Antigo Farol de Regência. Registro em 05/08/2018. Regência, Linhares (ES).....	390
Figura 145 – Praia da Barra do Sahy. Registro em 16/11/2018. Barra do Sahy, Aracruz (ES).	393
Figura 146 – Registro de crianças e jovens da Escola de Surfe de Barra do Riacho em 2014. Barra do Riacho, Aracruz (ES).	393
Figura 147 – Bem Rio Doce no Compartimento 3: localidades onde o rio foi indicado como patrimônio, espaços de referência e bens associados.	401
Figura 148 – Vista do Rio Doce, desde o quintal da casa de pescador local, com algumas ferramentas de pesca a mostra. Registro em 30/10/2018. Mascarenhas, Baixo Guandu (ES).	402
Figura 149 – Parte da estrutura da Praça da Mauá e Rio Doce. Registro em 05/10/2018. Sede, Baixo Guandu (ES).	402
Figura 150 – Lugar no Rio Doce utilizado para práticas de lazer e onde eram realizados os batismos da Igreja Batista Nova Filadélfia. Registro em 01/11/2018. Barbados, Colatina (ES).	405
Figura 151 – Equipamentos de pesca de moradora da rua Beira Rio. Apesar de removidos do local, muitos retornaram ao local devido aos laços afetivos com o lugar e seu cotidiano. Registro em 05/11/2018. Sede, Linhares (ES).....	407
Figura 152 – Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) avaliadas	428
Figura 153 – Sobreposições das comunidades tradicionais sobre a bacia do rio Doce.	435
Figura 154 – Comunidades com povos e comunidades tradicionais.	437
Figura 155 – Fotos da antiga residência de Athalino Leite de Araújo, fundador da comunidade, em Degredo. Degredo, Linhares (ES).	444
Figura 156 – Foto antiga de Atalino Leite de Araújo, fundador da Comunidade do Degredo. Degredo, Linhares (ES).	444
Figura 157 – Bens imateriais alvo de danos na Comunidade Degredo	447
Figura 158 – Registro do Giro da Folia de Reis em Degredo nos anos 2000. Degredo, Linhares (ES). ..	449
Figura 159 – Registro evidenciando o lazer e a pesca na Lagoa do Belino, foto de 1984. Degredo, Linhares (ES).	454
Figura 160 – Porcentagem de bens imateriais danificados por tipologia	457
Figura 161 – Bens culturais imateriais na LB e bens culturais imateriais danificados	460
Figura 162 – Bens culturais imateriais na LB e bens culturais imateriais danificados – detalhamento do Compartimento 1.....	460
Figura 163 – Bens imateriais danificados por tipologia e compartimento.....	461
Figura 164 – Números de bens que foram afetados por cada um dos danos ao patrimônio imaterial	462
Figura 165 – Danos por categoria de bem imaterial	463
Figura 166 – Porcentagens relativas às origens dos danos identificados.....	463

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bens Culturais Imateriais incluídos na análise após a LB consolidada	46
Tabela 2 – Termos de Consentimento e Fichas	54
Tabela 3 – Relação de danos decorrentes do desastre da Samarco identificados no Patrimônio Cultural Imaterial com seus respectivos Indicadores, Escalas de Indicadores e Gravidade.....	58
Tabela 4 – Relação de bens imateriais com danos identificados no Compartimento 1	64
Tabela 5 – Classificação de danos aos bens imateriais (celebrações) no Compartimento 1.....	132
Tabela 6 – Classificação de danos aos bens imateriais (formas de expressão) no Compartimento 1.....	152
Tabela 7 – Classificação de danos aos bens imateriais (lugares) no Compartimento 1	203
Tabela 8 – Classificação de danos aos bens imateriais (ofícios, saberes e modos de fazer) no Compartimento 1.....	212
Tabela 9 – Relação de bens imateriais com danos identificados no Compartimento 2	215
Tabela 10 – Classificação de danos aos bens imateriais (celebrações) no Compartimento 2.....	255
Tabela 11 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de práticas culturais.....	288
Tabela 12 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços relacionados a práticas culturais.....	298
Tabela 13 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços de referência de memória.....	303
Tabela 14 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de rede de relações comunitárias.....	307
Tabela 15 – Classificação de danos aos bens imateriais (lugares) no Compartimento 2	309
Tabela 16 – Classificação de danos aos bens imateriais (ofícios, saberes e modos de fazer) no Compartimento 2.....	312
Tabela 17 – Relação de bens imateriais com danos identificados no Compartimento 3	314
Tabela 18 – Classificação de danos aos bens imateriais (celebrações) no Compartimento 3.....	352
Tabela 19 – Classificação de danos aos bens imateriais (formas de expressão) no Compartimento 3	365
Tabela 20 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de práticas culturais.....	411
Tabela 21 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços relacionados a práticas culturais.....	416
Tabela 22 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços de referência de memória.....	418
Tabela 23 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de redes comunitárias.....	422
Tabela 24 – Classificações para o Rio Doce: Dano Sofrimento Social	423
Tabela 25 – Classificação de danos aos bens imateriais (lugares) no Compartimento 3	424
Tabela 26 – Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) avaliadas.....	427
Tabela 27 – Classificação de danos aos bens imateriais na CRD Degredo	456

LISTA DE ABREVIATURAS

Adm.	-	Administração
B.O.	-	Boletim de Ocorrência
C	-	Compartimento
cm	-	centímetro
D.	-	Dona
e.g.	-	<i>exempli gratia</i> ; por exemplo
Est.	-	estadual
etc.	-	et cetera; e outras coisas
g	-	grama
h	-	horas
id. ib.	-	<i>idem, ibidem</i> ; o mesmo autor, na mesma obra
Kg	-	quilograma
Km	-	quilômetro
L	-	litro
mm	-	milímetro
n.	-	número
Nsa. Sra.	-	Nossa Senhora
op. cit.	-	<i>opus citatum</i> , a obra citada
pq.	-	parque
QT.	-	quantidade
R\$	-	reais
séc.	-	século
Sr.	-	Senhor
Sta.	-	Santa
zap	-	aplicativo WhatsApp
Zé	-	José, Jozé

LISTA DE SIGLAS

AABB	- Associação Atlética Banco do Brasil
ABA	- Associação Brasileira de Antropologia
ACOMFAFA	- Associação de Cooperação Mista dos Feirantes da Agricultura Familiar Agroecológica
ADCT	- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APA	- Área de Proteção Ambiental
APERDOCE	- Associação de Pescadores Profissionais e Amadores do Médio Rio Doce
Asper	- Associação de Pesca de Regência
ASR	- Associação de Surfistas de Regência
AVC	- Acidente Vascular Cerebral
BCI	- Banda de Congo de São Benedito de Itaparica
BGVR	- Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho
BH	- Belo Horizonte
BHP	- <i>Broken Hill Proprietary Company Limited</i>
CAPS	- Centro de Atenção Psicossocial de Aimorés
CEC	- Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo
Cemig	- Companhia Energética de Minas Gerais
Cenibra	- Celulose Nipo-Brasileira, Sociedade Anônima
CF	- Constituição Federal
CIC	- Centro de Integração Comunitária de Degredo
Codemig	- Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais
CONSEP	- Conselho de Segurança Pública
Copasa	- Companhia Saneamento de Minas Gerais
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CRAS	- Centro de Referência de Assistência Social
CR-FUNAI MG/ES	- Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio, Minas Gerais e Espírito Santo
CRQD	- Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo
CRQs	- Comunidades Remanescentes de Quilombos
CST	- Companhia Siderúrgica Tubarão
E.M.	- Escola Municipal
EFVM	- Estrada de Ferro Vitória a Minas
EMATER-MG	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
ES	- Espírito Santo
ETA	- Estação de Tratamento de Água
EUA	- Estados Unidos da América
EUM	- Escola Unidocente Municipal de Areal
F.C.	- Futebol Clube
FENTA	- Festival Nacional de Teatro
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
Funcultura	- Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo
GEPSA/UFOP	- Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais
GESTA – UFMG	- Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais
GPS	- <i>Global Positioning System</i>

IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ID	- Número de Identificação do bem na Linha-Base
IDAF	- Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IEF	- Instituto Estadual de Florestas
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPOEC	- Igreja Profética Pentecostal Exército de Cristo
LabNAU/USP	- Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	- Ministério da Educação
MG	- Minas Gerais
MPF	- Ministério Público Federal
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N. S.	- Nossa Senhora
N/I	- Não Informado
NEPECAB/UFAM	- Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização Não-Governamental
ONS	- Operador Nacional do Sistema
PET	- Politereftalato de etileno
PPGAS-USP	- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
REBIO	- Reserva Biológica
S. S. Soberbo	- São Sebastião do Soberbo
S.A.	- Sociedade Anônima
S.M.S.C.	- Sociedade Musical de São Caetano
SAAE	- Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Sanear	- Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental
SEAG	- Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
SECULT	- Secretaria da Cultura do Espírito Santo
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
SERLIHGES	- Seccional Regional de Linhares do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
SERVAS	- Serviço Social Autônomo
Sesc	- Serviço Social do Comércio
SESI	- Serviço Social da Indústria
SPC	- Serviço de Proteção ao Crédito
SUS	- Sistema Único de Saúde
T.I.	- Terra Indígena
TAC	- Termo de Ajustamento de Conduta
TAMAR	- Projeto para promover a recuperação das tartarugas marinhas

TTAC	-	Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta
TV	-	Televisão
UBS	-	Unidade Básica de Saúde
UFES	-	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	-	Unidade de Pronto Atendimento
USP	-	Universidade de São Paulo
UTGC	-	Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas
UTI	-	Unidade de Terapia Intensiva

APRESENTAÇÃO

No dia 5 de novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, pertencente à Samarco Minerações S.A. situada em uma região de cabeceira da bacia hidrográfica do rio Doce, subdistrito de Bento Rodrigues, município de Mariana, estado de Minas Gerais. O rompimento resultou na liberação de um volume estimado de 44 milhões de m³ de rejeitos de mineração sobre os córregos Fundão e Santarém e os rios Gualaxo do Norte, do Carmo e Doce.

Este volume foi transportado pelo rio por mais de 650 km, desde a barragem de Fundão em Minas Gerais até o oceano Atlântico no estado do Espírito Santo, onde, ao longo de 17 dias, se depositou pelo caminho em diferentes concentrações (PINTO-COELHO, 2015; FERNANDES et al., 2016). Este, que é o maior desastre socioambiental da história do Brasil (ESCOBAR, 2015; SILVA; FERREIRA; SCOTTI, 2015; ESPINDOLA et al., 2016; FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016; LEONARDO et al., 2017) afetou, de forma direta ou indireta, aproximadamente 1,4 milhão de pessoas de 40 municípios, sendo 36 no estado de Minas Gerais e 4 no Espírito Santo (IBAMA, 2015; PINTO-COELHO, 2015; SILVA; FERREIRA; SCOTTI, 2015; ESPINDOLA et al., 2016; FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016).

Conforme Laudo Técnico do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2015), alguns dos danos ambientais e sociais diretos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão que podem ser citados são: morte e desaparecimento de pessoas; isolamento de áreas habitadas; desalojamento de comunidades; destruição de moradias e estruturas urbanas; fragmentação de *habitats*; destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa; mortalidade de animais de produção e impacto à produção rural; impacto no turismo; restrições à pesca; mortalidade de animais domésticos; mortalidade da fauna silvestre; mortalidade de peixes; impacto na geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas; alteração da qualidade e quantidade de água; e impacto no abastecimento público e dessedentação de animais.

Devido à intensidade do desastre, este foi classificado pela Defesa Civil como desastre de nível IV, o qual corresponde a um “desastre de muito grande porte”, cujos danos são importantes e consideráveis (IBAMA, 2015; PINTO-COELHO, 2015; ESPINDOLA et al., 2016; FERNANDES et al., 2016; FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016). Estudos mostraram que a ocorrência da perda da “memória ecológica” sob os rejeitos e o vasto período de permanência e ação dos metais pesados liberados pela tragédia sob os ecossistemas afetados demandarão extenso tempo de recuperação, que poderá variar entre décadas a cerca de um século (PINTO-COELHO, 2015; FERNANDES et al., 2016; FREITAS; SILVA; MENEZES, 2016; LEONARDO et al., 2017). Todavia, somente por meio de amplos estudos ambientais é que é possível conhecer, exatamente, a composição e os efeitos desses rejeitos sobre o ambiente, bem como fazer uma previsão sobre o tempo de depuração e de recuperação das áreas atingidas.

Conforme o Termo de Ajustamento Preliminar firmado entre o Ministério Público Federal, Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., cabe ao Lactec a realização do diagnóstico dos danos socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ao longo da bacia do rio Doce e da zona costeira adjacente. As atividades do Lactec incluem assessoria técnica ao MPF-MG, além da realização de coletas, pesquisas e análises de dados de materiais da região, de modo a identificar as alterações nos meios físico, biótico e de bens arqueológicos e culturais para a obtenção de um quadro detalhado dos danos ambientais provocados ou intensificados pelo desastre.

Os serviços iniciaram-se em março de 2017 e, para sua execução, foi criada uma equipe multidisciplinar composta por pesquisadores do Lactec e consultores especialistas em várias áreas do conhecimento, como engenharia ambiental e civil, geologia, química, hidrologia, oceanografia, agronomia, limnologia, botânica, biologia, arqueologia, história, entre outras. O foco desse trabalho é o levantamento dos danos socioambientais, e apesar de muitos aspectos apresentarem uma grande interface com a população humana, os danos sociais e econômicos não são abordados nesse estudo. Esses danos estão sendo estudados por outras instituições selecionadas pelo Ministério Público Federal.

As atividades iniciaram-se pelo levantamento de dados dos ambientes afetados antes do desastre, o que culminou no Relatório de Linha-Base (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2017a,b,c). Na sequência, realizou-se um levantamento de dados e estudos secundários realizados após o desastre, gerando o Relatório Pós-Desastre (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018a,b). Ambos os documentos formaram a base para o levantamento preliminar de danos ambientais decorrentes do desastre, formalizado no Relatório Metodológico de Valoração Econômica e Identificação de Danos Ambientais (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018e).

Ressalta-se que a área do conhecimento do patrimônio arqueológico e cultural foi tema de um documento separado, denominado Relatório Consolidado de Bens Arqueológicos e Culturais (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018c), no qual estão apresentados o levantamento de Linha-Base para o patrimônio arqueológico e cultural e uma avaliação das ações desenvolvidas sobre esses patrimônios até maio de 2018.

Na continuidade das atividades, foi emitido o 1º Relatório Parcial de Resultados, com os primeiros resultados parciais do diagnóstico até maio de 2018 (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018d). Também, foi emitido um relatório contendo a Caracterização do Rejeito de Mineração do Complexo de Germano (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018f).

Já em 2019, foi emitido o Relatório de Atualização da Linha-Base (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2019a,b,c,d), readequado dentro da abordagem ecossistêmica e complementado com informações até outubro de 2018. Um 2º Relatório Parcial de Resultados foi emitido com resultados parciais do diagnóstico até janeiro de 2019 (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2019e).

Com a execução de dois anos de estudo, sendo um de monitoramento ambiental, neste diagnóstico estão apresentados os primeiros resultados consolidados por danos do desastre, mensurados em relação à Linha-Base. Apesar de alguns danos ainda demandarem maiores investigações, o diagnóstico dos danos já possui resultados robustos, sendo capaz de auxiliar no fornecimento respostas à sociedade, de modo a subsidiar a tomada de decisão sobre os caminhos para a recuperação dos ambientes afetados pelo desastre.

Como o diagnóstico é extenso e complexo foi dividido em cinco tomos. No primeiro, denominado “Contextualização”, está apresentada a introdução do estudo, os aspectos metodológicos, os dados base para os danos, a matriz de danos e conclusões. Na sequência estão apresentados os tomos por ambientes afetados denominados “Ambientes Aquáticos Continentais”, “Ambiente Terrestre e Atmosfera” e “Zona Costeira e Marinha”, com os danos por ambientes afetados.

O quinto tomo está dividido em três volumes relativos ao “Patrimônio Arqueológico”, “Patrimônio Cultural Material” e “Patrimônio Cultural Imaterial”, onde estão apresentados os danos aos bens referentes a cada patrimônio.

Cada tomo é constituído por um volume de diagnóstico de danos, contendo capítulos com numeração sequencial, sendo subdivididos em itens, ou tópicos, para a estruturação hierárquica dos textos por assuntos lógicos. Os textos estão complementados e ilustrados por figuras, gráficos, quadros e tabelas, com numeração sequencial. Também, estão apresentados documentos suplementares, que se caracterizam como relatórios técnicos que subsidiam a avaliação de danos. Ao final de cada volume estão apresentadas suas respectivas referências bibliográficas. Alguns tomos ainda apresentam volumes separados para Apêndices e Anexos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	37
2 METODOLOGIA	39
2.1 Breve Histórico	39
2.2 Etnografia Compartilhada: Experiência do LabNAU/USP	42
2.3 Narrativas Etnográficas como Subsídio para a Avaliação de Danos aos Bens Imateriais	45
2.4 Protocolo da Pesquisa Etnográfica na Bacia do Rio Doce	48
2.4.1 Seleção dos Bens e Planejamento do Campo	50
2.4.2 Construção de Instrumentais de Pesquisa	50
2.4.3 Coleta de Dados e Informações	52
2.4.4 Organização de Dados de Campo e Preenchimento de Fichas de Bens e Localidades	55
2.4.5 Análise dos Dados	55
2.5 Classificação dos Danos	56
2.6 Avaliação de Danos ao Patrimônio Cultural Indígena	60
3 DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO COMPARTIMENTO 1	62
3.1 LOCALIDADES AFETADAS.....	66
3.1.1 Mariana	66
3.1.1.1 Bento Rodrigues	66
3.1.1.2 Santa Rita Durão	70
3.1.1.3 Camargos	71
3.1.1.4 Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima.....	72
3.1.1.5 Monsenhor Horta	75
3.1.1.6 Ponte do Gama.....	75
3.1.1.7 Furquim	78
3.1.1.8 Pedras	79
3.1.2 Barra Longa	82
3.1.2.1 Barreto e Campinas.....	82
3.1.2.2 Gesteira.....	83
3.1.2.3 Sede do município.....	85
3.1.3 Rio Doce	87
3.1.3.1 Sede do município.....	87
3.1.3.2 Santana do Deserto	88
3.1.4 Santa Cruz do Escalvado.....	90
3.1.4.1 Sede do Município.....	90

3.1.4.2	São Sebastião do Soberbo	91
3.1.4.3	Merengo.....	92
3.2	DANOS ÀS CELEBRAÇÕES.....	93
3.2.1	Festa de Nossa Senhora de Nazaré.....	95
3.2.1.1	Análise de danos à Festa de Nossa Senhora de Nazaré	95
3.2.2	Festa de Nossa Senhora das Mercês.....	96
3.2.2.1	Análise de danos à Festa de Nossa Senhora das Mercês.....	98
3.2.3	Festa de São Bento	99
3.2.3.1	Análise de danos à Festa de São Bento.....	100
3.2.4	Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues.....	103
3.2.4.1	Análise de danos à Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues	104
3.2.5	Festa Junina.....	105
3.2.5.1	Análise de danos à Festa Junina.....	106
3.2.6	Festa de Santa Cruz.....	107
3.2.6.1	Análise de danos à Festa de Santa Cruz	108
3.2.7	Festa Nossa Senhora da Conceição.....	109
3.2.7.1	Análise de danos à Festa Nossa Senhora da Conceição	110
3.2.8	Festa do Menino Jesus.....	111
3.2.8.1	Análise de danos à Festa do Menino Jesus	113
3.2.9	Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu.....	114
3.2.9.1	Análise de danos à Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu	115
3.2.10	Folia de Reis de Paracatu	117
3.2.10.1	Análise de danos à Folia de Reis de Paracatu.....	118
3.2.11	Conjunto de Festas Religiosas de Furquim.....	119
3.2.11.1	Análise de danos ao Conjunto de Festas Religiosas de Furquim	120
3.2.12	Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio	121
3.2.12.1	Análise de danos ao Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio	124
3.2.13	Folia de Reis de Barreto	126
3.2.13.1	Análise de danos à Folia de Barreto	127
3.2.14	Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição.....	127
3.2.14.1	Análise de danos ao Conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição	129
3.2.15	Carnaval	131
3.2.15.1	Análise de danos ao Carnaval.....	131

3.2.16	Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Celebrações no Compartimento 1	132
3.3	DANOS ÀS FORMAS DE EXPRESSÃO.....	134
3.3.1	Coral de Nossa Senhora de Nazaré	136
3.3.1.1	Análise de danos ao Coral de Nossa Senhora de Nazaré	136
3.3.2	Coral de São Bento.....	137
3.3.2.1	Análise de danos ao Coral de São Bento.....	138
3.3.3	Cavalgada de Ponte do Gama	139
3.3.3.1	Análise de danos à Cavalgada de Ponte do Gama	140
3.3.4	Ensaios da Sociedade Musical São Caetano.....	141
3.3.4.1	Análise de danos aos Ensaios da Sociedade Musical São Caetano	141
3.3.5	Cavalgada de Paracatu.....	142
3.3.5.1	Análise de danos à Cavalgada de Paracatu	144
3.3.6	Cavalgada de Gesteira.....	146
3.3.6.1	Análise de danos à Cavalgada de Gesteira.....	147
3.3.7	Banda Nossa Senhora do Carmo.....	148
3.3.7.1	Análise de danos à Banda Nossa Senhora do Carmo	148
3.3.8	Corporação Musical São José.....	149
3.3.8.1	Análise de danos à Corporação Musical São José.....	149
3.3.9	Congado de N. Sra. do Rosário de Santana do Deserto	149
3.3.9.1	Análise de danos ao Congado de N. Sra. do Rosário de Santana do Deserto	151
3.3.10	Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Formas de Expressão no Compartimento 1.....	152
3.4	DANOS AOS LUGARES	153
3.4.1	Bento Rodrigues.....	155
3.4.1.1	Análise de danos à Bento Rodrigues	156
3.4.2	Bar e Restaurante da Sandra.....	165
3.4.2.1	Análise de danos ao Bar e Restaurante da Sandra.....	166
3.4.3	Trecho da Estrada Real.....	167
3.4.3.1	Análise de danos ao Trecho da Estrada Real	170
3.4.4	Cachoeira de Camargos	172
3.4.4.1	Análise de danos à Cachoeira de Camargos.....	173
3.4.5	Campo de Futebol de Pedras	175
3.4.5.1	Análise de danos ao Campo de Futebol de Pedras	177
3.4.6	Cachoeira e Prainha da Passagem.....	178
3.4.6.1	Análise de danos à Cachoeira e Prainha da Passagem.....	179

3.4.7	Campo de Futebol de Gesteira.....	181
3.4.7.1	Análise de danos ao Campo de Futebol de Gesteira	182
3.4.8	Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte.....	184
3.4.8.1	Análise de danos ao Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte.....	185
3.4.9	Caminho de São José.....	187
3.4.9.1	Análise de danos ao Caminho de São José.....	189
3.4.10	Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado	190
3.4.10.1	Análise de danos ao Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado.....	190
3.4.11	Conjunto de bens associados à Usina Hidrelétrica de Candonga.....	191
3.4.11.1	Análise de danos ao Conjunto de Bens Associados à Usina Hidrelétrica de Candonga	191
3.4.12	Campo de Futebol associado à Fazenda Floresta.....	193
3.4.12.1	Análise de danos ao Campo de Futebol Associado à Fazenda Floresta	194
3.4.13	Rio Doce	195
3.4.13.1	Análise de danos ao Rio Doce	199
3.4.14	Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Lugares no Compartimento 1	203
3.5	DANOS AOS OFÍCIOS, SABERES E MODOS DE FAZER.....	204
3.5.1	Artesanato do Bordado (Associação Barra-Longuense de Bordadeiras e Artesãos)	206
3.5.1.1	Análise de danos ao Artesanato do Bordado (Associação Barra-Longuense de Bordadeiras e Artesãos).....	207
3.5.2	Faiscagem e Pesca.....	207
3.5.2.1	Análise de danos à Faiscagem e Pesca	210
3.5.3	Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Ofícios, Saberes e Modos de Fazer no Compartimento 1.....	212
4	DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO COMPARTIMENTO 2	213
4.1	LOCALIDADES AFETADAS.....	216
4.1.1	Rio Casca	216
4.1.1.1	Córrego Preto e Rochedo	216
4.1.2	Sem-Peixe.....	217
4.1.2.1	Califórnia	217
4.1.3	São José do Goiabal.....	218
4.1.3.1	Biboca	218
4.1.3.2	Mecias Gomes.....	219
4.1.3.3	Firma Araújo.....	220

4.1.4	Pingo D'Água	220
4.1.4.1	Sede do município	220
4.1.5	Bom Jesus do Galho	221
4.1.5.1	Revés do Belém	221
4.1.6	Caratinga	223
4.1.6.1	Ilha do Rio Doce	223
4.1.7	Ipaba.....	225
4.1.7.1	Sede do município	225
4.1.8	Belo Oriente	226
4.1.8.1	Perpétuo Socorro	226
4.1.9	Bugre	229
4.1.9.1	São Lourenço.....	229
4.1.10	Naque	229
4.1.10.1	Sede do município	230
4.1.11	Periquito.....	230
4.1.11.1	Sede do município	230
4.1.11.2	Pedra Corrida	232
4.1.12	Fernandes Tourinho	233
4.1.12.1	Senhora da Penha	233
4.1.13	Governador Valadares.....	234
4.1.13.1	Sede do município.....	235
4.1.13.2	Ilha Brava.....	237
4.1.13.3	Baguari	238
4.1.14	Tumiritinga	241
4.1.14.1	Sede do município.....	241
4.1.14.2	São Tomé do Rio Doce.....	243
4.1.15	Galileia.....	244
4.1.15.1	Sede do município.....	244
4.1.16	Conselheiro Pena.....	245
4.1.16.1	Sede do município.....	245
4.1.16.2	Barra do Cuieté	247
4.1.17	Resplendor	248
4.1.17.1	Sede do município	248
4.1.18	Aimorés	249
4.1.18.1	Sede do município.....	249

4.2 DANOS ÀS CELEBRAÇÕES	251
4.2.1 Carnajaó	253
4.2.1.1 Análise de danos ao Carnajaó	254
4.2.2 Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Celebrações no Compartimento 2..	255
4.3 DANOS AOS LUGARES	256
4.3.1 Garfo Clube	258
4.3.1.1 Análise de danos ao Garfo Clube	259
4.3.2 Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó	259
4.3.2.1 Análise de danos ao Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó	260
4.3.3 Rio Doce	262
4.3.3.1 Análise de danos ao Rio Doce	279
4.3.4 Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Lugares no Compartimento 2	308
4.4 DANOS AOS OFÍCIOS, SABERES E MODOS DE FAZER.....	309
4.4.1 Produção de Doces e Chuck	311
4.4.1.1 Análise de danos à Produção de Doces e Chuck	312
4.4.2 Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Ofícios, Saberes e Modos de Fazer no Compartimento 2.....	312
5 DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO COMPARTIMENTO 3	313
5.1 LOCALIDADES AFETADAS.....	315
5.1.1 Baixo Guandu	315
5.1.1.1 Sede do município	315
5.1.1.2 Mascarenhas	318
5.1.2 Colatina	319
5.1.2.1 Itapina	319
5.1.2.2 Sede do município.....	321
5.1.2.3 Barbados	324
5.1.2.4 Maria Ortiz	325
5.1.3 Marilândia	327
5.1.3.1 Boa Vista e Boninsegna.....	327
5.1.4 Linhares.....	328
5.1.4.1 Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus	328
5.1.4.2 Sede do município.....	329
5.1.4.3 Areal.....	331
5.1.4.4 Povoação.....	334
5.1.4.5 Regência.....	335

5.1.4.6 Pontal do Ipiranga	337
5.1.4.7 Barra Seca e Urussuquara	340
5.1.5 Aracruz	342
5.1.5.1 Litoral de Aracruz	342
5.1.5.2 Vila do Riacho.....	343
5.2 DANOS ÀS CELEBRAÇÕES	347
5.2.1 Folia de Reis de Povoação	347
5.2.1.1 Análise de danos à Folia de Reis de Povoação	348
5.2.2 Conjunto de Celebrações de Regência.....	348
5.2.2.1 Análise de danos ao Conjunto de Celebrações de Regência	350
5.2.3 Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Celebrações no Compartimento 3..	351
5.3 DANOS ÀS FORMAS DE EXPRESSÃO.....	352
5.3.1 Capoeira/Mestres da capoeira.....	353
5.3.1.1 Análise de danos à Capoeira/Mestres de Capoeira	353
5.3.2 Congada	354
5.3.2.1 Análise de danos à Congada	355
5.3.3 Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho	357
5.3.3.1 Análise de danos à Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho	358
5.3.4 Banda de Congo de São Benedito de Itaparica.....	361
5.3.4.1 Análise de danos à Banda de Congo de São Benedito de Itaparica	362
5.3.5 Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Formas de Expressão no Compartimento 3	364
5.4 DANOS AOS LUGARES	365
5.4.1 Lagoa do Óleo	366
5.4.1.1 Análise de danos à Lagoa do Óleo.....	367
5.4.2 Complexo Lacustre de Linhares	368
5.4.2.1 Análise de danos ao Complexo Lacustre de Linhares.....	371
5.4.3 Balneário de Barra Seca e Urussuquara	373
5.4.3.1 Análise de danos ao Balneário de Barra Seca e Urussuquara	374
5.4.4 Balneário do Pontal do Ipiranga.....	376
5.4.4.1 Análise de danos ao Balneário do Pontal do Ipiranga	377
5.4.5 Aldeia Areal	379
5.4.5.1 Análise de danos à Aldeia Areal	382
5.4.6 Balneário de Povoação.....	386

5.4.6.1	Análise de danos ao Balneário de Povoação	388
5.4.7	Praia de Regência	389
5.4.7.1	Análise de danos à Praia de Regência.....	390
5.4.8	Balneário de Aracruz	392
5.4.8.1	Análise de danos ao Balneário de Aracruz	394
5.4.9	Rio Doce	400
5.4.9.1	Análise de danos ao Rio Doce	407
5.4.10	Quadro Síntese dos Danos ao Conjunto de Lugares no Compartimento 3	424
6	DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS DE COMUNIDADES REMANESCENTES	
	QUILOMBOLAS.....	425
6.1	Avaliação de Danos ao Patrimônio Cultural Quilombola.....	425
6.1.1	Curralinho dos Paulas	429
6.1.2	Vila Santa Efigênia.....	429
6.1.3	Bairro de Fátima	430
6.1.4	Quilombo do Areião	432
6.1.5	Quilombo da Charneca.....	432
6.1.6	Comunidade dos Bernardos	433
6.1.7	Comunidade Degredo	433
6.1.8	Desafios do Diagnóstico de Danos aos Bens Culturais das Comunidades Tradicionais	433
6.2	Diagnóstico de Danos aos Bens Imateriais da CRD Degredo.....	438
6.2.1	Conjunto de Celebrações de Degredo	448
6.2.1.1	Análise de danos ao Conjunto de Celebrações de Degredo.....	450
6.2.2	Balneário de Degredo	452
6.2.2.1	Análise de danos ao Balneário de Degredo.....	454
7	CONCLUSÕES.....	457
8	ANÁLISE INTEGRADA	464
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	468
	GLOSSÁRIO	473



1 INTRODUÇÃO

O TOMO V está constituído por três volumes de diagnóstico (bens materiais, imateriais e arqueológicos) e demais de apêndices e anexos. No caso deste presente diagnóstico de bens imateriais, o mesmo será composto por um único volume de diagnóstico.

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa antropológica, de caráter etnográfico, realizada no âmbito do Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce, mais precisamente, na avaliação de danos ao patrimônio imaterial.

Tendo em vista as especificidades desta pesquisa, em que a questão do patrimônio cultural imaterial se apresenta como tema de análise, serão expostas as reflexões e ações que nortearam a realização de etnografia em um complexo cenário marcado por disputas, tensões, conflitos, demandas e negociações que envolvem um conjunto de vozes, saberes e interesses. Para enfrentar tal desafio, foi realizado um trabalho direcionado a trazer insumos para o diagnóstico e consequente valoração econômica dos danos imputados ao patrimônio imaterial, que não esteve desvinculado da reflexão sistemática sobre responsabilidade e ética promovida pelo saber científico.

Os instrumentos metodológicos foram afinados a um olhar etnográfico já treinado para, em campo, perceber e registrar as diferentes situações em seus detalhes. A estratégia adotada mostrou-se eficaz para observação e análise dos significados atribuídos pelos próprios atores sociais às suas práticas culturais e modos de vida. Em um processo no qual a agência dos atores sociais revela-se fundamental, as percepções das pessoas com relação aos danos causados aos bens imateriais são os principais elementos que sustentaram as narrativas etnográficas apresentadas neste diagnóstico, constituindo-se em verdadeiros ‘elementos de prova’.

O relatório apresenta narrativas com base nas categorias e relatos coletados durante o trabalho de campo e fundamentadas criticamente à luz de esquemas conceituais antropológicos, com o objetivo de constituir evidências para subsidiar o diagnóstico acerca dos danos aos bens culturais imateriais e municiar possíveis medidas judiciais.

Além de contribuir para desdobramentos da valoração dos danos aos bens imateriais causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, a elaboração deste relatório para análise da magnitude e extensão dos danos com base nas percepções das populações locais afetadas – inclusive aqueles causados pelas medidas reparatórias pós-desastre – pode ser tomado, também, como trabalho de referência para a formulação de parâmetros de mediação de contextos similares.

A aplicação do método da Antropologia para a agenda de pesquisa em tais contextos, vinculada ao subcampo de pesquisa chamado Antropologia do Desastre, pode contribuir para a compreensão dos modos como os afetados respondem e lidam com o processo de reconstrução e recuperação, frente aos danos sociais e culturais de curto, médio e longo prazo.

Neste quadro, a Antropologia tem condição de propor a construção de formas de ação e estabelecimento de arranjos institucionais que superem uma lógica apenas reativa de mitigação e compensação, atualmente observadas em medidas reparatórias acionadas diante das alterações drásticas a que foram submetidos os modos de vida das populações locais e dos danos causados aos bens culturais imateriais.

Os danos evidenciados ao longo do diagnóstico sobre bens culturais imateriais, advindos do desastre da Samarco, foram no total de 07. Sendo eles:

- 1) Alteração no acesso de matérias-primas e implementos associados necessários à produção de bens culturais;
- 2) Alteração na circulação de práticas e bens culturais;
- 3) Sofrimento social;
- 4) Alteração de espaços de referência de memória;
- 5) Alteração de espaços relacionados às práticas culturais;
- 6) Alteração da rede de relações comunitárias;
- 7) Alteração de práticas culturais.

Por fim, o relatório é composto por nove partes:

- 1) Introdução: Apresenta sucintamente o conteúdo do relatório;
- 2) Metodologia: Esta seção é composta por procedimentos, protocolos e técnicas adotadas para realizar a pesquisa de caráter etnográfico. Cabe destacar que foi necessário apresentar no início da seção uma breve descrição dos aspectos teóricos que embasam o método etnográfico, em especial, da etnografia compartilhada, que sustenta a presente pesquisa. Por seu turno, o protocolo do estudo detalha cada fase do trabalho, da seleção dos bens à análise dos danos, perpassando, ainda, pela classificação de danos. São trazidos apontamentos sobre a análise do patrimônio cultural alvo de danos nas terras indígenas, alvo de relatório específico;
- 3) Danos aos Bens Culturais Imateriais no Compartimento 1: Nesta sessão indica-se os resultados da pesquisa antropológica sobre bens culturais imateriais, dividido e organizado de acordo com os municípios e localidades afetados do Compartimento 1 e danos às celebrações, formas de expressão, lugares, ofícios, saberes e modos de fazer;
- 4) Danos aos Bens Culturais Imateriais no Compartimento 2: Nesta sessão indica-se os resultados da pesquisa antropológica sobre bens culturais imateriais, dividido e organizado de acordo com os municípios e localidades afetados do Compartimento 2 e danos às celebrações, lugares, ofícios, saberes e modos de fazer.
- 5) Danos aos Bens Culturais Imateriais no Compartimento 3: Nesta sessão indica-se os resultados da pesquisa antropológica sobre bens culturais imateriais, dividido e organizado de acordo com os municípios e localidades afetados do Compartimento 3 e danos às celebrações, formas de expressão e lugares;
- 6) Danos aos Bens Culturais de Comunidades Remanescentes Quilombolas: Nesta sessão é realizada a análise de danos ao patrimônio imaterial em territórios quilombolas, destacando-se que só foram evidenciados danos na Comunidade Quilombola Degredo, em Linhares/ES (no Compartimento 3).
- 7) Conclusões.
- 8) Análise Integrada: Este tópico apresenta uma análise dos danos identificados aos bens arqueológicos e culturais materiais e imateriais de maneira integrada.
- 9) Referências Bibliográficas.

2 METODOLOGIA

2.1 BREVE HISTÓRICO

A Antropologia, como parte do campo científico, tem metodologia própria, estabelecida ao longo de sua experiência em pesquisas de campo e nas elaborações teóricas. No entanto, é possível distinguir seu atual formato acadêmico de uma tradição mais antiga que pode ser denominada de “antropologia como atitude”: trata-se do “encontro com o Outro” e que remete, como um dos seus antecedentes, à própria Antiguidade Clássica. Uma das referências é constituída pelos relatos do historiador grego Heródoto (séc. V a.C.) sobre seus contatos com os povos então denominados de “bárbaros” por não falarem ou entenderem a língua grega.

Tais encontros podem ser marcados pela curiosidade, pela busca de entendimento frente às diferenças culturais ou, ao contrário, de recusa ou julgamento. Ao longo da história, esses contatos se multiplicaram, e outro caso emblemático é ilustrado pelas incursões do viajante veneziano Marco Polo ao extremo oriente e seus encontros com o imperador Kublai Khan. O Brasil, visto como um lugar exótico a ser explorado e estudado, também foi percorrido por viajantes, como se pode comprovar nos relatos e gravuras de naturalistas como Martius e Spix, os pintores Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, entre os mais conhecidos.

Só em meados do séc. XIX na Europa, contudo, é que essa atitude de “encontro com o Outro” tornou-se o foco de interesse da Antropologia e a alteridade o mote de suas pesquisas. Os primeiros antropólogos (chamados “de gabinete”) ainda dependiam dos relatos dos viajantes e das narrativas de missionários, marujos, comerciantes, agentes coloniais etc. – nem sempre muito confiáveis, tendo em vista sua maneira de encarar o Outro, considerado “selvagem”. Logo, porém, o interesse pela questão da alteridade os leva a buscarem eles próprios os dados e informações: saem do conforto de suas câtedras e partem para vilas e aldeias em ilhas distantes e continentes até então ainda pouco conhecidos.

O nome mais em evidência é do polonês naturalizado britânico Bronislaw Malinowski, membro da *London School of Economics*, que passou três anos em convívio entre nativos das ilhas Trobriand na Melanésia e, ao final de sua jornada, escreveu, entre outras monografias, o clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, onde detalha não só o modo de vida dos nativos, mas também o método específico da Antropologia (MALINOWSKI, [1922] 1978). Sistematizado por ele, tal método – *etnografia* – implica longo período de permanência, aprendizado da língua nativa e o envolvimento na rotina diária da aldeia, processo que Malinowski chamou de “observação participante”. Ademais, a referência no título à cultura grega não é sem razão; os trobriandeses já não são considerados selvagens ou primitivos, pois seu modo de vida, conforme mostrou Malinowski, é tão elaborado e digno de interesse quanto os do mundo ocidental – ainda que diferente.¹ Esse método terminou sendo seguido por outros antropólogos que deixam seus países para deparar-se com a imensa variedade de “Outros”, mundo afora. É com base nessas pesquisas, sobre as culturas e modos de vida, principalmente de povos indígenas, camponeses, pastores, ribeirinhos hoje denominados “sociedades de pequena escala” – que se

1 Termos usados pela Escola Evolucionista Cultural que classificava os povos segundo o esquema *selvageria/barbárie/civilização* –, conforme o suposto grau de desenvolvimento de suas instituições econômicas, familiares, religiosas etc.

consolidaram não só o método e instrumentos de pesquisa, mas teorias sobre seus sistemas de parentesco, organização social, rituais religiosos, celebrações, mitologias, arte, ofícios etc.

Fazem parte dessa trajetória muitos experimentos em campo, trocas com os habitantes das localidades visitadas, mas também desencontros, conflitos. Na década de 1950, com os movimentos de independência, principalmente na África, continente que foi objeto de inúmeras pesquisas de antropólogos brancos, provenientes dos países colonizadores, foi preciso repensar o método.² Até então, o caráter considerado científico e objetivo da Antropologia era incontestado; na nova conjuntura social, política e econômica, a relação de poder entre pesquisador e pesquisados ficou evidente, colocando em xeque a autoridade e legitimidade do antropólogo para recolher e registrar informações e, principalmente, interpretar os modos de vida daqueles povos.

A esta “rebelião do objeto”, como o movimento ficou conhecido, com consequências nas formas de atuar em campo, impondo readequações nas relações com os nativos, seguiu-se outra, a “rebelião no centro”, agora contra o *establishment* nos países centrais. Os marcos mais conhecidos foram, nos EUA, o movimento da contracultura (*On the road*, de Jack Kerouac, 1957, um ícone da chamada geração *beatnik*); os protestos de maio de 1968 na França, a Primavera de Praga, entre outros. A Antropologia, assim como outras disciplinas, principalmente na área das humanas, não ficou imune a todo esse movimento geral de contestação à ordem constituída – econômica, política, cultural, religiosa, intelectual, com seus estilos de vida alternativos.

Clifford Geertz, antropólogo norte-americano, atento a essa virada dos anos 1960, assim caracterizou a questão da legitimidade do discurso tradicional da disciplina, para ele, a Antropologia “não era uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa à procura do significado” (GEERTZ [1973] 1978: 15). Em outra passagem, afirma que os textos antropológicos são interpretações de “segunda e terceira mão: por definição somente o nativo faz a interpretação em primeira mão, é a sua cultura” (id. ib.: 25). Os novos “nativos”, oriundos do movimento estudantil, feminista, homossexual, imigrantes, hippies, protagonistas desses movimentos de contestação, – tal como seus antecessores de anos atrás, nas ex-colônias do continente africano, mas agora na sociedade ocidental – também entraram em choque com esquemas interpretativos hegemônicos, aprofundando o que terminou sendo denominado de a “crise de representação”.

Na esteira do já havia assinalado Wittgenstein (2000), o que conta e tem legitimidade são os “jogos de linguagem”, ou seja, as falas e discursos produzidos por e para esses novos personagens da cena política e cultural dos tempos pós-modernos. Uma das consequências de todo esse ambiente de contestação, na Antropologia, foi a desconfiança na legitimidade das teorias e método dominantes: já não se podia recorrer ao famoso *Guia Prático de Antropologia* (1973), manual sucessivamente revisado pelo Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e Irlanda, desde os anos 1920, com suas normas e recomendações para a pesquisa sobre parentesco, cosmologia, mitologia, cultural material, rituais religiosos, etc.

Agora, cada pesquisador teria de se haver com as particularidades de seu campo, lidar com a “voz dos pesquisados” e sua desconfiança com relação à autoridade etnográfica, além de estar atento

² A Escola de Manchester, que reuniu um grupo de antropólogos vinculados ao Rhodes-Livingstone Institute, teve um papel fundamental na consolidação do método etnográfico ao propor, de forma crítica, avanços metodológicos em relação ao modelo clássico proposto por Bronislaw Malinowski, no contexto das sociedades africanas.

às contribuições de outras disciplinas então em voga como a psicanálise, semiótica, teorias do conhecimento, as dúvidas levantadas pela epistemologia, etc. Chegou-se ao ponto de apresentar resultados de pesquisa na forma de obras com autoria compartilhada onde a página par continha a interpretação do antropólogo e, ao lado, na página ímpar, a do xamã, do chefe, do militante.

Passada a fase mais radical, dessa, posta em dúvida sobre as formas tradicionais de operar da Antropologia, aos poucos volta-se para seu legado e as questões colocadas por novas conjunturas são levadas em conta por autores pós-modernos, mas confrontadas com as monografias clássicas.³ As exigências de objetividade e cientificidade recuperam esse legado que sempre levou em conta o saber do grupo com o qual se está em contato: suas maneiras de interpretar são suscitadas e exigidas por um modo específico de estar no mundo.

Assim, a aparente fragmentação que parecia ter tomado conta da produção antropológica, retoma seu fundamento: se os discursos dos atores sociais em sua diversidade muitas vezes se apresentam como fragmentários, controversos, redundantes ou complementares, é com base em tal *corpus* que o pesquisador elabora as “narrativas”, resultado final desta particular forma de aplicação do método etnográfico.

Seu pressuposto é ideia de que o objeto de observação tem duas faces: uma, relacionada com o agente, é a que faz sentido imediato para ele, pois é sua prática; a outra é percebida pelo pesquisador, que reconhece esse sentido e o descreve, nos seus termos. Marc Augé (1994), evocando a expressão “lugares de memória”, de Pierre Nora (1984), utiliza o termo *lugar antropológico*: “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (op. cit.: 51). Do ponto de vista do agente, trata-se de um “arranjo”, resultado de escolhas frente a um repertório de alternativas; o observador reconhece-o, segue-o e, no processo de investigação, refere-o a outros recortes, quando, então, constitui uma “unidade de análise” em outro nível.

Outra referência vai nessa mesma direção: trata-se do “momento etnográfico” de Marilyn Strathern (2014) em que a autora descreve algumas estratégias da inserção etnográfica em campo e sua contrapartida na elaboração posterior. Segundo ela, a tarefa é não apenas compreender os efeitos de certas práticas na vida das pessoas, mas recriar esses efeitos no contexto da escrita; a análise já começa em campo, mas a influência dos atores sociais (os “anfitriões” do etnógrafo, na linguagem da autora) continua sobre estes. A divisão entre tais momentos cria dois tipos de relação: a primeira separa, dando a ideia de que uma coisa é a observação e, outra, a análise; mas a segunda relação os junta – e este é o “momento etnográfico”:

O momento etnográfico é uma relação, assim como um signo é linguístico e pode ser pensado como uma relação (ao juntar significante e significado). Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento de análise). (op. cit.: 350)

Portanto, uma unidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser trabalhada como categoria de mais longo alcance. Para os primeiros, é o contexto da experiência – descrito em suas

³ A denominação “Antropologia Interpretativa”, cunhada por Geertz, é agora substituída por expressões como “Antropologia Simétrica”, “Antropologia Reversa”, que remetem para o processo de construção do texto antropológico, resultado de uma “negociação” entre os pontos de vista do antropólogo e os dos atores sociais com os quais interage.

narrativas – e, para o segundo, um recurso analítico, chave de inteligibilidade. Uma vez que não se pode contar com tal unidade dada *a priori*, postula-se uma a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas como condição para que se possa dizer algo mais que generalidades a respeito de tal ou qual objeto de estudo.

Para captar os vários planos dessa dinâmica, por conseguinte, é preciso situar o foco, nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada ator social, nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas genérico e sem rendimento explicativo. Em outros termos, nem no nível das grandes estruturas físicas, econômicas, institucionais etc., nem no das escolhas individuais: há planos intermediários onde se pode distinguir a presença de padrões, de regularidades. Para captá-los é preciso, por conseguinte, modular o olhar. Entre um “de fora e de longe” e o “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2012) certamente há nuanças e gradações que permitem variar ângulos e escalas da observação.

Concluindo: Se o ponto de partida são as narrativas dos atores sociais, com suas ambiguidades, redundâncias, etc, o processo de produção de conhecimento do método etnográfico aponta na direção de identificar, nelas, regularidades que permitem compor narrativas mais abrangentes, consistentes. Não se trata, claro, nem de as encapsular numa teoria já estabelecida, nem da busca de um discurso coerente em sua totalidade. No entanto, renunciar a esses tipos de totalidade não significa embarcar no extremo oposto: um mergulho na fragmentação, pois, se não se pode delimitar uma única ordem, isso não significa que não haja nenhuma. Trata-se de um tipo de consistência que conforma conjuntos em diferentes escalas, com graus sucessivos de abrangência, para além da visão “microscópica” geralmente atribuída à etnografia, na esteira de uma certa leitura de Geertz (1978).

A Antropologia consolida-se, portanto, como uma disciplina científica para a qual é imprescindível ir a campo, interagir com os atores sociais, permitir “ser afetado” (FAVRET-SAADA, 2005), pois é nessa trama de relações que “a alteridade, premissa do conhecimento antropológico, se realiza” (SILVA, 2000: 25). E é na construção de um diálogo *com*, e não de um discurso *sobre* outros modos de pensamento (CLASTRES, 1968), que são elaboradas as narrativas que servem de base para o processo contínuo de produção científica do saber antropológico.

2.2 ETNOGRAFIA COMPARTILHADA: EXPERIÊNCIA DO LABNAU/USP

A Antropologia brasileira não ficou imune a todos esses processos e reflexões. E se as populações indígenas, num primeiro momento, constituíram o objeto mais significativo das pesquisas e análises, as transformações da estrutura econômica e social, especialmente em razão do incipiente processo de industrialização, introduziram outros temas. Dignos de nota foram “os estudos de comunidade”, desenvolvidos, por influência e com a presença de professores da Universidade de Chicago, na Escola Livre de Sociologia e Política na cidade de São Paulo na década de 1930.

Para se ter uma ideia da importância dessa instituição, cabe mencionar alguns intelectuais que lá se formaram e desenvolveram suas pesquisas como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Oracy Nogueira, Antonio Candido – este último, autor de *Os Parceiros do Rio Bonito: transformações no modo de vida caipira*. (CANDIDO, 1997). E a experiência não ficou restrita a

São Paulo: Charles Wagley, por exemplo, escreveu o célebre “*Uma comunidade amazônica*” (WAGLEY, [1953] 1977).

Dois centros universitários – um em São Paulo, a Universidade de São Paulo (USP) e outro no Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cada qual a seu modo – levaram adiante esse primeiro experimento e um novo tema de análise foi constituído em função da complexa realidade desses dois grandes centros urbanos, já nas décadas de 1960/1970.

No caso de São Paulo, mais especificamente, foi o modo de vida das classes trabalhadoras nos bairros de periferia com seus movimentos por equipamentos urbanos, festas tradicionais, espaços de lazer e sociabilidade – enfim, o “direito à cidade” – que constituíram os novos objetos de análise. Frente à diversidade da dinâmica e das experiências urbanas, potencializadas pela escala da cidade, foi preciso distinguir espaços, fronteiras, áreas de convívio e circulação, com o auxílio das categorias *peçaço*, *trajeto*, *mancha*, *pórtico* e *circuito*, que não se confundem com as divisões institucionais - centro, periferia, bairros, condomínios (MAGNANI, 2012).

Todo esse legado da Antropologia, contudo, deve ser constantemente reavaliado, tendo em vista as demandas que a cambiante realidade impõe, desde as questões próprias das grandes metrópoles, médias e pequenas cidades, até situações e eventos excepcionais como os ocorridos em consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Mariana (MG).

Para manter (e adequar) a proposta tradicional de etnografia nesses novos ambientes, o Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana (LabNAU/USP), coordenado pelo Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani (PPGAS-USP), desenvolveu uma forma de observar e registrar, pautada por um olhar que transita entre a perspectiva de *perto e de dentro* e outra *de longe e de fora*: ou seja, busca situar-se nem tão de perto que se confunda com a visão particularista dos pesquisados, nem tão de longe que leve a reproduzir o senso comum sobre a situação estudada: o recorte micro – que é onde a etnografia melhor opera – está sempre referido a enquadramentos mais amplos. Essa proposta – mais uma recomendação para direcionar o olhar – foi incorporada a diversas estratégias de pesquisa, conforme a particularidade dos objetos estudados, mas sempre seguindo a perspectiva de que:

(...) a etnografia (é) uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para explicar ou interpretar a lógica de sua visão de mundo mas para, numa verdadeira relação de debate e troca, contrastar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. (MAGNANI, 2012, p.207)

A partir de diversas experiências, o LabNAU aprimorou a metodologia da etnografia compartilhada, como forma de resolver um impasse frente ao formato clássico da pesquisa, aquela em que o antropólogo, numa jornada solitária, passa longos períodos de tempo junto à população que estuda, tradicionalmente em pequenas comunidades. O método de etnografia compartilhada tem sido empregado pelos pesquisadores do LabNAU/USP, tanto na denominada pesquisa multissituada (MARCUS, 1995) - comparando diferentes recortes não contíguos, como no contexto das cidades contemporâneas em suas diversas escalas.

Ao contrário do modelo tradicional, trata-se agora de um trabalho de campo intensivo feito em um período de tempo reduzido, por uma equipe e não por um pesquisador individual. Geralmente em duplas, combinando diversos olhares, inclusive de gênero, os pesquisadores entram em contato com

os atores sociais do contexto que está sendo trabalhado e, ao final de cada jornada, compartilham as percepções e observações realizadas em campo.

Os instrumentos de registro e análise são: caderno de campo, relatos de campo e relatório final. O primeiro deles, o caderno de campo (MAGNANI, 1997), é o mais tradicional instrumento de coleta do antropólogo, onde cada um registra, não apenas os dados que observou, mas também suas impressões pessoais, croquis, endereços etc. Em seguida, todos esses elementos são transcritos e editados nos respectivos relatos de campo, formando já uma narrativa de linha cronológica ainda sem muita preocupação com conceitos, teorias etc. mas, se for o caso, já apontando pistas interpretativas.

Esses relatos são compartilhados pela equipe – diferentemente do caderno de campo, que é pessoal – e assim, na jornada seguinte, o olhar de cada pesquisador terá incorporado outros pontos de vista e detalhes que lhe passaram despercebidos. Finalmente, o conjunto dos relatos de campo formarão o relatório final, agora sim, com o resultado do trabalho conjunto, com as interpretações baseadas não apenas nos dados de campo e impressões pessoais, mas no quadro conceitual pertinente, escolhido para a análise e que, desde o primeiro momento, norteou o projeto.

É possível evocar alguns antecedentes desse tipo de abordagem. O primeiro foi a “Expedição São Paulo: refazendo os antigos caminhos de São Paulo, 1985”⁴, caminhada de uma semana realizada com diversos profissionais seguindo os mesmos trajetos dos viajantes do século XIX para confrontar as descrições daquele “vazio oitocentista” com a trama urbana da mesma cidade 100 anos depois.

Esta experiência foi replicada e ampliada com um grupo maior de especialistas quase 20 anos depois por ocasião do aniversário de 450 anos da cidade: “São Paulo 450 anos - Uma viagem por dentro da metrópole”, em janeiro de 2004, coordenada pelo antropólogo José Guilherme Magnani e Maria Ignez Mantovani da empresa Expomus. Divididos em duas equipes, os pesquisadores percorreram a cidade do extremo sul ao norte, da região leste à oeste, visitando instituições, observando equipamentos públicos e privados, entrevistando lideranças, conversando com moradores, registrando a paisagem urbana. Do centro às periferias mais distantes foram realizadas interações com moradores, funcionários, ativistas, lideranças – em favelas, hotéis de luxo, cemitérios, centros comunitários, *shopping centers*, sindicatos – para entrar em contato com toda essa diversidade e suas desigualdades.

Outro exemplo recente foi o projeto “Cidades médias da calha do rio Solimões”, realizada pelo LabNAU/USP em parceria com o NEPECAB/UFAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira), na Amazônia, em diferentes períodos entre os anos 2013 e 2015. Nessa pesquisa de longa duração, mas também com caráter experimental, que combinou métodos da geografia com a etnografia, as categorias utilizadas nas experiências anteriores tiveram de adaptar-se à escala dos centros urbanos ao longo da calha do rio Solimões e à relação com o fluxo das águas, dialogando, ademais, com os instrumentos próprios da Geografia.

4 Promovida pelo *Jornal da Tarde* (Grupo *O Estado de São Paulo*) e pelo Centro Cultural São Paulo da Secretaria Municipal da Cultura, que tinha também como objetivo, no entendimento de seu idealizador, o arquiteto Júlio Abe Wakahara, fazer da mídia diária uma nova forma de museologia, uma vez que as impressões de viagem eram publicadas, com foto e textos, no dia seguinte, num caderno especial do jornal. Contou com a participação do antropólogo José Guilherme Magnani, além de outros especialistas – historiadores, arquitetos, ambientalistas.

Essas e demais experiências⁵, umas mais vinculadas à academia, outras solicitadas por demandas da sociedade civil, constituem um legado teórico-metodológico que capacita os pesquisadores ligados ao LabNAU ou que dele fizeram parte a assumirem desafios tais como os que agora lhes foram propostos pelo Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce.

2.3 NARRATIVAS ETNOGRÁFICAS COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO DE DANOS AOS BENS IMATERIAIS

Inúmeros foram os desafios enfrentados para o levantamento dos danos causados pelo desastre no patrimônio cultural imaterial das populações atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão ao longo do Rio Doce. O primeiro deles seria, em um período relativamente curto, cobrir uma área de 650 km, passando por dezenas de localidades – centro urbanos, comunidades rurais, vilas de pescadores – afetadas em seu modo de vida tradicional dada a impossibilidade de manter, em parte ou em sua totalidade, as relações de vizinhança, rituais coletivos, celebrações tradicionais, formas e locais de convívio.

A pesquisa aqui apresentada, com base em trabalho antropológico de caráter etnográfico, teve como objetivos: (1) coletar dados e informações para verificação das alterações nas práticas culturais e modos de vida das populações, muitas delas em condição social de vulnerabilidade, que foram afetadas pelo rompimento da barragem; (2) identificar os danos percebidos pelos atores e grupos sociais aos bens imateriais listados na Linha-Base (LB), assim como bens imateriais não acautelados ou inventariados que sofreram danos; (3) dimensionar as implicações do desastre ao patrimônio cultural imaterial.

A equipe de Antropologia ficou responsável pela pesquisa sobre o patrimônio cultural imaterial, que, do ponto de vista antropológico, não se restringe à dimensão intangível, mas resulta também da combinação desta dimensão com as condições de ordem material, como objetos e espaços.⁶ Segundo a legislação, o patrimônio imaterial engloba as seguintes tipologias de bens: *celebrações* (festas de caráter comemorativo e extraordinárias em relação à vida cotidiana), *formas de expressão* (manifestações e performances culturais), *lugares* (territórios de referência para as práticas culturais) e *ofícios, saberes e modos de fazer* (técnicas e conhecimentos tradicionais e locais) (IPHAN, 2010). Assim, a pesquisa etnográfica levou em conta todo esse complexo conjunto de expressões culturais – crenças, valores, visões de mundo, lugares de memória, formas de organização social das populações estudadas em contínuo processo de mudança. Tal composição dinâmica do patrimônio imaterial exige que este seja analisado como algo vivo e constitutivo do cotidiano das pessoas que de alguma forma foram afetadas pelo desastre.

5 Dentre as quais se destaca a pesquisa cultura e lazer: práticas físico-esportivas dos frequentadores do Sesc em São Paulo, realizada em uma parceria entre pesquisadores do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana e o Serviço Social do Comércio – São Paulo.

6 Para analisar antropológicamente questões relacionadas ao tema do patrimônio cultural imaterial em contextos de desastres, é necessário articular a bibliografia específica desse campo com as diferentes etapas do processo de constituição – reconhecimento, acautelamento, conservação, preservação, salvaguarda – dos bens. Por outro lado, cabe ressaltar que a incursão da Antropologia no campo do patrimônio cultural se insere num plano interdisciplinar, juntamente com Arqueologia, História, Arquitetura, entre outras disciplinas.

Tendo em vista as especificidades desta pesquisa - realizada para identificar e caracterizar danos ao patrimônio cultural imaterial em um complexo cenário marcado por disputas, tensões e negociações - foi necessário reavaliar, frente à produção antropológica do campo acadêmico, o modo como a prática etnográfica pode ser aplicada em contextos de desastre. Deste modo, a pesquisa se orientou pelos mesmos procedimentos de comprometimento ético e rigor científico da reflexão antropológica clássica, visando coletar informações confiáveis e dados consistentes. Apesar de pautar-se por um protocolo diferente daquele seguido pela pesquisa estritamente acadêmica, não abdica de uma reflexão conceitual já consolidada para assim poder dar conta dos novos impasses encontrados.

A pesquisa realizada no contexto deste diagnóstico procurou coletar e analisar as percepções dos atores, não só sobre os danos causados pelo desastre aos bens imateriais (celebrações, lugares, formas de expressão, ofícios, saberes e modos de fazer) listados na LB, mas também sobre danos a práticas e contextos que não haviam sido identificados no Relatório Consolidado (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018c) – a LB utilizada no presente diagnóstico foi atualizada em dezembro de 2018 (vide Tabela 1 a seguir) – que podem vir a ser dimensionados se identificados como constituintes e referenciais para os modos de vida locais. Esta última questão aponta para o caráter flexível e propositivo da etnografia, que permitiu reavaliar e atualizar o universo de bens investigados, na medida em que prioriza e toma como base os relatos dos próprios atores sociais.

Tabela 1 – Bens Culturais Imateriais incluídos na análise após a LB consolidada

Bem	Localidade	Município	Categoria	Observações
Conjunto de Celebrações de Degredo	Degredo	Linhares	Celebrações	
Conjunto de celebrações de Regência	Regência	Linhares	Celebrações	
Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição	Gesteira	Barra Longa	Celebrações	
Conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio	Pedras	Mariana	Celebrações	
Conjunto de Festas Religiosas de Furquim	Furquim	Mariana	Celebrações	Apenas a Festa do Bom Jesus, realizada em 1º de janeiro, fazia parte da LB, no conjunto indicado também foram inseridas a Festa do Divino e a Festa da Virgem do Carmo
Cavalgada de Gesteira	Gesteira	Barra Longa	Formas de expressão	
Cavalgada de Paracatu	Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Pedras, Barretos, Monsenhor Horta, Águas Claras	Mariana	Formas de expressão	
Cavalgada de Ponte do Gama	Ponte do Gama	Mariana	Formas de expressão	

Bem	Localidade	Município	Categoria	Observações
Aldeia do Areal	Areal	Linhares	Lugares	
Balneário de Aracruz	Litoral de Aracruz	Aracruz	Lugares	
Balneário de Barra Seca e Urussuquara	Barra Seca e Urussuquara	Linhares	Lugares	O Balneário de Barra Seca e Urussuquara é composto pelas praias das duas vilas e pelos rios Ipiranga e Barra Seca, sendo que apenas a Praia de Barra Seca aparece indicada na LB anterior
Balneário de Degredo	Degredo	Linhares	Lugares	
Balneário de Pontal do Ipiranga	Pontal do Ipiranga	Linhares	Lugares	
Cachoeira e Prainha da Passagem	Barreto e Campinas	Barra Longa	Lugares	
Campo de futebol associado à Fazenda Floresta	Santana do Deserto	Rio Doce	Lugares	
Campo de Futebol de Gesteira	Gesteira	Barra Longa	Lugares	
Campo de Futebol de Pedras	Pedras	Mariana	Lugares	
Lagoa do Óleo	Boa Vista, Bonisegna	Marilândia	Lugares	
Faiscagem e Pesca	Sede do Município de Rio Doce, Santana do Deserto	Rio Doce	Ofícios	

Assim, para analisar essas percepções sobre os danos decorrentes do desastre, a equipe procurou, com base no pressuposto antropológico da alteridade, compreender as dinâmicas culturais e sociais mais gerais (práticas, costumes, tradições, valores, interações, crenças) que orientam os modos de vida dos conjuntos de atores sociais, sua organização social e visão de mundo. Paralelamente, buscou apreender os diversos pontos de vista sobre os danos aos bens imateriais frente a um sistema complexo e variado de significações, situações e conflitos que abrange subjetividades – interesses, afetos, emoções, gostos – e referências espaciais das localidades, como bens edificados e móveis.

A partir da multiplicidade de percepções dos diferentes atores sociais envolvidos sobre os danos, foram elaboradas narrativas etnográficas que relatam e articulam aspectos relacionados ao desastre. Tais narrativas não têm como objetivo reconstruir toda a complexidade dos bens afetados, tampouco se limitam a reproduzir uma única percepção sobre danos. São construções textuais que englobam múltiplas versões sobre um mesmo fato ou evento, podendo inclusive apresentar divergências dentro do próprio grupo. Assim, a pesquisa buscou descrever situações e percepções locais para produzir um texto interpretativo, baseado em percepções, que atenda às demandas e objetivos do diagnóstico.

Para dar conta desta tarefa, foram utilizadas diversas técnicas de pesquisa relacionadas ao *métier* antropológico, que serviram de referência para a elaboração dos instrumentais utilizados durante o trabalho de campo e coleta de dados – observação direta, registros escritos, entrevistas em profundidade, reuniões, registro fotográfico. Vale salientar a preocupação, desde a realização da primeira expedição em campo em agosto de 2018, de caráter exploratório, em atualizar e readequar as técnicas

e procedimentos de acordo com as condições encontradas ao longo da pesquisa. Como complemento às premissas canônicas da pesquisa etnográfica, a equipe fez uso, ao longo do trabalho de campo, de formulários para preenchimento dos dados levantados durante as incursões a campo. Elaborados previamente e organizados como instrumentais, tais formulários, com registros de relatos dos atores sociais, embasaram as fichas de bens e localidades. Essas fichas de campo foram utilizadas previamente para a organização dos dados que deram origem ao presente documento.

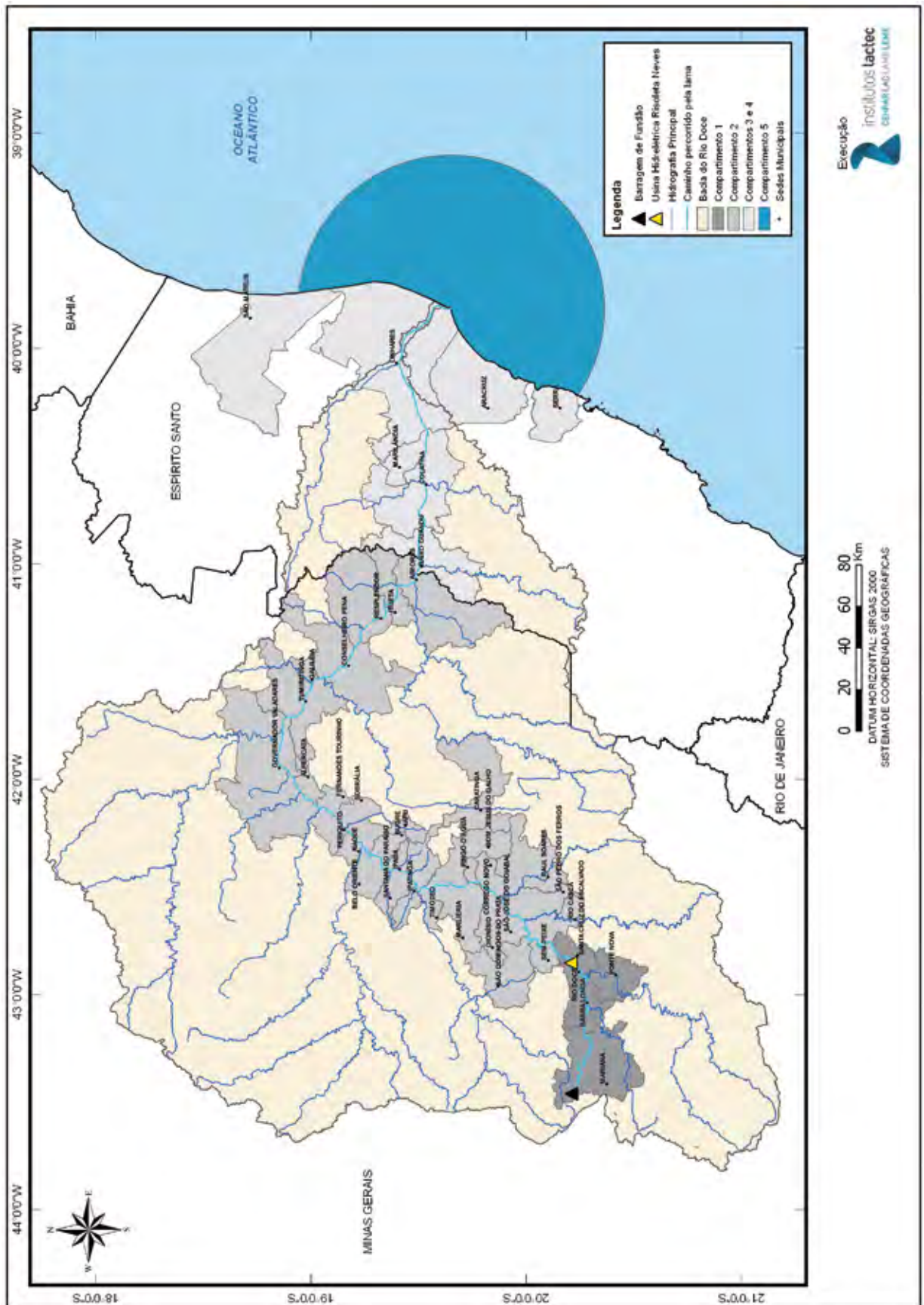
No caso da Antropologia, é a partir dessas narrativas, devidamente sistematizadas e articuladas, que se pode compor esse documento final. Para tanto, os dados etnográficos foram reelaborados em forma de argumentos e critérios objetivos de classificação para orientar a atuação de profissionais de outras áreas e saberes aplicados fora do mundo acadêmico. Construídas a partir dos pontos de vista dos interlocutores, as evidências etnográficas visam subsidiar, também, a mensuração e valoração econômicas dos danos causados, bem como a adoção de medidas administrativas e jurídicas adequadas.

2.4 PROTOCOLO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA NA BACIA DO RIO DOCE

Diante da complexidade, elaborou-se um protocolo para sistematizar os procedimentos adotados nas diferentes etapas da pesquisa: seleção de bens e planejamento de campo; construção de instrumentais; coleta de dados e informações; organização de dados de campo e preenchimento de fichas de bens e localidades; análise dos dados e aplicação da matriz de danos.

A Figura 1 a seguir apresenta a divisão em compartimentos que foi adotada nessa pesquisa. Ressalta-se que a divisão em compartimentos foi a mesma de todo o diagnóstico, entretanto, para o patrimônio cultural foram respeitadas as divisas municipais.

Figura 1 – Divisão da área de pesquisa em compartimentos. Os dados dos Compartimentos 3 e 4 estão unificados como Compartimento 3 na presente análise de danos. Cabe destacar que o Compartimento 5 foi abordado apenas pela Arqueologia Subaquática.



2.4.1 SELEÇÃO DOS BENS E PLANEJAMENTO DO CAMPO

Para a realização da pesquisa antropológica no contexto do desastre foi fundamental, primeiramente, o alinhamento dos objetivos, métodos e cronogramas com as demais equipes do patrimônio cultural. As reuniões foram essenciais para delinear os recortes metodológicos adotados no trabalho de campo, bem como para a revisão da listagem de bens culturais gerada no âmbito da LB. Tendo em vista a existência de mais de 5 mil bens culturais materiais e imateriais nos municípios afetados pelo desastre, a equipe se dedicou à elaboração de parâmetros que permitiram reduzir o tamanho da amostra a ser investigada em detalhes, sem perda da representatividade.

Para cada compartimento foi realizado um levantamento dos bens listados na LB, dando destaque para os bens imateriais. Em seguida foi feito um mapeamento desses bens e das comunidades que estão localizadas à margem do rio e que, portanto, teriam sofrido mais diretamente as consequências do desastre. Também foi realizada uma pesquisa preliminar sobre o histórico de cada município e os relatos de danos em cada um desses contextos, assim como sobre os bens selecionados. Com base nestes parâmetros, foram delimitadas as localidades visitadas, inclusive com o estabelecimento de contatos prévios com interlocutores institucionais nos municípios contemplados pela pesquisa. A partir dessa seleção foram construídos cronogramas para cada uma das etapas de campo.

2.4.2 CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTAIS DE PESQUISA

Os habituais

Os instrumentos habituais da pesquisa etnográfica são o caderno de campo, os relatos compartilhados e o relatório final, cada qual com seu estilo e regras de escrita diferentes. O caderno de campo registra e incorpora, em primeira mão, os dados colhidos pela observação direta, pela leitura de materiais escritos (bilhetes, notas) dos interlocutores, por entrevistas em profundidade, dinâmica de reuniões, registro fotográfico, desenhos. É um instrumento pessoal pois registra também as impressões do pesquisador, estados de ânimo em campo, etc.; não é publicizado nem compartilhado (e.g. MALINOWSKI, 1967) ⁷. Já os relatos de campo são uma primeira sistematização desses dados, em forma cronológica, sem ainda preocupação com interpretações teóricas, mas atentos a recorrências, às linhas que se abrem. Os relatos de campo, no caso de pesquisa em equipe, são compartilhados pelos membros, de forma que cada nova ida a campo incorpora o olhar dos demais. E, por último, o relatório final, que contém uma segunda sistematização, a partir da explicitação dos eixos temáticos sugeridos pelas recorrências encontradas nas fases anteriores.

Instrumentos da pesquisa

Dada a especificidade deste diagnóstico, foram construídos os seguintes instrumentos: Instrumentais de Bens, Instrumentais de Localidade e Instrumentais Institucionais, que correspondem, grosso modo, ao caderno de campo.

O primeiro deles, o Instrumental de Bem, é constituído por uma folha de rosto com cabeçalho padronizado e contém as seguintes informações: 1) Informações sobre o bem - nome do bem, tipologia,

⁷ Cabe aqui uma referência à clássica polêmica causada pela edição *post mortem* do diário de campo de Bronislaw Malinowski, com o título de “*A Diary in the Strict Sense of the Term*”, no qual o antropólogo relata suas angústias, estados de ânimo, cansaço, impressões pouco elogiosas sobre dos nativos etc. e que não se destinava à publicação.

ID (identificação), localização, ponto do GPS; 2) Informações sobre a conversa - localização, data, hora, ponto do GPS, fotos, gravação e pesquisadores envolvidos; 3) Informações sobre os interlocutores - nome completo e RG. Esse roteiro foi estruturado a partir dos documentos do IPHAN sobre patrimônio (IPHAN, 2013) e abordava os seguintes pontos:

- 1) Identificação do bem: Nomes, localização, temporalidades e história;
- 2) Descrição do bem: Sequência de eventos e etapas de realização; mensuração, pessoas envolvidas, atividades relacionadas, objetos importantes, modos de fazer e técnicas, transmissão do saber, manutenção e conservação, materiais, estruturas e recursos necessários;
- 3) Contexto: Contexto social em que o bem está inserido, significados atribuídos ao bem; relação com outros bens;
- 4) Apontamentos sobre o dano e sobre reversibilidade: Seu objetivo é servir como guia para as interações de campo, abordando as questões principais que serão analisadas posteriormente.

O segundo, Instrumental de Localidade, era um roteiro para as descrições das localidades visitadas. O documento era composto de um cabeçalho com dados gerais do lugar e do momento da pesquisa: localização, data, período, ponto de GPS, fotos, gravação e pesquisadores responsáveis. O roteiro, por sua vez, abordava informações específicas sobre o local pesquisado:

- 1) Denominações: Outras referências de localização;
- 2) Histórias: Memórias, narrativas, pertencimentos, “causos”;
- 3) Descrição: Elementos da paisagem natural; formas de organização social; comércios e outros estabelecimentos de referência; infraestrutura turística; equipamentos religiosos; equipamentos de lazer, esporte e entretenimento; atendimento de saúde e de educação; saneamento básico; relação do espaço com a região, outros distritos, municípios, povoados.

Os pesquisadores preencheram um instrumental para cada contexto visitado (município, distrito, subdistrito, comunidade, bairro) com dano identificado.

Por fim, o Instrumental de Instituições, roteiro composto por cabeçalho com dados sobre local, horário da reunião e entrevistados, informações gerais e temas específicos abordados nos contatos em campo com representantes de instituições-chave.

Vale reafirmar que esses três instrumentais, além de servirem como guias para o olhar dos antropólogos em campo, também cumpriram a função do tradicional caderno de campo, ou seja, serviram para o registro pessoal do pesquisador de informações e impressões sobre as situações e interações durante o momento da pesquisa.

As fichas

Tendo como parâmetro comparativo os instrumentos habituais da pesquisa etnográfica, as fichas correspondem à segunda etapa da pesquisa, os relatos de campo. Como foi afirmado, estes instrumentos contêm uma primeira elaboração dos dados registrados nos cadernos de campo, mas ainda mantêm um caráter provisório: daí as redundâncias, repetições, recorrências. As fichas, assim como o produto intermediário deste trabalho, formaram o material de base para as análises do relatório final. Na etapa da pesquisa em que foram elaboradas, era importante que todas as informações disponíveis sobre cada localidade e cada bem estivessem disponibilizadas em sua respectiva ficha, o que gerou um tipo de material que incluía informações incompletas, análises ainda não finalizadas, narrativas aparentemente redundantes.

Há também trechos que se repetem entre fichas distintas, por conterem informações relevantes para compreender cada uma delas. Muitas vezes os depoimentos se referiam tanto ao bem, como à localidade, daí as repetições. Em outros casos, um mesmo depoimento forneceu informações semelhantes sobre vários bens de uma mesma localidade. As fichas, desta forma, constituíram um repositório já organizado das informações coletadas em campo, mas intermediário entre os cadernos de campo e o relatório final. As fichas são, assim, instrumentos de pesquisa que contêm dados confidenciais, a serem mantidos em sigilo. Importante destacar que as informações necessárias para o diagnóstico e avaliação de danos foram transpostas para o corpo do presente documento.

Em termos técnicos, para cada localidade alvo de dano (sede de município, distrito, bairro, comunidade) foi preenchida uma Ficha de Localidade, assim como para cada bem com dano identificado foi feita uma Ficha de Bem. As Fichas foram identificadas a partir da seguinte nomenclatura: C[1,2 ou 3]_[NOMEDOMUNICÍPIO]_[Bem ou Localidade]_[nome do bem ou localidade].

Exemplos: 1) C1_BarraLonga_L_Sede

2) C1_BarraLonga_B_BandaNSCarmo

É possível, dessa maneira, identificar que a primeira Ficha é do Compartimento 1, do município de Barra Longa, de localidade e sobre a sede. Já a segunda é também do Compartimento 1, do município de Barra Longa, mas é de bem, mais especificamente da Banda Nossa Senhora do Carmo.

Ademais, mesmo após a utilização das fichas como material de trabalho em sua forma específica, foi realizada uma nova revisão para organizá-las de forma mais adequada, a fim de comporem o arquivo do projeto, enquanto base do diagnóstico ora apresentado.

2.4.3 COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Foram realizadas quatro idas a campo ao longo de quatro meses, tendo percorrido um caminho de mais de 650 quilômetros ao longo das margens do Rio Doce e entornos. Foram visitados 27 municípios e 59 localidades. Ao todo foram 56 dias de trabalho de campo, com pelo menos quatro pesquisadores trabalhando com dedicação integral. Além da equipe de campo, os dados e informações coletados também foram simultaneamente analisados por uma equipe de gabinete, composta por no mínimo três pesquisadores em contato com a coordenação.

O primeiro campo, entre os dias 04 e 10 de agosto de 2018, foi uma expedição exploratória ao longo dos municípios localizados à margem do Rio Doce, com início em Linhares (ES), em direção ao distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana (MG). Essa expedição reuniu membros das equipes de Bens Materiais e Arqueologia. O percurso escolhido, com início na região onde o Rio Doce desemboca no mar no estado do Espírito Santo, em direção ao local do rompimento da barragem, possibilitou uma visão panorâmica e multidisciplinar sobre o patrimônio material e imaterial, bem como sobre a desestruturação de modos de vida locais.

O trabalho de campo realizado nessa expedição, além de propiciar uma primeira aproximação com os territórios e bens selecionados, permitiu alinhar as perspectivas e métodos das diversas equipes para as incursões seguintes, com a validação das estratégias e instrumentais da abordagem etnográfica elaborados em gabinete. As observações etnográficas realizadas ao longo de uma semana ofereceram um primeiro conjunto de pistas e eixos temáticos que contribuiu para sistematizar as etapas seguintes da pesquisa etnográfica nos territórios delineados, racionalizar os deslocamentos da etapa de campo e maximizar a capacidade de levantamento das informações. Durante a expedição, inclusive, foram estabelecidos contatos prévios com atores institucionais e interlocutores relacionados aos bens. Ao todo foram realizadas 27 conversas formais e 83 informais⁸.

Logo em seguida foi realizado o Campo 1, que teve como foco o Compartimento 1 (Mariana, Barra Longa, Ponte Nova, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado em Minas Gerais), para dar continuidade ao trabalho de reconhecimento dos bens identificados previamente. Foram realizadas 103 conversas formais durante as visitas da equipe de pesquisadores, tanto com moradores das localidades, quanto com representantes de instituições-chaves (sindicatos, associações, CRAS, Secretarias de Cultura, Conselho Gestor de Patrimônio, Defesa Civil, Escritórios Paroquiais, entre outras). A equipe de pesquisadores também estabeleceu 109 interações informais com habitantes dos territórios selecionados, visando acessar informações de interesse por meio do engajamento livre dos interlocutores.

Entre 20 de setembro e 06 de outubro de 2018, foi realizado o Campo 2, que abrangeu os municípios do Compartimento 2 (entre os municípios de Rio Casca e Aimorés-MG). O Compartimento 2 contemplado nesse campo é o com maior extensão, mas com um menor número de bens culturais inventariados listados na LB. Na ocasião, os pesquisadores estabeleceram 131 conversas formais com moradores e atores institucionais relevantes e 88 interações informais.

Por fim, entre 29 de outubro e 14 de novembro de 2018 foi realizado o último campo no Compartimento 3, nos municípios do Espírito Santo que beiram o rio Doce e a parte do litoral capixaba, área da foz. Durante esse período os pesquisadores realizaram 86 conversas formais e 57 informais.

Ao longo dessas incursões etnográficas, os pesquisadores entraram em contato com uma série de interlocutores, principalmente aqueles com conhecimento das práticas culturais e modos de vida locais com os quais travaram conversas acerca do desastre, das transformações nas dinâmicas das localidades, dos danos provocados aos bens culturais imateriais e das consequências nos modos de vida da população local. Além da coleta de relatos dos moradores e de atores institucionais, os pesquisadores também fizeram registros fotográficos e acumularam outros tipos de material fornecidos pelos informantes, como

8 Considera-se conversa formal aquela interação que teve o Termo de Consentimento assinado ou entrevista com atores institucionais. Já as conversas informais são aquelas em que os interlocutores não assinaram o Termo.

fotografias antigas, recortes de jornal, panfletos, entre outros. Vale ressaltar que durante essas interações os interlocutores sempre eram informados dos objetivos da pesquisa e convidados a assinar um Termo de livre consentimento e autorização de uso de imagem, depoimentos e voz.

Ao longo de todos esses campos, portanto, foram realizadas 347 conversas formais e 337 informais acerca dos danos provocados pelo rompimento da barragem de rejeitos. A partir desse material coletado em campo foram elaboradas 81 Fichas de Bem e 59 Fichas de Localidade. Esse material serviu de base para a análise final dos danos aos bens culturais imateriais.

Convém explicar que o referido número de fichas de bem (81) corresponde a uma totalização de bens imateriais que considera o bem Rio Doce 23 vezes, uma vez que em 23 municípios esse bem foi pesquisado individualmente, tendo como meta o reconhecimento das relações locais e contextuais das comunidades com esse bem. Contudo, como ver-se-á adiante, na análise de danos considera-se o Rio Doce como um bem que sofreu danos em toda a sua extensão. Dessa feita, tem-se 59 bens imateriais danificados.

A partir do cronograma e da listagem de bens previamente selecionados, os pesquisadores buscaram informações sobre os possíveis danos em decorrência do desastre. Além dos bens que constavam na LB, também foram identificados, em alguns casos, novos bens culturais alvos de danos, sobre os quais também foram coletadas informações.

Tais informações foram registradas nos Instrumentais de campo (Localidade, Bem ou Instituição). Conforme mencionado, esses Instrumentais são produtos internos e de circulação restrita aos pesquisadores e à coordenação. Nesse sentido, não são produtos finais e acabados e podem ser sempre revistos ou mesmo reinterpretados à luz de novas descobertas. Para os propósitos desta pesquisa, os Instrumentais servem como fontes para elaboração das Fichas de Bens e Localidades, bem como para consulta de informações durante a preparação dos relatórios técnicos.

A Tabela 2 mostra o quantitativo de termos de consentimento assinados e fichas de localidade e de bem geradas por Compartimento (C1, C2 e C3).

Tabela 2 – Termos de Consentimento e Fichas

COMPARTIMENTO	TERMOS DE CONSENTIMENTO	FICHA DE LOCALIDADE	FICHA DE BEM
Compartimento 1	117	17	40
Compartimento 2	140	25	22
Compartimento 3	122	17	18
Total	379	59	81

2.4.4 ORGANIZAÇÃO DE DADOS DE CAMPO E PREENCHIMENTO DE FICHAS DE BENS E LOCALIDADES

Conforme pontuado anteriormente, ao longo do trabalho empírico, os pesquisadores fizeram suas anotações nos Instrumentais - tal qual em um caderno de campo. As informações gerais sobre as localidades e suas histórias, a relação dos moradores com o rio e as narrativas de como o desastre atingiu aquela população e as dinâmicas sociais - foram preenchidas no Instrumental de Localidade; os dados sobre os bens culturais imateriais foram registrados no Instrumental de Bem; por fim, as conversas institucionais foram sistematizadas no Instrumental de Instituição.

Após o retorno do campo, tais anotações foram reescritas e transformadas em Fichas de Bem ou de Localidade⁹, cuja finalidade era registrar e dar início à interpretação dos acontecimentos vivenciados pelos pesquisadores durante o estudo. Como se trata de uma pesquisa coletiva e compartilhada, as impressões iniciais dos pesquisadores foram também objeto de discussão, tanto informalmente, durante o campo, como em reuniões agendadas com a coordenação. Tais reflexões serviram de insumo para o preenchimento coletivo das Fichas. Esse produto apresenta os dados de forma mais estruturada do que os instrumentais de campo, além de trazer alguns elementos mais analíticos em sua escrita.

Assim como o Instrumental se assemelha ao caderno de campo, a Ficha, no caso dessa pesquisa, substituiu o tradicional relato de campo, mas resguardou a pertinência do que Clifford Geertz (1978) define como “descrição densa”, uma característica da interpretação antropológica que permite ao observador compreender (e reescrever) os diversos significados que circulam no campo e que são mobilizados pelos atores sociais. A Ficha, assim como os relatos de campo, trata-se uma construção textual que não somente narra fatos, mas antes de tudo, busca interpretar e tornar compreensíveis os sentidos dados pelos interlocutores àquilo que fazem ou dizem cotidianamente.

No processo de elaboração das *Fichas* foram analisados somente os bens que sofreram danos, não apenas enquanto práticas culturais específicas ou lugares circunscritos, mas também como produtos das relações com outras práticas e dinâmicas locais. Para dar conta de casos em que tais conexões eram constitutivas do próprio bem, a estratégia metodológica foi, em alguns casos, criar *conjuntos de bens* que, dentro de uma mesma localidade, apresentavam regularidades e semelhanças, tanto em suas configurações anteriores ao desastre, quanto pelos danos sofridos, como o *Conjunto de Festas Religiosas de Furquim* - que reúne as Festa do Bom Jesus (ID 320); Festa do Divino (ID 322); Festa da Virgem do Carmo (ID 323) - ou *Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio* (ID 125). Mais uma vez, cabe destacar que essas fichas deram embasamento às análises aqui apresentadas, entretanto, possuem dados confidenciais dos interlocutores, por isso devem ser mantidas em sigilo.

2.4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Com base na totalidade das Fichas de Bem e Localidade, que reúne um corpus significativo de informações acerca dos danos sofridos pelos bens imateriais nas localidades, foi desenvolvida a etapa seguinte, voltada ao aprofundamento da análise desses dados, apontando para recorrências, regularidades e linhas interpretativas.

9 As informações dos Instrumentais de Instituição foram distribuídas entre as Fichas de Localidade e Bem, já que tratam de ambos os assuntos.

Primeiro, foi realizado um panorama de cada município a partir de narrativas sobre os danos sofridos em cada localidade. Em seguida, os bens foram descritos com foco em suas condições pré-teritas ao desastre e na relevância para a população local. Por fim, foram elaboradas as narrativas etnográficas em paralelo à classificação dos danos aos bens.

2.5 CLASSIFICAÇÃO DOS DANOS

A classificação de danos desenvolvida e empregada na avaliação dos bens culturais imateriais compartilha com as demais dimensões do patrimônio cultural contempladas neste projeto (bens arqueológicos e bens materiais) a mesma percepção das origens, causas, efeitos, temporalidades e processos relacionados aos danos.

Cabe apontar que as análises de danos ao patrimônio imaterial partiram da categorização desse patrimônio em quatro conjuntos, seguindo o Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000 do IPHAN, a saber:

- Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas;
- Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.
- Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- Ofícios, Saberes e Modos de fazer: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

As singularidades da classificação de danos aos bens culturais imateriais advêm de um raciocínio construído a partir da própria definição de patrimônio cultural imaterial fornecida pela “Convenção para a Salvaguarda Do Patrimônio Cultural Imaterial” da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a saber:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4, grifo nosso).

Dessa forma, o raciocínio que alinhavou a construção do diagnóstico de danos ao patrimônio imaterial emerge da constatação de que a preservação de um bem imaterial requer que as bases materiais dessas práticas estejam garantidas – a própria UNESCO aponta a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural – ou seja, os espaços onde essas práticas ocorrem (lugares culturais), as matérias-primas e implementos necessários para essas práticas (instrumentos, objetos, artefatos) e as pessoas detentoras desses saberes (comunidades, grupos e indivíduos). Dessa forma, procurou-se diagnosticar quais dentre as bases materiais (espaços, matérias primas e implementos e pessoas detentoras de saberes) para os patrimônios imateriais foram afetadas pelo desastre. Desse raciocínio, resultaram os seguintes danos:

- Alteração de espaços relacionados às práticas culturais: Dano relacionado à alteração ou supressão de espaços onde as práticas culturais ocorrem;
- Alteração da rede de relações comunitárias: Dano relacionado à alteração ou rompimento de redes de convívio, transmissão de saberes e solidariedade entre indivíduos e coletivos detentores dos saberes relacionados a determinados bens culturais;
- Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais: Dano relacionado à dificuldade ou supressão do acesso aos instrumentos, objetos e matérias primas necessários para uma prática cultural;
- Alteração de práticas culturais: Dano que congrega um ou mais itens esboçados anteriormente, ou seja, a alteração ou a supressão de espaços, a alteração ou o rompimento das redes de colaboração e transmissão de saberes e, por fim, a dificuldade ou supressão do acesso aos instrumentos, objetos ou matérias-primas necessárias para as práticas culturais. Esse dano foi indicado quando as narrativas relacionam os itens apontados, sem destacar algum em especial e/ou quando as narrativas enfatizam a questão da alteração e/ou suspensão da prática em si.

Além dos danos acima esboçados, foi considerado, em alguns casos, o dano relacionado à Alteração na circulação de práticas e bens culturais. Esse dano enfatiza a impossibilidade (temporária ou definitiva) dos bens e práticas circularem por um determinado território. Exemplos dessa necessária circulação podem ser encontrados nas folias de reis, cavalgadas e congadas, entre outros bens imateriais.

Ainda com relação aos espaços, quando as narrativas coletadas em campo enfatizavam as memórias do uso e fruição de determinado espaço, foi ainda considerado o seguinte dano: Alteração de espaços de referência de memória. Tal dano enfatiza a historicidade dos processos socioculturais de uso de espaços partilhados por diferentes gerações, abruptamente afetados pelo desastre.

Por fim, outro dano identificado está relacionado ao Sofrimento Social, ocasionado pela alteração e/ou rompimento de relações de reciprocidade, pelo desânimo e descrédito advindos do fato de que as ações deflagradas pela Fundação Renova têm sido insatisfatórias do ponto de vista dos atingidos, da desconfiança acerca da uso do Rio Doce e da água e do preconceito vivenciado pelos atingidos, como pessoas marcadas pelo desastre (o “povo da lama” conforme depoimentos no Compartimento 1.

O conceito de sofrimento social

“permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social (...). A noção de sofrimento social permite-nos sair de uma perspectiva biomédica estrita, para compreender ‘os aspectos socioculturais que engendram o sofrimento dos atingidos’. Tais aspectos se relacionam à intersecção entre os eventos físicos e o modo como os grupos afetados reagem a eles, às formas de interlocução que lhes são exigidas, por um lado; e, por outro, ao modo como as agências corporativas e públicas respondem institucionalmente às suas demandas, submetendo-as a uma inflexão técnica que promove a desautorização de suas narrativas.” (ZHOURI et al., 2016, p. 38).

Narrado algumas vezes como transtorno psicológico e depressão, pelos colaboradores, aspectos que devem ser considerados a partir das ciências biomédicas, o sofrimento social, recorrente nas localidades visitadas, foi caracterizado enquanto dano em situações onde essas narrativas foram mais

frequentes. Nesse sentido, no presente documento os aspectos socioculturais foram a chave de leitura, envolvendo a espera, o medo e a falta de perspectiva de retomada autônoma de suas vidas.

Com relação aos indicadores utilizados para cada um dos danos, foram construídas porcentagens que estão relacionadas a amplitude dos danos de acordo com as narrativas coletadas, cotejando sempre escalas de valor construídas a partir do exame dessas narrativas, variando de indicadores que apontam alterações em diferentes escalas, até indicadores que indicam a supressão ou interrupção das práticas culturais. Um total de 07 danos aos bens culturais imateriais foram identificados decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, e suas classificações quanto à gravidade foram definidas, baseando-se nas escalas de indicadores para cada dano, conforme mostra a Tabela 3. Salienta-se que um mesmo bem imaterial pode ter sofrido mais de um tipo de dano.

Tabela 3 – Relação de danos decorrentes do desastre da Samarco identificados no Patrimônio Cultural Imaterial com seus respectivos Indicadores, Escalas de Indicadores e Gravidade

QT.	DANO	INDICADOR	ESCALA DO INDICADOR	GRAVIDADE
1	Alteração de práticas culturais	1. Narrativas que indicam interrupção das práticas (96-100%)	Interrupção das práticas em 96-100%	Gravíssimo
		2. Narrativas que indicam diminuição das práticas (51-95%)	Diminuição das práticas em 51-95%	Grave
		3. Narrativas que indicam diminuição das práticas (1-50%)	Diminuição das práticas em 1-50%	Pouco grave
2	Alteração da rede de relações comunitárias	1. Narrativas que indicam interrupção das redes (96-100%)	Interrupção das redes em 96-100%	Gravíssimo
		2. Narrativas que indicam diminuição das redes (51-95%)	Alteração das redes em 51-95%	Grave
		3. Narrativas que indicam diminuição das redes (1-50%)	Alteração das redes em 1-50%	Pouco grave
3	Sufrimento Social	Aparecimento de narrativas sobre sofrimento social relacionado aos danos aos bens culturais	Probabilidade de ocorrência em pelo menos 20% da população	Gravíssimo
			Probabilidade de ocorrência em pelo menos 10% da população	Grave
			Probabilidade de ocorrência em pelo menos 5% da população	Pouco grave
4	Alteração de espaços relacionados às práticas culturais	1. Narrativas sobre supressão do espaço (96-100%)	Supressão dos espaços em 96-100%	Gravíssimo
		2. Narrativas sobre desconfiguração do espaço (51-95%)	Desconfiguração dos espaços em 51-95%	Grave
		3. Narrativas sobre desconfiguração do espaço (1-50%)	Desconfiguração dos espaços em 1-50%	Pouco grave

QT.	DANO	INDICADOR	ESCALA DO INDICADOR	GRAVIDADE
5	Alteração de espaços de referência de memória	1. Narrativas sobre supressão do espaço (96-100%)	Supressão dos espaços em 96-100%	Gravíssimo
		2. Narrativas sobre desconfiguração do espaço (51-95%)	Desconfiguração dos espaços em 51-95%	Grave
		3. Narrativas sobre desconfiguração do espaço (1-50%)	Desconfiguração dos espaços em 1-50%	Pouco grave
6	Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais	1. Acesso totalmente impedido indicado nas narrativas (96-100%)	Acesso bloqueado em 96-100%	Gravíssimo
		2. Acesso parcial indicado nas narrativas (51-95%)	Dificuldade de acesso em 51-95%	Grave
		3. Acesso parcial indicado nas narrativas (1-50%)	Dificuldade de acesso em 1-50%	Pouco grave
7	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	1. Narrativas sobre a interrupção da circulação (96-100%)	Interrupção da circulação em 96-100%	Gravíssimo
		2. Narrativas sobre aumento da dificuldade na circulação (51-95%)	Dificuldade de circulação em 51-95%	Grave
		3. Narrativas sobre aumento da dificuldade na circulação (1-50%)	Dificuldade de circulação em 1-50%	Pouco grave

A classificação de danos envolveu ainda a análise da Gravidade de cada dano, dividida em *Pouco Grave*, *Grave* e *Gravíssima*, definida a partir das narrativas coletadas em campo, sendo consideradas tanto a amplitude do dano indicada em uma narrativa, como a recorrência de narrativas acerca de determinado dano. Conforme explicitado na metodologia do presente documento, as narrativas são aqui consideradas como elementos de prova dos danos.

A Abrangência dos danos foi analisada por meio do mapeamento dos municípios e localidades onde cada dano foi reportado. Essa abrangência foi dividida em Bens Imateriais (excetuando-se o Rio Doce) e Bem Rio Doce, isso porque embora os estudos tenham possibilitado a coleta de informações acerca do Rio Doce enquanto bem imaterial em 23 municípios (envolvendo 41 localidades), compreende-se que a abrangência dos danos a esse bem foi integral, ou seja, em todo seu curso desde sua nascente na confluência dos rios Piranga e Carmo até a sua foz, em litoral capixaba. No caso dos demais bens imateriais, as localidades onde foram mencionados os danos foram listadas.

A Tendência envolveu as seguintes variáveis: *dano cessado*, *tende a reduzir* e *tende a aumentar*, definida a partir da situação atual (2019). Observou-se que enquanto danos relacionados a ações mecânicas tendem a terem cessado, os danos advindos das interações físicas, químicas e/ou biológicas tendem a reduzir, ainda que em um largo período de tempo. No que concerne as ações aqui consideradas como emergenciais, os danos estariam cessados, enquanto danos com origens reparatórias tendem a aumentar, isso porque estão relacionados, muitas vezes, no caso do patrimônio imaterial, a processos insatisfatórios relacionados à distribuição de auxílios financeiros ou indenizações, cujos critérios, pouco claros, têm acarretado conflitos nas relações comunitárias e incertezas quanto ao futuro. Ademais, danos relacionados a alteração das redes de sociabilidade, memórias e sofrimento social, uma vez instalados, tendem a aumentar com o passar do tempo, devido ao encadeamento de tensões

e transtornos deflagrado. A análise da tendência considerou assim, tanto a percepção dos atingidos, quanto o olhar técnico, pautado nas ciências humanas e sociais.

No que tange à Reversibilidade, cujas variáveis são *irreversível*, *parcialmente reversível* e *reversível*, notou-se que, no caso dos bens imateriais, a maior parte dos danos é parcialmente reversível ou reversível. Conforme apresentado, espaços, matérias-primas e implementos e pessoas detentoras dos conhecimentos utilizados para a produção/reprodução dos bens são elementos necessários para a preservação do patrimônio imaterial. Quando esses elementos são passíveis de recuperação integral considerou-se o dano como reversível, por seu turno, quando essa recuperação é apenas parcial considerou-se o dano como parcialmente reversível. Cabe considerar que os bens imateriais são caracterizados por processos dinâmicos, uma vez que a cultura está em constante transformação, o que também foi considerado na análise desses danos. O dano ocorre quando a produção/reprodução de um bem fica parcialmente ou totalmente impossibilitada em suas características distintivas. Por tratar-se de um desastre que atingiu as paisagens (espaços) associadas aos bens, esse foi um dos itens mais recorrentemente alterados de forma parcial ou total. Contudo, danos relacionados à instauração de memórias traumáticas e sofrimento social tendem a ser irreversíveis, pois poderão ser instalados processos de recuperação, mas as trajetórias individuais e coletivas estarão permanentemente marcadas por esses danos.

Cabe ressaltar que nas análises, tanto da gravidade, como da tendência e reversibilidade dos danos, foram consideradas as narrativas dos atingidos. Contudo, essas narrativas, muitas vezes, não são diretas ao reportar esses fenômenos nos mesmos termos demandados para o diagnóstico de danos. Dessa feita, utilizaram-se as narrativas integradas a uma contextualização mais ampla do desastre da Samarco, considerando as origens e causas, para a classificação dos danos.

2.6 AVALIAÇÃO DE DANOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA

Desde o início do diagnóstico de danos ao patrimônio cultural decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, a equipe realizou os procedimentos necessários para a autorização de ingresso nas Terras Indígenas Krenak, Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim, no intento de efetuar a avaliação de danos aos bens arqueológicos e culturais referentes aos povos indígenas.

Os procedimentos adotados para a pesquisa em Terras Indígenas respeitaram os protocolos de consulta prévia recomendados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2020), pelos Artigos 14 e 15 da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011), pelo Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 2012) e pelo Protocolo de Consulta Prévia do Povo Krenak (PROTOCOLO de consulta do povo Krenak, 2017), tendo sido realizados diálogos com profissionais da Coordenação Regional (CR-FUNAI MG/ES) e das Coordenações Técnicas Locais (CTL-FUNAI) em Resplendor-MG e Aracruz-ES, que atuam diretamente com as populações indígenas.

Outrossim, entre os meses de março e junho de 2019, foram realizadas as atividades de campo pertinentes ao diagnóstico dos bens culturais inseridos em terras indígenas, tendo sido produzidos dois documentos, um relativo ao patrimônio cultural associado ao povo Krenak (Terra Indígena Krenak, localizada em Resplendor, Minas Gerais), e outro relativos os povos Tupiniquim e Guarani (Terras indígenas Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim, localizadas nos municípios de Aracruz, Espírito Santo).

Os referidos documentos foram entregues às lideranças indígenas em março de 2020, para sua análise e aprovação, conforme acordado nos trabalhos de campo. Nesse sentido, o LACTEC está aguardando a manifestação dos povos indígenas no que concerne ao conteúdo desses estudos.

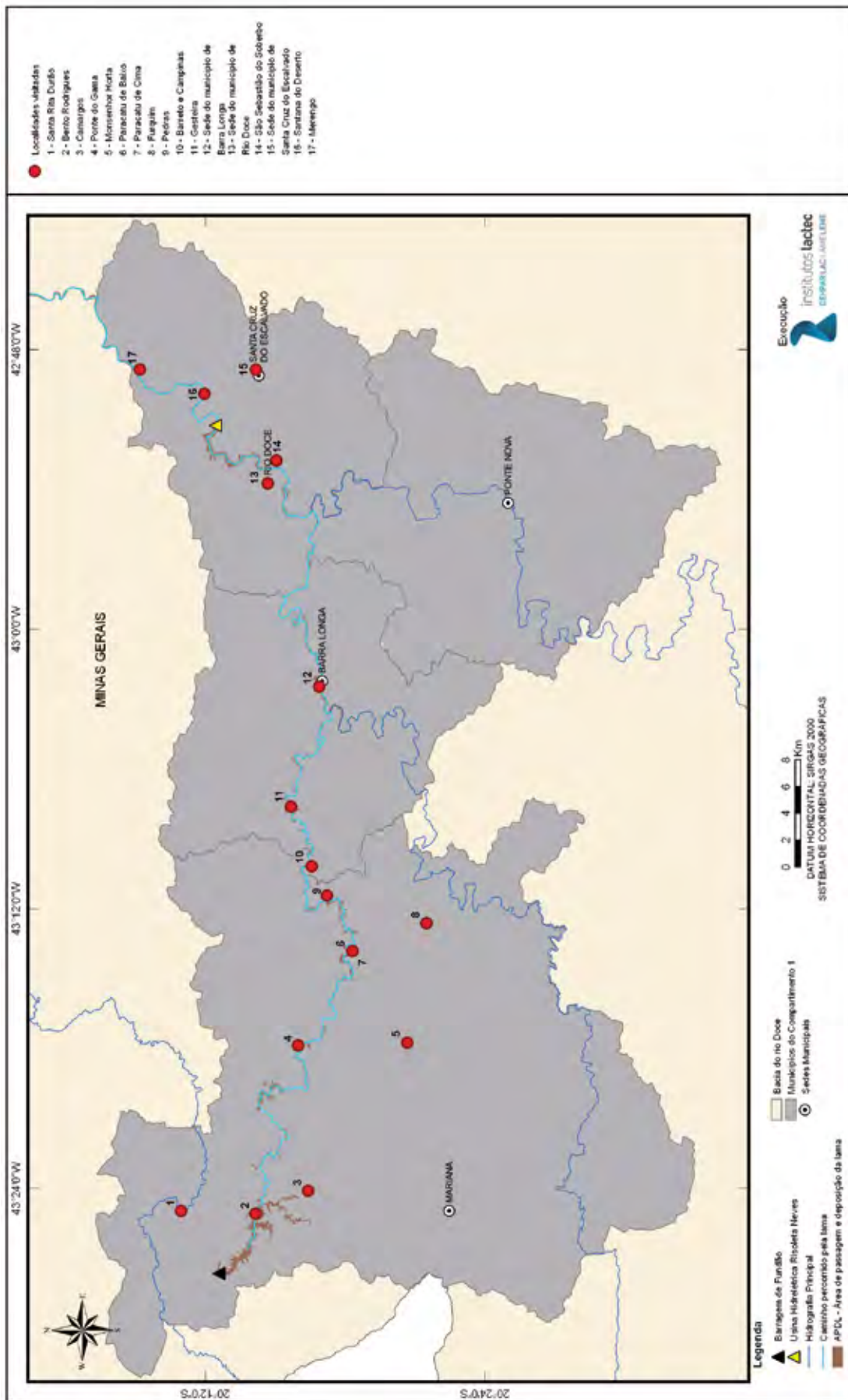
Por seu turno, a Aldeia Areal, por não ter sido ainda reconhecida como terra indígena pelos órgãos competentes, foi abordada no presente documento, mais precisamente no item 5 – Danos aos Bens Culturais Imateriais no Compartimento 3.

3 DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO COMPARTIMENTO 1

A apresentação dos resultados do diagnóstico da avaliação de danos aos bens imateriais é iniciada, a seguir, pelos municípios do Compartimento 1, sendo trazidas as informações relativas às localidades visitadas¹⁰ (Figura 2), seguidas dos bens alvo de danos, organizados por categoria (celebrações, formas de expressão, lugares e ofícios, saberes e modos de fazer). No diagnóstico o bem “Rio Doce” aparece apenas uma vez em cada compartimento, sendo que características específicas de diferentes municípios são apresentadas dentro desse mesmo item.

¹⁰ No corpo deste relatório foram apresentadas as localidades onde foram identificados bens alvo de danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram alvo de danos. Para o Compartimento 1, essa situação ocorreu apenas na localidade Borba.

Figura 2 – Localidades avaliadas no Compartimento 1.



Na Tabela 4 é apresentada a relação de bens imateriais que sofreram danos nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, que compõem o Compartimento 1.

Tabela 4 – Relação de bens imateriais com danos identificados no Compartimento 1

Município	Localidade	Bem	Tipologia
Mariana-MG	Bento Rodrigues	Bento Rodrigues	Lugar
	Bento Rodrigues, Camargos, Santa Rita Durão, Sede de Mariana	Trecho da Estrada Real	Lugar
	Bento Rodrigues	Bar e Restaurante da Sandra	Lugar
	Bento Rodrigues	Coral de São Bento	Formas de expressão
	Bento Rodrigues	Festa de São Bento	Celebração
	Bento Rodrigues	Festa de Nossa Senhora Aparecida de Bento Rodrigues	Celebração
	Bento Rodrigues	Festa de Nossa Senhora das Mercês	Celebração
	Santa Rita Durão	Coral de Nossa Senhora de Nazaré	Formas de expressão
	Santa Rita Durão	Festa de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração
	Camargos	Cachoeira de Camargos	Lugar
	Camargos	Festa de Nossa Senhora da Conceição	Celebração
	Camargos	Festa de Santa Cruz	Celebração
	Camargos	Festa Junina	Celebração
	Paracatu	Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu	Celebração
	Paracatu	Festa do Menino Jesus	Celebração
	Paracatu	Cavalgada Paracatu	Formas de expressão
	Paracatu	Folia de Reis	Celebração
	Monsenhor Horta	Ensaios da Sociedade Musical de São Caetano	Formas de expressão
	Ponte do Gama	Cavalgada de Ponte do Gama	Formas de expressão
	Furquim	Conjunto de Festas Religiosas de Furquim	Celebração
	Pedras	Conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio	Celebração
	Pedras	Campo de Futebol de Pedras	Lugar

Município	Localidade	Bem	Tipologia
Barra Longa-MG	Barreto e Campinas	Cachoeira e Prainha da Passagem	Lugar
	Barreto	Folia de Reis	Celebração
	Gesteira	Campo de Futebol de Gesteira	Lugar
	Gesteira	Cavalgada de Gesteira	Formas de Expressão
	Gesteira	Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição	Celebração
	Sede do município	Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte	Lugar
	Sede do município	Carnaval	Celebração
	Sede do município	Artesanato do Bordado (Associação Barra-Longuense de Bordadeiras e Artesãos)	Ofícios, Saberes e Modos de fazer
	Sede Municipal do município	Corporação Musical São José	Formas de Expressão
	Sede Municipal do município/ Gesteira	Banda Nossa Senhora do Carmo	Formas de Expressão
Rio Doce-MG	Sede do município, Santana do Deserto	Rio Doce	Lugar
	Sede do município, Santana do Deserto	Faiscagem e pesca	Ofícios, Saberes e Modos de fazer
	Santana do Deserto, Sede do município de Rio Doce, Merengo, Soberbo, Barra Longa	Caminho de São José	Lugar
	Santana do Deserto	Campo de Futebol associado à Fazenda da Floresta	Lugar
	Santana do Deserto	Congado de N. Senhora do Rosário de Santana do Deserto	Formas de Expressão
Santa Cruz do Escalvado-MG	Sede do município, São Sebastião do Soberbo	Conjunto de bens associados à Usina Hidrelétrica de Candonga	Lugar
	Sede do município, São Sebastião do Soberbo, Merengo	Rio Doce	Lugar
	Sede do município	Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado	Lugar

Os bens imateriais que sofreram danos nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, totalizaram, respectivamente, 22, 10, 05 e 03 bens. Para Mariana, foram levantados 127 bens na LB atualizada em dezembro de 2018, ou seja, 17% do patrimônio imaterial do município foi afetado. Para Barra Longa, a LB atualizada contou com 20 bens, ou seja, 50% do patrimônio imaterial do município foi afetado. Para Rio Doce, a LB era composta de 29 bens, ou seja, 17% do patrimônio imaterial do município foi afetado. Já em Santa Cruz do Escalvado, a LB foi equivalente a 32 bens, ou seja, 9% do patrimônio imaterial do município foi afetado.

3.1 LOCALIDADES AFETADAS

As localidades afetadas nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado são apresentadas suscintamente ao longo deste item.

3.1.1 MARIANA

No município de Mariana foram identificados danos em 08 localidades, sendo elas: Bento Rodrigues, Santa Rita Durão, Camargos, Paracatu de Baixo e de Cima, Monsenhor Horta, Ponte do Gama, Furquim e Pedras, sendo as mesmas apresentadas abaixo nesta mesma sequência.

3.1.1.1 Bento Rodrigues

Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, está localizado a 15 km da sede do município de Mariana e a poucos quilômetros da barragem do Fundão. A mineração é um elemento central na história da localidade desde o século XVIII e, até 2015, permanecia sendo umas das principais atividades econômicas. A Estrada Real - caminho criado pela Coroa Portuguesa para o escoamento de ouro e diamantes de Minas Gerais para o Rio de Janeiro - atravessa a vila, conectando-a aos distritos de Santa Rita Durão e Camargos. O interlocutor 54541, conta que o distrito de Bento Rodrigues era considerado, antes do desastre, uma localidade *bucólica*, com cerca de 600 habitantes. Havia aqueles que moravam no distrito e também pessoas que vinham de Mariana para visitar algum parente, ou mesmo por ter uma casa de campo no local. A população era muito religiosa, fosse no catolicismo, fosse em outras vertentes do cristianismo. Muita gente se mudou para o subdistrito por conta das oportunidades de emprego nas mineradoras locais, ainda que alguns temessem a possibilidade do rompimento de alguma barragem.

No dia 5 de novembro de 2015 a onda de lama decorrente do rompimento da barragem do Fundão invadiu a vila, que foi o primeiro local a ser atingido pelos rejeitos por conta de sua proximidade com a barragem, levando consigo casas, carros, árvores, objetos e pessoas. A memória do desastre ainda hoje está viva entre as vítimas. O interlocutor 24221 conta que no dia do desastre almoçou, tirou um cochilo e acordou para tratar de seus animais pela tarde. Quando despertou ouviu um barulho atípico, mas não soube identificar o que era. Continuou seus afazeres e o barulho foi ficando mais forte. Quando saiu de casa para subir até sua laje e ver se identificava a origem do ruído, deparou-se com um motoqueiro que veio gritando para alertá-lo e buscá-lo. Sua porteira estava trancada, não havia tempo de buscar a chave e ele, por ter um problema em suas pernas - usa muletas -, não conseguiria pulá-la rapidamente. Fez um sinal para que o motoqueiro fosse embora e, vendo seu desespero, entendeu que algo de muito sério acontecia. Foi quando pensou que uma das barragens poderia ter se rompido. Correu o mais rápido que pode para o lado oposto de onde todos os outros moradores de Bento correram e conseguiu evitar a lama mesmo de muletas. Durante sua corrida e já em cima de um morro, onde não poderia mais ser pego, O interlocutor viu a casa de um parente, sendo arrancada e levada. Viu também a Igreja de São Bento sendo rachada ao meio e carregada pela lama. Acompanhou a atuação dos bombeiros de helicóptero, salvando com muita dificuldade uma senhora arrastada pela lama em cima de um colchão. Viu árvores inteiras e outras plantas sendo levadas. Quando a polícia chegou para resgatá-lo, o interlocutor disse que só sairia de lá quando todos os moradores de Bento

já tivessem sido resgatados. Um dos policiais tentou obrigá-lo a ir fazendo menção a pegar uma arma, mas o interlocutor, que já tinha perdido tudo e não sabia como estava sua família, zombou daquela ameaça.

Atualmente, Bento Rodrigues é uma área em ruínas (Figura 3, Figura 4 e Figura 5), cercada e vigiada por funcionários da Samarco e, portanto, de acesso restrito, o que gera grande descontentamento por parte dos antigos moradores que a visitam com alguma frequência. Na parte baixa, atingida diretamente pelos rejeitos, vê-se um cenário de casas destruídas, muitas ainda cobertas de lama. Na parte alta, que não foi diretamente atingida, é possível observar que as residências foram saqueadas, com a retirada de objetos, janelas, portas e telhados. Há duas igrejas ali: a Capela Nossa Senhora das Mercês, na parte alta, e a Capela de São Bento, na parte baixa, essa última e está cercada por tapumes e mantida sob uma estrutura de ferro coberta com lona. A nova barragem, construída às pressas após o desastre, resultou em um grande lago artificial, cobrindo terrenos e casas localizadas em seu entorno. Pelo território há diversos avisos e placas espalhadas que indicam as rotas de fuga para o caso de um novo rompimento da antiga barragem.

Um grupo de pessoas - que se autodenomina “Loucos por Bento” - continua a visitar e se reunir em Bento Rodrigues. Contudo, a autorização de acesso à vila foi conquistada apenas após intensas negociações com a Samarco. Além das questões referentes à frequência na área atingida, o grupo também participa ativamente das negociações acerca da construção do novo assentamento e da recuperação da Capela de São Bento. É o Ministério Público Federal que oferece suporte para que tais demandas sejam contempladas. O “Loucos por Bento” reformou uma das casas que havia sido saqueada - instalou novas portas e janelas - e a utiliza para realizar almoços e encontros. Realiza ainda as festividades típicas de Bento Rodrigues, como a Festa de Nossa Senhora das Mercês, que continua ocorrendo mesmo após o desastre.

Além das perdas materiais relacionadas à destruição e saque das casas, os danos do desastre na localidade, bem como para aqueles que lá viviam, são múltiplos e complexos: alteração de planos de vida, deslocamentos e migrações, ruptura de laços de parentesco e amizade, desaparecimento de pontos de encontro, perda de referências de memória, entre outros. Há de se ressaltar as perdas relacionadas à remoção dos moradores de Bento Rodrigues para a sede de Mariana.

Muitos dos atingidos de Bento Rodrigues se sentem estigmatizados pela circulação de boatos a respeito das consequências do desastre no que diz respeito a um suposto descompasso entre as condições sociais em que viviam antes do desastre, as perdas em decorrência do rompimento da barragem e os valores conferidos pela Fundação Renova em auxílios financeiros emergenciais: “tem essa conversinha de que a gente está ganhando muito mais [pelas indenizações] do que a gente tinha. Eu sempre digo, que eles não conheciam a nossa vida, a gente sempre lutou!”. O interlocutor 21343 relata que moradores de Bento Rodrigues foram assediados nas filas do serviço de busca de empregos em Mariana, sendo acusados de não necessitarem estar ali para “tirar emprego” daqueles que não “tem cartão da Samarco”: “Tem alguns que dizem que a gente recebe tudo de graça e acha que a gente é vagabundo”. O interlocutor lembra, ainda, de escutar, em protestos realizados em Mariana, mesmo quando não relacionados ao desastre, comentários do tipo “deve ser o povo do Bento”, pois eles seriam “desocupados”.

Essa questão da incompreensão em relação às perdas é exemplificada pelo interlocutor 58238 quando relata que uma funcionária do hospital onde seu pai ficou internado após o desastre postou nas redes sociais comentários sobre o excesso de ganhos e regalias dos atingidos de Bento Rodrigues. O interlocutor 73614 relata que, por vezes, evitou “sair de casa” e circular pela cidade de Mariana “para não ouvir besteira”: de que “o pessoal de Bento hoje só quer sombra e água fresca” e deboches sobre suas participações em programas televisivos em que relatavam experiências do desastre. O interlocutor 21343 afirma que os moradores do subdistrito foram alvo de assédio nas ruas de Mariana, o que leva alguns a esconder o fato de serem da localidade, evitando também todo tipo de exposição na mídia.

Para além do seu caráter pecuniário, as inúmeras perdas materiais carregavam também, em cada um de seus detalhes, dimensões imateriais: histórias familiares, esforços diários na constituição das famílias, trajetórias de vida e experiências vividas ao longo delas. “Pode vir o dinheiro de indenização que for, eu conheço cada um, eu sei o que cada um daqui lutou pra ter o que foi destruído”, segundo o interlocutor 58238. Ainda de acordo com ela, as medidas mitigatórias e compensatórias da Fundação Renova são vistas, por parte da população de Mariana, como algo que “a Samarco está dando”, ofuscando assim a história de cada uma das famílias para conquistarem o que então foi perdido: “parece que tudo o que aparece pra gente é que a Samarco que está dando, mas nós lutamos muito antes, a nossa vida foi puxada. O meu pai é aposentado com cinco filhos, eu tinha dois anos quando ele sofreu um acidente e criou todo mundo com bicos por aqui, fazia bico e plantava, e nós sobrevivemos. Depois nós crescemos e cada um seguiu seu rumo, aí você escuta umas coisas dessas e é de chatear!”.

Outro fator que tem gerado descontentamento é o processo de reassentamento dos moradores na “Nova Bento”, em um terreno conhecido como “Lavoura”. O interlocutor 58238 contou que a escolha pelo terreno “Lavoura” foi feita pois, dentre as três opções oferecidas, era o local que mais “parecia” com o de Bento Rodrigues. Todavia, afirmou que não é “igual”, e que se preocupa com a possibilidade de as casas serem construídas fora do padrão que considera adequado ao “modo de vida” de Bento Rodrigues. É preciso aqui, todavia, fazer uma ressalva: sabe-se que os projetos das casas e da sua distribuição no terreno está sendo realizada com o acompanhamento dos atingidos. Contudo, essa preocupação com a preservação dos modos de vida é uma expressão do valor atribuído a Bento Rodrigues, e por saberem – como demonstra o interlocutor 58238 – que sua reprodutibilidade em qualquer outra localidade, apesar de todos os esforços, não pode ser alcançada pelo simples fato de que “não é igual”. Aparentemente, há uma preocupação particular ao grupo dos “Loucos por Bento”, que detém uma relação particular com Bento Rodrigues – dada suas histórias familiares – de manutenção de um padrão arquitetônico e “estilo de vida mais simples”. Os planos oferecidos pela Renova, como menciona o interlocutor 58238, teriam disponibilizado a possibilidade de casas “muitos melhores” e “de outro padrão”, destoantes daquelas que existiam em Bento Rodrigues. Essa insatisfação do grupo vem gerando discussões com outros atingidos que desejam ver a concretização do Novo Bento com maior celeridade e que, aparentemente, não enxergam problemas em aceitar a construção de imóveis de valores econômicos acima daqueles que detinham em Bento Rodrigues.

Figura 3 – Detalhe das ruínas da Escola Municipal de Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 4 – Edificação danificada pela onda de rejeitos e por saqueadores. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 5 – Monumento aos falecidos no desastre. Registro em 12/04/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.2 Santa Rita Durão

Santa Rita Durão é um distrito de Mariana bastante vinculado às atividades de mineração e que abriga parte dos trabalhadores das empresas que atuam na região. A Estrada Real passa pela sua área urbana conectando o território a Camargos e Bento Rodrigues, seu subdistrito. O núcleo urbano é formado por poucas ruas, sendo a principal a Rua do Rosário, paralela ao rio Piracicaba, onde localizam-se edificações antigas e a praça da Igreja Matriz (Figura 6). Várias edificações desse núcleo são inventariadas - como o “Núcleo Histórico do Distrito de Santa Rita Durão” e algumas estão em mau estado de conservação. As duas igrejas do distrito, Igreja do Rosário e Nossa Senhora de Nazaré, estão em reforma, mas a segunda permanece em funcionamento.

O desastre, que teve início na barragem próxima a Bento Rodrigues, atingiu Santa Rita Durão de maneira indireta. Apesar disso, o desastre afetou a relação entre as duas localidades e seus habitantes, além dos danos advindos das ações emergenciais e reparatórias. Santa Rita era um local de referência para os moradores de Bento Rodrigues, uma vez que as localidades se situam a 15 minutos de distância de automóvel. Além de uma circulação cotidiana de pessoas entre os dois distritos, fundamentada em relações familiares, de amizade e compadrio, é narrada também uma rivalidade escolar e esportiva entre os locais. Após o rompimento da barragem, com a remoção dos moradores de Bento Rodrigues e Gesteira, os fluxos de pessoas entre essas localidades foram interrompidos, o que prejudicou as atividades comerciais de Santa Rita Durão, bem como a frequência em seus eventos e celebrações. Além disso, o acesso ao distrito foi dificultado após a suspensão de uma das linhas de ônibus que passava por Bento Rodrigues, com a justificativa de que não havia mais demanda de passageiros.

Essa diminuição de circulação no distrito teve reflexo nas atividades econômicas e de geração de renda do mesmo. O trecho da Estrada Real entre Santa Rita Durão, Bento Rodrigues e Camargos – que garantia um fluxo de visitantes às três comunidades ao longo do ano – foi interrompido por conta, primeiramente, do soterramento pelos rejeitos na região de Bento Rodrigues e, depois, pela restrição de acesso ao subdistrito, reduzindo assim o número de turistas na região. O interlocutor 29221, conta que houve uma piora significativa na venda do artesanato local, por conta da redução do número de visitantes. Além disso, o desemprego cresceu muito após o desastre devido a suspensão das atividades da Samarco na região, o que tem levado muitas pessoas a buscarem empregos fora. Os interlocutores 29221 e 21324 relataram que muitos homens saíram em busca de oportunidade de trabalho, deixando a família em Santa Rita Durão e que as mulheres passaram a sustentar a casa, o que gerou situações de instabilidade. Segundo o interlocutor 21324, essa situação só começou a se normalizar em 2018 com a retomada de contratações.

Figura 6 – Praça da Igreja Matriz de Santa Rita Durão. Registro em 14/08/2018. Santa Rita Durão, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.3 Camargos

Camargos é um pequeno distrito de Mariana, localizado no caminho entre Bento Rodrigues e a sede municipal, na parte de cima de uma cachoeira que deságua em um vale conectado à área de Bento. O distrito tem duas ruas principais, equipadas com casas grandes, algumas delas muradas e gradeadas. A Igreja está localizada no Núcleo Histórico e Urbano (Figura 7). Próxima à entrada da comunidade há uma área com uma quadra poliesportiva e uma praça recém-reformada com equipamentos de ginástica. A cachoeira de Camargos, por possuir algumas quedas d'água e tanques naturais para banho, era utilizada para atividades de lazer dos moradores da região.

A onda de rejeitos, que chegou próxima da comunidade, danificou a composição da Cachoeira, principalmente com a deposição de lama nos tanques e a destruição da vegetação no entorno, bem como interrompeu práticas de lazer que ali aconteciam, provocando uma diminuição no uso da mesma.

A chegada dos rejeitos afetou o forte vínculo que existia entre Camargos e Bento Rodrigues, marcado por intensa circulação de pessoas, participação nas celebrações e eventos de Camargos e relações de amizade entre moradores de ambas as localidades. A instalação de placas com avisos sobre os riscos que envolvem a área da localidade também acarretou a diminuição da frequência de moradores da região e turistas.

A destruição de Bento Rodrigues levou à interrupção da Estrada Real e do fluxo de viajantes e turistas que fazia parte do cotidiano de Camargos. Há preocupação quanto à construção de uma nova estrada ligando os subdistritos de Camargos e Bento Rodrigues e à continuidade da ligação afetiva e cotidiana entre eles.

Figura 7 – Placas de sinalização de “área de risco” em Camargos, ao fundo a Igreja Matriz de Nsa. Sra. Da Conceição. Registro em 15/08/2018. Camargos, Mariana MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.4 Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima

Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima compõem o subdistrito de Paracatu, pertencente a Monsenhor Horta, distrito de Mariana-MG. As localidades emicamente identificadas como Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima eram próximas e seus moradores compartilhavam o uso dos equipamentos, celebrações e eventos das localidades, assim como mantinham entre si relações de proximidade, sendo consideradas por muitos como uma só comunidade.

Paracatu está localizado às margens do Rio Gualaxo do Norte e é formado por pequenas propriedades rurais focadas na criação de animais, produção leiteira e plantação, e por residências mais próximas do núcleo mais urbanizado. Paracatu de Baixo cresceu às margens do rio Gualaxo do Norte, tinha um centro com ruas, fornecimento de energia elétrica, praças, escola (até o ensino fundamental), posto de saúde, quadra, igreja e campo de futebol. De certa forma, pela sua infraestrutura, era considerada como a parte “central” e mais “urbanizada” da comunidade de Paracatu, em relação a Paracatu de Cima. No entorno de Paracatu de Baixo se dispunham propriedades rurais de grande porte, com atividade agrícola e criação de gado. Paracatu de Cima, por sua vez, se caracterizava por sítios localizados nos morros ao redor do vale do rio Gualaxo do Norte.

A relação dessa localidade com o rio era intensa e antiga, porém vinha sofrendo alterações ao longo do tempo. O rio era um importante ponto de lazer para as crianças e adultos, fonte de pescado e lavagem de roupas. As atividades das mineradoras nos últimos anos fizeram com que essas práticas fossem reduzidas, embora o rio continuasse a ser utilizado para o lazer das crianças.

Paracatu foi uma das localidades que recebeu com maior intensidade os danos de origem mecânica. Muitas edificações foram quase totalmente destruídas e soterradas ao serem atingidas pela onda de rejeitos. A área mais baixa da localidade permanece em ruínas, com marcas de rejeitos nas edificações que não colapsaram ou foram totalmente soterradas. Sua paisagem atualmente, ademais, é marcada por placas de avisos, cercas e tapumes. Uma de suas ruas, mais íngreme e localizada em um ponto mais alto de um dos morros do vale, ainda possui um conjunto de casas que não foram atingidas pela onda de rejeitos. Segundo os moradores do local, atualmente há poucas famílias que vivem em Paracatu, e algumas delas usam suas casas em meio às ruínas para passar os finais de semana. O restante dos moradores foi removido da localidade, em sua maioria alocados em moradias provisórias na sede de Mariana. Ademais, a percepção da divisão entre os subdistritos de Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo, por parte dos moradores atingidos, se intensificou após o desastre, consequência da condução das ações emergenciais e de reparação por parte da Samarco/Renova.

O núcleo de Paracatu deixou de ser uma referência para os habitantes da região tal como antes do desastre, dada a remoção de seus habitantes e a destruição de todos os equipamentos, tanto comerciais quanto aqueles ligados a ocasiões de encontro, tais como celebrações e atividades culturais. A remoção de grande parte dos moradores para a sede municipal de Mariana desestruturou redes comunitárias, formadas por uma circulação intensa de habitantes de várias localidades nos entornos de Paracatu, além de gerar conflitos entre antigos moradores. Com a chegada dos rejeitos, o rio deixou de ser utilizado completamente. Mesmo as crianças passaram a não ter mais permissão familiar para se aproximar da água. Há um receio quanto à qualidade da água e de sua potencialidade de gerar problemas de saúde.

A Figura 8 e Figura 9 mostram, respectivamente, o croqui de Paracatu de Baixo (feito pelos moradores) e ruínas do bar do Jairo.

Figura 8 – Croqui de Paracatu de Baixo, feito por ex-moradores atingidos pelo desastre, removidos para residências na sede de Mariana. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 18462, referente ao Acervo familiar produzido pelo Gesta-UFMG e registrado por Institutos Lactec em 15/08/2018.

Figura 9 – Ruínas do Bar do Jairo, em Paracatu de Baixo, atingido pela onda de rejeitos. Registro em 11/08/2018. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.5 Monsenhor Horta

Monsenhor Horta (Figura 10) é um distrito de Mariana-MG com aproximadamente 1.700 habitantes. O centro do distrito se encontra próximo ao rio do Carmo, embora não se localize às suas margens. O nome anterior do distrito era São Caetano de Mariana, sendo este o santo padroeiro do local. Possui uma Igreja Matriz do século XVIII (São Caetano), duas capelas (Santo Antônio e Nosso Senhor dos Passos), igrejas evangélicas, estação ferroviária, diversas casas em estilo colonial que formam seu pequeno núcleo central, um campo de futebol e um time local, o São Caetanense, além de algumas festas tradicionais, como a Festa de São Caetano, Festa do Divino e a Festa do Cavalo (cavalgada), que em 2018 completou sua XV edição. Possui também uma cooperativa para venda de artesanatos e produtos locais, como café, cachaça, pimenta biquinho, bonecas de pano, entre outros. O distrito também abriga os ensaios da Sociedade Musical São Caetano, a 4ª banda mais antiga do Brasil e a 3ª de Minas Gerais.

O desastre não afetou diretamente Monsenhor Horta, mas afetou localidades em seu entorno e que tinham o distrito como referência para trabalho, lazer e comércio, além da localidade sofrer danos decorrentes das ações emergenciais e reparatórias relacionadas ao desastre. Ademais, o desastre foi sentido pela população residente em Monsenhor Horta, já que havia uma circulação cotidiana entre moradores de toda a região que engloba Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima e Ponte do Gama, localidades próximas que foram afetadas de forma direta.

Figura 10 – Vista da sede de Monsenhor Horta do átrio da Igreja da Matriz. Registro em 19/08/2018. Sede de Monsenhor Horta, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.6 Ponte do Gama

Ponte do Gama é um subdistrito de Monsenhor Horta, localizado nos morros ao redor do vale do rio Gualaxo, pelos quais se espalham conjuntos de residências, sítios (Figura 11) e fazendas de maior extensão. Apesar de dispersa, a comunidade possui uma centralidade na região do vale, onde estão localizados importantes pontos de referência para os moradores: um recém inaugurado centro comunitário, com uma academia ao ar livre; a ponte que nomeia a localidade; um trecho do rio conhecido como Cachoeira do Gama; a maior fazenda da região; uma igreja e um espaço em que havia um campo

de futebol e a arena Cavalgada. A localidade possui acessos, um que atravessa a ponte do Gama e vai em direção a Monsenhor Horta e outro que leva a Águas Claras.

A Cachoeira do Gama (Figura 12), localizada no vale do Rio Gualaxo, era um dos principais pontos de encontro e lazer dos moradores nos finais de semana, que se reuniam para nadar, tomar banho, pescar e fazer churrasco. Outros lugares importantes no cotidiano da comunidade eram a Igreja de Nossa Senhora de Aparecida e o salão que funcionava como centro comunitário e espaço para encontros e reuniões entre moradores.

Em Ponte do Gama, a lama chegou pelo vale do Rio Gualaxo, soterrou a Cachoeira do Gama, inundou uma casa de um sítio localizado na área mais baixa da localidade - destruindo o pasto e animais. A maioria das casas não foi atingida por estarem em áreas altas, mas a população ficou isolada por conta da destruição da ponte sobre o Rio Gualaxo, que impediu o acesso dos habitantes de Ponte do Gama a Monsenhor Horta, principal localidade de referência para a comunidade.

O desastre gerou danos aos principais centros de referência dos habitantes locais - a arena de cavalgada e a cachoeira -, mas também modificou a relação dos moradores com o rio e dentro da própria comunidade. Os moradores relatam que a população adoeceu após o desastre: “quem não estava doente, adoeceu e quem já tinha algum problema, piorou”. Segundo os interlocutores 45241 e 45242, o aumento de problemas de saúde depois do desastre, se deu devido às mudanças que ocorreram no cotidiano da localidade: perturbações e ruídos causados pela passagem de máquinas; o trânsito de pessoas desconhecidas, que aumentou a sensação de insegurança; o medo do rompimento de outras barragens; as modificações da paisagem na área inundada pelos rejeitos; a perda do lazer no rio; o aumento da poeira; medo da contaminação. Ao referir-se ao desastre, o interlocutor 45242 disse que “parecia que tinha estourado meu cérebro”. Ela passou a ter problemas para dormir, deixou de fazer suas caminhadas, pois “não gostava de ver” como a região ficou depois da lama - o que a fez adoecer e passar a tomar muitos medicamentos.

Figura 11 – Sítios próximos do Rio Gualaxo do Norte em Ponte do Gama. Registro em 17/08/2018. Ponte do Gama, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 12 – Cachoeira em Ponte do Gama, após o desastre. Registro em 17/08/2018. Ponte do Gama, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.7 Furquim

Furquim é um dos distritos mais antigos de Mariana e tem como subdistritos Cuiabá, Pedras, Margarida-Viana, Paraíso, Constantino, Goiabeiras e Crasto. O núcleo urbano é composto por poucas ruas íngremes, com calçamento de pedras e paralelepípedos e casas de um ou dois pavimentos. As edificações do núcleo histórico são do século XVIII, como a Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte e o largo da Matriz com o seu Cruzeiro de Pedra. A capela de Nossa Senhora do Carmo encontra-se numa parte alta, em uma das entradas do núcleo urbano. O distrito abriga ainda a edificação da estação ferroviária, desativada na década de 1980. Existem poucos estabelecimentos comerciais: dois bares, uma pequena “venda” e nenhum restaurante (Figura 13 e Figura 14).

O núcleo de Furquim fica distante do leito dos rios por onde passaram os rejeitos decorrente do rompimento da barragem, contudo pela proximidade que tinha com outras localidades atingidas, os danos também afetaram indiretamente a localidade. Tal proximidade se dava em termos de parentesco e amizade entre moradores, além de uma circulação cotidiana entre as localidades. Além de sentir a ausência de parte dos atores dessa rede de relações, os moradores de Furquim apresentam medo em relação à disseminação de doenças causadas pela contaminação da água e solo na região.

Figura 13 – Igreja Matriz do Bom Jesus do Monte em Furquim. Registro em 19/08/2018. Sede de Furquim, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 14 – Casa do Artesão em Furquim. Registro em 19/08/2018. Sede de Furquim, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.1.8 Pedras

Pedras é um subdistrito de Furquim, próximo a Paracatu e separado de Barreto apenas por um morro. O subdistrito conta com uma rua central, poucas casas e restaurantes, uma capela no alto do morro e o Bar da Dalva, famoso na região. Possuía, também, um campo de futebol, espaço que era importante para a sociabilidade da comunidade e desses outros distritos. Pedras não tem saneamento básico e muito de seus esgotos era jogado no rio ou em quintais.

A onda de rejeitos afetou seis casas que se localizavam próximas ao rio e cobriu o campo de futebol da comunidade, embora a parte central da mesma não tenha sido atingida. Aqueles que tiveram suas moradias atingidas tiveram de sair do subdistrito, indo viver em Mariana. Esse esvaziamento de habitantes é sentido pelos moradores atuais, que demonstram tristeza por terem seus laços de amizade e de parentesco esgarçados em função desse distanciamento. Os que continuam vivendo em Pedras também sentem falta dos antigos moradores de Paracatu que também tiveram de se mudar para Mariana, e com os quais, também tinham fortes relações de amizade e parentesco.

Houve grande redução de frequência de pessoas nas festas religiosas que ocorriam no distrito. É sentida também a falta do campo de futebol, pois esse era um local de encontro para muitos que viviam na região. Em Pedras também se utilizava muito o rio para a pesca e para atividades de lazer que não ocorrem mais por medo da poluição das águas. De acordo com o interlocutor 13452: “A lama levou tudo, aqui o pessoa brincava, era bonito, mas agora a água tá sempre suja. Pode até aparecer um peixe, aí, mas tá difícil. Quem banhava mais era mais a rapaziada, gostava de tomar banho no rio quando tava calor, né? E a água era limpinha e clarinha. Dava pra banhar em qualquer lugar aqui, agora acabou. Além de tudo as beirada aqui tá tudo cheia dessa lama ainda, quando chove lá ainda vem aquela lama lá, ela é muito pegajosa, a marca tá ainda nos mato afora. Lugar que

passou matou tudo, matou água, matou planta. Tinha muito bicho aqui, acabou tudo. Tinha muita capivara, paca, muita passarinhada”.

No mês que se seguiu ao desastre, os moradores de Pedras ficaram isolados, uma vez que a ponte e as estradas de acesso ao subdistrito foram atingidas pelos rejeitos. A comida tinha que ser entregue por helicópteros e só era possível sair dali por meio de trilhas tortuosas que passavam nas fazendas ao redor. Houve falta de luz e não havia sinal de telefone. Somente a água continuou a chegar por conta de sua captação ocorrer em uma nascente que não foi atingida. O interlocutor continua: “Pra ir pra Furquim, que é o arraial mais perto, você tinha que passar pelo meio de matagal. E chegava lá na frente e não tinha como ir pra lugar nenhum, porque não tinha carro, os carros estavam preso aqui. Pra vir de lá pra cá era difícil porque não tinha jeito de comunicar, nós ficamos sem luz, sem telefone e sem nada. Os postes arrebentaram em Paracatu e aqui acabou tudo. Nós alumiaava com luz de vela. Perdemos muito leite, muita coisa porque não tinha geladeira e não tinha como sair pra vender, né? Ficava assim, sem saída. Ficamos assim mais de um mês, até que limpou a lama pra ir consertando e pra dar pra passar. Você pisava na lama e atolava tudo, como ia passar, não tinha jeito nem de passar a pé”.

A desestruturação das rotinas dos moradores de Pedras, bem como da própria paisagem local, afetou as relações familiares e as condições emocionais dos moradores do distrito, que demonstram um forte sentimento de desorientação no que diz respeito à continuidade do modo de vida local, como aponta o interlocutor 11353: “acabou aquele convívio que tinha, não tem mais aquela alegria, pessoal ficou muito tenso hoje pensando e esperando no que a Renova e a Samarco vai fazer, quando vai fazer alguma coisa pra beneficiar, você entendeu?”. Nas palavras do interlocutor 13452, morador do local, “o pessoal ficou tudo errado né? Descontrolou muito né? Porque foi muito difícil. E está sendo ainda, porque as coisas não normalizaram quase nada ainda”.

Foram inúmeras as consequências do desastre para a rede de relações locais e regionais de Pedras (Figura 15 e Figura 16): perda de espaços de lazer, situação forçada de imobilidade e isolamento, abandono da comunidade e esgarçamento de laços sociais internos aos moradores, assim como externos com outras comunidades vizinhas, são os efeitos de uma desorganização de um sistema regional de relações sociais que se baseava em um calendário de celebrações e formas de expressão particulares. Práticas que davam sentido a uma sensação de compartilhamento de um modo de vida particular que é objeto de orgulho para aqueles que dizem “ser da roça” e que mantêm a existência da própria comunidade, já que “as pessoas não esquecem daquilo que é de antigamente”, na fala do interlocutor 13452. Esta afirmação adquire especial sentido quando se leva em conta a importância destas celebrações para que moradores se sintam instigados a retornarem para Pedras e se verem, dando continuidade a laços, memórias e aos sentidos coletivos atribuídos àquela localidade.

Figura 15 – Vista da parte central de Pedras, no plano posterior o Vale do Rio Gualaxo do Norte. Registro em 17/08/2018. Pedras, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 16 – Edificação atingida pela lama no vale do Rio Gualaxo do Norte. Registro em 17/08/2018. Pedras, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.2 BARRA LONGA

No município de Barra Longa foram identificados danos em 03 localidades, sendo elas: Barreto e Campinas, Gesteira e Sede, apresentadas abaixo nesta mesma sequência.

3.1.2.1 Barreto e Campinas

Barreto e Campinas são povoados vizinhos que pertencem ao município de Barra Longa-MG, localizados cada um de um lado das margens do rio Gualaxo do Norte¹¹. Barreto está em sua margem direita, por onde se espalham pequenos sítios, sem uma centralidade urbanística clara. O principal espaço de referência para a comunidade é a Capela de Nossa Senhora do Pilar, padroeira da localidade. O único comércio é um pequeno bar, frequentado principalmente pelos moradores locais.

Uma ponte sobre o rio Gualaxo do Norte liga os povoados de Barreto e Campinas, este último situado na margem esquerda do rio. Campinas também se caracteriza pelos sítios esparsos, parte deles próxima à margem do rio Gualaxo do Norte. Cerca de 1 km da ponte há uma pequena concentração, com comércios de pequeno porte, uma igreja, uma quadra de futebol e posto de saúde.

Em 2015, na ocasião do rompimento da barragem de Fundão, o trecho do rio Gualaxo do Norte que passa pelos povoados foi tomado pelos rejeitos, arrastando pedras e as depositando em suas margens, alterando significativamente a paisagem do local. A onda de rejeitos atingiu a ponte que liga os dois povoados, destruindo-a, cortando a ligação entre os dois povoados e deixando a população de Barreto (junto à comunidade de Pedras) isolada devido à destruição dos acessos possíveis à comunidade por Campinas, Paracatu de Baixo e Gesteira, comunidade com a qual apresenta uma relação intensa, inclusive com laços de parentesco. Além disso, os terrenos dos moradores que habitam às margens do rio Gualaxo do Norte também foram tomados pela inundação e alterados pela deposição de rejeitos, que danificaram plantações e áreas de lazer nas margens e no leito do Gualaxo do Norte, de uso dos habitantes de Campinas e Barreto.

Durante o período de isolamento, o acesso dos habitantes de Barreto a alimentos se dava com a chegada desses itens via helicóptero. Para os animais de criação, entretanto, a alimentação durante esse período foi escassa e baseada no que podia ser obtido na própria localidade. A reconstrução das pontes foi acompanhada por uma preparação das estradas para aguentarem o tráfego de veículos pesados.

O rio Gualaxo do Norte (Figura 17) era considerado o único espaço de lazer para os moradores da região. Mesmo as celebrações na igreja, cujas atividades tinham um papel importante na localidade, eram pouco frequentes. O rio era utilizado cotidianamente para atividades como a pesca e o lazer pelos moradores locais, que estabeleciam uma relação íntima com o lugar. O rio também era um atrativo para familiares e amigos visitarem a comunidade, especialmente aos finais de semana e feriados, contudo, a convivência estimulada pela paisagem foi prejudicada pelo desastre. Além disso, a migração dos habitantes para os centros urbanos próximos, processo que já ocorria na comunidade, foi agravado e acelerado após o rompimento da barragem.

A onda de rejeitos descaracterizou o trecho mais utilizado do rio Gualaxo, carregando pedras e modificando a coloração da água - mais intensamente nos primeiros anos e, depois, na época de

11 Na Figura 2 com as localidades pesquisadas no Compartimento 1 foi inserida apenas a coordenada de Barreto.

chuvas - assim como alterou as características de suas margens - bancos de areia e barrancos. Para além da descaracterização do local, o medo do contato com o rejeito e com a água, bem como o receio em consumir peixes do rio Gualaxo e respirar a poeira decorrente dos rejeitos, são fatores determinantes para o afastamento da população de Barreto com relação ao rio após o desastre. Essa percepção também acompanha narrativas de adoecimento ou de piora nas condições de saúde físicas e mentais associada ao desastre e suas consequências. No ano de 2018, as margens do rio Gualaxo do Norte foram cercadas, segundo os interlocutores, para a recuperação de suas margens. Todavia, o cercamento é percebido como mais uma alteração da paisagem local e uma barreira adicional ao seu acesso ao leito.

Figura 17 – Vale do Rio Gualaxo em Barreto. Registro em 17/08/2018. Barreto, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.2.2 Gesteira

Gesteira é um povoado que se estende ao longo de um trecho de cerca de 3 km de vale do rio Gualaxo, composto por três núcleos principais, totalmente interconectados pelas relações de parentesco e amizade, trajetórias de vida e pela convivência em atividades cotidianas.

O primeiro núcleo, conhecido como a parte “baixa” ou “velha Gesteira”, abrigava casas, quintais, a Capela de Nossa Senhora da Conceição – e as edificações adjacentes que formavam o conjunto paroquial (como o escritório, o salão comunitário e seu gramado frontal), a escola municipal, o tradicional campo de futebol e os chamados “lotes”. Os “lotes” são os terrenos de plantio, cultivo e criação de animais dos habitantes de Gesteira que têm suas residências na chamada parte “alta” da comunidade, conhecida como “Mutirão”.

Este segundo núcleo, chamado “Mutirão”, foi constituído após a “enchente de 79”, espécie de mito fundador comunitário, que destruiu grande parte da parte “baixa”. O local foi construído com técnicas de autoconstrução em um terreno cedido por um fazendeiro local para o reassentamento

dos moradores de Gesteira que haviam perdido tudo por conta da enchente. O “Mutirão” atualmente conta com algumas ruas, duas igrejas evangélicas da denominação Assembleia de Deus e cerca de trinta casas distribuídas em declives ao redor da Praça Manoel Benedito Gomes, onde se localizam uma quadra de esportes coberta e a nova escola municipal.

O terceiro núcleo é o da “Fazenda Almecega”, que conta com um conjunto de cerca de seis casas, todas de parentes próximos, nos entornos do rio Gualaxo, mas na margem oposta de onde se localizavam as edificações da parte “baixa”.

O desastre na localidade de Gesteira causou a destruição de muitas propriedades e dificultou o acesso a localidades próximas e de referência, em especial, a sede municipal de Barra Longa, assim como dificultou o deslocamento entre os três núcleos e o acesso a equipamentos importantes para a realização das atividades religiosas, recreativas e sociais da comunidade. O rio, espaço fundamental para realização de inúmeras práticas centrais para o modo de vida local – como a pesca amadora, que deixou de ocorrer após o desastre, contribuía para o fortalecimento de laços familiares e de compadrio. Essa profunda relação que a população estabelecia com o rio foi abalada em muitos sentidos, com a interrupção de práticas e supressão de espaços de sociabilidade, lazer e memória.

Toda a extensão da parte “baixa” de Gesteira foi completamente destruída pela onda de rejeitos, restando apenas ruínas de casas e parte da Capela que permaneceu em pé (Figura 18). Com a destruição da parte “baixa”, grande parcela das atividades cotidianas e coletivas da comunidade foram transferidas para o “Mutirão”, inclusive missas e celebrações que antes eram realizadas no conjunto arquitetônico da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Práticas de cultivo dos donos de “lotes” foram abandonadas e a pescaria realizada no rio Gualaxo deixou de ser uma opção de atividade para os locais, que agora procuram outros ribeirões. A destruição do campo de futebol, um importante espaço de lazer e memória da comunidade, é sentida pelos moradores como uma grande perda, cujo vínculo afetivo não pode ser substituído pela nova quadra de esporte, construída após o desastre.

Na “Fazenda Almecega”, as casas foram parcialmente atingidas pela onda de rejeitos, que destruiu algumas delas e soterrou grande parte dos quintais. Em 2018, à época da visita da equipe em campo, o local aparentava ser um grande canteiro de obras. Cultivos e criações foram danificados e uma série de atividades de lazer e pesca interrompida, tal como ocorreu nos demais núcleos após o depósito de rejeitos no rio Gualaxo. Porém, a “Fazenda Almecega”, em especial, foi prejudicada pela distância maior e trajeto acidentado para deslocamentos até o “Mutirão”, núcleo que centralizou diversas atividades na igreja, escola e quadra após a destruição dos equipamentos da parte “baixa”.

Figura 18 – Edificações em área atingida pela onda de rejeitos em Gesteira. Registro em 11/08/2018.



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.2.3 Sede do município

A sede municipal de Barra Longa se localiza à margem direita do Rio do Carmo e foi parcialmente destruída pela massa de rejeitos. A cidade está situada na parte mais plana de um vale, tendo a mancha urbana já crescido em direção aos morros. A outra margem do rio é ocupada por pasto. Na sede, há uma rua principal, paralela ao rio, onde se localizam os principais equipamentos comerciais e públicos: a Prefeitura, a casa de artesanato, bancos, agências de correios, supermercado, a igreja matriz. Há hotéis e restaurantes na cidade. O bairro Volta da Capela, cujo nome remete a uma curva feita pelo Rio do Carmo em volta do bairro, está localizado na região sudoeste da cidade. Sua parte mais baixa, na beira do rio, conhecida como Buraco Quente, é ocupada por famílias com perfil diferente do centro da cidade, majoritariamente negros e pardos de classes sociais menos favorecidas.

O desastre causou a destruição de edificações e a chegada dos rejeitos até a rua principal no centro do município. Na região do Buraco Quente a chegada da lama soterrou parte dos quintais das casas, o que dificultou, ou até mesmo impediu, a continuidade das pequenas plantações. O solo, nesses locais, foi alterado e, apesar de tentativas de colocação de terra nova sobre o solo que recebeu a deposição da lama, os moradores percebem ainda dificuldade de crescimento de plantas de raízes mais profundas.

Os modos de vida e o cotidiano da cidade foram profundamente alterados após o desastre. O rio assumia para os barra-longuenses uma importância cotidiana para atividades de lazer e era visto como um símbolo identitário marcado pelo próprio nome do município, em referência ao encontro dos rios Carmo e Gualaxo do Norte. As crianças e os jovens, principalmente, tinham o rio e os quintais das casas na beira como espaço para brincadeiras, para o nado e para a navegação em jangadas improvisadas.

Após o desastre, a morfologia do rio - pedras, bancos de areia e caminhos - foi alterada, o que afetou diretamente a pesca, importante atividade para a população local, praticada amplamente tanto para consumo próprio quanto para comércio e complemento da renda familiar.

A desconfiança em relação à qualidade da água após o desastre - e suas implicações para a saúde das pessoas - alterou profundamente a relação das pessoas com o rio e com a cidade. A qualidade do solo também é alvo de desconfiança por parte dos moradores, que alteraram seus hábitos alimentares diante da impossibilidade de manter as roças domésticas com a qualidade e diversidade de antes. Tais receios se manifestam, por vezes, em termos como “depressão”, “estresse” e “tristeza”, que se juntam a sentimentos de insegurança e imprevisibilidade. Nos anos seguintes, houve ações emergenciais para a limpeza dos rejeitos, reconstrução de partes da cidade e negociação de ações e indenizações com atores sociais atingidos.

O desastre tem sido vivido pela população e colocado em uma narrativa histórica, que ora se compara à grande enchente ocorrida em 1979, e ora se coloca como um acontecimento único que causou uma ruptura. Alguns interlocutores apresentaram o desastre como um processo com algumas etapas. Segundo eles, a Fase 1 foi a do desastre, causando a primeira leva de destruição na cidade. Essa fase foi acompanhada por uma grande exposição na mídia e também por uma onda de solidariedade, com o recebimento de doações. A Fase 2 foi chamada de fase da reconstrução, quando foram realizadas obras emergenciais, muitas vezes entendidas como mal planejadas e que geraram danos por si sós. Foi nesse momento em que a passagem de grandes veículos foi mais intensa, causando um espalhamento da poeira pelo ar e danos à estrutura das edificações, e que a Praça central da cidade foi refeita (Figura 19), sob denúncias de que se tratava de uma maneira de maquiagem o problema. A pintura em verde da grama da praça foi citada com bastante indignação. A Fase 3 do desastre foi a tentativa de retomada da normalidade, momento em que também ocorreram as negociações para indenizações e auxílios, o que causou brigas entre moradores motivadas por acordos realizados individualmente e falta de informação. A Fase 4, reconhecida como fase atual, foi marcada pela chegada da assessoria técnica.

Figura 19 – Praça Central da cidade de Barra Longa, atingida pela lama e reformada pela Renova, após o desastre. Registro em 18/08/2018. Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.3 RIO DOCE

No município de Rio Doce foram identificados danos em 02 localidades, sendo elas: Sede e Santana do Deserto, sendo as mesmas apresentadas abaixo nesta mesma sequência.

3.1.3.1 Sede do município

A sede do município de Rio Doce se encontra à margem esquerda do rio de mesmo nome. É no território do município que ocorre sua formação, a partir da junção dos rios Piranga e do Carmo. Em uma das estradas que conecta os municípios de Rio Doce e Barra Longa há placas colocadas pelo poder público anunciando a formação do Rio Doce com uma alusão ao desastre: “Encontro do rio Piranga e do Carmo. Aqui (re) nasce o Rio Doce” (Figura 20). Rio Doce faz divisa com Barra Longa, Ponte Nova, Santa Cruz do Escalvado e Sem Peixe. Apesar de a população residente não passar de 2600 pessoas (IBGE, 2018), a sede municipal conta com uma boa oferta de equipamentos e serviços, como um clube, um estádio de futebol reformado, horta comunitária, praças, sistema de saneamento e comércios.

A história do município e de sua sede é marcada pelo funcionamento da ferrovia, inaugurada em 1886, época de intensa circulação de pessoas, período seguido por uma reestruturação social e econômica após a desativação da mesma. No início do século XXI, a construção da Represa Hidrelétrica Risoleta Neves, popularmente conhecida como Candonga, causou uma nova necessidade de readequação, por alterar a dinâmica socioespacial local. Hoje, após o desastre, os moradores entendem estar vivendo mais um período de reestruturação de seu cotidiano e modos de vida.

O desastre trouxe uma grande massa de rejeitos pelo rio, modificando suas características e, conseqüentemente, as atividades que ocorriam em seu leito, principalmente a pesca e a faiscação. Os rejeitos se acumularam na lagoa formada pela barragem da usina hidrelétrica, alterando as possibilidades do local como espaço de lazer da população do município. A cidade era intimamente ligada ao rio e teve essa relação alterada pela chegada dos rejeitos e pelas ações e obras para mitigação dos problemas por eles gerados.

Figura 20 – Placa indicativa da formação do rio Doce: “aqui (re)nasce o rio Doce”, afixada após o desastre. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.3.2 Santana do Deserto

Santana do Deserto é um povoado situado na área rural do município de Rio Doce (MG). Localiza-se à margem esquerda do Rio Doce, após a barragem da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Uma parte do povoado, de rua asfaltada, encontra-se em um terreno elevado, onde se localizam a praça central e a igreja (Figura 21). Outra parte, mais baixa e com ruas de terra, encontra-se mais próxima à margem do rio. Essas casas têm seus quintais voltados para o Rio Doce e é nesses espaços que os moradores costumam plantar e criar animais como porcos, galinhas, gansos e cavalos. Uma pequena parte das cerca de 70 casas distribuídas pelo povoado é utilizada como casa de veraneio. Estas pertencem a antigos moradores e são utilizadas por eles apenas aos finais de semana, férias e nas ocasiões das festas religiosas.

O local sempre foi muito frequentado para pesca, com modesta estrutura de restaurantes e pousadas que viviam, até o desastre, do turismo e das práticas de lazer diretamente relacionados à pesca. Muitos dos funcionários da Vale, que tem pontos de extração na região, também costumavam frequentar esses restaurantes. Hoje, no entanto, há outros que foram abertos nas estradas, próximos aos pontos de trabalho desses funcionários, que pararam de ir ao povoado com tanta frequência para se alimentar, o que gera consequências na economia local.

Santana do Deserto tem passado por um processo de diminuição de sua população residente, com os moradores mais jovens migrando para centros urbanos em busca de trabalho e estudo. O povoado não possui escola, sendo necessário que crianças e adolescentes se desloquem para a zona urbana do município, para dar continuidade aos estudos.

A chegada dos rejeitos se deu na manhã seguinte ao rompimento da barragem de Fundão. Embora a barragem da usina Hidrelétrica Risoleta Neves tenha contido parte deles, os moradores dizem que sua comporta foi aberta para evitar uma sobrecarga que poderia levar ao rompimento. Os rejeitos passaram rapidamente pelo povoado, mas trouxeram consigo muitos peixes, capivaras e outros animais mortos, causando um odor muito forte.

Casas ou quintais no local não foram atingidos. Os danos imediatos causados pela chegada dos rejeitos foram a interrupção da pesca e do lazer no rio. As atividades emergenciais e reparatórias de contenção provocaram outros danos: algumas casas trincadas pelo volume de máquinas e caminhões que circulam pelo povoado, fato que se iniciou já com a construção da Usina de Candonga; a poeira levantada por esses veículos; a diminuição de atividades econômicas relacionadas a um turismo de pesca; prejuízos ao time de futebol e às festas religiosas realizadas na localidade.

Figura 21 – Santuário de Santana do Deserto. Registro em 21/08/2018. Santana do Deserto, Rio Doce (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.4 SANTA CRUZ DO ESCALVADO

No município de Santa Cruz do Escalvado foram identificados danos em 03 localidades, sendo elas: Sede, São Sebastião do Soberbo e Merengo, sendo as mesmas apresentadas abaixo, na sequência.

3.1.4.1 Sede do Município

Santa Cruz do Escalvado tem como limites os municípios de Rio Casca, Sem-Peixe, Rio Doce, Ponte Nova, Uruçania e Piedade de Ponte Nova. O Rio Doce delimita o município na divisa com Sem-Peixe e Rio Doce. No limite com Ponte Nova, ao Sul, está o Rio Piranga, afluente do Rio Doce. A cidade possui um conjunto de cachoeiras, sendo que a mais citada foi a Cachoeira do Merengo.

A sede encontra-se na porção central do território, distante das margens do rio. Ela é formada por poucas ruas, que concentram os equipamentos administrativos do município, Prefeitura, Câmara Municipal, Igreja Matriz e uma pequena área de comércio. A área rural é onde reside a maior parte da população total de 4.793 pessoas (IBGE, 2018), dispersa em fazendas, pequenas propriedades e nos distritos de Zito Soares e São Sebastião do Soberbo.

O histórico do município e da relação de sua população com o rio é dividido em períodos marcados pela construção da represa e pelo desastre de 2015. O período anterior à construção da barragem, que se deu entre os anos de 2000 e 2004, ainda é bastante presente na memória dos habitantes e retrata práticas de lazer relacionadas às cachoeiras e nascentes. Boa parte das quedas d'água foram encobertas quando a represa foi construída e alagada. Esse acontecimento é lembrado como algo que modificou a paisagem e os usos do rio e que teria obrigado a população a adaptar-se ao lago da represa.

O segundo período, entre a construção da represa e o desastre de 2015, é marcado na memória dos moradores como um momento em que a relação com o rio se dava principalmente na represa, local de referência para o lazer da população, possibilitando atividades como a pesca, reunião de familiares e amigos, passeios de barco, descanso e contemplação. Após o desastre de 2015, a relação com o rio, a lagoa e as atividades que ocorriam nesses espaços foram interrompidas.

Santa Cruz do Escalvado conta com a Pedra do Escalvado, formação natural que serve como atrativo local, por possibilitar a prática de trilhas e escaladas, e como símbolo identitário para os habitantes. A pedra dá nome para o município e serve como emblema da prefeitura, além de ser um espaço de referência para a educação e o ensino de ciências humanas e da natureza.

Embora a sede municipal de Santa Cruz do Escalvado (Figura 22) não tenha sido diretamente afetada pelos rejeitos por conta da distância do rio, o desastre alterou muitas práticas rotineiras e importantes para sua população, especificamente aquelas relacionadas ao circuito turístico e de lazer local formado pelo Rio Doce, Lagoa da Usina Hidrelétrica de Candonga e Pedra do Escalvado.

Figura 22 – Vista da sede municipal de Santa Cruz do Escalvado. Registro em 23/08/2018. Sede, Santa Cruz do Escalvado (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.4.2 São Sebastião do Soberbo

São Sebastião do Soberbo faz parte do município de Santa Cruz do Escalvado e localiza-se próximo ao Rio Doce, na região da Lagoa de Candonga. O acesso principal ao distrito é feito no trecho da BR-120, entre Ponte Nova e Rio Doce.

O distrito em questão caracteriza-se por possuir um núcleo urbanizado, com ruas asfaltadas e casas de alvenaria. As construções seguem um padrão arquitetônico parecido: as casas estão próximas umas das outras, várias delas possuem portões altos, todas têm placas de captação de energia solar para aquecimento de água. É possível observar carros de serviço, como caminhonetes, circulando pelo distrito, bem como estacionados nas ruas e garagens.

Também chamado de Nova Soberbo (Figura 23), o distrito possui um passado recente relacionado à construção da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, iniciada em 2001 e realizada pelo Consórcio Candonga, formado pela Companhia Vale do Rio Doce e a Novelis do Brasil. Na época, a população de Soberbo foi retirada de sua localidade e reassentada no território atual, devido a uma necessidade de alteração do curso do Rio Doce para a construção da represa, que inundou as terras do antigo distrito.

Esse acontecimento ainda é presente na memória e no discurso dos moradores da região, como um momento de rompimento e de trauma. As narrativas descrevem tanto o desenraizamento da população de seu modo de vida rural, na beira do rio, para a vida em um distrito urbanizado, quanto a relevância do episódio, tido como um marco de desunião dos moradores.

Em 2015, o desastre se deu pela chegada dos rejeitos na represa, pelo leito do rio, carregando uma grande quantidade de toras de madeira, lixo, animais mortos e outros objetos e restos de construções que vinham sendo carregados desde Mariana (MG), como botijões de gás. Segundo relatos, esses destroços se acumularam na região da ponte que dá acesso ao município de Rio Doce (MG) e demoraram vários dias para serem removidos por caminhões. O leito subiu cerca de 4 metros e as comportas da hidrelétrica foram abertas para dar vazão aos rejeitos, pois havia o risco de rompimento da estrutura da usina. O lago da represa foi esvaziado como uma medida de prevenção para conter um possível rompimento da barragem de Candonga.

A construção da represa já havia alterado a relação dos habitantes locais com o rio: antes atrelado à vida e tarefas cotidianas, passou a ser exclusivamente espaço de práticas de lazer. O desastre trouxe uma modificação grande na paisagem da Lagoa, inclusive com alterações no odor da água, e interrompeu as práticas de lazer que ali se davam. São Sebastião de Soberbo também viu a chegada de pessoas de fora após o desastre, pois serviu como ponto de entrada para trabalhadores das empresas contratadas para as ações emergenciais na região, sofrendo danos acarretados por ações emergenciais e reparatórias.

Figura 23 – Vista do distrito de Nova Soberbo, registrada do Mirante. Registro em 22/08/2018. São Sebastião do Soberbo, Santa Cruz do Escalvado (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.1.4.3 Merengo

Merengo é um pequeno povoado que se localiza à margem do Rio Doce, pouco depois da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. Possui um centro formado por uma praça com equipamentos de ginástica, uma igreja e duas ruas (Figura 24): uma paralela ao rio, que concentra a maior quantidade de casas, e uma mais curta, perpendicular à primeira. A comunidade conta com cerca de 20 casas.

A população narra uma relação muito intensa com o rio, que servia para o lazer (pesca, banho, churrasco e reunião de amigos), trabalho (pesca, carpintaria naval, extração de areia da beira) e também para fins religiosos. O lazer acontecia, principalmente, na área em que o movimento das águas formava um rebojo que permitia o nado e a brincadeira de adultos e crianças. A pesca, ainda que pudesse ser feita com o objetivo de complementar a alimentação ou a renda, também era considerada uma atividade de lazer. Na beira do rio ocorriam, ainda, encontros entre grupos de amigos e parentes, que incluíam visitantes de outras localidades e municípios. O trabalho no rio se dava pela atividade de pesca e outras atividades relacionadas, como a carpintaria naval. Havia também a atividade de extração de areia das margens. No que tange a seus usos para práticas religiosas, o rio era palco de batismo evangélico, realizado quase todos os anos.

Os rejeitos chegaram à comunidade, assorearam o rio e trouxeram muita sujeira. A barragem de Candonga impediu a onda de lama de destruir as casas, mas causou uma poluição que permanece até hoje, pois os rejeitos ainda descem pelo rio carregando detritos, galhos e muita sujeira. Esse fenômeno é observado principalmente quando chove. O assoreamento causou um rearranjo no rio, que perdeu a praia e o rebojo.

Figura 24 – Praça e Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Merengo. Registro em 21/08/2018. Merengo, Santa Cruz do Escalvado (MG).

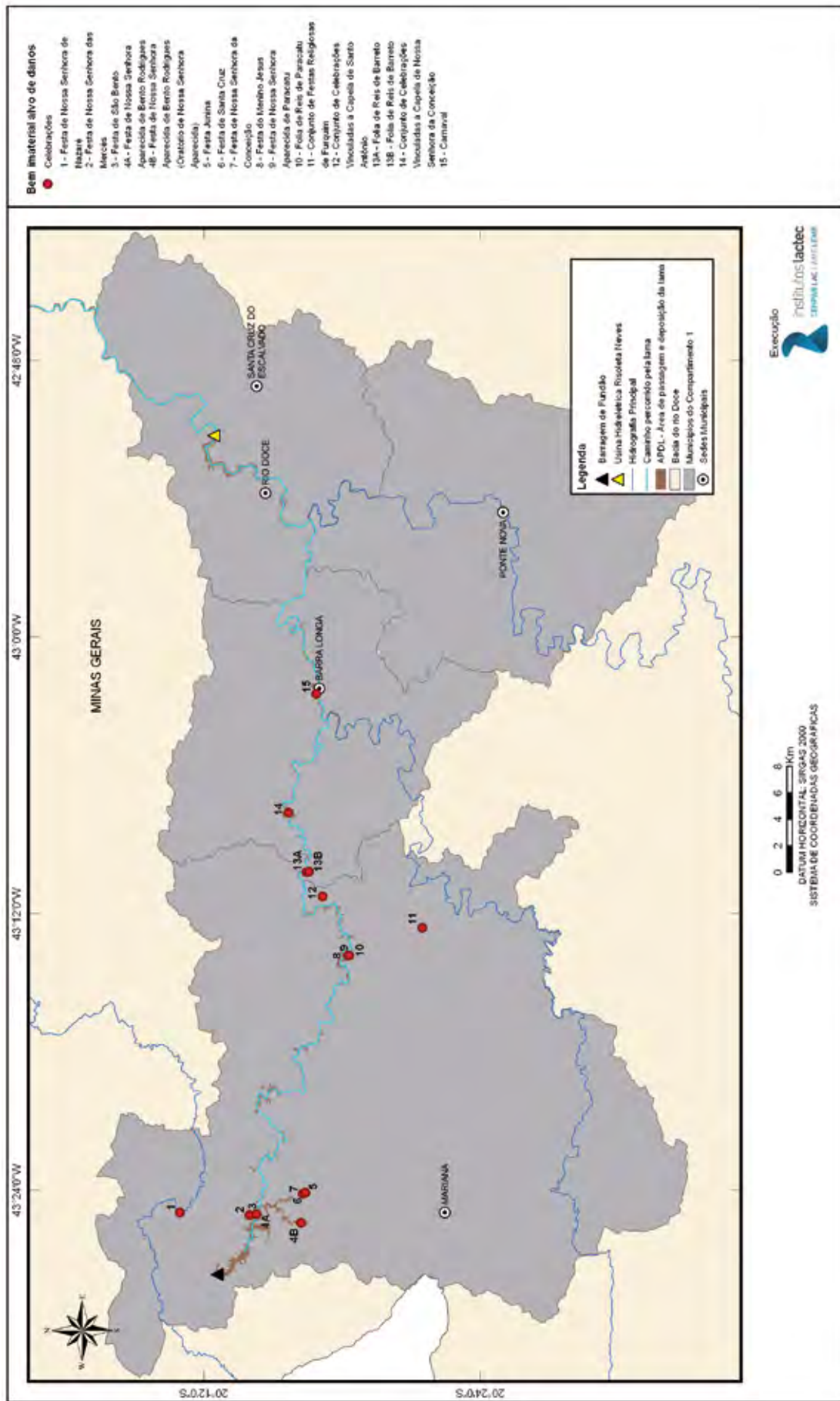


Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.2 DANOS ÀS CELEBRAÇÕES

No Compartimento 1, os bens imateriais categorizados como celebrações, ou seja, os rituais e as festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social das comunidades, foram os bens mais mencionados como alvo de danos pelas populações atingidas, totalizando 15 bens imateriais, detalhados a seguir (Figura 25).

Figura 25 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Celebrações



3.2.1 FESTA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

A Festa de Nossa Senhora de Nazaré é a celebração da padroeira de Santa Rita Durão, distrito de Mariana (MG). A tradicional festa religiosa é organizada pela paróquia Nossa Senhora de Nazaré, que celebrou 300 anos de fundação em 2018, e está relacionada ao bem material Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré. A festividade acontece no dia 08 de setembro e é antecedida pelas comemorações do Dia da Independência, quando é realizado um desfile cívico com bandas e barracas na rua. Essa festa ocorre ao redor da Praça Matriz e, além do público local, recebe visitantes de outros distritos e municípios vizinhos, como Catas Altas (MG). As paróquias de outras localidades também participam das celebrações. A programação consiste na realização da novena, celebrações, procissões, repique de sinos, levantamento de mastro, apresentação da banda católica e atrações de festa de rua, com barracas de alimentos, artesanatos, shows de bandas da região e cavalgadas.

Segundo o interlocutor 21324, morador e um dos organizadores da festa, a programação de 2018 teria o intuito de promover uma “retomada da religiosidade”, por ocasião da comemoração dos 300 anos da paróquia. A programação incluiria atividades no período entre 30 de agosto a 09 de setembro¹². Além de missas diárias às 19h, estavam previstas palestras e conversas sobre religiosidade, procissão, participações da Sociedade Musical Senhor Jesus Matozinhos, levantamento do mastro, show na praça, repique de sinos, almoço beneficente, leilões e cavalgada.

3.2.1.1 Análise de danos à Festa de Nossa Senhora de Nazaré

Para a Festa de Nossa Senhora de Nazaré foi identificado o dano de alteração de práticas culturais, descrito a seguir.

3.2.1.1.1 Alteração de práticas culturais

Embora exista a percepção de que a estrutura da festa tenha melhorado recentemente - devido aos recursos cedidos pela prefeitura de Mariana, que passou a fornecer suprimentos - , o processo de diminuição do número de participantes de fora do distrito, observado já há alguns anos, teria se intensificado após o desastre. De acordo com o interlocutor 21324, o fluxo de pessoas na Festa, principalmente de visitantes de fora da sede do distrito, foi prejudicado por dois motivos: primeiramente pela remoção dos moradores de Bento Rodrigues, frequentadores assíduos da celebração; em segundo lugar, pela interrupção de uma das linhas de ônibus que dava acesso a Santa Rita Durão pelo trecho da Estrada Real e que a ligava aos povoados de Bento Rodrigues e Camargos , bem como aos inúmeros sítios e fazendas ao longo do caminho. O interlocutor 21324 ressalta que a festa é o momento de encontro de pessoas “que a gente não vê o ano inteiro”.

A alteração da prática cultural é considerada como grave, uma vez que a celebração da Festa de Nossa Senhora de Nazaré sofreu com remoção dos moradores de Bento Rodrigues, frequentadores assíduos da celebração, bem como devido à interrupção de uma das linhas de ônibus que dava acesso a Santa Rita Durão pelo trecho da Estrada Real e que ligava a comunidade aos povoados de Bento Rodrigues e Camargos. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 60% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre na paisagem sociocultural da

12 Período posterior a realização da pesquisa de campo da equipe da Antropologia.

celebração e na rede de relações comunitárias é crescente, sendo destacados a dificuldade do acesso ao território e a dificuldade na manutenção da rede de relações. Ademais, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se fortemente transformado em relação à situação pré-desastre. Os laços comunitários desfeitos e os danos à paisagem são significativos, marcando daqui em diante a prática cultural.

3.2.2 FESTA DE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS

A Festa de Nossa Senhora das Mercês ocorre no dia 29 de setembro, contudo as atividades a ela relacionadas têm início nove dias antes, com o período da novena, quando as pessoas se reúnem todas as noites na Igreja de Nossa Senhora das Mercês. No dia anterior à festa ocorre a procissão da bandeira, que parte da casa de um “festeiro” responsável pela organização e depois é realizado o levantamento do mastro. No dia da festa é realizada uma missa dedicada à santa. Durante a festividade também é feita uma quermesse, com barraquinhas com venda de comidas preparadas pelos próprios moradores com o objetivo de ajudar para a manutenção da capela e execução da celebração, assim como ocorria na festa de São Bento.

A Figura 26, Figura 27e Figura 28 mostram, respectivamente, imagens externa, interna e de entorno da Igreja Nossa Senhora das Mercês.

Figura 26 – Igreja de Nossa Senhora das Mercês em Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 27 – Grupo de moradores conhecido como “Loucos por Bento”, realizando limpeza da Igreja Nossa Senhora das Mercês. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 28 – Sepulturas do cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.2.2.1 Análise de danos à Festa de Nossa Senhora das Mercês

Para a Festa Nossa Senhora das Mercês foram identificados 2 danos, sendo: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.2.2.1.1 Alteração de práticas culturais

A Igreja de Nossa Senhora das Mercês não foi atingida pelos rejeitos, contudo, o desastre gerou outras consequências para sua integridade, como a completa transformação de seu entorno e a remoção dos habitantes de Bento Rodrigues. Desdobramentos que implicaram uma diminuição no número de pessoas que estavam de alguma forma relacionadas à celebração e atividades associadas, como as quermesses. Essa questão, segundo o interlocutor 54541, é fundamental para a realização da celebração. Além disso, a “falta de uso e manutenção”, segundo o interlocutor 24221, contribuiu para uma série de danos sofridos pela Igreja das Mercês, pois “há pouca gente cuidando da igreja”. Assim, os problemas estruturais que anteriormente eram solucionados rapidamente através da manutenção cotidiana, como as rachaduras dentro e nas paredes externas, agora são ocasionalmente resolvidos.

A diminuição do número de pessoas presentes após o desastre provocado pelo rompimento da barragem contribuiu para alterar a organização, frequência e tempo de duração da celebração. As consequências do desastre estão, portanto, relacionadas aos atingidos que se distanciaram do local de culto, por estarem espalhados, provocando dificuldades para o processo de organização da celebração.

A alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a celebração sofreu uma alteração significativa após o rompimento da barragem de Fundão. A principal causa do dano reside na remoção da população do subdistrito de Bento Rodrigues, assim como ao cerceamento do acesso ao espaço de realização da celebração. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 96% da Festa Nossa Senhora das Mercês foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre na rede de relações comunitárias são crescentes, sendo destacada a dificuldade na manutenção da rede de relações, uma vez que os moradores do subdistrito estão morando em diferentes localidades, afastadas entre si. Ademais, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado de forma significativa em relação à situação pré desastre, destacando-se também as memórias traumáticas relacionadas ao rompimento da barragem. Ademais, o fato de a comunidade ser instalada em uma nova área faz com que a festa não possa retornar às suas características originais.

3.2.2.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A diminuição do número de pessoas presentes e as alterações na organização e frequência, danos decorrentes do desastre, contribuíram para o enfraquecimento e rompimento de redes de relações locais centradas nos laços de vizinhança e coabitação, visto que houve o deslocamento de moradores de Bento Rodrigues e dificuldade de acesso ou aumento do tempo para transitar entre as localidades.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima. No caso da Festa Nossa Senhora das Mercês, cerca de 96% da rede foi alterada, tendo como referência as narrativas dos atingidos. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre no contexto sociocultural em tela são crescentes. Além disso, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, os laços comunitários desfeitos são significativos, marcando daqui em diante a celebração. Ademais, o fato de a comunidade ser instalada em uma nova área faz com que a festa não possa retornar às suas características originais.

3.2.3 FESTA DE SÃO BENTO

A Festa de São Bento é realizada na localidade de Bento Rodrigues, município de Mariana. Apesar de o dia de São Bento ser 11 de julho, a Festa de São Bento é realizada tradicionalmente no último final de semana do mês. As casas e ruas do distrito são utilizadas para as procissões associadas à festa e o espaço da Capela de São Bento para novenas, missa e quermesse - esta última em seu pátio. As atividades relacionadas à festa se iniciam nos nove dias anteriores, com o período da novena, quando as pessoas se reúnem todas as noites e há movimentação para o encontro na igreja. Nessa reunião, feita na Capela, é realizada a missa ou a celebração da palavra, dedicada ao santo padroeiro, neste caso, São Bento (Figura 29). Agregada a esta festividade existia a quermesse, com barraquinhas de comidas preparadas pelos próprios moradores para ajudar na manutenção da capela e execução da celebração. No sábado, dia anterior à festa, ocorre a procissão da bandeira, que geralmente parte da casa de um “festeiro” responsável pela organização. Depois de percorrido o caminho, no último dia da novena, levanta-se o mastro com a imagem do santo padroeiro ao lado da capela.

Figura 29 – Pesquisadores em visita ao interior da área de isolamento da Capela de São Bento. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.2.3.1 Análise de danos à Festa de São Bento

Para a Festa de São Bento foram identificados 4 danos, sendo: alteração de práticas culturais, de espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória, de rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.2.3.1.1 Alteração de práticas culturais

Após a chegada da onda de rejeitos ao subdistrito de Bento Rodrigues a população foi removida e o acesso a localidade foi restringido. As dificuldades de acesso, o aumento das distâncias e o consequente esgarçamento dos laços de vizinhança levaram a uma diminuição no número de participantes na Festa de São Bento, bem como nas demais festividades do subdistrito. Segundo o interlocutor 54541, “Existem perdas na festa no sentido da diminuição de pessoas, na organização da festa e no formato da festa, porque você não tem como fazer barraquinha lá. Eu volto a dizer, você não pode fazer essa celebração em outro lugar, se for ela vai perder sua característica. Então a festa foi perdida nesse sentido, perderam-se as pessoas. Então pode até arrumar ônibus pra trazer as pessoas ou alguma coisa nesse sentido, mas muitas não vão. Tem que sair de Mariana, num frio danado do mês de junho, sair e andar 18 quilômetros, sair cedo e voltar tarde pra casa. Então é todo um formato diferente. Antes terminava a missa nove horas e nove e quinze você estava em casa. Agora você vai chegar onze horas da noite. Uma coisa é você deixar pessoas idosas sozinhas em casa em Mariana, outra é você deixar elas ali do lado em sua casa, que se acontece alguma coisa dá um grito e todo mundo se conhece, todo mundo está vendo e pode vir ajudar. Então a coisa é que você tinha um número maior de pessoas, um tipo de movimentação que foi perdido.”

A remoção dos moradores de Bento Rodrigues e as restrições de acesso ao subdistrito após o desastre também geraram prejuízos na frequência da Festa de São Bento. Segundo o interlocutor 24221, antigo morador de Bento Rodrigues, as celebrações não deixaram de ser realizadas após o desastre, mas “a empresa (Samarco) teria “feito de tudo para sabotar”. Em sua perspectiva as festividades “só acontecem, pois, a gente tem força de vontade e determinação para realizar”. Mesmo no ano seguinte ao desastre, em 2016, as festas foram realizadas, porém, “na marra”: “Cerca de sessenta pessoas se reuniram e vieram para Bento para rezar e estourar os fogos, mesmo proibidos de entrar. Para isso, pararam os carros na parte mais alta do acesso ao subdistrito e desceram andando até o antigo local da Igreja de São Bento”.

Apesar dos esforços dos moradores em manter a tradição, o período de duração da Festa de São Bento foi alterado. Originalmente a celebração tinha início nove dias antes com o período de novena, contudo, por conta de a população não residir mais em Bento Rodrigues e o deslocamento ser difícil, a novena passou a durar apenas três dias. Atualmente a Festa se restringiu a apenas uma missa com cerca de duas horas de duração, procissão e levantada da bandeira, sendo que anteriormente eram atividades prolongadas ao longo de um dia inteiro. Em 2018 a festa foi celebrada apenas no dia 29 de junho, sem a realização das novenas e da quermesse. A procissão da bandeira foi mantida, todavia o trajeto foi totalmente descaracterizado pelos rejeitos e a fincada do mastro foi realizada em meios às ruínas da Capela de São Bento.

O interlocutor 54585, relata que não só a celebração, mas também os preparativos para a festividade mobilizavam o cotidiano da comunidade local antes do desastre, o que não ocorre mais: “A Festa de São Bento não acontecia só no último final de semana de julho. Acabava a festa deste ano e já se começava a pensar na organização da próxima! Então de certa forma ela acontecia o ano todo. É a pessoa que vai deixar o cabelo crescer pra fazer a doação para Nossa Senhora das Mercês. É quem vai fazer a roupa pra as imagens saírem na procissão”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente o subdistrito de Bento Rodrigues, levando à interdição do acesso a esse território e à remoção de sua população. Esse contexto prejudicou a realização da Festa de São Bento, uma vez que a celebração demanda esse espaço, seus implementos e suas relações sociais. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa prática foi interrompida, pois a mesma ainda ocorre, mas profundamente alterada por causa do desastre. Esse dano tende a aumentar, pois o espaço onde ocorre a celebração continua profundamente afetado, assim como a rede de relações necessárias à prática. Quanto maior o tempo transcorrido desde o desastre, sem ações externas de recuperação adequadas, crescerá a vulnerabilidade do bem, ainda que os atingidos continuem resistindo e buscando realizar a celebração. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se fortemente transformado em relação à situação pré desastre. Ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização da celebração de forma mais próxima ao que era realizado, mas os laços comunitários desfeitos e as memórias traumáticas relacionadas ao “crime”, nas palavras dos atingidos, estabeleceram-se de forma significativa e definitiva. Ademais, o fato de a comunidade ser instalada em uma nova área faz com que a festa não possa retornar às suas características originais.

3.2.3.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente o subdistrito de Bento Rodrigues, o que levou à interdição do acesso a ele e remoção de sua população. A paisagem e parte dos espaços de referência para a realização das celebrações foram suprimidos ou profundamente alterados. Apesar das restrições, parte dos antigos moradores ainda realiza as tradicionais celebrações da comunidade.

Um dos importantes elementos da Festa de São Bento é a realização da procissão que, em 2018, partiu da Capela de Nossa Senhora das Mercês em direção às ruínas da Capela de São Bento. O interlocutor 54541 relata que os celebrantes se emocionaram durante o percurso da procissão pela comunidade em ruínas, demonstrando muita comoção diante das transformações causadas pelo desastre no cenário em que transcorriam as atividades da celebração. As casas e ruas que antes eram meticulosamente limpas e varridas pelos moradores que aguardavam a procissão, agora jaziam em ruínas enlameadas, com sinais ainda evidentes dos saques que transcorreram nelas após o desastre. Segundo ele: “A banda foi tocando e as lágrimas caindo durante todo o percurso da procissão. E a missa foi exatamente no local onde estavam as ruínas da igreja de São Bento”.

O relato sobre a procissão aponta para os danos causados à paisagem e a equipamentos da localidade que foram suprimidos e eram essenciais para a realização da celebração, como, por exemplo, a Capela de São Bento, que foi destruída em sua totalidade enquanto bem cultural material, mas cujas ruínas conservam, posteriormente ao desastre, a imaterialidade dos espaços associados às práticas culturais ali realizadas e aos modos de vida locais. De acordo com o interlocutor 54541 “A igreja em si não é mais um elemento material, mas não perdeu seu elemento imaterial. Isso a lama não rouba”.

Do seu ponto de vista material, houve também inúmeras perdas de implementos acondicionados na Capela: “A bandeira, as imagens todas foram perdidas. Tudo teve que ser confeccionado novamente. Só restou mesmo o crucifixo que foi recuperado. Foi a própria empresa que fez isso, mas a princípio tudo foi comprado novamente, nada foi achado novamente. Todas as imagens agora são novas, não tem nada a ver com as antigas” O crucifixo da capela de São Bento foi encontrado em meio ao rejeito, fato que foi considerado importante pelos moradores de Bento Rodrigues. Na concepção o interlocutor 54541 o único item restante foi a bandeira: “Agora fica só a bandeira lá, porque nem a igreja mais tem. A única coisa que fica de pé é a bandeira da festa, porque o resto tudo está debaixo de lama, e agora com aquele mato todo lá”.

A alteração do espaço relacionado à Festa de São Bento é considerada como gravíssima. Por meio das narrativas dos atingidos e da análise do espaço onde ocorria a celebração, é possível indicar que cerca de 100% da área foi atingida pela onda de rejeitos, uma vez que os trechos utilizados para procissões e demais atividades associadas à festa foram destruídas, assim como a Capela de São Bento. Esse dano tende a aumentar, uma vez que o espaço onde ocorre a celebração está cada vez mais alterado em relação a suas condições originais. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar exatamente as características anteriores do espaço associado à celebração da Festa de São Bento.

3.2.3.1.3 Alteração de espaços de referência de memória

O rompimento da barragem destruiu espaços de referência para a construção e conservação da memória dos moradores de Bento Rodrigues, em especial os espaços de culto onde ocorre a celebração de São Bento. Tendo em vista que a conexão com a localidade é marcada por importantes relações afetivas, busca-se, segundo o interlocutor 54541, a manutenção da realização da celebração em Bento Rodrigues: “É o desejo de manter essa memória, o desejo de manter esse espaço, que é considerado como fundamental para os atingidos”.

As ruínas da Capela, espaço de memória central para a realização da celebração, segundo o interlocutor 54585, ficaram descobertas e expostas à chuva e ao sol ao longo do ano de 2017 por causa da má qualidade das coberturas de proteção fornecidas pela Fundação Renova. Frente a tais condições precárias de manutenção após o desastre, o interlocutor 58238 comenta que moradores de Bento Rodrigues teriam o desejo que as ruínas fossem preservadas e protegidas a fim de conservar a memória do desastre e da localidade. Para ela “Só pensa que tudo foi destruído quem não sabe a história”.

A perda da dimensão material da Capela não implica eliminação dos aspectos imateriais relacionados ao conjunto de significados atribuídos por celebrantes. Posição que fortalece os argumentos reivindicatórios dos moradores de Bento Rodrigues para que as ruínas da capela não sejam descartadas

ou alagadas pela construção de diques, já que a experiência que aquelas pessoas viveram naquele lugar não foi apagada. O interlocutor 54541 argumenta que “O local de culto não é constituído só pela edificação, o local de culto é mais do que isso, é a comunidade que se reúne. Então ali você tem uma comunidade que se reúne ininterruptamente durante esses três séculos praticamente. Então não basta você construir uma igreja no Novo Bento e dizer ‘vocês podem celebrar aqui’. Pode ser a igreja mais bonita, pode encher de ouro, mas não é a mesma coisa. Exatamente porque existe um aspecto da materialidade desse espaço”.

No que tange à gravidade, a alteração do espaço de referência à memória é considerada como gravíssima, uma vez que a destruição de Bento Rodrigues pela onda de rejeitos resultou em memórias traumáticas imbricadas a um espaço com importância simbólica e afetiva para a comunidade. Praticamente 100% desse espaço foi atingido, a Capela de São Bento e outros espaços da festa foram destruídos. Esse dano tende a aumentar, uma vez que o espaço onde ocorre a celebração continua profundamente alterado. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esses espaços estarão, permanentemente, associados ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas.

3.2.3.1.4 Alteração da rede de relações comunitárias

A chegada dos rejeitos destruiu o subdistrito e provocou a remoção dos moradores de Bento Rodrigues para Mariana e outras localidades. O distanciamento dos moradores do local de culto deles dificultou o processo de organização da celebração e o deslocamento e participação de celebrantes. O interlocutor 54541 argumenta: “Quando você mora perto você organiza a festa, mas se você está longe quem organiza? Antes você ia até a casa do vizinho, andava 200 metros e sentava junto, se reunia e preparava as coisas”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente o subdistrito de Bento Rodrigues, o que levou à remoção de sua população. Esse contexto prejudicou a realização da Festa de São Bento, uma vez que as pessoas da comunidade estão morando em diferentes locais, todos afastados do espaço de realização da celebração. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa rede foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias à prática continua profundamente alterada, mesmo que os atingidos continuem realizando a festa, ainda que bem menor, revelando a resistência desses laços comunitários. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre e o deslocamento da população para a “Nova Bento”. Ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização da celebração de forma mais próxima ao que era realizado, mas os laços comunitários foram desfeitos de maneira significativa.

3.2.4 FESTA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA DE BENTO RODRIGUES

A imagem de Nossa Sra. Aparecida fica localizada em uma pequena capela na estrada que liga a sede de Mariana a Bento Rodrigues (Figura 30). Na Capela de Nossa Senhora Aparecida - também

considerada um oratório ocorria uma missa em homenagem à santa. A celebração ocorria no dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, feriado, momento oportuno para mobilizar mais pessoas, já que moradores de Bento Rodrigues, seus familiares e conhecidos de outras localidades – como a sede de Mariana, Ouro Preto ou mesmo Belo Horizonte – aproveitavam o momento para confraternizar durante a celebração.

Uma carreata saía da Capela de Nossa Senhora Aparecida e seguia em direção a Bento Rodrigues, ou fazia o trajeto inverso, de Bento Rodrigues para a Capela. Segundo o interlocutor 54541, as pessoas saíam de carro para a Capela, que se localiza no meio do caminho para Bento Rodrigues, para realizar suas orações e depois retornavam em carreata até o gramado em frente à Capela de São Bento no sub-distrito. No local os celebrantes davam continuidade ao momento de sociabilidade e encontro entre os participantes.

Figura 30 – Pesquisadores em visita ao Oratório/Capela de Nossa Senhora Aparecida na estrada entre a sede de Mariana e Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.2.4.1 Análise de danos à Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues

A Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues foi alvo de 2 danos identificados, sendo: alteração de práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.2.4.1.1 Alteração de práticas culturais

A Festa de Nossa Senhora Aparecida não é mais realizada após o desastre. Apesar da Capela não ter sido atingida diretamente pela onda de rejeitos, a celebração não ocorre mais devido à remoção dos moradores de Bento Rodrigues e o cerceamento da circulação pelo seu território. O próprio trecho da carreata também já não é mais percorrido pelos moradores de Bento Rodrigues, visto que não leva mais a seu local de morada – o que o fez perder o sentido de relação com os lugares de partida da

procissão. Segundo o interlocutor 54541 “Essa celebração não tem mais, mesmo que ela tivesse ela não pode mais fazer seu percurso. Ela pode até sair do Bento, mas não pode voltar pra lá depois. Não é a mesma coisa celebrar a Nsa. Sra. Aparecida lá em Mariana, isso tem uma relação do culto ligado ao lugar especial”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a celebração deixou de ser realizada após o rompimento da barragem de Fundão. A remoção da população e o cerceamento da circulação no território impedem a realização da Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues, que ocorria entre o subdistrito e a sede de Mariana, sendo que pequena capela em louvor à santa se localiza na estrada que liga esses dois pontos. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 100% dessa prática foi interrompida. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre no espaço onde ocorria a celebração e na rede de relações comunitárias é crescente. Ademais, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se fortemente transformado em relação à situação pré-desastre. Ações adequadas de recuperação poderão fomentar o retorno da realização da celebração, mas os laços comunitários desfeitos, a remoção definitiva da população e os danos à paisagem são significativos, marcando daqui em diante a prática cultural.

3.2.4.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O desastre e seus desdobramentos, como a remoção de moradores de Bento Rodrigues e os impedimentos à circulação pelo território, provocaram danos à celebração, que deixou de ser realizada, afetando as redes de relações locais. A festa era importante para as pessoas que não permaneciam em Bento Rodrigues, mas que trabalhavam ou estudavam na sede de Mariana (MG). Apesar de não morarem em Bento Rodrigues, elas mantinham relações afetivas especiais com o local, tanto pela manutenção de casas e terrenos ligadas a histórias familiares, quanto pela participação em redes de relações de amizade, compadrio e parentesco.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente o subdistrito de Bento Rodrigues, o que levou à remoção de sua população. No caso da Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues, 100% da rede foi alterada, uma vez que a celebração não é mais realizada. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre no contexto sociocultural em tela são crescentes. Além disso, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, os laços comunitários desfeitos são significativos e não serão retomados plenamente.

3.2.5 FESTA JUNINA

De acordo com os entrevistados, em Camargos as celebrações juninas contavam com a participação de muitas famílias que moravam no local e que também recebiam seus familiares e amigos de outras localidades, principalmente de Bento Rodrigues. Há oito anos a Festa Junina de Camargos era organizada pelo interlocutor 22635 e outros moradores do local. O interlocutor realizava a festa desde quando abriu seu restaurante em Camargos, organizando inclusive a “quadrilha da Vaninha”, nome

dado em sua homenagem: “quadrilha tradicional mesmo, aqui lotava de gente”. Em dias de festa no restaurante vinham muitas pessoas de Bento Rodrigues e mesmo até conhecidos de Santa Rita Durão.

3.2.5.1 Análise de danos à Festa Junina

Para a Festa Junina em Camargos foram identificados 2 danos, sendo: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, descritos a seguir.

3.2.5.1.1 Alteração de práticas culturais

A celebração foi interrompida pelo desastre por conta, principalmente, da diminuição de número de seus participantes, ocasionada pela remoção da população residente em Bento Rodrigues – frequentadores assíduos da festa. O interlocutor 22635, relata que a festa foi interrompida em 2016, dada a “desorganização” causada pelo desastre: “não tinha como”. Em 2017, entendendo que a questão já se amenizava e as pessoas já estavam com a vida mais organizada, o interlocutor resolveu fazer novamente a festa junina, contudo o público foi muito abaixo do esperado – o que gerou grande desgosto e falta de estímulo para realizar a celebração novamente: “Olha foi uma decepção. Tudo enfeitado, tudo bonito. As pessoas disseram que iam vir. Fiz um caldeirão de mandioca e de canjica tudo esperando eles, tudo prontinho. Tudo enfeitado. No final veio só uns dois casais e mais três pessoas. E mais um casal de Camargos mesmo. Às 9 horas eu já estava em prantos. Aí não animei de fazer mais não”.

A alteração da prática cultural é considerada como grave, uma vez que a celebração sofreu uma alteração significativa após o rompimento da barragem de Fundão, deixando de ser realizada durante alguns anos. A principal causa do dano reside na remoção da população do subdistrito de Bento Rodrigues, que não apenas frequentava a Festa Junina, realizada em Camargos, mas compunha a rede de relações intercomunitárias que dão sustentabilidade à prática. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 70% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre na rede de relações comunitárias são crescentes, com destaque para a dificuldade na manutenção das sociabilidades. Ademais, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado de forma parcialmente definitiva em relação à situação pré desastre.

3.2.5.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Os deslocamentos de moradores após o desastre provocaram alterações em aspectos tradicionais da celebração relacionados aos laços sociais intercomunitários regionais entre Bento Rodrigues e Camargos. Por ser uma festa de caráter familiar que reunia, em sua maioria, festejantes conhecidos da região, com o deslocamento dos moradores de Bento Rodrigues a Mariana e o distanciamento e esgarçamento das relações ocorreu diminuição de público e desânimo entre participantes.

Para o interlocutor 10373, as festas de Camargos ficaram muito prejudicadas pela ausência dos moradores de Bento Rodrigues, atualmente deslocados para outras localidades, pois existia uma antiga e importante convivência entre os povoados: “Eles participavam das festas aqui e a gente gostava de participar das festas lá. A gente sente falta dos amigos de lá, os vizinhos nossos, né?”.

Apesar de acreditar que o enfraquecimento das celebrações está relacionado também à falta de interesse dos mais jovens, o interlocutor 10373 afirma que todas as celebrações realizadas no local

estavam muito esvaziadas nos anos seguintes ao desastre: “o primeiro ano de festa parece que não veio ninguém aqui, tudo com medo. O impacto foi grande, ninguém veio aqui. Nós fizemos festa só pra meia dúzia de gente daqui mesmo, porque veio muito pouca gente”. Mas a percepção é de que os participantes ausentes estão retornando, o que poderá ser positivo para a festa: “Agora já estão voltando, estamos achando que vai ser melhor, já estão tendo mais confiança de que pode vir”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como grave. No caso da Festa Junina, cerca de 70% da rede foi alterada, tendo como referência as narrativas dos atingidos. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre no contexto sociocultural em tela são crescentes. Além disso, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, os laços comunitários desfeitos são significativos, marcando daqui em diante a celebração. Destaca-se que o deslocamento permanente dos moradores de Bento Rodrigues para a “Nova Bento” tem impactos profundos nas redes supramencionadas.

3.2.6 FESTA DE SANTA CRUZ

A Festa de Santa Cruz é uma tradicional celebração que ocorre na localidade de Camargos, pelo menos desde a década de 1950, no mês de maio. Em sua origem, a celebração consistia em uma reza e uma procissão que se realizava até o Cruzeiro - localizado na parte alta do distrito, no pátio da primeira capela de Camargos (que foi desmanchada depois da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição). De acordo com o interlocutor 32131, antigamente a celebração não chegava a ser uma festa: “se falava reza de Santa Cruz, era uma coisa mais simples”. Após a reza os moradores das casas próximas ao Cruzeiro ofereciam uma canjica.

Mais recentemente, além da missa e da procissão, é realizada também uma festa associada à celebração. O interlocutor 10373 conta que nos últimos anos havia ocorrido um processo de revitalização da celebração: “A festa ficou esquecida por muitos anos, aí um grupo mais novo chegou aqui e começou a revitalizar a festa. E hoje é uma festa muito bonita, você precisa de ver”. As ruas da comunidade são todas enfeitadas e, segundo o interlocutor, a celebração se tornou “mais bonita” que a própria festa da padroeira: “o pessoal fica lá até tarde”.

Durante a celebração, uma família fica responsável pelo cuidado à “bandeira do cruzeiro”, que é carregada durante a procissão. A procissão parte da casa dos cuidadores da bandeira e é levada primeiramente ao cruzeiro da Igreja Matriz – onde são feitas orações –, em seguida adentra a igreja onde ocorre uma missa. Depois a procissão segue até o Cruzeiro da antiga Capela, que é previamente iluminada com tochas. Lá o mastro é erguido com a bandeira e uma ladainha é rezada. Posteriormente, os celebrantes descem novamente para o pátio da Igreja Matriz onde ocorre a festa propriamente dita, também chamada de quermesse. Nesse dia, cada família que participa fica responsável por cozinhar e servir caldos (canjiquinha e etc.). As ruas da comunidade são enfeitadas pelos celebrantes para a ocasião.

3.2.6.1 Análise de danos à Festa de Santa Cruz

Para a Festa de Santa Cruz, em Camargos, foram identificados 2 danos, sendo: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, descritos a seguir.

3.2.6.1.1 Alteração de práticas culturais

A celebração foi prejudicada pelo desastre principalmente devido à diminuição de número de participantes ocasionada pela remoção dos moradores de Bento Rodrigues, participantes assíduos da festa.

Segundo o interlocutor 32131, muitos dos moradores do local não se envolvem efetivamente com a realização da celebração e que muito do trabalho recai sobre algumas pessoas, principalmente nela: “a comunidade faz a doação, um dá um pouco de canjica, tem gente que dá todo o caldo de feijão, outros deram a carne e o feijão. É feito tudo com doação da comunidade”. Em 2017 foram sete variedades de comida e em 2018 foram apenas quatro: “nós resolvemos aumentar a quantidade e diminuir a variedade”.

A prefeitura apoia o evento, como a limpeza de rua e o envio de alguma banda para o momento após as celebrações religiosas. O próprio interlocutor 32131 conta que ministrou uma oficina para os moradores para ensinar a confecção da cruz de papel. Todavia, muitas pessoas, em sua percepção, o fizeram com “má vontade”. Com isso ela decidiu tomar para si a iniciativa e confeccionou todas as cruzes sozinha no ano seguinte. Ela conta ter decidido alterar o material tradicional de confecção das cruzes do papel crepom para plástico, assim elas têm maior durabilidade. O interlocutor passa de porta em porta em Camargos recolhendo as cruzes para reformá-las para a festa do ano.

Apesar dos danos causados pelo rompimento da barragem, o papel da Samarco na recuperação de aspectos relacionados às festas é citado pelo interlocutor, para quem a empresa teve um papel importante na retomada da festa em 2016, mesmo sem o envolvimento de parte da comunidade: “eu falo que foi o incentivo. A maior parte das pessoas vem pra criticar o que a Samarco está desenvolvendo com a Renova, muita gente vem só pra criticar, e falar coisa ruim. É claro que não vou falar pra você que foi tudo maravilhoso pra gente, mas agora que está resgatando”. Famílias muito devotas de Santa Cruz continuaram realizando a reza, mas o interlocutor afirma que a força da festa atualmente veio com o incentivo da Samarco, que realizou várias reuniões após o desastre, inclusive algumas dedicadas à dimensão da memória em Camargos, focando no “resgate das festas”. No ano seguinte ao rompimento da barragem, a Samarco começou a incentivar a realização da festa, com a realização de uma filmagem, além de ajudar na recuperação da Cruz do Cruzeiro.

Para o interlocutor 32131, teria sido a partir deste incentivo que “o pessoal se envolveu mais” e que ocorreu um “movimento diferente” em Camargos, fazendo com que a “festa ficasse mais animada”. O que levou a um crescimento da festa de Santa Cruz, fazendo com que ela se tornasse maior que a festa da padroeira. Em sua percepção, 2018 teria sido o terceiro ano em que a celebração da Santa Cruz - assim como da padroeira - teriam ficado “cheias” e “lotadas”. Não obstante, a ausência dos moradores de Bento Rodrigues é sentida.

A alteração da prática cultural é considerada como pouco grave, uma vez que a celebração sofreu uma alteração parcial após o rompimento da barragem de Fundão. A principal causa do dano reside na remoção da população do subdistrito de Bento Rodrigues, que não apenas frequentava a

Festa de Santa Cruz, realizada em Camargos, mas compunha a rede de relações intercomunitárias que dão sustentabilidade à prática. Por exemplo, o Coral de Bento Rodrigues participava da celebração. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 40% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre na rede de relações comunitárias são crescentes, com destaque para a dificuldade na manutenção das sociabilidades. Ademais, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado de forma parcialmente definitiva em relação à situação pré desastre.

3.2.6.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Os efeitos do rompimento alteraram aspectos tradicionais da celebração relacionados aos laços sociais intercomunitários regionais entre Bento Rodrigues e Camargos. Antigamente, segundo o interlocutor 32131, os moradores de Bento Rodrigues participavam de todas as festas realizadas em Camargos – no tempo em que Bento Rodrigues era um subdistrito de Camargos, que chegou a ter mais de 800 habitantes: “só que o Bento superou o seu Distrito, com o envolvimento da Samarco lá dentro. Lá virou né? Era tudo asfaltado, tinha comércio, era tudo arrumadinho”.

Segundo o interlocutor 22635, proprietário de um restaurante em Camargos, em 2016, após o rompimento da barragem, houve uma tentativa de realizar a festa. Todavia, um número pequeno de pessoas compareceu ao festejo, muito menor do que o esperado, o que levou ao desperdício de comida: “não pode deixar de fazer porque já é a tradição, mas tem que fazer menos. Antes fazia três caldeirão de canjica, hoje nós faz um pra não desperdiçar. Em 2018 até que teve um pouco mais de gente, vem pessoal de fora. Antes você ia no Bar da Sandra e encontrava quase todo mundo, era mais fácil de chamar as pessoas. Ia no Barbosa e encontrava quase todo mundo. Punha um anúncio na Sandra, outro no Barbosa e outro no Juca e pronto. Não precisava mais não, nem precisava comunicar por “zap” não. Anúncio nesses três pontos já dava porque era o lugar do povo ir, né? Hoje não dá pra ficar sabendo, se for colocar anúncio em Mariana tem que encher a cidade toda de anúncio”.

Apesar da diminuição de participantes relatada pelo interlocutor 22635, os moradores de Bento Rodrigues, na percepção do interlocutor 32131, continuam vindo para as festas em Camargos e o Coral de Bento Rodrigues costuma cantar nas festividades no local, como na Festa de Santa Cruz: “as pessoas do Bento frequentam muito Camargos, bastante. Nessas festas e nos eventos como os que o interlocutor 22635 [proprietário de restaurante] faz, jogo de truco e feijoada a maioria das pessoas que vão lá são de Bento, porque também ela é do Bento Rodrigues”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como pouco grave. No caso da Festa de Santa Cruz, cerca de 40% da rede foi alterada, tendo como referência as narrativas dos atingidos. Esse dano tende a aumentar, pois com a “Nova Bento” as relações não serão reestabelecidas da mesma forma, sendo agravado o distanciamento. Além disso, pelos mesmos motivos, esse dano é considerado parcialmente reversível.

3.2.7 FESTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

A Festa de Nossa Senhora da Conceição celebra o dia da padroeira de Camargos. Originalmente realizada em dois dias do mês de dezembro, atualmente ocorre em maio ou julho para escapar à época

de chuvas que prejudica o deslocamento de muitas pessoas de localidades vizinhas, pois as estradas de acesso aos distritos têm muitos problemas de manutenção: “pessoal, quando chovia, não tinha como vir aqui. Estrada tinha muito barro, e em Bento a estrada também era muito ruim”. A partir do ano de 2010 também passou a ser realizada apenas em um dia - domingo -, pois o transporte dos visitantes dificultava seu comparecimento em dois dias seguidos.

Com isso, no domingo é realizada a procissão com o levantamento do mastro e, em seguida, a festa. A procissão da bandeira se dá pelas ruas do distrito e o trajeto segue da casa dos festeiros, que guardam a imagem da santa, até o cruzeiro localizado na parte alta de Camargos, onde antigamente existia a primeira capela. Lá ocorre a missa festiva, com coroação. Depois da missa segue-se o hasteamento da bandeira, acompanhada pela banda de música. Esta primeira etapa da celebração também é conhecida como “festa da bandeira” – que em sua origem ocorria em um dia separado aos eventos que dela se seguem. Depois ocorre a missa na Igreja matriz, e seguido pelo encerramento da festa na quermesse.

A celebração é uma das mais tradicionais e importantes do distrito, segundo o interlocutor 32131: “essa festa toda a vida existiu”. De acordo com ela, a Festa de Nossa Senhora da Conceição é muito antiga, retomada pela comunidade a partir de 1979 devido a uma promessa realizada por “uma pessoa da terra, que alcançou uma graça e fez a promessa que iria celebrar uma missa. Assim foi o retorno, fizeram uma missa e daí começaram de novo a movimentação pra fazer a Festa da Conceição”. Segundo ela, atualmente a Festa conta com a colaboração da Prefeitura.

3.2.7.1 Análise de danos à Festa Nossa Senhora da Conceição

Para a Festa Nossa Senhora da Conceição, em Camargos, foram identificados 2 danos, sendo: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, descritos a seguir.

3.2.7.1.1 Alteração de práticas culturais

A celebração foi prejudicada pelo desastre principalmente devido à diminuição de número de seus participantes ocasionada pela remoção da população residente em Bento Rodrigues que tradicionalmente frequentava a festa. Para o interlocutor 10373, as celebrações vinham em um sentido de “renovação” nos últimos anos e o desastre provocou abalos nesta recuperação. As festividades de Camargos, como um todo, continuaram a ocorrer depois do desastre, mas “caíram um bocado” a partir de 2016, quando, em sua percepção “deu muito pouca gente, meia dúzia de gato pingado. Porque deu um impacto aqui”. O aumento do número de participantes em 2017 renovou a perspectiva de melhora para os próximos anos: “No ano passado já tinha bastante gente. Porque teve também a festa da Santa Cruz, que já veio muita gente. Aí o pessoal já pegou mais confiança e já veio mais gente”, de acordo com o interlocutor.

A alteração da prática cultural é considerada como grave, uma vez que a celebração sofreu uma alteração significativa após o rompimento da barragem de Fundão. A principal causa do dano reside na remoção da população do subdistrito de Bento Rodrigues, que não apenas frequentava a Festa Nossa Senhora da Conceição, realizada em Camargos, mas compunha a rede de relações intercomunitárias que dão sustentabilidade à prática. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 60% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre na rede de relações comunitárias são crescentes, com destaque para a dificuldade na manutenção de sociabilidades.

Ademais, esse dano é considerado parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado de forma parcialmente definitiva em relação à situação pré desastre.

3.2.7.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A ausência da população de Bento Rodrigues na Festa de Nossa Senhora da Conceição, decorrente da remoção da população do distrito por conta do desastre, alterou aspectos tradicionais da celebração relacionados aos laços sociais intercomunitários regionais entre Bento Rodrigues e Camargos. O interlocutor 10373 relata tempos “antigos em que se realizava a celebração em Camargos e ficava cheia, vinha todo mundo. Quando tinha a Festa de Santa Cruz também enchia. E a gente daqui o pessoal ia também todo pra Bento quando tinha festa lá. E foi assim, desde o tempo que eu era criança, rapaizinho, que a gente ia festa de Bento e o pessoal de Bento vinha pra cá. Então a festa ficava muito boa, porque é muito próximo o distrito, né? Então por isso tem aquela convivência de vizinho, tá entendendo? Quando a gente era menino a gente ia a pé pra lá, na festa bonita que tinha lá”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como grave. No caso da Festa Nossa Senhora da Conceição, cerca de 60% da rede foi alterada, tendo como referência as narrativas dos atingidos. Esse dano tende a aumentar, pois os efeitos do desastre no contexto sociocultural em tela são crescentes. Além disso, esse dano é considerado parcialmente reversível pois os laços comunitários desfeitos são significativos, marcando daqui em diante a celebração. Destaca-se que o deslocamento permanente dos moradores de Bento Rodrigues para a “Nova Bento” tem impactos profundos nas redes supramencionadas.

3.2.8 FESTA DO MENINO JESUS

A Festa do Menino Jesus (Figura 31 e Figura 32), importante celebração para a comunidade de Paracatu, ocorre no mês de setembro, é realizada na praça próxima à Igreja de Santo Antônio e também na própria igreja. A celebração está relacionada às cavalgadas, à quermesse e à Folia de Reis de Paracatu, bem como agrega levantamento do mastro, procissão, leilão e missa. Segundo o interlocutor 15337, essa relação com as festas é antiga e tradicional: “uma coisa que já vinha há muitas gerações, de avô, bisavô. Antes dessa igreja [de Santo Antônio] já existia uma capela”. Após a celebração religiosa, havia um almoço coletivo que era realizado no pátio da Igreja de Santo Antônio. Após o almoço, alguns moradores locais e da região se reuniam no bar do subdistrito para continuar as conversas e comemorações.

Moradores de outras localidades da região costumavam participar dos festejos do Menino Jesus em Paracatu de Baixo, o que tornava a festa um importante momento de sociabilidade e de geração de renda, como relata o interlocutor 23233: “As próprias festas geravam uma renda pra comunidade toda, muitas pessoas colocavam barraquinhas e coisas do tipo. Vinha muita gente de outras comunidades, de fora: Águas Claras, Pedras, Monsenhor Horta, sempre estavam lá. Era importante também que os filhos dos moradores sempre estavam lá, então como lá só tinha até o ensino fundamental, eu revia os meus amigos só lá. Porque na cidade eu estudava em Ouro Preto e trabalhava em Mariana, e pessoal sempre fazia isso, então não dava tempo de encontrar o pessoal aqui. Então o momento de você rever

essas pessoas era lá, nesses momentos de festa. Ou então ia na casa visitar. Pra quem está acostumado com essa vida na roça, tranquila e pacata, com todo mundo próximo, você vai pra esses eventos pra conversar, pra ver as pessoas, pra brincar. Comer ou ajudar a fazer as comidas que tem”.

Figura 31 – Registro de festividades e celebrações realizadas em Paracatu de Baixo. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 18462 e registrado por Institutos Lactec em 15/08/2018.

Figura 32 – Registro de festividades e celebrações realizadas em Paracatu de Baixo. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 18462 e registrado por Institutos Lactec em 15/08/2018.

3.2.8.1 Análise de danos à Festa do Menino Jesus

Para a Festa do Menino Jesus, em Paracatu, foi identificado o dano de alteração da rede de relações comunitárias, descrito a seguir.

3.2.8.1.1 Alteração da rede de relações comunitárias

A Festa do Menino Jesus não foi interrompida, porém o desastre afetou as relações com os espaços onde ocorriam os festejos. Segundo os interlocutores 15336 e 15337, as festividades continuaram ocorrendo com características diferentes. O rejeito não impedia a passagem de pessoas, pois as estradas e pontes foram reconstruídas. Contudo, os locais e equipamentos relevantes para a realização da festa foram tomados pelos rejeitos de mineração. Por conta das alterações no espaço, a celebração tem sido realizada em outros locais, o que afeta sua importância para o exercício dos laços de sociabilidade entre as pessoas da localidade e arredores. Em 2018, segundo os interlocutores, a Festa do Menino Jesus foi realizada “na casa de um vizinho ali perto de Paracatu” e não mais no pátio da Igreja de Santo Antônio: “não é a mesma coisa, porque a gente tinha a igreja aí ia no almoço depois ia no boteco, aí encontrava todo mundo, entendeu?”.

Somada às alterações que o desastre provocou em espaços de referência do subdistrito, a remoção dos moradores de Paracatu de Baixo foi decisiva para gerar um desinteresse dos moradores em participar e, por conseguinte, um afrouxamento das redes de relações comunitárias. Segundo os interlocutores 15336 e 15337, havia uma relação estreita entre as partes baixa e alta de Paracatu, com laços de parentesco (sanguíneo, religioso e por consideração) entre seus habitantes. De acordo com eles “Antes, as pessoas que vinham de fora, como, por exemplo, de Paracatu de Cima, vinham pra festa, mas sempre passava na casa da comadre pra conversar, não ia direto pra igreja, só depois de visitar as comadres todas. Isso é uma mudança muito radical”. Além disso, os interlocutores afirmam que a “vida cultural” muito intensa da comunidade, que antes era “uma só”, teria quase se “extinguido” após o desastre. Eles se questionam “Como manter a comunidade unida se não existe a comunidade? Não tem mais aquele dia-a-dia. Antes a gente batia o sino da igreja, o pessoal já sabia que ia acontecer alguma coisa na igreja, um ensaio, outra coisa, aí desciam, ia juntando na igreja. O desastre ajudou na fragmentação da comunidade. A lama levou o convívio, o cotidiano, o contato, não é tão simples assim reagrupar esse pessoal. Desde então, eu vivo em função do dia 05 de novembro, por causa dos compromissos, reuniões, a gente não se libertou, a lama fica sempre borbulhando”.

Após o desastre, muitos dos atingidos de Paracatu não vão mais ao local participar dos festejos: “quando você vê a destruição dessa lama, ela não destruiu só bem material não. Isso destrói muita coisa junto, destrói os vínculos e muda até a cabeça das pessoas, as pessoas vão perdendo aquele senso de simplicidade, então o nosso lugar nunca mais vai ser o mesmo, tenho certeza que nunca mais vai ser o mesmo”, segundo os interlocutores 15336 e 15337.

Para o interlocutor 18462, entretanto, as alterações levaram a um aumento do público nas festas após o desastre, pois elas estão “bem cheias” e voltaram a crescer “por causa da saudade” da localidade: “agora que estão todos fora, é um momento para as pessoas se reencontrarem, encontrarem as pessoas das comunidades vizinhas. Em 2016, fizemos só a do Menino Jesus. Em 2017, já fizemos as duas principais (Santo Antônio e Menino Jesus). Em 2018 já fizemos a de Santo Antônio, vamos fazer a do

Menino Jesus e a crisma também. Devagarzinho, a comunidade vai voltando”. Contudo, tal aumento não significa afirmar que as festas “melhoraram”, segundo interlocutor, “pois agora é muito diferente, a gente não fica lá para organizar. Eu mesma não vou pra lá no sábado, só no domingo, assim como muita gente, ou seja, a gente já perdeu uma parte da festa, aquilo de estar ali junto, arrumar a igreja, enfeitar a rua, isso não existe mais, não tem como. Agora é tudo muito rápido, você vai lá só pra missa, chega no horário de celebrar a missa, come um lanche, acabou, a gente volta pra casa”. O interlocutor afirma que realizar as festas passou a ser “uma forma de resistência” e de defesa do “nosso lugar, porque a gente não abre mão dele, é nosso direito e a gente vai fazer as festas. É muito difícil manter uma comunidade se não existe a comunidade física. A gente pode celebrar uma missa em outra igreja, mas não é a nossa comunidade”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente Paracatu de Baixo, o que levou à remoção de parte de sua população. Esse contexto prejudicou a realização da Festa do Menino Jesus, uma vez que muitas pessoas da comunidade estão morando em diferentes locais, todos afastados do espaço de realização da celebração. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa rede foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que as sociabilidades necessárias à prática continuam profundamente alteradas, ainda que os atingidos continuem realizando a festa (utilizando, inclusive a casa de pessoas próximas à comunidade), revelando a resistência desses laços comunitários. Inclusive, a realização da festa, a despeito dos danos, tem sido considerada uma forma de luta pelos atingidos. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização da celebração de forma mais próxima ao que era realizada, mas tem-se o deslocamento permanente de parte dos moradores de Paracatu de Baixo desse espaço.

3.2.9 FESTA DE NOSSA SENHORA APARECIDA DE PARACATU

A Festa de Nossa Senhora Aparecida (Figura 33) é uma tradicional celebração do subdistrito de Paracatu que acontece há mais de 40 anos. Realizada no dia 12 de outubro, dia nacional de Nossa Senhora Aparecida, a festividade conta com apresentações culturais e números artísticos, além das comemorações religiosas. Os interlocutores 15337 e 15336, casal membro da comissão dos atingidos de Paracatu de Cima, contam que entre as comemorações havia também carreatas, missa, cavalgada e festa para as crianças. Era uma das principais festas religiosas locais, segundo os interlocutores 43545 e 34583 – antigos moradores de Paracatu e atuais moradores de Monsenhor Horta.

Figura 33 – Registro de festividades e celebrações realizadas em Paracatu de Baixo. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 18462 e registrado por Institutos Lactec em 15/08/2018.

3.2.9.1 Análise de danos à Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu

Para a Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu foram identificados 2 danos, sendo: alteração de espaços relacionados a práticas culturais e da rede de relações comunitárias, descritos a seguir.

3.2.9.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A Festa de Nossa Senhora Aparecida ocorria na igreja de Santo Antônio, que foi afetada diretamente pelos rejeitos. Nos anos seguintes ao desastre, a festividade em sua completude foi fundamentalmente alterada, tendo suas atividades modificadas, seu tempo de duração diminuído e os espaços de encontro e sociabilidade foram transferidos ou se tornaram inexistentes. Depois do desastre a festa tem se resumido apenas à missa que foi realizada na igreja de Monsenhor Horta, e logo após os visitantes retornaram para suas casas em Mariana.

A alteração do espaço relacionado à Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu foi considerada como gravíssima, uma vez que a igreja de Santo Antônio foi afetada diretamente pelos rejeitos. Por meio das narrativas dos atingidos e da análise do espaço onde ocorria a celebração, é possível indicar que 100% do mesmo foi atingido pela onda de rejeitos. Não obstante, para além da edificação religiosa, a celebração envolvia, no passado, carreatas, cavalgada e festa para as crianças, estando relacionada, assim, com outros espaços do povoado. Esse dano tende a aumentar, uma vez que os espaços onde ocorriam a celebração estão cada vez mais alterados em relação a suas condições originais. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar exatamente as características anteriores do espaço associado à celebração. Ademais, deve-se destacar os impactos do deslocamento permanente dos moradores de Paracatu de Baixo desse espaço.

3.2.9.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Apesar de a Festa de Nossa Senhora Aparecida continuar ocorrendo no subdistrito, as alterações provocadas pelo desastre modificaram todos os processos envolvidos na sua realização, inclusive reduzindo-a a apenas uma missa. A remoção de moradores de Paracatu para outras localidades e os danos à Igreja de Santo Antônio colocaram, para organizadores e celebrantes, o desafio de tentar assegurar a manutenção de uma prática cultural que faz parte do modo de vida dos moradores de Paracatu.

Diante de condições precárias de infraestrutura local e deslocamento pela região, que enfraqueceram as redes de relações comunitárias, moradores de Paracatu travaram negociações com Fundação Renova para dar continuidade à celebração e garantir que a população removida para a sede de Mariana pudesse comparecer à festividade em Paracatu. Segundo o interlocutor 15337, depois do desastre se pensou em solicitar à Renova um ônibus para conduzir estes moradores, contudo os organizadores da festa teriam que arcar com o ônus de serem “responsáveis” pelo ônibus. Com medo de que algum problema viesse a ocorrer, já que nas festividades as pessoas costumavam beber e se empolgar, o interlocutor afirma que “ninguém queria ser responsável pelo ônibus, além de organizar a festa a gente tinha que se responsabilizar? Quem tem que se responsabilizar por isso é a empresa!”. Houve também dificuldades em negociações para a solicitação de banheiros químicos. Segundo o interlocutor 15336, antes do desastre as pessoas tinham suas casas ou casas de parentes e amigos para utilizar em Paracatu de Baixo: “Aí eu disse ‘acorda, antes a gente tinha banheiro’. Tinha banheiro no bar, tinha banheiro atrás da igreja, tinha banheiro no mato... Não tem casa de amigo, não tem ninguém lá! Como vai levar uma comunidade pra festejar Nossa Senhora lá, mesmo fazendo a missa em outra Igreja vamos ter que passar lá ué!”

No que tange à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente Paracatu de Baixo, o que levou à remoção de sua população. Esse contexto prejudicou a realização da Festa de Nossa Senhora de Aparecida, uma vez que muitas pessoas da comunidade estão morando em diferentes locais, todos afastados do espaço de realização da celebração. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa rede foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias à prática continua profundamente alterada, mesmo que os atingidos continuem realizando a festa, ainda que bem menor escala e realizada recentemente na igreja de Monsenhor Horta, revelando a resistência desses laços comunitários. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre. Ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização da celebração de forma mais próxima ao que era realizada, mas os laços comunitários foram desfeitos de maneira significativa. Ademais, deve-se destacar o deslocamento permanente dos moradores de Paracatu de Baixo desse espaço.

3.2.10 FOLIA DE REIS DE PARACATU

A Folia de Reis é uma festividade católica que celebra a viagem dos três reis magos para presentear o Menino Jesus após seu nascimento. Realizada entre o período do Natal e o Dia de Reis, é composta por um grupo de músicos e cantores que circula pela comunidade e localidades vizinhas, visitando e se apresentando nas casas dos moradores - o que é tradicionalmente chamado de “giro”. Fundada oficialmente em 1964, a Folia de Reis de Paracatu (Figura 34) é uma tradicional celebração do calendário de festividades do subdistrito, nas palavras do interlocutor 15337: “Essa Folia de Reis a gente nem sabe quem fundou, desde quando eu me lembro já tinha”. A Folia de Reis de Paracatu também participa de outros festejos locais, como a Festa de Santo Antônio, que ocorre em Junho, e a Festa do Menino Jesus, em setembro.

Em Paracatu, a Folia inicia seu giro entre os dias 24 e 26 de dezembro - visitando e tocando em casas, fazendas e igrejas da região e retorna a Paracatu no Dia de Reis, 6 de janeiro, para o encerramento da manifestação. O percurso é realizado pelas localidades de Ribeirão do Carmo, Pedras, Borba, Campinas, Cachoeira do Brumado, Furquim, Monsenhor Horta, Bandeirantes, Águas Claras, Ponte do Gama e, por vezes, chegam até a sede de Mariana. Ao longo do giro, os foliões cantam - acompanhados por instrumentos, como violão, o pandeiro, sanfona, reco-reco, bumbo e triângulo - e contam a história das visitas dos Reis Magos. Um palhaço acompanha a banda para entreter crianças e adultos. A cada casa visitada, recebem doações em dinheiro, alimentos e, por vezes, estada para passar a noite.

Figura 34 – Folia de Reis de Paracatu, antes do desastre. Paracatu de Baixo, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 18462, ex-morador de Paracatu e registrado por Institutos Lactec em 15/08/2018.

3.2.10.1 Análise de danos à Folia de Reis de Paracatu

Para a Folia de Reis em Paracatu foram identificados 02 danos, a saber: a alteração na circulação de práticas e bens culturais e a alteração da rede de relações comunitárias, descritos a seguir.

3.2.10.1.1 Alteração na circulação de práticas e bens culturais

A Folia de Reis de Paracatu continuou ocorrendo, contudo, passou por uma série de modificações após o desastre, principalmente com relação ao percurso realizado pelos foliões. O giro, um dos principais elementos da celebração, promovia a circulação do grupo dentro da própria localidade, bem como nas comunidades vizinhas. Segundo o interlocutor 23233: “O pessoal andava até bem longe, às vezes 3 ou 4 quilômetros, só que como ia caminhando também ia parando nos sítios que tinha no caminho, e como é todo mundo da roça, sempre era bem recebido”. O trajeto era tradicionalmente realizado como uma caminhada dos foliões, que paravam para se apresentar nas casas e igrejas das localidades visitadas. Após o desastre, parte dos foliões passou a viver na sede de Mariana (MG), por isso o percurso passou a ser feito com o auxílio de uma van da Fundação Renova. De acordo com o interlocutor 15337: “e vai rodando as regiões lá coletando a esmola, antes as pessoas iam a pé. Agora vão de carro com a Renova. Aí vai, canta as músicas lá com a bandeira e arrecada um dinheiro”.

O interlocutor 16423, morador de Furquim cuja casa recebe a Folia de Paracatu, conta que “quando Paracatu existia” a Folia vinha a pé até Furquim. Atualmente a Folia chega a Furquim de van pela manhã, então o grupo permanece o dia inteiro fazendo o giro e no período da tarde são levados de volta pela van: “e fica assim a semana inteira, são levados em todos os lugares aqui na região onde vão ser recebidos”, segundo ela.

No que concerne à gravidade, a alteração na circulação de práticas e bens culturais foi considerada como grave, uma vez que o desastre resultou na ausência dos locais originais de parada dos festeiros e na impossibilidade de realizar o “giro” a pé, uma vez que diversos moradores de Paracatu foram deslocados para Mariana. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 80% da circulação, que ocorre agora por meio de uma van fornecida pela Fundação Renova, foi alterada. Essa porcentagem se refere a forma da circulação e não a uma porcentagem dos trechos percorridos. Esse dano tende a aumentar, pois com o passar do tempo, o fato da celebração estar sendo realizada de forma tão alterada poderá modificá-la substancialmente e de forma definitiva. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização da celebração de forma mais próxima ao que era realizada, mas tem-se o deslocamento permanente de parte dos moradores de Paracatu de Baixo desse espaço.

3.2.10.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A destruição provocada pelos rejeitos de mineração em Paracatu de Baixo suprimiu locais por onde a Folia de Reis circulava no subdistrito – “Lá em Paracatu não tem mais as casas aonde eles iam”, relata o interlocutor 23233 – e levou à remoção de moradores para outras localidades - muitos dos membros da Folia de Reis do subdistrito hoje vivem na sede do município de Mariana. Fatores que provocaram alterações nas formas de organizar e celebrar a Folia de Reis - principalmente pela ausência dos locais originais e impossibilidade de realizar o “giro” a pé -, abalando assim as redes de relações locais alimentadas pela realização da festividade.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente Paracatu de Baixo, o que levou à remoção de parte de sua população. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% da rede necessária à realização da Folia de Reis foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias à prática continua profundamente alterada, mesmo que os atingidos continuem realizando a festa, revelando a resistência desses laços comunitários. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização da celebração de forma mais próxima ao que era realizada, mas tem-se o deslocamento permanente de parte dos moradores de Paracatu de Baixo desse espaço.

3.2.11 CONJUNTO DE FESTAS RELIGIOSAS DE FURQUIM

A Festa do Bom Jesus, Festa do Divino e Festa da Virgem do Carmo são celebrações tradicionais realizadas anualmente no distrito de Furquim e que recebem participantes de regiões vizinhas. Segundo o interlocutor 15362, Furquim possui poucos moradores, por conta da escassez de empregos e oportunidades de estudo. As celebrações religiosas, bem como as festas de final de ano e os meses de férias, são momentos importantes em que as pessoas que migraram costumam se reunir com os parentes e amigos de Furquim.

A Festa do Bom Jesus celebra o padroeiro do distrito de Furquim no dia primeiro de janeiro e coincide com o réveillon, uma festa de rua com fogos de artifício, com a participação de pessoas do distrito que atualmente moram fora dele. É a festividade mais abrangente e que reúne mais pessoas na comunidade. A festa tem início com a celebração de missas na Igreja Matriz Bom Jesus do Monte, novena, levantamento do mastro na noite do dia 31 de dezembro, apresentações musicais da Sociedade Musical Nossa Senhora da Conceição, de Furquim e de bandas de outras localidades. Após a celebração do dia 31 de dezembro é realizado o levantamento do mastro e a Igreja Matriz é fechada como medida de segurança para o início dos festejos de réveillon na praça matriz. No dia seguinte, são feitos os repiques dos sinos com toques próprios da data. Ao final da festa do Bom Jesus, a Folia de Reis de Paracatu realiza seu “giro” tocando pelo povoado com a bandeira do Menino Jesus e arrecadava dinheiro, recolhendo dinheiro para a festa do Menino Jesus, que eram celebradas no Paracatu, em setembro.

A Festa do Divino é celebrada no dia de Pentecostes, em junho. Furquim mantém as tradições com a presença do imperador e da rainha do Divino. Após a procissão, a imagem do Divino segue com o cortejo do imperador pelas ruas da comunidade, acompanhado pelo Congado e a Banda Nossa Senhora da Conceição. De acordo com o interlocutor 15362, em 2018 o grupo de congado participante era de Ouro Preto, juntamente com a Banda N. S. da Conceição.

A Festa da Virgem do Carmo ocorre no dia 16 de julho e se destaca pela realização da Coroação dos Anjos Barrocos, na Capela Nossa Senhora do Carmo. É um costume tradicional de Furquim, quando as imagens dos anjos do altar são manipuladas por meio de manivelas e descem do alto da capela para coroar a imagem da virgem do Carmo, enquanto os fiéis cantam músicas para a santa.

Outros bens estão relacionados às festas, como lugares de realização - a Igreja Matriz de Bom Jesus e largo da Matriz, Capela de Nossa Senhora do Carmo - e bandas participantes: Sociedade

Musical Nossa Senhora da Conceição, de Furquim; Folia de Reis, de Paracatu; Sociedade Musical de São Caetano, de Monsenhor Horta; e outras corporações musicais de localidades vizinhas.

3.2.11.1 Análise de danos ao Conjunto de Festas Religiosas de Furquim

Foram identificados 2 danos ao Conjunto de Festas Religiosas de Furquim, que integram a Festa do Bom Jesus, a Festa do Divino e a Festa da Virgem do Carmo. Os danos identificados, que são a alteração de práticas culturais e da rede de relações comunitárias, encontram-se apresentados a seguir.

3.2.11.1.1 Alteração de práticas culturais

Os danos sobre as festas estão associados aos agentes e redes comunitárias, com a alteração da frequência dos moradores de Paracatu, que antes do desastre era maior devido à proximidade de Furquim e à relevância histórica que o distrito teve na formação das paróquias religiosas. Os moradores do Paracatu, antes do desastre, costumavam participar dos festejos da Semana Santa, em especial nas encenações das figuras bíblicas da Sexta da Paixão, muito tradicionais em Furquim. Com a mudança dos moradores de Paracatu para Mariana, a presença destes nas festas se tornou mais difícil. Segundo o interlocutor 16343, a estrutura que abrigava as festas não foi diretamente afetada, mas muitas pessoas deixaram de se envolver com as celebrações: “Até mesmo em relação a este pessoal que às vezes deixou de vir pra cá. Tem algumas pessoas daqui que tiveram parentes de lá que foram atingidos, e se não me engano teve duas famílias que moraram em Furquim por alguns dias até encontrarem alguma hospedagem em Mariana. Então não teve impacto nas estruturas, por assim dizer, mas teve no inconsciente das pessoas aqui no Distrito, isso ficou muito forte”.

As comunidades de Paracatu e Furquim guardam relações históricas de reciprocidade e parentesco. Dessa forma, a remoção de parte da população de Paracatu devido ao desastre resultou na alteração da prática cultural, considerada como pouco grave, uma vez que os moradores de Paracatu participavam ativamente das festividades. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 30% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os moradores de Paracatu de Baixo serão transferidos para outro espaço. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se fortemente transformado em relação à situação pré desastre.

3.2.11.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O rompimento da barragem e a chegada dos rejeitos afastou comunidades que viviam próximas e tinham trocas constantes, inclusive relacionadas aos festejos religiosos. Vínculos comunitários muito associados, inclusive, à centralidade de Furquim no calendário de celebrações. Segundo o interlocutor 15362, quando ainda não havia uma divisão das paróquias, era para Furquim - sede da festa de semana santa mais antiga - que a população de Paracatu se dirigia nas ocasiões de celebrações religiosas: “aquele povoado todo ficava apenas aqui”. Para ela, somente após a criação das paróquias é que “o povo se dividiu entre Furquim e Monsenhor Horta”, mas na semana santa havia uma forte presença das pessoas de Paracatu.

O interlocutor 16343 relata que os moradores de Paracatu deixaram de frequentar as atividades religiosas em Furquim: “Preparando pra festa de Bom Jesus, a gente aqui tinha antes a grande presença

da Folia de Reis [de Paracatu] que vinha e cantava. Um dos impactos que eu vejo que atingiu diretamente é que grandes integrantes dessa Folia de Reis eram das comunidades atingidas. Eles vinham com tanta alegria... Nos dois anos depois do rompimento eles não vieram, e disseram que foi por causa desta questão”. Deste modo, não só a população de Paracatu esteve ausente das festas de Furquim, mas também suas celebrações, como a Folia de Reis de Paracatu, deixaram de circular pela localidade vizinha. Aos poucos, apesar do menor volume de visitas e maior dificuldade no transporte, as relações vão sendo retomadas, mas de maneira diferente após os efeitos do rompimento da Barragem do Fundão.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como pouco grave, estando relacionada à remoção de moradores de Paracatu que participavam ativamente das festividades em Furquim, levando a uma alteração de 30% das redes. Esse dano também tende a aumentar, pois os moradores de Paracatu serão transferidos para outro espaço. Esse fato também torna o dano parcialmente reversível.

3.2.12 CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES VINCULADAS À CAPELA DE SANTO ANTÔNIO

A Capela de Santo Antônio, que fica no alto de um morro no subdistrito de Pedras, é referência para um conjunto de celebrações locais. As festas e celebrações em Pedras são importantes, não somente para moradores do subdistrito, mas também de localidades vizinhas, que fazem parte de um calendário anual de circulação de festejos e celebrações. Em Pedras são realizadas diversas celebrações católicas, como a Festa de Santo Antônio, a Festa do Menino Jesus, a Festa de Nossa Senhora Aparecida, a Festa de Santa Luzia e a Folia de Reis.

A Festa de Santo Antônio, tradicionalmente celebrada em junho, em Pedras ocorre no mês de julho, quando o pároco local está disponível. De acordo com o interlocutor 13452, esta mudança de data foi feita para que o “pessoal que foi embora” pudesse aproveitar o período de férias para comparecer à celebração: “A gente falou com o padre que aqui tem pouca gente e os conterrâneos que foram embora gosta de voltar, mas é sempre em julho que coincide as férias deles e as férias das crianças”. A celebração é realizada em um final de semana, sábado e domingo, quando ocorrem quadrilha, “show” com banda e, de forma separada, os rituais religiosos, para ela: “porque Deus é Deus né? Bagunça e bagunça”.

Segundo o interlocutor 35321, em todos os anos, antes da festa, havia a escolha da rainha da bandeira. Essa rainha é quem carrega a bandeira de Santo Antônio na procissão pelo subdistrito, que termina na Capela de Santo Antônio. Nela, os participantes rezam, cantam e fincam a bandeira no gramado do adro da Capela, que lá permanece por 8 dias após a festa. Após o término da procissão, que ocorre pela noite, há quadrilha e festejos. A festa em geral ocorre aos sábados e conta com uma banda de forró, puxadores de quadrilha, barraquinhas para a venda de alimentos, brincadeiras. Para esse momento de festa após a procissão, o interlocutor conta que muita gente veste roupas de quadrilhas. A festa religiosa é realizada no domingo, quando ocorre a “carreata” (de carro) ou “passeata” (de cavalo) com a imagem do santo: “Aí a gente combina, por exemplo, de levar a imagem do santo lá pra Águas Claras, aí vai a turma daqui com o pessoal de Águas Claras. Vai uma multidão de gente, é bom demais, porque reúne”, de acordo com o interlocutor 35321. Segundo o interlocutor 13452, moradores de Pedras e de outros lugares da região participam da comemoração: “vem de Barretos, vem de Águas Claras, Paracatu. A gente faz os convites e sempre convida as pessoas”.

A Festa do Menino Jesus é realizada ao longo de dois dias entre os meses de agosto e setembro. Na semana anterior têm início as rezas da novena na Capela Santo Antônio; no sábado o mastro é levantado com a bandeira do Menino Jesus; no domingo é celebrada a missa às 15h. A preparação da comida da celebração, assim como a compra de ingredientes, é feita de forma coletiva no salão comunitário. A Festa do Menino Jesus conta com a participação da Folia de Reis de Pedras, bem como de Barreto e Campinas, que tocam durante a procissão. Na concepção do interlocutor 13452: “É tudo religioso, então faz tudo junto. Fica a turma batendo tambor, sanfona, cavaquinho, pandeiro. Quem sabe tocar seu instrumento toca, mas é coisa de religião”. Além disso, a celebração atrai pessoas de outras localidades próximas para participar da folia.

A Festa de Nossa Senhora Aparecida, realizada em outubro, e a Festa Santa Luzia, em dezembro, têm configuração semelhante à do Menino Jesus. Todas duram dois dias e as rezas da novena têm início na semana anterior na Capela Santo Antônio; o mastro é levantado no sábado e no domingo é realizada a missa.

A Folia de Reis de Pedras ocorre anualmente entre o Natal e o Dia de Reis e celebra a adoração dos Reis Magos ao nascimento do Menino Jesus. Em Pedras, a Folia tem início no dia 28 de dezembro e termina no dia 6 de janeiro. A Folia é uma atividade familiar e são as relações familiares que estruturam a continuidade de sua transmissão. Filhos, cunhados e netos aprendem a bater o tambor, assim como a importância da continuidade desta tradição e sobre a devoção que ele expressa. O grupo também conta com “palhaço”, que é sempre interpretado pela mesma pessoa há muitos anos, fazendo parte de uma antiga tradição, que passa de geração em geração. Segundo o interlocutor 45234 “Isso é dos antigos mesmo. A gente aprendeu com os mais velhos, que hoje não existe mais, da minha família. Aprendi com meu pai que já fazia aqui mesmo. A gente vai tocando pra frente e a gente espera que os mais novo já aprende com a gente”.

Os participantes da Folia de Reis (Figura 35 e Figura 36), os chamados foliões, realizam os chamados “giros” em visita a casas de amigos e parentes. Segundo o interlocutor 13452, os participantes “tiram as esmolas” em dezembro, passando de casa em casa, em turmas separadas: “Campinas tem a sua, Barreto, Pedras... Aí eles têm a semana deles sair, isso fica bom demais. Pra tirar esmola não tem como juntar, porque cada um vai fazer sua festa na sua comunidade, aí tem que tirar as esmolas separados. Vai batendo de casa em casa com Menino Jesus pedindo esmola pra fazer a festa, né? Sempre foi feito assim”. O trajeto, realizado a pé e já com lugares certos para dormir, compreende a partida de Pedras até Furquim, de lá até Cuiabá: “bate nesses primeiros arraial, aí bate Cuiabá todo e depois sobe o morro, vai pra Engenho. Tudo caminhando, umas 8 pessoas, tudo fazendo essa caminhada. (...) Ali tem o lugar de dormir. Aí de Engenho já vem voltando mas no sentido do lado de lá, vai passando Barreto, Campinas e só chega no dia 5 em Pedras”, de acordo com o interlocutor. O giro pelas outras comunidades ocorre até 5 de janeiro, quando os foliões retornam para Pedras e encerram a celebração dentro da localidade no dia seguinte.

Figura 35 – Registro das festividades e celebrações realizadas no subdistrito de Pedras. Detalhe da Folia de Reis na Celebração de Menino Jesus em 1988. Pedras, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 45234 e registrado por Institutos Lactec em 17/08/2018.

Figura 36 – Registro das festividades e celebrações realizadas no subdistrito de Pedras. Detalhe do palhaço da Folia de Reis na Celebração de Menino Jesus em 1988. Pedras, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 45234 e registrado por Institutos Lactec em 17/08/2018.

3.2.12.1 Análise de danos ao Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio

Foram identificados 2 danos ao Conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio, em Pedras, que integram diversas celebrações católicas, como a Festa de Santo Antônio, a Festa do Menino Jesus, a Festa de Nossa Senhora Aparecida, a Festa de Santa Luzia e a Folia de Reis. Os danos identificados foram os seguintes: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, descritos a seguir.

3.2.12.1.1 Alteração de práticas culturais

A Capela de Santo Antônio não foi atingida diretamente pela passagem dos rejeitos de mineração, porém os acessos a Pedras próximos ao rio Gualaxo foram destruídos. O interlocutor 35321 conta que após o rompimento da barragem ficaram por três meses sem missa porque a estrada para Pedras ficou interrompida, impedindo a chegada do padre ao local. Segundo o interlocutor 13452, o desastre fez com que o distrito de Pedras ficasse isolado e apartado das localidades próximas: “não tinha ponte e não tinha estrada pra passar. Pra gente receber alimento aqui tinha que vir de helicóptero, pousava lá em cima no pasto de um colega nosso e repartia com o povo. Não tinha jeito nem da gente passar pra ir comprar. Nós ficamos em uma ilha sem barco. (...) Não tinha jeito nem mesmo do padre vim, como que ele ia chegar? Não tinha ponte pra lugar nenhum, não tinha ônibus. Ficou paralisado por as pontes que passa no rio foram tudo embora, as estradas que passa perto do rio ficou tampado de lama, como ia passar?”.

No ano seguinte, as estradas foram reabertas e pontes reconstruídas e as celebrações religiosas foram retomadas. As festas, foram interrompidas entre 2015 e 2016, exceto a Festa de Santa Luzia. Segundo o interlocutor 13452: “essa deu pra fazer, porque o ano já estava mais no fim e a coisa já estava normalizando, foi em dezembro. Agora as outras festa ficou sem fazer, porque não tinha jeito”. Por ocorrer em dezembro, um ano após o desastre, a Festa de Santa Luzia pôde ser realizada, pois já havia sido retomada a possibilidade de circulação pela maioria das pontes e estradas que levam a Pedras, de acordo com o interlocutor 13452: “e daquele jeito ainda, porque não tinha muito recurso das pessoas passarem e vim. Às vezes a pessoa tava com vontade de vim, mas passar aonde? No rio não podia entrar porque estava tudo lama, não sabia nem se podia entrar por causa da lama que tava fazendo mal pras pessoas”.

Apesar das celebrações terem sido retomadas no ano de 2017, houve uma diminuição do público que participava das festividades. O interlocutor 45234 conta que “as festas mudou muito, porque a gente não tem mais aquele pessoal que tinha. Tem nem comparação, dava muita gente. Gente demais pra participar com a gente. E não tem mais hoje, porque eles estão lá na cidade e fica difícil deles vim. Então esse pessoal aí que não têm mais eles na festa. Tem feito as festa, mas não é igual era.” Segundo o interlocutor 13452, essa diminuição está relacionada às transformações nas dinâmicas sociais e econômicas em Pedras e nas localidades vizinhas - especialmente Paracatu -, que levaram muitos moradores a saírem de seus locais de origem e, conseqüentemente, deixassem de participar das celebrações: “Por conta do pessoal ter ido embora muitas vezes no dia que marca a festa o pessoal não pode vir. Com o passar da lama tudo ficou mais difícil, muitos ficou desempregado, muitos recebeu da Renova, mas outros não receberam. Atrapalhou tudo. Desertou todo mundo, distanciou”.

Os interlocutores, de forma geral, destacaram que o desastre retirou moradores de Paracatu e alterou a dinâmica de vida cotidiana dos habitantes de Pedras. O interlocutor 42312, conta que o movimento das festas caiu, por conta da remoção dos moradores de Paracatu, “que vinham em peso para a festa”. O desastre, segundo ela, também alterou a frequência ao local de moradores de Barreto, Águas Claras e Campinas e, atualmente, as festas são mais frequentadas por pessoas de Pedras e alguns dos “atingidos” que se encontram na sede de Mariana. De acordo com o interlocutor 35321, uma das organizadoras das celebrações, a Festa de Santo Antônio - o padroeiro da comunidade - atualmente agrega menos participantes se comparado a antes do desastre: em 2018, havia apenas 22 pares para a dança, número consideravelmente menor do que nos anos anteriores ao rompimento da barragem. Segundo o folião, o interlocutor 45234, o público da Folia de Reis de Pedras também diminuiu porque “perderam o pessoal de Paracatu”.

A alteração da prática cultural foi considerada como gravíssima, estando relacionada a interrupção na circulação em pontes e estradas que davam acesso à comunidade de Pedras após o desastre. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessas celebrações foram alteradas até o ano de 2017. Esse dano encontra-se cessado, pois as referidas rotas e acessos foram normalizadas. Não obstante, considera-se que esse dano é parcialmente reversível pois o contexto sociocultural em tela encontra-se fortemente transformado em relação à situação pré-desastre.

3.2.12.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O rompimento da barragem de rejeitos, que provocou a remoção de parte da população de Paracatu de sua localidade, levou à diminuição dos participantes nas celebrações em Pedras. Segundo o interlocutor 13452, algumas pessoas de Paracatu ainda vão para a festa, porém “tem que combinar bem antes né? Porque as casas deles foram embora. O pessoal gosta de vir ainda porque a gente nunca se esquece das coisas antigas, né? É bom encontrar com todo mundo, mesmo que com a lama distanciou numa época dessa é importante juntar muita gente”.

A ausência dos moradores de Paracatu ganha relevo na Folia de Reis, pois, segundo o interlocutor 45234, “quem participava mais com a gente aqui era o pessoal de Paracatu, entendeu? A gente não tem mais ele pra participar. Têm eles lá em Mariana, mas eles têm que sair lá da cidade pra vir participar com a gente aqui. No mais a gente continua dando continuidade com esses negócio de Folia de Reis”. Para o interlocutor, o maior dano sofrido pela Folia de Reis foi “perder o pessoal de Paracatu. No dia da festa mesmo não vem aquele pessoal que vinha. Tem a festa aqui marcada pro dia 30 de setembro, de Menino de Jesus. Não vem aquele povo que vinha mesmo nos tempos atrás. Porque já vai fazer 3 anos [do desastre], né?”.

Além dos danos causados pela remoção de moradores de Paracatu, o aumento da migração de moradores de Pedras também foi percebido após o desastre. Segundo o interlocutor 13452, Pedras nunca foi muito grande, atualmente, depois do desastre, há poucas pessoas no subdistrito: “foi mais gente embora, das poucas que tinha, não tinha outro jeito”. Para o interlocutor, essa foi o principal dano em Pedras causado pelo desastre: “a gente perdeu gente. Não foi porque morreu não, porque aqui graças a Deus ninguém morreu, mas os pessoal foram embora”. Apesar da tristeza e saudade dos vizinhos que foram embora, o interlocutor afirma que “a gente que ficou não pode desanimar, a gente tem que continuar” para manter as celebrações fortes em Pedras: “O pessoal já foi tudo embora,

se acabar com as festa religiosa aí que acaba tudo!”. Todavia, segundo o interlocutor, o número de participantes da celebração foi muito menor do que o dos anos anteriores.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como grave, estando relacionada, sobretudo, à remoção de moradores de Paracatu que participavam ativamente das festividades religiosas em Pedras, levando a uma alteração de 60% das redes. Esse dano também tende a aumentar, pois moradores de Paracatu de Baixo serão transferidos para outro espaço de forma definitiva. Esse fato também torna o dano parcialmente reversível.

3.2.13 FOLIA DE REIS DE BARRETO

A Folia em Barreto (Figura 37) é uma tradição bastante antiga. O interlocutor 35345, relata que a celebração “tem início nas três noites depois de Natal. Ela sai em um giro aqui e passa Goiabeira, Cuiabá, Pedras e sai aqui. Daí chega na Igreja. A gente sai dia 28 e chega na igreja no dia 1º. Depois o segundo giro nosso é dentro da comunidade mesmo, a gente gira dentro da comunidade, esse é pra pedir contribuição né? Pra Menino Jesus. Todo mundo gosta que leva a bandeira pra eles, eles gostam de ver a bandeira de Menino Jesus”. De acordo com o interlocutor a partir de um trajeto pré-estabelecido, os integrantes do reisado “já tem o ponto certo” dos locais onde vão pernoitar: “Chega na parte da noite eles já tão avisados que vai chegar, ali na mesma casa já tem a janta, a gente se acomoda e no outro dia eles dão um café e depois continua. Na noite seguinte até a gente não dorme, só na noite seguinte”.

Ainda segundo o interlocutor, antigamente a Folia de Barreto circulava por mais municípios, contudo, com o tempo, essas comunidades foram criando suas próprias Folias: “Assim quase as todas que tem hoje das comunidades vizinhas nasceu dessa aqui. A de Paracatu mesmo saiu da daqui, a de Pedras também”.

Figura 37 – Estandarte da Folia de Reis de Barreto. Registro em 17/08/2018. Barreto, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Cabe apontar que o Conselho Estadual de Patrimônio de Minas Gerais aprovou em 2017 o reconhecimento da Folia de Reis como patrimônio cultural imaterial do estado, o que indica a relevância desse bem (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

3.2.13.1 Análise de danos à Folia de Barreto

Para a Folia de Reis, em Barreto, foi identificado o dano da alteração na circulação de práticas e bens culturais, conforme descrito a seguir.

3.2.13.1.1 Alteração na circulação de práticas e bens culturais

Tradicionalmente, a Folia de Reis de Barreto fazia seu giro por um circuito amplo de localidades, passando inclusive por outros municípios. No ano seguinte ao desastre, o trajeto da Folia foi alterado e a festividade circulou apenas dentro da comunidade de Barreto, uma vez que, com o rompimento da ponte de Campinas, provocado pelo acúmulo de rejeito, não foi possível atravessar o rio em direção a outras localidades.

No que concerne à gravidade, a alteração na circulação de práticas e bens culturais foi considerada como grave, uma vez que o desastre resultou na impossibilidade da realização do “giro” fora da comunidade de Barreto logo após o desastre, uma vez que os percursos ficaram inacessíveis, sobretudo, devido ao dano à ponte que dá acesso à Campinas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que aproximadamente 80% da circulação foi afetada naquele momento. Essa porcentagem se refere não somente aos trechos, mas também ao formato de circulação, uma vez que envolve seus simbolismos e relações de reciprocidade. Esse dano encontra-se cessado, uma vez que os caminhos foram restaurados. Entretanto, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que o desastre acarretou uma mudança do contexto sociocultural associado à prática, tendo em vista sua diminuição no período imediatamente posterior ao desastre. Ademais, deve-se ressaltar que danos à Folia de Paracatu e à Folia de Pedras (essas analisadas no Conjunto celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio) também afetaram a Folia de Barreto, uma vez que os referidos “giros” são retroalimentados por relações de reciprocidade entre as comunidades.

3.2.14 CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES VINCULADAS À CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

A Capela Nossa Senhora da Conceição era, até 2015, um dos principais pontos de agregação social do distrito de Gesteira. O salão paroquial sediava algumas das principais festas da cidade, como a Festa Junina, a Festa de Nossa Senhora da Conceição (padroeira de Gesteira) e a Festa de São Vicente de Paula. Na capela ocorriam as missas regulares e aquelas dedicadas a estas festas e a outras datas importantes, como o Dia de Finados.

Nossa Senhora da Conceição é a padroeira de Gesteira. Sua imagem, que antes ficava na capela, era um objeto de grande importância para aqueles que professavam sua fé no local. Assim como a Festa Junina, a celebração da padroeira ocorria durante o mês de junho no salão paroquial e no gramado em frente à capela, durava três dias e atraía pessoas do distrito e de muitos outros locais, como Campinas, Barreto, Mariana, Dobra, Bonito, Taboão, Rocinha e Barra Longa. Incluía procissão, novena e quadrilha, com música ao vivo e comidas típicas (pastéis, canjica, quentão e caldo de mandioca).

Segundo o interlocutor 63488, um antigo morador local, “Às vezes na igreja não tava nem cabendo de gente, aí a gente abria a porta assim pra ficar gente de fora também”. Para a preparação da festa, aqueles mais engajados saíam por Gesteira arrecadando doações. A maior parte do dinheiro recebido com a venda dos alimentos era doada para a Igreja, outra parte era utilizada em benefício da comunidade - em geral para a compra de algum equipamento, como tacho ou fogão.

No mês de setembro ocorria a Festa de São Vicente de Paula. Neste evento era realizada uma adoração dentro da capela no período noturno, seguida de uma janta comunitária. Passava-se, assim, a noite no local, em congregação com outros moradores do distrito e de comunidades próximas.

Em 2015 ocorreu, pela primeira vez, a Reza do Terço dos Homens, uma reunião de alguns homens de Gesteira para essa prece. A reunião ocorria frequentemente e era considerada importante para toda a comunidade. Como afirma o interlocutor 76454, Gesteira tinha uma “vida dentro da igreja”. Esta vida, pontuada por diversas atividades e festas de grande importância, sofreu significativos danos quando o distrito e sua capela foram atingidos pela lama vinda de Mariana.

A Figura 38 apresenta local improvisado para realização das atividades da capela Nossa Senhora da Conceição. Já a Figura 39 mostra a capela com marcas do rejeito.

Figura 38 – Capela improvisada no Mutirão em Gesteira, substituindo o local de atividades de Capela Nsa. Sra. da Conceição, destruída pelo desastre. Registro em 16/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 39 – Igreja Nossa Senhora da Conceição, isolada por tapumes. Registro em 11/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.2.14.1 Análise de danos ao Conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição

O conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição envolve diversos eventos, como a Festa Junina, a Festa de Nossa Senhora da Conceição (padroeira de Gesteira), a Festa de São Vicente de Paula, o Dia de Finados e a Cavalgada, além de agregar um calendário amplo de atividades comunitárias, como a missa e a catequese. Esse conjunto de celebrações sofreu 02 danos, a saber: alteração de espaços relacionados a práticas culturais e de rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.2.14.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A Capela Nossa Senhora da Conceição foi atingida pelos rejeitos decorrentes do desastre e, desde então, está interdita a seus antigos frequentadores. Os rejeitos foram retirados da igreja, mas não das estruturas que a cercavam (o Salão Paroquial e o escritório da comunidade). Anteriormente, tanto a igreja quanto seu salão paroquial sediavam as festas mais importantes do distrito: a festa da Nossa Senhora da Conceição e a festa de São Vicente de Paula. Com a supressão dos dois espaços, muitas cerimônias pararam de ocorrer e outras cerimônias passaram a ser realizadas em outros espaços, contando com um público reduzido. Algumas festividades foram realocadas para a antiga creche de Gesteira e a Festa de Nossa Senhora da Conceição foi transferida para a quadra da comunidade, localizada em sua parte alta, que não foi atingida pelos rejeitos. Assim, a vida religiosa e o calendário de festas do local foram profundamente modificados.

Outras festividades de Gesteira interrompidas por conta da destruição da Capela foram a celebração do Dia de Finados e a Cavalgada. A cerimônia de Finados ocorria na igreja e, após a missa,

aqueles que tinham participado da celebração iam ao cemitério visitar o túmulo dos parentes falecidos. Já a Cavalgada ocorria anualmente e consistia em uma procissão que levava a imagem de Nossa Senhora da Conceição da fazenda Boa Vista até a capela.

Além disso, o próprio hábito de frequentar a Capela Nossa Senhora da Conceição e cultuar a imagem da santa foi interrompido uma vez que a população não tem autorização para utilizar o espaço da igreja. Tal como afirma o interlocutor 63488, há descontentamento dos moradores com o fato de que as obras de reparação da estrutura da capela ainda não tenham ocorrido, mesmo três anos após o desastre: “eles tiraram a lama de dentro da igreja, mas lacraram ela e não arrumaram mais nada! Não fizeram mais nada! Estavam mexendo com o telhado, mas depois foram embora sem acabar de arrumar o telhado”. Ademais, a imagem da santa padroeira do local também não foi ainda devolvida para Gesteira, o que também gera grande desapontamento, pois essa imagem é considerada central para as cerimônias religiosas e para as festas que ainda ocorrem.

Algumas festas de Gesteira ainda ocorrem mesmo com a destruição da Capela, como a cerimônia de São Vicente e a Festa de Nossa Senhora da Conceição, que atualmente acontece na quadra da comunidade. No entanto, houve uma redução do número de participantes de ambos os eventos, que antes atraíam pessoas de todas as comunidades do entorno. Após o desastre, essas festas passaram a contar somente com aqueles mais engajados diretamente nos eventos - os próprios moradores de Gesteira. A interdição da Capela também é um fator que dificulta a realização das festas, pois o atual local em que ocorrem as missas - a antiga creche - é pequeno para que se possa receber muita gente. Se, antes, era necessário abrir as portas da Igreja para que os visitantes pudessem assistir à celebração de fora da construção, após o desastre, segundo o interlocutor 63488, há um “desânimo” reinante.

A alteração dos espaços relacionados ao conjunto de celebrações de Gesteira, que envolvem não apenas a Capela de Nossa Senhora da Conceição, mas também o Salão Paroquial e o seu entorno, é considerada como gravíssima uma vez que esses espaços foram atingidos e pela onda de rejeitos. Por meio das narrativas dos atingidos e da análise dos espaços onde ocorriam as celebrações, é possível indicar que cerca de 100% dos mesmos foram afetados pelo desastre. Ainda que ações tenham sido desenvolvidas pela Samarco/Fundação Renova nos referidos espaços, no momento da redação do presente diagnóstico eles continuavam inacessíveis à comunidade. Dessa forma, esse dano tende a aumentar, uma vez que os espaços onde ocorrem as festas e atividades cotidianas estão cada vez mais alterados em relação a suas condições originais. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar exatamente as características anteriores dos espaços associados às celebrações.

3.2.14.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A Capela Nossa Senhora da Conceição era um dos principais pontos de encontro da comunidade. Muitos são os relatos de pessoas mais velhas e jovens que apresentam aquele local, bem como suas festas e de celebrações, como centrais em suas vidas. O interlocutor 76454, um antigo morador, conta que “desde que se entende por gente” se lembrava da festa da padroeira celebrada na Capela: “eu lembro (...) que eles colocavam assim uns bonecos nas cordas e punham fogo, aqueles fogos bonitos, e de um ia passando pro outro para formar um quadro de Nossa Senhora da Conceição. Coisa mais linda”.

A destruição parcial e interdição da Capela, assim, afetam de forma intensa a relação desses habitantes com suas memórias e dinâmicas cotidianas que constituem as redes de relação comunitária. Além de abrigar as principais festas locais, que atraíam moradores de outras localidades, a Capela também agregava os moradores de Gesteira por meio de sua agenda diária, que tinha como principais eventos o catecismo para as crianças, as celebrações das missas, os grupos de reflexão e os grupos de oração. Tratava-se, portanto, de um importante ponto para o estabelecimento das redes de relação comunitária, tanto entre os próprios moradores quanto com aqueles que vinham de distritos vizinhos.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente Gesteira. A Capela de Nossa Senhora da Conceição é um espaço fundamental na manutenção da sociabilidade, pertencimento e redes de troca da comunidade. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa rede foi alterada. Algumas celebrações ocorrem em outros locais, mas sem a mesma força das festas que ocorriam na Capela. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias à prática continua profundamente alterada, mesmo que os atingidos continuem realizando as festas em menor escala, revelando a resistência desses laços comunitários. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre. Ações adequadas de recuperação poderão fomentar a realização das celebrações de forma mais próxima ao que era realizado, mas os laços comunitários foram desfeitos de maneira significativa.

3.2.15 CARNAVAL

O Carnaval é organizado pela Prefeitura de Barra Longa e acontece em diferentes espaços no centro da sede do município, com a realização de shows e bailes de rua na rua principal, na praça e em frente à igreja. A percepção dos moradores é de que é uma festa cuja dimensão e qualidade varia a cada ano, de acordo com a verba disponível.

É uma das festividades que atraem à sede municipal moradores das áreas rurais e de outros municípios, incluindo parentes, amigos e ex-moradores. Essa função social do Carnaval foi comparada à do Encontro de Barralonguenses Ausentes, em que, de forma semelhante, atrações musicais e atividades de lazer são utilizadas para atrair e celebrar o encontro dos moradores com amigos e parentes que não moram ou visitam a cidade com frequência.

3.2.15.1 Análise de danos ao Carnaval

Para o Carnaval de Barra Longa foram identificados 2 danos, sendo: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.2.15.1.1 Alteração de práticas culturais

Após o desastre, as festividades de carnaval continuaram a ocorrer, mas há a percepção de que estavam mais vazias. A diminuição do número de participantes é diretamente associada à chegada dos rejeitos na cidade, que teria interferido na vontade das pessoas de participarem da festa. Segundo um dos entrevistados, o interlocutor 23532: “acabou a alegria”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural foi considerada como pouco grave, tendo sido ocasionada pela onda de rejeitos que atingiu a sede de Barra Longa. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 30% dessa prática foi alterada, devido a diminuição do interesse de moradores e de visitantes em participar da festividade. Esse dano encontra-se cessado, pois o espaço onde ocorre a festa já foi recuperado. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, ainda que em uma longa duração, quando a ‘imagem’ da festa na sede do município deixará de ser associada ao desastre.

3.2.15.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O Carnaval é descrito como uma das festas que atrai para a sede do município tanto ex-moradores locais quanto parentes e amigos de moradores, servindo como uma ocasião propícia para o encontro e fortalecimento de laços e de configuração de uma rede de relações comunitárias. O desastre e a deposição do rejeito em Barra Longa fizeram com que diminuísse o interesse dessas pessoas em ir ao município, mesmo nas ocasiões festivas citadas. A menor participação no Carnaval, motivada pelo desastre, levou ao afrouxamento ou ruptura dessas relações.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como pouco grave, sendo relacionada a uma menor participação no Carnaval, motivada pelo desastre, o que levou ao afrouxamento ou ruptura dessas relações. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 30% dessa rede foi alterada. Esse dano encontra-se cessado, uma vez que se trata de uma festividade na sede da cidade, realizada pela prefeitura municipal, caracterizando-se de forma diferente das festividades nos povoados, menos sujeita ao dano em tela. Da mesma forma, considera-se que esse dano é reversível, ainda que em uma longa duração, quando a ‘imagem’ da festa na sede do município poderá deixar de ser associada ao desastre.

3.2.16 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES NO COMPARTIMENTO 1

A Tabela 5 seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de celebrações do Compartimento 1.

Tabela 5 – Classificação de danos aos bens imateriais (celebrações) no Compartimento 1

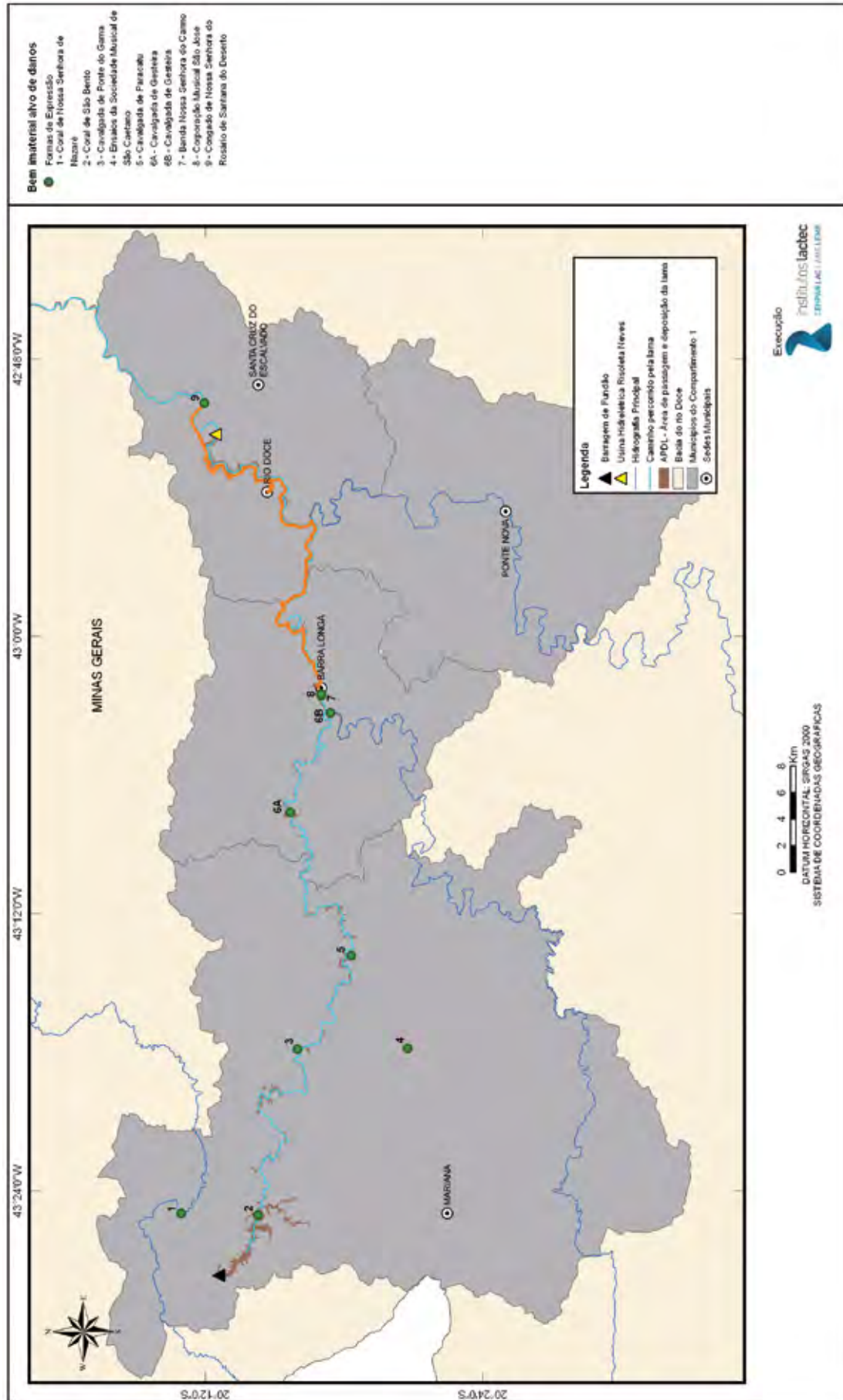
Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Festa de Nossa Senhora de Nazaré	Alteração de práticas culturais	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa de Nossa Senhora das Mercês	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Festa de São Bento	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa de Nossa Senhora de Aparecida de Bento Rodrigues	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa Junina	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 70% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Grave 70% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa de Santa Cruz	Alteração da rede de relações comunitárias	Pouco Grave 40% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 40% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa Nossa Senhora da Conceição	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa do Menino Jesus	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Festa de Nossa Senhora Aparecida de Paracatu	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Folia de Reis de Paracatu	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Grave 80% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Conjunto de Festas Religiosas de Furquim	Alteração da rede de relações comunitárias	Pouco Grave 30% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 30% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Conjunto de celebrações vinculadas à Capela de Santo Antônio	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Dano cessado	Parcialmente reversível
Folia de Reis de Barreto	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Grave 80% alterado	Dano cessado	Parcialmente reversível
Conjunto de Celebrações vinculadas à Capela de Nossa Senhora da Conceição	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Carnaval	Alteração da rede de relações comunitárias	Pouco Grave 30% alterado	Dano cessado	Reversível
	Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 30% alterado	Dano cessado	Reversível

3.3 DANOS ÀS FORMAS DE EXPRESSÃO

No Compartimento 1, os bens imateriais categorizados como formas de expressão, ou seja, manifestações musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que foram alvo de danos totalizaram 09 bens imateriais, detalhados a seguir (Figura 40).

Figura 40 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Formas de Expressão



3.3.1 CORAL DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ

O Coral de Nossa Senhora de Nazaré, fundado em Santa Rita Durão, apresenta-se nas celebrações religiosas realizadas no próprio distrito e localidades próximas. Os ensaios do Coral são realizados na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, com regularidade variada ao longo do ano, porém, mais frequentes nas semanas anteriores às apresentações. As principais celebrações que contam com a participação do Coral são a Festa de Nossa Senhora de Nazaré, bem como as festividades e missas da Semana Santa e do Natal.

De acordo com o interlocutor 21324, o grupo existe desde o final dos anos 2000 e, desde de sua fundação, é composto por membros de Santa Rita Durão e Bento Rodrigues - local que contava com um grupo mais experiente, o Coral São Bento, criado na década de 1970. A relação entre os dois corais, segundo ela, era importante pela troca de experiências entre seus participantes, sendo que alguns deles atuavam em ambos os corais e, em muitas ocasiões, realizavam apresentações juntos e/ou compartilhavam repertórios e instrumentos.

3.3.1.1 Análise de danos ao Coral de Nossa Senhora de Nazaré

A forma de expressão Coral de Nossa Senhora de Nazaré, associada à localidade de Santa Rita Durão, sofreu 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.3.1.1.1 Alteração de práticas culturais

O Coral de Nossa Senhora de Nazaré permanece ativo, apesar de suas atividades terem sido prejudicadas pela chegada da onda de rejeito em Bento Rodrigues. A remoção dos habitantes do subdistrito para locais dispersos de moradia na sede de Mariana, prejudicou a relação entre os membros do Coral de Nossa Senhora de Nazaré e do Coral São Bento, que por sua senioridade apoiava as atividades do Coral de Nossa Senhora de Nazaré, tanto com expertise quanto com empréstimo de instrumentos, assim como implicou o afastamento de componentes de coral que residiam no subdistrito.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como pouco grave, uma vez que alteração da forma de expressão é pontual, relacionada ao deslocamento dos habitantes de Bento Rodrigues, os quais participavam do coral de Santa Rita Durão, contribuindo com sua maior experiência, assim como com o empréstimo de instrumentos. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 20% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pois os moradores de São Bento serão reassentados em outra localidade, mesmo motivo pelo qual o dano é parcialmente reversível pois os moradores de São Bento serão reassentados em outra localidade.

3.3.1.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Apesar do Coral de Nossa Senhora de Nazaré permanecer ativo, a remoção dos habitantes de Bento Rodrigues para outras localidades, após o desastre, levou ao afastamento de integrantes das suas atividades e prejudicou as relações com os membros do Coral São Bento.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como pouco grave. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 20% dessa prática

foi alterada. A rede de relações em Santa Rita Durão permanece, mas sem o apoio e a interação com os moradores de Bento Rodrigues, atualmente dispersos e que passarão a residir na “Nova Bento”. Esse dano tende a aumentar, pois os moradores de São Bento serão reassentados em outra localidade, mesmo motivo pelo qual o dano é parcialmente reversível pois os moradores de São Bento serão reassentados em outra localidade.

3.3.2 CORAL DE SÃO BENTO

O Coral São Bento é um coral formado por moradores de Bento Rodrigues e que participava das principais celebrações religiosas na localidade. Segundo o interlocutor 54541, o Coral existe desde a década de 1970. Os interlocutores 12643 e 12423 confirmaram que ele estava em atividade há “muitas décadas”. O grupo, desde de sua fundação, conta com cerca de dez componentes que variam ao longo do tempo, é formado apenas por moradores de Bento Rodrigues, que não possuem formação musical formal, sendo que seu repertório é formado por músicas aprendidas pela escuta de gravações de outros grupos. Os recursos para manutenção advêm de seus participantes e os principais gastos são com deslocamentos dos membros para apresentações.

Os ensaios do Coral eram realizados na Capela de São Bento (Figura 41), com frequência variada ao longo do ano, com períodos de maior intensidade nas semanas anteriores a alguma apresentação que seria realizada. O Coral apresentava-se nas celebrações religiosas realizadas em Bento Rodrigues e outras localidades próximas ao subdistrito. As principais celebrações que contavam com sua participação eram a Festa de São Bento e a Festa de Nossa Senhora das Mercês, mas o Coral também se apresentava em outras ocasiões tais como nas festividades e missas da Semana Santa e do Natal.

Figura 41 – Isolamento da área da Capela de São Bento. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.3.2.1 Análise de danos ao Coral de São Bento

A forma de expressão Coral de São Bento, sofreu 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.3.2.1.1 Alteração de práticas culturais

O rompimento da barragem levou à destruição da Capela de São Bento, local onde eram realizados os ensaios do Coral, bem como as celebrações nas quais o grupo participava. Segundo o interlocutor 54541, que acompanhou de perto os eventos pós-desastre, o Coral continua existindo, inclusive participou da Festa de São Bento realizada em 2018. Contudo, as atividades foram prejudicadas após a remoção dos habitantes da localidade para locais dispersos de moradia na sede de Mariana, o que afetou a participação e frequência dos membros nos ensaios do Coral.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que alteração da forma de expressão foi radical, relacionada à perda do espaço de ensaios do grupo (Capela de São Bento) e o deslocamento dos habitantes de Bento Rodrigues. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, devido aos efeitos do tempo transcorrido do desastre, que afeta de forma crescente as relações sociais anteriormente estabelecidas. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado radicalmente em relação à situação pré-desastre. Ademais, tem-se o deslocamento dos moradores para a “Nova Bento”, impedindo que a forma de expressão recupere as características pré-desastre.

3.3.2.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A dificuldade de encontro dos participantes, devido ao deslocamento dos moradores de Bento Rodrigues e à destruição da Capela, provocou danos às redes de relações dos moradores de Bento Rodrigues e de outras localidades, tanto daqueles que eram membros do grupo quanto daqueles que assistiam às apresentações do Coral nas celebrações locais. Sua importância não se restringia somente às apresentações, mas também em sua dinâmica de ensaios que aproximavam os participantes e constituíam-se em uma atividade de encontro e de sociabilidade entre eles pois segundo o interlocutor 54541: “É importante lembrar que o ensaio não é só um ensaio técnico, é um momento do pessoa se encontrar, um momento de curtição”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima, devido ao deslocamento dos moradores de Bento Rodrigues, atualmente dispersos e que passarão a residir na “Nova Bento”. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que as sociabilidades dos moradores de Bento estão cada vez mais esgarçadas. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre – o que já gerou um contexto extremamente diverso, e o deslocamento da população para a “Nova Bento”.

3.3.3 CAVALGADA DE PONTE DO GAMA

A Cavalgada de Ponte do Gama foi fundada em 2000, e sua base era o subdistrito de Ponte do Gama. O evento era realizado entre maio e junho em uma arena próxima à Igreja de Nossa Senhora Aparecida, na parte mais baixa do subdistrito. A área ficava lotada de carros e caminhões (Figura 42), com estimativa de público total de cerca de quatro mil pessoas. As casas dos moradores ficavam cheias de parentes que vinham para a festa. Chegou a ter mais de 200 cavaleiros participantes e várias categorias de concursos de marcha e trote (marcha picada, marcha batida, entre outras). Além das práticas equestres, havia a feijoada gratuita para mais de mil pessoas – feita pelo interlocutor 22398 à base de 40 quilos de arroz, 25 quilos de feijão e 100 quilos de porco. A Cavalgada tem música e forró, inclusive com quadrilha em uma das edições. As bandas vinham de outras regiões, como Mariana e Belo Horizonte.

A Cavalgada de Ponte do Gama (Figura 43) fazia parte do circuito e do calendário de eventos da região do vale do rio Gualaxo do Norte, o que revela uma prática comum na região, mas também com elementos fundantes dos modos de vida das pessoas “da roça”. As Cavalgadas, enquanto formas de expressão, são instrumentos de manutenção e reivindicação dessa identidade camponesa, intrinsecamente relacionada aos elementos do universo rural e aos territórios de comunidades rurais e que, por sua mobilidade ao longo dos percursos e paradas, emula as relações sociais existentes entre os povoados conectados histórica e afetivamente por seus habitantes ao longo de um território.

Figura 42 – Registro de veículos estacionados na área da Cavalgada em Ponte do Gama, antes do desastre. Ponte do Gama, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 44642 e enviado aos Institutos Lactec em 16/08/2018.

Figura 43 – Registro de Cavalgada em Ponte do Gama antes do desastre. Ponte do Gama, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 44642 e enviada aos Institutos Lactec em 16/08/2018.

3.3.3.1 Análise de danos à Cavalgada de Ponte do Gama

A forma de expressão Cavalgada de Ponte do Gama sofreu 2 danos, a saber: alteração de espaços relacionados a práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.3.3.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A onda de rejeitos de mineração inundou a arena da Cavalgada em Ponte do Gama, ou seja, soterrou o local em que ocorria a forma de expressão. Há um projeto de reconstrução da arena de Cavalgada, feito pela Fundação Renova. O interlocutor 44642, relata que a Renova retirou o rejeito depositado, refez o espaço, mas o dono do terreno não quer ceder a área para a realização da Cavalgada. A poeira do rejeito de mineração depositado, segundo o interlocutor, também seria um impeditivo: “Os cavaleiros vão ficar respirando aquele pó de lama infectada?”. Assim, a Cavalgada segue suspensa.

Uma das atividades relacionadas à Cavalgada era o Passeio Pitoresco, um trajeto até a Cachoeira do Gama realizado por visitantes. A Cachoeira do Gama foi soterrada pelo rejeito e é considerada pelos interlocutores como imprópria para o banho, com marcas de rejeitos na vegetação e no leito do rio. Ela era utilizada por moradores do Gama e por visitantes de outros lugares. Como não há mais a possibilidade de banhar-se e a cachoeira foi desfigurada, o passeio não acontece mais. A alternativa, hoje, é uma pequena cachoeira que fica mais distante - ela é vista como uma alternativa não tão boa porque é menor, de mais difícil acesso e, como sua água é mais gelada, não anima tantas pessoas da comunidade - apenas em dias muito quentes: “A Cachoeira acabou”, afirma o interlocutor 44642.

No que concerne à gravidade, a alteração dos espaços relacionados à Cavalgada de Ponte do Gama é considerada como gravíssima, uma vez que tanto a arena utilizada para a cavalgada, como a Cachoeira do Gama, ponto de parada da cavalgada, foram afetadas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 100% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pelos efeitos do tempo transcorrido do desastre, que afeta de forma crescente as relações sociais necessárias à prática e à retomada desses espaços. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado definitivamente em relação à situação pré-desastre.

3.3.3.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Além de provocar o soterramento da arena onde ocorria a cavalgada em Ponte do Gama, a chegada da onda de rejeitos derrubou a ponte que dá nome ao subdistrito e que era o principal acesso ao lugar, prejudicando o acesso à localidade durante esse período. Apesar de ter o próprio subdistrito como base para suas atividades, a Cavalgada de Ponte do Gama tinha um destaque no circuito e no calendário de eventos da região do vale do rio Gualaxo do Norte e contava com participantes de todo o município e de municípios vizinhos. Tratava-se de um momento de construção ou fortalecimento de um conjunto de relações sociais que envolviam cavaleiros, animais e admiradores de várias localidades de Minas Gerais: Itabirito, Catas Altas, Cachoeira do Campo, Alvinópolis, Congonhas, Santa Bárbara, Mariana, Ouro Preto, Belo Horizonte. A composição de circuito de Cavalgadas no vale do rio Gualaxo do Norte revela não só que se trata de uma prática comum na região, mas também de uma forma de expressão que, por sua mobilidade ao longo dos percursos e paradas, reproduzia as relações sociais existentes entre os povoados conectados histórica e afetivamente por seus habitantes ao longo de um

território. A destruição da paisagem, bem como a maior distância física e a separação da comunidade, causada pelas mudanças em toda a região, fizeram com que a Cavalgada deixasse de acontecer, provocando ruptura da rede de relações comunitárias.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima. As alterações da paisagem regional, onde inserem-se pontes e estradas que compõe as rotas das cavalgadas do Gualaxo do Norte resultaram no esgarçamento das relações sociais, indicando uma alteração de 100% da prática. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias para a forma de expressão tem sido crescentemente enfraquecida. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto socio-cultural em tela encontra-se transformado definitivamente em relação à situação pré-desastre.

3.3.4 ENSAIOS DA SOCIEDADE MUSICAL SÃO CAETANO

A Sociedade Musical São Caetano é uma tradicional banda do distrito de Monsenhor Horta. Fundada em 7 de abril de 1836, é a quarta banda mais antiga do Brasil, terceira mais antiga de Minas Gerais e primeira da região dos Inconfidentes. Devido à falta de apoio e recursos, o grupo só conseguiu ter uma sede própria no final da década de 1970, e, antes disso, os ensaios eram realizados em um terreno cedido pela paróquia na praça principal do distrito. A Sociedade se apresenta tanto em festejos religiosos e não religiosos locais, quanto em festivais e festas de outros distritos ou municípios. A Festa de São Caetano, que ocorre no mês de agosto, a Festa do Divino, em outubro, e as procissões da Semana Santa são exemplos de eventos anuais de Monsenhor Horta que contam com a apresentação da Sociedade Musical.

A banda - que, segundo o interlocutor 32421, é a principal referência do distrito - circula por outras localidades e também atrai um fluxo de pessoas que vão a Monsenhor Horta para vê-la. O interlocutor 16457 relata que, atualmente, a banda toca muito em Mariana (MG) e tem integrantes mais novos, inclusive sua neta toca na banda. Cabe apontar que a denominação do bem como “Ensaio da Sociedade Musical São Caetano” consta no levantamento da LB, contudo, a avaliação aqui realizada considera a Sociedade Musical São Caetano como bem imaterial.

3.3.4.1 Análise de danos aos Ensaio da Sociedade Musical São Caetano

A forma de expressão Ensaio da Sociedade Musical São Caetano, sofreu 2 danos, a saber: alteração de espaços relacionados a práticas culturais e da circulação de práticas e bens culturais, apresentados a seguir.

3.3.4.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Os ensaios da Corporação Musical de São Caetano continuaram a ocorrer após o desastre, contudo conforme relata o interlocutor 32421 - a casa que abrigava a Corporação Musical de São Caetano foi afetada: trincada pelas carretas e caminhões que passavam dos dois lados da edificação após o rompimento da barragem. Os ensaios da banda não pararam, mas ela teve de mudar de sede por conta dos efeitos desse aumento de tráfego de veículos.

No que concerne à gravidade, a alteração dos espaços relacionados aos Ensaios da Sociedade Musical São Caetano é considerada como gravíssima, uma vez que o espaço onde se davam os ensaios da sociedade foi afetado, fazendo com que o grupo tivesse que mudar seu local de ensaio. Logo, 100% do espaço foi alterado. Esse dano encontra-se cessado. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, desde que a edificação seja recuperada e volte a ser utilizada pelo grupo.

3.3.4.1.2 Alteração na circulação de práticas e bens culturais

O desastre alterou a circulação da Sociedade Musical São Caetano pela região, principalmente entre os distritos mais diretamente afetados, que tiveram suas populações removidas ou restrições no acesso. De acordo com o interlocutor 32421, a banda costumava tocar em outras comunidades, citando Paracatu e Pedras, mas depois do desastre deixou de visitar essas localidades.

No que concerne à gravidade, a alteração da circulação da Sociedade Musical São Caetano é considerada como pouco grave, estando relacionada à remoção de populações e à restrição de acesso a parcelas do território. Segundo as narrativas obtidas, pode-se indicar que 40% da circulação esteja alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias para a forma de expressão tem sido crescentemente enfraquecida. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se alterado de forma significativa, não podendo ser recuperado na situação pré-desastre.

3.3.5 CAVALGADA DE PARACATU

A Cavalgada é uma tradicional forma de expressão - sobretudo de territórios nos quais o uso do cavalo faz parte do cotidiano - e consiste em uma reunião de cavaleiros/amazonas para a realização de uma série de atividades relacionadas a prática equestre: passeatas, trajetos entre povoados guiados pela imagem de um santo padroeiro, concursos de marcha e trote, refeições coletivas e festas com finalidades religiosas e de cumprimento de promessas. Parte da identidade das comunidades rurais, as Cavalgadas são marcadas pela exaltação à fartura e à celebração do encontro dos habitantes de uma localidade e das comunidades vizinhas, pedidos de proteção e agradecimento aos santos homenageados.

Em Paracatu, segundo o interlocutor 23233, as Cavalgadas (Figura 44) ocorriam em momentos em que a comunidade estava reunida, seja por celebrações religiosas católicas ou por conta de feriados em que “o pessoal reunia”. Os moradores não souberam precisar a frequência em que ocorriam os encontros: segundo o interlocutor 23233, um número aproximado seria de 5 ou 6 ao ano; já os interlocutores 15336 e 15337 contam que a Cavalgada ocorria no mínimo três vezes ao ano, no mês de Janeiro (Festa de São Sebastião), Junho (Festa de Santo Antônio) e mês de Outubro (Festa Nossa Senhora Aparecida).

Dentre as atividades programadas, acontecia um grande “almoço comunitário” em uma das propriedades, onde os cavaleiros se reuniam para, posteriormente, saírem acompanhados de motos, carros e uma *pickup* levando a imagem do santo homenageado. O trajeto levava a outra comunidade ou sítio onde a ‘passeata’ era aguardada em uma propriedade local, na qual também se oferecia uma refeição na chegada. De acordo com o interlocutor 23233, os locais de partida e chegada eram variados,

escolhidos pelos organizadores do evento, unindo pessoas de diferentes comunidades: “Ocorria com muita frequência esse tipo de evento, porque na roça o pessoal gosta muito de criar cavalo, então tinha esse motivo para você poder passear a cavalo e festejar o santo também, era interessante”. Ele relata que em 2015 foi a terceira vez que os cavaleiros se reuniram e partiram da casa de sua família em Paracatu de Cima: “como são vários sítios, cada ano sai de um lugar”. O sítio dos interlocutores 15336 e 15337, em Paracatu de Cima, também é uma casa de “festeiros”, onde recebiam as imagens dos santos padroeiros homenageados e ofereciam almoço aos cavaleiros e amazonas visitantes da comitiva e, de acordo com o casal: “Teve em torno de uns 300 cavaleiros, a gente oferecia almoço, e aí saía com os cavaleiros e a imagem do santo à frente em uma caminhonete”.

As Cavalgadas, também chamadas de passeatas, reafirmam, através da circulação por comunidades vizinhas, as redes de relações sociais existentes entre os povoados conectados histórica e afetivamente por seus habitantes ao longo de um território. O interlocutor 23233 conta que os trajetos mais realizados durante as Cavalgadas eram: Paracatu de Baixo/de Cima para Pedras; de Paracatu de Baixo/de Cima para Barretos; de Paracatu de Baixo/de Cima para Monsenhor Horta; ou Paracatu de Baixo/de Cima para Águas Claras. Segundo o interlocutor, as Cavalgadas, saíam também de outras comunidades, como Águas Claras e Barretos, com a participação de cavaleiros de diversas localidades diferentes em cada um destes eventos. Mesmo aqueles que não têm cavalos, dada a “vontade de “curtir”, segundo o interlocutor, o evento, participam das passeatas acompanhando os cavalos em motos e carros e que: “o pessoal ia muito pra lá pra sair a cavalo, ou mesmo ia até lá de carro porque na frente vão os carros com a imagem e os cavaleiros depois. Isso aí ocorria em todas as comunidades, então geralmente o trajeto era Paracatu-Pedras, ou Pedras-Águas Claras, ia combinando trajetos diferentes”.

Figura 44 – Registro da Cavalgada/Passeata realizada em 2015 em Paracatu de Cima, Mariana (MG).



Fonte: Acervo de atingido e enviado aos Institutos Lactec em 14/08/2018.

3.3.5.1 Análise de danos à Cavalgada de Paracatu

A forma de expressão Cavalgada de Paracatu foi alvo de 3 danos, a saber: alteração de práticas culturais, da rede de relações comunitárias e no acesso a matérias-primas e implementos associados, conforme descrito a seguir.

3.3.5.1.1 Alteração de práticas culturais

A prática da Cavalgada em Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima foi interrompida após o rompimento da barragem de rejeitos. Segundo os interlocutores 15336 e 15337, a última Cavalgada do subdistrito ocorreu no dia 26 de outubro de 2015, tendo partido da casa do casal: “Esse momento de encontro de amigos, de cavaleiros, isso acabou, morreu. Pra gente foi muito difícil na nossa região, e os festejos que aconteciam sempre em Paracatu, de Santo Antônio, do Menino Jesus parou”. O interlocutor 23233, por sua vez, relata que ocorreu uma Cavalgada em homenagem a Nossa Senhora após o desastre, contudo ele não participou: “Pessoal fez uma só e não animou mais. Assim você chega ali e vê a igreja [de Santo Antônio] do jeito que está desanima [destruída]. Já deve ter um ano e meio ou dois isso aí”.

Além da interrupção da Cavalgada de Paracatu, os moradores do subdistrito deixaram de participar dos encontros de outras localidades vizinhas. Os interlocutores 15336 e 15337 contam que as alterações causadas pelo desastre afetaram a paisagem da localidade, mas também sua vida comunitária com a remoção de parte dos moradores para Mariana, o que desestimulou a realização da Cavalgada: “Não é a mesma coisa. As cavalgadas não têm mais como acontecer como era antes porque o trajeto que a gente fazia com a imagem do santo é o trajeto da lama, então não tem como acontecer isso mais. (...) Mas o problema é que não tem mais a comunidade, ela não existe mais lá”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a forma de expressão Cavalgada de Paracatu deixou de ser realizada. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 100% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a aumentar, pelos efeitos do tempo transcorrido do desastre, que afeta de forma crescente as relações sociais necessárias à prática. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado definitivamente em relação à situação pré-desastre.

3.3.5.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Apesar de ter como base para suas atividades o próprio subdistrito, a Cavalgada de Paracatu tinha um destaque no circuito e no calendário de Cavalgadas da região do vale do rio Gualaxo do Norte. Tratava-se de um momento de construção ou fortalecimento de um conjunto de relações sociais que envolvem cavaleiros, animais e admiradores de todo o município e de municípios vizinhos. A composição de circuito de Cavalgadas no vale do rio Gualaxo do Norte revela não só que a Cavalgada é uma prática comum na região, mas também que seus percursos e atividades, observadas em diferentes localidades da área rural, são elementos fundantes dos modos de vida das pessoas “da roça” identidade reivindicada pelos habitantes dos povoados rurais do interior brasileiro, sendo expressão de seu pertencimento ao lugar. As Cavalgadas, enquanto formas de expressão, são instrumento de manutenção e reivindicação dessa identidade camponesa, intrinsecamente relacionada aos elementos

do universo rural e aos territórios de comunidades rurais e que, por sua mobilidade ao longo dos percursos e paradas, emula as relações sociais existentes entre os povoados conectados historicamente e afetivamente por seus habitantes ao longo de um território.

Após o desastre as Cavalgadas de Paracatu foram interrompidas. Os momentos de encontro promovidos pelos eventos – que reuniam não só moradores do subdistrito, mas também de outras localidades vizinhas – deixaram de ocorrer, gerando, portanto, uma ruptura nas redes de relações sociais até então estabelecidas. Apesar de Cavalgadas de comunidades vizinhas continuarem ocorrendo, como é o caso de Barreto (Barra Longa-MG) e Pedras, os cavaleiros/amazonas de Paracatu de Baixo e de Cima não participam mais, pois segundo o interlocutor 23233: “Quando têm esses eventos nos locais mais distante o pessoal combinava de sair todo mundo junto, como não tem nem mais ninguém no local o pessoal que restou até desanima de sair em apenas um, dois ou três. Então não tem mais graça”.

Como desdobramento da chegada do rejeito em Paracatu, parte dos moradores do subdistrito foi removida e passou a viver na sede do município de Mariana. De acordo com o interlocutor esses moradores que foram deslocados forçadamente não têm mais mesma “vontade” de participar das “passeatas” / Cavalgadas, não só de Paracatu, mas também de outras localidades. Além da distância e dos inconvenientes de ter que sair da sede de Mariana para se deslocar o local dos eventos, o interlocutor também afirmou que muitos dos donos de animais tiveram que se separar dos seus cavalos, já que nos locais alugados na cidade não há como guardá-los: “Pra quem está em Mariana fica mais difícil, como você perde o ponto de referência ali.”

Segundo o interlocutor 23233 outro impedimento à Cavalgada, ainda que temporário, foi a interrupção de importantes trechos dos trajetos mais realizados durante as cavalgadas. Esses caminhos hoje já foram recuperados e o interlocutor enfatiza que o “maior problema é a falta do distrito”, que foi quase totalmente destruído pela onda de rejeitos e cujos moradores deixaram o local.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima. O rompimento da barragem de Fundão atingiu a localidade de Paracatu de Baixo, resultando no deslocamento dos moradores. Ademais, as alterações da paisagem regional, onde inserem-se pontes e estradas que compõem as rotas das cavalgadas do Gualaxo do Norte, resultaram no esgarçamento das relações sociais. Esses fatores, indicados nas narrativas dos atingidos, resultaram na interrupção de 100% das redes necessárias à prática. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias para a forma de expressão tem sido crescentemente enfraquecida. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado definitivamente em relação à situação pré-desastre. Outro fator que deve ser destacada é a transferência dos moradores para uma nova área, o que impede a recuperação da situação pré-desastre.

3.3.5.1.3 Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais

O desastre, que levou à remoção de parte dos habitantes de Paracatu e que, por consequência, desestimulou a participação nas Cavalgadas da região, afetou também os modos de cuidar dos animais. A fazenda onde os animais dos habitantes de Paracatu estão sendo mantidos pela Samarco seria, segundo o interlocutor 23233, distante da sede de Mariana. Apesar da empresa fornecer o transporte

aos criadores ao menos uma vez por semana, o interlocutor afirma que “é estranho você ter um animal e não estar próximo, é uma pessoa estranha que está cuidando, então pra quem está acostumado com aquilo ali é muito difícil”. O aumento da distância dos locais onde ficam os animais e do tempo gasto para a manutenção das criações são, portanto, fatores dificultadores para a frequência em eventos realizados em outros locais da região. O interlocutor afirma: “Meu pai reclama muito do deslocamento e do trabalho que ele está tendo pra cuidar das vacas, mas ele sempre falava desde o começo que se fosse pra ficar lá [em seu sítio atingido em Paracatu de Cima] ele até morava debaixo de lona, porque ele não tem perfil pra vir morar em Mariana não, ele gosta da roça e não da cidade. Até as vacas dele ele disse que não deixava pra ninguém cuidar, ele mesmo que gosta de cuidar”.

No que concerne à gravidade, a alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à Cavalgada de Paracatu é considerada grave. O rompimento da barragem de Fundão atingiu a localidade de Paracatu de Baixo, resultando no deslocamento das áreas dedicadas à criação dos animais, o que resulta em dificuldades para a manutenção da prática da cavalgada. Segundo as narrativas dos atingidos, pode-se indicar 40% de alteração. Esse dano tende a aumentar e é parcialmente reversível, uma vez que moradores de Paracatu serão transferidos para outro local, evidenciando uma mudança permanente.

3.3.6 CAVALGADA DE GESTEIRA

Em Gesteira, a Cavalgada (Figura 45) era organizada no final de semana do Dia das Mães, no mês de maio, a fim de poder contar com a presença daqueles que trabalham em outras cidades, como Belo Horizonte e São Paulo. A cavalgada contava com a presença de cerca de 200 cavaleiros e moradores de comunidades vizinhas, entre elas Barreto, Pedras, Boa Vista, Taboões, bem como localidades mais distantes, como Ouro Preto e Belo Horizonte. É costume que as pessoas participem das cavalgadas de outra localidade. Barreto e Pedras já realizavam cavalgadas antes de Gesteira, cuja primeira festa da cavalgada foi para arrecadar dinheiro para arrumar o cemitério.

No sábado, a concentração dos cavaleiros era no Posto Quinduba, onde começa a estrada de terra (13km) para Gesteira. Um carro vinha na frente, devagar, tocando modas de viola e a música de Nossa Senhora, do cantor Roberto Carlos. Subiam dois cavaleiros por vez, em fila, para dar a volta na praça. O interlocutor 20943 conta: “Pra você ter uma ideia, enquanto ainda tinha cavaleiro subindo lá de baixo já estavam descendo ainda, de dois a dois assim”.

A organização incluía: 35 a 40 caixas de cerveja, a ação de matar bois e porcos para proporcionar carne e duas áreas utilizadas para a comida (feijão tropeiro e churrasco), oferecendo fartura de comida e bebida. Na praça, tocava música ao vivo e as pessoas dançavam. O equipamento de som foi doado pelo prefeito de Barra Longa na primeira cavalgada em 2012, que contou também com a presença de um sanfoneiro. Além disso, havia um cuidado com os animais, pois a festa era realizada perto de um lugar com córrego ou ribeirão para os animais beberem água. Quando não havia, montava-se um cocho cheio de água para os animais chegar e beber.

Figura 45 – Detalhe da camiseta promocional da 2ª Cavalgada da Lua Cheia em Gesteira, realizada pela última vez em 2015. Registro em 16/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.3.6.1 Análise de danos à Cavalgada de Gesteira

A forma de expressão Cavalgada de Gesteira foi alvo de 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

3.3.6.1.1 Alteração de práticas culturais

A cavalgada, evento realizado durante três anos anteriores ao desastre, ainda não foi retomada devido à reforma da quadra em que era realizada e o desinteresse dos participantes. Depois do desastre, segundo o interlocutor 20943, as pessoas estão desanimadas. Muitas pessoas se mudaram de Gesteira e amigos de outras localidades nunca mais voltaram para visitar, inclusive membros da organização que ajudavam na realização da festa. Mas os amigos das comunidades vizinhas sempre perguntam da festa, relata o interlocutor. Mesmo após a passagem dos rejeitos, a comunidade se reuniu para tentar realizar a festa na mesma data das edições anteriores, inclusive com promessa de ajuda da Fundação Renova. Mas a quadra ainda estava em reforma e a festa não pôde ser realizada.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a forma de expressão Cavalgada de Gesteira deixou de ser realizada. Dessa forma, por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 100% dessa prática foi interrompida devido a alteração dos espaços, a mudança de pessoas da localidade e ao desânimo dos moradores – acarretado pelo desastre. Esse dano tende a aumentar pelos efeitos do tempo transcorrido do desastre, que afeta de forma crescente as relações e processos necessários à prática. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado definitivamente em relação à situação pré desastre.

3.3.6.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A interrupção da cavalgada após o desastre tem dificultado a integração de Gesteira a um circuito de cavalgadas na região, o que provoca rupturas nas redes de relações que envolvem o distrito e localidades vizinhas. Além disso, a cavalgada também propiciava momento de encontro e sociabilidade dentro da própria comunidade.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima. O rompimento da barragem de Fundão atingiu a localidade de Gesteira, desconfigurando a paisagem social e os modos de vida. Esses fatores, indicados nas narrativas dos atingidos, resultaram na interrupção de 100% das redes de sociabilidade da cavalgada. A inserção da Cavalgada de Gesteira no circuito de cavalgadas regional possibilitava a integração com outras comunidades, processo ora interrompido. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias para a forma de expressão tem sido crescentemente enfraquecida. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado definitivamente em relação à situação pré desastre.

3.3.7 BANDA NOSSA SENHORA DO CARMO

A Banda do Carmo é formada por um público jovem, mas que não possui uma formação musical tão avançada, se comparada com a outra banda da cidade, a União Musical São José. A Banda do Carmo transita por espaços além do município, apresentando-se dentro e fora de Barra Longa, incluindo Gesteira.

3.3.7.1 Análise de danos à Banda Nossa Senhora do Carmo

A forma de expressão Banda Nossa Senhora do Carmo sofreu 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e da circulação de práticas e bens culturais, apresentados a seguir.

3.3.7.1.1 Alteração de práticas culturais

A banda ficou inativa por alguns meses após o desastre, porque sua sede foi usada como depósito de donativos.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como pouco grave, uma vez que o espaço onde se davam os ensaios da sociedade foi afetado durante alguns meses após o desastre. Segundo as narrativas, a alteração foi de 20%. Esse dano encontra-se cessado. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, uma vez que as ações podem ser recuperadas de forma a atingir à situação pré-desastre.

3.3.7.1.2 Alteração na circulação de práticas e bens culturais

A banda circulava bastante por territórios vizinhos. A circulação está comprometida até os dias atuais, pois um dos lugares onde sempre tocavam era a comunidade de Gesteira, bastante afetada pelos rejeitos.

A alteração da circulação da Banda Nossa Senhora do Carmo é considerada como pouco grave, estando relacionada as modificações nas localidades por onde a banca circulava. Segundo as narrativas obtidas, pode-se indicar que 50% da circulação esteja alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez

que a rede de relações necessárias para a forma de expressão tem sido crescentemente enfraquecida. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se alterado de forma significativa, não podendo ser recuperado na situação pré-desastre.

3.3.8 CORPORAÇÃO MUSICAL SÃO JOSÉ

Data de 1850 a fundação, em Barra Longa, a Corporação União Musical São José, a qual se apresenta até os dias atuais em festas religiosas do município, como a Festa de São José e os festejos da Semana Santa. Aqueles que participam da banda aprendem as técnicas dos instrumentos escolhidos, sendo necessário ter ao menos 8 anos de idade para entrar na corporação.

Atualmente a banda ensaia duas vezes por semana e é composta por trabalhadores e aposentados, contando com poucos membros jovens. Isso ocorre, segundo o interlocutor 42313, pelo fato de que o aprendizado dos instrumentos é feito com base em uma metodologia mais “tradicional”, que afasta os membros mais jovens. Este fator, para o interlocutor 42313, diferencia a Corporação Musical São José da Corporação Musical Nossa Senhora do Carmo, também residente na cidade. Ainda segundo o interlocutor, se, por um lado, a banda Nossa Senhora do Carmo conta com mais jovens, por outro, tem menos tradição no ensino musical.

3.3.8.1 Análise de danos à Corporação Musical São José

A forma de expressão Corporação Musical São José sofreu a alteração de práticas culturais apresentada a seguir.

3.3.8.1.1 Alteração de práticas culturais

A Corporação Musical São José sofre há alguns anos com a baixa frequência de apresentações e com a dificuldade em atrair o público mais jovem. Na semana do desastre deixou de ocorrer o encontro “Retretas”, do qual participam as duas bandas da cidade e bandas de outros municípios. A interrupção, mesmo que momentânea, desse encontro, é sentida pelos músicos da Corporação como mais um dos danos causados pelo desastre.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como pouco grave, estando relacionada à não realização de um evento no período logo após o desastre. Segundo as narrativas, a alteração foi de 20%. Esse dano encontra-se cessado. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, uma vez que as ações podem ser recuperadas de forma a atingir a situação pré-desastre.

3.3.9 CONGADO DE N. SRA. DO ROSÁRIO DE SANTANA DO DESERTO

O Congado é uma manifestação cultural antiga e tradicional presente em Santana do Deserto e em outros povoados localizados às margens do Rio Doce. Tem origem em festejos praticados por negros e negras escravizados e é realizado até hoje por pessoas herdeiras dessa tradição. Diz-se, em Santana do Deserto, que o congado dali é “original”, tamanha a importância que se dá a essa manifestação. O interlocutor 29863, fala de Santana do Deserto como “a sede do congado”, enquanto alguns moradores de Rio Doce indicaram a congada de Santana como “a única original”.

O Congado reúne principalmente pessoas negras herdeiras da tradição que faz parte do sincretismo religioso da região e que possui origem em festejos praticados por pessoas escravizadas. Como relatado pelo interlocutor 22398, o Congado, antigamente chamado de Caboclo, teria surgido a partir da retirada de Nossa Senhora do Rosário de uma pedra, por um grupo de pessoas escravizadas. Ela narra uma versão da história de origem da Congada contada por sua família: “Existia uma fazenda onde havia pessoas escravizadas e lá apareceu uma santa numa pedra. Os capitães, pessoas ricas da região, mandaram fazer uma igreja para colocar a Santa, mas nem eles nem os padres a convenciam a sair da pedra. Os escravos falaram com o capitão que tentariam retirá-la. Fabricaram instrumentos, tambores e levaram flores, tocaram e cantaram e conseguiram tirar a santa e levá-la ao altar. A Santa só saiu devido à cantoria e ao fato das pessoas escravizadas serem pessoas de muita fé, simples e sofridas. No lugar onde ela estava apareceu uma fonte de água”.

O Congado de N. Sra. do Rosário de Santana do Deserto se apresenta em diversos festejos, como nas celebrações de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e da Santa Efigênia. Também participa da Festa Anual de Santana do Deserto acompanhando a Caminhada de Santana e se apresentando nos festejos. A tradicional banda de congo circula por diversos distritos do entorno realizando suas apresentações. Segundo o interlocutor 22398 o grupo recebe convites para tocar em localidades vizinhas, como Dom Silvério, Rio Doce, Sem Peixe, Piranga, Acaiaca e São José do Goiabal. Já tocam em lugares mais distantes, como Contagem e Belo Horizonte, mas atualmente, de acordo com ela, está “mais difícil de ir”. Outros grupos de congado, como os de Dom Silvério e Sem Peixe, eventualmente participam dos festejos de Santana. De acordo com o interlocutor, eles são, atualmente, maiores do que o congado de Santana do Deserto. As indumentárias fabricadas por outros grupos também são indicativas das relações entre os congados da região. A espada do capitão do congo de Santana do Deserto, por exemplo, foi fabricada em Sem-Peixe.

O congado de Nossa Senhora do Rosário está inserido no contexto de um povoado cuja população passa por um processo de migração do campo para as cidades, motivada pela escassez de empregos locais. Esse fato faz com que os mais jovens busquem trabalho e continuidade de estudos em outras regiões, como nas áreas urbanas. Assim, a principal dificuldade do congado de Santana é com a renovação de seus membros, pois existem poucos jovens no povoado. Segundo os interlocutores 22398 e 22399, “os jovens não se interessam”, “o povo do congado está desanimado”, “não tem mais união”, “as pessoas se mudam do povoado para trabalhar” e “algumas pessoas viraram evangélicas”. Para elas, o congado também teria sido prejudicado pela ascensão das igrejas evangélicas e pela saída de fiéis da igreja católica.

Frente a essas dificuldades, uma série de atores têm se mobilizado para preservar a realização da Congada. Os interlocutores 22398 e 22399 relatam que um antigo membro, já falecido, que fabricava os fardos e os capacetes, em uma tentativa de reunir pessoas interessadas em fortalecer o congado e “não deixar a festa morrer”, se propôs a fazer um levantamento da manifestação em Santana. De acordo com elas, a prefeitura de Rio Doce tem prestado assistência, com o envio de alimentos para as festas “e o que for preciso”. Outra preocupação é com relação a produção dos instrumentos da banda, já que antigamente os membros do congado produziam seus próprios instrumentos, mas agora estão começando a comprar. Uma pessoa de Ponte Nova inclusive foi chamada para realizar oficinas de confecção de tambores em Santana do Deserto. Atualmente só um senhor domina tal prática, mas há o receio de que ela seja perdida com sua morte.

Apesar do Congado ter sido registrado como patrimônio no município, o interlocutor 22398 considera que “o congado acabou; eu trabalhei muito e saí sem nada. Se tivesse uma pessoa para me ajudar, eu não deixava morrer não”. Mesmo diante de todos os esforços, o interlocutor 22399 acrescenta: “meu congado tá arrasado: estamos sem sanfoneiro, sem batedor de caixa, sem espadeiro. A gente chamou um ensaio e ninguém apareceu”.

3.3.9.1 Análise de danos ao Congado de N. Sra. do Rosário de Santana do Deserto

A forma de expressão Congada de N. Sra. do Rosário de Santana do Deserto, foi alvo de 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e na circulação de práticas ou bens culturais, apresentado a seguir.

3.3.9.1.1 Alteração de práticas culturais

Como pontuado anteriormente, a diminuição do número de pessoas interessadas em participar do grupo de congada de Santana do Deserto é bastante sentida por seus integrantes e já acontecia antes mesmo do rompimento da barragem. Contudo, o desastre da Samarco só veio a aumentar esse desinteresse, uma vez que o grupo encontra mais dificuldades para circular pelas festas em outros distritos, já que as estradas estão mais movimentadas e o rio sofre de assoreamento. Muita gente, também, migrou para cidades maiores, deixando o distrito e, por consequência, a Congada.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada grave, estando relacionada com a diminuição do número de pessoas envolvidas e as alterações de espaços relacionados às rotas da congada. Por meio das narrativas é possível indicar uma alteração de 60% da forma de expressão. Esse dano tende a aumentar pelos efeitos do tempo transcorrido do desastre, que afeta de forma crescente as relações sociais e os processos necessários à prática. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre, o contexto sociocultural em tela encontra-se transformado de forma significativa em relação à situação pré-desastre.

3.3.9.1.2 Alteração na circulação de práticas ou bens culturais

O grupo de Congada de Santana do Deserto circula por comunidades vizinhas para mostrar seu trabalho artístico. No entanto, com o desastre houve uma redução na intensidade da circulação do grupo por estas comunidades, uma vez que hoje há maior dificuldade de acesso à Santana do Deserto. A passagem entre o povoado e o distrito de Merengo, por exemplo, é realizada de barco, atravessando o Rio Doce. Como o desastre causou intenso assoreamento do Rio, o trânsito entre as duas comunidades está prejudicado. O Caminho de Santana, percorrido na Festa Anual de Santana do Deserto, também teve trechos temporariamente interditados pela lama de rejeitos, o que limitou o trajeto feito na romaria anual que era acompanhada pelo grupo de Congada.

No que diz respeito à gravidade, a alteração na circulação da Congada é considerada grave, estando relacionada à redução da circulação do grupo pelas comunidades da região devido aos danos em partes dos trajetos percorridos e nas próprias comunidades visitadas. Por meio das narrativas é possível indicar uma alteração de 60% da forma de expressão. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a diminuição da circulação ao longo do tempo acaba por enfraquecer esse tipo de prática. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

3.3.10 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE FORMAS DE EXPRESSÃO NO COMPARTIMENTO 1

A Tabela 6 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de formas de expressão do Compartimento 1.

Tabela 6 – Classificação de danos aos bens imateriais (formas de expressão) no Compartimento 1

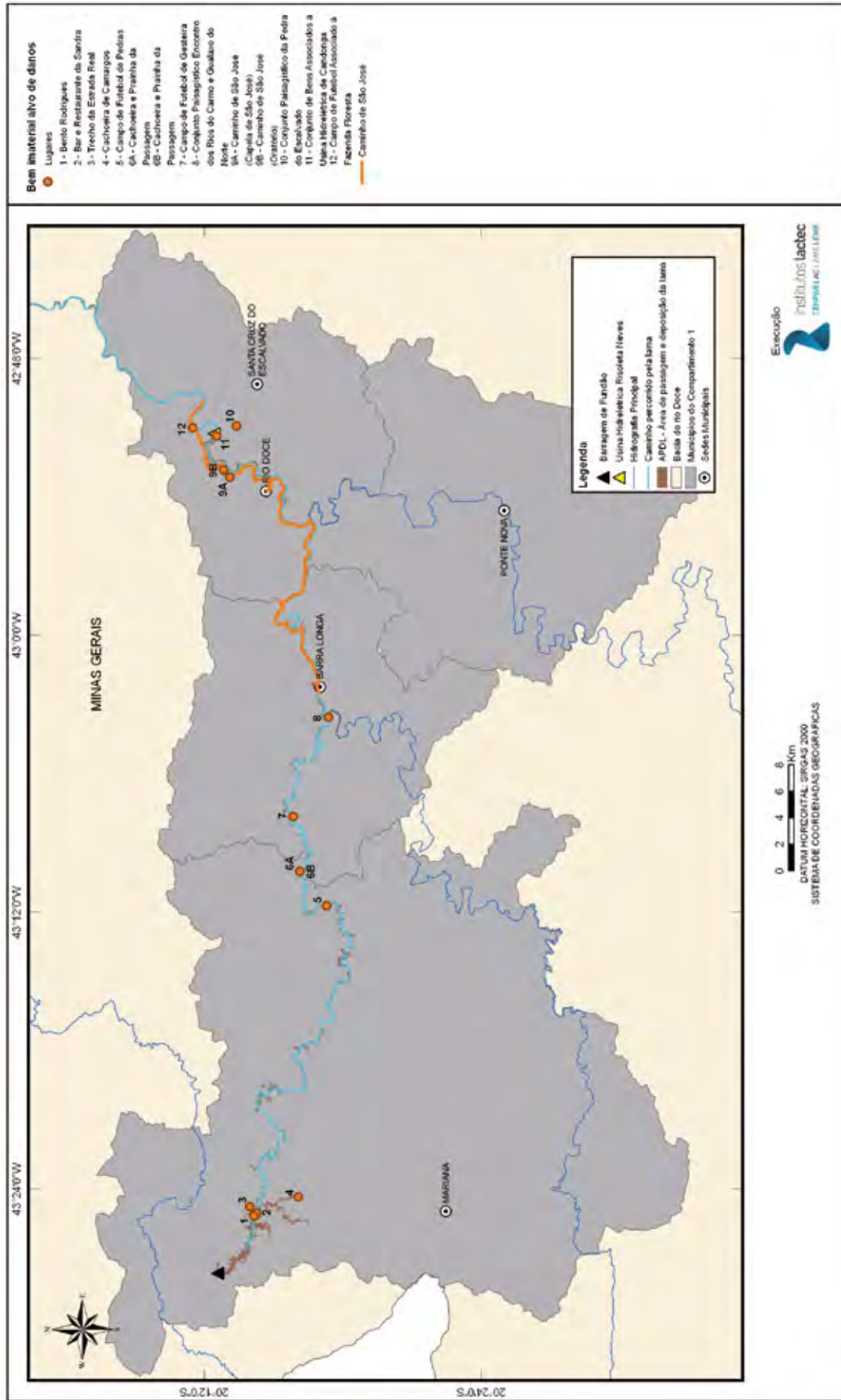
Tendência	Bem	Danos	Gravidade	Reversibilidade
Tende a aumentar	Coral de Nossa Senhora de Nazaré	Alteração da rede de relações comunitárias	Pouco Grave 20% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 20% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar	Coral de São Bento	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar	Cavalgada de Ponte do Gama	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Parcialmente reversível
Dano cessado	Ensaio da Sociedade Musical São Caetano	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Reversível
Tende a aumentar		Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Pouco Grave 40% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar	Cavalgada de Paracatu	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais	Grave 40% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar	Cavalgada de Gesteira	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Parcialmente reversível
Dano cessado		Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 20% alterado	Reversível
Tende a aumentar	Banda Nossa Senhora do Carmo	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Pouco Grave 50% alterado	Parcialmente reversível
Dano cessado	Corporação Musical São José	Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 20% alterado	Reversível
Tende a aumentar	Congado de N. Sra. do Rosário de Santana do Deserto	Alteração de práticas culturais	Grave 60% alterado	Parcialmente reversível
Tende a aumentar		Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Grave 60% alterado	Parcialmente reversível

3.4 DANOS AOS LUGARES

No Compartimento 1, os bens imateriais categorizados como lugares, ou seja, espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, como áreas de encontro e lazer associadas ao Doce e demais rios da região (cachoeiras, praias, dentre outros), e campos de futebol, foram mencionados como alvo de danos pelas populações atingidas, totalizando 13 bens imateriais, detalhados a seguir (Figura 46).

Importante destacar que as informações referentes ao Rio Doce foram individualizadas por localidade pesquisada, contudo, estão reunidas para fins de análise, conformando o penúltimo item do presente subcapítulo, devotado aos bens imateriais da categoria lugar no Compartimento 1.

Figura 46 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Lugares (excetuando-se o Rio Doce)



3.4.1 BENTO RODRIGUES

Bento Rodrigues (Figura 47 e Figura 48) é um subdistrito de Santa Rita Durão, localizado a 15 km da sede do município de Mariana e a poucos quilômetros da barragem do Fundão. Até 2015, a mineração era um elemento central na história do lugar e umas de suas principais atividades econômicas. Muitos dos moradores de Bento Rodrigues, inclusive, se mudaram para o subdistrito por conta das oportunidades de emprego nas mineradoras locais. Os cerca de 600 habitantes mantinham vínculos que se assemelhavam a laços familiares, o que contribuía para a criação e fortalecimento de uma relação duradoura com o território.

Além dos residentes fixos, havia também um intenso fluxo de pessoas que vinham da sede de Mariana para o subdistrito: seja para visitar algum parente ou frequentar a casa de campo que possuíam no local, seja no caso dos jovens que viviam durante a semana na cidade, por conta de estudo e trabalho, mas que retornavam para Bento Rodrigues, seu local de origem, aos finais de semana para se reunirem com a família e amigos. A maioria dos moradores cultivava histórias familiares e relações cotidianas intrinsecamente relacionadas ao lugar e, mesmo no caso daqueles que se deslocavam para a sede do município para fins de trabalho e estudo, havia um projeto de vida de permanência e estabilidade em Bento Rodrigues.

Era prática comum entre os moradores a circulação nos arredores de Bento Rodrigues para coletar frutas e lenha, ou mesmo para atividades de lazer e contemplação, principalmente na área ao norte do subdistrito, em direção ao distrito de Camargos. O interlocutor 58238 conta que antigamente todos os moradores tinham hortas e currais como estruturas anexas às casas. Todavia, mais recentemente, esta configuração somente era mantida na parte baixa de Bento Rodrigues. Essa região mantinha, segundo o interlocutor 58238, a configuração de “sítios”, com hortas, currais e manutenção de animais de criação de maior porte próximo às casas - porcos, galinhas, patos, marrecos, vacas, galinhas d’angola. As casas da parte alta, por sua vez, tinham uma configuração diferente: espaços de quintais com pequenas hortas para alimentação doméstica e um galinheiro. Alguns moradores da parte alta, por não terem lavouras ou currais anexados às suas casas, mantinham áreas de plantio e animais de criação na parte baixa de Bento Rodrigues. Em todas as ruas, lembra o interlocutor 58238, era comum encontrar, para além da circulação de pessoas, muitos animais. Havia ainda produções artesanais locais, de circulação interna e consumo familiar, como produção de vinho, diferentes conservas e geleias, rosquinhas e biscoitos, compotas de pimenta biquinho, cestos de taquara a partir de material retirado da mata nas proximidades. Tal cenário assinalado por cultivos, criações de animais, caminhadas e conversas nos quintais fazia de Bento Rodrigues, segundo o interlocutor 54541, um lugar bucólico.

Figura 47 – Vista parcial da área atingida pela onda de rejeitos Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 48 – Edificações danificadas pela onda de rejeitos em Bento Rodrigues. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.1.1 Análise de danos à Bento Rodrigues

O subdistrito Bento Rodrigues foi considerado como bem imaterial da categoria lugar, tendo como base os relatos etnográficos coletados. Foram identificados 4 danos nesse bem cultural, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória e de rede de relações comunitárias, assim como sofrimento social, conforme apresentado a seguir.

3.4.1.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Bento Rodrigues foi a primeira localidade atingida pela onda de rejeitos, que destruiu a maior parte de sua área, causando a destruição de edificações, plantações e a morte de moradores e animais, além do soterramento de córregos e ribeirões. Grande parte da população local teve todos seus pertences, casas, roças e pomares destruídos pela onda de rejeitos. Bento Rodrigues é, após o desastre, uma área em ruínas, cercada e vigiada por funcionários da Samarco, o que inclusive restringe o acesso e os usos de espaços importantes relacionados a práticas culturais e modos de vida local.

Vários destes espaços foram suprimidos, como praças, ruas, bares e outros equipamentos de uso coletivo, o que afetou também as diversas práticas que ocorriam em Bento Rodrigues: pesca e banho recreativo no Córrego Santarém e no reservatório da barragem de Santarém; frequência à Cachoeira de Camargos e à Cachoeira Ouro Fino – no Córrego Ouro Fino; Carnaval; churrasco; fogueira; trilhas pela Estrada Real; a prática do futebol – atualmente realizada em um campo alugado pela Fundação Renova em Mariana – sociabilidade no Bar da Sandra; encontros informais de amigos na praça de Bento Rodrigues para escutar música, beber e conversar. Tais práticas eram centrais no processo de constituição das redes de relações locais, que envolviam moradores de Bento Rodrigues, bem como de localidades próximas. Os laços comunitários entre os habitantes do subdistrito se fortaleciam também nas movimentações cotidianas pela localidade. Segundo o interlocutor 58238, em muitas ocasiões, principalmente passeios e visitas entre conhecidos, o caminhar de um lugar para o outro nem sempre era feito pelas ruas, mas também ocorria pelos quintais, hortas e pomares onde, ao longo do caminho, se parava para colher frutas ou somente para uma conversa.

Vale destacar ainda a centralidade que os espaços religiosos tinham na dinâmica do subdistrito e a importância que adquiriram nas histórias familiares de seus habitantes, cercando esses lugares com fortes sentimentos de pertencimento, como é o caso da Igreja de São Bento, Igreja Assembleia de Deus, Igreja Nossa Senhora das Mercês. A Igreja de São Bento e a de Nossa Senhora das Mercês eram, segundo o interlocutor 54541, os principais espaços de culto e “celebração da palavra” da fé católica no subdistrito e reuniam um grupo de fiéis muito religioso, dedicado às tradições religiosas e profundamente influenciado pela Igreja Católica. O interlocutor 54541 conta que as igrejas eram também palco de celebrações religiosas que não estão prescritas na liturgia católica propriamente dita, mas que estão relacionadas ao caráter popular da fé católica existente em Bento Rodrigues e em Minas Gerais - festividades da Semana Santa (Procissão da Semana Santa, descimento da cruz na sexta-feira da semana santa), Procissão do Encontro (com sermões do encontro realizados pelo padre, alusivas a situações particulares), Procissão do Enterro, Procissão da Via Crucis (Via Sacra) e Natal. O interlocutor 54585, para exemplificar a presença marcante dos equipamentos religiosos, relata que um parente seu, também morador de Bento Rodrigues, havia realizado todos os sacramentos religiosos – batizado, primeira comunhão, casamento – na Igreja de São Bento e fez questão, após o desastre, de realizar sua comemoração de bodas de prata nas ruínas da Igreja, o que demonstra a força da relação com o território.

Com a destruição dos espaços de celebração da localidade, como a praça da comunidade em frente à Igreja, os moradores de Bento Rodrigues passaram a fazer encontros e festas na rua após o desastre, já que a procissão que era feita em setembro passava pela rua, enquanto outros eventos,

como festas ou quadrilhas, eram realizados na escola ou na praça. Também era costume se reunir na praça após a Festa de São Bento.

Além dos espaços católicos, a Igreja Assembléia de Deus também detinha uma presença marcante na comunidade de Bento Rodrigues. Segundo o interlocutor 21343, que congregava na Igreja Assembleia de Deus, a perda do local tradicional de congregação foi muito sentida pelos fiéis, pois frequentar a igreja era “ter a paz para fazer sua oração”. A igreja existia há cerca de 30 anos, tinha em torno de 100 membros, era frequentada cotidianamente pelos assembleianos do templo e permanecia sempre aberta, inclusive sendo utilizada para reuniões como Festa de Jovens, Festa do Círculo de Orações, Campanhas de Oração e a Festa das Crianças. Após o desastre, com a destruição da Igreja, a comunidade de fiéis se desfez, os fiéis se espalharam por diferentes bairros de Mariana e passaram a se congregar nas igrejas mais próximas de suas casas.

A onda de rejeito que destruiu Bento Rodrigues, a posterior remoção dos moradores para a sede de Mariana e a interdição do acesso ao subdistrito provocaram não só a supressão de espaços associados a diversas práticas culturais, mas também levaram ao desaparecimento de espaços utilizados como pontos de encontro pelos moradores da localidade, como: a praça central, as igrejas, a Estrada Real e o Bar da Sandra, importante espaço de sociabilidade e lazer para moradores e visitantes da região.

Um exemplo a ser destacado é a Escola Municipal de Bento Rodrigues, que atendia a todos os alunos da localidade e do povoado de Camargos. O interlocutor 21343 conta que a escola sediava muitas atividades importantes, tais como festas e cursos: “ela era procurada pra tudo. A gente ajudava em festas e eventos também”. Com a destruição total das dependências da escola pelo desastre, a instituição foi transferida para um prédio na sede de Mariana, unindo as turmas dos alunos de Bento Rodrigues com as de Paracatu de Baixo, cuja instituição de ensino também fora destruída e cujos moradores também foram removidos. Tal cenário reconfigurou as características de uma “escola pequena no meio rural”, fazendo com que muitos alunos tivessem a sensação de que “a escola não era mais deles” e passassem a faltar às aulas, de acordo com o interlocutor 21343.

Posteriormente, um imóvel foi concedido para a nova escola. Contudo, segundo o interlocutor, a escola não é mais um local de referência para os ex-moradores de Bento e o prédio não é utilizado para outros fins: “hoje a escola é só pra aula”. Há pouco espaço para a realização de festas, tais como a Festa Junina que, se antes do desastre envolvia espaços do subdistrito e toda a comunidade local, depois se restringiu apenas aos alunos.

A alteração dos espaços relacionados a práticas culturais em Bento Rodrigues é considerada gravíssima. O rompimento da barragem de Fundão atingiu a localidade, levando à destruição completa dos espaços de moradia, trabalho e sociabilidade de seus moradores. Por meio das narrativas dos atingidos e pela análise da paisagem da localidade, é possível indicar que 100% dos espaços foram suprimidos, seja nas áreas diretamente atingidas pela lama, seja nas áreas mais altas, que também tiveram que ser deixadas por seus habitantes. Esse dano tende a aumentar, uma vez que os espaços se encontram destituídos de sua dinâmica social, vetados ao acesso livre de seus moradores e sofrendo crescentes impactos decorrentes do desastre, os quais tem acarretado a contínua perda de suas características originais. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características anteriores da localidade. Ademais, para que esse dano seja parcialmente revertido será

necessária a implantação de ações de recuperação que sigam as demandas dos moradores de Bento Rodrigues, que foram espoliados de seus lugares de existência. A própria transferência das pessoas de Bento Rodrigues para a “Nova Bento” pode ser considerada um eixo causador de danos, posto que afastará a comunidade permanentemente de seus espaços de pertencimento.

3.4.1.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

O subdistrito foi tomado pela onda de rejeitos, que devastou moradias, plantações, espaços públicos e de uso coletivo, além de soterrar córregos e ribeirões e causar a morte de moradores e animais. Tais espaços, bem como os pertences pessoais dos moradores, que foram suprimidos pelos rejeitos, para além de seus valores materiais também continham uma dimensão afetiva e imaterial que tratava da memória coletiva daquela população e das histórias de vida de cada um de seus habitantes.

Posteriormente à chegada dos rejeitos, a população foi removida de Bento Rodrigues e o acesso ao subdistrito foi restrito, afastando ainda mais os moradores desses espaços e memórias. Segundo o interlocutor 58238: “quando eu vi que estava com dificuldade pra gente voltar aqui eu pensei ‘nossa não quero perder lá tudo, eu já perdi uma parte!’, então que a gente decidiu lutar até o fim, pra gente manter. Isso é uma forma da gente estar mantendo, voltando, relembando. Como eu falei pra vocês, em cada cantinho eu lembro tudo que está ali, cada cantinho tem uma história, que é a minha história. Tudo o que tinha ali foi embora na lama, então eu tenho que estar aqui porque tudo aquilo tem que estar na minha memória, daquilo que eu vivi”.

A perda do referencial territorial e a dispersão das pessoas geraram prejuízos não só à continuidade das redes de relações locais, com o enfraquecimento dos laços comunitários, mas afetaram também espaços de produção de memória que alimentavam as vivências e lembranças dos moradores ao longo de gerações, como as casas partilhadas por familiares, quintais, áreas de pesca e os lugares de brincadeiras que compunham da infância das crianças da comunidade. O interlocutor 58238 relata o motivo de continuar se esforçando: “Por isso que a gente está aqui [em Bento] lutando. Eu, por exemplo, eu morava lá em Belo Horizonte, mas eu sabia que eu tinha isso aqui na hora que eu quisesse voltar. Eu sabia que ia estar aqui mais ou menos do jeito que eu deixei. Como eu estava te falando, tinha outras crianças que cresciam aqui, mas que eram os filhos dos meus amigos, que faziam coisas parecidas com as que eu fazia aqui quando era criança. Eu sabia que estava aqui”.

As perdas relacionadas a tais espaços de referência de memória se agravaram após a remoção da população, quando começaram a acontecer episódios de saques às moradias desocupadas. De acordo com o interlocutor 58238: “Quando não estávamos aqui saquearam a casa que a gente usa duas vezes, aí a gente fica sem saber como que alguém entra pra saquear aqui, já que eles deixavam fechadinho. Eles têm também a câmera aqui agora, antes não era monitorado, mas eles não quiseram nos dar a imagem da câmera pra gente ver quem tinha entrado”. Segundo o interlocutor 58238, logo depois do desastre não havia controle de entrada de pessoas em Bento Rodrigues, por isso saqueadores agiram até com o apoio de caminhões para levar “praticamente tudo” o que havia de algum valor nas casas (chuveiros, fiação, janelas, portas, móveis, roupas e outros tantos objetos).

Posteriormente foi colocada a portaria para controle de acesso, pela qual os próprios moradores foram impedidos de ingressar na localidade, o que gerou uma série de tensões e apartou mais ainda a

população de espaços centrais para sua memória e cotidiano. O interlocutor 54585 conta do desejo de sua mãe em continuar comemorando o Natal com a família em Bento Rodrigues logo após o desastre: “Eles fecharam a área em 18 de dezembro de 2015, a gente não poderia mais ter acesso. Minha mãe, por causa das comemorações de natal reuniu toda a família para ir para Bento, quando todo mundo se reuniu que tentou entrar em Bento não conseguia, não deixaram. (...) Aí a partir disso eu só comuniquei a defesa civil e falei que ia entrar todas vezes que eu quisesse em Bento. Eu chegava lá e enfrentava o que fosse, ‘tô entrando, tô entrando’. Aí eu ia com a polícia militar de meio ambiente e registrava os boletins de ocorrência”.

Diante das novas regras e restrições de circulação por Bento Rodrigues, um grupo de moradores - que se autodenomina “Loucos por Bento” - passou a visitar e se reunir na localidade, questionando, assim, as restrições impostas. A autorização de acesso à vila foi conquistada apenas após intensas negociações e pressão exercida pelos moradores sobre a Renova. O interlocutor 58238 relata sobre as primeiras vezes que o grupo iniciou sua retomada de Bento Rodrigues: “A gente não tinha nem energia elétrica quando veio pra cá, os meninos tinham gerador e traziam para cá. A gente sabia que tinha luz em todos os postes aqui em frente à igreja, mas eles não puxavam pra gente. Aí a gente ia lá e puxava o fio pra casa, depois eles da empresa iam lá e cortavam os fios”. O grupo reformou uma das casas que havia sido saqueada - instalou novas portas e janelas - e a utiliza para realizar almoços e encontros. Aos finais de semana os Loucos por Bento se reúnem para irem ao subdistrito, onde passam o dia conversando, cozinhando, caminhando, rememorando histórias: “se eu não venho pra cá, é como se eu não tivesse final de semana”, afirmou o interlocutor 58238.

Além desses encontros, os Loucos por Bento, em conjunto com outros moradores, promovem outras atividades de reocupação de espaços de grande valor afetivo para a comunidade, bem como a manutenção e preservação de celebrações tradicionais de Bento Rodrigues. As festividades e comemorações tanto na Igreja de Nossa Senhora das Mercês como nas ruínas da igreja de São Bento permanecem sendo realizadas pelos moradores de Bento Rodrigues após o desastre, mesmo que com algumas alterações. Segundo o interlocutor 58238, agora são os moradores que guardam as chaves das igrejas e da quadra poliesportiva.

Um momento importante para os moradores de Bento Rodrigues, segundo o interlocutor 54585, foi quando a comunidade pode, pela primeira vez, entrar no subdistrito após o desastre, para realizar o sepultamento de um morador no Cemitério da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. O interlocutor 54585 conta que ocorreram, até 2018, quatro sepultamentos no local, sendo que três deles, em sua percepção, teriam relação com o agravamento do quadro de sofrimento social ocasionado pelo trauma do desastre. As mortes no período pós-desastre, segundo ela, levantaram a questão, entre a comunidade, a respeito de saber “onde a gente vai ser sepultado? Na comunidade os sepultamentos tinham um intervalo maior do que um morto por ano, não tinha isso. Então o pessoal não estava debatendo quanto a isso. Então quando uma pessoa morreu em fevereiro aí que começou. ‘Gente, ele vai ser sepultado em Mariana, mas ele queria ser sepultado em Bento!’. Não teve tempo, tinha também questões de que era o período chuvoso e a gente ainda não tinha a certeza do que tinha acontecido, já que até então a documentação que a gente tinha afirmava que tinham rompido duas barragens, o tempo todo a documentação falava do rompimento das barragens de Fundão e Santarém”.

Segundo o interlocutor 54585, o sepultamento no subdistrito é importante para os moradores de Bento Rodrigues, pois “lugar de nascer é lugar de morrer”. Conta que muitos de seus conhecidos já têm reservados seus sepultamentos no local: “Foi muito curioso pra mim perceber que quando o pessoal começou a entrar de novo em Bento a grande preocupação não foi ir ver o que havia restado das casas, claro que isso tinha importância, mas o mais importante era entrar e visitar o cemitério. Todo domingo os sepultados são visitados, eles têm isso muito forte. Quando é aniversário eles visitam o túmulo e cantam parabéns! Mesma coisa dia dos pais, dia das mães, tem muito isso, a relação com cemitério. Tinha a reclamação de que o cemitério estava abandonado, estava sujo.”

Com a possibilidade de reassentamento em Lavoura, o interlocutor 58238 conta que os atingidos de Bento Rodrigues foram consultados sobre a possibilidade de transferência dos sepultados para outro cemitério em Nova Bento, ao que todos prontamente refutaram: “não, não vai tirar de jeito nenhum! A gente quer que fique aqui. Eu também, quando eu morrer eu quero vir pra cá. Você não tem outra forma!”.

No que tange à gravidade, a alteração do espaço de referência à memória é considerada gravíssima, uma vez que a destruição de Bento Rodrigues pela onda de rejeitos resultou em memórias traumáticas imbricadas a um espaço com importância simbólica e afetiva para a comunidade. Segundo as narrativas, 100% dos lugares de memória foram atingidos. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esses espaços tendem, cada vez mais, a serem relacionados ao “crime” e menos às memórias positivas dos processos históricos vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esses espaços estarão, permanentemente, associados ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas.

3.4.1.1.3 Alteração da rede de relações comunitárias

A onda de rejeitos, que fez de Bento Rodrigues uma área em ruínas, provocou também uma forte ruptura nas redes de relações comunitárias. Grande parte da população local teve todos seus pertences, casas, roças e pomares destruídos pela onda de rejeitos, além de importantes espaços de encontro e sociabilidade, como igrejas, praças, bares e outros equipamentos de uso coletivo.

O interlocutor 22635 conta que seus familiares eram vizinhos, viviam em terrenos próximos, mas que atualmente, após a remoção, moram “espalhados” em bairros “distantes” na sede de Mariana. A proximidade entre parentes permitia a articulação de redes de cuidados, sem que ninguém tivesse que abrir mão de seus locais próprios de morada: “De repente eles foram arrancados de Bento Rodrigues, foram arrancados das suas casas. Ou saía ou morria”, segundo ela. O afastamento do local de morada de parentes, consequência do desastre, provocou um esgarçamento das relações de vizinhança e parentesco. O interlocutor relata em particular a “tristeza” de seus parentes por terem que deixar o local de morada da família, passando a habitar locais que não teriam espaço para cultivos domésticos: “na casa da minha vó lá em Mariana não bate nem sol! Minha vó é escura, somos uma família de negros e ela está branca! Pálida! (...) Antes morava todo mundo no terreiro, minha vó, minha mãe em frente, minha tia, meu outro tio do lado. Em frente dela tinha a minha prima, a que cuida dela até hoje. (...) Essa minha prima que cuida mais da minha avó teve que largar a casa dela em Mariana para ficar com a avó, porque ela tem 86 anos”. Mesmo sabendo que a horta da família poderia ser retomada na nova

casa no reassentamento, sua avó, conta o interlocutor, “sabe que não vai ser a mesma coisa” e, pelo seu valor afetivo, deseja manter o seu terreno em Bento Rodrigues com “a horta do meu avô”. Segundo o interlocutor, todos seus familiares querem manter a casa dos avós em Bento Rodrigues, mesmo sendo obrigados a morar em outro lugar: “queremos manter aquilo ali!”.

O interlocutor 10373 conta que muitas pessoas não residiam de forma fixa em Bento Rodrigues. A relação de presença intermitente no local assegurada pelo fato de ter uma casa em Bento Rodrigues também fazia parte de uma rede de relações arraigadas naquele espaço. Segundo o interlocutor 54541, havia um projeto de vida dos moradores de Bento Rodrigues, centrado num retorno futuro para o subdistrito, mas que também foi interrompido pelo desastre: “muitas pessoas pensavam: ‘eu vou construir minha casinha aqui, e quando eu aposentar eu vou voltar aqui pro Bento’. Então uma coisa que ocorreu foi que com o rompimento da barragem o futuro de quem queria voltar para Bento Rodrigues foi impedido. A gente ouvia muito isso das pessoas, um sonho de voltar como um projeto de vida: ‘eu quero morrer no Bento’, o pessoal falava isso”.

Além das rupturas nas relações entre moradores do próprio subdistrito, o desastre e a remoção dos moradores de Bento Rodrigues levaram a um rompimento das relações destes com os habitantes de outras localidades da região, tal como Santa Rita Durão e Camargos. Os encontros entre os moradores das distintas localidades eram constantes, faziam parte do cotidiano e dos momentos de festas. O interlocutor 58238 conta que era costume dos moradores de Camargos visitar Bento Rodrigues e os moradores deste frequentarem a localidade vizinha para, por exemplo, passear e nadar na cachoeira de Camargos. Muitas destas visitas eram motivadas pelas festas que ocorriam nestes lugares, atraindo os moradores da localidade vizinha. De forma similar, os jogos de futebol também eram atrativos importantes que fomentavam a circulação de pessoas de uma localidade a outra. O interlocutor 10373 relata que, por vezes, encontra os moradores de Bento Rodrigues - seus “amigos” e “vizinhos” - na sede de Mariana, mas afirma que “não é a mesma coisa”: “O pessoal do Bento tá todo espalhado lá em Mariana, e a gente encontra com eles, mas você vê que não é a mesma coisa, não é aquele contato que a gente tinha aqui. Coisa de ir lá na casa deles, se encontrar naquele buteco e tomar uma pinga, uma cerveja, aquela coisa... Mas a amizade continua a mesma, mas muda o processo”.

As rupturas que o desastre provocou nas redes comunitárias também são observadas nas narrativas indignadas de moradores de Bento Rodrigues sobre os saques realizados às duas casas no subdistrito após o desastre. Existem desconfianças e boatos de que as casas teriam sido saqueadas por moradores de Santa Rita Durão. Uma moradora de Bento Rodrigues, que prefere não ser identificada, afirma que tem evitado frequentar as festas realizadas em Santa Rita Durão: “se eu ver a minha janela na casa de outra pessoa eu vou chorar muito, é por isso que eu não vou nunca mais pra Santa Rita, porque vou ficar muito triste”.

Os saques evidenciam como certas consequências do desastre continuam a provocar rompimentos de relações sociais na região. Outra moradora conta que presenciou pessoas que não viviam em Bento Rodrigues circulando pelas ruínas e retirando pertences das casas abandonadas. Relata que, a confrontar uma destas pessoas, recebeu a seguinte resposta: “isso aqui é nosso, vocês vão ganhar tudo novo!”. Moradores de Bento Rodrigues demonstram rancor e desgosto não só pelos saques sofridos - e atribuídos a pessoas de localidades próximas -, mas também se ressentem pelo fato de haver

uma ênfase no valor pecuniário atribuído a certos elementos materiais - objetos pessoais e estruturas das casas - que são também dotados de um valor afetivo constituído pelas histórias e vida das famílias de Bento Rodrigues.

Outra decepção sentida pelos habitantes de Bento Rodrigues, também consequente do desastre e que levou ao esgarçamento de relações locais, foi o descaso da empresa Samarco com suas vidas, pertences e histórias de vida que, em muitos casos, foram construídas com a participação da Samarco. A relação dos moradores de Bento Rodrigues com a empresa detinha aspectos de uma relação de confiança, baseada em anos de presença da empresa na região, empregando várias famílias e garantindo seu sustento. O desastre e suas consequências levaram a uma quebra desta confiança e um rompimento da relação de proximidade construída por décadas entre população e empresa.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu diretamente o subdistrito de Bento Rodrigues, o que levou à remoção de sua população. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dessa rede foi alterada, ainda que seja possível observar a resistência de parcela dos moradores em manter laços de sociabilidade, resultando, por exemplo, no grupo “Loucos por Bento”. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações comunitárias acaba por ser cada vez mais enfraquecida com o passar do tempo, uma vez que as ações emergenciais/ reparatórias não tem dado conta desse fenômeno, conforme narrativas coletadas. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre e o deslocamento da população para a “Nova Bento”.

3.4.1.1.4 Sofrimento Social

A onda de rejeitos que atingiu Bento Rodrigues não só destruiu suas edificações, plantações, córregos e ribeirões, mas também abalou as redes de relações sociais lá estabelecidas e os projetos de vida de seus moradores, levando, em alguns casos, ao aparecimento de depressão e outros estados de sofrimento psicológico, tratados aqui sob o conceito de sofrimento social.

A supressão dos espaços de referência, tanto para práticas culturais quanto de memória dessas pessoas, somada à remoção da população para a sede de Mariana e a restrição de acesso a Bento Rodrigues são apontados pelo interlocutor 54541, que acompanhou alguns dos atingidos de Bento Rodrigues após o desastre - como fatores que geraram o “colapso emocional” de muitos dos atingidos. O padre destacou a perda das relações sociais desenvolvidas pela população de Bento Rodrigues no território destruído e mesmo sua relação com aspectos particulares da paisagem local como quintais, animais de criação, árvores frutíferas (“aquela jabuticabeira”, “aquela mangueira”), riachos e cachoeiras.

O interlocutor 24221, membro do grupo “Loucos por Bento”, conta sobre o momento de tensão e conflito a que os moradores de Bento Rodrigues foram expostos quando encaminhados à sede de Mariana: primeiramente, foi-lhes dito que ficariam abrigados em um ginásio, contudo, após protestos e agressões, foram encaminhados para um hotel. Segundo ele, depois disso ficou “revoltado” e foi até “a porta da Samarco” exigir roupas e sapatos novos e quando retornou para o hotel, passou três

dias em “estado de choque”, relutando a vestir qualquer roupa que não fosse “nova e comprada pela Samarco” - sendo controlado apenas por medicamentos e atendimento médico.

A remoção dos moradores de Bento Rodrigues para outras localidades e o conseqüente afrouxamento dos laços familiares e de vizinhança foi especialmente sentido por alguns, chegando a situações críticas, como tentativas de suicídio. O interlocutor 54585, que atuou ativamente no auxílio aos atingidos conta que, certa vez, caminhando encontrou por acaso um conhecido seu, morador de Bento Rodrigues, em “pleno surto”, afirmando que iria cometer suicídio: “quando ele começou a conversar comigo ele disse, ‘você é filha do padrinho’, que meu avô era padrinho dele. (...) A referência dele era de ser da família do padrinho. Aí ele começou a dizer que ele morava em um mesmo quintal junto com sua família toda, a família dele foi toda distribuída [espalhada por Mariana após a remoção]. Nessa que a família foi distribuída ele foi morar lá em cima no Alto do Rosário, perto da torre. Ele já tinha problemas com alcoolismo e com drogas, e como ele ficou ausente da família isso ficou pior, além de ter ido morar em uma área de fácil acesso ao tráfico e até de confrontos, onde tinha tido um assassinato. Isso chegou no limite dele. Aí quando eu estava passando por lá, ele me agarrou e começou a pedir para eu dar a vida dele de volta: ‘promete que vai dar a minha vida de volta!’”

Outro caso de “colapso emocional”, relatado pelo interlocutor 54541, foi o de outro morador de Bento Rodrigues que tinha uma criação de passarinhos em seu terreno, que foi completamente tomado pelo rejeito. Quando ele estava em Mariana, após sua remoção de Bento Rodrigues, ao escutar, por acaso, o som de passarinhos semelhantes aos seus teve uma crise causada pela recordação de seu viveiro de pássaros destruído, tendo de ser acudido por médicos e psicólogos. De acordo com o interlocutor 54541, passarinhos e galinhas eram considerados pela população como animais domésticos: “são animais da casa”. Portanto, as perdas de animais foram especialmente sentidas pelos moradores, para além do valor monetário que eles possuíam: “estes animais domésticos são mais que animais, eles são da casa, são animais de casa, são parte da família. (...). Aqui no interior as vacas têm nome, você nomeia os animais, não é como no agronegócio que você tem números, os criadores sabem qual é qual, as conhecem pelo nome, então tem um afeto nessa relação”.

O esgotamento emocional dos moradores de Bento Rodrigues após o desastre está relacionado também, em muitos casos, à dinâmica de reuniões, protestos, levantamentos, entrevistas para reivindicação de seus direitos à reparação e indenização pela Fundação Renova. O interlocutor 54585, que se envolveu ativamente com o amparo aos atingidos, conta que essa rotina lhe causou um “esgotamento mental” e crises de “síndrome do pânico”: “chegou um momento que a gente só tinha reunião!”. Relata que, após o desastre, suas memórias afetivas e familiares voltaram muito à tona, o que a estimulou a participar desses processos dando assistência à sua família e seus conhecidos. O interlocutor 58238, por sua vez, conta que “não estava aguentando mais” passar pelas etapas de cadastramento e levantamentos de informações para o processo de indenização e reassentamento, pois era “muito difícil” a tarefa de, continuamente, ter que “ficar lembrando tudo” com os detalhes exigidos para a obtenção das informações necessárias para o andamento dos processos burocráticos e judiciais.

O sofrimento social é considerado gravíssimo, uma vez que são extremamente recorrentes as narrativas associadas ao “colapso emocional” e sofrimento dos moradores (ocorrência em pelo menos 20% da população). Esse dano tende a aumentar, tendo em vista o rompimento dos modos de vida dos moradores e a persistência de situações de sofrimento associadas a ações emergenciais e reparatórias não conduzidas de acordo com o desejo dos atores envolvidos. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva dos moradores de Bento Rodrigues. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

3.4.2 BAR E RESTAURANTE DA SANDRA

O Bar da Sandra era um estabelecimento comercial em Bento Rodrigues que funcionava como um espaço de referência, agregando moradores locais e de comunidades do entorno para práticas de lazer, recreação e sociabilidade. O bar era o principal ponto de encontro das pessoas de Bento Rodrigues e dos visitantes de outras localidades, de acordo com o interlocutor 73614: “a gente se juntava todo mundo lá, a gente recebia todo mundo bem!”. O bar era bastante utilizado pelos moradores locais, pelos visitantes de distritos vizinhos e por visitantes, como ciclistas, especialmente os que passavam por lá por conta da Estrada Real. No bar, ponto de encontro de moradores e visitantes, aconteciam jogos de truco e assistia-se futebol na TV de 49 polegadas.

O Bar da Sandra (Figura 49) possui uma história antiga no local, tendo sido anteriormente venda e armazém. O pai de Sandra comprou o equipamento de outro comerciante há 55 anos. Era uma casa de dois andares e com um assoalho de pedras “do tamanho de uma mesa”, segundo o interlocutor 73614. O pai de Sandra era muito conhecido na região. O interlocutor 73614 relata que falavam do pai da Sandra como alguém que “salvou vidas” pelo fato de vender fiado a quem não tinha o que comer. Sandra assumiu o comércio depois que seu pai já estava mais velho. Muitas das atividades do bar eram para trabalhadores dos empreendimentos da Samarco. Posteriormente, com a Estrada Real, começou a ter mais movimento: “começou a vir mais gente, começou a ter turista, nos finais de semana vinha gente de outros lugares para almoçar lá”, na concepção do interlocutor 58238.

Figura 49 – Camiseta do interlocutor 73614, foto da paisagem da área da Capela São Bento e Bar e Restaurante da Sandra, antes do desastre. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.2.1 Análise de danos ao Bar e Restaurante da Sandra

O Bar e Restaurante da Sandra foi considerado como bem imaterial da categoria lugar, tendo como base os relatos etnográficos coletados. Foram identificados 3 danos nesse bem cultural, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória e de rede de relações comunitárias, conforme apresentado a seguir.

3.4.2.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

As edificações do Bar e Restaurante da Sandra foram destruídas pela onda de rejeitos, assim como todo o seu entorno. Todas as atividades de sociabilidade e lazer nele realizadas foram interrompidas ou passaram a ser realizadas em outros locais. Os usuários que frequentavam o espaço foram removidos da localidade de Bento Rodrigues e os acessos ao local por aqueles visitantes que frequentavam o trecho da Estrada Real foram interrompidos.

A alteração dos espaços relacionados às práticas culturais no Bar e Restaurante da Sandra é considerada gravíssima. O rompimento da barragem de Fundão destruiu o espaço, interrompendo atividades de sociabilidade e lazer que eram realizadas no local. Por meio das narrativas dos atingidos e pela análise da paisagem da localidade, é possível indicar que 100% do espaço foi suprimido. Esse dano tende a aumentar, uma vez que o observa-se uma perda crescente das características e dos sentidos do lugar. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características anteriores do bar. A transferência das pessoas de Bento Rodrigues para a “Nova Bento” impede a retomada do uso do lugar.

3.4.2.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

O bar, assim como seu entorno, foi destruído após o rompimento da barragem e atualmente é lembrado com saudade pelas práticas que lá aconteciam e por alguns itens que eram vendidos. Hoje Sandra vende produtos em feiras em Mariana, possuindo um espaço próprio para sua barraca de “cozinhas da Sandra de Bento Rodrigues”, mas as práticas ocorridas no bar foram interrompidas e o seu espaço de referência não é mais frequentado. O chão de pedras é um elemento citado por alguns interlocutores. O interlocutor 73614 revela esperança de encontrar esse chão, já que essas pedras “têm muita história”. As pesquisas arqueológicas identificaram o referido chão de pedras durante as escavações no Bar da Sandra – vide volume de Diagnóstico de Danos: Bens Arqueológicos do TOMO V.

No que tange à gravidade, a alteração do espaço de referência à memória é considerada gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos resultou em memórias traumáticas imbricadas a um espaço de sociabilidade da comunidade, resultando na perda de 100% do lugar. Esse dano tende a aumentar, uma vez que o observa-se uma perda crescente dos sentidos do lugar enquanto espaço de lazer. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esse espaço estará, permanentemente, associado ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas decorrentes do desastre.

3.4.2.1.3 Alteração da rede de relações comunitárias

A destruição do Bar fez com que práticas que lá aconteciam fossem interrompidas ou transferidas, o que afetou o desenvolvimento das relações comunitárias na localidade, já que não é mais possível reunir os mesmos participantes. O interlocutor 10373 relata, por exemplo, as perdas relacionadas à circulação de ciclistas pelo trecho entre Mariana, Camargos, Bento e Santa Rita Durão: “Ixi, era só vocês vir aqui dia de final de semana pra vocês verem. Sabe o que eles faziam, saiam lá de Mariana e vinham passando por aqui, aí se encontravam lá no Bar da Sandra em Bento, tinha uma praça bonita mesmo lá. Lá eles sentavam, comiam, conversavam, tomavam uma água, era ponto deles ali. Aí saiam e voltavam passavam pra Mariana de novo por outra estrada. Esse aí era o que eles faziam. Eles perderam também esse vínculo”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu o espaço e o que levou à remoção de sua população. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 100% da rede de sociabilidade que tinha como suporte esse espaço, foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações comunitárias acaba por ser cada vez mais enfraquecida com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre e o deslocamento da população para a “Nova Bento”.

3.4.3 TRECHO DA ESTRADA REAL

A Estrada Real é a maior rota turística brasileira, elaborada com referência nos trajetos históricos de escoamento de ouro e pedras preciosas de Minas Gerais – vide volume de Diagnóstico de Danos: Bens Materiais do TOMO V – onde a elaboração do trajeto é analisada por um viés crítico. O bem em questão, Trecho da Estrada Real, refere-se a parte do percurso, sendo esse um dos trechos com mais

características da rota original. O trecho da Estrada Real em Bento Rodrigues realizava a interligação do percurso entre Camargos e Santa Rita Durão. A rota turística foi planejada para valorizar a história, paisagens e identidades das localidades por ela percorrida, mas também visando impulsionar o setor turístico - com o oferecimento de diversos serviços aos visitantes, como pousadas, restaurantes etc. Em Bento Rodrigues, como ao longo de toda a rota, a sinalização do trecho é feita por marcos e totens com informações históricas sobre o local. Havia três marcos nesse trecho: a ponte do ribeirão Santarém, o pátio da Capela São Bento e a Capela de Nossa Senhora das Mercês.

O interlocutor 10373, dono de uma pousada, em Camargos, que atende aos viajantes da rota, envolveu-se com o Conselho de Turismo onde foi gestado o projeto da Estrada Real em 2002. A construção de sua pousada surgiu a partir das conversas sobre a implantação da Estrada Real, como uma alternativa para receber os viajantes da rota turística. Segundo o interlocutor, o projeto da Estrada Real foi pensado para atender à grande circulação de ciclistas, motoqueiros, jipeiros e caminhantes pelo trecho da Estrada Real, que se reuniam na praça de Bento Rodrigues, assim como o Bar da Sandra. Na explicação do interlocutor: “E pra isso precisava pensar em pontos receptivos, para eles pararem, comer e descansar. Os pontos do trajeto foram baseados nos caminhantes, já que os outros [modais] são mais rápidos, então a gente planejava pensando o quanto a pessoa conseguia caminhar por dia, aí tinha que ter um ponto (...) para aquelas pessoas pousar. E aqui na minha pousada [em Camargos] foi um dos pontos. Outro era lá no Bento, no Bar da Sandra”.

O interlocutor 58238 enfatiza que a rota turística da Estrada Real era um importante para a visibilidade de Bento Rodrigues na região, atraindo o interesse de muitos viajantes e visitantes e ampliando as possibilidades de investimentos da população local no setor de turismo. Ademais, relata que a Estrada Real (Figura 50 e Figura 51) incrementou a visitação no local, transformando os espaços de encontro da população local também em espaços de confraternização com pessoas de fora – tal como conta o interlocutor 73614: “[Depois da Estrada Real] começou a vir mais gente, começou a ter turista, nos finais de semana vinha gente de outros lugares para almoçar lá [no Bar da Sandra]. (...) a gente se juntava todo mundo lá, a gente recebia todo mundo bem!”.

Figura 50 – Detalhe de totens indicativos da Estrada Real. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 51 – Trecho interrompido da Estrada Real. Registro em 12/08/2018. Bento Rodrigues, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.3.1 Análise de danos ao Trecho da Estrada Real

O Trecho da Estrada Real foi considerado como bem imaterial da categoria lugar, tendo como base os relatos etnográficos coletados. Foram identificados 3 danos nesse bem cultural, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória e de rede de relações comunitárias, conforme apresentado a seguir.

3.4.3.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem de Fundão provocou o soterramento do trecho da Estrada Real em Bento Rodrigues, assim como a completa destruição de todos os equipamentos voltados a serviços de atendimento aos visitantes, além da desconfiguração da paisagem do subdistrito e de seu entorno, trazendo prejuízos ao bem patrimonial, que a um só tempo trata-se de um bem material na categoria bem paisagístico – vide o volume de Diagnóstico de Danos: Bens Materiais do TOMO V –, e um bem imaterial na categoria lugar. Do ponto de vista logístico, a onda de rejeitos destruiu a ponte sobre o córrego Santarém e a ponte que liga Bento Rodrigues a Camargos, impedindo a passagem de visitantes pelo trecho até sua reconstrução. Posteriormente, o acesso a Bento Rodrigues foi interditado e monitorado, impedindo visitantes de percorrerem o trecho da Estrada Real.

A remoção dos habitantes de Bento Rodrigues fez com que o local deixasse de ser uma referência para moradores e visitantes para deslocamento, atividades comerciais e de lazer. Segundo o interlocutor 10373, dono de pousada em Camargos, antes do desastre havia um movimento pelo trecho da Estrada Real em Camargos e, por vezes, tinha que ceder seus próprios aposentos na pousada para abrigar os viajantes. Além disso, quando havia visita de grupos muitos grandes, uma parente, que é moradora de Camargos, cedia o espaço de sua casa para abrigá-los: “Quando foi na época do acontecido [desastre] parou tudo, agora não se mexe mais nada, mais nada. Porque na verdade mesmo não passa mais ninguém aqui... um ou outro só, outro dia passou um casal aqui que não sabia de nada [do desastre], coitados, vieram de bicicleta e eu disse pra eles que eles não iam conseguir passar [por Bento Rodrigues]”. Todavia, em consequência da interrupção do trajeto da Estrada Real em Bento Rodrigues, teve que frear seus planos de expansão: “Quando eu comecei aqui eram dois quartos (...) depois tinha meu quarto disponível, mas também se precisasse dormia até na cozinha. Mas depois foi aumentando, hoje estou com dezesseis leitos, e tinha o projeto de aumentar mais ainda porque a coisa estava andando muito”.

Apesar da interrupção do trecho após o desastre, o interlocutor relata que ainda hoje existem pessoas interessadas em permanecer na pousada, geralmente desinformados a respeito da interdição do trecho da Estrada Real em Bento Rodrigues. Segundo o interlocutor, o trajeto da Estrada Real que foi interrompido abrange Mariana-Camargos-Bento Rodrigues-Santa Rita Durão. Assim, na atual situação, aqueles viajantes desejosos em completar todo o trajeto da Estrada Real devem ir até Camargos, depois retornar e pegar um ônibus em Mariana até Catas Altas, e de lá seguir o caminho. Para os que percorriam da Estrada Real é importante completar o trajeto passando por todos os pontos oficiais de pouso, recebendo em cada local um carimbo que atesta sua passagem, para assim ao final poderem receber o certificado de conclusão de todo o percurso: “O percurso é todo cadastrado, então eles tem que bater o carimbo que passaram por aqui [em Camargos], pois se chegarem ao final do trajeto

precisam mostrar estes carimbos. As pessoas valorizam muito isso, conta ponto, é importante. Então se você chega lá no final sem o carimbo de que parou aqui, você não completou o circuito da Estrada Real. Tem gente até que me liga e pede pra eu bater o carimbo mesmo sem vir parar aqui, mas isso aí eu não faço, como vou fazer isso se o trecho aqui está interditado. Aqui [na pousada em Camargos] a defesa civil liberou pra passar, mas como faz se ninguém passa aqui porque ali em Bento Rodrigues está interditado, ali embaixo”, segundo o interlocutor.

A alteração dos espaços relacionados a práticas culturais associadas ao Trecho da Estrada Real é considerada gravíssima. O rompimento da barragem de Fundão destruiu parcelas da estrada, resultando na suspensão da circulação de pessoas. Ademais, a paisagem do entorno foi alterada e os equipamentos associados também. Por meio das narrativas dos atingidos e pela análise da paisagem da localidade, é possível indicar que 100% do trecho em Bento Rodrigues foi suprimido. Esse dano tende a aumentar, uma vez que o observa-se uma perda crescente das características e dos sentidos do lugar. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais do trecho danificado e seus usos pré-desastre.

3.4.3.1.2 Alteração de espaços de referências de memória

O trecho da Estrada Real em Bento Rodrigues, local de referência para moradores e visitantes, foi soterrado pela onda de rejeitos da barragem de Fundão e deixou de ser utilizado para deslocamento, atividades comerciais e de lazer. Posteriormente, o acesso a Bento Rodrigues foi interditado e monitorado, impedindo visitantes de percorrerem o Trecho da Estrada Real. A rota, para além de sua importância histórica em meados dos séculos XVII e XVIII vinculada ao escoamento de ouro e diamantes de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, também é um importante espaço de referência de memória para a população local, bem como para os turistas que realizavam o trajeto.

O interlocutor 10373, dono de uma pousada inaugurada em 2009, relata sobre o início do fluxo de turistas na Estrada: Na sala da pousada tem um quadro com uma foto dos primeiros caminhantes da Estrada Real que pararam em sua pousada: “Foi quando o primeiro pessoal começou a fazer o trajeto”, de acordo com ele. O interlocutor conta que desde a passagem da primeira turma o número de caminhantes cresceu por conta de uma rede de visitantes que se comunicava, fazendo com que a notícia sobre o “caminho dos diamantes” - em especial o trecho entre Mariana, Camargos, Bento Rodrigues e Santa Rita Durão - se espalhasse rapidamente: “Chegava até o pessoal que reservava com um ano de antecedência. (...) Sinceramente, quando estourou a represa que aqui foi interditado, foi em novembro, a gente tinha hóspede já programada para março, junho do ano seguinte”. Contudo, após o desastre, com a restrição de circulação e acesso no distrito de Bento Rodrigues, o trecho foi interditado causando a supressão desse espaço de memória.

No que tange à gravidade, a alteração do espaço de referência à memória é considerada gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos na perda de um espaço de referência de memória e em memórias traumáticas, resultando na perda de 100% do trecho da Estrada Real. Esse dano tende a aumentar, uma vez que o observa-se uma perda crescente dos sentidos do lugar enquanto espaço circulação e sociabilidades. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esse espaço estará, permanentemente, associado ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da

barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas decorrentes do desastre.

3.4.3.1.3 Alteração da rede de relações comunitárias

Do ponto de vista logístico, a onda de rejeitos destruiu a ponte sobre o córrego Santarém e a ponte que liga Bento Rodrigues a Camargos, impedindo a passagem de visitantes pelo trecho até sua reconstrução. Posteriormente, a restrição de acesso e circulação em Bento Rodrigues também restringiu o fluxo no trecho da Estrada Real entre Santa Rita Durão, Bento Rodrigues e Camargos. A suspensão da circulação na rota fez com que visitantes, turistas e moradores de localidades vizinhas deixassem de estabelecer relações uns com os outros.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos destruiu a ponte sobre o córrego Santarém, além de outros trechos da estrada, assim como resultou na restrição da circulação em Bento Rodrigues. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 96% da rede de sociabilidade que tinha como suporte esse espaço, foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações comunitárias entre Bento Rodrigues e Camargos, por exemplo, acaba por ser cada vez mais enfraquecida com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre e o deslocamento da população para a “Nova Bento”.

3.4.4 CACHOEIRA DE CAMARGOS

A Cachoeira de Camargos é um conjunto de quedas d’água e piscinas naturais que era referência de lazer para os moradores de Camargos e Bento Rodrigues, além de um atrativo turístico para os visitantes que passavam por esse trecho da Estrada Real. O lugar era valorizado pelos seus atributos naturais e paisagísticos, como descreve o interlocutor 32131: um lugar “lindo e maravilhoso”.

Segundo o interlocutor 22635, a Cachoeira, assim como outros espaços de lazer de Camargos, era mais frequentada nos finais de semana, tanto por visitantes como por moradores. O subdistrito tem muitas casas de pessoas que moram em Mariana e retornam para o local aos finais de semana. A frequência nestes espaços de lazer, assim como nas festas e jogos de futebol, dependia muito do trânsito de pessoas entre Bento Rodrigues e Camargos, bem como dos laços sociais entre os moradores destas localidades. Segundo o interlocutor 58238, era “costume” dos moradores de Camargos frequentarem Bento Rodrigues e vice-versa.

A Cachoeira de Camargos, onde os moradores de Bento Rodrigues costumavam passear e nadar, era um atrativo importante que também fomentava a circulação de pessoas de uma localidade a outra, inclusive por meio de trajetos alternativos à estrada que liga Bento Rodrigues a Camargos. O interlocutor 58238 relata que sua família fazia uma caminhada até a cachoeira (Figura 52), passando pelo rio a pé e levando comidas para fazer piqueniques: “A gente ia direto, dia de domingo, fazia caminhada”.

Figura 52 – Detalhe do poço inferior da Cachoeira de Camargos, atingida pela onda de rejeitos. Registro em 15/08/2018. Camargos, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.4.1 Análise de danos à Cachoeira de Camargos

Foram identificados 2 danos no bem cultural Cachoeira de Camargos, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e da rede de relações comunitárias, conforme apresentado a seguir.

3.4.4.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A cachoeira recebeu a primeira onda de rejeitos, que cobriu alguns níveis da cachoeira, tendo também sua vegetação lindeira arrancada e pedras reviradas. O poço no nível mais baixo da cachoeira foi assoreado e formou uma “piscina” de rejeitos - “foi horrível de ver como ficou”, na concepção do interlocutor 32131 -, provocando alterações na paisagem ao redor. Ainda de acordo com o interlocutor: “Naquela parte de baixo ali estava uma coisa horrorosa, hoje você não vê quase nada porque está com vegetação, mas a última queda da cachoeira foi onde a lama chegou. Entrou [rejeito] tudo no mato ali embaixo, e até mesmo as árvores que tinha ali tudo morreram, alguma coisa tóxica tinha porque as árvores morreram! Depois que choveu e lavou a gente teve a curiosidade de ir andar pra lá, mas tinha que tomar cuidado”.

Foi mencionada a realização de medidas de reparação danosas, como semear a área atingida com espécies diferentes da vegetação que existia no local anteriormente - plantações de braquiária-, sendo que o rejeito depositado no local não foi retirado: “ali pra baixo tudo, tampou o poço que os meninos brincavam ali. Era um poço fundo, pra cima na cachoeira não dá pra nadar, que os poços são tudo raso, tem muitas pedras ali. O poço mais fundo que a lama tampou, não dá pra ver mais nada ali porque eles encheram de mato. (...) Não dá mais pra entrar lá porque tampou tudo, só na parte de cima ali que dá pra molhar os pés”. Embora já seja possível notar melhoras na área da Cachoeira três anos

após o desastre, como aponta o interlocutor 32131, o lugar “não é bonito como era antes”, segundo o interlocutor 22635.

Para o interlocutor 22635, apesar de acompanhar as notícias da mídia sobre os perigos ambientais, há dúvidas sobre a toxicidade da água e do rejeito depositado, baseado no fato de o mato ter crescido no local ou pelo fato, como relata o interlocutor 32131, de que algumas pessoas não perceberam qualquer indício de alergias ou outros tipos de efeitos causados pelo rejeito: “não senti nada diferente não”. A maior preocupação está relacionada aos riscos de cair, atolar ou afundar em buracos profundos dos bolsões subterrâneos de lama formados pelo depósito do rejeito.

As transformações na paisagem da parte de baixo da Cachoeira, cujos arredores foram tomados por braquiárias, levou à interrupção dos saltos e outros tipos de prática ali realizadas antes do desastre: “melhor não ir, porque é arriscado”, segundo o interlocutor 32131. Contudo, a parte de cima, mais utilizada por moradores locais e visitantes, não teria sido diretamente afetada pela onda de rejeitos e continua a ser frequentada, pois de acordo com o interlocutor 10373: “a parte de baixo era muito funda, então principalmente criança não era um lugar próprio. Na parte de cima tens poços que fica mais fácil do pessoal brincar. Então em tempo de calor ainda vai muita gente lá”. O interlocutor 32131 relata que a parte de cima da Cachoeira de Camargos continua a ser frequentada, porém afirma que a circulação na área atingida pelo rejeito deve ser feita com cuidado ou mesmo evitada. Para ela, os riscos estão relacionados ao perigo de afundar nos bolsões.

Assim, mesmo com a parte de cima não sendo atingida, a Cachoeira perdeu parcialmente sua relevância enquanto uma referência de lazer para os moradores locais, que diminuíram ou alteraram seu uso tanto pelas mudanças em suas características quanto por receio do rejeito nela depositado. Pelos mesmos motivos, a Cachoeira também foi prejudicada quanto à sua característica de um atrativo turístico para os visitantes que percorriam a Estrada Real.

O desastre não só modificou a paisagem da Cachoeira de Camargos, mas também as percepções dos moradores e visitantes acerca da segurança em frequentar o local. A Cachoeira, que era um importante ponto de encontro entre moradores do distrito e demais localidades, além de atrair turistas de regiões mais distantes, passou a ser vista por muitos como um ponto perigoso. O movimento, inclusive, foi interrompido logo após o desastre, e só aos poucos a Cachoeira voltou a ser utilizada, principalmente sua parte mais alta que não foi atingida diretamente pela lama - como relata o interlocutor 10373: “no começo o pessoal não ia por medo, por cisma, né? Tinha muita conversa sobre isso, então o pessoal ficava meio com medo. Mas agora já estão mais usando, não tem perigo nenhum não”.

De acordo com o interlocutor 22635, muitas pessoas ficaram com medo de frequentar o local por conta do soterramento do poço principal e pelo fato de a Cachoeira passar a ser identificada como uma área de risco. Segundo ela, os antigos frequentadores foram “afugentados” por conta da colocação de placas de “área de risco” em todo o subdistrito após o desastre: “vem não uai! Quem é que vai vim pra uma área de risco? Vem muito pouco, essa cachoeira vivia lotada. No campinho de futebol também vivia lotado de gente. Agora acabou”. O interlocutor, que é proprietário de um restaurante, conta que a diminuição no movimento na Cachoeira provocou também alterações no comércio local, pois muitas pessoas a procuravam aos finais de semana para comprar cerveja, entre outras coisas,

para consumir na beira da cachoeira: “Camargos é sossegada assim mesmo, isso não mudou nada não. Só que os comerciantes ficaram no prejuízo, foram todos afetados”.

A alteração dos espaços da Cachoeira de Camargos é considerada grave, tendo em vista que a cachoeira recebeu a primeira onda de rejeitos, que cobriu sua parte inferior. Por meio das narrativas dos atingidos, que enfatizam que o perigo em frequentar essa parte da cachoeira por conta do assoreamento e a mudança de percepção do lugar, é possível indicar que 60% da cachoeira foi alterada. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água e segurança do espaço tende a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas do bem.

3.4.4.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Havia, antes do desastre, um grande fluxo de moradores entre Camargos e Bento Rodrigues. A Cachoeira de Camargos era um dos pontos de reunião e fortalecimento dos laços sociais entre moradores dos subdistritos. Após o rompimento da barragem de rejeitos, os moradores de Bento Rodrigues foram removidos da localidade, passando a viver em regiões mais distantes, o que provocou rupturas nas redes de relações sociais.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada grave, uma vez que as percepções acerca do lugar levaram a diminuição do seu uso. Ademais, a cachoeira era muito frequentada por moradores de Bento Rodrigues, afastados de seus espaços de vivência desde o desastre. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 60% da rede de sociabilidade que tinha como suporte esse espaço, foi alterada. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações comunitárias acaba por ser cada vez mais enfraquecida com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as relações pretéritas que as pessoas e coletivos tinham com o bem antes do desastre.

3.4.5 CAMPO DE FUTEBOL DE PEDRAS

O Campo de Futebol do subdistrito de Pedras estava localizado às margens do rio Gualaxo do Norte e era acessado pelos moradores da localidade e povoados próximos por meio de um pequeno caminho pelo mato. Pedras tinha destaque na região pelo campo de futebol, que contava com alambrados e vestiários, e sediava partidas de times dos povoados da região assim como disputas informais entre jogadores do local e da região, entre conhecidos e amigos (Figura 53 e Figura 54).

O campo era a sede e espaço de treinamento do Reunidos Futebol Clube de Pedras, equipe tradicional da localidade, que está disputando a primeira divisão do campeonato de Mariana. Moradores de Pedras e localidades próximas do município de Mariana-MG e Barra Longa-MG frequentavam o campo para acompanhar os jogos e torcer por suas equipes. Segundo o interlocutor 13452, o campo de futebol de Pedras era muito frequentado: “Vem muita gente que jogava. Os rapazes e alguns dos mais de idade jogava ainda também. Misturava eles com os menino. Eles cansa um pouco, mas daí é só trocar. Eles continuava jogando, porque eles gostam, né?”. Além de um espaço de lazer e recreação, o campo também era utilizado para atividades comerciais de moradores locais. O interlocutor 42312

relata que há muitos anos vendia salgados em dias de jogos e treinos no campo de futebol. Assim, moradores de diferentes localidades faziam parte de circuitos de visita o mobilizados pelas práticas e eventos realizados no campo de futebol, fazendo deste um lugar importante dentro do calendário esportivo anual.

Figura 53 – Registro de foto do campo de futebol de Pedras, com representantes o time local. Pedras, Mariana (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 45234 e registrado pelos Institutos Lactec em 17/08/2018.

Figura 54 – Imagens do local onde ficava o campo de futebol de Pedras em 2018, destruído pela onda de rejeito em 2015. Registro em 18/08/2018. Pedras, Mariana (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.5.1 Análise de danos ao Campo de Futebol de Pedras

O campo de futebol de Pedras foi considerado como bem imaterial da categoria lugar, tendo como base os relatos etnográficos coletados. Foram identificados 2 danos nesse bem cultural, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e da rede de relações comunitárias, conforme apresentado a seguir.

3.4.5.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

O campo de futebol de Pedras foi atingido pela onda de rejeitos e seus equipamentos foram destruídos e soterrados. Segundo o interlocutor, o “campo acabou, não tem mais. Não tratou de fazer outro pra eles, aí para os meninos jogar bola eles têm que ir pro campo dos outros. Tinha um campo de futebol do outro lado do rio ali, mas a lama tampou tudo, acabou com tudo. Aí não teve jeito mais. Para aqueles que gostam tem que ir longe! E muita gente que jogava. Os rapazes e alguns dos mais de idade jogava ainda também. Misturava eles com os meninos, cansa um pouco mas daí é só trocar. Eles continuavam jogando, porque eles gostam, né?”. Com a destruição do campo de futebol, além de não ocorrerem mais partidas em Pedras, a equipe local perdeu seu espaço de treinamento. A Fundação Renova disponibiliza transporte para os jogadores comparecem aos jogos, mas os jogos do clube como mandante são realizados em campos fora da localidade. Na concepção dos moradores é responsabilidade da Renova fazer um campo novo, mas até agora isso não se concretizou, apesar das promessas da empresa. No caso do campeonato de 2018, como relata o interlocutor 45234, as partidas foram disputadas em outras localidades do município de Mariana (MG).

A supressão do campo de futebol, que foi soterrado pelos rejeitos de mineração, levou ao desaparecimento de um importante ponto de encontro utilizado por moradores de Pedras e visitantes de outras localidades, principalmente para os treinos e partidas de futebol, mas também para os momentos de lazer locais. O interlocutor 52431, morador do povoado de Borba - situado a 3 km de Pedras -, conta que “o campo de futebol de Pedras era uma festa, encontrava os conhecidos, era um bate papo, jogávamos bola!”. O interlocutor 45234 também destaca a centralidade do campo de futebol para as práticas de lazer na região: “era um campo, vinha gente de todo lado jogar bola aí. Era um negócio tão gostoso ali, pessoal divertia demais. Era um campo todo arrumado com alambrado, vestiário, todo equipado. A lama acabou com ele e até hoje não fez outro”. O interlocutor lamenta: “do campo agora a gente só tem as fotos mesmo”.

A destruição do campo, que levou ao desaparecimento de um espaço fundamental para as relações locais, exige que os jogadores e torcedores se desloquem para outras localidades, como Águas Claras ou Monsenhor Horta. Os moradores reclamam da dificuldade de realizar esse deslocamento, que tem que ser feito de carro, as vezes necessitam pagar por esse meio de transporte. Também reclamam da demora da empresa em reconstruir o campo ou as casas que foram destruídas.

A alteração dos espaços relacionados a práticas culturais é considerada gravíssima no caso do bem cultural campo de futebol de Pedras. O rompimento da barragem de Fundão atingiu o campo, levando à destruição desse importante espaço de sociabilidades associado à prática esportiva, como ponto de encontro e lazer. Por meio das narrativas dos atingidos e pela análise da paisagem, é possível indicar que 100% do espaço foi suprimido. Esse dano encontra-se cessado. Por fim, considera-se que

esse dano é reversível, tendo em vista que o campo pode ser reconstruído e que ações de estímulo ao uso do mesmo podem ser deflagradas.

3.4.5.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A destruição do campo de futebol de Pedras provocou alterações na organização dos modos de vida local. Os campeonatos e as disputas informais que ocorriam no campo compunham um circuito esportivo da região que ligava moradores locais e de localidades vizinhas e colocava todos em contato. O desaparecimento de espaços de encontro e convivência, como o campo de futebol, afetou as redes de relações locais e regionais de Pedras, como relata o interlocutor 11353: “acabou aquele convívio que tinha, não tem mais aquela alegria, pessoal ficou muito tenso hoje pensando e esperando no que a Renova e a Samarco vai fazer (...) Porque o que aconteceu é que o distrito aqui ficou isolado por causa desse negócio aí [o desastre]. A preocupação da Renova hoje é a reconstrução de casas, acerta indenização, só fala de dinheiro, mas eles não se preocupam com os negócios de lazer e esporte”. Assim, a supressão do campo de futebol contribuiu para a desestabilização da vida social em Pedras após o desastre, que teve como principal consequência, segundo o interlocutor 13452, a evasão de moradores locais e de outras localidades que participavam dos momentos de encontro e festejo em Pedras.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada gravíssima, uma vez que a supressão do lugar enfraqueceu laços da comunidade de Pedras e dessa comunidade com as localidades vizinhas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 100% dessa rede foi alterada, pois os eventos no campo não existem mais. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações comunitárias acaba por ser cada vez mais enfraquecida com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível.

3.4.6 CACHOEIRA E PRAINHA DA PASSAGEM

A Cachoeira e Prainha da Passagem (Figura 55) constituem um conjunto de queda d'água, poços e piscinas naturais, pedras e uma praia de areia na margem do rio Gualaxo do Norte, próximo à ponte que liga Barreto a Campinas. O conjunto paisagístico era utilizado como espaço de lazer, banho e pesca, para os moradores da região (Barreto, Pedras, Campinas e Gesteira), além de retirada de areia para uso local.

Os moradores de Barreto e de Campinas tinham uma forte relação com o rio Gualaxo do Norte, tal como relata o interlocutor 28443, morador de Barreto: “A única distração que tinha aqui era água”. As casas dos moradores mais antigos do povoado são na beira do Gualaxo e eles têm uma relação antiga com o rio. Os interlocutores 28443 e 28444 afirmam que “A turma aqui de Barreto que mora na beira do Gualaxo foi tudo criado na água do rio”.

No trecho de Gualaxo, onde ficam várias das casas da comunidade, havia o costume de lavar roupas no rio, nadar, pescar e até mesmo utilizá-lo para consumo e para cozinhar. O interlocutor 28444 que os moradores do local retiravam pequenas porções de areia e cascalha para construção civil. As margens do rio também eram utilizadas para a retirada de areia feita para venda em pequenas quantidades, transportadas por burro de carga, mas principalmente para a autoconstrução de casas, reformas e ampliações.

Tal centralidade que o rio ocupava no cotidiano dessa comunidade, enquanto lugar de realização de diversas práticas, está também relacionada ao fato de que ele é um dos poucos espaços de lazer na região. Em Barreto não existe campo de futebol e as atividades na Capela Nossa Senhora do Pilar são esparsas ao longo do ano. Segundo o interlocutor 28443, “O pessoal aqui pra distrair gostava muito de pescar e brincar no rio”. As crianças e jovens do povoado brincavam muito naqueles locais (cachoeira e praia). O espaço também era utilizado por familiares que moram em outros locais e que faziam visitas frequentes às famílias em Barreto.

Figura 55 – Detalhe da área de relevância afetiva no leito do rio Gualaxo do Norte, Cachoeira da Passagem, alterada pelo desastre. Registro em 17/08/2018. Barreto, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.6.1 Análise de danos à Cachoeira e Prainha da Passagem

Foram identificados 2 danos no bem cultural Cachoeira da Prainha da Passagem, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e dos espaços de referência de memória, conforme apresentado a seguir.

3.4.6.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

O rio se modificou muito após o desastre. A deposição de rejeitos na beira do rio foi o motivo pelo qual determinadas práticas de importância na vida cotidiana dos moradores foram interrompidas. A cachoeira, muito utilizada antes como local de banho e encontro, deixou de ser frequentada por estar cheia de pedras, causada pelo impacto da passagem dos rejeitos, e por conta do receio dos moradores de Barreto e Campinas em entrar em contato com a água do Gualaxo. As alterações na cachoeira e no rio levaram à interrupção de práticas religiosas, sociais e de lazer - como brincadeiras na cachoeira e pesca no rio.

Algumas pessoas em Barreto e Campinas continuam pescando, mas a maioria não mais o faz. Como lembra o interlocutor 28443, “A gente tem medo da água do rio e da poeira que levanta”. O interlocutor também afirma que “tem gente aí que tá pescando, mas o pessoal tem é medo, ninguém mais come [peixe] daqui não, não arrisca não”. Outra fonte de preocupação é a poeira do rejeito depositado em suas margens. Apesar da remoção parcial do rejeito, a poeira levada pelo vento para dentro das casas gera receios. Familiares de outras localidades contaram que tiveram alergias provocadas pela poeira após o desastre. O interlocutor assume que “Sei lá se foi por isso, mas a gente não sabe direito as coisas que tem nesse barro aí. Diz que tem muito metal nele, essas coisas desse tipo”.

A cachoeira era muito utilizada antes do desastre para uma série de práticas culturais daquela comunidade - sendo, portanto, um importante ponto de encontro. Hoje está cheia de pedras por conta da passagem da lama e há um temor em relação à qualidade da água, o que levou à interrupção de práticas religiosas, sociais e de lazer que propiciavam importantes momentos de sociabilidade.

Além de ser um lugar de encontro para moradores de Barreto e de Campinas, que tinham o costume de se banhar no rio Gualaxo e no areal, o rio e a cachoeira também atraíam frequentadores de outras localidades. O interlocutor 35345, morador da comunidade, conta que “aqui eu tenho a família minha que todo fim de ano eles vem de São Paulo pra aqui passar o natal. Quando chegava aqui ia direto pro rio aqui na frente, ali embaixo tinha um areal que tinha, o pessoal pulava n’água o dia inteirinho lá, toda hora brincando na areia. Hoje lá o rio acabou, não tem aquela praia de areia mais. Não tem essa diversão mais. O desastre acabou com ela”. Ainda segundo o interlocutor: “antes a gente entrava assim e ia até lá, ficava debaixo dela. Hoje como é que vai lá? Não tem como. Os parente de São Paulo até vem, mas estranha demais, né?”

No caso da prainha, a deposição de rejeito em suas margens e leito inviabilizou seu uso como espaço de lazer e encontro para a comunidade. Assim como a cachoeira, era considerada um dos poucos espaços de encontro do território. Em ambos os casos, o medo da qualidade da água também foi fator determinante para que os espaços fossem evitados pela população.

A alteração dos espaços da Cachoeira da Prainha da Passagem é considerada gravíssima, tendo em vista que a cachoeira e a prainha, relacionadas ao Gualaxo do Norte, deixaram de ser frequentadas, devido à percepção das pessoas acerca da qualidade das águas e ao perigo associado ao lugar, devido ao acúmulo de pedras e de outros materiais trazidos pela onda de rejeitos. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar uma interrupção de 100% na prática de uso do espaço. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água e do perigo do local tende a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas do bem.

3.4.6.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

Como já pontuado anteriormente, os moradores de Barreto e Campinas possuem uma forte relação com o rio e a cachoeira. Ambos os lugares ocupam um papel central na constituição das práticas que compõem as trajetórias de vida dos moradores. Assim, o rio e a cachoeira eram espaços de memória para os moradores, dado seu histórico de utilização para atividades sociais e de lazer. A descaracterização destes dois lugares por conta do desastre, que modificou a paisagem e a percepção sobre a qualidade da água, também provocou alterações nas dinâmicas locais relacionadas a práticas culturais tradicionais e afetivas para aquela população.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência de memória é considerada gravíssima. Segundo as narrativas, 100% desse lugar, fortemente relacionado a memórias afetivas, individuais e coletivas, foi atingido. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado às memórias traumáticas e menos às memórias positivas dos processos sociais vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que o lugar Cachoeira e Prainha da Passagem está, permanentemente, associado ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas.

3.4.7 CAMPO DE FUTEBOL DE GESTEIRA

O campo de futebol de Gesteira era um dos espaços mais antigos da comunidade. Apesar de não haver um consenso sobre quando foi inaugurado, há um discurso geral dos moradores do distrito de que o “campo estava ali desde os nossos avós”, segundo o interlocutor 21342. O campo ficava localizado na várzea próxima ao cemitério e, além de espaço para jogos da própria comunidade, também era palco de campeonatos que contavam com a participação de comunidades vizinhas. O interlocutor 21342 relata que: “vinha tudo os times e fazia festival de jogos e todo mundo ia lá pro campo. Vinha jogar aqui pessoal de Rocinha, Bonito, Taboões, Engenheiro Fernandes, Fragoso, Volta da Capela, Goiabeira. Quando não tinha aqui eles faziam nos campos deles, aí o time daqui ia pra lá, assim tinha esse vínculo. Esse festival tinha uma vez por mês mais ou menos, sempre de domingo. Convidava uns 8 times e fazia os jogos.”. Esses campeonatos duravam o dia inteiro e propiciavam a confraternização entre os moradores e as comunidades vizinhas.

O campo de futebol não era apenas um espaço para prática esportiva, mas também era considerado um importante ponto de encontro e de lazer da comunidade (Figura 56). Segundo o interlocutor 21342, “dia de domingo mesmo, quando o campo era na área ali que foi atingida, dava, por exemplo, o horário do jogo e você podia vir aqui na parte mais alta da comunidade que você não encontrava ninguém! Marcava jogo na parte da manhã e da tarde, mas era mais de tarde depois do almoço. Aí tinha esse vínculo assim, vinha gente idoso, mais velho, mais novo, todo mundo ia pro campo porque não tem muita diversão aqui na comunidade”.

Figura 56 – Troféus relacionados ao time de futebol de Gesteira, expostos em bar no centro do povoado. Registro em 16/08/2018. Gesteira, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.7.1 Análise de danos ao Campo de Futebol de Gesteira

O campo de futebol de Gesteira foi considerado como bem imaterial da categoria lugar, tendo como base os relatos etnográficos coletados. Foram identificados 3 danos nesse bem cultural, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais, dos espaços de referência de memória e da rede de relações comunitárias, conforme apresentado a seguir.

3.4.7.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

O campo de futebol estava localizado na baixada próximo ao cemitério. Após o desastre o terreno foi tomado pela lama de rejeitos, impossibilitando que qualquer atividade fosse realizada no local. O interlocutor 63488 afirma que “Toda a vida (o campo) foi lá. Pessoal ia no campo, mas depois dessa lama acabou tudo. Não tem mais nada, a lama veio e entupiu tudo lá, aí depois o dono do terreno plantou capim lá e tampou o campo, aí acabou”. O interlocutor 20943 relata que, após o desastre, um espaço foi disponibilizado pela Fundação Renova para os treinos dos jogadores. Entretanto, o novo espaço não foi ocupado da mesma forma que o antigo campo. A prática do futebol em Gesteira, que trazia junto de si uma série de outras atividades, como realização de churrasco, venda de produtos, encontros sociais, e a própria prática de torcer para uma equipe, foi bastante reduzida, e passou a acontecer em outros territórios, sem ser acompanhado pelas demais práticas.

O campo de futebol de Gesteira era tido pelos moradores não só como um lugar para a prática do esporte, mas também um importante ponto de encontro dos moradores da comunidade e para receber times de comunidades vizinhas. Após o desastre o campo foi tomado pela onda de rejeitos, o que impossibilitou que continuassem acontecendo as atividades no local, assim como os encontros. Para o interlocutor 21342, “Esse campo era importante demais, o campo pra nós que moramos na zona rural representa uma área de lazer, né? Porque não tem quase nada pra fazer e chega o final de semana durante o dia as pessoas vão pra lá. Durante a semana as pessoas trabalham e chegam a

tarde, e no fim de semana o pessoal vai lá. E é uma área de lazer porque em fim de semana e feriado as pessoas vem e tem essa área pra estar brincando. O time mesmo usava para receber jogos e fazer treinos, mas não era só o time que usava”.

A alteração dos espaços relacionados a práticas culturais é considerada gravíssima no caso do bem cultural campo de futebol de Gesteira. O rompimento da barragem de Fundão atingiu o campo, levando à destruição desse importante espaço de sociabilidades associado à prática esportiva, como ponto de encontro e lazer. Por meio das narrativas dos atingidos e pela análise da paisagem, é possível indicar que 100% do espaço foi suprimido. Embora outros espaços tenham sido disponibilizados, a prática foi alterada. Esse dano encontra-se cessado. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, tendo em vista que o campo pode ser reconstruído e que ações de estímulo ao uso do mesmo podem ser deflagradas.

3.4.7.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

Não há um consenso entre os moradores sobre quantos anos tinha o campo de futebol, alguns diziam 80 e outros mais de cem anos, contudo a narrativa geral é de que o lugar trazia memória desde a geração de seus avós. Esse discurso está centrado no valor afetivo que aquela população nutre pelo campo e por sua história. Alguns moradores argumentam, inclusive, que um novo espaço de treino para os jogadores oferecido pela Fundação Renova não substituiria a relação que construíram com o antigo campo. Para o interlocutor 20943, “Estamos correndo atrás do direito nosso, por mais que eles vão dar um campo pra gente, porque isso é só a obrigação deles. Aquele campo nosso tinha um valor sentimental, se tá loco! Era desde de menino que a gente foi criado ali, ele é ali por baixo do cemitério.”

O desastre também ocasionou a perda de muito material fotográfico do campo de futebol e troféus antigos, que eram guardados pelos moradores, ou seja, uma materialidade que dá suporte a essa memória foi perdida. O interlocutor 21342 relata que “Desde mais de 80 anos atrás lá tinha uma mercearia, que foi impactada também, e lá era assim quando saia pra jogar e ganhava os troféus colocava no comércio da comunidade. Por isso que aqui tem os troféus aqui no meu bar. Depois que aconteceu o desastre que eles começaram a trazer pra cá. Os troféus antigos que estavam lá perdeu tudo, foi embora”.

No que tange à gravidade, a alteração do espaço de referência à memória é considerada gravíssima, uma vez que a destruição do campo resultou na perda de um espaço com valor afetivo para os moradores, assim como a perda de documentos e troféus e à deflagração de memórias traumáticas imbricadas a um espaço com importância simbólica para a comunidade. Segundo as narrativas, 100% desse espaço de referência de memória foi alterado. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado ao “crime” e menos às memórias positivas dos processos históricos vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que o espaço estará, permanentemente, associado ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas.

3.4.7.1.3 Alteração da rede de relações comunitárias

O campo de futebol de Gesteira deixou de existir após o rompimento da barragem de rejeitos. Esse lugar era um importante ponto de encontro da comunidade, bem como dos times das comunidades vizinhas. Sua extinção levou à ruptura e afrouxamento de algumas redes comunitárias, como fica claro no relato do interlocutor 21342: “As comunidades vizinhas sempre levavam um time pra fazer uma brincadeira lá no campo, aí a gente recebia o pessoal das outras comunidades. (...)Esse vínculo aí acabou, porque não tem como ter essa relação.”

Além da destruição completa do campo de futebol de Gesteira, o desastre também levou alguns moradores, inclusive aqueles que jogavam futebol pelo time da comunidade, a saírem de Gesteira. O fim do campo e a mudança desses jogadores implicou uma diminuição das pessoas envolvidas na prática do futebol, bem como nas demais atividades que ocorriam no campo. O interlocutor 21342 afirma que “[O time de Gesteira] ainda existe, mas não tem mais a mesma força. Alguns jogadores foram morar em Mariana e só voltam pra cá aos fins de semana. Além do mais, o vínculo se quebrou, porque não tem mais o campo para treinar”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada grave, uma vez que a supressão do lugar enfraqueceu laços da sociabilidade e as relações dessa comunidade com as localidades vizinhas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 70% dessa rede foi alterada, pois os eventos foram transferidos para outros espaços, mas sem a mesma força e simbolismo. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações comunitárias acaba por ser cada vez mais enfraquecida com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível.

3.4.8 CONJUNTO PAISAGÍSTICO ENCONTRO DOS RIOS DO CARMO E GUALAXO DO NORTE

O conjunto paisagístico, composto pelo encontro dos rios Gualaxo do Norte e Carmo, está localizado na sede do município de Barra Longa, no bairro Volta da Capela (Figura 57). A foz do Rio Gualaxo do Norte faz junção com o Rio do Carmo e este segue até encontrar com o Piranga, em Ponte Nova, quando passa a ser chamado de Rio Doce.

A região do encontro dos rios é conhecida pelos moradores e frequentadores como Buraco Quente. Além de ser lembrado por conta da paisagem natural - formada por corredeiras, pedras, areais e bambuzais -, esse cenário é tido também como um importante ponto de encontro da população para diversas práticas sociais, como lazer, pesca e contemplação. As narrativas acerca desse lugar são permeadas por discursos de memória e afeto que remontam a uma ocupação antiga e familiar, com lembranças de brincadeiras e plantações nos quintais das casas, bem como de quando se podia nadar e pescar com tranquilidade no rio.

Os quintais das casas, que ficam próximos à beira dos rios, eram muito utilizados para brincadeiras, principalmente de jovens e crianças, no período anterior ao desastre. O rio também é lembrado pela época de quando se podia nadar e pescar. Estas histórias familiares no local, recheadas das brincadeiras na beira do ribeirão do Carmo e do Rio Gualaxo, são indicativas da importância desta paisagem e do valor afetivo que detêm para os moradores do local.

Outro importante espaço localizado na região do encontro dos rios era o campo de futebol, local de referência para práticas esportivas, recreativas e para festas. Antes do desastre, as partidas do time da cidade reuniam a torcida em uma série de atividades relacionadas ao torcer – como churrascos e festas. Além disso, o campo era também utilizado para outras atividades, como cavalgadas e encontros de carros de som.

Figura 57 – Vista da região do encontro das águas do Rio do Carmo e Rio Gualaxo do Norte, ao fundo bairro Volta da Capela. Registro em 20/08/2018. Sede, Barra Longa (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.8.1 Análise de danos ao Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte

Foram identificados 2 danos no bem cultural Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte, também conhecido como “Buraco Quente”, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e dos espaços de referência de memória, conforme apresentado a seguir.

3.4.8.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Os moradores do Buraco Quente contam que foi um momento de muita tristeza ver a destruição e desconfiguração de seus espaços de lazer, pesca e contemplação pela chegada dos rejeitos. Uma série de práticas que eram realizadas na região do encontro dos rios e em suas margens foram alteradas ou interrompidas por conta das modificações que esse lugar sofreu.

Após o desastre há uma percepção coletiva dos moradores de que o solo e a água estão contaminados e que isso está afetando a saúde da população. Essa preocupação fez com que algumas práticas fossem evitadas, como o nado e pesca no rio. Na percepção do interlocutor 34450 “ninguém mais tem saúde aqui não. É problemas de pele, respiratório, entendeu? Tudo apareceu. Eu fico muito

triste. Estão tentando refazer, até coisas que não eram tão boas eles estão tentando melhorar, mas tem algumas coisas que eram importantes que piorou. Uma coisa é os nossos quintais aqui que tinha muita fruta, ou então o areal que fazia a gente sentir que estava no mar! Agora tá ali cheia de brita e essas coisas, isso não tem mais. Agora a gente fica com medo de entrar no rio e pegar alguma coisa, uma infecção, com medo de aparecer de novo essa coisa de rejeito. A gente não entra mais, não fica tranquilo. Entrar no rio faz coçar o corpo, dá carocinho. Pras crianças é muito difícil, a criançada adorava entrar no rio.”

Com relação à qualidade do solo, os moradores identificam que houve uma mudança significativa em parte dos quintais que ficavam nas proximidades dos rios e que foram tomados pelos rejeitos decorrentes do rompimento da barragem. Os quintais, que antes eram destinados às pequenas e diversas plantações domésticas (como banana, abacate e verduras) e para brincadeiras de crianças e jovens, foram aterrados pela onda de lama. A perda de bambuzais, plantas frutíferas e pequenas plantações é sentida, nas palavras do interlocutor 23532: “os quintais aqui eram tudo cheio de frutas, agora só tem algumas, uma parte ficou tudo terra só”.

Atualmente a área dos quintais foi reestruturada, contando com algumas plantações principalmente de mandioca. Apesar dos esforços da Samarco de adubar o local, a qualidade da terra permanece insatisfatória. Moradores relatam que os terrenos foram aterrados com terra trazida de outro local, repleta de pedras, percepção compartilhada pelo interlocutor 34450: “antes aqui a terra era esterçada, né? Puro esterco, terra preta esterçada de muitos e muitos anos usando. No quintal mesmo da minha mãe tem lama ainda que não tiraram, jogaram terra por cima mas acho que foi uma camada muito fina, e ainda de terra amarela. Eles esterçaram, mas só nos lugares que plantaram de novo os frutos. Antes a terra toda era esterçada, não ficou como era antes. Mais aqui em cima, até onde chegou a lama, se você passa o pé ainda vê o minério, sai aquele material fino”.

Além disso, a destruição do campo de futebol, inserido no entorno desse bem, fez com que os times passassem a jogar em outras localidades e habitantes da cidade engajados nas atividades torcedoras interromperam essas práticas. As festas e outras atividades deixaram de acontecer no local ou foram realocadas para a praça principal, com grande diminuição do interesse e redução da programação.

A alteração dos espaços da Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte é considerada gravíssima, tendo em vista que uma série de atividades foram deixaram de ser realizadas nesses espaços devido à percepção das pessoas acerca da qualidade das águas e do solo – esse último afetando a relação com os quintais das casas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar uma alteração de 96% na prática de uso dos espaços. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água e do solo tende a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas do bem.

3.4.8.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

Os moradores locais relatam que a ocupação dos terrenos no entorno do rio é antiga e de caráter familiar, de acordo com o interlocutor 23532 é do tempo “dos avós, dos bisavós. A gente tá aqui desde quando existe o pessoal morando aqui. Aqui eles dão o nome de Buraco Quente, porque era muito frequentado!”. Esse cenário é lembrado pelas brincadeiras realizadas pelas crianças de diversas gerações, tanto nos quintais quanto nos rios: “A maioria das crianças desde antigamente que eram nossos amigos aqui da vizinhança vinham tudo pra cá e brincava muito de roda, né? Ia muito pro rio também, pra brincar na beira de rio. Nos quintais a gente brincava de manjarra [ela explica que é uma espécie de balança feito com bambus para permitir o mergulho no rio]. Aqui tinha muita gente, pessoal vinha visitar aqui...” completa o interlocutor.

Após o desastre os moradores relatam uma alteração tanto física quanto das práticas realizadas nesse espaço há muitas gerações. Nas palavras do interlocutor 23532: “Aqui nos quintais tinha umas pedras no meio, que eram as nossas pedras pra gente brincar, tinha cada foto que a gente tirava lá (risos). Era muito gostoso, mas depois acabou tudo [do desastre], as pedras foram rolando arrastadas lá pra baixo. Até pouco tempo todo mundo nadava aqui, alguns dias antes da lama passar aqui a gente tinha ido nadar, final de semana a gente sempre estava lá. A pesca, todo mundo pescava aqui! Meu marido, minha mãe. Todo mundo pescava, só de anzol, coisa ajudava na renda também”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência de memória é considerada gravíssima. Segundo as narrativas, 100% desse lugar, fortemente relacionado a memórias afetivas, individuais e coletivas, foi atingido. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado às memórias traumáticas e menos às memórias positivas dos processos sociais vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que o Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte está, permanentemente, associado ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas.

3.4.9 CAMINHO DE SÃO JOSÉ

O Caminho de São José vai do município de Barra Longa até o município de Rio Doce, passando pelo povoado de Santana do Deserto (ver traçado do Caminho de São José na Figura 46). O interlocutor 29863, conta há dificuldades para o tombamento do Caminho de São José justamente pelo fato de ele estar dividido entre os dois municípios. Além de ser utilizado para transporte entre as localidades de Merengo, Rio Doce e Santana do Deserto, o trecho é percorrido pelos romeiros que participam da Caminhada de Santana, realizada entre Rio Doce a Santana do Deserto, bem como por aventureiros que o percorrem a pé ou de bicicleta. O Caminho de São José sediou, também, edições da “Corrida Rústica”, evento de corrida organizado por moradores de Rio Doce.

O rio do Carmo corre paralelamente ao Caminho de São José em grande parte do trajeto (Figura 58). De alguns pontos é possível avistar a Lagoa da Usina Hidrelétrica de Candonga, localizada entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Ao longo do Caminho é possível contemplar paisagens naturais, quedas d’água, grutas e ilhas. Não há um ordenamento turístico elaborado para a

exploração do trecho, mas há pessoas que o percorrem, tomando-o como uma espécie de pequeno Caminho de Santiago de Compostela.

Em parte deste trecho, cerca de 18 km, acontece a tradicional Caminhada de Santana, uma procissão que vai de Rio Doce a Santana do Deserto por ocasião da abertura dos festejos à Padroeira de Sant'Ana, carregada pelos fiéis. Ela costuma ocorrer duas semanas antes do início da comemoração do Dia de Nossa Senhora Sant'Ana, 26 de julho. O Congado de N. S. do Rosário, de Santana do Deserto, aguarda a procissão na entrada do povoado e acompanha o cortejo, entoando cantos tradicionais, até a entrada do Santuário de Santana do Deserto, onde a Caminhada é finalizada.

A Caminhada - segundo relatos dos interlocutores 34977 e 34978 na prefeitura de Santa Cruz do Escalvado, bem como de moradores de Santana do Deserto - atrai pessoas de todo o Brasil e mobiliza intensamente moradores dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Empresários locais e população costumam organizar um café da manhã aos romeiros ao longo do trajeto. Banheiros químicos e tendas são espalhados como pontos de apoio.

Outros bens estão associados ao trecho. A Caminhada de Santana abre os festejos da Festa Anual de Santana, celebrada no Santuário de Santana do Deserto, durante a qual são instaladas barracas e comida, shows e apresentações de grupos de congada.

A Gruta de Lourdes é um dos pontos de parada dos fiéis e turistas que participam da Caminhada de Santana, tanto por abrigar a imagem de Santa'Ana quanto por conter uma fonte de água. Moradores nutrem uma memória afetiva do lugar, tal como aparece no interlocutor 34978, sobre o costume de as pessoas de encherem garrafinhas de água na gruta para presentear parentes.

Figura 58 – Vista do Rio do Carmo em trecho do Caminho de São José, locais de valor afetivo para os moradores da região. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.9.1 Análise de danos ao Caminho de São José

Foram identificados 2 danos no bem cultural Caminho de São José – ora analisado na categoria lugar e indicado também na categoria de bem paisagístico no volume de Diagnóstico de Danos: Bens Materiais do TOMO V. Os danos evidenciados a partir da abordagem etnográfica foram: a alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e dos espaços de referência de memória, conforme apresentado a seguir.

3.4.9.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Trechos do Caminho de São José foram atingidos e fechados pela chegada dos rejeitos na região, mas não ficaram interrompidos por muito tempo. Contudo, o aumento do trânsito de máquinas e caminhões na estrada de acesso ao povoado, em função das ações reparatórias do desastre, faz com que muita gente deixe de participar das celebrações locais. O interlocutor 93615, conta que a movimentação de romeiros visitantes do Santuário diminuiu no ano seguinte ao desastre. Para ela, a principal causa dessa diminuição é o aumento da movimentação de carros, caminhões e equipamentos que utilizam a estrada de acesso ao povoado. Segundo o interlocutor: “O pessoal que sempre vinha começou a ter muito receio de acontecer algo na estrada, por causa do movimento”.

A alteração dos espaços do Caminho de São José é considerada grave tendo em vista que trechos do caminho foram atingidos pela chegada da lama e por ações emergenciais/ reparatórias, o que acarretou a diminuição do uso social desse caminho enquanto bem cultural. Segundo as narrativas coletadas, é possível indicar uma alteração de 70% no bem cultural, associada à mudança de aspectos da fruição visual do bem (com a realização de obras) e ao perigo para o tráfego local, apontado pelas pessoas. Esse dano tende a aumentar, uma vez que as interferências na estrada afetam a relação das pessoas com o bem de forma crescente, tendo em vista o tempo transcorrido desde o desastre, sem que ações adequadas tenham sido implantadas. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas do bem.

3.4.9.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

Partes do Caminho de São José foram atingidas e fechadas pela chegada dos rejeitos. Hoje, mesmo com a reabertura desses trechos, a memória dos habitantes da região e de participantes da Caminhada de Santana fica afetada pelo fato de importantes pontos de referência para essa população terem sido atingidos pelos rejeitos. A Caminhada de Santana não deixou de acontecer, mas, segundo o interlocutor 34978, a vista ao longo do trajeto, em especial da Lagoa da Usina Hidrelétrica de Candonga, mudou muito depois do desastre. Assim, pelo fato de remeterem a lugares que sofreram danos pela chegada da lama de rejeitos, como a próprio Caminho ou a Lagoa, as memórias daqueles que percorrem o trecho são confrontadas com novas percepções acerca de espaços e vistas que foram alteradas pelo desastre, bem como de alterações na própria estrada devido à intensificação do tráfego de máquinas e caminhões pelo Caminho de São José para a realização de diversas operações relacionadas aos rejeitos.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência de memória é considerada grave. Segundo as narrativas, 70% dos processos mnemônicos relacionados ao caminho, compostos por

memórias afetivas, individuais e coletivas, foram alterados. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado às memórias traumáticas e menos às memórias positivas dos processos sociais vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que o Caminho de São José estará também associado ao rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ essa memória traumática.

3.4.10 CONJUNTO PAISAGÍSTICO DA PEDRA DO ESCALVADO

A Pedra do Escalvado está localizada a 4 km da sede de Santa Cruz do Escalvado e é um dos pontos mais conhecidos do município, junto com outros atrativos da região, como a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves e a Lagoa de Candonga, que compõem um complexo turístico e de lazer associado à observação da paisagem, pesca, contato com a natureza e sociabilidade. Trata-se de um lugar com muita vegetação, de onde se pode observar a Lagoa, além de ter uma ampla vista para municípios próximos, como Mariana e Itabirito. Segundo o interlocutor 34977: “A vista lá de cima é maravilhosa. O problema é o acesso”. A Pedra do Escalvado é explorada por uma empresa do município de Jequiri que oferece a atividade de “escalada livre”. Existe o interesse, por parte da prefeitura, em investir na estrutura da Pedra do Escalvado e fortalecê-la como um símbolo do município, a partir de uma integração com outros pontos turísticos da região, principalmente a Usina e a Lagoa de Candonga. Além de seu valor turístico, o local também é utilizado para as ações de educação patrimonial para crianças do município.

3.4.10.1 Análise de danos ao Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado

O Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado sofreu o dano de alteração dos espaços relacionados a práticas culturais, conforme apresentado a seguir.

3.4.10.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

O rio Doce e a Lagoa de Candonga, que eram avistados da Pedra do Escalvado, foram atingidos pelos rejeitos decorrentes do rompimento da Barragem do Fundão, o que levou, dias após o desastre, ao esvaziamento da Lagoa como uma medida de prevenção para conter um possível rompimento da barragem de Germano. A Lagoa e o rio que, antes do desastre, eram importantes pontos de lazer e sociabilidade para a população local e visitantes de outras localidades deixaram de ser frequentados, o que, na visão de muitos dos moradores, afeta a visitação e relação dos moradores e visitantes com a Pedra do Escalvado, pois todos estes lugares formavam um circuito de atividades de turismo, lazer e pesca aos visitantes e população local.

A alteração dos espaços da Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado é considerada grave, tendo em vista que o rio Doce e a Lagoa de Candonga, que compõem a paisagem visualizada a partir da Pedra do Escalvado, assim como fazem parte de um circuito de atividades de lazer e fruição desse conjunto, foram atingidos pelos rejeitos decorrentes do rompimento da barragem do Fundão. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar uma alteração de 80% nos espaços. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água e a percepção da paisagem tendem a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas do bem.

3.4.11 CONJUNTO DE BENS ASSOCIADOS À USINA HIDRELÉTRICA DE CANDONGA

A Lagoa da Represa de Candonga – também conhecida como Lago Candonga – está localizada entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Trata-se de uma área inundada, que compõe o reservatório da Hidrelétrica Risoleta Neves e em atividade comercial desde 2004. A Lagoa era utilizada para atividades de lazer, como passeios de barco, chalana e outras embarcações, que atraíam moradores locais e de outras regiões. Em suas margens havia pontos de encontro e sociabilidade, como o Quiosque do Lago. A Lagoa também é avistada do Caminho de São José e do Mirante de Nova Soberbo.

Nas épocas de cheia o volume de água da represa era alto, o que permitia a pesca na beira da estrada de Santa Cruz do Escalvado. A pesca na Lagoa era desenvolvida como uma prática de lazer e para consumo próprio. Já a pesca profissional para comércio era proibida no lugar, embora haja menções ao fato de que algumas pessoas viviam da atividade. Aos finais de semana e feriados, segundo o interlocutor 11956, “a vista era outra, se via muitas pessoas nas margens e na água, era vivo”. O trecho mais próximo da barragem era utilizado para pesca, barcos de passeio, jet skis e acampamento nas margens.

Próximo à entrada para São Sebastião de Soberbo, antes da ponte para Rio Doce, está localizado o Quiosque do Lago, estrutura formada por bar e uma cobertura anexa, onde aconteciam shows de forró às sextas-feiras. Em frente ao Quiosque ficava ancorada uma chalana, que realizava passeios até a barragem, margeando o lago. Segundo o interlocutor 53424, os frequentadores eram, em sua maioria, de Nova Soberbo e Ponte Nova, mas havia visitantes de outras localidades próximas que iam para “andar de barco, tomar cerveja e conversar”. O Quiosque faz parte de um parque linear, que acompanha a margem do rio e possui uma pista de caminhada arborizada. A estrutura pertence à prefeitura de Santa Cruz do Escalvado e faz parte de um conjunto de obras de compensação executadas pelo Consórcio Candonga, pela retirada da população do Soberbo de seu local de origem, na ocasião da construção da hidrelétrica.

A Lagoa de Candonga, junto com a Pedra do Escalvado e a Usina Hidrelétrica, era utilizada para as ações de educação patrimonial dirigida para as crianças do município de Santa Cruz do Escalvado. A prefeitura tinha planos de integrar melhor esses pontos e formar um circuito de visita para atrair turistas. Dentre eles, a Lagoa foi citada como o principal deles e chamariz para os outros pontos, pois era um bom lugar para observar a paisagem, pescar, passear de barco, conversar e ainda possuía a estrutura do quiosque com música ao vivo, lanchonete, banheiros e estacionamento. Além dos lugares que compõem este circuito, outro importante ponto de encontro da população local e de visitantes é o Mirante da Nova Soberbo, frequentado com o objetivo de contemplar paisagens e tirar fotos, e de onde ainda é possível observar todo o distrito e a área do rio Doce e, inclusive, a represa.

3.4.11.1 Análise de danos ao Conjunto de Bens Associados à Usina Hidrelétrica de Candonga

Foram identificados 2 danos no bem cultural Usina Hidrelétrica de Candonga, também conhecida como “Lagoa de Candonga”, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e dos espaços de referência de memória, conforme apresentado a seguir.

3.4.11.1.1 Alteração de espaços relacionados à práticas culturais

A onda de rejeitos chegou à represa pelo leito do rio, carregando uma grande quantidade de toras de madeira, lixo, animais mortos e outros objetos e restos de construções, como botijões de gás. O leito subiu e as comportas da Usina Hidrelétrica foram abertas para dar vazão aos rejeitos, pois havia o risco de rompimento da estrutura da usina. A Lagoa foi totalmente atingida pelos rejeitos e, atualmente, encontra-se com nível muito baixo e assoreado. Todas as atividades de lazer, sociabilidade e religiosidade, como passeios de barco, observação da paisagem, pesca e sociabilidade foram interrompidas no local após o desastre. Segundo o interlocutor 24556, o desastre impactou financeiramente o município. A atividade da pesca, tanto de lazer quanto econômica, foi interrompida. O turismo, crescente antes do desastre, diminuiu. Segundo o interlocutor 11956, o trecho próximo à hidrelétrica era muito utilizado para acampamentos e havia pessoas interessadas em alugar casas para passar os finais de semana na região.

O Quiosque do Lago encontra-se desativado desde a chegada dos rejeitos, que também destruíram a chalana. Segundo o interlocutor 53424, o uso da Lagoa por barcos de passeio estava crescendo. Além disso, estava sendo discutida uma ideia, na época do desastre, de fundar uma associação náutica. Também havia, segundo ele, o desejo de oferecer outras atividades no lugar, como uma escola de circo. O Mirante de Nova Soberbo, lugar de referência antes do desastre, atualmente é pouco utilizado pela população e sua aparência encontra-se pouco conservada, com a presença de mato alto, grades enferrujadas e pintura desgastada.

As atividades de lazer, sociabilidade e religiosidade relacionadas à Lagoa de Candonga foram interrompidas, pois o lugar foi assoreado, fato que implicou alterações em importantes espaços para as formas de sociabilidade locais que também faziam parte de um circuito de visitação turística em crescimento. Segundo o interlocutor 34977, o desastre ocorreu em um momento em que se pensava em melhorar a estrutura de acesso à Pedra do Escalvado, conectando-a à Lagoa de Candonga, lugar que naquele momento, já estava mais estruturado para a recepção de visitantes. Para o interlocutor 24556: “O desastre limitou o pouco que tinha no município”. O interlocutor 34977 relata que seus familiares de Ipatinga, Governador Valadares, São Paulo, que a visitaram depois do desastre, falavam: “gente, aqui não tem nada, agora até o lago foi embora”. O Quiosque do Lago, exemplo de importante ponto de encontro para moradores e visitantes, teve seu uso interrompido. Segundo o interlocutor 24556, era “o espaço do lazer do município”.

A alteração dos espaços do Conjunto de bens associados à Usina Hidrelétrica de Candonga é considerada gravíssima, tendo em vista que uma série de sociabilidades associadas ao lazer, fruição e religiosidade foram interrompidas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar uma interrupção de 100% na prática de uso do espaço. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a qualidade da água tende a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas do bem.

3.4.11.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

Antes da construção da Hidrelétrica de Candonga, os moradores do município de Santa Cruz do Escalvado - principalmente a população de São Sebastião do Soberbo, que vivia à margem do rio - mantinham uma relação próxima com o rio e com as cachoeiras na região, que foram encobertas pelo represamento da água. Após essa ruptura, a Lagoa foi apropriada pela comunidade e demais frequentadores como um lugar privilegiado para pesca, lazer, passeios de barco ou apenas encontrar amigos e familiares.

Várias memórias evocam aspectos da Lagoa, sua paisagem e presença no cotidiano dos moradores de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Entre elas, as lembranças da Caminhada de Santana, que passava na beira do lago; os passeios com a família; o forró no quiosque; a presença da pesca e dos passeios de barco; e a tranquilidade oferecida pelo lugar. A chegada da lama aparece, então, como um novo momento de rompimento da relação dessa população com a água, o rio e as práticas que lá eram realizadas, nas palavras do interlocutor 24556: “a vida em torno daquele lugar é outra. Muda tudo”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência de memória é considerada gravíssima. Segundo as narrativas, 100% desse lugar, fortemente relacionado a memórias afetivas, individuais e coletivas, foi atingido. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado às memórias traumáticas e menos às memórias positivas dos processos sociais vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esse conjunto de bens estará, permanentemente, associado ao rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ essa memória traumática.

3.4.12 CAMPO DE FUTEBOL ASSOCIADO À FAZENDA FLORESTA

Contando com aproximadamente 100 anos de existência, o campo de futebol do povoado de Santana do Deserto, situava-se dentro da Fazenda Floresta, localizada nas proximidades do povoado de Santana do Deserto. O espaço, que antes era usado pelos times local e da região para suas partidas, foi comprado pela Fundação Renova para o depósito e tratamento dos rejeitos retirados da Usina de Candonga (Figura 59), inclusive com a montagem, segundo relatos de moradores locais, de um posto policial na fazenda.

Figura 59 – Vista de local na Fazenda Floresta onde serão depositados os rejeitos retirados da represa de Candonga. Registro em 21/08/2018. Santana do Deserto, Rio Doce (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.12.1 Análise de danos ao Campo de Futebol Associado à Fazenda Floresta

O campo de futebol associado à Fazenda Floresta, localizado no povoado de Santana do Deserto, foi considerado como bem imaterial da categoria lugar, tendo como base os relatos etnográficos coletados. Foram identificados 2 danos nesse bem cultural, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e dos espaços de referência de memória, conforme apresentado a seguir.

3.4.12.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Apesar do processo de construção de outro campo de futebol para os moradores, em local diverso do anterior e do fato de a Fundação Renova fornecer transporte para o time participar de campeonatos da região, a ausência do campo no local foi intensamente sentida pelos moradores do distrito. Os jogadores não conseguem realizar tantos treinamentos como quando havia o antigo campo. A construção do novo campo tem gerado muitas críticas, pois se diz que a construção está sendo feita sem o devido cuidado, com materiais de baixa qualidade, bem como receios quanto aos mais diversos prejuízos que podem ser ocasionados pela presença de um depósito dos rejeitos tão próximo ao seu local de moradia.

A destruição do campo de futebol pela Renova causou grande descontentamento aos moradores de Santana do Deserto que se encontravam no local todos os finais de semana. O futebol é uma prática de grande importância, que mobiliza intensamente as relações sociais entre aqueles que participam de jogos ocasionais ou partidas de campeonatos regionais. O interlocutor 31232, conta que, antes do desastre, “tinha muita gente que ia para Santana, por causa do campo de futebol, das festas religiosas, do Santuário, hoje não vai mais ninguém; meu irmão dá graças a Deus quando eu apareço por lá para uma visita”.

A alteração dos espaços relacionados a práticas culturais é considerada gravíssima no caso do bem cultural campo de futebol de Santana do Deserto. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 100% do espaço tradicional – o campo contava com cerca de um século, foi suprimido. O espaço foi comprado pela Fundação Renova para o depósito e tratamento dos rejeitos retirados da Usina de Candonga. Embora outro espaço esteja em construção, a prática foi alterada. Esse dano encontra-se cessado. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, tendo em vista que o campo pode ser reconstruído e que ações de estímulo ao uso do mesmo podem ser deflagradas.

3.4.12.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

O campo de futebol de Santana do Deserto, de aproximadamente 100 anos, era um espaço gerador de memórias e narrativas locais, uma vez que era bastante antigo e sempre fora muito utilizado. Apesar de a Fundação Renova estar construindo um novo campo mais moderno e equipado com vestiários, alambrados, luzes, os moradores relatam sentir falta do antigo espaço, mesmo este sendo mais simples do que aquele que está sendo construído atualmente.

No que tange à gravidade, a alteração do espaço de referência à memória é considerada gravíssima, uma vez que a destruição do campo resultou na perda de um espaço com valor afetivo para os moradores. Segundo as narrativas, 100% desse espaço de referência de memória foi alterado. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado ao “crime” e

menos às memórias positivas dos processos históricos vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que o espaço estará, permanentemente, associado ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas.

3.4.13 RIO DOCE

O bem Rio Doce, no Compartimento 1, sofreu danos em toda a sua extensão, tendo sido indicado pelos atingidos nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (vide bens e espaços de referência associados ao Rio Doce no Compartimento 1 na Figura 60). No que concerne ao primeiro município, o Rio Doce é lugar intrinsecamente ligado às vidas daqueles que habitam o município nomeado em sua homenagem (Figura 61). Não só está situado próximo à sede do município, como é nele que se dá sua formação a partir do encontro dos rios do Carmo e Piranga (Figura 62). Muitas das atividades cotidianas dos habitantes de Rio Doce estavam relacionadas ao rio, que possibilitava a pesca, a faiscação, o lazer e a retirada de areia e cascalho para construções: “O Rio era tudo pra gente”, conta o interlocutor 29753.

São muitos os relatos de moradores do município de Rio Doce sobre os lugares do rio propícios para essas atividades. Existem diversas ilhas formadas nesse encontro, distribuídas por toda a região. Estes lugares são indicados por pescadores e faiscadores como propícios às suas atividades, como a Ilha do Caranguejo, Ilha do Cabrito, Ilha do Abel, Ilha do Efigênio e a Ilha do Engenho. Tais atividades fomentavam uma sociabilidade importante para a manutenção de laços entre os moradores locais.

Além de ter sido muito utilizado para atividades de subsistência, o rio também era um importante espaço de lazer e sociabilidade, bem como de contemplação, para moradores locais e visitantes. O interlocutor 31233 conta: não era só o peixe, “a gente divertia muito nessa beira de rio”, tomava banho nas beiradas mais tranquilas, apesar de o rio ser perigoso. Ela continua: “Poucos dias antes desse rejeito vir, a gente tava no rio”, diz que seus familiares tinham vindo de outro estado e foram com a família e amigos.

O rio, portanto, ocupava um espaço central na vida da população do município de Rio Doce. Além dos mais diversos usos locais, os moradores estabelecem relações de afeto, que por vezes são comparadas às dinâmicas de confiança, pertencimento e acolhimento presentes no sistema de parentesco, na visão do interlocutor 43221: “Nós é assalariado, e pra nós conseguir tratar da família sendo assalariado era difícil, geralmente não sobrava alguma coisa pra gente (...). Então a gente fala que o rio nosso era como um pai porque tudo que a gente precisava aqui a gente tirava desse rio. Você vê essas casas aqui de Rio Doce, nunca buscou material de fora, areia, cascalho, pedra... Tudo isso veio desse rio. E o pai é melhor que o patrão, porque o patrão te mandava, né? E aquilo ali [o rio] recebia a gente lá. Eu sou o pai das minhas filhas, eu recebo as minhas filhas de braços abertos, assim era o rio com a gente. A gente podia ir pra lá que ele estava ali disponível pra gente. É a natureza que trazia pra gente. A gente tinha que agradecer muito a Deus pela natureza. Tudo isso vinha do rio”.

Figura 60 – Bem Rio Doce no Compartimento 1: localidades onde o rio foi indicado como patrimônio, espaços de referência e bens associados

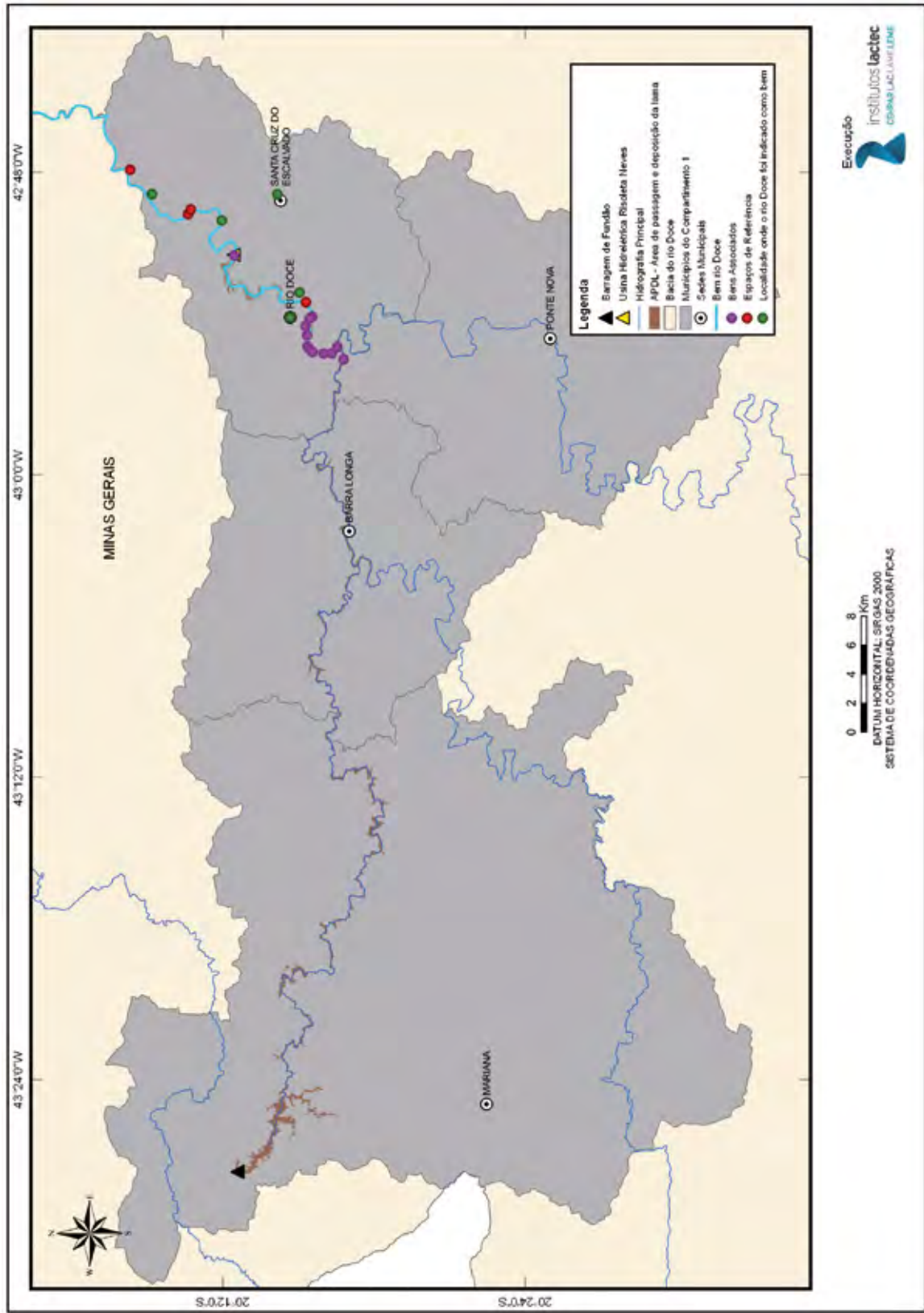


Figura 61 – Faixa de protesto contra o Desastre e Gilmar Mendes em ponte sobre o Rio Doce. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 62 – Vista do local de encontro das águas do Rio Piranga com o Rio do Carmo, formação do Rio Doce. Registro em 22/08/2018. Sede, Rio Doce (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O município de Santa Cruz do Escalvado também tinha uma relação muito forte com o rio, em especial os distritos de Merengo, localizado na beira do rio, e de São Sebastião do Soberbo (Figura 63), antes situado às margens do rio e que, após a construção da Usina Hidrelétrica de Candonga, foi transferido para outro lugar. O rio Doce era utilizado para trabalho (pesca, carpintaria naval, extração de areia da beira), lazer (pesca, banho, churrasco e reunião de amigos) e atividades religiosas (batismo evangélico).

Além da Lagoa de Candonga, outros dois pontos do rio eram espaços de referência para práticas de lazer. Próximo à comunidade de Merengo há um “rebojo” (remanso), onde era possível tomar banho e ficar na faixa de areia que se formava na beira do rio, que atraía pessoas de várias origens – Viçosa, Ubá, Santana do Deserto e entre outras localidades – para participar das atividades de lazer. Segundo Zenilda José Gomes Rodrigues, professora e neta dos donos originais da terra onde hoje se situa Merengo, havia um fluxo de pessoas ao longo de todo o ano para participar desses encontros e acampamentos no rio, o que gerava renda e “trazia vida” para a comunidade. O segundo ponto é a cachoeira, situada em um braço do rio Doce a cerca de 1 km do centro de Merengo, que possui alguns níveis e algumas quedas d’água pequenas.

No rio Doce também eram realizadas algumas práticas de trabalho, como a extração de areia. Outra atividade, a pesca profissional, embora não tão presente no lugar, era utilizada como complemento para a alimentação das famílias e como importante nos leilões da igreja católica. Segundo o interlocutor 29862, os leilões aconteciam para angariar fundos para as festas e um dos bens leiloados eram peixes pescados pela comunidade.

Em Merengo, há 18 anos o rio era utilizado, quase todo ano, para a realização de um batismo coletivo da igreja evangélica, que inclusive atraía pessoas de fora da localidade. Estima-se que já foram realizados 12 ou 13 batismos durante esse período. Segundo o interlocutor 52342, o batismo é um evento “muito importante” na vida dos membros da comunidade, já que é o momento em que eles se reconhecem pecadores. Os fiéis evangélicos realizam seu batismo por imersão e algumas delas apenas o fazem em águas correntes. O ritual do batismo por imersão em águas correntes de um rio é baseado no exemplo bíblico do batismo de Jesus Cristo nas águas do rio Jordão.

Figura 63 – Vista do Rio Doce na altura de São Sebastião do Soberbo. Registro em 22/08/2018. São Sebastião do Soberbo, Santa Cruz do Escalvado (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

3.4.13.1 Análise de danos ao Rio Doce

Para o Rio Doce, no Compartimento 1, foram identificados 4 danos, sendo: alteração de espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória, de rede de relações comunitárias e de práticas culturais, apresentados a seguir.

3.4.13.1.1 Alteração de práticas culturais

A pesca está entre as práticas culturais realizadas no Rio Doce que diminuíram consideravelmente – além da faiscação, já mencionada. Os peixes praticamente não são mais pescados após a chegada dos rejeitos ao leito do rio e às suas margens. A maioria da população demonstra medo sobre a qualidade da água do rio. Segundo os pescadores, os funcionários da saúde aconselham evitar o contato com a água do rio Doce e a não consumirem os peixes ali pescados, pois não haveria um laudo comprovando a boa qualidade da água.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais foi considerada como gravíssima, uma vez que o Rio Doce foi atingido de forma significativa, prejudicando ou impedindo a realização de práticas que demandam esse espaço, suas matérias-primas e implementos e as relações sociais associadas ao rio, conforme demonstram as narrativas dos atingidos. Destaca-se que as narrativas indicam interrupção de 100% das práticas culturais. Esse dano tende a reduzir, uma vez que, ao longo do tempo, o rio Doce deverá recuperar suas condições ambientais prévias. Contudo, essa redução demandará um tempo bastante longo, o que poderá ser reduzido com ações apropriadas de recuperação. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que o rio não poderá ser recuperado de forma a atingir novamente a situação pré-desastre.

3.4.13.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A chegada dos rejeitos provocou alterações profundas no leito e margens do rio Doce, o que modificou a relação que os moradores estabeleciam com o lugar e as práticas lá realizadas. O interlocutor 29753, relata que hoje o rio está com um volume muito menor de água, o que melhora temporariamente apenas nas épocas de chuva. Para ela, a lama no rio vira pedra, o que faz com que seu leito suba, deixando-o mais seco.

Antes da chegada dos rejeitos, o rio era tanto um espaço de práticas de geração de renda e subsistência como a faiscação e a pesca, quanto um importante ponto de encontro das comunidades para lazer, sociabilidade e contemplação. Segundo o interlocutor 19653, o depósito de rejeito no leito do rio impede que os faiscadores encontrem o ouro e o medo da contaminação da água afastou os moradores da pesca. São recorrentes os relatos de que os peixes da região estão podres e que não devem ser consumidos, ele afirma que: “tão cedo a gente nem sabe se vai comer peixe desse rio mais”. Além disso, o lazer e os encontros, que ocorriam nas margens do rio aos finais de semana, deixaram de acontecer – tal como relata o interlocutor 29753: “Agora não tem mais o rio, acabou, esse rio nunca mais vai ser um rio que a gente vai poder ir nele, sentar, se divertir com os colegas, nunca”.

As atividades de faiscação e pesca, muito tradicionais na região, foram interrompidas devido à supressão dos espaços relacionados a estas atividades. Além de ser uma prática secular na região, muito ligada à história local do rio do Carmo, a faiscação, após o desastre, está associada à emergência de uma identidade entre os faiscadores, que começaram a brigar por seus direitos. Na percepção de alguns habitantes locais os faiscadores e pescadores não tinham, anteriormente, consciência de uma identidade compartilhada. Hoje se enxergam como comunidade tradicional e construíram laços diferentes dos anteriormente existentes, valorizando sua ancestralidade, o que leva à valorização das festas locais, bem como uma expansão da consciência política. Este novo cenário de reivindicações e afirmação de direitos se conforma pelas necessidades de disputas coletivas relacionadas ao desastre, na percepção desses moradores. Para eles, independentemente da ocorrência da atividade, os faiscadores têm que continuar a existir, ao menos como patrimônio a ser preservado.

O rio Doce também estava inserido no cotidiano da população de Santa Cruz do Escalvado, em especial dos distritos Merengo e São Sebastião do Soberbo. O rio era utilizado tanto para práticas de lazer – como pesca, banho, churrasco e reunião de amigos – quanto de trabalho (pesca, carpintaria naval, extração de areia da beira). Além disso também era palco de ritos religiosos, como o batismo evangélico. Tais atividades ou se arrefeceram ou cessaram completamente após a chegada dos rejeitos à região.

Em Merengo, comunidade localizada à beira do rio, os rejeitos assorearam o rio e soterraram parte de suas margens. O assoreamento causou também um rearranjo no rio, que perdeu a praia e o rebojo, importante local de encontro e lazer daquela população. Apesar da barragem de Candonga ter impedido a onda de rejeitos de destruir as casas, a poluição se tornou uma constante no rio, segundo os atingidos. Além das práticas de lazer, atividades como a pesca e a extração de areia também foram interrompidas. O interlocutor 43342, relata já ter construído cerca de trinta barcos por encomenda. Segundo ele, após o desastre não houve mais pedidos de barcos - o que o levou a abandonar a atividade.

Conforme mencionado, os batismos evangélicos também não são mais realizados no rio Doce. Segundo o interlocutor 52342, apesar de ser possível fazer o batismo em qualquer corpo d'água, "o mais legal mesmo é no rio". Relata que o rio Doce atraía até mesmo pessoas de fora para realizar o batismo. Embora o significado litúrgico seja o mesmo, quando ocorria no rio o batismo era motivo de muito orgulho e gerava uma memória mais qualificada do momento.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais foi considerada como gravíssima, uma vez que o Rio Doce foi atingido de forma significativa, prejudicando ou impedindo a realização de práticas que demandam esse espaço para ocorrer – como a pesca, a faiscação e o lazer - conforme demonstram as narrativas dos atingidos. As narrativas apontam para a alteração e/ou supressão de 100% dos espaços. Esse dano tende a reduzir, uma vez que, ao longo do tempo, esse espaço deverá recuperar suas condições ambientais. Contudo, essa redução demandará um tempo bastante longo, o que poderá ser abreviado com ações apropriadas de recuperação. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que o rio não poderá ser recuperado de forma a atingir novamente a situação pré-desastre.

3.4.13.1.3 Alteração de espaços de referência de memória

Os moradores do município de Rio Doce nutrem uma relação próxima e afetuosa com o rio, sendo para muitos o ponto mais importante do município, transformando-se num cartão postal da cidade. São frequentes os relatos sobre essa relação, marcada por diversas memórias dos tempos em que ainda havia peixes e era possível pescar, faiscar, ou simplesmente encontrar com os amigos e familiares nas suas margens. Esses relatos, muitas vezes, se misturam com as próprias histórias de vida dos moradores. Há relatos de moradores que contam que seus filhos foram criados na beira do rio, que levavam as crianças para o rio quando não estavam na escola. Pescadores e faiscadores reconhecem o rio como uma fonte de sustento por muitos anos, porém se tornou irreconhecível após o desastre, tornando quase impossível reconhecer os lugares bons para pesca e faiscação. As boas lembranças ali passadas hoje se confundem com experiências bem diferentes, pois muitos moradores perderam a vontade de frequentar o rio. Eles relatam que tentaram entrar no rio após o desastre, mas a roupa fica manchada de rejeito.

Assim, a supressão de espaços de referência, modificações nas relações dos moradores com o rio e interrupção de práticas culturais no rio, todas decorrentes das profundas alterações no leito e margens do rio Doce provocadas pela chegada da lama, geraram saudade e tristeza. Tais sentimentos estão associadas a lembranças de um lugar que não é mais referencial para o cotidiano das comunidades – pois não terem mais prazer em ir até a beira do rio, tornando-se um local associado ao sentimento de tristeza, pois não é mais possível realizar as atividades de lazer que eram praticadas antes do desastre.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência à memória foi considerada como gravíssima. As narrativas apontam para a alteração e/ou supressão de 100% dos espaços. Se antes o rio era associado, preponderantemente, a memórias afetivas relacionadas a subjetividades de pessoas e coletivos, com o desastre esse espaço passou a ser referência de memórias traumáticas. Esse dano tende a aumentar, pois mesmo que seja retomado como suporte de memórias afetivas, o Rio Doce será cada vez mais associado ao trauma. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que as memórias traumáticas associadas ao desastre como processo sempre estarão presentes durante muitas gerações.

3.4.13.1.4 Alteração da rede de relações comunitárias

A não realização da farsagem e pesca, devido à supressão dos espaços relacionados a estas atividades, provocou alterações nos modos de organização da vida cotidiana e das formas de sociabilidade dos moradores locais. Muitos moradores, que se dirigiam cotidianamente às suas margens ou ilhas para atividades diversas antes do desastre, hoje, praticamente, nunca vão até o rio Doce. Diversos fatores, como o receio do contato com a água, a tristeza de ver o rio em tal situação e os impedimentos para realizar as atividades econômicas, geram um distanciamento do rio que afeta as relações cotidianas locais entre amigos e familiares. Atualmente, sem o rio, as pessoas passam mais tempo em suas próprias casas, pois perderam seu espaço de atividades de lazer e de pesca no rio, alterando drasticamente o cotidiano dos moradores locais, não havendo outro espaço para se realizar essas práticas. Os moradores também apontam que muitas pessoas perderam também suas roças na beira rio, imigrando da região. Segundo o interlocutor 29753, algumas pessoas se mudaram de Santana do Deserto, mas a maioria possui uma forte relação afetiva que as impede de sair do local onde foram nascidas e criadas.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como gravíssima. Os danos significativos a esse espaço fizeram com que redes de relações comunitárias fossem desfeitas ou arrefecidas, uma vez que essas redes se estabelecem tendo como suporte o espaço do rio. Tais redes foram alteradas e/ou interrompidas em 100%, de acordo com os relatos. Esse dano tende a aumentar, pois as relações sociais, uma vez alteradas, tendem a diminuir com o tempo quando tais redes permanecem enfraquecidas por processos diversos. No caso em questão, além dos danos ao espaço do rio, ações reparatórias mal conduzidas também têm prejudicado as relações comunitárias pois geram disputas e tensões. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, desde que medidas de recuperação do espaço do rio sejam efetivadas, diminuindo o tempo necessário naturalmente para a retomada do contexto ambiental prévio ao desastre, assim como ações reparatórias sejam satisfatoriamente realizadas.

3.4.14 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE LUGARES NO COMPARTIMENTO 1

A Tabela 7 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de lugares do Compartimento 1.

Tabela 7 – Classificação de danos aos bens imateriais (lugares) no Compartimento 1

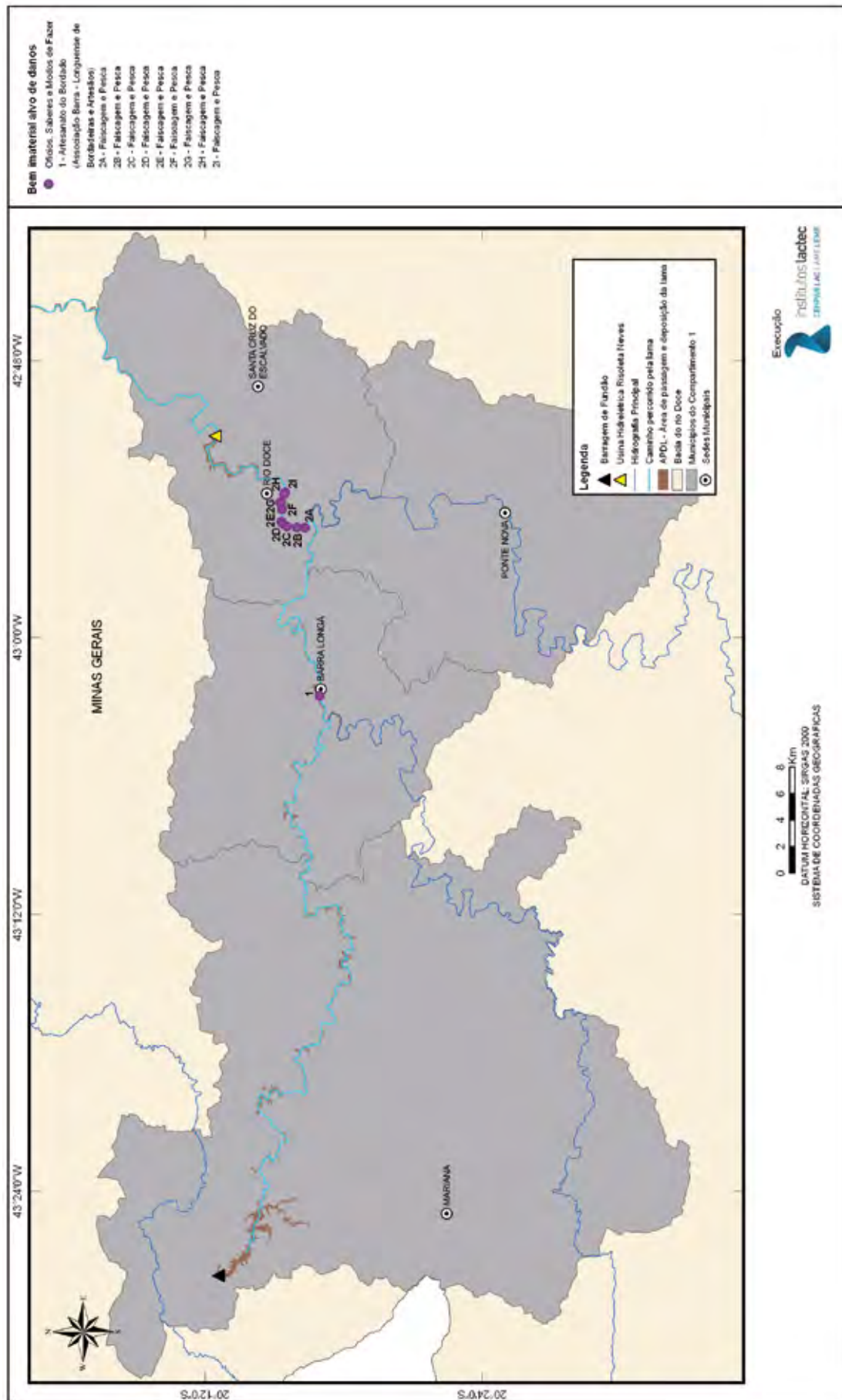
Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Bento Rodrigues	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Sofrimento Social	Gravíssimo 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Bar e Restaurante da Sandra	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Trecho da Estrada Real	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Cachoeira de Camargos	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Campo de Futebol de Pedras	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Dano cessado	Reversível
Cachoeira e Prainha da Passagem	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Campo de Futebol de Gesteira	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 70% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Dano cessado	Reversível

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Caminho de São José	Alteração de espaços de referência de memória	Grave 70% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Grave 70% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Conjunto Paisagístico da Pedra do Escalvado	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Conjunto de bens associados à Usina Hidrelétrica de Candonga	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Campo de futebol associado à Fazenda Floresta	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Dano cessado	Reversível
Rio Doce	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

3.5 DANOS AOS OFÍCIOS, SABERES E MODOS DE FAZER

No Compartimento 1, os bens imateriais categorizados como ofícios, saberes e modos de fazer, ou seja, os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades também foram alvo de danos. No caso, 2 bens foram indicados pelos interlocutores: o Artesanato do Bordado e a Faiscagem e Pesca, analisados a seguir (Figura 64).

Figura 64 – Bens alvo de danos no Compartimento 1 – Ofícios, Saberes e Modos de Fazer



3.5.1 ARTESANATO DO BORDADO (ASSOCIAÇÃO BARRA-LONGUENSE DE BORDADEIRAS E ARTESÃOS)

O ofício do bordado, em Barra Longa, é uma atividade difundida principalmente entre mulheres, aprendida e ensinada tanto no âmbito familiar, quanto nas associações. Os materiais utilizados são advindos da indústria têxtil, como tecidos de algodão e linho e peças de cama, mesa e banho. Nota-se o uso preferencial de tecidos na cor branca, por serem mais tradicionais e mais buscados por compradores. Dentre as técnicas utilizadas estão o ponto-cruz, o bordado livre, *richelieu* (à máquina), crivo e o ponto *ajour*. As peças muitas vezes são adornadas com elementos do crochê. Os principais motivos bordados são padrões florais, animais e elementos da cultura popular da região, como frases de quadrinhas, músicas típicas e ditos populares.

As praticantes do ofício atuam de forma autônoma para complementar a renda familiar ou se reúnem em grupos e associações. A Associação Barralonguense de Bordadeiras e Artesãos promove a divulgação dos bordados, faz parcerias e viaja para feiras em outras localidades para expor as peças. Além dela, existem mais dois grupos de bordadeiras, criados após o desastre, ambos de 2017: o “Meninas Bordadeiras de Barra Longa” ou “Meninas da Barra” e o grupo da “Casa das Artes”. O primeiro é conhecido por ter realizado uma parceria com o estilista Ronaldo Fraga e bordado suas peças para a São Paulo Fashion Week 2018. Esse grupo é apoiado pela Fundação Renova e faz parte de um programa de estímulo à economia dos municípios atingidos.

O segundo grupo surgiu a partir de um projeto de parceria entre a Prefeitura de Barra Longa, o “Semente” (plataforma virtual que visa subsidiar projetos socioambientais), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a EMATER-MG e o governo do estado. O projeto faz parte de um conjunto de ações realizadas no município após o desastre, como o “Horta na rua”, e o “Leite forte”. O espaço “Casa das Artes” foi inaugurado em novembro de 2017 e possui uma estrutura voltada ao comércio dos bordados (e outros artesanatos) e ao oferecimento de cursos, que tem recebido bastante procura, de acordo com o interlocutor 22452. Tanto bordadeiras de Barra Longa quanto de Gesteira vendem seus trabalhos no espaço. A descrição da Casa no folheto de divulgação do SERVAS (Serviço Social Autônomo), organização da sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, traz: “Busca a valorização e o fortalecimento da cultura local por meio do apoio ao trabalho dos artesãos, cujo reconhecimento vai além dos limites do município. A ação é fruto da parceria do SERVAS com a prefeitura municipal e os artesãos de Barra Longa. Na Casa das Artes, os bordados e as outras produções artesanais locais serão exibidas e comercializadas. O espaço também servirá como centro de referência do patrimônio histórico-cultural do artesanato, onde será possível transmitir e perpetuar práticas e saberes tradicionais envolvidos na produção artesanal, por meio de cursos oferecidos pelos próprios artesãos”¹³.

13 Trecho retirado de folheto de divulgação das ações do SERVAS - Serviço Social Autônomo (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA, s.d.).

3.5.1.1 Análise de danos ao Artesanato do Bordado (Associação Barra-Longuense de Bordadeiras e Artesãos)

A análise do bem cultural Artesanato do Bordado, relacionado à Associação Barra-longuense de Bordadeiras e Artesãos de Barra Longa, indicou o dano de alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais, conforme detalhado a seguir.

3.5.1.1.1 Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais

Segundo o interlocutor 22452, a casa de uma bordadeira foi atingida pelo rejeito, causando a perda de máquinas de costura antigas, de propriedade familiar, reconhecidas como “as melhores” para a realização do bordado com a técnica *richelieu*. A antiguidade da máquina e sua história atrelada à trajetória da família fazem com que seja possível reconhecer que sua importância se dava além da qualidade técnica oferecida, mas também como símbolo de um ofício que, junto às máquinas, foi passado por três gerações de mulheres de uma mesma família. Houve também a perda de peças bordadas, sejam destinadas à comercialização ou de uso doméstico. O interlocutor 22452 relata, por exemplo, a perda de uma roupa de bebê bordada com a qual todas crianças de uma família foram batizadas.

Além disso, a passagem de caminhões e veículos pesados nos meses e anos seguintes ao desastre causou a suspensão de poeira, identificada pelas bordadeiras como originada na lama que chegou com o desastre. A suspensão de poeira impede a realização do bordado do artesanato, especificamente aqueles realizados em tecido branco, já que a ela suja as peças, que não podem ser limpas posteriormente.

No que concerne à gravidade, a alteração no acesso a matérias-primas e implementos é considerada como pouco grave, estando relacionada a perda de maquinário e peças com a chegada dos rejeitos à sede de Barra Longa, e à dificuldade de uso de tecidos brancos devido à poeira gerada pelo tráfego de caminhões voltados as ações emergenciais/reparatórias. Esses dados foram coligidos por meio da abordagem etnográfica, a qual indicou uma alteração de 30% no bem. Esse dano encontra-se cessado, pois as ações geradoras não estão mais atuando de forma intensiva. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, desde que ações de fomento à prática sejam corretamente desenvolvidas.

3.5.2 FAISCAGEM E PESCA

A pesca e a faiscação, práticas intrinsecamente ligadas, eram as principais atividades de muitos habitantes da orla do Rio Doce. Eram ofícios que integravam trabalho e lazer, possibilitando o convívio entre homens e mulheres em diversas esferas de suas vidas. A maioria dos pescadores e faiscaadores do município do Rio Doce vivia na Vila Cruzeiro, uma comunidade de pessoas de classe baixa, localizada na parte mais alta da cidade, carente de serviços básicos e de empregos estáveis. Os pescadores e faiscaadores, em geral, demonstram orgulho em relação às atividades que, ao mesmo tempo em que geravam renda, também os colocavam em contato intenso com o rio, parentes, amigos e consigo mesmos.

A pesca no município de Rio Doce era uma atividade corriqueira de muitos habitantes - homens e mulheres – da orla do rio, realizada, em geral, com vara e anzol, mas em alguns casos com tarrafa. Ela ocorria ao final da tarde ou também aos finais de semana, para comércio ou subsistência, como

complemento das refeições semanais. O interlocutor 43221 relata que sempre que voltava do trabalho ia, sozinho ou acompanhado de um amigo, para a beira do rio para pescar de tarrafa e complementar a renda. Muitos dos pescadores trabalhavam de dia na roça e ao final da tarde iam pescar. Outros, principalmente aqueles mais pobres de Rio Doce, utilizavam a pesca como meio de complementar sua renda familiar - muitos deles inclusive também eram faiscaidores.

A pesca, que, durante a semana, era praticada por muitos após a jornada de trabalho com o intuito de conseguir peixes para a alimentação da semana, aos finais de semana se tornava um momento de sociabilidade, quando se reuniam familiares, vizinhos e amigos, além de moradores de localidades para a pesca conjunta - ocupando, assim, um importante papel na integração social dessa população. Todavia, independentemente da situação, a prática é sempre associada ao momento de lazer, encontros e de contemplação no rio, tal como relata o interlocutor 19653: “Quando chegava lá a gente encontrava os amigos e pedia pra eles abrirem uma brechinha pra ter espaço pra você por sua vara. Isso de tanta gente que tinha lá! Ficava conversando, um gritava de lá, outro gritava de cá. (...) A gente sabia que todo dia que a gente fosse lá ia ter peixe, e sabia que ia ter gente também! Todo dia”.

A faiscação é uma antiga técnica de retirada do ouro de aluvião de cursos d’água, efetuada ainda nos moldes do período colonial e que ocorre em todo o curso do Rio Doce no município de mesmo nome - no trecho do rio Doce até as proximidades de Barra Longa no rio do Carmo, seguindo o trajeto conhecido como Caminho de São José.

Segundo o interlocutor 31232, existiam dois métodos de faiscação: um feito por mergulhadores, que se utilizavam de uma balsa como apoio; e outro realizado na beira do rio. O segundo método, mais comum nas localidades, era realizado com uma batéia - um grande prato com maior profundidade ao centro e panos utilizados como filtros - para separar pequenas pedras de ouro de outros sedimentos do rio. Além da batéia, os faiscaidores da região também se utilizavam de carpetes e tecidos felpudos estendidos ao longo do leito do rio, os quais, após algum tempo, têm em si depositados sedimentos, entre eles o ouro, que é depois separado com a lavagem desses tecidos/carpetes em uma vasilha.

Todo o rio era tido como propício para a faiscação. O local escolhido para a faiscação era selecionado através da “prova do ouro”, ou seja, usar a batéia para ver se havia ouro naquele local: colocava-se cascalho na batéia para fazer análise, chacoalhava adicionando água no intuito de enxergar partículas de ouro, que se existentes, brilhavam em meio ao minério. Se houvesse mais de cinco evidências de ouro, aquele se tornava o local de trabalho. Se a prova era tirada e o local estava propício, os tapetes eram estendidos; caso contrário, procurava-se outro ponto para tirar mais provas.

Homens e mulheres faiscavam “pra ajudar em casa. Não tinha emprego aqui, então isso era coisa que todo mundo fazia, homem e mulher. Os homens e a mulherada fazia isso aqui, levava as crianças tudo junto pra beira do rio”, de acordo com o interlocutor 19653. O ofício, na maioria das vezes, era aprendido com suas famílias ou com amigos. O interlocutor 31232, por exemplo, realizava a faiscação de forma coletiva e familiar, com as três filhas: “Todas elas aprenderam comigo e sabem até hoje”. O interlocutor 19653 conta que a faiscação era uma atividade ensinada na beira do rio, “ensinava fazendo mesmo”, e que muitos dos mestres deste ofício já são falecidos.

O interlocutor 31232 faz uma descrição detalhada do processo de trabalho, que realizava em conjunto com as filhas. Enquanto ele retirava o cascalho do rio, as filhas lavavam o material para retirar o cascalho mais grosso. “Batiam” o restante na batéia, juntavam os fragmentos de ouro. O procedimento final era filtrar o ouro com um pano de algodão. Tiravam aproximadamente 1g a 2g de ouro por dia. Juntavam o material lavado em um recipiente improvisado de papel e levavam para casa. Em casa, queimavam o ouro com o auxílio de uma colher de metal, fazendo ele ficar “amarelozinho”. Assim que juntasse uma boa quantidade, o ouro era vendido para compradores especializados do próprio município de Rio Doce, que chegavam, por vezes, a adiantar montantes de dinheiro aos fiscadores, e estes depois os pagavam quando conseguissem o ouro.

Embora a grande maioria dos fiscadores tivesse outros empregos e a atividade complementasse seus ganhos, para outros tratava-se da única fonte de renda. O interlocutor 33497, por exemplo, primeiro atuava apenas como fiscador, depois começou a trabalhar na prefeitura e usava a fiscagem como complemento de renda - inclusive possui a carteirinha de garimpeiro. O interlocutor 43221, por seu lado, é pedreiro com carteira assinada, mas sempre teve o rio como complemento de renda - tanto com a fiscagem quanto com a pesca.

Fiscar, contudo, não envolvia apenas conseguir ouro para constituir toda a renda ou complementá-la. A atividade era, também, um momento de paz na beira do rio, vivenciado de forma individual ou coletiva. Homens e mulheres fiscavam sozinhos ou em turmas, com amigos ou família. Muitas vezes os materiais da fiscagem eram deixados no rio mesmo, e pegos em outro dia. Havia respeito entre os materiais dos fiscadores. Como a fiscagem era corriqueira, por diversas vezes os fiscadores passavam o dia no rio, almoçavam por lá mesmo assando os peixes que pescaram ou com marmita levada por algum membro da família.

A pesca (Figura 65) e a fiscagem eram, em geral, atividades cotidianas desenvolvidas pelas mesmas pessoas e, muitas vezes, ao mesmo tempo. Era comum que se determinasse um local do rio para a fiscagem e outro para a pesca, com as pessoas retornando para casa com ouro e peixes. Uma destas pessoas, o interlocutor 31232, todos os dias, pela manhã – antes da usina abrir as comportas, ao meio dia, fazendo subir o nível do rio na região do povoado de Santana do Deserto –, se dedicava à fiscagem na companhia das três filhas, depois pescava no período da tarde em busca de alimentação e para complementar renda: “Graças a Deus, formei minha família trabalhando no rio”, afirmou ele.

Figura 65 – Registro de pesca no Rio Doce antes do desastre. Sede, Rio Doce (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 31233 e registrado pelos Institutos Lactec em 23/08/2018.

3.5.2.1 Análise de danos à Faiscagem e Pesca

O bem cultural Faiscagem e Pesca foi classificado na categoria ofícios, saberes e modos de fazer, tendo sofrido 3 danos, a saber: alteração de práticas culturais, no acesso a matérias-primas e implementos associados e sofrimento social, apresentados a seguir.

3.5.2.1.1 Alteração de práticas culturais

O assoreamento do rio e as percepções de moradores sobre a contaminação da água e biota, decorrentes do desastre, levaram à interrupção da faiscagem e da pesca, atividades tradicionais importantes para as relações econômicas, de lazer e sociabilidade dos modos de vida da região, afetando a qualidade de vida da população local: “a gente tinha uma vida tão boa, não foi ninguém lá desenquetar eles, eles que vieram desenquetar a gente”, confessa o interlocutor 31232. Ambas as atividades reuniam praticantes de todo o município, que atualmente estão impedidos de realizá-las. Os pescadores afirmam que após a chegada de rejeitos não há a possibilidade de pescar: “A gente tá esperando para saber se o rio fica limpo”, diz o interlocutor 31232. Em Santana do Deserto, por exemplo, a faiscagem reunia cerca de 60 pessoas, de acordo com o interlocutor. Com relação à pesca, o interlocutor 19653, conta que antes do desastre, em um dia normal, podia se encontrar 60 a 70 pescadores nos barrancos da beira do rio Doce, no trecho entre sua formação e a ponte próxima a Rio Doce-MG, em ambas as margens.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a onda de rejeitos causada pelo rompimento da barragem atingiu o Rio Doce de forma a impedir a realização da faiscagem e da pesca em cerca de 96%. Essas atividades eram realizadas, frequentemente, de forma consorciada, por homens e mulheres, aos finais da tarde e finais de semana, tanto para complemento de renda, quanto como lazer e espaço de sociabilidade. A percepção acerca da qualidade da água do rio Doce resultou na alteração dessas práticas. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água e tende a melhorar, ainda que em um longo tempo.

Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas com relação ao Rio Doce.

3.5.2.1.2 Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais

A chegada dos rejeitos ao leito do rio e suas encostas modificou profundamente o espaço em que eram realizadas as práticas de falcagem e a pesca. Tais transformações alteraram as percepções que os moradores da região têm acerca da qualidade da água e do solo, em que costumavam trabalhar, garantir a alimentação ou apenas se reunir. Segundo o interlocutor 19653, atualmente a lama de rejeitos impede o acesso ao ouro, bem como à outras matérias-primas a que servia o rio, como pedras, areia, cascalho: “a gente sabe que os lugar que tinha cascalho lá está tudo entupido de lama, aí fica muito difícil de achar ouro. Tem também o medo da água do rio, a gente não sabe se tá contaminada”. A desconfiança com relação à qualidade da água também levou a suspensão da pesca e o consumo de peixes, já que os relatos são de que os peixes estão machucados e podres por dentro.

No que concerne à gravidade, a alteração no acesso a matérias-primas e implementos é considerada como gravíssima, uma vez que o receio com relação à qualidade das águas levou a cerca de 96% da interrupção da prática. Esses dados foram coligidos por meio da abordagem etnográfica, que também indicam que esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água e tende a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista que não é possível recuperar as características originais e da percepção das pessoas com relação ao Rio Doce.

3.5.2.1.3 Sofrimento social

As percepções de moradores sobre alterações nos espaços de falcagem e pesca geram sentimentos de tristeza - “dá desgosto”, afirma o interlocutor 43221 - entre aqueles que praticavam essas atividades e que tinham uma íntima ligação com o rio Doce, bem como um afastamento do convívio e fruição social. O estar rodeado pela natureza do rio, pela água, pela vegetação, também gera saudades, já que atualmente, sem o rio, as pessoas passam mais tempo apenas em suas próprias casas.

Segundo o interlocutor 29753, as pessoas que, como ela, recebem dinheiro mensal da Fundação Renova (auxílio financeiro emergencial) - mas que não sabem até quando receberão -, diminuíram a frequência de encontros e não têm interagido em locais que não sejam suas casas. O interlocutor diz que só encontra as amigas falcadoras nas reuniões da Renova. Apesar dos relatos de recebimento de indenização, moradores ressaltam a falta que sentem das atividades relacionadas ao rio: “dinheiro não é tudo; e nossas roças, nossos peixes, a água que faltou, isso o dinheiro não compra”, desabafa o interlocutor. Além do mais, segundo o interlocutor, “eles prometeram muita coisa pra gente, posto de peixe, terreno pras roças, mas até agora não saiu nada disso, acho que é tudo tapeação”. Muitos dos pescadores recebem valores mensais da Fundação Renova por serem também falcadores, mas receber o dinheiro não é o mesmo que pescar no rio. A pesca envolve o alimento, o descanso, a sociabilidade, o lazer, trata-se de algo muito mais amplo que relações monetárias. Além disso, sem o rio não há a complementação da dieta semanal com o peixe, gasta-se mais dinheiro com comida. O interlocutor 31233 comenta: “tão cedo a gente nem sabe se vai comer peixe desse rio mais”.

As alterações nos espaços e nos usos do rio afetaram, também, a presença do rio enquanto local de descanso e relaxamento, como relata o interlocutor 10382 sobre quando pegava uma toalha e ia deitar na beira do rio: “hoje vai deitar em que?”. De final de semana, se estava triste em casa, relata o interlocutor 10382: “pegava o meu anzolzinho e ia pescar”, ou pegava sua batéia e ia faiscar, “acabou, não existe mais isso”, “acabou o lazer”. O papel do rio para o descanso mental aparece também no relato do interlocutor 19653: “a minha vontade era de estar lá [no rio Doce] agora. Lá a gente esquece de tudo, descansa a mente, então a gente sente falta por conta disso. Faiscar era mais por precisão, era trabalho duro, a gente tinha que cuidar dos filhos então tinha que levar pra casa o ouro. Já pescar era todo final de semana, brigava com a mulher pra ir pra lá. Ouro era por necessidade, serviço muito forçado”.

O sofrimento social é considerado gravíssimo (ocorrência em pelo menos 20% da população), uma vez que são extremamente recorrentes as narrativas associadas à tristeza e à solidão dos praticantes da pesca e faiscação, que não contam mais com essas atividades para descanso e relaxamento, resultando em quadros de depressão e outros estados de sofrimento psicológico. Esse dano tende a aumentar, tendo em vista o rompimento dos modos de vida dos moradores e a persistência de situações de sofrimento. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva praticantes desses ofícios. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

3.5.3 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE OFÍCIOS, SABERES E MODOS DE FAZER NO COMPARTIMENTO 1

A Tabela 8 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de ofícios, saberes e modos de fazer do Compartimento 1.

Tabela 8 – Classificação de danos aos bens imateriais (ofícios, saberes e modos de fazer) no Compartimento 1

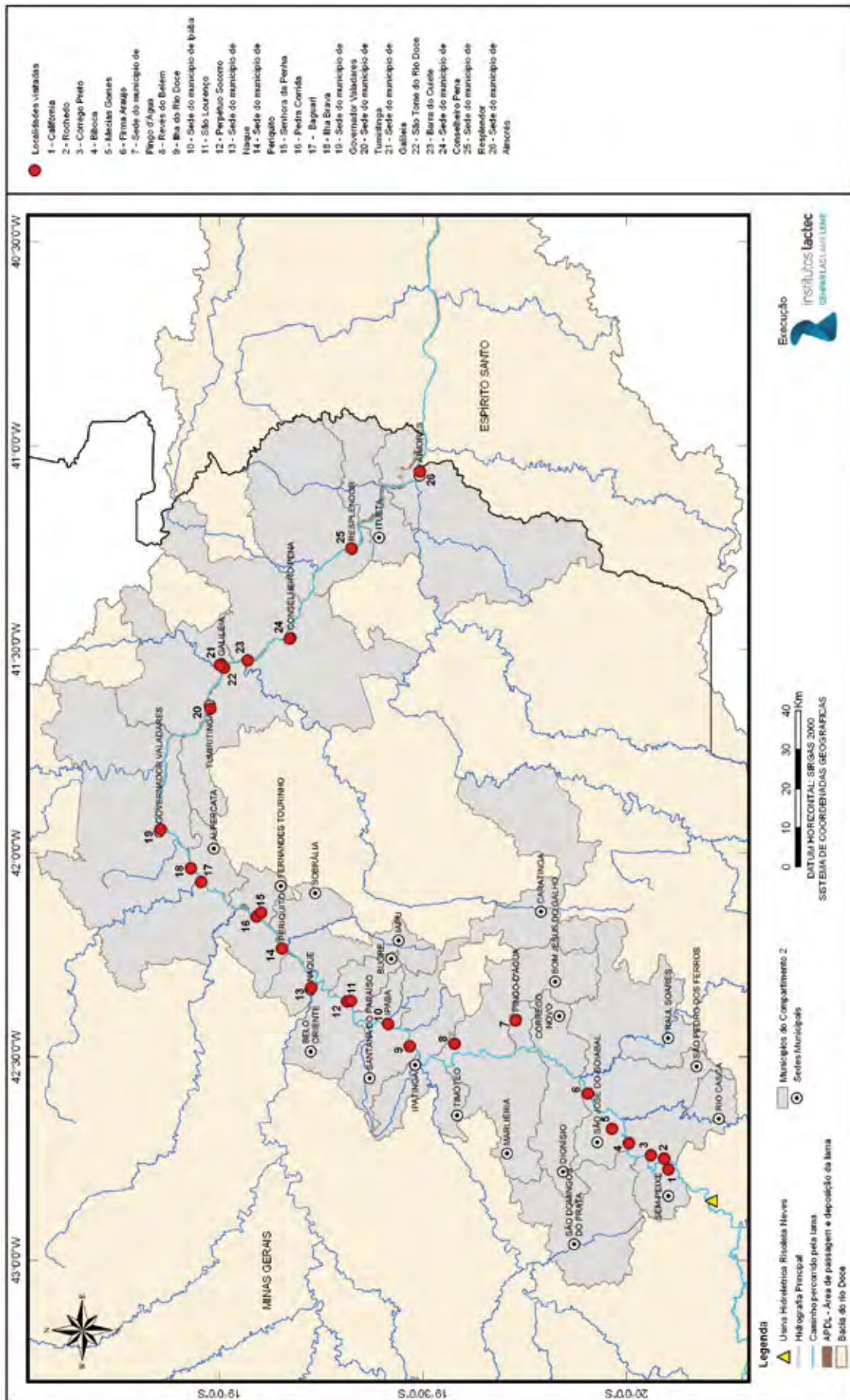
Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Artesanato do Bordado (Associação Barra-Longuense de Bordadeiras e Artesãos)	Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais	Pouco Grave 30% alterado	Dano cessado	Reversível
Faiscação e Pesca	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Sufrimento Social	Gravíssimo 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível

4 DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO COMPARTIMENTO 2

O Compartimento 2 inicia-se após a UHE Risoleta Neves, conhecida como usina de Candonga, e do município de Santa Cruz do Escalvado. É caracterizado por possuir o maior número de municípios alvo de análise desse diagnóstico, estando submetido a danos de origem mecânica de escala mais reduzida, devido a referida UHE, pois parte dos rejeitos ficou contida no barramento e na área do reservatório da usina. Contudo, os efeitos das ações com origem nas interações físicas, químicas e/ou biológicas se fizeram sentir, afetando, sobretudo, os modos de vida e práticas culturais relacionadas ao Rio Doce, devido a perda da qualidade de suas águas, impedindo atividades com a pesca, os banhos de rio – integrados ao turismo e o lazer, e a fruição da paisagem como um todo. As ações emergenciais e reparatórias também acarretaram danos a esse compartimento, sobretudo, devido à alteração e/ou ao rompimento de relações comunitárias devido aos problemas na distribuição dos auxílios financeiros emergenciais e do ressarcimento e indenização dos impactados.

A Figura 66 apresenta a inserção das 26 localidades abordadas no Compartimento 2, tendo-se privilegiado as localidades próximas ao curso do rio.

Figura 66 – Localidades avaliadas no Compartimento 2



Na Tabela 9 a seguir é apresentada a relação de bens imateriais que sofreram danos nos municípios de Rio Casca, Sem-Peixe, São José do Goiabal, Pingo D'água, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Naque, Periquito, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor e Aimorés, que compõem o Compartimento 2.

Tabela 9 – Relação de bens imateriais com danos identificados no Compartimento 2

Município	Localidade	Bem	Tipologia
Rio Casca-MG	Córrego Preto e Rochedo	Rio Doce	Lugar
Sem-Peixe-MG	Califórnia	Rio Doce	Lugar
São José do Goiabal-MG	Biboca, Mecias Gomes, Firma Araújo	Rio Doce	Lugar
Pingo D'Água-MG	Sede do município de Pingo D'água	Rio Doce	Lugar
Bom Jesus do Galho-MG	Revés do Belém	Rio Doce	Lugar
Caratinga-MG	Ilha do Rio Doce	Rio Doce	Lugar
Ipaba-MG	Ipaba	Rio Doce	Lugar
Belo Oriente-MG	Perpétuo Socorro	Rio Doce	Lugar
Bugre-MG	São Lourenço	Rio Doce	Lugar
Naque-MG	Sede do município de Naque	Rio Doce	Lugar
Periquito-MG	Sede do município de Periquito, Pedra Corrida	Rio Doce	Lugar
Fernandes Tourinho - MG	Senhora da Penha	Rio Doce	Lugar
Governador Valadares - MG	Sede do município, Ilha Brava e Baguari	Rio Doce	Lugar
Governador Valadares - MG	Sede	Garfo Clube	Lugar
Tumiritinga - MG	Sede do município, São Tomé do Rio Doce	Rio Doce	Lugar
Tumiritinga - MG	Sede do município	Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó	Lugar
Tumiritinga - MG	Sede do município	Carnajaó	Celebração
Tumiritinga - MG	Sede do município	Produção de Doces e Chuck	Ofícios, saberes, modos de fazer
Galileia-MG	Galiléia	Rio Doce	Lugar
Conselheiro Pena-MG	Sede do município, Barra do Cuité	Rio Doce	Lugar
Resplendor-MG	Sede do município	Rio Doce	Lugar
Aimorés-MG	Sede do município	Rio Doce	Lugar

Conforme já explicitado no Compartimento 1, ainda que diagnóstico do bem “Rio Doce” tenha sido individualizado em cada localidade avaliada, a análise de danos ao Rio Doce aparece apenas uma vez em cada compartimento, visando integrar os dados analíticos. As localidades avaliadas, que foram alvo de danos, estão descritas na sequência, seguidas dos bens alvo de danos, organizados por categoria (celebrações, lugares e ofícios, saberes e modos de fazer). Ainda que o Compartimento 2 tenha apenas 5 bens danificados (Rio Doce, Garfo Clube, Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, Carnajaó, Produção de Doces e Chuck), deve-se salientar que o Rio Doce, um desses bens afetados, foi severamente atingido, resultando em um cenário de danos ao patrimônio cultural.

4.1 LOCALIDADES AFETADAS

As localidades afetadas nos municípios de Rio Casca, Sem-Peixe, São José do Goiabal, Pingo D’água, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Naque, Periquito, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Tumiritinga, Galileia, Conselheiro Pena, Resplendor e Aimorés são apresentadas suscintamente ao longo deste item.

4.1.1 RIO CASCA

No município de Rio Casca foram identificados bens imateriais alvo de danos nas localidades de Córrego Preto e Rochedo, conforme descrito a seguir.

4.1.1.1 Córrego Preto e Rochedo

Córrego Preto e Rochedo são dois povoados rurais localizados no município de Rio Casca. Estão estabelecidos na margem direita do Rio Doce, a cerca de 1 km do leito do rio e são distantes, aproximadamente, 4 km um do outro, são ocupados por pequenos agricultores.

Atualmente, de acordo com o interlocutor 11213, morador de Rochedo, sua comunidade conta com 16 famílias residentes. O povoado não recebe luz elétrica, o que certamente contribui para que haja poucos moradores ali. Também não há escolas ou unidades básicas de saúde no local. O interlocutor 11215, relata que Rochedo já chegou a ter mais de 100 famílias, mas que, por conta da morte dos mais idosos e do desastre do Rio Doce, houve grande diminuição de moradores, uma vez que muita gente foi para outras comunidades e cidades.

Já o interlocutor 11217, relata que o distrito chegou a ter diversas festas, como a Pastorinha, Congada, Natal, Festa de Reis e Festa de São Sebastião, que agregavam pessoas de outras comunidades e até de cidades maiores. Segundo ele, sua mãe foi parteira, benzedeira e chefe do congado local, chegando a ter 2500 afilhados.

O rio era um dos principais pontos de lazer e sociabilidade. Após o desastre, as comunidades ficaram com grandes dificuldades no fornecimento de água potável e somente em 2018 a Fundação Renova passou a levar caminhões pipa de água para os povoados. Os moradores locais têm receio em utilizar os poços locais, pois consideram que eles podem estar contaminados - um novo poço foi perfurado pela Fundação Renova mas, até a data da pesquisa de campo, a tubulação ainda não havia sido instalada.

As plantações dos habitantes das comunidades foram atingidas pelos rejeitos e tiveram de ser destruídas. Isso trouxe grande prejuízo financeiro aos moradores de Córrego Preto e Rochedo. O interlocutor 11217 relata que não recebeu a indenização necessária por suas perdas financeiras e que convive com grande sentimento de revolta por ter vizinhos que, segundo ele, não foram afetados com tanta profundidade, mas que foram indenizados. Há suspeitas, na comunidade, sobre como teria sido realizado o cálculo das indenizações e a escolha daqueles que receberam o benefício. Ainda segundo o interlocutor, embora os jovens da comunidade ainda frequentem a beira do rio, os mais velhos deixaram de visitar o local, por sentirem-se aborrecidos com a situação atual do rio Doce.

4.1.2 SEM-PEIXE

No município de Sem-Peixe foram identificados bens imateriais alvo de danos na localidade de Califórnia, conforme descrito a seguir.

4.1.2.1 Califórnia

Califórnia é um povoado rural no município de Sem Peixe-MG. Existem três principais núcleos de aglomeração de casas no povoado, que conta com cerca de 25 casas no total. Trata-se de pequenos sítios com hortas, roças e criações de pequenos animais. Embora não possua equipamentos de uso coletivo que constituam espaços de encontro, a localidade está acostumada a receber visitantes, em especial antigos moradores e parentes dos atuais habitantes. Há uma ligação narrada entre o povoado e um bairro homônimo localizado na capital do estado, Belo Horizonte. Foi citado que muitos moradores do povoado já viveram no bairro de Belo Horizonte e mantém contato com quem vive atualmente lá.

Nota-se que a população local também mantinha laços de amizade e parentesco com a população de comunidades rurais próximas, tais como Jacutinga e Barbosa, em Sem Peixe-MG, e Córrego Preto e Rochedo no município de Rio Casca-MG. Mesmo que separadas pelo curso d'água do rio Doce, o encontro entre os habitantes destas comunidades era constante, seja devido aos jogos de futebol realizados no campo de Córrego Preto ou mesmo pelas atividades realizadas na beira do rio Doce, assim como a frequência de festas de aniversários de parentes e conhecidos.

A chegada dos rejeitos ao povoado de Califórnia não gerou danos diretos às edificações locais e às áreas de plantio. Contudo, o medo da contaminação da água do rio Doce e do lençol freático faz com os moradores evitem o contato direto com o rio e restrinjam o consumo da água dos poços artesianos. Assim, a desconfiança acerca da contaminação da água do rio impactou os modos de vida do povoado. As atividades a beira rio tinham grande importância, já que os seus moradores costumavam aos finais de semana e feriados. A comunidade não possui quaisquer outros equipamentos de lazer comunitário, tais como campos de futebol ou centros de convivência (capelas, quadras e praças).

4.1.3 SÃO JOSÉ DO GOIABAL

No município de São José do Goiabal foram identificados bens imateriais alvo de danos nas localidades de Biboca, Mecias Gomes e Firma Araújo.

4.1.3.1 Biboca

O povoado de Biboca conta com 50 casas que se distribuem por 6 ruas. A cerca de 2 km do povoado, na direção oposta à do Rio Doce, concentram-se terrenos utilizados pelos moradores para cultivar e criar animais. Não há escolas nem Unidades Básicas de Saúde em Biboca, por isso seus moradores têm de se dirigir a São José do Goiabal ou a Rio Casca para serem atendidos ou para estudarem. Em Biboca existem a Igreja Maranata, a Congregação Cristã e a Capela de Nossa Senhora das Dores, considerada “pequena” para o número de fiéis da comunidade. Na comunidade é realizada a festa da padroeira, no dia 16 de setembro. Esta festividade compreende novena, procissão, missa, fincada de mastro e quermesse realizada nas dependências da capela de Biboca. Outro equipamento importante da comunidade é o campo de futebol.

O desastre fez com que a água do rio Doce inundasse o ribeirão do Tomasi, acumulando rejeito e animais mortos em seu leito estreito. Segundo o interlocutor 11219, ocorreu uma infestação de pernilongos na enchente posterior ao desastre, como nunca vista antes por ali. Para ela, a proliferação de mosquitos está relacionada ao acúmulo de rejeitos que formaram poças no Ribeirão dos Tomasi, que passa bem próximo a várias casas da comunidade. Além disso, na visão do interlocutor, o rejeito matou ou afastou muitos predadores naturais que ajudam no controle dos insetos, tais como sapos: “Aqui nessa época todo mundo adoeceu, dá pra contar nos dedos quem não adoeceu. Ficou aqui meses mais meses aquela reima com todo mundo”.

A água de Biboca vinha de cisternas e, após o desastre, passou a vir também de poços artesianos perfurados pela prefeitura de São José do Goiabal. Há, no entanto, grande desconfiança quanto à qualidade da água dos poços, uma vez que muitos moradores desconfiam que ela esteja intoxicada.

O interlocutor 11219, conta que antigamente os moradores de Biboca em sua maioria realizavam trabalhos em canaviais e plantações de eucalipto, mas que atualmente esta não é mais a principal fonte de renda de seus habitantes: “Muita gente foi embora pra cidade, muitas casas ficaram vazias. Aqui já estava difícil para os trabalhador, aí muitos foram para Belo Horizonte por causa do desemprego”.

Na época em que foi realizada a pesquisa de campo, uma grande quantidade de casas de Biboca passava por reformas ou havia sido reformada recentemente, por conta das indenizações que os habitantes da comunidade receberam da Samarco em função do desastre ocorrido no rio. O dinheiro foi investido principalmente na reforma das casas e na compra de automóveis.

Há muitas reclamações, em Biboca, sobre a distribuição injusta das indenizações e cartões, principalmente de mulheres que são incluídas como dependentes de seus maridos, ficando sujeitas ao arbítrio dos cônjuges para o uso do dinheiro da indenização e do cartão. Os moradores inclusive ressaltaram sua indignação com o valor da indenização, que não lhes restituiria a perda do rio e a ausência de alternativas para se reestabelecerem, ainda que em parte os auxílios lhes ajudem um pouco.

A Figura 67 e Figura 68 a seguir ilustram essa comunidade.

Figura 67 – Pesquisadores em visita à Capela da Comunidade. Registro em 22/09/2018. Povoado Biboca, São José do Goiabal (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 68 – Vista da área central do povoado de Biboca. Registro em 22/09/2018. Povoado Biboca, São José do Goiabal (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.3.2 Mecias Gomes

Histórias locais narram que o povoado foi fundado por um homem chamado Mecias Gomes, que trabalhava em fazendas da região e escolheu aquele lugar para construir sua casa por conta de haver, nas proximidades, uma nascente. Seus descendentes, nas últimas 4 gerações, teriam dividido o terreno original em lotes e viveriam até hoje na parte antiga do povoado. Novos moradores chegaram com o tempo e se instalaram no que é chamada, hoje, de parte nova do povoado.

Cada uma das concentrações de casas - a antiga e a nova - se localiza de cada lado da Rodovia MG-760. O núcleo antigo está organizado em duas ruas não asfaltadas e dispõe de 10 casas, um campo de futebol - principal espaço de lazer e de encontro dos moradores do povoado - e a Capela Nossa Senhora de Fátima. Já o núcleo novo conta com cerca de 20 casas, também distribuídas em ruas não asfaltadas e duas igrejas evangélicas.

Os moradores de Mecias Gomes trabalham principalmente no corte de cana, de eucalipto, na roça, manejo de gado e – anteriormente ao desastre – com a pesca. Na comunidade não há escolas

nem Unidades Básicas de Saúde. Para acessar esses serviços, a população se desloca para São José do Goiabal ou para Ponte Nova.

O desastre afetou o leito do rio Doce e suas margens em Mecias Gomes, provocando a morte de peixes e atolamento de animais na lama de rejeitos. Os períodos de chuva posteriores ao desastre geraram dificuldade para animais beberem água do rio devido aos rejeitos acumulados, além alterar o pasto dessas áreas. O desastre ainda causou a interrupção das atividades de pesca e o desenvolvimento de cultivos em suas margens, o que levou moradores à condição de desemprego. Do ponto de vista comunitário, o desastre danificou o ponto de encontro dos moradores que se dava em seus momentos de lazer nas margens a beira rio.

4.1.3.3 Firma Araújo

Firma Araújo se localiza a cerca de 18 km da sede de São José do Goiabal. É um povoado que conta com uma população de cerca de 30 famílias que construíram suas casas a 500 metros do rio Doce. A comunidade possui uma Igreja católica e duas igrejas evangélicas, associação de moradores e um campo de futebol – o time local é o Esplendor F.C.

O desastre levou ao assoreamento do rio, com a formação de bancos de areia em alguns pontos do leito, que dificultam a travessia dos barcos. Antes de ocorrer o desastre, os habitantes de Firma de Araújo contavam com a atividade da pesca para complementar sua renda ou mesmo para conseguir algum dinheiro em momentos de desemprego. Outra atividade realizada para tanto era a plantação e o cultivo nas roças particulares. Havia, ainda, a pretensão, por parte do interlocutor 25463, de abrir uma pousada para receber os pescadores que fossem até o local. Em suas palavras: “depois do desastre paramos a obra; essa lama desvalorizou nosso lugar. (...) Os pescadores movimentavam aqui, sempre tinha gente de fora, agora quase ninguém aparece, gerou muita tristeza pra gente”.

A captação de água para o povoado é realizada em uma lagoa próxima ao rio Doce. Atualmente, após o desastre, há grande desconfiança, entre os habitantes do local, sobre a qualidade da água da lagoa, uma vez que eles não tiveram nenhuma informação precisa acerca de sua toxicidade após o rompimento da barragem do Fundão. Além disso, a chegada dos rejeitos provocou a morte de peixes e outros animais da região: “Depois que a lama passou, cheio de peixe e outros animais mortos, ficou uns vinte dias com aquele cheiro de podre, dava pra sentir o cheiro lá de casa”.

4.1.4 PINGO D’ÁGUA

No município de Pingo d’Água foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município, conforme descrito a seguir.

4.1.4.1 Sede do município

O município de Pingo d’Água está localizado na divisa com o Parque Estadual do Rio Doce. Sua sede está estabelecida a 12 km de distância do rio Doce e de uma das entradas do parque, a da Ponte Queimada. Parte considerável da população é empregada no complexo industrial da Cenibra – fábrica de produção de celulose. Por conta da presença dessa empresa na região, há muitas florestas de eucalipto no município.

A água que alimenta a cidade é captada no rio Sacramento, que não foi afetado pelo desastre. Em Pingo d'Água destacam-se alguns equipamentos urbanos, como um ginásio de esportes, um campo de futebol, um centro de eventos, uma igreja católica e algumas igrejas evangélicas.

Segundo o interlocutor 11226, o maior dano que a população da cidade sofreu com o desastre foi “sentimental”. Tanto aqueles que pescavam para comer, quanto os que o faziam como atividade de lazer, sentiram um impacto profundo com a impossibilidade de poder continuar exercitando essa prática. Esse impacto foi emocional, trazendo muita tristeza a muitos moradores de Pingo D'Água.

A Figura 69 a seguir ilustra a Ponte Queimada, com um dos lados o município de Pingo d'Água.

Figura 69 – Ponte Queimada, que atravessa o Parque Estadual do Rio Doce tendo o município de Pingo d'Água em um dos lados. Registro em 24/09/2018. Pingo D'Água (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.5 BOM JESUS DO GALHO

No município de Bom Jesus do Galho foram identificados bens imateriais alvo de danos na localidade de Revés de Belém, conforme descrito a seguir.

4.1.5.1 Revés do Belém

Revés do Belém é um distrito do município de Bom Jesus do Galho (MG), localizado a 50 km da sede municipal. Devido à proximidade e melhores condições de acesso, os moradores trabalham e utilizam os serviços do centro urbano de Ipatinga. A área mais urbanizada do distrito, na porção leste do território, possui cerca de 60 quarteirões, formados por ruas não pavimentadas, com residências e comércios locais (mercados, bares, restaurantes caseiros, lojas e oficinas e igrejas).

Destacam-se na paisagem uma praça de pequeno porte e, do outro lado da Avenida A, a Capela de Nossa Senhora Aparecida (padroeira da localidade) e o campo de futebol (sede do time local, União). A oeste, em direção à margem do rio Doce, encontra-se uma zona de características rurais, com sítios

de pequeno porte voltados a cultivos diversos e à criação de gado em pequena escala, cujo limite das propriedades é a margem do rio Doce (tendo parte delas sido prejudicadas devido ao uso da água do rio para irrigação).

A área urbanizada do distrito de Revés do Belém está a 2 km do rio Doce. Essa distância é regularmente percorrida a pé, de bicicleta ou por veículos motorizados, por seus habitantes. Seus destinos principais são as cachoeiras, rebojos, barrancos e praias formadas no leito do rio Doce, ao longo de um trecho de cerca de 30 km entre o lugar conhecido como “Ponte Queimada” até a “Ponte Escondida”. A frequência a estes lugares torna o rio Doce parte marcante do cotidiano de seus moradores, de suas histórias de vida e histórias familiares e elemento constitutivo da identidade da comunidade. O distrito está cercado de lagoas (mais de 20, segundo relatos da população local) e possui o Parque Estadual do Rio Doce em sua proximidade, na margem oposta do rio.

A onda de rejeitos ocasionou a elevação do nível do rio – cerca de 4 m – no trecho do rio Doce pertencente a Bom Jesus do Galho. A força da lama arrastou a vegetação das margens, inundou propriedades próximas à margem do rio, soterrou parcialmente lugares utilizados para lazer e encontro da comunidade de Revés do Belém, provocou a mortalidade de espécies de peixes, gerou um forte odor e levou à interrupção da pesca.

A distribuição dos cartões de auxílio financeiro (auxílio financeiro emergencial) por parte da Fundação Renova também alterou a dinâmica social da localidade, conforme assinalaram os moradores do local, dizendo que a Fundação Renova não renovou em nada sua situação. Os critérios adotados pela Fundação para a distribuição dos cartões e das indenizações provocaram conflitos internos entre os habitantes do distrito.

Como algumas reuniões com a Fundação são realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o espaço tornou-se um ponto de referência dos moradores para tratarem sobre as indenizações. O interlocutor 11224, afirma que “quase todo dia vem gente aqui caçar o pessoal da Renova” para abordar a questão dos auxílios e indenizações. Ainda segundo o interlocutor, seu cônjuge recebeu indenização próxima a 11 mil – em geral por danos morais e pelo material de pesca –, mas pessoas que se cadastraram antes não receberam, então não se sabe ao certo os critérios utilizados.

A Figura 70 a seguir ilustra a corredeira e poço da Cachoeira de Santana, ao fundo matas do Parque Estadual Rio Doce.

Figura 70 – Vista de corredeira e poço da Cachoeira de Santana, ao fundo matas do Pq. Est. Rio Doce. Registro em 23/09/2018. Revés do Belém, Bom Jesus do Galho (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.6 CARATINGA

No município de Caratinga foram identificados bens imateriais alvo de danos na localidade de Ilha do Rio Doce, conforme descrito a seguir.

4.1.6.1 Ilha do Rio Doce

A localidade de Ilha do Rio Doce pertence ao município de Caratinga, apesar de estar situada a apenas 10 km do município de Ipatinga, cidade referência para os moradores da região. A distância da sede – cerca de 85 km – e a percepção de uma ausência de serviços públicos fazem com que alguns dos moradores considerem a ilha como “esquecida” pelo poder público.

O povoado possui esse nome por ter sido, no passado, efetivamente uma ilha, delimitada pelo leito principal do rio Doce e um curso de água paralelo. Hoje esse curso está seco, o que abriu uma ligação terrestre. O rio Doce separa a Ilha do município de Ipatinga, e uma ponte faz a conexão entre os dois territórios. O aeroporto regional do Vale do Aço e o município de Santana do Paraíso são outros pontos próximos da localidade.

O vilarejo, localizado na margem da calha do rio Doce, foi construído na várzea de inundação do rio, sofrendo alagações periódicas. Sua população se entende como ribeirinha e dependia do curso d'água para pesca e irrigação de plantações. A proximidade com o rio foi narrada como fator de atração de moradores de Ipatinga e Caratinga que migraram, por pouca empregabilidade nesses municípios, buscando a pesca abundante e a possibilidade de plantio de alimentos em terras férteis. Assim como Ipatinga, a Ilha também se situa próxima ao encontro dos rios Doce e Piracicaba.

As ruas do povoado não são pavimentadas. Há um núcleo onde vive a maioria dos pescadores e outros pontos, mais distantes do leito do rio, que agregam condomínios e habitantes de classe média, com ruas asfaltadas e melhor estrutura de loteamentos, relativamente recentes. No dia da chegada dos rejeitos à Ilha os moradores foram para a beira do rio a fim de observar, com medo de que o rio subisse e atingisse suas casas. O interlocutor 11228 conta que “foi um terremoto, a água do rio era um vermelhão, tudo descendo com a água, muita madeira, criação, foi uma derrota feia mesmo. No dia mesmo, não afetou nada na nossa casa, demorou uns seis meses pra contaminar aqui, porque a lama contaminou dentro da terra, tudo que planta agora, não dá”. A onda de rejeitos afetou as espécies, com muitos peixes mortos carregados pela lama rio abaixo, o que deixou um cheiro muito forte em toda a Ilha.

A Figura 71 e Figura 72 a seguir mostram imagens do local.

Figura 71 – Rua principal do distrito. Registro em 25/09/2018. Ilha do Rio Doce, Caratinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 72 – Extração de areia no leito do Rio Doce. Registro em 25/09/2018. Ilha do Rio Doce, Caratinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.7 IPABA

No município de Ipaba foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município, conforme descrito a seguir.

4.1.7.1 Sede do município

A sede de Ipaba está localizada à margem direita do rio Doce e possui características predominantemente urbanas, com a presença de um centro comercial denso, equipamentos públicos e sedes de diversas igrejas. A população de Ipaba, estimada em 18.438 pessoas segundo estimativa do IBGE para 2018, é predominantemente urbana, com uma minoria residente em áreas rurais.

O acesso a Ipaba por via rodoviária é realizado pelas rodovias BR-458 e BR-381. O município faz fronteira com Belo Oriente, Bugre, Caratinga e Santana do Paraíso e é limitado pelo rio Doce na porção oeste e norte do território. Além do rio Doce, os principais mananciais do município são o córrego Água Limpa e córrego Boachá ou do Bugre. A sede de Ipaba é um local de referência para outras localidades dentro do município ou nos municípios próximos. Os moradores de Ipabinha (que pertence ao município vizinho de Santana do Paraíso-MG), distrito localizado na margem esquerda, em frente à cidade de Ipaba, recorrem à travessia do rio Doce para acessar os serviços disponíveis em Ipaba. Há relatos de que o trânsito de pessoas entre as localidades é realizado pelos pilotos de botes, chamados de “boteiros” de Ipaba, desde a década de 1920.

Em Ipaba há também uma área chamada Baixada do Coronel Roberto, que é um pequeno povoado rural localizado à margem direita do rio Doce, próximo à sede do município, com moradores sob as jurisdições dos municípios de Ipaba e Caratinga. Possui uma configuração rural, com ruas vicinais de terra que conectam as propriedades voltadas à agricultura familiar, localizadas na margem do rio. A maioria de seus habitantes, produtores rurais de cultivos como limão, banana, cana de açúcar, mandioca e hortaliças, geralmente vendem sua produção em feiras de Ipatinga e Ipaba e utilizam os serviços públicos da Sede do município.

Com o rompimento da barragem de Fundão, o sistema de abastecimento de água não foi afetado na área urbana do município, pois o rio Doce representava apenas uma fonte complementar à captação principal realizada no córrego Água Limpa. Contudo, o receio da população de que a água do rio Doce estivesse contaminada, fez com que o abastecimento passasse a ser complementado por fontes de água subterrâneas. São citados danos relacionados ao desastre em Ipaba: a perda da fauna ao longo da margem do rio; suspensão de atividades de agricultura; incidência de perturbações na saúde mental dos agricultores e interrupção no abastecimento de água na área rural e contaminação de poços.

Em relação às práticas culturais e aos modos de vida da população residente na sede do município, a passagem dos rejeitos ocasionou o afastamento dos moradores de suas atividades à beira rio, como os banhos, a contemplação da paisagem, a pesca de barranco e a prática de esportes. Um desses pontos é identificado nos relatos como “a prainha”, importante ponto de encontro da população e espaço de manutenção dos elos comunitários. Também após o desastre, a dieta de parte dos moradores baseada na alimentação do peixe foi alterada, assim como as redes comunitárias entre os pescadores.

A Figura 73 a seguir mostra a vista do rio Doce no município de Ipaba.

Figura 73 – Vista do Rio Doce em frente ao ponto do bote em Ipaba-MG. Registro em 25/09/2018. Ipaba (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.8 BELO ORIENTE

No município de Belo Oriente foram identificados bens imateriais alvo de danos na localidade de Perpétuo Socorro, conforme descrito a seguir.

4.1.8.1 Perpétuo Socorro

O distrito de Perpétuo Socorro conta, atualmente, com cerca de 9.000 habitantes. Está localizado no município de Belo Oriente - a cerca de 20 Km da sede -, entre os municípios de Ipatinga e

Governador Valadares. O acesso à localidade se dá por meio de uma estrada de terra que corre em paralelo à ferrovia Vitória-Minas.

Perpétuo Socorro é também chamado de Cachoeira Escura. Isso por conta de haver, no rio Doce, nas proximidades do núcleo urbano, uma cachoeira que sempre foi muito utilizada pelos moradores locais e por visitantes como ponto de pesca e de lazer. As fortes quedas da cachoeira, que escurecem a coloração da água do rio, são a inspiração para seu nome e, conseqüentemente, para essa denominação alternativa do distrito.

O núcleo urbano conta com alguns equipamentos públicos importantes: uma escola estadual, uma creche municipal e um posto de saúde. Ali também se estabeleceram igrejas evangélicas e católicas. Segundo o interlocutor 11236, o local hoje sofre com altas taxas de violência contra crianças e adolescentes, o que o torna um distrito considerado vulnerável.

O distrito abriga a empresa Cenibra (Celulose Nipo-Brasileira S.A), produtora de Celulose, com seus bosques de eucalipto, bem como alguns campos de pasto para a criação de gado. A indústria teve suas atividades temporariamente interrompidas após a chegada dos rejeitos, assim como a balsa, importante meio de transporte entre o distrito e o povoado de São Lourenço, impedida de circular por conta do intenso assoreamento que se deu no rio.

A captação da água que abastece Perpétuo Socorro é realizada no rio Doce. Isso gera grande descontentamento pela população local, uma vez que há grande desconfiança acerca da qualidade dessa água. Sua alta toxicidade, gerada pelo desastre, a tornaria imprópria para o consumo - mesmo que a prefeitura de Belo Oriente e a Fundação Renova argumentem que o tratamento seja eficaz. Tal descontentamento gerou uma manifestação da população que, em 2016, junto com o Movimento dos Atingidos por Barragens, chegou a fechar a linha férrea que passa pelo distrito exigindo outra solução para o abastecimento de água. Como mesmo relata o interlocutor 11238: “A gente perdeu a confiança na água do rio. Eu busco na casa de um conhecido, que tem um poço na casa dele, pra beber e cozinhar. A minha filha nasceu em 2017 e eu dou banho nela só com água do poço, porque minha sobrinha, que nasceu em 2016, tomou banho com água do rio e ficou com a pele avermelhada. A gente não tem certeza se a culpa foi da água, mas foi uma reação que a gente achou estranho, desconfiou do rio e passou a não usar mais”. De acordo com o interlocutor 11236, até mesmo a festa local da Padroeira sofreu com redução de público, uma vez que diminuiu a frequência de pessoas em Perpétuo Socorro por medo da toxicidade da água.

Segundo o interlocutor 11242, muitos habitantes deixaram Cachoeira Escura pelo medo da água, o que gerou diversos imóveis ociosos e casas à venda por valores abaixo do esperado. Além disso, muitos produtores que plantavam à beira do rio e usavam sua água para irrigação estão tendo dificuldades em escoar seus produtos, pois há uma desconfiança, por parte dos consumidores, sobre a água utilizada. O interlocutor relata que muitos desses agricultores são analfabetos e têm dificuldade em criar uma nova atividade de trabalho a partir das indenizações que recebem da Fundação Renova como parte das medidas reparatórias. De acordo com o interlocutor 11238, “todo mundo recebeu mil reais de indenização pelo uso da água, mas acho que é muito pouco pelo transtorno que o desastre causou. Eles deveriam pensar em recuperar o rio, ao invés de sair indenizando o pessoal, seria muito mais vantajoso para as gerações futuras, porque o dinheiro da Samarco um dia vai acabar”.

O interlocutor 11242 também tece críticas à forma como se dá a política de auxílio financeiro e indenização promovida na localidade, principalmente por privilegiar apenas pescadores, induzindo outros habitantes a se declararem como praticantes deste ofício: “Depois esse pessoal não tem como provar que é pescador e também tem muito pescador que cadastrou em 2015 e não foi indenizado ainda nem recebeu nada, aí vê esse pessoal que não é pescador recebendo e ficam muito pês da vida”.

A Figura 74 e Figura 75 mostram, respectivamente, imagens pós e pré-desastre nessa localidade.

Figura 74 – Cachoeira Escura, que deu nome ao distrito. Registro em 26/09/2018. Perpétuo Socorro, Belo Oriente (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 75 – Registro de foto de pesca no rio Doce antes do desastre. Perpétuo Socorro, Belo Oriente (MG).



Fonte: Acervo pessoal de atingido e registrado em 26/09/2018 por Institutos Lactec.

4.1.9 BUGRE

No município de Bugre foram identificados bens imateriais alvo de danos na localidade de São Lourenço, conforme descrito a seguir.

4.1.9.1 São Lourenço

São Lourenço é uma comunidade localizada na margem direita do rio Doce. Sua rua principal é de terra, por onde se distribuem casas e pequenas plantações e corre em paralelo ao rio por cerca de 1,5 km. Outra rua sobe um aclave, distanciando-se do rio e formando, no entorno de um campo de futebol, três quarteirões de casas que abrigam, também, duas igrejas evangélicas, uma igreja católica e o cemitério. Não há equipamentos de saúde ou educação no distrito.

Para ter acesso à serviços e ao comércio, os moradores do povoado podem se locomover até a sede de Ipaba (25 km de distância), à sede de São Lourenço (também a cerca de 25 km de distância), ou até o distrito de Perpétuo Socorro, localizado na outra margem do Rio Doce. Para Ipaba e São Lourenço deve-se ir de automóvel particular; para Perpétuo Socorro pode-se pegar uma balsa que atravessa o rio. Muitos moradores de São Lourenço trabalham no distrito vizinho e, portanto, pegam a balsa diariamente. A escola que recebe os jovens da comunidade fica localizada no distrito de Córrego Rio Branco, a 9,5 km de distância e, para chegarem até lá, os alunos residentes em São Lourenço contam com um ônibus escolar da prefeitura de Bugre.

Há um forte senso de comunidade em São Lourenço, todos se conhecem e se reconhecem como parentes. Tal senso de comunidade também se alastra para Perpétuo Socorro, uma vez que muitos habitantes das duas comunidades têm relações de amizade e parentesco estabelecidas.

O desastre, em 2015, gerou a percepção de que a “morte” do rio Doce é também a “morte” do povoado, como relatam moradores do local. Mesmo que por vezes, atualmente, a água assuma um tom cristalino, os habitantes de São Lourenço não mais a utilizam, pois têm medo de que esteja tóxica. A impossibilidade de utilizar a água do rio leva a comunidade a experimentar situações de tensão nas épocas de seca, pois como muitos poços secam, é necessário que a água seja cedida por aqueles que ainda a têm, mas sempre de modo racionado, o que pode levar ao surgimento de conflitos entre moradores locais. O fato de não poder mais ter acesso à abundante fonte de água proporcionada, por décadas, pelo rio Doce, tem gerado insatisfação e inconformidade entre os moradores de São Lourenço. Problemas que sempre foram muito fáceis de se resolver quando havia acesso às águas do rio - como a seca, o calor, a poeira, a sujeira e a impossibilidade de manutenção das hortas - revelam não só uma necessidade de adaptação, mas também uma afronta ao modo de vida tradicional da localidade.

4.1.10 NAQUE

No município de Naque foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município, conforme descrito a seguir.

4.1.10.1 Sede do município

O município de Naque está localizado na margem esquerda do rio Doce, entre o povoado de Perpétuo Socorro e Periquito. Contava, em 2017, segundo o Censo do IBGE, com uma população de 6.930 habitantes. A maior parte dessa população reside em sua sede, uma vez que não há nenhum outro povoado em sua área - somente sítios e fazendas.

A sede está localizada às margens do rio Santo Antônio, que deságua no rio Doce a 2 km do pequeno centro urbano. Ali há duas igrejas católicas (de Santo Antônio - padroeiro da cidade - e de Nossa Senhora Aparecida), há também cinco igrejas evangélicas. A festividade mais tradicional da cidade é a cavalgada anual, que ocorre há mais de vinte anos, mas que tem sofrido com falta de público em função da falta de verba para sua realização. A Festa de Santo Antônio, que ocorre no dia 13 de julho, também tem grande relevância no calendário da cidade. Naque conta com um campo de futebol que agrega três equipes locais.

A passagem dos rejeitos pelo município foi percebida, principalmente, pelos moradores que habitam as ruas mais próximas ao rio Santo Antônio, que foi atingido e teve sua paisagem momentaneamente alterada. O interlocutor 11241, conta que foi “assustador” ver a lama descendo e os peixes morrendo. Como a captação de água para abastecimento do município era feito no rio Doce, ficaram três meses sem o serviço de abastecimento. Segundo o interlocutor 11237, os pescadores relatam que a lama de rejeitos ainda está depositada ao fundo do rio: “Eles percebem por causa do *catuá* (bambu utilizado para navegação, em leitos de pouca profundidade, no lugar do remo), que atola no fundo”. As atividades que antes eram realizadas pelos moradores locais nos dois rios continuam suspensas, o que tem afetado, para além das redes de relações comunitárias, a economia local, pois ocorreu uma diminuição dos visitantes que acampavam na orla dos rios aos finais de semana.

As ações emergenciais e reparatórias promovidas posteriormente pela Fundação Renova foram alvo de crítica de parte dos moradores, principalmente com relação aos valores e critérios de concessão das indenizações e auxílios emergenciais. O interlocutor 11247, considera que a distribuição do dinheiro da indenização não obedeceu a quaisquer critérios, como o de considerar a diferença entre os pescadores profissionais e os amadores. Segundo ele, sua única fonte de sustento era a pesca e, portanto, o valor que ganhava mensalmente com o ofício era mais alto do que o dos pescadores amadores, contudo, a verba indenizatória era equivalente entre todos.

4.1.11 PERIQUITO

No município de Periquito foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município e na localidade de Pedra Corrida, conforme descrito a seguir.

4.1.11.1 Sede do município

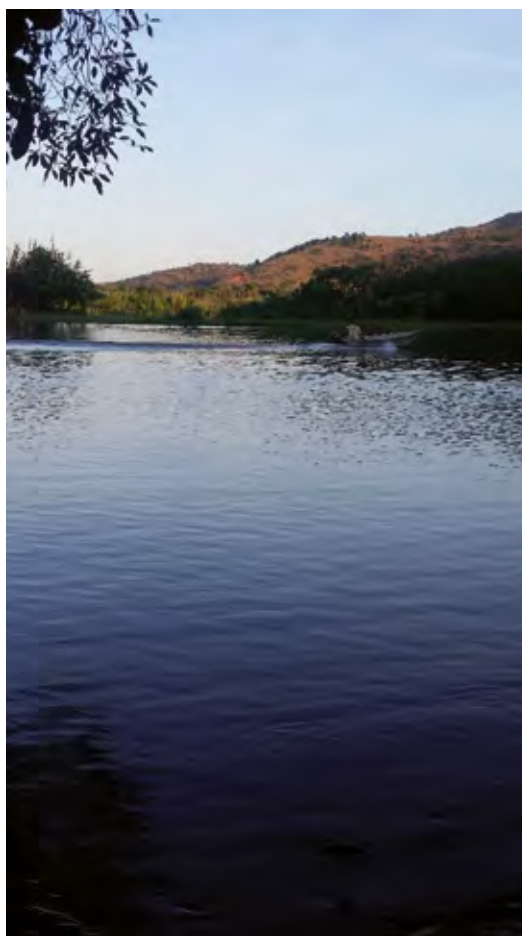
Localizado na margem esquerda do rio Doce, o município de Periquito contava com 6.847 habitantes (IBGE, 2018), contabilizando a sede e os distritos rurais (Pedra Corrida, São Sebastião do Baixo e Serraria, além das comunidades de Ilha Funda, Santa Cruz, Chieira e do Assentamento Liberdade). Os limites do município percorrem cerca de 25 km da margem do rio Doce.

A sede está estabelecida também às margens desse rio e a maior parte das habitações da cidade se localizam à esquerda da BR-381, na região que é chamada de “parte de cima”. A “parte de baixo” é a ocupação estabelecida à direita da rodovia, entre esta e o rio Doce. O local conta com uma estrutura urbanizada, com ruas asfaltadas, uma praça, hospitais e postos de saúde, escolas, uma estação da ferrovia Vitória a Minas, a igreja católica de São Sebastião, a Capela de São Sebastião - acautelada como patrimônio cultural pelo município, mas fechada para reforma no período em que foi realizada a visita - e três igrejas evangélicas. A Praça Mirante da Esperança, a escultura do Cristo Redentor, o Cemitério Municipal, o carnaval de rua e a Festa de São José são outros bens acautelados de Periquito. A Cavalgada, o Rodeio e a Festa do Palmito são celebrações que ocorrem anualmente na cidade, mas que não são acauteladas.

A passagem dos rejeitos modificou a paisagem do rio Doce na sede do município, com muita sujeira e mortandade de peixes, como relata o interlocutor 11243: “Era um mingau de barro, só via peixe morrendo, peixe grande sufocando de barro, foi um desastre desgramado. Eu fui buscar um limão galego na beira do rio e sujei minha mão com o barro, parecia uma graxa que agarrava na mão da gente e não saía fácil não. Ficou sujo durante muito tempo, agora que começou a ficar com a aparência de antes”.

A Figura 76 a seguir ilustra a vista do Rio Doce no município de Periquito.

Figura 76 – Leito do Rio Doce no município de Periquito. Registro em 27/09/2018. Periquito (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.11.2 Pedra Corrida

Pedra Corrida é um distrito do município de Periquito (MG) que contava, em 2010, de acordo com o Censo do IBGE daquele ano, com cerca de 2.400 habitantes - um terço da população do município. Quase todas as suas ruas são asfaltadas e formam cerca de 22 quarteirões de casas de alvenaria que contam, em sua maioria, com pequenos quintais onde ocorrem plantios domésticos.

O distrito conta, atualmente, com uma praça central arborizada, uma unidade de saúde, creches e uma escola municipal. Um campo de futebol, um ginásio poliesportivo e quiosques ao ar livres foram construídos às margens do rio Doce como parte de um equipamento de lazer negociado como medida compensatória pela construção da Usina Hidrelétrica Baguari que impactou a área com a expansão e elevação do leito do rio Doce. Pedra Corrida conta também com três igrejas evangélicas (Igreja Pentecostal Graça e Paz, Assembleia de Deus Missão Jesus Para Todos os Povos e Igreja Batista do Calvário), e com uma igreja católica, a Capela de São José. Os estabelecimentos comerciais são de pequena escala, principalmente, mercados, mercearias, bares e lanchonetes.

Pode-se chegar a Pedra Corrida de três formas: a primeira é por uma estrada asfaltada que segue pela margem do rio Doce até a sede de Periquito; a segunda por uma que leva à Rodovia MG-381, que também vai para Periquito, mas que continua até Governador Valadares; a terceira é pela balsa que cruza o rio em direção ao distrito de Senhora da Penha, que pertence ao município de Fernandes Tourinho (MG). Senhora da Penha é também conhecida como “Corridinha”, em função de sua conexão histórica e intensa com Pedra Corrida.

O nome do distrito advém de uma história sobre uma pedra que havia se soltado do alto de um morro localizado na margem oposta da comunidade no rio Doce. Esta pedra teria descido rolando e caído dentro do leito do rio. De acordo com o interlocutor 11244, o povoamento de Pedra Corrida começou no início do Século XX, quando se instalou, ali, a Carvoaria Ourivio, que tinha a função de produzir carvão para alimentar o processo de beneficiamento de minério de ferro. Junto da empresa foi instalada, também, a estação da estrada de ferro Vitória a Minas e, junto desses dois equipamentos, vieram os primeiros moradores do local – fosse para trabalhar na carvoaria, fosse para oferecer serviços a esses trabalhadores. Posteriormente, houve a vinda de serrarias e de fazendeiros, mas, atualmente, os habitantes da comunidade afirmam que aquela é, antes de qualquer outra coisa, uma vila de pescadores.

As notícias do rompimento da barragem de Fundão chegaram a Pedra Corrida alguns dias antes dos rejeitos de minério atingirem o trecho do rio Doce às margens do qual o distrito está localizado. O desastre gerou incertezas relacionadas à possibilidade de contaminação da água do rio Doce. Segundo o interlocutor 11234, houve uma “carnificina” no rio, com muitos animais mortos - aves, cachorros, peixes, cavalos, bois, entre outros - na orla de Pedra Corrida. Há, também, a forte percepção de que a água do rio Doce está, na região de Pedra Corrida, mais poluída do que em outros locais. Isso por conta da barragem da Usina Hidrelétrica Baguari, que faria com que o rejeito se depositasse no reservatório que banha a cidade.

Como a água de Pedra Corrida era captada do rio Doce, quando ocorreu o desastre o abastecimento foi interrompido por até 30 dias em algumas residências. Essa situação levou a população a realizar protestos, impedindo a passagem pela MG-381 e pela estrada de ferro. Isso porque, segundo

os moradores do distrito, a Samarco não realizava o fornecimento de água - por meio de caminhões pipa - adequadamente. A regularização do abastecimento de água pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais se deu após esse período, mas ainda utilizando a água do rio Doce, o que traz muito descontentamento aos habitantes de Pedra Corrida, já que há grande desconfiança acerca da efetividade do tratamento de água realizado. Para prevenir possíveis adoecimentos por conta do consumo, os moradores locais evitam entrar em contato com a água do rio e, principalmente, ingeri-la, preferindo, sempre que possível, utilizar água proveniente de algum poço artesiano, que é distribuída entre vizinhos e parentes.

4.1.12 FERNANDES TOURINHO

No município de Fernandes Tourinho foram identificados bens imateriais alvo de danos na localidade de Senhora da Penha, conforme descrito a seguir.

4.1.12.1 Senhora da Penha

Senhora de Penha é um distrito do município de Fernandes Tourinho, localizado a 11 km da sede e à margem direita do rio Doce. Seus 550 habitantes (IBGE, 2010) vivem em casas distribuídas majoritariamente por uma rua de cerca de 800 metros. O nome é em homenagem à Nossa Senhora da Penha, padroeira da comunidade e da igreja católica local. O povoado também é conhecido como “Corridinha”, em função dos laços históricos de parentesco e amizade que seus habitantes têm com os moradores de Pedra Corrida, distrito de Periquito localizado na margem oposta do rio.

As edificações de Senhora da Penha são, em sua maioria, de alvenaria e térreas. A maior parte das casas conta com quintais onde há a plantação de hortaliças e criação de animais, como galinhas e porcos. Os estabelecimentos comerciais do povoado são de pequena escala - mercados, bares, mercearias e lanchonetes - e oferecem o básico para os habitantes locais. No entorno da comunidade há muitas fazendas, majoritariamente, com criação de gado. São essas propriedades que limitam a circulação dos habitantes de Senhora da Penha pelo rio Doce, bem como a expansão territorial do povoado.

Além da Igreja de Nossa Senhora da Penha, a comunidade conta também com dois templos evangélicos (Igreja Evangélica Casa de Oração e Assembleia de Deus), um campo de futebol (localizado em uma propriedade particular, mas aberto aos moradores locais) e uma unidade de saúde que abre para a população eventualmente. Pode-se chegar ao povoado de duas formas: por uma estrada de ferro que o conecta com a sede de Fernandes Tourinho, ou por uma balsa que faz o traslado para Pedra Corrida. O abastecimento de água é realizado por meio de poços artesianos e o esgoto é despejado no Córrego Preto - pequeno rio que passa nas proximidades da Senhora da Penha e que deságua no rio Doce.

A história de Senhora da Penha está fortemente ligada à de Pedra Corrida, distrito no qual, no começo do século XX, foi construída uma estação da ferrovia Vitória a Minas, carvoarias e serrarias. Isso dinamizou a economia local, inclusive a das fazendas da região, que demandavam mão-de-obra para suas plantações de café, arroz, cana e banana. Muitos desses novos trabalhadores se alojaram na margem oposta à de Pedra Corrida, formando a comunidade de Senhora da Penha. Atualmente, há grande preocupação com a evasão de habitantes do povoado, já que a nova linha de produção das

fazendas, agora de pasto para gado de corte, demanda menos força de trabalho, o que faz com que muitos moradores, principalmente mais jovens, tenham de buscar emprego em outros locais.

Algumas das celebrações mais importantes no povoado são aquelas realizadas em outubro - envolvem quermesses, missas e novena - e aquelas desenvolvidas pelas duas igrejas evangélicas locais (dia das mães, dia das crianças, entre outras).

A primeira grande transformação pela qual a comunidade passou em sua relação com o rio se deu com a construção da Usina Hidrelétrica de Baguari no rio Doce, em 2009. Como decorrência desse empreendimento, o povoado perdeu diversas praias de areia que eram utilizadas como espaço de lazer, convivência e pesca. Por outro lado, a formação da represa favoreceu a atividade de pesca, fazendo a localidade tornar-se referência no cenário da pesca esportiva, atraindo grande volume de visitantes.

Em 2015, já no contexto do desastre, quando ocorreu a segunda transformação, os rejeitos provenientes do rompimento da barragem passaram pelo rio e conseqüentemente pelas margens da comunidade inviabilizando uma série de atividades como a pesca, o lazer no rio, o uso de sua água para consumo, batismos realizados por igrejas evangélicas, além de planos futuros dos moradores. Além disso, a população passou a temer a qualidade da água do rio.

As medidas emergenciais e reparatórias, tidas por moradores como insuficientes para a reparação dos danos causados à comunidade, geraram insatisfação na localidade, como aponta o interlocutor 11256: “Na questão do rio Doce algumas pessoas aqui do nosso distrito foi indenizada, com o cartão emergencial. Aqui algumas pessoas pegou 11 mil reais de indenização e mais o cartão que deposita uns 1200 reais por mês. Algumas pegaram só o cartão, que é um salário mínimo e uma cesta básica, mais um adicional por dependentes. Só que ainda não está completo, ainda não chegou ao ponto de indenizar a comunidade mesmo. Só indenizaram alguns e outros não, e a gente não entende o porquê. (...) Os fazendeiros alegaram que os bois deles não bebiam a água do rio mais, ou se bebesse iam morrer, mas os pescadores de barranco aqui não foram todos indenizados, eles que usavam do rio mesmo”.

Uma das críticas está relacionada aos critérios das medidas compensatórias, que teriam se focado apenas nas indenizações e cartões emergenciais, preterindo o “conjunto da comunidade” que foi atingida, como explica o interlocutor 11256: “A indenização é muito necessária, mas seria bom que eles montassem algum projeto aqui pra comunidade. A Renova fez aqui um poço mais aqui pra baixo pra distribuir água, mas passaram pra prefeitura a responsabilidade de administrar isso daí”.

4.1.13 GOVERNADOR VALADARES

No município de Governador Valadares foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município e nas localidades de Ilha Brava e Baguari, conforme descrito a seguir.

4.1.13.1 Sede do município

A sede municipal de Governador Valadares se configura como uma mancha urbana extensa localizada nas duas margens do rio Doce e em uma ilha fluvial próxima à região central, a Ilha dos Araújo. A cidade é uma das principais referências urbanas da região, com uma população municipal estimada em 278.685 habitantes (IBGE, 2018).

A água utilizada para o abastecimento da população é captada no rio Doce. Na margem direita do rio, próximo à sede, se encontra o Pico do Ibituruna, uma elevação rochosa de 1.123 m de altitude que possui um entorno formado pela Mata Atlântica em contraste com a aglomeração urbana.

Os bairros à beira rio, como São Tarcísio, Santa Rita e São Paulo, abrigam uma parcela da população de maior vulnerabilidade social. Seus modos de vida e atividades econômicas dependem em grande parte do rio Doce, sendo a pesca uma das principais atividades. Nesses bairros, encontram-se habitações próximas ao leito do rio e é comum encontrar casas que possuem quintais com acesso direto ao leito.

O bairro de São Tarcísio está localizado na margem esquerda do rio Doce, sobre a várzea do rio, próximo ao centro da cidade, em frente à Ilha do Araújo. A população local apresenta características de comunidade ribeirinha, com uso intenso do rio para atividades profissionais, de lazer, esportiva e contemplativa. Por sua proximidade com o leito, a população convive com as cheias do rio, que chega a invadir ruas e casas durante os períodos mais intensos de chuva. A orla do bairro possui, além de diversas habitações em situação vulnerável, bares, uma igreja da Ordem dos Franciscanos (que presta serviços assistencialistas na comunidade, como alimentação gratuita e encaminhamento para tratamento de dicção), um espaço de sociabilidade, um ancoradouro de caiaques e uma pequena praia, que serve como local de acesso e desembarcadouro local. O bairro ainda conta com um centro de convivência, que oferece serviços médicos, atividades esportivas e cursos profissionalizantes (bordado, gastronomia).

O bairro de Santa Rita possui uma distribuição de habitações com lotes até a beira do rio Doce, tendo como áreas mais vulneráveis aquelas próximas ao córrego Onça e à Baixa do Quiabo. Os moradores desse local possuem uma antiga relação com o rio para lazer, como os banhos e as brincadeiras das crianças, além de utilizá-lo como fonte de subsistência e trabalho, como a pesca, a extração de areia, a lavagem de roupas no rio e a irrigação de hortas.

A onda de rejeitos decorrente do rompimento da barragem chegou de forma densa à sede de Governador Valadares, elevando o nível do rio Doce e gerando forte odor. Embora as áreas próximas ao rio na sede não tenham sido soterradas na época do desastre, os rejeitos acumulados no fundo do rio foram carregados para ruas, casas e quintais durante as enchentes ocorridas no início de 2016. O sistema de abastecimento de água de Governador Valadares foi afetado pelo desastre e ficou inativo por aproximadamente uma semana, provocando a suspensão de atividades cotidianas e serviços públicos para como medida para reduzir o consumo de água.

A Figura 77 e Figura 78 ilustram vistas ao Rio Doce em diferentes pontos do município de Governador Valadares.

Figura 77 – Pico do Ibituruna e Rio Doce, vista a partir do Garfo Clube. Registro em 28/09/2018. Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 78 – Pesca esportiva no trecho do Rio Doce próximo ao bairro de Elvamar, em Governador Valadares. Registro em 29/09/2018. Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.13.2 Ilha Brava

Ilha Brava é uma localidade situada à margem esquerda do rio Doce, a apenas 11 km da sede municipal. Caracteriza-se por possuir diversas casas de veraneio e chácaras para locação com equipamentos de lazer, como campos de futebol e piscinas para aluguel. Os moradores de Governador Valadares são os principais visitantes da localidade. Ilha Brava também conta com moradores que se dedicam em especial à pesca e ao plantio de alimentos para consumo e venda, tanto em feiras locais quanto na sede municipal. Alguns destes moradores ocupam pequenas ilhas no rio Doce, utilizadas como espaços de plantio de diversos alimentos, como abóbora, milho, taioba, mandioca, limão, quiabo, entre outros.

A localidade é cortada pela linha férrea da Vale e convive com o trânsito cotidiano de trens e caminhões de empresas que causam barulho e poeira, além de certa insegurança para a população - em especial, crianças que brincam pelas ruas e às margens da ferrovia.

Em 2015, após o desastre, o rejeito atingiu as ilhas e parte do território de Ilha Brava, alcançando o campo de futebol, um dos pontos de lazer da comunidade. O interlocutor 11259 conta que descobriu que havia lagostas no rio Doce apenas no dia do desastre, quando as viu mortas pelas margens ao lado de peixes enormes. O interlocutor levou seu carro até a beirada do rio com um tambor de água e começou a resgatar peixes que estavam se sufocando com a lama de rejeitos, levando-os até um córrego nas proximidades.

Os auxílios financeiros e indenizações oferecidos pelas Fundação Renova têm gerado críticas e conflitos entre os vários grupos de moradores, agricultores e pescadores de Ilha Brava. O interlocutor 11259 relata que agricultores que tinham ilhas no rio Doce e lavadeiras de roupa da beira do rio não estão entre os contemplados pelas políticas compensatórias da Fundação. Tais situações têm gerado discórdias entre moradores de Ilha Brava, dividindo a localidade entre aqueles recebem pagamentos da Renova e outros que não recebem: “ficam jogando umas pessoas contra as outras”. Existe também uma constante preocupação com a possibilidade da suspensão dos auxílios e indenizações

Além disso, as relações de confiança anteriores tornaram-se, após o desastre, insuficientes para a manutenção das propriedades e processos de compra e venda locais frente ao modo de operar e pedidos de documentação da Fundação Renova. “Nós temos ilha, mas nós não temos comprovante de que a ilha é nossa”. O interlocutor 11259 cita sua casa como exemplo, pois não possui documento que comprova a propriedade do terreno: “Eu sei, quem me vendeu sabe, os vizinhos sabem, isso aí basta”. Ao criticar o excesso de cadastros e comprovantes solicitados pela Fundação Renova, o interlocutor menciona uma demanda de comprovação da produtividade (quantidades, periodicidade, valores) associada à sua renda advinda da venda frutas: “provar que o pé de limão dava tantos limões? (...) Toda semana eu vendia sacos de limão, mas eu dava o produto e as pessoas davam o dinheiro. Só que eles [a Fundação Renova] querem nota. A gente não trabalha assim. Eu entreguei minha mercadoria, você me deu meu dinheiro, pra que que eu vou querer nota? Entulhar papel?”. Problemas que poderiam ser amenizados caso, segundo o interlocutor 11259, os moradores fossem contratados para a realização dos cadastros, o que não só agilizaria o processo, como também garantia emprego à população local: “Ninguém melhor que a comunidade para entender o problema da comunidade. Desse serviço pra

essa juventude toda aqui, nós temos meninos formados, terceiro ano concluído, por que não dar pra esses meninos?”.

Deste modo, critica-se um processo de compensação financeira no qual os atingidos pelo desastre ambiental são impelidos a provar, por maneiras a eles não usuais, seu trabalho cotidiano, pressionados pela Fundação criada e contratada pela causadora do desastre: “o que a Samarco faz é o inocente provar que vivia do rio, e não ela provar que destruiu o rio”.

A Figura 79 a seguir ilustra a comunidade de Ilha Brava.

Figura 79 – Porto de Ilha Brava, local de trânsito entre moradores das ilhas e do bairro. Local de banho e práticas de lazer. Registro em 29/09/2018. Ilha Brava, Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.13.3 Baguari

O distrito de Baguari possui aproximadamente 2.000 habitantes, segundo levantamento do IBGE de 2010 e se localiza à margem esquerda do rio Doce. O traçado de suas ruas, na maioria asfaltadas, segue percursos sinuosos relativos ao terreno cercado por colinas no vale do córrego Baguari, praticamente escondido pelos quintais de casas e aterramentos feitos para a abertura de ruas. Morfologicamente, Baguari não possui uma centralidade clara, mas sim uma configuração linear de ocupação do espaço em relação à margem do rio Doce. Os equipamentos de destaque na localidade são o campo de futebol (equipado com vestiários), uma quadra poliesportiva coberta, a Capela São José, a Igreja Assembleia de Deus e uma área para realização de eventos (encontro de cavaleiros e shows). Na localidade existe uma escola infantil municipal e uma escola estadual, que atendem à comunidade local e parte dos alunos do bairro Ilha Brava, distante cerca de 3 km e um posto de saúde.

Enquanto esses equipamentos se concentram próximos à rua Afonso Bretas Sobrinho, o entorno do vale é ocupado por edificações residenciais e, próximo à linha férrea, encontram-se terrenos maiores com pequenas plantações, casas de veraneio e um estabelecimento de extração de areia.

A paisagem montanhosa do distrito é delimitada pela Rodovia MG-381, pela estrada de ferro Vitória-Minas e pelo rio Doce. A leste da mancha urbana corre o trecho da foz do rio Suaçuí, formando a “barra do Suaçuí” no local onde este deságua no rio Doce. Algumas edificações da primeira metade do século XX se destacam na paisagem, sendo elas antigos estabelecimentos comerciais e casas dos operadores da estação de Baguari, que foi desativada na década de 1990, fazendo com que o trem de passageiros não mais parasse na localidade. O trecho da estrada de ferro que passa por Baguari atualmente não corresponde ao seu traçado original, construído pelo aterramento de parte da área alagável do rio Doce.

O acesso a Baguari é majoritariamente feito pela MG-381, pela qual se percorre o trecho de 20km de asfalto até a sede de Governador Valadares e de 30 km até a sede de Periquito. Os locais também utilizam o trecho da estrada de ferro para se deslocarem (à pé, de bicicletas ou motos) para o bairro Ilha Brava e vice-versa. Outro modo de acesso a Baguari, mais utilizado por visitantes vindos da sede de Governador Valadares, é pela navegação do rio Doce em pequenas embarcações particulares. A cerca de 10km de Baguari, no rio Doce, se localiza a Usina Hidrelétrica de Baguari, que impede a circulação de embarcações no trecho do rio entre Baguari e outros povoados.

A chegada dos rejeitos despejados pelo rompimento da barragem de Fundão levou à abertura das comportas da UHE Baguari para escoamento do material, atingindo assim o trecho do rio Doce próximo ao distrito. O rejeito tomou o leito do rio e alterou sua coloração, exalando um forte odor que perdurou durante dias. Desde então, por conta do medo da contaminação da água do rio Doce, assim como de suas margens e peixes, a utilização do rio Doce foi interrompida pela população local, bem como o fluxo de visitantes da região.

As ações compensatórias articuladas pela Fundação Renova após o desastre são alvo de críticas por parte dos moradores de Baguari. Segundo o interlocutor 11252, as ações da Fundação são norteadas pela monetarização e individualização do ressarcimento, deixando de lado “um foco comunitário”: “Aí fica como se alguns aí fossem donos do rio. ‘Eu quero minha parte, eu vou receber minha parte!’ [simula a fala de outras pessoas]”. Para ele, a compensação simplesmente financeira, descolada de outras ações de âmbito mais geral, prejudicará as gerações futuras, que permanecerão sem o direito de uso sobre o rio. O interlocutor 11252 defende que a Fundação Renova se responsabilize pela construção e manutenção de espaços de lazer no distrito, já que o direito de uso sobre o rio lhes foi tirado.

O pagamento das indenizações e auxílios financeiros alterou também a dinâmica social da localidade e tem gerado tensões e conflitos entre os moradores por conta dos critérios de concessão. De acordo com o interlocutor 11252, apareceram pessoas alegando residência em Baguari apenas para conseguirem os “benefícios” ou indenizações, enquanto moradores que realmente precisavam desse dinheiro não receberam. Os critérios de distribuição desses pagamentos, segundo o interlocutor, teriam “despertado a ganância do povo”, trazendo perturbações aos laços comunitários pelas desconfianças entre moradores e a troca de acusações sobre quem deveria ou não estar recebendo ou ter recebido estes pagamentos.

Todavia, a maior preocupação do interlocutor 11252 é a de que estas indenizações e pagamentos mensais eventualmente cheguem ao fim, fazendo com que as ações de reparação dos danos estejam voltadas apenas à esfera dos danos individuais, deixando de lado a preocupação com a recuperação da

água e das praias de Baguari, elemento fundamental para a vida de seus moradores e que promoviam a construção dos laços sociais entre eles: “Eu acredito que se a coisa ficar só em dar 50 mil pra um, 40 mil pra outro e 10mil pra outro eles [a Renova] não vão mais pensar no nosso lazer aqui não. Vai parecer como se a gente tivesse vendendo o nosso direito, o dos nossos filhos e dos nossos netos. O certo é que eles fizessem também alguma coisa que contemplasse a toda a comunidade, e que isso ficasse por conta deles! Pelo menos que fosse uma grande área de lazer! (...) eles são milionários, tinham que fazer o que tem que fazer, porque enquanto existir Baguari esse rio Doce ainda vai estar contaminado, então enquanto existir Baguari eles tinham que manter alguma coisa aqui pra comunidade. (...) A gente tem medo que depois que esse pessoal da Renova terminar de pagar todo mundo eles vão embora, e a comunidade fique tudo chupando o dedo!”.

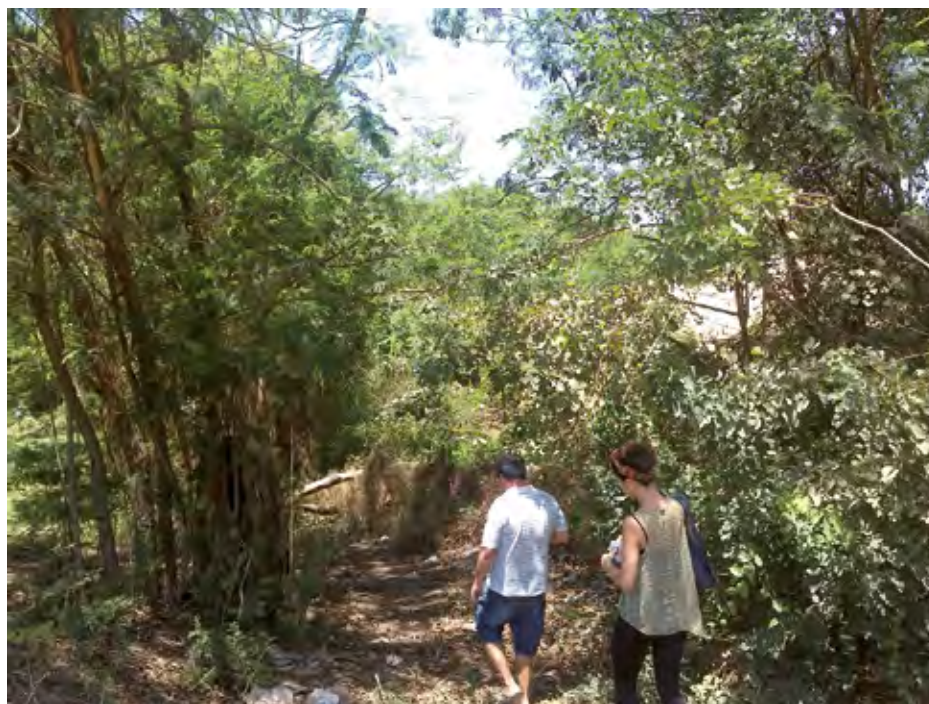
A Figura 80 e Figura 81 a seguir mostram imagens da comunidade de Baguari.

Figura 80 – Vista de estrada de ferro próxima a Baguari, à direita trilhas que levam à margem do rio Doce. Registro em 28/09/2018. Baguari, Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 81 – Morador de Baguari leva pesquisadores a conhecer o “poço dos homens”, antigo local de banho no rio Doce frequentado pelos moradores até o desastre. Registro em 28/09/2018. Baguari, Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.14 TUMIRITINGA

No município de Tumiritinga foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município e na localidade de São Tomé do Rio Doce, conforme descrito a seguir.

4.1.14.1 Sede do município

A sede do município de Tumiritinga está localizada à margem direita do rio Doce. Grande parte da mancha urbana situa-se entre a estrada de ferro (ao sul) e o leito do rio Doce (ao norte), distantes entre si menos de 1 km. Para além da estrada de ferro existem alguns quarteirões de casas, o estádio de futebol municipal e instalações de fábricas do setor ceramista. Em termos de seus equipamentos, a sede de Tumiritinga possui campos de futebol, quadra coberta poliesportiva, escolas, colégio e praças. O equipamento de maior dimensão e relevância local e regional do município é o Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, localizado na margem do rio Doce, compreendendo faixa de areia, palco, área para eventos, área de camping, pista de caminhada, campo de futebol, quiosques, Praça Silvio Perez, área do Horto Florestal Municipal e a Gruta de Nossa Senhora Aparecida.

As edificações de Tumiritinga são, em sua maior parte, de alvenaria, com pequenos quintais e plantio de hortaliças. A paisagem do entorno da sede se caracteriza pela orla do rio Doce, dividida em dois segmentos por um morro, que provoca um estreitamento no leito do rio, formando a larga faixa de areia da praia do Jaó. Apenas um pequeno número de casas se localiza imediatamente à beira do rio Doce, dado que o relevo plano da área próxima favorece inundações pela cheia, levando inclusive à formação de pequenas lagoas.

Há dois acessos principais à sede de Tumiritinga: por uma estrada não asfaltada até o distrito de Barra do Cuieté (Conselheiro Pena-MG) ou então por uma estrada pavimentada que leva a Governador Valadares. Uma balsa também opera fazendo a travessia do rio Doce entre a sede de Tumiritinga e comunidades na margem esquerda do rio.

As principais celebrações e festas realizadas são: Festa do Patrono Sagrado Coração de Jesus, realizada em junho, que conta com procissão, cavalgada e missa; Festa de Nossa Senhora Aparecida, na qual se realizam também procissão, cavalgada e missa; Festas juninas, principalmente, nas escolas da comunidade; as comemorações do Dia do Evangélico, que ocorrem desde 2016 no mesmo dia de emancipação do município de Tumiritinga, 19 de março; e o Carnajaó, evento de abrangência regional que acontece durante o carnaval no Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó.

A chegada dos rejeitos decorrente do rompimento da barragem do Fundão no trecho do rio Doce próximo a Tumiritinga foi assistida por parte da população na Praia do Jaó, que se impressionou com o volume de peixes mortos e com o depósito de “lama” nas areias. O interlocutor 11267 conta que alguns pescadores tentaram, com seus botes, retirar os peixes que boiavam na superfície da água. Aqueles que se aventuraram na empreitada contam que viram espécies de peixes que julgavam já estarem extintas no rio Doce há mais de trinta anos. Mencionaram a “tristeza” da cena que presenciaram, tirando fotos e gravando vídeos em celulares que permanecem guardados, considerados como “provas”, por acreditarem que seus relatos não seriam suficientes para que aqueles que não estiveram lá acreditassem no ocorrido.

A Figura 82 a seguir apresenta vista da praia do Jaó interditada para banho no município de Tumiritinga.

Figura 82 – Vista da Praia do Jaó, detalhe de placas colocadas pelo poder municipal com avisos sobre interdição temporário da área para banho. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.14.2 São Tomé do Rio Doce

São Tomé do Rio Doce é um povoado de Tumiritinga, localizado no distrito São Geraldo de Tumiritinga, a 14 km da sede. É formado por três vias principais, uma estrada que acompanha o trajeto da linha de ferro e duas outras ruas entre o trilho e o rio. A localidade abriga 22 famílias, com aproximadamente 77 moradores, cujas principais ocupações econômicas são a pesca e a agricultura nas margens e ilhas do rio Doce. Dentre os cultivos estão feijão, milho, frutas cítricas e banana. No povoado existem duas igrejas, uma católica de construção mais recente e uma evangélica. Não há estrutura de comércio e serviços e os moradores recorrem aos estabelecimentos de outras localidades, como o município de Galileia, localizado na margem oposta do rio Doce. Há um serviço de balsa que realiza a travessia diária de pedestres e automóveis entre as duas localidades.

Devido à sua proximidade, o rio Doce era o lugar de referência da população para a realização de uma série de práticas culturais, como os banhos de rio e a pesca de barranco. Após o desastre, em 2015, o acúmulo de rejeitos no rio Doce, o soterramento de ilhas e quintais e, posteriormente, o medo da contaminação da água, causou a interrupção das atividades de lazer e econômicas realizadas no rio e suas margens. Muitos moradores não confiam na qualidade da água fornecida pelo sistema de abastecimento, captada em um poço em São Tomé do Rio Doce, por conta da alteração em seu aspecto e o sabor após o desastre. A população recorre à água retirada de minas e poços subterrâneos e à compra de água mineral para suprimir suas necessidades. No povoado, segundo o interlocutor 11269, apenas duas famílias não recebem auxílio financeiro da Samarco, o que tem alterado de modos de vida e padrões de consumo dos moradores: “Mesmo quem não pescava profissionalmente está recebendo

igual eu, então quem não tinha dinheiro e trabalhava na roça, agora tem e deixou de trabalhar. Muitos estão construindo, reformando suas casas, outras pessoas nem sei o que fazem com o dinheiro”.

A travessia de balsa também foi interrompida por alguns dias após o desastre, devido à presença da lama de rejeitos e, posteriormente, fez com que o trajeto sofresse algumas alterações em virtude do assoreamento do rio e o risco de atolamento.

4.1.15 GALILEIA

No município de Galileia foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município, conforme descrito a seguir.

4.1.15.1 Sede do município

A sede municipal de Galileia está localizada próxima à margem esquerda do rio Doce, em frente à localidade de São Tomé do Rio Doce, pertencente ao município de Tumiritinga. O acesso à Galileia pode ser realizado por estradas vicinais, pela Rodovia BR-259 ou por meio de uma balsa entre a localidade e São Tomé do Rio Doce, cujo serviço é oferecido a pedestres e pessoas em veículos motorizados.

Dentre as atividades econômicas principais estão a pecuária e a agricultura, com a presença de fazendas próximas à sede de Galileia. A estrutura urbana é constituída por estabelecimentos comerciais e serviços diversos, equipamentos públicos e privados de saúde, biblioteca municipal, a Igreja Matriz de São João Batista e igrejas evangélicas como a Assembleia de Deus, Igreja Cristã Maranata e Batistas.

No campo das manifestações culturais, Galileia é conhecida na região pela produção de produtos à base de manga, como doces e bebidas alcoólicas e pela realização de festas católicas a Festa de São João, a festa do Padroeiro São João Batista e outras como o aniversário da cidade, a Festa do Galileense ausente e o Encontro de Carroceiros. Esta última homenageia a profissão de carroceiro, tradicional na localidade, cujo trabalho principal é a retirada de areia do rio Doce e transporte de materiais diversos. Dentre as manifestações citadas, não foi relatada a percepção de danos causados devido ao desastre.

Na ocasião do rompimento da barragem parte dos moradores acompanhou à beira do rio a chegada dos rejeitos, que atingiram também parte do córrego Ribeirão das Laranjeiras, outro curso d'água do município que deságua no rio Doce. A chegada do rejeito no local gerou consequências diversas, como a supressão de práticas, entre as quais: a pesca, a retirada de areia das margens, as atividades de lazer no rio, os batismos realizados pela igreja Assembleia de Deus. Além disso, a população tem grande desconfiança com relação à qualidade da água, o que leva grande parte da população a comprar água mineral e/ou buscar água em minas e poços da região.

O sistema de abastecimento de água em Galileia é feito por meio da captação de água no rio Doce. Após o desastre, a população passou a ter uma relação de desconfiança em relação à água fornecida, com suspeitas de que esteja contaminada pelos rejeitos e de que seu consumo teria aumentado casos de doenças, bem como de morte de animais. Diante disso, os moradores buscam constantemente alternativas, como a água coletada em minas da área rural e a compra de água mineral. O interlocutor 11271, relata que a Fundação Renova construirá uma Estação de Tratamento de Água e Esgoto no município. Para o interlocutor, o rio Doce já estava “morrendo”, mas a chegada dos rejeitos piorou muito a situação e abriu os olhos da população em especial para os ribeirinhos. Como medidas

compensatórias da Samarco na região, o interlocutor fala de possíveis revitalizações de nascentes, verba para preservação de construções, equipamentos de lazer e itens de patrimônio histórico local, mas ainda não tem como certas todas essas medidas. Galiléia foi um dos primeiros municípios a fazer um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), acordo pelo qual, por exemplo, conseguiram a ETA (Estação de Tratamento de Água).

A Figura 83 a seguir ilustra registro extraído no município de Galiléia.

Figura 83 – Local conhecido como “Pedreira”, próximo a Galiléia (5 km), utilizada como ponto de banho e lazer a beira rio. Registro em 02/10/2018. Galiléia (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.16 CONSELHEIRO PENA

No município de Conselheiro Pena foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município e na localidade de Barra do Cuité, conforme descrito a seguir.

4.1.16.1 Sede do município

A sede de Conselheiro Pena está localizada na margem direita do rio Doce. A população total estimada do município é de 22.892 pessoas (IBGE, 2018), sendo que a maioria está concentrada no núcleo urbano da sede (Censo, 2010). No trecho do rio Doce próximo à sede está a Ilha do Lajão, conectada às duas margens do rio por uma ponte. O acesso a Conselheiro Pena é realizado pelas rodovias BR-259 e MG-422 e pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Na porção sudeste do território de Conselheiro Pena encontra-se uma parte do Parque Estadual Sete Salões, onde se localiza a Serra da Onça. Entre os equipamentos religiosos presentes no município estão as igrejas católicas, cuja matriz é a Igreja de São José e diversas igrejas evangélicas como a Assembleia de Deus, Igreja Cristã Maranata, Adventista do Sétimo Dia, Universal do Reino de Deus e Igreja Presbiteriana.

O desastre trouxe uma onda de lama para o rio, que foi acompanhada por parte da população. No dia do desastre, os moradores de Conselheiro Pena foram para a margem do Rio Doce esperar a passagem dos rejeitos. Segundo o interlocutor 11277, “já era por volta das 2h da madrugada, estava tudo escuro, era como se fosse um velório e as pessoas estivessem esperando o corpo chegar”. O interlocutor 11275 Lima relata que muitas pessoas se reuniram na área conhecida como “Lajão”, fazendo círculos de oração e “tentando entender o que iria acontecer”.

Como o desastre não afetou o abastecimento de água, o município pode se estabelecer como um prestador de socorro para municípios vizinhos, por meio do oferecimento de água limpa. Apesar disso, o receio sobre a contaminação da água do rio Doce e de suas margens se espalhou entre os moradores locais.

Em Conselheiro Pena, a concessão de auxílios financeiros por parte da Fundação Renova foi um fator gerador de conflitos sociais e desconfiança entre os moradores. Os critérios para a distribuição dos auxílios emergenciais e indenizações são questionados pela população e há reclamações e denúncias sobre pessoas que recebem o auxílio sem cumprir os critérios estabelecidos e sobre pessoas atingidas pelo desastre que ainda se encontram desassistidas.

A Figura 84 e Figura 85 a seguir apresentam alguns registros fotográficos de Conselheiro Pena.

Figura 84 – Vista do núcleo urbano de Conselheiro Pena a partir da ilha do Lajão. Registro em 03/10/2018. Sede, Conselheiro Pena (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 85 – Pichação que indaga “e o crime?” nas ruas de Conselheiro Pena. Registro em 03/10/2018. Sede, Conselheiro Pena (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.16.2 Barra do Cuieté

Barra do Cuieté é um distrito de Conselheiro Pena, a cerca de 14 km da sede, próximo à Galileia. A localidade existe oficialmente desde os anos 1930, situada às margens do rio Caratinga, que deságua no rio Doce em frente ao distrito. O território é cortado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e possui fazendas de criação de gado em seu entorno. O distrito apresenta características urbanas, equipado com igreja católica, algumas igrejas evangélicas, supermercados, escola pública, oficinas automotivas, além de um porto de balsa que atravessa o Rio Doce. Conta com uma economia pouco dinâmica, altamente dependente da agricultura, pecuária e pesca, bem como poucas alternativas de lazer. Na rua mais próxima ao rio Doce, a Rua Nova, localizada cerca de 100m distante do leito, reside a maioria dos pescadores locais.

Barra do Cuieté foi tomada pelos rejeitos após o rompimento da barragem. O interlocutor 11278, relata que sua casa ficou repleta de lama e perdeu colchão, cama, documentos, material escolar de seus filhos: “O que nós tinha a lama levou”. Conta que seu vizinho, que sofre de problemas neurológicos, andou a noite toda, inquieto com o que estava acontecendo: “ele ficou doido dentro da casa, porque ele nunca tinha visto aquilo, né”. O interlocutor 11274 comenta da tristeza em ver diversos peixes mortos - alguns enormes e raros, que nem sabia que existiam no rio Doce - no dia da chegada dos rejeitos à barra do Cuieté.

4.1.17 RESPLENDOR

Em Resplendor foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município, conforme descrito a seguir.

4.1.17.1 Sede do município

O município de Resplendor está localizado entre Conselheiro Pena e Aimorés (MG), com população estimada em 17.715 pessoas (IBGE, 2018), sendo a maior parte residente em sua sede. Na porção noroeste do território do município encontra-se a Terra Indígena Krenak, com população de 343 indígenas, segundo levantamento da Secretaria de Saúde Especial Indígena realizado em 2014.¹⁴ O município é atravessado pelo rio Doce e a maior parte de sua área está na margem esquerda do rio. A área urbana de Resplendor ocupa as duas margens do rio Doce e é atravessada, também, pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e pela Rodovia BR-259, que conecta a cidade às sedes de Conselheiro Pena, Aimorés e Baixo Guandu (ES).

A sede conta, atualmente, com estabelecimentos comerciais variados concentrados em sua área central, principalmente à margem direita do rio Doce, tendo como destaque sua rede hoteleira. Estão presentes, também, na área urbana, diversas instituições religiosas, como as igrejas Nossa Senhora de Fátima, Igrejas Batistas (Primeira Igreja Batista, Filadélfia, Monte Sinai, Nacional Canaã e Nova Jerusalém), Presbiterianas (Primeira e Segunda), Metodista, Assembleias de Deus, Maranata, Deus é amor, Pentecostal o Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Olaria de Deus, além de igrejas católicas. As principais celebrações e festividades realizadas no município são a Festa do Carro de Boi, Cavalgada, Festa do Boi Pintadinho, Festa da Padroeira e as comemorações da Semana Santa.

A construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, em 2005, alterou o leito do trecho do rio Doce que passa por Resplendor, ampliando seu leito. Por conta disso, algumas comunidades localizadas às margens do rio tiveram de ser realocadas para a área urbana.

Em Resplendor os rejeitos de mineração, decorrentes do rompimento da barragem do Fundão, tomaram o leito do rio Doce, atingindo bancos de areia e pedras e, com a elevação do nível do rio, depositaram-se em uma faixa de suas margens. Em sua passagem os rejeitos provocaram a mortandade de peixes que se acumularam nos “rebojos”, nas ilhas, pedras e bancos de areia próximos à sede. A captação de água do sistema de abastecimento da cidade, realizada no rio Doce, foi interrompida com a chegada dos rejeitos ao local, deixando a população desabastecida pelo sistema durante cerca de 20 dias. Até 2015 a captação de água da cidade era realizada no rio Doce. Desde o desastre os habitantes de Resplendor se recusam a utilizar a água do rio, o que levou a protestos para que o poder público assumisse, definitivamente, que a água da cidade seria coletada no rio Manhuaçu e levada até lá por meio de caminhões pipa. Como relata o interlocutor 11211, “[A captação não é feita no rio Doce] porque a população criou um trauma tão forte naquela época dos dejetos, aquele monte de peixe morto pra tudo quanto é lado... Então eles ficaram com tanto receio que eles não aceitam até hoje o contato com a água. Se você falar que vai pegar água do rio Doce, você pode ter certeza que as pessoas vão subir na linha e vão parar o trem. Ou vão pegar a bomba d’água e vão botar fogo nela, igual fizeram algumas vezes”.

¹⁴ Conforme já pontuado, os estudos relativos ao diagnóstico de danos às comunidades indígenas comporão um relatório específico (a parte).

A Figura 86 a seguir apresenta a vista da “Prainha” no município de Resplendor.

Figura 86 – Local conhecido como “Prainha”, ponto de pesca e lazer beira rio. Registro em 10/04/2018. Sede, Resplendor (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.1.18 AIMORÉS

Em Aimorés foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município, conforme descrito a seguir.

4.1.18.1 Sede do município

Aimorés, último município mineiro na fronteira com o estado do Espírito Santo, está localizado entre o rio Doce e o rio Manhuaçu. Sua população estimada é de aproximadamente 25.000 habitantes (IBGE, 2018). As habitações urbanas estão dispostas ao longo da margem direita do rio Doce, e o município possui boa gama de serviços com supermercados, hospitais, igrejas - católica e evangélicas -, hotéis etc. O município abriga também, desde 2006, a Usina Hidrelétrica Eliezer Batista, ou Usina de Aimorés, que abrange, além de Aimorés, os municípios de Resplendor (MG), Itueta (MG) e Baixo Guandu (ES). Na ocasião da construção da Usina vários trechos de florestas nativas e fazendas situadas ao redor do rio Doce foram alagadas.

A região, caracterizada pelas terras férteis para agricultura e pecuária, começou a ser ocupada na segunda metade do século XIX. Em 1916 foi emancipada oficialmente, sendo por muito tempo uma das principais cidades do vale do rio Doce. Hoje se destaca pelo complexo da Usina Hidrelétrica de Aimorés, a maior do leste mineiro, e pelo Instituto Terra, fundado pelo fotógrafo Sebastião Salgado, cujo objetivo é reconstituir o ecossistema florestal da região. Até o final do século XIX a região era habitada exclusivamente pelos indígenas, denominados como Aimorés, o que deu origem ao nome do município. Segundo o interlocutor 11283, a população indígena era bem extensa, apontando a

denominação Botocudos para esses indígenas. Tal herança, hoje mais esquecida, é valorizada pelo Museu Histórico de Aimorés que possui, entre outros objetos, cartas, pinturas e fotografias, além de diversas peças indígenas.

Em 2015, os rejeitos, decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão, alteraram a paisagem do rio Doce na região de Aimorés, chegando a invadir ruas próximas às margens do rio. Os rejeitos depositados no rio fizeram com que a população passasse a evitar o lugar, que era uma referência para práticas de lazer e pesca na região. Posteriormente, as ações adotadas pela Fundação Renova geraram críticas por parte dos moradores locais, principalmente com relação aos critérios de concessão dos auxílios financeiros e indenizações. O interlocutor 11282 relata casos de pessoas que não estavam em suas casas para fazer o cadastro da Fundação Renova e por isso não foram contempladas pelas ações da Fundação. Segundo ele, tanto pescadores quanto carroceiros que viviam de tirar areia da beira do rio, hoje, mesmo quando ganham os benefícios, estão ganhando muito menos que recebiam antes.

O interlocutor 11280, por sua vez, afirma que a Samarco “só distribuiu dinheiro para o povo ficar quieto, nem um pedido de desculpas. Matando um rio, o rio mais importante de Minas Gerais e muito importante para o Brasil”. De acordo com o interlocutor, a empresa também está contribuindo para a morte do rio Manhuaçu, já que é dele que estão retirando água para abastecer a região. A Praia do Manhuaçu, um dos locais de referência de uso do rio homônimo, sofreu também os danos do desastre. Ele também reclama do excesso de caminhões da Samarco e das empresas por ela contratadas, que passam diariamente em frente à paróquia atrapalhando as missas, o sossego da população, tomando espaço de estacionamento dos fiéis, afundando a rua e gerando muito barulho.

A Figura 87 a seguir apresenta imagem da sede, município de Aimorés.

Figura 87 – Praça do bairro Barra do Manhuaçu, próximo a pretérito local de banho e brincadeiras no rio Doce. Registro em 05/10/2018. Sede, Aimorés (MG).

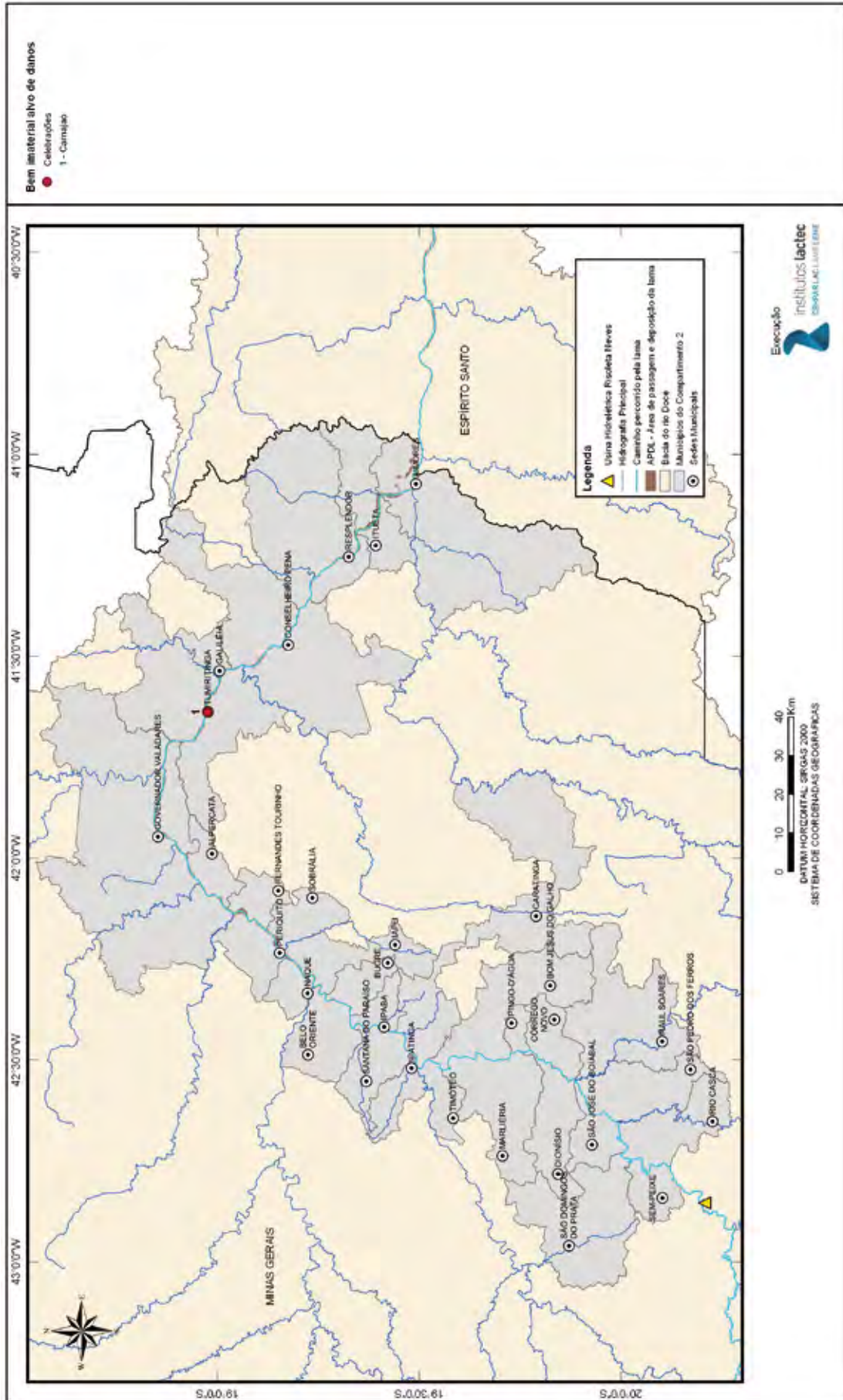


Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.2 DANOS ÀS CELEBRAÇÕES

No Compartimento 2, no conjunto de bens imateriais categorizados como celebrações, ou seja, os rituais e as festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social das comunidades, foram identificados danos ao Carnajaó, conforme descrito no subitem a seguir (Figura 88).

Figura 88 – Bens alvo de danos no Compartimento 2 – Celebrações



4.2.1 CARNAJAÓ

O Carnajaó é uma celebração realizada durante o carnaval no Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, na sede de Tumiritinga-MG. O evento ocorre desde 2001 na Praia do Jaó, localizada na margem direita do rio Doce e consiste na realização de shows musicais nos períodos noturnos e fruição da Praia do Jaó para a prática do nado e brincadeiras à beira rio no período diurno. A celebração é frequentada por moradores locais e também por turistas da região de Tumiritinga-MG, sendo considerado um dos eventos de maior importância realizados no local.

O interlocutor 11264, afirma que o primeiro Carnajaó foi realizado em 2001: “Aquele espaço ficava lotado de gente. As caixas de som ficavam na areia”. Nos primeiros anos, antes da construção da área de camping, quando o local não contava com estrutura de palco ou pátio, os foliões costumavam dormir na grama embaixo dos coqueiros: “Encerrou a programação de shows, que geralmente acaba lá pelas 4 da manhã, o pessoal ficava ali mesmo. Alguém ligava um som, começava o churrasco e aí ficavam o dia inteiro, até começar os shows novamente de noite”.

A presença de visitantes à localidade para participação na celebração é considerada relevante também por impulsionar atividades comerciais formais e informais na sede do município de Tumiritinga-MG, tornando-se um período particularmente importante para artesãos/ãs e doceiras locais para a venda de sua produção.

A Figura 89 a seguir mostra o palco de shows do Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, município de Tumiritinga.

Figura 89 – Palco de shows do Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.2.1.1 Análise de danos ao Carnajaó

A celebração Carnajaó, sofreu 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

4.2.1.1.1 Alteração de práticas culturais

O desastre levou a desfiguração do espaço, associada ao temor relacionado à contaminação das águas e seu potencial de toxicidade, fazendo com que as práticas recreativas diurnas que faziam parte do Carnajaó fossem interrompidas.

A prática do banho de rio fazia parte da celebração do Carnajaó, especialmente no período diurno, quando não ocorriam shows. Dado o local de realização do Carnajaó e sua dinâmica, as brincadeiras à beira rio eram entendidas como parte do festejo. O interlocutor 11266, afirma que as práticas de lazer e fruição do rio Doce e sua margem foram interrompidas desde o desastre, fazendo com que aqueles que frequentam o Carnajaó o façam apenas no período noturno, não mais permanecendo nos períodos entre os shows na festa: “Não vem aquela mesma quantidade de turista durante os 5 dias de carnaval. Só que não vem aquela quantidade, por causa da praia. Porque hoje o turista vem só pra usar aquela parte de palco, a parte de quiosque, mas a parte do lazer mesmo da praia não tem. Pessoal vinha com *jetsky*, com caiaque, com barco inflável e boia para aproveitar a praia”.

O receio de que o rio estaria impróprio para uso pela contaminação das águas e seu potencial de toxicidade levou à redução da quantidade de público da celebração nos anos após o desastre.

O Carnajaó é um dos momentos mais importantes no calendário anual do município por trazer visitantes de outras localidades motivados pelos shows e práticas que estão envolvidos nessa celebração. A prefeitura auxilia na organização da festa. Ao longo dos 18 anos de realização do evento, de acordo com o interlocutor 11264, a prefeitura não pode custear a programação em 2007, 2013 e 2017 devido a restrições orçamentárias. Em 2017, a capacidade de investimento municipal no evento estaria relacionada à queda de receita ocasionada pelas consequências no setor turístico e comercial ocasionadas pelo desastre. Assim, segundo o interlocutor 11264, a redução no número de participantes foi acentuada: “Durante os 5 dias de carnaval passavam aqui em Tumiritinga algo em torno de 15 mil a 20 mil pessoas, isso pra um município que tem em torno de 6700. Para se ter uma ideia, no carnaval deste ano de 2018 foi calculado uma média de 4 mil a 5 mil visitantes, isso demonstra a queda que teve”.

O interlocutor 11266, relata que a frequência de participantes no Carnajaó teria diminuído após o desastre em consequência do medo da contaminação da água do rio Doce e dos riscos à saúde que ela traria aos foliões: “Quando passou a lama da Samarco afetou diretamente. Foi a mesma coisa que pegar um balde de água e jogar no fogo!”. O interlocutor afirma que o Carnajaó era uma celebração de relevância regional, por atrair turistas e visitantes à sede do município de Tumiritinga-MG.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como grave, uma vez que alteração da celebração foi significativa, relacionada ao fato de que as atividades diurnas do festejo, caracterizadas sobretudo pelo banho no rio Doce, deixaram de ser realizadas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 60% dessa prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir uma vez que a percepção acerca da qualidade das águas do rio Doce tende a melhorar com o passar do tempo, ainda que demande um período significativo. Por fim, considera-se que esse

dano é parcialmente reversível pois o rio Doce não poderá ser totalmente recuperado, possibilitando que a celebração do Carnaval retome suas características pré-desastre.

4.2.1.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O receio em relação à qualidade da água e seu potencial de toxicidade afetou a manutenção das redes de relação comunitárias que envolvem a realização da celebração, importante ocasião para o exercício e manutenção de laços de parentesco e amizade.

A celebração do Carnajaó, um dos principais eventos no calendário anual do município, era um grande atrativo para a visita de moradores de outras localidades. Além daqueles que visitavam na condição de turistas, parentes e amigos de moradores locais também pararam de se deslocar para Tumiritinga para a celebração do Carnajaó. Segundo o interlocutor 11266, muitos de seus familiares que moram em outras cidades, os quais só encontrava no período da celebração, deixaram de frequentá-la: “Meus parentes mesmo saiam de São Paulo pra vir para cá. Hoje já não tem mais aquela data certa de vir, porque antes já se programavam pra vir na época do carnaval, isso já não tem mais”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como pouco grave, estando relacionada com a diminuição do número de frequentadores da celebração, destacando-se a perda de visitantes de outras localidades. Pode-se aventar uma alteração de 30% nas redes, de acordo com as narrativas. Esse dano tende a aumentar, uma vez que as sociabilidades tendem a ficar cada vez mais esgarçadas com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, pois o rio Doce não poderá ser totalmente recuperado, possibilitando que a celebração do Carnaval retome suas características pré-desastre.

4.2.2 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES NO COMPARTIMENTO 2

A Tabela 10 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para o bem cultural imaterial constante do conjunto de celebrações do Compartimento 2.

Tabela 10 – Classificação de danos aos bens imateriais (celebrações) no Compartimento 2

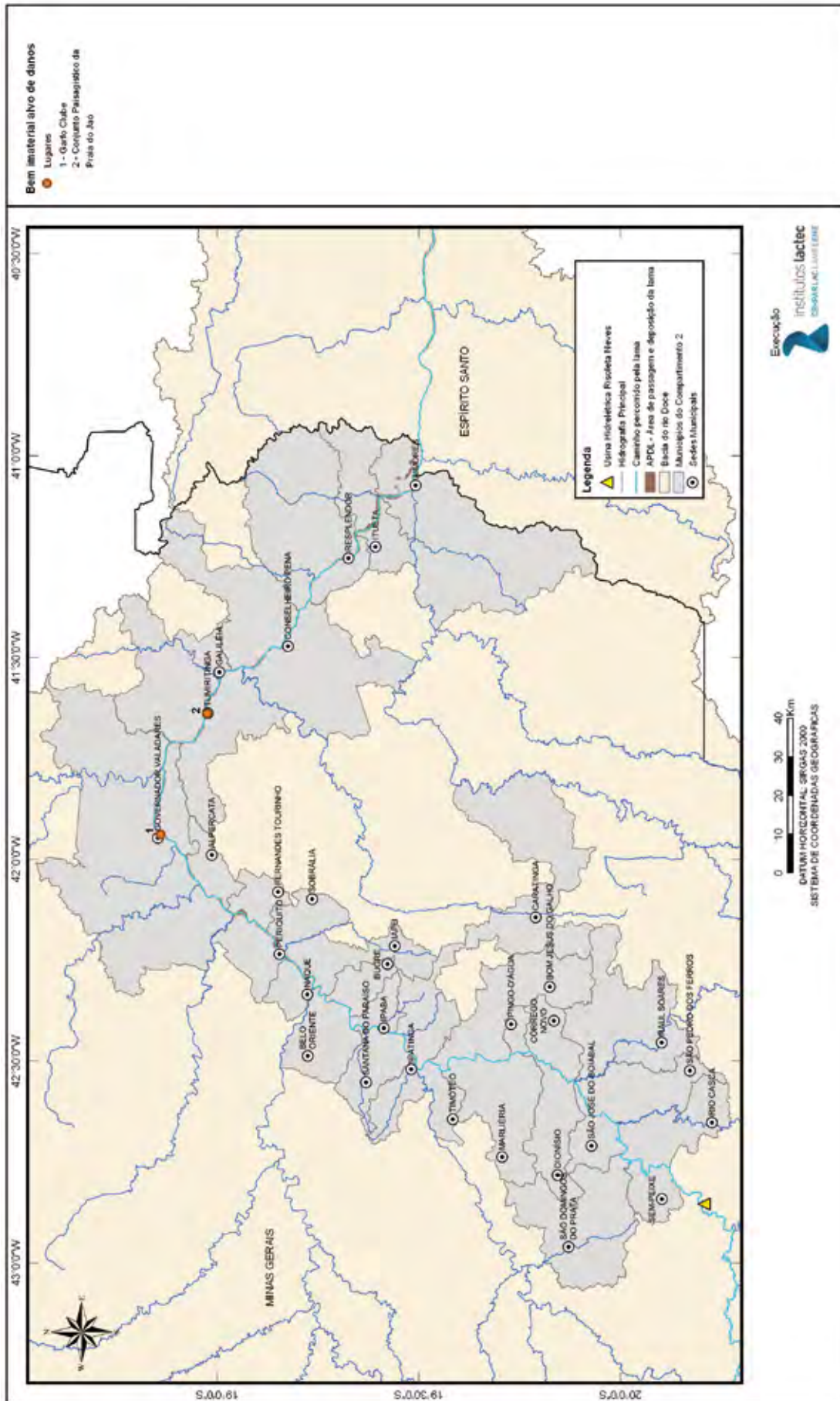
Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Carnajaó	Alteração de práticas culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração da rede de relações comunitárias	Pouco Grave 30% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível

4.3 DANOS AOS LUGARES

No Compartimento 2, os bens imateriais categorizados como lugares, ou seja, os espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, como áreas de encontro, sociabilidade e lazer, alvo de danos estão todos associados ao Rio Doce. Tratam-se do Garfo Clube, do Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó e do próprio Rio Doce (Figura 90).

Cabe destacar que as informações referentes ao Rio Doce foram individualizadas por localidade pesquisada, contudo, estão reunidas para fins de análise, conformando o penúltimo item do presente subcapítulo, devotado aos bens imateriais da categoria lugar no Compartimento 2.

Figura 90 – Bens alvo de danos no Compartimento 2 – Lugares



4.3.1 GARFO CLUBE

O Garfo Clube, localizado na Ilha dos Araújos, próximo à região central de Governador Valadares, é um equipamento de lazer tradicional do município, fundado em 1959 e construído no início do processo de loteamento e urbanização da Ilha dos Araújos. Seu acesso é particular, para uso exclusivo de seus sócios e dependentes, que pagam cotas de associação, mas ocasionalmente aberto a visitantes mediante pagamento de ingressos e convites. O clube é frequentado por moradores das famílias de classe média e média alta do município, principalmente nas épocas de verão, devido ao uso das piscinas.

O nome “Garfo” vem da motivação inicial para a sua fundação, a organização de jantares e passeios para famílias da “sociedade valadarense”, com o tempo tornou-se um lugar de referência para festas, como os bailes de carnaval, e competições esportivas, como a natação. Seus espaços são alugados para eventos sociais como festas de casamento, aniversários, formaturas, etc, mas também são realizados shows musicais, festa de réveillon e as “serestas”, bailes ao som de bandas frequentado por casais.

O rio Doce, juntamente com o Pico do Ibituruna, faz parte da paisagem do clube. Apesar da proximidade com o rio, nenhuma atividade do clube é desenvolvida em suas águas.

A Figura 91 mostra a vista do rio Doce em frente ao Garfo Clube.

Figura 91 – Vista do bairro São Tarcísio e trecho do Rio Doce onde era praticado o surfe, em frente ao Garfo Clube, Governador Valadares-MG. Registro em 28/09/2018. Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.3.1.1 Análise de danos ao Garfo Clube

O Garfo Clube, em Governador Valadares, foi considerado como bem cultural na categoria lugar, tendo sofrido o dano de alteração de espaços relacionados a práticas culturais, apresentado a seguir.

4.3.1.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Após o desastre ocorreu a infestação de mosquitos no clube e um forte odor de lama e de peixes mortos em suas áreas externas, o que levou à diminuição de eventos e frequentadores. No início de 2016, após uma enchente, o transbordamento do rio Doce levou para dentro do clube o rejeito que se encontrava depositado nas margens e no leito do rio. O clube foi então fechado para reformas e seus sócios voltaram a frequentá-lo apenas em 2017.

No que concerne à gravidade, a alteração do espaço do Garfo Clube é considerada como pouco grave, uma vez que os danos ao rio Doce levaram inicialmente à diminuição das atividades do clube e, entre 2016 e 2017, a sua paralização. Da mesma forma, a percepção acerca da qualidade das águas do rio atinge a fruição do lugar. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 20% do espaço foi alterado. Esse dano tende a diminuir uma vez que a percepção acerca da qualidade das águas do rio Doce tende a melhorar com o passar do tempo, ainda que demande um período longo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível pois a percepção acerca do rio Doce, espaço de inserção do clube, não poderá ser totalmente recuperada.

4.3.2 CONJUNTO PAISAGÍSTICO DA PRAIA DO JAÓ

O Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó está localizado às margens do rio Doce, compreendendo a faixa de areia da margem, palco e área para eventos, área de camping, pista de caminhada, campo de futebol, a praça Silvio Perez, quiosques, área do Horto Florestal Municipal e a Gruta de Nossa Senhora Aparecida. O local sempre foi utilizado para práticas de lazer, como banhos de rio, festas da cidade, shows, encontro entre amigos, fruição familiar, pesca, entre outras atividades. O uso da praia do Jaó para atividades de lazer é uma prática tradicional desde pelo menos a década de 1930. O nome Jaó faz referência a uma espécie de pássaro, similar ao iambu, que povoava a paisagem do local nesse período. A partir da virada do século, o local foi alvo de ações da prefeitura municipal para a construção das atuais estruturas presentes no conjunto para a recepção de eventos e práticas de lazer. O lugar era frequentado tanto pelos moradores locais como por visitantes e turistas da região. A presença de visitantes ao local era um fator impulsionador de atividades comerciais formais e informais tais como quiosques, lojas, bares, restaurantes e vendedores ambulantes de artesanato, doces, cerveja, churrasco e pescado.

O local também era importante por abrigar cerimônias religiosas como o batismo no Rio Doce, realizado pelas igrejas evangélicas da localidade. O interlocutor 11261, explica que os batismos eram realizados no porto da barca e na praia do Jaó e a importância dentro de seu sistema religioso de essa cerimônia se dar em águas limpas e correntes: “Pra entender a importância do batismo no rio Doce tem que acompanhar o que está na bíblia, a trajetória de Jesus. Porque quando Jesus encontra com João Batista ele estava no rio, a gente entende que ele estava em um rio, em águas correntes, muitas pessoas usam a expressão de água viva, porque a gente não faz batismo em um poço de águas mortas”.

A Figura 92 a seguir mostra quiosques fechados na Praia do Jaó.

Figura 92 – Pesquisadores em visita à Praia do Jaó. Existem relatos de que apesar das reformas no espaço a diminuição do número de frequentadores impossibilitou os quiosques de manterem-se abertos. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.3.2.1 Análise de danos ao Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó

O Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, considerado com patrimônio imaterial na categoria lugar, sofreu 3 danos, a saber: alteração de espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

4.3.2.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A chegada dos rejeitos no trecho do rio Doce próximo a Tumiritinga foi esperada por parte da população na praia do Jaó. Os relatos sobre o desastre mencionam principalmente a mortandade de peixes observada pela população, assim como o depósito de rejeito nas areias da praia do Jaó.

As atividades ocorridas na praia do Jaó foram alteradas dado o medo que a população demonstra a respeito da toxicidade da água. Esta percepção dos riscos do contato com a água se relaciona à percepção de que os rejeitos continuam presentes na água e nas margens do rio, inclusive nas areias da praia do Jaó. A turbidez ocasional da água, causada pelas chuvas a montante, mais comuns em épocas específicas, foi posteriormente ao desastre interpretada como indício da continuidade da presença do rejeito acumulado rio acima, escoando e se depositando no leito e margens do trecho do rio Doce próximo a Tumiritinga.

O interlocutor 11264, explica a importância da Praia do Jaó para a população de Tumiritinga: “chegando lá você vê que é um oásis, porque é muito bonito”. A praia de areia que se forma na orla foi

alterada pelo depósito de rejeitos, alterando sua coloração e aspecto. Segundo o interlocutor, a prefeitura realiza ações de limpeza do local, retirando parte do material depositado periodicamente, já que as cheias do rio Doce e o transporte de materiais fazem com que as ações regulares sejam necessárias: “Quem limpa mesmo é a gente pisando, e hoje quase ninguém pisa mais, porque as pessoas não usam mais o rio com frequência”.

O interlocutor 11261, como já citado anteriormente, explica que os rituais de batismo que ocorriam na praia do Jaó foram interrompidos após o desastre pelo medo da contaminação da água e das margens.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como gravíssima, uma vez que a percepção acerca da qualidade da água do rio tem levado ao abandono das práticas de lazer e fruição no local, assim como a percepção de contaminação da areia da praia. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% do espaço foi alterado. Esse dano tende a reduzir uma vez que a percepção acerca da qualidade das águas do rio Doce tende a melhorar com o passar do tempo, ainda que demande um período longo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível pois a percepção acerca da qualidade das águas do rio Doce não poderá retomar o contexto pré-desastre.

4.3.2.1.2 Alteração de espaços de referência de memória

O desastre levou à supressão de espaços de referência para a memória local, como a praia do Jaó, principal ponto da sede municipal que dá acesso ao rio Doce e que possui um histórico de utilização vinculado à própria história da cidade e das famílias que vivem lá. A praia é espaço de referência para práticas recreativas, comunitárias e de lazer há 80 anos, tendo sido utilizada por, ao menos 3 gerações de pessoas. Essa longevidade explicita o papel desse lugar na memória coletiva e familiar e sua capacidade de evocar lembranças e afetos.

O interlocutor 11264 conta: “Eu vivia na prainha, cresci lá, desde quando era criança e adolescente ia pra prainha e ficava o dia inteiro n’água. Tomava um banho, secava a roupa e voltava pra casa de tarde. Todo mundo aqui da cidade ia pra lá, passava o dia inteiro fazendo churrasco.” E completa: “Patrimônio cultural não é só o que a gente tem de bem tombado ou de bem inventariado, os nossos moradores têm uma tradição de uso do rio, e a gente não sabe daqui há 5, 10 anos como vai ser pra esses moradores, se vão ter condição de continuar com isso”.

A descaracterização da praia, com o aporte de rejeito sobre as margens do rio e a interrupção de sua utilização, causada pelo medo do potencial de contaminação da água, levou a memória tradicional do lugar a ser trocada pela memória do momento do desastre. Nas palavras do interlocutor 11266, “aqui ficou uma sensação estranha, parece que a cidade morreu”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência de memória é considerada gravíssima. Segundo as narrativas, 96% das memórias do lugar, utilizado há pelo menos três gerações, foram alteradas, posto que estão associadas as memórias traumáticas. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esse espaço tende, cada vez mais, a ser relacionado às memórias traumáticas e menos às memórias positivas dos processos sociais vivenciados antes do desastre. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que os processos mnemônicos traumáticos não podem ser revertidos.

4.3.2.1.3 Alteração da rede de relações comunitárias

As atividades que ocorriam na praia do Jaó eram comunitárias e envolviam moradores locais e visitantes de outras localidades que possuíam laços afetivos ou parentais com os moradores de Tumiritinga. A praia era um dos principais pontos de encontro na cidade e com os danos sofridos em ocasião do desastre, fez com que um dos elementos agregadores das redes sociais se perdesse.

O interlocutor 11261 conta que nas atividades de sua igreja à beira rio, toda a família costumava estar presente. Após o desastre, os fiéis da igreja Batista Beth Shalon utilizam agora o rio Caratinga, e piscinas na cidade: “ficou difícil de deslocar pra lá. Porque quando vai fazer um batismo não vai só a família, a igreja toda quer ir, mais de 150 pessoas. Então, fica ruim de levar todos em ônibus, tem que contratar um ônibus lá em Conselheiro Pena pra vir pra cá. Porque é um momento de comunhão que todos querem participar, do ancião até as crianças”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como grave, estando relacionada com a diminuição do número de frequentadores do lugar, devido as percepções acerca da contaminação da água e da praia. Pode-se aventar uma alteração de 60% nas redes, conforme as narrativas. Esse dano tende a aumentar, uma vez que as sociabilidades tendem a ficar cada vez mais esgarçadas com o passar do tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível pois a percepção acerca da qualidade das águas do rio Doce não poderá retomar o contexto pré-desastre.

4.3.3 RIO DOCE

O bem Rio Doce, no Compartimento 2, sofreu danos em toda a sua extensão, tendo sido indicado pelos atingidos de 18 municípios, apresentados sucessivamente: Rio Casca, Sem Peixe, São José do Goiabal, Pingo D'Água, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Ipaba, Belo Oriente, Bugre, Naque, Periquito, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor e Aimorés.

O rio Doce era considerado, para os habitantes do município de Rio Casca, mais precisamente as localidades de Córrego Preto e Rochedo (Figura 93), o principal ponto de lazer e convívio das comunidades, como se aponta na interlocução com os seus moradores. Era também sua água que abastecia os moradores, que a filtravam e a consumiam no dia-a-dia. A praia do rio Doce, localizada em Córrego Preto, era um dos principais pontos de encontro das comunidades. Ali os moradores dos dois povoados pescavam, nadavam, banhavam-se, realizavam churrasco, acampavam, montavam barracas nas quais consumiam peixe e as mulheres lavavam roupa. Era o principal local de brincadeira das crianças, que se divertiam diariamente nas águas do rio.

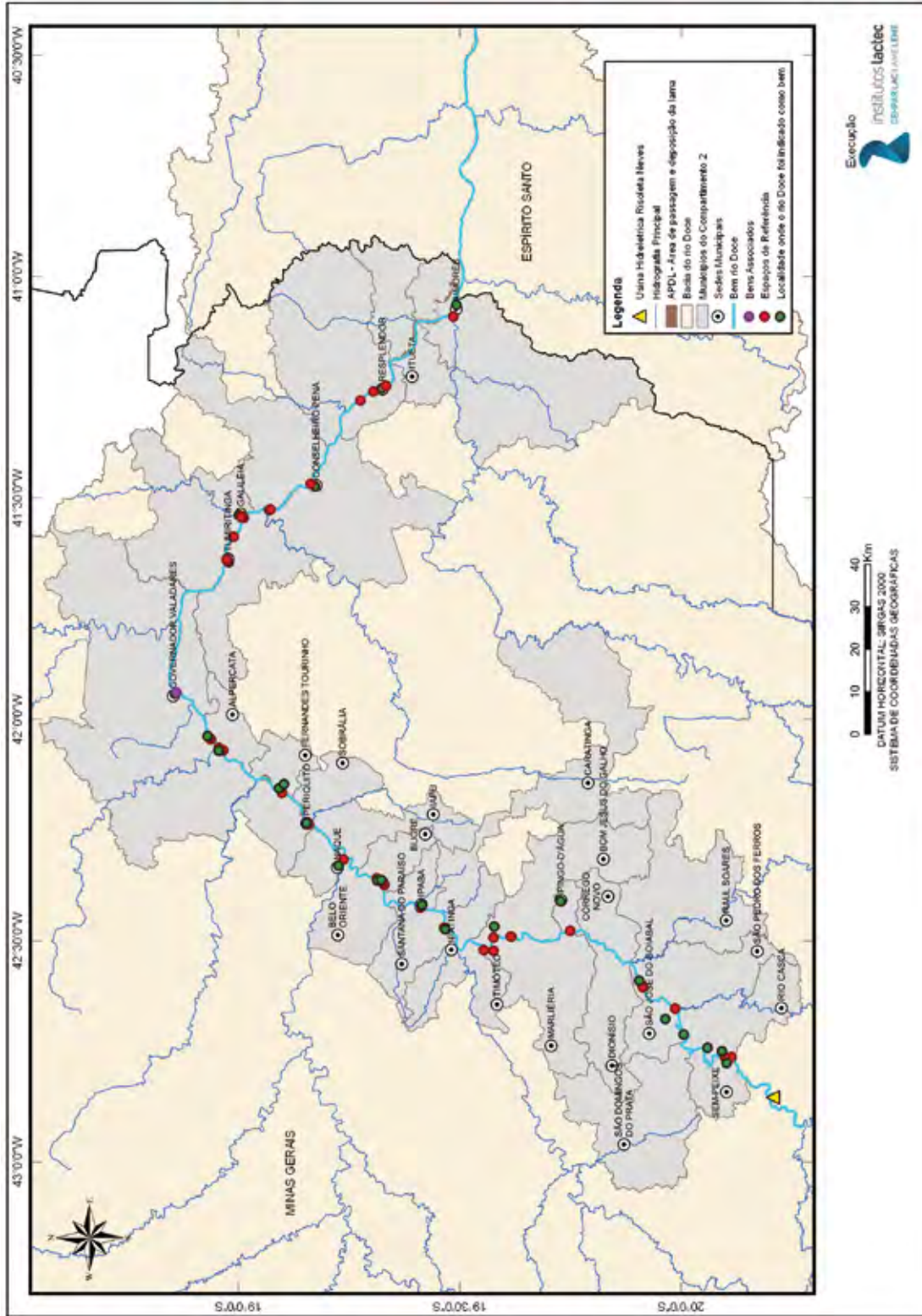
Figura 93 – Trecho do Rio Doce entre Rochedo e Córrego Preto, Rio Casca-MG. Registro em 21/09/2018. Rochedo (Rio Casca-MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

A Figura 94 a seguir apresenta as localidades do Rio Doce no Compartimento 2, onde foi considerado como patrimônio, espaço de referência e bem associado.

Figura 94 – Rio Doce no Compartimento 2: localidades onde o rio foi indicado como patrimônio, espaços de referência e bens associados



Também no município de Sem-Peixe e especialmente no povoado de Califórnia, rio Doce é um lugar de relevância para as atividades cotidianas, para a congregação comunitária e para a manutenção de laços identitários com o lugar e com moradores de outras localidades. O rio demarca o limite municipal de Sem-Peixe e faz com que Califórnia se encontre próxima de localidades de outros municípios, com as quais mantém relação. Alguns trechos da margem do rio Doce eram utilizados como áreas para banho e festas. O rio também contava com embarcações utilizadas para a atividade da pesca, para o transporte e travessia entre as margens.

Dessa forma, o rio separa algumas localidades que se encontram em municípios diferentes, mas que mantêm entre si uma relação próxima, de circulação cotidiana e realização de atividades conjuntas, especialmente atividades de lazer e a prática da pesca.

No município de São José do Goiabal, o rio Doce tinha um papel importante nas relações sociais dos moradores Biboca, Mecias Gomes e Firma Araújo, comunidades dessa municipalidade. Nas três localidades havia um lugar em que era possível acessar o rio e no qual se estabeleciam diversas atividades comunitárias, como pesca, nado, brincadeiras na água e churrasco.

Em Biboca (Figura 95), o lugar definido como local para tanto era chamado de “Porto”. Tratava-se de uma pequena praia localizada em um terreno particular de um morador do povoado que não controlava o acesso das pessoas àquele ponto específico. Alguns moradores de Biboca frequentavam o lugar diariamente, levando as crianças para nadar e se divertir no rio. Aos finais de semana iam pessoas de toda a comunidade para a praia, para pescar e fazer churrasco.

Em Mecias Gomes, que dentre as três localidades é a que guarda maior distância do rio Doce, também havia um local chamado de “Praia”, que era amplamente utilizado pelos moradores durante a semana e aos finais de semana. Foi relatado, também, que os habitantes da comunidade gostavam muito de passear pela orla do rio. A pesca era uma das atividades locais mais importantes.

Já em Firma Araújo, foi apresentada, aos pescadores, uma ilha pertencente a uma família local, aberta a todos da comunidade, na qual fora construída uma casa de pouso. Essa ilha era um dos pontos de encontro mais importantes ali onde, assim como nas duas outras localidades, tomava-se banho de rio e pescava-se.

Figura 95 – Bote de uso da família moradora de Biboca, inutilizado após a chegada de rejeito no rio Doce. Registro em 22/09/2018. Povoado Biboca, São José do Goiabal (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Mesmo se localizando a mais de 7 km da sede da cidade de Pingo D'Água (Figura 96), o rio Doce tinha grande importância para muita gente que ali vivia. Era o local onde se dava a prática da pesca que, nas palavras do interlocutor 11225, morador da cidade, constituem tanto “lazer” como “cultura” local: pescava-se “todos os dias, o dia inteiro tinha gente na beira do rio, tinha gente que ia de manhã, algumas pessoas iam de tarde e ficavam até de noite. Era o lazer que a cidade tem, pois aqui tem poucas opções. É cultura do povo daqui pescar, é o que sempre fizeram”.

Figura 96 – Leito do Rio Doce sob a Ponte Queimada. Registro em 24/09/2018. Pingo D'Água (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O trecho do rio Doce próximo a Revés do Belém (Figura 97), comunidade do município de Bom Jesus do Galho, possui cerca de 30 km entre os locais conhecidos como “Ponte Queimada” e “Ponte Escondida”. Era um lugar formado por espaços utilizados pela população local e entendidos como os principais espaços de encontro, lazer, pesca de barranco e contemplação da paisagem na comunidade. Pontos como o “Poço da Sorte” e a “Cachoeira de Santana” eram locais de valor afetivo aos moradores de Revés de Belém, presentes em suas narrativas e histórias de vida familiares, frequentados em momentos de lazer e associados à prática da pesca. Também foram citados outros locais ao longo do rio, de suas ilhas e de suas margens, como o “Poço do Piau”, “Pedra Pelada”, “Curva do Alecrim” e a “Ilha da Soneca”.

À margem esquerda do rio se encontra o Parque Estadual do Rio Doce, com uma paisagem considerada especialmente bela pelos moradores da localidade, contribuindo para tornar o rio um local de contemplação e com forte relação afetiva.

A pesca para os moradores de Revés do Belém era uma tradição familiar, citada pelos moradores como praticada há mais de 40 anos. Era realizada cotidianamente, de forma solitária ou em pequenos grupos de familiares ou de amizade e reunia os moradores na beira do rio, em vários trechos de sua margem. O aprendizado da prática se dava a partir da infância, na companhia dos pais, como relata o interlocutor 11223: “Muitos aqui pescam desde menino, aqui é igual índio, aprende com os pais mesmos. É coisa de geração! Como se diz, nosso pai é pescador, bem antigo. Tem pessoa que ficava na beira d’água direto, até acampava lá mesmo. A mulherada ia junto também, levava criança, família toda.”

Figura 97 – Área de formação de praias afetada pelo desastre, moradores exibem as alterações a eles perceptíveis no relevo e qualidade do solo pelo acúmulo de rejeito. Registro em 23/09/2018. Revés do Belém, Bom Jesus do Galho (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Os moradores da Ilha do Rio Doce, no município de Caratinga, estabelecem uma forte relação de identidade e pertencimento com o rio. Tal relação fica explícita quando se referem ao lugar onde vivem como sendo “dentro do rio Doce”, como disse o interlocutor 11231: “Aqui é o rio Doce. Nós mora dentro do rio Doce, bebe a água do rio Doce, porque nós não tem água tratada, não tem nada”.

O cotidiano da população é atrelado ao rio. A pesca, antes do desastre, era a principal atividade econômica, mas possuía um significado mais amplo, sendo entendida como uma atividade de lazer e que propiciava encontros entre os moradores. Crianças, adultos e idosos praticavam a atividade e a alimentação à base de peixe era entendida como um traço cultural. Além disso, a beira do rio era utilizada para festas e reuniões comunitárias. Também há relatos da utilização das águas do rio para cerimônias religiosas, como o batismo.

O rio Doce limita o território do município de Ipaba (Figura 98) a oeste e norte e possui um trecho próximo da área urbana da sede. O rio, juntamente com a Lagoa de Ipaba, possui importância histórica e identitária para os moradores do município, entendido como elemento fundamental para o estabelecimento de sua povoação e fundação.

Os moradores da rua Gessi Assis Pena, paralela ao rio e à Rua do Porto, que desemboca no “ponto do bote”, possuíam uma relação cotidiana com rio, dada a proximidade física do lugar, onde desenvolviam suas práticas de lazer, banhos, festas, pesca de barranco e onde encontravam os vizinhos e fortaleciam seus laços comunitários. Para esses moradores, o rio era como uma extensão de seus quintais, já que chegava até o limite de seus terrenos nas épocas de cheia, como apontam os interlocutores 11229 e 11230: “o pessoal da rua Gessi [Assis Pena] dependia muito desse rio, todo mundo descia em peso pra beira, era uma vida muito tranquila!”.

O rio também era um lugar de referência para moradores de outras partes de Ipaba, que utilizavam o espaço da “prainha”, uma faixa de areia formada na margem do rio, próxima ao ponto de travessia de bote. De acordo com o interlocutor 11233, a prainha era muito frequentada no final da tarde, por pessoas de todas as idades e famílias interessadas em descansar, observar a vista e praticar esportes na beira do rio, como peteca, vôlei, futebol. Segundo o interlocutor, vários times de futebol da região foram fundados na prainha. No espaço, eram montadas barracas de pesca e vendedores ambulantes comercializavam alimentos.

Figura 98 – Tradicional boteiro realizando a travessia entre Ipaba e Ipabinha pelo rio Doce. Registro em 26/09/2018. Ipaba (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O rio Doce era intensamente utilizado pelos moradores do município de Belo Oriente, especialmente na localidade de Perpétuo Socorro, nas mais diversas práticas socioculturais. A Cachoeira Escura, localizada próxima ao centro urbano, era o principal ponto de encontro daqueles que buscavam alguma atividade de divertimento, ou mesmo dos que pescavam profissionalmente, de forma amadora ou para a própria subsistência. Tratava-se também de um local que, de modo indireto, gerava renda para muitos habitantes do distrito, pois trazia visitantes de outras regiões que consumiam produtos e serviços por lá.

Diversos outros lugares na orla do rio eram utilizados para banho e pesca. O rio também irrigava muitas plantações de habitantes de Perpétuo Socorro, que vendiam seus produtos nos mercados locais, e a própria água que alimentava o centro urbano era nele captada.

Um dos principais serviços locais que ocorre no rio Doce é a balsa que faz a travessia de pessoas e coisas entre Perpétuo Socorro e o povoado de São Lourenço, localizado do outro lado do rio e pertencente ao município de Bugre. A balsa transporta cerca de 500 pessoas por dia e tem importante papel principalmente para os moradores de São Lourenço, que a utilizam para ter acesso aos serviços estabelecidos em Perpétuo Socorro, às linhas de ônibus que podem levá-los a outras cidades e distritos

e à fábrica da Cenibra, indústria localizada no município de Belo Oriente, responsável por muitos cargos de trabalho daqueles que vivem em Perpétuo Socorro e que também depende da água do rio Doce para sua produção.

Os habitantes de São Lourenço, no município de Bugre, estabeleciam uma relação intensa com o rio Doce, como apontam os relatos de seus moradores. O rio tinha relevância tanto como ambiente de práticas culturais importantes, quanto como local central para a construção de identidade própria dos habitantes da comunidade. Seu leito e margens eram utilizados para brincadeiras, encontros com amigos e acampamentos. O simples ato de sentar à beira do rio e observar sua paisagem é relatado como algo muito valioso aos habitantes. E, dentre todas as atividades, a pesca era a mais recorrente. Era também a água do rio que abastecia os habitantes do povoado nos momentos de seca, tanto para o consumo quanto para atividades corriqueiras, como a lavagem da roupa ou a rega das hortas.

Em Naque, haviam algumas áreas dos dois rios onde ocorriam práticas de lazer e de pesca - em geral ao mesmo tempo, uma vez que as práticas de pesca assumem também o caráter de lazer. A cidade recebia muitos visitantes aos finais de semana, que acampavam na orla dos rios e acabavam por movimentar a economia local. Como relata o interlocutor 11237: “A partir de sexta feira começava o movimento. Vinha gente de Governador Valadares, Ipatinga. Desde o desastre, isso nunca mais aconteceu. Movimentava o comércio, os restaurantes, principalmente alguns que eram especializados em peixe”.

O rio Doce passa pela sede do município de Periquito e, após cerca de 12 km, chega à Pedra Corrida. As duas localidades estão localizadas às margens do rio e, por conta disso, seus habitantes estabelecem relações profundas com este. Em Periquito há uma praia que, antes do desastre, era frequentemente utilizada por todos aqueles que queriam se banhar, se divertir, pescar e realizar atividades religiosas, como o batismo.

Já em Pedra Corrida (Figura 99), há um claro entendimento local de que aquela é uma “vila de pescadores”. A relação da comunidade com o rio se alterou radicalmente em 2009, quando a Usina Hidrelétrica Baguari foi construída, alagando aquela região. Diversas praias desapareceram, mas, por outro lado, o local ficou mais propício para a pesca, o que não só possibilitou aos residentes da cidade uma relação mais frequente com esse ofício, como também atraiu pescadores de outras regiões. Como caracteriza o interlocutor 11234: “nós aqui [em Pedra Corrida] vivíamos no rio e vivíamos do rio”. Grande parte da população dependia do rio para suas práticas culturais que resultavam em relações de consumo, comércio, lazer e sociabilidade. Havia até mesmo uma denominação específica, no local, para os pescadores profissionais e experientes: eram chamados de “piratas”. Os “piratas” perambulavam pelo rio Doce, demarcando sua territorialidade, que deveria ser distinta daquela ocupada por pescadores visitantes - aqueles que iam para a cidade para praticar a pesca esportiva.

Figura 99 – Córrego Saião, local de valor afetivo e sociabilidade atingido pelo rejeito. Existe a preocupação dos moradores com a qualidade da água do local. Registro em 27/09/2018. Pedra Corrida, Periquito (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O rio Doce é inventariado no limite oeste de Fernandes Tourinho, precisamente onde se situa a comunidade de Senhora da Penha (Figura 100 e Figura 101), sendo que esta, sempre teve um forte vínculo com o povoado de Pedra Corrida, distrito do município de Periquito. Antigamente a travessia de uma comunidade para outra era realizada com botes e, após a instalação da balsa em 2009, esse contato ficou ainda mais intenso. Os moradores da comunidade se ressentem por não poder acessar diversos lagos e rios que ficam nas fazendas do entorno. Essas fazendas limitam os espaços por onde podem circular, inclusive seu acesso ao rio Doce que, atualmente, só pode ser realizado pelo porto da balsa - já que as praias desapareceram após o alagamento da área para a construção da Usina Hidrelétrica de Baguari.

Os espaços mais importantes em que se davam práticas culturais relacionadas ao rio eram as praias que foram cobertas de água com a formação da represa para a Usina Hidrelétrica de Baguari, em 2009. Nessas praias eram realizados churrascos, brincadeiras na água, pesca e futebol. Após a perda dessas áreas, o ponto de maior contato com o rio passou a ser o porto de onde sai a balsa para Pedra Corrida. No entanto, toda a orla continuou sendo utilizada para as mesmas finalidades, destacando-se a pesca de barranco. Com o alagamento, a quantidade de peixes cresceu, o que não somente fortaleceu a pesca local, como também atraiu pescadores de distritos e cidades próximas. A cidade se tornou um pólo de pesca da região, e para ela se dirigiam pessoas com seus carros, barracas, geradores e congeladores. Estes acampavam no distrito e ocupavam toda a orla do rio Doce, como conta o interlocutor 11256: “nessa época [de alta temporada] se você quisesse pescar aqui tinha que levantar de madrugada pra encontrar um lugar bom de pescar, porque a beirada do rio ficava tomada por pessoas de fora”.

Figura 100 – Vista de parte da área de pesca, acampamento e churrasco na beira do Rio Doce na comunidade Sra. da Penha. Registro em 29/09/2018. Senhora da Penha, Fernandes Tourinho (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 101 – Vista de parte da área de pesca, acampamento e churrasco na beira do Rio Doce na comunidade Nsa. Sra. da Penha. Registro em 29/09/2018. Senhora da Penha, Fernandes Tourinho (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O rio Doce, em Governador Valadares, é considerado como um bem que confere identidade ao município. Isso é devido à sua presença na paisagem e à sua importância histórica relacionada ao processo de formação territorial e povoamento. O interlocutor 11251 relata que o município se diferencia

de outros municípios mineiros, “pois enquanto eles cresceram ao redor de uma igreja, em Valadares a igreja veio porque o povo cresceu ao redor do rio”.

A relação histórica entre o município e o rio também pode ser observada a partir de seus primeiros nomes, como “Porto das Canoas” e “Figueira do Rio Doce”. O rio Doce também é considerado como um elemento constitutivo do Complexo Paisagístico do Pico do Ibituruna, formado pelo pico, o rio e o entorno formado pela reserva ecológica e a área urbana (Figura 102).

O leito do rio Doce banha bairros da sede urbana, distritos e comunidades rurais localizados em ambas as margens. Em cada uma dessas localidades existem espaços importantes para o desenvolvimento de práticas de lazer, banhos, churrascos, reuniões comunitárias e familiares, brincadeiras de crianças, pesca e esportes aquáticos. Além dessas, também eram desenvolvidas atividades econômicas relacionadas aos modos de vida de populações ribeirinhas, como a pesca profissional e de subsistência, a extração de areia do leito do rio, os cultivos em ilhas e margens e a atividade das lavadeiras de roupas.

A orla do Rio Doce em Baguari possuía características que atraíam tanto os moradores locais, quanto visitantes, como áreas rasas, fundo de areia e correnteza branda. A maior parte do fluxo de pessoas se concentrava no espaço chamado “ponta de areia”, localizado próximo à foz do rio Suaçuí, para a realização de práticas como banhos, pesca e reuniões familiares. Outros pontos importantes são as ilhas fluviais próximas da localidade e lugares nas margens, que atraíam grupos de famílias e amigos e visitantes – moradores da sede de Governador Valadares e do interior do município – para a realização de pescarias, churrascos e acampamentos. Um espaço de destaque é o “poço dos homens”, um lugar de uso antigo e tradicional dos moradores para banho e brincadeiras juvenis. O “poço dos homens” está presente nas memórias de moradores como o interlocutor 11250, um dos mais antigos de Baguari, que relata o costume de nadar e brincar no poço quando criança.

A comunidade de Ilha Brava também era um destino de visitantes interessados nas práticas de lazer no rio. Moradores da sede de Governador Valadares e de outras regiões alugavam chácaras e casas de veraneio, de acordo com o interlocutor 11259: “as pessoas vinham descansar da cidade aqui. Traziam uma carne, a gente assava, fazia um arroz, era um convívio. Isso tudo foi tirado da gente”. Uma parcela da população de Ilha Brava é composta por pequenos agricultores, que cultivam frutas, verduras e legumes nas margens e pequenas ilhas do rio Doce próximas à localidade. Além de lugares de trabalho, esses lugares são espaços de lazer e pontos de encontro para amigos e familiares de moradores, que costumam organizar mutirões de trabalho e churrascos.

Na sede de Governador Valadares, o rio Doce era um lugar importante para o desenvolvimento de atividades como os esportes fluviais, com destaque para a prática tradicional da canoagem, propiciada pela formação de corredeiras no rio, sendo o trecho próximo à Ilha dos Araújo um ponto de referência para a atividade e campeonatos. O surfe no rio, praticado nas corredeiras em frente ao Garfo Clube, e as apresentações de motonáuticas também eram práticas frequentes.

Os moradores dos bairros da sede localizados à beira rio, como São Tarcísio, Santa Rita, São Paulo e Santa Terezinha tinham o rio Doce como um lugar importante para suas práticas de lazer e atividades econômicas relacionadas aos modos de vida da população, como a pesca e a extração de areia e cascalho do leito. A prática evangélica do batismo por imersão foi relatada como realizada em pontos do rio próximos ao bairro São Paulo.

Dada a proximidade geográfica com o rio, em São Tarcísio os moradores habitavam a sua margem como uma extensão de suas casas, configurando-a como um importante espaço de encontro e sociabilidade entre vizinhos. Nesses bairros, o rio Doce era lugar de referência para as brincadeiras infantis e os banhos de rio, dada a ausência de outros espaços dedicados a esses fins. Além dos próprios moradores do bairro, pessoas de outros lugares também frequentavam o rio, segundo o interlocutor 11253, em São Tarcísio: “Era uma concentração de criança muito grande, gente de fora, principalmente aos finais de semana, feriado prolongado, época de carnaval. A rua ficava cheia”. O interlocutor 11254 conta que o rio “era um enxame de abelha de tanta gente nadando. Os caiaques e as lanchas ficavam pra lá e pra cá, agora o pessoal fica com medo de entrar no rio”.

Os espaços do rio próximos aos bairros são referências de memória para descrever o bairro, seus moradores e costumes. Para os moradores do bairro de Santa Rita, localizado na margem esquerda, o rio Doce possui uma importância relacionada ao histórico de ocupação do bairro pela população local e às memórias relacionadas ao rio. De acordo com o interlocutor 11255, as práticas e usos do rio já estavam em processo de modificação e diminuição de sua frequência desde a instalação da empresa Celulose Nipo Brasileira (Cenibra) e a construção da barragem de Baguari. O interlocutor 11254 relata sobre a atividade tradicional das lavadeiras de roupa em São Tarcísio, meio de sustento de várias famílias do bairro no passado: “A beira do rio ficava cheia de lata de roupa. Antigamente você não via ninguém dentro de casa a tarde, tava tudo pra beira do rio”.

Figura 102 – Embarcação de pescador em São Tarcísio e pico do Ibituruna. As pedras ao fundo são referências para os moradores do nível do Rio Doce. Registro em 28/09/2018. Governador Valadares (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O rio Doce limita o município de Tumiritinga em sua porção leste e banha a sua sede, onde está localizado o Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó (Figura 103). O rio abriga espaços de importância para o desenvolvimento de práticas culturais tradicionais da população, como os banhos de rio e a

pesca de barranco, festas, shows e rituais religiosos. Em São Tomé do Rio Doce existe uma balsa em operação, que conecta a localidade ao município de Galileia, na margem oposta.

Para os pequenos agricultores dos assentamentos Cachoeirinha e Primeiro de Junho e outros que possuem terras nas várzeas, a importância do rio Doce ultrapassa a questão econômica, caracterizada pela utilização das águas para irrigação, pois simboliza a base de seu modo de vida intrinsecamente ligado ao cultivo da terra. Em seu tempo livre, o rio Doce era utilizado para a prática do banho e pesca.

A pesca, atividade tradicional de muitas famílias no município, era praticada tanto em sua forma profissional, quanto como uma prática de lazer e descanso, em diversos pontos do rio. Ela garantia a presença dos pescados nos hábitos alimentares dos moradores e dava ritmo à vida cotidiana das famílias praticantes do ofício.

Figura 103 – Orla “revitalizada” na praia do Jaó após o desastre. Existem acusações por parte dos moradores de “maquiagem” dos problemas relacionados à contaminação da água. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O rio Doce em Galileia reunia espaços importantes para o desenvolvimento de práticas de lazer, encontros comunitários e pesca, com os quais a população mantém uma relação de afetividade e identificação. A água do rio Doce abastece Galileia por meio de uma captação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).

Alguns pontos de lazer e banhos de rio da população se localizam dentro do terreno de fazendas, cujos acessos são permitidos pelos proprietários. Este é o caso do espaço conhecido “Pedreira”, ponto de referência de lazer para moradores de Galileia. Fora das fazendas existia um local chamado de “prainha”, muito utilizado no período anterior à passagem dos rejeitos. Na prainha havia um campo de futebol, pés de manga e era um costume dos moradores locais frequentá-lo aos finais de tarde e finais de semana. O porto da balsa era utilizado para pesca, churrasco, banhos e reuniões

de familiares e amigos. Foi relatada a existência de um clube particular local. Segundo moradores, a pedreira era um espaço importante de acesso livre para as pessoas que não tinham condições de pagar para se associar ao clube.

Os interlocutores 11270 e 11271, relatam que o rio Doce já passava por um processo de poluição e desmatamento de suas margens, mas que as pessoas utilizavam as águas sem medo de prejuízos à saúde. Havia uma relação de afetividade com o rio, expressa na fala do interlocutor 11270: “Nós somos simplesmente apaixonados por esse rio, é paixão”. Ela conta, inclusive, que lavava roupa no rio Doce quando era mais nova. Outras atividades desenvolvidas no rio eram os passeios de lancha e os acampamentos nas margens. O ponto da balsa, além de servir como lugar de espera dos passageiros para a travessia para São Tomé do Rio Doce, possui um quiosque utilizado pela população como ponto de encontro e lazer. Os interlocutores 11270 e 11271 relatam sobre a existência de uma pilastra dentro do rio, parte da estrutura antiga de um telégrafo da estação ferroviária, que se tornou um ponto para saltos e mergulhos no rio Doce.

A Igreja Assembleia de Deus de Galileia utilizava espaços do rio Doce para os rituais de batismo evangélico por imersão. Com cerca de 450 fiéis, possui centralidade na região e controla a realização dos batismos de membros de igrejas de outras localidades. De acordo com interlocutor 11268, a Igreja foi estabelecida há 76 anos no município e a facilidade inicial em realizar o batismo em “qualquer lugar do rio” é o principal motivo pelo qual nunca foi construído um batistério.

O rio Doce, no município de Conselheiro Pena, configura-se como um lugar utilizado pela população local para pesca, atividades econômicas, práticas de lazer, atividades esportivas (Figura 104) e atividades comunitárias e familiares (Figura 105). Tanto a sede do município quanto a Barra do Cuieté localizam-se à beira do rio e são marcadas por dois elementos paralelos: o curso d’água e a linha férrea. Na região, há ilhas que também são utilizadas pelos moradores locais, especialmente para o banho e atividades de lazer.

As atividades econômicas que tinham o rio como local de referência são acompanhadas por atividades recreativas e comunitárias, o que faz com que se construa uma relação de proximidade e afeto com o rio. Entre os espaços utilizados para a prática do banho de rio e encontros comunitários, destaca-se a “Ilha do Lajão”, próxima da sede municipal. O rio também era utilizado para rituais religiosos, como o batismo, realizado entre membros das igrejas evangélicas da região. O interlocutor 11274, relata que “nosso rio era tudo pra gente” e que era costumeiro ir até a beira do rio para orar.

Figura 104 – Registro de foto de morador praticando caiaque no rio Doce. Sede, Conselheiro Pena (MG).



Fonte: Acervo pessoal de atingido e registrado pelos Institutos Lactec em 03/10/2018.

Figura 105 – Registro de roda de oração com moradores de Conselheiro Pena no dia do desastre de Mariana. Sede, Conselheiro Pena (MG).



Fonte: Acervo pessoal do interlocutor 11275 e registrado pelos Institutos Lactec em 03/10/2018.

O rio Doce atravessa a sede de Resplendor, tendo grande importância na paisagem da cidade, em sua morfologia e nos modos de vida de seus habitantes. Em suas margens estão instalados restaurantes e a Associação Atlética Banco do Brasil. Há, também, diversas faixas de areia, as chamadas “prainhas”, que eram, até a ocorrência do desastre, utilizadas para banhos e pesca. No rio também são realizados eventos importantes, como a instalação de parques de diversão e eventos náuticos.

Os principais espaços do rio utilizados pelos habitantes de Resplendor eram suas praias e ilhas. Ali ocorriam atividades culturais variadas, como churrascos, pesca, brincadeiras e o carnaval. Havia uma parte do rio, entre a cidade de Resplendor e a Usina Hidrelétrica de Aimorés, que era chamada de “lago”, espaço no qual o leito do rio havia se modificado após a construção da usina, tornando-se mais profundo e com menor correnteza. Nessa região eram realizados diversos esportes náuticos, como o *jet ski*, *wakeboard*, esqui, caiaque e lancha. A pesca no rio se dava tanto de forma profissional quanto

de forma amadora. Havia, portanto, aqueles que tiravam todos os seus rendimentos da realização do ofício, bem como havia os que o praticavam para complemento de renda, lazer e esporte. Nessa região de Resplendor a pesca era realizada principalmente nas áreas mais profundas do rio, o que exigia o uso de barcos para se movimentar por seu leito e encontrar os peixes.

Aqueles que contavam com maior poder aquisitivo e que, portanto, dispunham de uma embarcação, costumavam frequentar as ilhas do rio, onde tomavam banho, realizavam churrascos e praticavam a pesca recreativa. As mesmas atividades eram realizadas pelas pessoas que não dispunham de tanto dinheiro ou de embarcações. Estes iam, com suas motos e carros, até as pequenas praias das redondezas. Já a área do “lago” era utilizada tanto por pescadores, quanto por pessoas que realizavam atividades náuticas esportivas com suas embarcações ou com embarcações de amigos e parentes, tais como *jet sky*, *wakeboard*, esqui, caiaque e lancha (Figura 106). O interlocutor 11210, relata que: “O rio Doce é o meu lazer, é a minha vida. Muitos pescadores aqui da região sobrevivem dele como fonte de alimento e de renda. Eu, graças a Deus tenho meu trabalho e não precisava dessa fonte de renda, mas a navegação foi o esporte que eu me dediquei aproximadamente há 25 anos. Comecei no caiaque, depois passei para barco de madeira, depois para barco de alumínio de remo, e depois motorizado. Depois passei a embarcações maiores também, cheguei até a andar aqui de *jet sky*. Então eu tenho pelo menos 25 anos de história com esse rio Doce. Meu intuito sempre foi o convívio com a água, com a natureza, porque eu acho que isso faz bem pra todo mundo! (...) Então esse contato com a água é uma coisa que todo ser humano gosta. Esse contato com a água faz muito bem, se você experimentar com certeza você vai voltar com a alma lavada”.

Por conta da adesão de muitos moradores de Resplendor a essas práticas náuticas, surgiu o Encontro Náutico que, de 2008 até 2015, contou com seis edições. Para esse encontro vinham pessoas de outras cidades e distritos, como Governador Valadares, Belo Horizonte e Vitória (ES), além dos próprios habitantes locais que, se não participavam com suas embarcações, assistiam as atividades promovidas no evento.

Figura 106 – Navegação de jetskis no rio Doce em Resplendor-MG durante o 1º Encontro Náutico no ano de 2008. Registro em 18/12/2018. Sede, Resplendor (MG).



Fonte: REIS, 2007.

O trecho do rio Doce na região de Aimorés era um importante espaço de lazer e ponto de pesca para a população local. O município está localizado entre o rio Doce, do qual ocupa sua margem direita, e o rio Manhuaçu, que deságua no Doce. Um dos espaços mais importantes relacionado ao rio é a Usina Hidrelétrica Eliezer Batista, ou Usina de Aimorés, cuja construção em 2006 provocou alterações na paisagem e a vazão da água da região, fazendo perder alguns espaços de pesca e lazer.

4.3.3.1 Análise de danos ao Rio Doce

Para o Rio Doce, no Compartimento 2, foram identificados 5 danos, sendo: alteração de práticas culturais, de espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória, de rede de relações comunitárias e sofrimento social, apresentados a seguir.

4.3.3.1.1 Alteração de práticas culturais

A passagem dos rejeitos alterou importantes dinâmicas locais associadas ao o rio Doce por toda a sua extensão, como é o caso da pesca, uma das principais atividades dos moradores de Córrego Preto e Rochedo, localidades em Rio Casca. Como relatou o interlocutor 11215: “Tinha muito peixe, ele não perdia viagem, sempre voltava com peixe, hoje não acha mais peixe, ninguém vai mais pescar, acabou a pesca”. Os pescadores de Córrego Preto e Rochedo tinham, nesse ofício, uma atividade que propiciava o convívio com outras pessoas, na medida em que muitos pescavam junto de amigos e parentes. A pesca também oferecia uma renda extra, que era conjugada com as atividades na roça (plantação e colheita). Por causa do medo da toxicidade da água, o rio Doce é evitado e isso trouxe grandes mudanças na vida dessas pessoas.

Muita gente, das comunidades e de outras localidades, ia para a praia do rio Doce para pescar e ainda há muitos ex pescadores nas duas comunidades. Atualmente os que viviam desse ofício estão procurando outros pontos do Rio Casca e de Lagoas para poder exercê-lo. Como mesmo afirma o interlocutor 11213, “Quase todo dia a gente pescava, eu e meu irmão, na parte da tarde. A vida nossa era trabalhar na roça e pescar”.

A atividade da pesca – uma das práticas culturais mais relevantes que ocorriam ao longo de todo o rio na região do município de Sem Peixe – foi interrompida pela chegada e deposição de rejeito no rio Doce, especificamente nos locais tradicionais de pesca, pelo receio sobre o potencial de toxicidade da água e, principalmente, pela percepção de que a população de peixes sofreu uma diminuição tanto em quantidade quanto na diversidade das espécies. Todo o trecho do rio próximo a Califórnia era considerado “bom de peixe” pelos pescadores locais e atraía visitantes de outras regiões. O interlocutor 11214 afirma que o local abrigava várias espécies e conta da relação familiar que se instituiu a partir da atividade da pesca: “Dourado, Traíra, Grumatã, Piau, Piaba e Pacumã: Eu descia lá pro barranco e pegava barco, a gente chama de bote. Eu descia com ele o rio todo, aí armava minha rede lá embaixo! Eu usava mais esse lado aqui, agora, hoje em dia, acabou. Antes eu e minha mulher sentava ali no barranco e rapidinho pegava uns três pra fritar no jantar. Hoje não existe nenhum. (...) eu pensei em mudar daqui”. A atividade da pesca pode ser entendida como uma atividade cultural por constituir o modo de vida e a identidade dos habitantes e de suas redes familiares.

A pesca, também importante prática cultural nas localidades visitadas da municipalidade de São José do Goiabal, foi interrompida pela chegada dos rejeitos decorrente do desastre, com sua deposição

nas margens e no leito do rio e com o surgimento de um receio quanto ao potencial de toxicidade da água e dos peixes. Assim como em outros distritos localizados às margens do rio Doce, em Biboca, Mecias Gomes e Firma Araújo, todos em São José do Goiabal, a pesca era central na vida das pessoas. A maioria dos habitantes nas três comunidades não pratica mais essa atividade, pois sente muito medo dos impactos que o consumo de peixe do rio Doce pode trazer para quem dele se alimentar. Moradores de Mecias Gomes mencionam que também acreditam que os peixes estão contaminados. Compreendem que os efeitos nocivos do consumo podem se manifestar ao longo do tempo, havendo receio do aparecimento de doenças como o câncer. A situação de desconfiança se agrava, pois, como relataram os moradores, há quem pesque escondido e depois venda os peixes contaminados, assim existe uma desconfiança generalizada nos consumidores e um grande lamento pela impossibilidade de comer as pescadas, muito apreciadas pelos moradores anteriormente.

Em Mecias Gomes, aliás, a pesca era uma atividade que garantia a subsistência de muitos moradores, uma vez que o desemprego na comunidade é grande. Lá, a pesca era praticada por homens e mulheres igualmente, tanto para a venda quanto para consumo próprio. Os atuais moradores do povoado percebem que a ausência da possibilidade de se ganhar algum rendimento com a pesca vai terminar por expulsar muitos habitantes da vila, pois estes terão de se mudar para outras cidades para conseguir emprego. Pescadores locais, por exemplo, disseram sentir muita pena de não poder passar o ofício para seus filhos e netos, e previram que grande parte das pessoas irão embora da comunidade, pois já não lhes resta expectativas de futuro no local, dada a falta de trabalho e lazer, antes providos pelo rio.

Em Firma Araújo era comum que pessoas de outras comunidades e cidades, como Marliéria, Timóteo e João Monlevade frequentassem o povoado para pescar. A ilha localizada no rio Doce era o principal ponto de encontro desses pescadores e a falta da prática dessa atividade é fortemente sentida pelos interlocutores da pesquisa.

A onda de rejeitos decorrente do rompimento da barragem de Fundão afetou a pescaria também no município de Pingo D'Água, prática essa de fundamental importância na vida de muitos habitantes de suas localidades. Segundo o interlocutor 11225, havia “vários tipos de pescadores” na cidade: desde as senhoras que iam em grupo com suas varas de pescar, passando pelos pescadores amadores e por aqueles que pescavam para se alimentar. Só não havia, ali, pescadores profissionais. O interlocutor também comentou sobre sua preocupação com a saúde dos animais silvestres da região que utilizavam a água do Rio Doce. “Antes do desastre, quando a gente passava na beira do rio, sempre via muitos animais, hoje em dia passa e não vê muito bicho, mudou muito a paisagem”.

A ausência dos animais na beira do rio e a memória do dia do desastre contribuíram para a formação da percepção de que o rio e suas águas estariam impróprios e capazes de gerar problemas de saúde. O interlocutor 11225 contou que “no dia do evento, eu me desloquei até a Ponte Queimada, vi muito peixe morto, era lamentável, cheguei ao ponto de chorar, foi horrível, um cheiro estranho, parecia petróleo, gás, muitos animais mortos, não só peixe. Nunca mais voltei lá desde o desastre”.

Não era somente no rio Doce que se pescava. A prática também era exercida nas lagoas localizadas no município. A pesca, no entanto, foi proibida no rio e também nas lagoas, o que causou descontentamento de muitas pessoas, pois a relação entre a poluição do rio e das lagoas não está clara para os moradores de Pingo D'Água.

O interlocutor 11226, relata que há uma mistura de fatores que dificultaram muita a vida dos antigos pescadores. Há tanto a questão “emocional”, quanto a pragmática, uma vez que muita gente pescava ali para se alimentar. “Conheço uma senhora, la vira até noite na beira do rio; e ela pesca pra comer, pra subsistência. No meu caso, era uma forma de lazer, mas temos um grande número de pessoas que foram afetadas com a mistura, o sentimental, o emocional, juntou tudo. A maioria dos pescadores de barranco daqui pescavam para comer”.

É importante ressaltar que a prática da pesca é identificada como parte da cultura local, pois organizava os modos de vida de muitas pessoas. Os antigos pescadores e pescadoras de Pingo D’Água têm, agora, de absorver este impacto e lidar com o sentimento de perda de suas antigas tradições.

O desastre provocou no município de Bom Jesus do Galho o soterramento do leito do rio e dos barrancos e levou à percepção de que as propriedades da água e seu potencial de toxicidade foram alterados. Tais fatores implicaram, tal como nos municípios anteriores a proibição definitiva da pesca nesse local e, por conseguinte, a interrupção da prática, que assumia um caráter importante no modo de vida da comunidade e estava diretamente vinculada ao rio Doce. Além de atividade econômica, a prática da pesca estava intimamente ligada à identidade dos moradores da região.

A pesca também envolvia um conjunto de atividades que, segundo o interlocutor 11224, eram principalmente masculinas, contudo, havia outras realizadas por mulheres em âmbito doméstico que se associavam à pesca: carregamento, limpeza, armazenamento e empacotamento dos peixes, gestão das vendas, alimentação para os pescadores. O interlocutor relata a reestruturação dos modos de vida após o desastre, com a interrupção desse conjunto de práticas: “A nossa vida mudou, assim como a de todo mundo aqui”.

Após o desastre, também na cidade de Caratinga a pesca foi interrompida por conta da diminuição na disponibilidade de peixes no local e da perda de seu principal espaço de lazer e ponto de convivência, principalmente associado ao potencial de toxicidade da água e dos peixes da região.

A pesca era uma atividade de importância econômica, mas que também estava associada à sociabilidade e aos modos de vida da população de Ilha do Rio Doce, em Caratinga. Segundo o interlocutor 11232, a pesca estava associada também a momentos de lazer e contemplação: “era bom demais, fazia bem para a mente, era um lazer pra gente que não saía para passear. Enquanto pesca, você esquece de tudo, dos problemas, dos serviços pra fazer, ficava entretida ali, quando vê, o tempo já passou”. O interlocutor conta que sente muita falta de pescar e que às vezes frequenta algumas lagoas da região, “mas é muito longe, antes era aqui na porta de casa”.

As técnicas utilizadas para a pesca eram variadas e podiam ser combinadas de acordo com a habilidade e interesse do pescador. Os pescadores trocavam e ensinavam uns aos outros as técnicas para a pesca. A Ilha do Rio Doce era um lugar de referência para a pesca e a compra de peixes na região. As espécies nativas encontradas eram pacumã, traíra, curimba, lambari prata, sarapó e cascudo. A dieta cotidiana dos moradores era baseada no consumo de peixes: “nem carne a gente comprava”, comenta o interlocutor 11231, cujo filho de 13 também pescava.

Os pescadores afirmam que a tilápia, peixe exótico, já voltou a povoar o rio, mas os peixes mais rasteiros e nativos, como pacumã, traíra, curimba, lambari prata, sarapó e cascudo não são encontrados como antes do desastre. Eles explicaram que isso se deve à escassez da vegetação de fundo de rio,

alimento dos peixes, que foi sufocada pela lama de rejeitos: “Você anda com o pé descalço sentindo o fundo do rio e você não vê aquela vegetação que tinha, não dá mais”. “O pacumã era o peixe raiz da gente aqui, hoje não se encontra mais ele no rio Doce”.

Os danos ao rio Doce em Ipaba, principalmente, no que se refere à redução da disponibilidade de peixes e à percepção que as águas se tornaram impróprias para o consumo e o contato, fizeram com que a prática da pesca também fosse igualmente interrompida nessa municipalidade.

A atividade da pesca em Ipaba era desempenhada por grande parte da população local e era entendida como uma parte muito relevante do modo de vida da região. O interlocutor 11239 entendia essa prática como um lazer e um momento de descanso e reflexão: “não é tanto pelo peixe, mas você fica ali sozinho, não pensa em nada”. O interlocutor 11230, também afirmou que essa era uma atividade que era realizada por mulheres em Ipaba: “Tinha muitas que iam lá pra beira do rio, mesmo se não tinha companhia iam sozinhas! Eu mesmo tenho uma tia que estava todos os dias finalzinho de tarde lá. O pessoal perguntava pra ela: ‘a senhora não tem medo de ir sozinha?’. Ela não estava nem aí, gostava muito mesmo de pescar: ‘não tenho medo não seus bobos, a minha vida é isso aqui’. Tinha algumas que viviam na beira do rio, de manhã e de noite pescando”.

Além de uma atividade individual, a pesca no rio Doce também deve ser entendida como uma atividade articuladora da vida social. Os interlocutores 11229 e 11230 afirmaram que existiam grupos de *WhatsApp* de pescadores que compartilhavam entre si fotos de momentos de pesca, peixes e paisagens e utilizavam a ferramenta para combinar os encontros e itinerários. Para além dos encontros na beira rio e nas redes de comunicação virtual entre os pescadores, deve ser levada em conta a rede de distribuição do pescado entre parceiros de confiança que, em grande medida, se baseava em sentimentos de “consideração” entre clientes e pescadores, assim como na distribuição gratuita entre parentes e amigos.

O desastre levou à interrupção da prática cultural da pesca também em Belo Oriente, atividade que mais mobilizava a relação entre os habitantes de Perpétuo Socorro com o rio Doce. Havia tanto os pescadores ocasionais, quanto aqueles que viviam do ofício - vendendo e consumindo os peixes que pescavam. O principal ponto de pesca era a Cachoeira Escura, isso porque, segundo o interlocutor 11238, “os peixes não conseguem subir o tombo d’água. Assim, a parte abaixo da cachoeira é a cama dos peixes”.

Muitos visitantes iam ao distrito, principalmente aos finais de semana, atraídos pela pesca na região. Acampavam por ali e estabeleciam relações com os moradores locais. Após o desastre, por conta do medo da toxicidade da água, a prática cessou e percebeu-se a redução do fluxo de visitantes que frequentava Perpétuo Socorro para pescar. Ainda há um ou outro pescador na área urbana que, mesmo contra todas as recomendações, aventura-se na atividade, uma vez que, ainda segundo o interlocutor 11238, “não tem alternativa de diversão aqui no povoado”.

O aporte de rejeito no rio Doce, à altura de Bugre, e a conseqüente alteração na qualidade das águas e da biota levou à interrupção da pesca nesse município. Assim como em diversas outras comunidades ribeirinhas da região, o modo de pesca predominante no distrito de São Lourenço era a “Pesca de Barranco”, realizada com vara de pescar às margens do rio. A pesca constituía também uma prática rotineira na comunidade, que agregava tanto o caráter de lazer quanto o de trabalho, uma vez que gerava renda, mas também estava vinculada ao desfrute da paisagem, ao convívio familiar e à

transmissão de conhecimentos próprios daquele modo de vida ribeirinho e rural. A atividade também movimentava a rede de sociabilidade local em função da troca de peixes que se dava entre as pessoas que por ali viviam. Como afirma o interlocutor 11245: “quando a minha menina vinha pra cá a gente descia pra passear. Às vezes a gente descia pra beirada umas 8 horas da manhã, chegava só de noite pra casa. Aqui a gente é assim, se a gente cai pra beirada do rio não tem sono, não tem nada. Na época da chuva quando o rio começava a encher podia ter certeza que ia estar todo mundo de anzol lá na beira, era gostoso demais”.

Em 2015, o desastre levou igualmente à interrupção da pesca nos trechos do rio Doce e rio Santo Antônio que cortam o município de Naque. A chegada dos rejeitos e a percepção dos pescadores de que ele permanece depositado no fundo do rio, levaram a população a temer pela qualidade de sua água e também a evitar o consumo de peixes provenientes da região. O desastre ainda gerou um aumento na mortandade dos peixes, o que também afetou a prática pesqueira no município. Segundo o interlocutor 11247: “matou muita raça de peixe, que nunca tinha visto daquele tamanho. Chorei muito, nem gosto de lembrar”.

A pesca é considerada a principal prática que se dava nos rios Doce e Santo Antônio. O rio Doce era tido como mais adequado para a atividade por ser mais profundo e por contar com maior quantidade de peixes. Havia diversos tipos de pescadores no local: o profissional, que tinha seu próprio barco e navegava pelas águas do rio Doce para realizar seu ofício; o visitante, que realizava o ofício como uma forma de lazer, ia para a cidade nos finais de semana, acampava em alguma das praias e muitas vezes levava seu próprio barco; o amador, ou de subsistência, que pescava por diversão ou para alimentar a própria família, em geral nos barrancos localizados às margens de algum dos rios.

O interlocutor 11247 havia comprado um motor para seu barco pouco tempo antes das águas do rio Doce serem invadidas pelos rejeitos vindos de Mariana. Foi autodidata no ofício e exibia grande conhecimento sobre o rio - sua morfologia e locais e horários adequados para pescar cada tipo de peixe. Vendia sua pesca para distribuidores da região, que iam buscar os peixes em sua própria casa: “Eu nem na rua ia, vendia na pista (...) já teve vez de eu vender peixe que eles pegaram da minha bolsa, já pesavam e vendiam, depois me pagavam”.

A impossibilidade de pescar afetou todos os que antes realizavam este ofício. Ainda seguindo o relato do interlocutor 11247, é com tristeza que ele conta que: “Eu vivi isso [a pesca] por 29 anos. Não são dois dias. Todos os dias na água, sábado, domingo, todo dia. Agora, secar de uma vez...e depois que a gente tomou experiência e sabe de tudo, tem o material para aquilo, tem a possibilidade de pescar melhor... vir uma coisa dessa”, e completa: “sinto falta todo dia. Sonho a noite com isso. Eu só sei fazer isso”.

O desastre levou também no município de Periquito à interrupção da pesca, atividade estruturante na vida dos habitantes de Pedra Corrida e na formação de suas identidades. Tratava-se de uma prática que tinha múltiplos significados, sendo realizada de diversas formas por diferentes pessoas. Havia os pescadores profissionais, extremamente experientes. Pescavam para consumo e venda, utilizando barcos que navegavam pelo rio, indo até a região chamada de “Jaqueira”, que era bastante propícia para a pesca, lançando suas redes e pegando os peixes com habilidade. Esses pescadores, também chamados de “piratas”, vendiam o pescado em frente de casa e pelas ruas da cidade.

Também havia os pescadores não profissionais, que realizavam o ofício fosse para complemento da alimentação, fosse pelo prazer de ir ao rio e pelo desejo de partilhar com familiares e amigos uma refeição - assavam o peixe na própria calçada, em frente a suas casas, ou na “prainha”. O interlocutor 11246, relembra: “Antigamente [antes do desastre] se você não tinha uma carne pra colocar na mesa era só descer aqui embaixo do barranco e pegar um peixe. Hoje em dia não tem mais como fazer isso. Acabou o rio. O rio morreu. A gente não confia mais no peixe, vieram avisar a gente aqui pra não arriscar. Nem entrar nessa água aqui a gente arrisca”

Havia, finalmente, os pescadores visitantes, que passaram a frequentar a cidade após a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica Baguari, que banha Pedra Corrida. Por conta do alagamento da região e da ampliação e aprofundamento do leito do rio, o lugar ficou mais propício à pesca do que antes, o que atraía muita gente até lá.

Com exceção de um ou outro chamado “corajoso”, que ainda se arrisca a pescar no rio, a atividade foi inteiramente interrompida. Tanto por conta do medo da toxicidade da água e da carne do peixe, quanto pela própria proibição da prática na região.

Em Periquito havia também os pescadores profissionais, que tinham seus barcos e que navegavam pelo rio em busca de pescado e os amadores, que realizavam tal prática somente para complementar sua renda e para consumo próprio. O interlocutor 11243, lamenta a perda das atividades no rio, argumenta que aqueles que mais sofreram foram os idosos, que “agora não tem mais nada para fazer”, e complementa: “o rio era muito utilizado, era barco pra cima e pra baixo o dia todo, hoje você vê um barco passando de vez em quando, o desastre afastou o pessoal do rio”.

O desastre levou também no município de Fernandes Tourinho à interrupção da pesca, importante atividade realizada no rio Doce pelos habitantes de Senhora da Penha. São muitas as memórias dos habitantes que versam sobre as situações que desfrutaram com parentes e amigos em função dessa atividade. Há também as narrativas de como o distrito se tornou um polo de pesca esportiva após a construção da Usina Hidrelétrica de Baguari. Para os moradores locais, o consumo de peixe do rio era generalizado, e a venda de pescado era uma importante fonte de renda, assim como a troca deste produto alimentava relações sociais importante de amizade e parentesco.

Como não pescam mais no rio Doce, por conta do medo da toxicidade da água, e nem nas lagoas e riachos das fazendas no entorno, já que são proibidos de entrar nessas propriedades pelos próprios fazendeiros, os habitantes de Senhora da Penha acabam tendo de comprar peixe em Governador Valadares ou Fernandes Tourinho, o que inverte profundamente a relação que tinham com o alimento: se antes o pescado representava uma fonte de renda e uma possibilidade de entrar em contato com o rio e com amigos e parentes, hoje representa um custo necessário para se manter um costume alimentar fortemente arraigado.

A atividade da pesca, tradicional em todo o município de Governador Valadares, foi diretamente afetada pelo desastre. Ainda que não tenha sido totalmente interrompida, já que há relatos de pessoas que continuam pescando, viu uma diminuição perceptível na quantidade de pescadores e em práticas associadas à pesca. O interlocutor 11249 narra a alteração perceptível na paisagem do rio: “você passava a pé ou de ônibus na ponte São Raimundo e via pessoas pescando na ponte ou nas margens do rio e isso acabou, porque o peixe não é confiável. Se você for ao mercado, muitas peixarias falam a

mesma coisa: diminuiu muito o consumo de peixe. Mesmo que ele não seja pescado do Rio Doce”. O interlocutor 11254, também relata que as beiras do rio ficavam cheias de pescadores durante todo o dia, mesmo aqueles vindos de outras localidades, o que deixou de ocorrer após o desastre.

A percepção da contaminação dos peixes e a proibição de sua realização, causada pelo aporte de lama ao rio e contaminação de suas águas, fez com que a pesca, em suas múltiplas modalidades, fosse suspensa. Esse receio aparece na fala do interlocutor 11254, que explica seus gastos com água engarrafada após o desastre: “prefiro gastar 10 no galão de água do que gastar 1 milhão com remédio”.

A interrupção da pesca, amadora ou profissional, levou a uma alteração nos modos de vida tradicionais da população local. O interlocutor 11260, relata os problemas de saúde que desenvolveu em decorrência do desastre e da interrupção de sua atividade profissional. Conta que passou a sofrer de depressão, insônia, nervosismo e problema de pressão, precisando se medicar regularmente após uma consulta com um especialista. “Nossa vida aqui era outra, o que eu vou fazer agora se não posso pescar? Não tem indenização que faça voltar o que era”.

O desastre gerou entre os moradores do município de Tumiritinga temores em relação à qualidade da água, bem como dos peixes, fazendo com que o consumo do pescado do rio Doce, parte da culinária tradicional do local, também seja matéria de dúvidas quanto a consequências de curto e longo prazo para a saúde de quem o consome. Consequentemente, os pescadores profissionais e amadores interromperam suas atividades no rio Doce e, com elas, a reprodução e transmissão de saberes particulares ao ofício, como a tecelagem de tarrafas e de marcenaria naval, assim como o próprio conhecimento particular à perambulação no rio tais como comportamento de correntes e de espécies de peixes.

De acordo com o interlocutor 11269, os peixes ainda estariam contaminados, “porque a lama está no fundo, o rio está todo com lama por baixo e o peixe que a gente mais pesca, o cascudo, vive no fundo”. Em seu relato, o interlocutor conta como o pescado fazia parte da dieta de sua família, que foi modificada junto a sua rotina: “Eu comia peixe cerca de quatro vezes por semana. Quando chegava do rio onze horas da noite, pegava os cascudos menores, fritava e comia tomando cerveja, isso acabou. Antes passava o tempo no rio, agora só fico em casa, só vou na ilha de vez em quando, a gente sente muita falta de pescar, era gostoso, dava pra viver bem. Além disso, tinha dinheiro todo dia, não sentia falta do dinheiro, agora recebe uma vez por mês, o dinheiro some, porque a gente faz dívida, crédito e tem que pagar quando vem o benefício”.

A pesca, praticada como uma atividade econômica e de lazer na cidade de Galileia, foi interrompida pela maioria da população devido à percepção da contaminação da água pelos rejeitos de minério. Existe também o receio de que as espécies de peixe presentes no rio Doce estejam contaminadas, o que inibe o consumo e desmotiva a prática da atividade. O interlocutor 11270 relata que era costume de sua família acampar nas margens do rio Doce, onde pescavam e preparavam moquecas. Após o desastre, esse costume não foi mais realizado, de acordo com ela: “A gente não anima, porque a gente não come, né. A gente tem medo de comer”. Há também receio de se alimentar dos peixes do córrego Ribeirão das Laranjeiras, pois existe uma circulação das espécies entre ele e o rio Doce.

Após o desastre, no município de Conselheiro Pena também houve uma diminuição na quantidade de pescadores, especialmente causada pelas narrativas de contaminação dos peixes da região,

o que afetou diretamente a pesca, prática comum no município que era realizada por pescadores profissionais e amadores, como trabalho ou forma de subsistência. A memória sobre os peixes mortos quando a lama chegou ao município também serve como elemento que desincentiva a prática e indica a possível contaminação dos peixes.

Sobre o ofício e as técnicas da pesca, o interlocutor 11273 conta: “você sabe que o lugar de pescador ficar é no rio. Ver a hora que o peixe sai, porque peixe tem a hora de sair. Cascudo é meia noite, até uma hora da madrugada. O cascudo preto é nove horas, o piau é na entrada do sol. A traíra acorda 6 horas, come até as sete e vai dormir. O dourado é a noite, pois a tarde ele está pulando nas cachoeiras”. A diminuição do interesse pela pesca após o desastre fez com que o conhecimento passasse a ser transmitido a menos pessoas.

Um dos aspectos mais importantes da interrupção dessa prática foi a alteração na alimentação da população local. “Uma hora dessas era normal ter gente na porta de casa vendendo peixe fresco”, comenta o interlocutor 11274, que não chegava a congelar o peixe, pois era consumido imediatamente. Depois do desastre, conta o interlocutor 11277, uma colega professora “que gostava muito de peixe, encomendou um peixe e não conseguiu nem limpá-lo, porque se lembrou da cena dos peixes mortos do dia do desastre. Ela nunca mais comeu peixe”.

A deposição dos rejeitos no leito e margens do rio Doce em Resplendor, levou à interrupção da prática de pesca no município, tanto entre os pescadores profissionais quanto entre aqueles que praticavam a pesca como forma de divertimento e lazer. A passagem dos rejeitos levou não só à alteração na qualidade das águas e na percepção de seus moradores acerca de sua contaminação, mas também ao aumento da mortalidade dos peixes, afetando também a prática pesqueira na região. Moradores das proximidades do rio mencionam que se espantaram com o acúmulo de peixes mortos em frente a suas casas e a comoção da população com a cena presenciada. Relataram a tristeza e a impressionante variedade de peixes mortos que viram boiando no rio, que se concentraram e especial em um rebojo e que foram depois removidos de barco.

Os pescadores profissionais frequentavam o rio em horários e em locais propícios para a pesca de grande quantidade de peixes. Suas vidas eram estruturadas a partir do ofício e o rendimento de suas famílias vinha dessa atividade. Segundo funcionários públicos locais, os pescadores foram um dos grupos mais afetados pelo desastre, tanto financeira quanto psicologicamente. Já de acordo com o relato do interlocutor 11211, “Acabou pra eles, porque quem é que vai querer comer peixe na região? Tem como pescar, mas não tem como vender, a gente tem a preocupação de não comer o peixe deles”

Já aqueles que praticavam o ofício de forma recreativa, em geral o faziam juntamente com alguma outra prática de lazer realizada no Rio Doce. Nesse caso, tratava-se de uma atividade que juntava amigos e parentes em alguma praia ou alguma ilha com o objetivo de fazer um churrasco com peixe pescado no momento, tomar banho de rio e realizar jogos e brincadeiras. Assim como a pesca profissional, também houve interrupção da pesca recreativa, o que gera muito descontentamento por parte dos habitantes de Resplendor.

O desastre levou à interrupção da pesca no município de Aimorés tal como nos municípios anteriormente apontados, e igualmente importante e tradicional prática cultural de seus moradores. O interlocutor 11282 conta que toda sua família estava relacionada à pesca, tomando-a como uma

atividade que unia lazer e trabalho na beira do rio, em contato com a natureza: “Você tendo aquela vida estável, o recurso pesqueiro, isso me bastaria. Não é pra enriquecer, é pra sobreviver, com saúde”. Seu irmão, o interlocutor 11281, também pescador profissional, começou a pescar com cinco anos de idade, tirou sua carteirinha profissional de pesca aos dezoito anos e até hoje, com 59 anos, sobrevive dessa atividade.

Segundo os irmãos, o rio ficou por um bom período sem peixes após o desastre. “O peixe de qualidade que a gente tinha aqui que era o pacumã, o cascudo, a lagosta, ficou sem”. O interlocutor 11281 conta que as lagostas já estavam rareando por conta da mineração antes do desastre, por conta das consequências da construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, o que se agravou com a chegada dos rejeitos: “eliminou os peixe de qualidade da gente. Qual era a principal fonte de renda da gente? Cascudo para comer, lagosta e camarão”.

Além da questão pecuniária, a pesca era importante para seus praticantes enquanto uma forma de relaxamento e descanso mental para ter melhor qualidade de vida: “você fica uma pessoa mais zen, tranquila. Qualidade de vida, você não vai ter nunca mais, né”. “Você passa a ter depressão, passa a ter pressão alterada, ansiedade. E o pior de tudo é você não ter certeza do que vai ser o futuro”. O interlocutor 11281 conta que a perda da rotina de pesca “muda a vida da gente todinha, completamente, é tudo. Você não tem mais horário pra dormir... E o problema pior de tudo é que gera na gente uma ansiedade, você não tem noção do que vai acontecer, como que vai acontecer e quando vai acontecer”.

A interrupção da prática gerou uma série de desestabilizações nas dinâmicas sociais da comunidade, inclusive com casos de separação de casais e conflitos decorrentes de problemas financeiros. As determinações de proibição da pesca e um possível retorno à atividade geram uma série de incertezas entre os pescadores: “Já tem três anos que não tem como a gente projetar o futuro”, argumenta o interlocutor 11282, “a gente não vê nem a oportunidade de estar retomando essa atividade”.

O desastre afetou espaços relacionados à pesca que compõem o imaginário da população acerca do rio Doce e de sua importância para os modos de vida local: “O maior impacto acho que é na questão de cultura, né, de costume, pra recuperar de novo acho difícil”, comenta o interlocutor 11282. Outras práticas que tinham a pesca como elemento central também foram abaladas após o desastre, como a Festa dos Pescadores, que acontece anualmente, desde o final dos anos 1990, em homenagem aos praticantes locais. A festa contava com uma exposição de peixes, camisa para o pescador mais velho e a competição de quem havia pescado o maior peixe. Segundo o interlocutor 11283, havia ainda diversas comidas típicas à base de peixe, como moquecas de cascudo e lagosta. Apesar de continuar ocorrendo após o desastre, a festividade perdeu parte de seu público: “Continua tendo mas não é daquele jeito mais, não tem peixe mais. É pescador que tá proibido de ir lá pescar”. O interlocutor 11282 avalia que “o pessoal foi perdendo um pouquinho o gosto” depois da chegada dos rejeitos, pois o impedimento da prática de pesca afeta o ânimo da população local. O interlocutor 11282 pondera: “Eu vou fazer uma festa na desgraça? Tirou o brilho, aquele gosto dela”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais foi considerada como gravíssima, uma vez que o Rio Doce foi atingido de forma significativa, prejudicando ou impedindo a realização de práticas que demandam esse espaço, suas matérias primas e implementos e as relações sociais associadas ao rio, conforme demonstram as narrativas dos atingidos. Destaca-se que as narrativas

indicam interrupção de 96 a 100% das práticas culturais. Esse dano tende a reduzir, uma vez que, ao longo do tempo, o rio Doce deverá recuperar suas condições ambientais prévias. Contudo, essa redução demandará um tempo bastante longo, o que poderá ser reduzido com ações apropriadas de recuperação. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, pois a percepção dos atingidos em relação ao Rio Doce não voltará a ser como no contexto pré-desastre, no que concerne à qualidade de suas águas (vide Tabela 11 a seguir).

Tabela 11 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de práticas culturais

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Rio Casca	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Sem-Peixe	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
São José do Goiabal	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Pingo D'Água	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Bom Jesus do Galho	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Caratinga	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Ipaba	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Belo Oriente	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Bugre	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Naque	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Periquito	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Fernandes Tourinho	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Governador Valadares	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Tumiritinga	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Galileia	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Conselheiro Pena	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Resplendor	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Aimorés	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

4.3.3.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Em Córrego Preto e Rochedo, no município de Rio Casca, os rejeitos chegaram ao leito do rio Doce, que elevou seu nível em cerca de 4 metros, inundando plantações e quintais. Desta forma, constatou-se o dano nos espaços adjacentes ao rio onde se desdobravam variadas práticas culturais de moradores locais. A população passou a desconfiar da qualidade e ter medo da contaminação da água do Rio Doce, surgindo até mesmo boatos de que algumas pessoas teriam falecido e adoecido após entrarem em contato com a água. Devido à falta de informações claras de que a água pode ser utilizada e consumida, há ainda grande temor em utilizá-la ou em mergulhar no rio. Assim, as atividades que ocorriam no rio deixaram de acontecer. Como mesmo relata o interlocutor 11212, “o contato deles com a água do rio Doce, depois do desastre, é nenhum. Eles têm muito receio, as pessoas estão muito retraídas, com medo da contaminação”.

A deposição de rejeitos no leito do rio Doce também no município seguinte a Rio Casca, Sem Peixe, e os danos imputados à qualidade das águas, levou à supressão de importantes espaços para o povoado utilizados pelos habitantes locais para práticas culturais cotidianas. O rio Doce era formado

por praias, rebojos, barrancos, correntezas, piscinas e ilhas, cada qual associado à experiência dos habitantes e a práticas realizadas nesses locais, como o banho de rio, realizado por crianças e adultos, as festas e celebrações ocorridas nas margens.

Com o desastre, esses locais desapareceram ou foram modificados, impedindo seu uso como era o costume local. As margens e o leito foram cobertos por uma camada de rejeito. Além disso, existe a percepção e o temor de que o rio como um todo tenha a propriedade de contaminar os habitantes e de gerar doenças. Moradores locais ressaltaram que nunca mais foram ao rio depois que passou a lama, dizendo que algumas pessoas que conheciam e foram no rio saíram dele com o “pé tudo preto” devido à contaminação. Apesar de notarem que há variações de coloração no rio, por vezes parecendo mais claro e por vezes mais escuro, ele nunca voltou ao seu aspecto anterior.

Além da percepção de que o rio não é mais como era antes, há também o medo explícito de as águas estarem contaminadas e gerarem doenças. Principalmente crianças e jovens agora são desaconselhados de frequentarem a beira rio.

A chegada da lama no rio Doce, decorrente do rompimento da barragem de rejeitos, afetou as três comunidades visitadas no município de São José do Goiabal, que tinham como principais espaços de convivência de seus habitantes locais a beira do rio Doce. As alterações provocadas na qualidade da água do rio levam os moradores a desconfiar que a mesma está contaminada e, por isso, evitarem realizar as atividades e práticas culturais que tradicionalmente ocorriam no leito e margens do rio. Tais espaços eram visitados por pessoas que buscavam, ali, atividades de divertimento e união – as brincadeiras nas águas, os churrascos, as pescarias. Em três povoados desse município – Biboca, Mecias Gomes e Firma Araújo –, o desastre provocou grande desconfiança quanto à qualidade da água, o que levou seus moradores a não mais mergulharem ou pescarem no rio. A tristeza por não ter mais acesso às águas do rio Doce fez com que muita gente parasse até mesmo de frequentar as margens do rio.

Em Biboca, os proprietários do terreno particular que dava acesso à prainha acabaram por vender suas terras. O novo proprietário, que não é conhecido pelos moradores atuais, instalou uma cerca e uma porteira que impedem o acesso ao local. Tal situação gerou muito descontentamento por parte dos habitantes, principalmente do interlocutor 11220, que até hoje planta árvores na orla do rio com o objetivo de se manter conectado com este. O interlocutor alega ter um documento que atesta que também tem posse daquele terreno e pretende entrar com uma ação contra o atual proprietário.

Em Mecias Gomes, antes do desastre, a correnteza do rio afastava os banhistas, que não se arriscavam nas águas. Somente os mais experientes nadavam ali. No entanto, a pequena praia localizada no povoado era o local onde se realizava, no termo local, a “pescação”, ou seja, os churrascos, as caminhadas e as brincadeiras. O costume de contemplar o rio era muito importante para aqueles que viviam no povoado. Após o desastre, há a percepção de que o rio está mais sujo e assoreado. Segundo o interlocutor 11218, “Aqui todo mundo tinha o costume de pescar, de ir com as crianças para a beira do rio passear. E hoje não dá nem pra chegar perto do rio, dá muito pavor de ver aquele barro lá. Acabou com a nossa área de lazer e com a nossa área de pesca”.

Já em Firma Araújo, o principal ponto de encontro de banhistas e pescadores era uma ilha localizada no rio Doce. Antes do desastre era necessário ir de bote até o local. Já após o desastre o assoreamento do rio fez surgir um caminho que possibilita ir à ilha a pé. No entanto, agora não se frequenta

mais aquele ponto. O interlocutor 11221, lembra que havia ali uma casa de pouso que recebia todos que iam até o local pescar. Esta casa hoje está abandonada. Seu pai ainda frequenta o local para cuidar de uma plantação que tem ali. O próprio interlocutor, no entanto, ficou quatro meses sem visitar a ilha que hoje chama de “ilha da tristeza”.

Os espaços do rio Doce no município de Bom Jesus do Galho – formados por praias, barrancos e ilhas - tornaram-se, como nos locais anteriormente mencionados, inacessíveis ou deixaram de ser utilizados pela população residente na localidade de Revés do Belém – nessa municipalidade – após a deposição de rejeito ocasionada pelo desastre. Além disso, existem receios sobre a toxicidade da água e desta como uma possível causadora de doenças. O interlocutor 11227, conta que suas práticas de lazer foram alteradas e que hoje costuma ficar mais em casa devido ao receio em relação à água do rio: “A Fundação Renova diz que a água tá boa, mas eu não acredito não, eu vi de perto aquela lama passando”.

As propriedades da água do rio são comparadas com a época anterior ao desastre e fazem com que as pessoas tenham deixado de frequentar o rio. As lembranças das práticas que ocorriam nesses espaços são acompanhadas pelas lembranças da chegada da onda de rejeito. A mortandade dos peixes e afastamento de aves, bem como a alteração das praias e descaracterização das paisagens, são indicativos que tais espaços não devem mais ser utilizados. Segundo o interlocutor 11222, “todo mundo foi olhar lá quando a lama chegou. Estava uma catimba! Todo tipo de bicho descendo morto, capivara e muito peixe. Peixe até que eu nunca tinha visto na vida, grandão, apareceu morto. Entupiu tudo lá de lama”. Outros moradores locais ressaltaram que os animais que eram vistos próximos ao rio desapareceram, temendo que em sua maioria tenham morrido, já que não poderiam sobreviver com a lama presente no rio, afetando seu habitat.

O desastre fez com que as margens do rio, também na região da Ilha do Rio Doce em Caratinga, fossem soterradas por uma camada de rejeito, impossibilitando seu uso como era antes. Tais espaços se configuravam como o único local da região para práticas de lazer e lugar de referência para festas, encontros entre amigos, vizinhos e familiares. Há também a percepção de alterações na qualidade da água, seja por suas características morfológicas ou por seu potencial de toxicidade, o que faz com que os moradores tenham passado a evitá-la.

O interlocutor 11231 afirma que a população local desconfia que a água dos poços tenha conexão com a água do rio, já que seus níveis variam sincronizadamente. O aspecto e qualidade da água são um dos motivos pelos quais o rio deixou de ser utilizado para as práticas tradicionais. Ele mostra um resíduo preto em sua caixa d’água e afirma: “Faz trinta e oito anos que a gente mora aqui, nunca foi desse jeito. De vez em quando, parece que a água veio com a gordura do peixe”.

Hoje o lazer gira todo em torno de bares, já que o lazer no rio foi interrompido. Costuma-se fazer bingos no bar local para arrecadar dinheiro e conseguir realizar algumas festas “se não for assim não tem jeito, não tem mais rio, né”, diz um dos pescadores. A cerimônia religiosa do batismo no rio, que trazia para Ilha do Rio Doce moradores de outras localidades, foi interrompida.

Muito se fala, nas localidades próximas ao rio Doce, sobre um sentimento de vazio deixado pela impossibilidade de uso do rio: “Nem pro rio Doce eu voltei mais”, diz o interlocutor 11231.

Na época do desastre, no município de Ipaba, a prainha - espaço importante para a população, onde ocorria uma série de atividades associadas aos modos de vida locais - foi soterrada pela lama de

rejeitos. O lugar deixou de ser utilizado para as atividades ali realizadas, devido ao acúmulo de rejeitos e ao receio de que a água estaria contaminada. Essa percepção de alteração na qualidade da água é fortalecida por uma camada de lama no fundo do rio e nas beiras que os moradores associam ao rejeito.

Esse processo se deu em outros trechos do rio Doce, em que ocorriam práticas semelhantes. Na região mais próxima da mancha urbana havia um espaço de uso frequente na beira rio, tanto para banho quanto para jogos de futebol. O trecho da margem mais arborizado, ao norte da rua Gessi Assis Pena, era muito procurado já que a água seria mais limpa e o cenário mais belo devido à mata circundante. Lá frequentavam tanto famílias para piqueniques e churrascos à beira rio, quanto pescadores de barranco que procuravam locais mais tranquilos para seu ofício. O interlocutor 11230, explica que “não existe valor de dinheiro que pague esse tipo de coisa (...) Aqui tem muito ribeirinho, a vida nossa era o rio. O lazer do pobre é o rio! Pra beira do rio você vai de pé descalço, com calça furada, do jeito que estiver. E ainda volta com peixe!”.

Em Belo Oriente, na localidade de Perpétuo Socorro, muitos dos espaços às margens do rio Doce que eram utilizados para práticas culturais foram suprimidos após a chegada dos rejeitos, à semelhança do ocorrido nos outros municípios. Além da Cachoeira Escura, principal ponto de encontro dos moradores do centro urbano, foram enumerados: o “Córrego de Café”, o “Trilho”, a “Prainha” e a “Lajinha”, que eram espaços públicos bastante frequentados. O “terreno do Zé Gino”, a “fazenda do Zé Roberto”, o “terreno do seu Zé Pretinho” e o “Quatorze” eram outros pontos de pesca localizados em terrenos privados (esses proprietários também pescavam).

Nesses locais ocorriam práticas de sociabilidade e divertimento sendo, as principais, o banho no rio e os piqueniques. Com a ocorrência do desastre, a grande maioria dos habitantes da cidade deixou de realizar tais práticas. O interlocutor 11242, comenta que se estabeleceu uma “lacuna” na vida dos moradores de Perpétuo Socorro. Lacuna esta que não está sendo preenchida, por mais haja algumas iniciativas, até mesmo da Cenibra, que passou a oferecer atividades e cursos para a população do distrito.

Um equipamento fortemente afetado pelo desastre foi o campo de futebol do distrito. O campo era regado pela água do rio Doce e, após o desastre, enquanto houve falta de água, a rega cessou. Foi protocolado um ofício junto à Fundação Renova para que desse prosseguimento à perfuração de um poço que captaria água para a manutenção do campo, mas a resposta foi negativa e, por isso, o espaço manteve-se danificado.

As alterações na paisagem do rio e suas margens em Bugre somadas ao medo da contaminação da água decorrentes do desastre levaram a supressão de espaços utilizados para encontros e práticas cotidianas de seus habitantes em toda a margem do rio Doce que passava por São Lourenço. Desde o nado e o banho, passando pelos acampamentos e pelo simples sentar-se à beira do rio e observar a paisagem, é notável que o rio estruturava o modo de vida dos moradores do povoado: “Todo mundo tomava banho nesse rio aqui. A gente só escutava a gritaiada da meninada lá na beira. Todo mundo banhava aqui, saia nadando nesse rio afora. Hoje ninguém mais toma banho no rio não, acabou. Esse rio morreu, e esse São Lourenço morreu também. Pessoal aqui morreu junto com o rio, matou a gente também. O que o pessoal faz agora? Nada! Não tem como fazer nada. Aqui era assim, começava o calor a gente só via gente correndo pra pular dentro do rio, era muito divertido”.

Por meio do rio, diversas relações afetivas eram estabelecidas e mantidas, fossem as relações familiares, entre parentes mais velhos que levavam seus filhos, netos ou sobrinhos para nadar e se divertir nas águas, fossem relações amorosas, que podiam se fortalecer nas empreitadas que eram realizadas em dupla, dos maridos com suas esposas. Como relatado pelos interlocutores 11245 e 11311: “Eu e meu marido acampava muito, virava a noite nesse rio. Tinha muito lugar aqui pra gente pescar, eu já pesquei demais por aí.”

Os rejeitos provenientes do rompimento da Barragem de Fundão chegaram também ao trecho do rio Doce em Naque e depois atingiram o leito das margens do rio Santo Antônio. Os pescadores do município afirmam que até hoje a lama está depositada no fundo do rio. Em ambos os rios a deposição dos rejeitos e o medo da contaminação de sua água provocaram a supressão de espaços importantes para a realização de práticas culturais, principalmente as três praias utilizadas pelos habitantes de Naque para lazer e pesca: a dos Coqueiros, localizada no rio Doce, e as praias Do Meio e De Baixo, localizadas no rio Santo Antônio. As praias do rio Doce eram consideradas melhores pontos de acampamento e de pesca, uma vez que o rio Santo Antônio já estava muito assoreado, com poucos pontos de profundidade.

As três praias deixaram de ser frequentadas, tanto por aqueles que vivem em Naque, quanto pelos visitantes, que, antes do desastre, acampavam nesses locais para pescar e se divertir nas águas de ambos os rios. A diminuição do número de visitantes também gerou impactos na economia local. Muitos restaurantes na cidade que serviam peixe para os visitantes e para a população local tiveram de fechar as portas. Para além da perda destes pontos de convívio, os moradores identificam a perda da própria especialidade culinária local, como relata o interlocutor 11237, ao dizer que havia um restaurante “especializado em peixes, comprava diretamente dos pescadores daqui. Vendia muito Pacumã, um peixe que só existe no Rio Doce e em alguns afluentes, agora esse peixe não existe mais, era uma especialidade da culinária local que acabou”.

Os rejeitos advindos da barragem de Fundão que alcançaram o município de Periquito produziram o assoreamento do rio, modificando as ilhas, as encostas e a faixa de areia, afetando, de forma geral, a orla do rio, lugar importante para o desenvolvimento de relações sociais e de múltiplas práticas culturais em ambas as localidades. Se em Periquito havia a “prainha”, em Pedra Corrida havia, além da praia, um complexo de lazer (campo e quadra de futebol, e quiosques) construído como mitigação do impacto sofrido pela criação do reservatório da Usina Hidrelétrica Baguari.

Em Periquito há, próximo à praia, um campo de futebol localizado à beira do rio. De acordo com o interlocutor 11243, a beira do rio era o principal local de lazer dos moradores da cidade. Como ele mesmo conta: “Tempo de calor era época da meninada ir tomar banho no rio. Agora tá proibido, acho que a água está contaminada. Meus meninos (o interlocutor tem cinco filhos) tomavam banho diariamente no rio, era o lazer do povo, acabou essa diversão”.

Em Pedra Corrida, a pequena faixa de areia, também chamada de “prainha”, era intensamente ocupada, como relata o interlocutor 11246: “Mesmo depois que a água cobriu a praia de areia grande, ainda tinha um pedacinho na beira dos barrancos. Pessoal descia tudo pra lá e ligava um som, assava um peixe e ficava por ali se divertindo. Final de tarde era sempre assim, tinha alguns que ficavam até de noite lá. Agora parou tudo”.

Os batismos das igrejas evangélicas, que ocorriam no rio Doce, também não são mais realizados. Sobre essa prática, o interlocutor 11248, explica que o ela produz a “identidade do crente”, um “novo nascimento”. Apenas fiéis batizados podem ser votados para cargos e funções nas assembleias da igreja, participar das discussões e dar opiniões, e participar da “ceia do Senhor”. O batismo seria, portanto, parte crucial da fé cristã, representando “um casamento com Deus”.

Outro local que era intensamente utilizado para práticas culturais de brincadeiras e de lazer era o Córrego do Saião, que desemboca no rio Doce. No entanto, com a enchente posterior ao desastre, a água do rio chegou ao córrego, o que fez os moradores de Pedra Corrida pararem de utilizá-lo.

A chegada dos rejeitos que afetou o rio Doce em Fernandes Tourinho e, por conseguinte, o medo da toxicidade das águas levaram à supressão de espaços importantes para as práticas culturais e modos de vida dos moradores e dos visitantes da região, especialmente na localidade de Senhora da Penha.

Após a perda das praias com a formação da represa para a Usina Hidrelétrica de Baguari em 2009, a orla do rio e o porto de onde sai a balsa para Pedra Corrida se tornaram os principais pontos para a realização de diferentes práticas. A cidade se tornou um importante centro de pesca da região com o aumento da quantidade de peixes após 2009, atraindo pescadores de distritos e cidades próximas, que acampavam no distrito e ocupavam toda a orla do rio Doce. Outra prática muito usual no Rio Doce era o batismo por imersão realizado pelas igrejas evangélicas locais. Para contornar a impossibilidade de realizar essa prática em função do medo da toxicidade da água, a Igreja Evangélica Cristã Casa de Oração investiu na construção de um poço dentro da igreja. Já os fiéis da Assembléia de Deus tiveram de passar a fazer o batismo em outros municípios.

O desastre, na altura de Governador Valadares, fez com que os espaços do rio que eram utilizados para banhos, encontros comunitários e pesca fossem descaracterizados e tivessem as práticas tradicionais interrompidas. As praias localizadas na beira do rio Doce eram de areia branca e foram cobertas por um barro avermelhado proveniente do desastre. Além disso, os bancos de areia que tornavam o rio pouco profundo nas áreas utilizadas para banho também receberam a deposição de rejeito. Há uma percepção local de que houve aumento da quantidade de insetos na beira do rio, o que dificulta ainda mais a permanência no lugar e sua utilização como área de lazer. O aumento de insetos é associado à toxicidade atribuída ao rejeito, que teria causado a morte de sapos e desequilibrado a fauna local. Os locais que deixaram de abrigar as práticas tradicionais são a ponta de areia da barra do Suaçuí e o “Poço dos Homens”.

A Barra do Suaçuí, rio subsidiário ao rio Doce, também deixou de ser utilizada pelos moradores e visitantes de Baguari, localidade de Governador Valadares, que se mostram receosos em relação à qualidade da água, já que nas épocas de cheia a Barra recebe parte dos rejeitos do rio Doce. O interlocutor 11252, explica a importância do rio para a comunidade local e indica o receio de voltar a frequentar esses lugares: “Aqui sempre foi assim, se eu chegasse em casa e não tivesse água, a gente já ia embora pro rio tomar banho. Agora o povo tem medo até de ir até no rio Suaçuí, porque ele tá muito perto do rio Doce, então quando enche a água volta pelo Suaçuí acima e os peixes também”. O interlocutor 11250 contou que sente frequentemente um “mal-estar”, devido a “tanta chateação” ocasionada pelo desastre. Ele afirma que costuma passar noites insone pensando sobre o assunto, pois para ele não há atividade que substitua o lazer que tinha no rio Doce. Segundo ele, mesmo visitantes eventuais como

caminhoneiros de passagem pela localidade passavam os finais de semana pescando no rio: “Acabou o lazer deles e o nosso”.

Na área do rio Doce mais próxima à sede municipal de Governador Valadares, de acordo com o interlocutor 11253, houve um processo de deposição do rejeito no fundo do rio, tornando-o mais raso: “Ficou muita lama no leito, mesmo após as enchentes, a lama continua no fundo, a gente percebe quando afunda o catuá”. A vida da população após o desastre e a interrupção das práticas no rio Doce alterou a rotina da população: “mudou a vida de todo mundo aqui no bairro. Hoje essa monotonia que tá aí, a população com medo de entrar na água, ninguém dá uma certeza da qualidade da água para a gente. Não sabemos se pode ficar em contato com essa água, se vai causar algum problema de saúde no futuro. Antigamente, eu até bebia a água do rio, quando precisava”.

O desastre também atingiu espaços no rio utilizados para a realização de rituais religiosos, como o batismo evangélico. Um desses espaços fica no bairro São Paulo, na sede de Governador Valadares, onde o interlocutor 11254 conta ter realizado o seu batismo. Após o desastre, com a deposição de rejeito nas margens e o receio em relação à toxicidade da água, o ritual deixou de acontecer no rio e passou a ser feito em tanques. Porém, o ideal, segundo o interlocutor, seria o batismo no rio: “está na bíblia e a água do rio é corrente e limpa melhor”.

O rio, especialmente na região da sede municipal, abrigava também práticas esportivas. A canoagem, segundo moradores, enfrentou uma diminuição na quantidade de participantes, embora a prática siga ocorrendo. Habitantes do local ressaltaram como há perspectivas divergentes entre os praticantes de canoagem acerca dos usos do rio e das consequências do desastre: alguns acreditam que o rio já estava poluído anteriormente, outros que o pior já passou e há também aqueles que entendem que a manutenção da prática é uma espécie de resistência, pois garante visibilidade ao local e evita que ele seja abandonado.

O surfe no rio, prática realizada preferencialmente na corredeira de pedras formada próxima à Ilha dos Araújos, localizada em Governador Valadares, também sofreu uma diminuição devido à desconfiança da qualidade da água e à presença de rejeito no rio, que teria impedido a conformação de condições ideais (ondas e corredeiras) para esse tipo de surfe. Esse local também abrigava uma balsa que garantia a travessia entre a ilha e os bairros Santa Terezinha e São Paulo, trajeto este interrompido, como afirmaram funcionários públicos locais.

O rio Doce também foi citado como espaço de contemplação da paisagem e conexão com o Pico do Ibituruna, localidade também em Governador Valadares. Moradores locais ressaltaram como houve a interrupção das atividades de sentar na beira do rio para pescar, ouvir o seu barulho e admirar sua beleza e contemplar Ibituruna. O potencial do rio para estabelecimento de sentimentos positivos também apareceu na fala do interlocutor 11259, onde os espaços de referência para práticas no rio Doce também receberam os danos vindos da lama de rejeitos. O interlocutor conta ter desenvolvido diabetes e perdido uma filha no parto, associando esses problemas ao estresse advindo das mudanças em sua vida com o desastre e a problemas de saúde causados direta ou indiretamente pela lama, como a mudança na dieta cotidiana à base de peixe. O interlocutor 11259 fala sobre o rio Doce como um lugar de purificação, onde ia e se sentia “limpa”, “então hoje não tem como renovar as forças”.

O rejeito proveniente do rompimento da barragem levou no município de Tumiritinga, em sequência a Governador Valadares, à supressão de espaços relacionados ao rio Doce onde eram realizadas atividades de trabalho, lazer e sociabilidade de moradores do município, em especial das famílias dos assentamentos Cachoeirinha e Primeiro de Junho. No assentamento Primeiro de Junho, nessa municipalidade, as famílias possuem um lote próximo ao rio Doce, onde podem plantar e criar gado. Além das plantações e da criação de animais, o interlocutor 11272 descreve as atividades de lazer e pesca praticadas no rio. “Quando ia trabalhar lá embaixo, a gente aproveitava pra pescar, tomar um banho de rio. Todo domingo eu ia lá pescar, isso não existe mais devido ao desastre. O prazer de ter um lote na beira do rio Doce não existe mais”.

No assentamento Cachoeirinha, o rio era presente nas atividades cotidianas dos assentados. Segundo o interlocutor 11263, “a gente tinha uma relação com o rio como se fosse uma piscinona. Nessa época era normal depois do almoço ir no rio dar uma olhada nele e mergulhar e voltar. A gente jogava um cupinzeiro na beirada pros peixes menores comerem e atraírem os grandes, minha esposa pescava muito. Eu tinha tanque de peixe, nós comíamos o peixe na hora que queríamos. Meus filhos, meus netos tinham esse costume de chegar aqui e pegar um peixe”. O interlocutor 11265 explica como as atividades se combinavam no rio: “A nossa relação com o rio: a gente tava irrigando horta, e ao mesmo tempo que tava lá bebia da água, se lavava. Hoje você não faz isso mais”. Esses relatos associam a interrupção das atividades no rio à mudança no aspecto das águas e no receio de que essa água, após o desastre, possa gerar doenças.

A utilização de espaços do rio Doce também na municipalidade de Galileia, como a prainha, a pedreira e o ponto da balsa para práticas de lazer e contemplação foi comprometida após o desastre devido a percepção da população de que os rejeitos se depositaram e permanecem no fundo do rio até hoje. O interlocutor 11270 relata que durante as chuvas os rejeitos ficam visíveis no leito do rio. A diminuição da frequência da população aos espaços da margem do rio é associada a uma preocupação com a qualidade da água e possíveis problemas que o contato com ela pode acarretar à saúde. De acordo com o interlocutor 11271: “Hoje já tá mais calmo e tem gente voltando pro rio, mas fica aquela coisa na cabeça, será que pode, será que essa água tá boa, como é que fica essa situação? Isso é um fantasma que vai acompanhar a cidade. O leste de Minas, na verdade”.

As incertezas em relação aos níveis de toxicidade da água também impedem o uso de espaços no rio Doce para a realização dos rituais de batismo por imersão dos membros da Igreja Assembleia de Deus de Galileia. Segundo o interlocutor 11268, atualmente é necessário organizar uma viagem para o município de Alto do Baixo para batizar os membros em uma cachoeira existente na localidade, o que implica custos financeiros relacionados aos deslocamentos. Além disso, a impossibilidade de realização do ritual em Galileia diminui a participação de familiares e amigos dos batizados e descaracteriza o evento, que consiste em um momento de celebração comunitária entre os membros da igreja. Sobre a alteração no lugar do batismo, o interlocutor relata: “Então eu preferia aqui que a família toda vai do que lá que a família não pode”.

A passagem da lama pelo município de Conselheiro Pena fez com que se desenvolvesse na comunidade a percepção de que a água estaria poluída, podendo gerar doenças a quem entrasse em contato com ela. Isso fez com que o rio Doce deixasse de ser um local possível para a realização de práticas tradicionais. Conta-se que o rio era bastante ocupado ao longo de seu leito e o deixou de ser.

O interlocutor 11276 afirma que “o rio, onde se passava, via gente tomando banho”, ainda que entenda que ele já era poluído antes do desastre, por receber os esgotos da região. Apesar disso, o interlocutor conta que a incerteza em relação à composição e à propriedade do rejeito que tomou o rio fez com que a maioria da população se mantenha distanciada de suas margens.

O interlocutor 11277 conta que em conversa com os alunos sobre as mudanças em seus cotidianos após o desastre, uma das questões de destaque foi a descontinuidade das práticas de banho e de pesca por famílias de pescadores. Um dos alunos explicou que seus pais o levavam todos os domingos para tomar banho de rio, mas que tal prática foi interrompida após a chegada dos rejeitos.

O interlocutor 11276, morador de Conselheiro Pena que trabalha há mais de 30 anos na Igreja de São José, pratica caiaque há 20 anos e utilizava-se do rio Doce para tal atividade. O interlocutor tem hoje 3 caiaques, remava com um e emprestava o outro para os amigos que se interessavam. Conta que “só queria ter uma maneira de voltar a remar de novo”, pois após o desastre teve de interromper a atividade que realizava diariamente no rio. Ele não sabe se a água está propícia para esse tipo de atividade. Ouviu dizer que a água hoje está mais limpa, mas não confia nessa informação.

A lembrança do desastre, a descaracterização do rio e o receio sobre sua contaminação também fez com que os espaços utilizados para práticas religiosas fossem abandonados. Dentre essas práticas, a mais importante era o Batismo evangélico. O interlocutor 11279, conta que antes do desastre os batismos eram realizados tanto no rio Caratinga quanto no rio Doce, porém hoje o rito de sua igreja acontece apenas no rio Caratinga. Tal limitação prejudicou a prática, já que o rio Caratinga é mais raso e a tradição do batismo exige que ele seja feito por imersão, com água ao menos até a cintura. Hoje, por conta disso, os batismos são realizados nas épocas de chuva em pontos diversos do rio Caratinga a depender do volume d’água. O interlocutor ressalta que o uso de piscinas para batismo viria apenas como última alternativa, já que a tradição em sua igreja pede que ele seja feito em água corrente.

Na sede de Resplendor o rejeito atingiu o leito do rio Doce, seus bancos de areia e pedras e, com a elevação do nível do rio, depositaram-se em uma faixa de suas margens. Em sua passagem também provocou a mortandade de peixes que se acumularam nos “rebojos”, nas ilhas, pedras e bancos de areia próximos à sede. Tais alterações levaram à percepção de que a água estava contaminada e a supressão de espaços importantes para as práticas culturais, de fruição e lazer realizadas no rio Doce. Alguns interlocutores da pesquisa manifestaram grande insatisfação com o que chamaram de “morte” de alguns lugares do rio Doce que eram utilizados pela população de Resplendor. Argumentam que percebem grande “desânimo” das pessoas em somente ficarem na beira do rio e não poderem realizar qualquer atividade na água. O interlocutor 11211, afirma que “Você olhava para o rio e sabia que tinha o peixe ali pra nós pescar, e agora... A impressão que a gente tem é que o rio Doce agora passou a ser ignorado. Tanto que é um rio desse tamanho e a gente nem mesmo para abastecer a cidade usa ele”.

Dois anos após deixar de ocorrer, o Encontro Náutico, agora chamado de Festa Náutica, teve uma nova edição, mas com poucos participantes, já que muita gente relata ter muito medo de entrar em contato com a água do rio Doce. Como relata o interlocutor 11210: “As pessoas estão com medo, tinha muitas pessoas que navegavam com a gente e hoje em dia não tem coragem mais não. Não colocam nem o pé dentro da água. Eu mesmo ainda vou lá, entro em contato com a água, e sou criticado!”

Estou servindo de alvo de crítica! Eu fiz a conta com os anos de vida pela frente que eu tenho. Essa água está que nem o cigarro: a gente sabe que vai matar, mas é devagarzinho”.

O fluxo rejeitos que passou por todos os municípios anteriores e atingiu igualmente o rio Doce no município de Aimorés gerou também neste local alterações na paisagem, práticas e usos relacionados ao rio, importante espaço de pesca e lazer dos moradores locais. O interlocutor 11281 conta que os rejeitos de mineração se depositaram no fundo do rio e que serão necessários muitos anos para conseguir recuperar a qualidade da água e do solo: “tanto que a luta deles para limpar aquele lago, o Risoleta [refere-se à represa de Candonga] é osso. Só ficou lama ali, não tinha água”. Segundo ele, provavelmente a água do rio Doce já era contaminada, mas ia se misturando com outros rios e se tornava mais limpa. O interlocutor 11283, teme que, nas épocas de chuva, o rejeito que está em outros trechos do rio retorne para a região. Segundo ele, nos dias seguintes às chuvas é possível ver as pedras do leito do rio vermelhas em consequência dos rejeitos depositados.

O interlocutor 11281 afirma que toda a extensão do rio próxima à Aimorés era utilizada para pesca e lazer, mas a descaracterização do rio e as desconfianças com relação a qualidade da água alteraram essas dinâmicas: “Você não pode ir lá no rio mais, eu não vou lá no rio, é uma vez ou outra e acabou. Nós tínhamos uma prainha pra tomar banho no rio, não posso tomar banho no rio mais, não posso dar passeio de barco”. O interlocutor, que também faz barcos para venda, conta que atualmente vende mais para pessoas que residem ou trabalham próximo às lagoas, o que levou a uma diminuição da sua atividade: “Em vista do que era antigamente não chega nem na sombra”.

O interlocutor 11281 relata que levava, por um pequeno valor, alguns visitantes ao Conjunto Natural e Paisagístico da Pedra do Lorena, onde também, por vezes, pescava pela manhã e à tarde fazia churrasco e tomava cerveja com a família. Contudo, tal atividade foi interrompida e seus barcos estão todos na água estragando: “Ninguém tem coragem de tomar banho nessa água, quem tem? Dá cisma, coceira no corpo, às vezes é por outro motivo mas o cara já cisma que a água tá contaminada”.

A supressão do rio, contaminado pelo rejeito, afetou também a fauna e as atividades de agricultura na localidade. Segundo o interlocutor 11281, sua família tinha o costume de plantar em ilhas, mas a terra está com uma coloração diferente: “eu não arrisco plantar mais nada, mas é nada mesmo”. Relata também que muitas capivaras estão morrendo por motivos desconhecidos, bem como outros animais começaram a aparecer após o desastre, como gambás e cobras. Segundo o interlocutor 11283, o desastre gerou desequilíbrio ambiental, com a quebra da cadeia alimentar, perceptível no aumento da quantidade de cobras na região.

O interlocutor 11283 conta que além de afetar a fauna e flora ribeirinhas, o desastre levou à supressão de espaços utilizados para atividades de lazer e turismo no rio. Outras práticas que não estão relacionadas diretamente aos espaços do rio foram afetadas. Além dos pescadores, o interlocutor 11282 conta que carroceiros que viviam de tirar areia da beira do rio também recebem auxílio financeiro da Fundação Renova. Contudo, mesmo quando ganham os benefícios, estão ganhando muito menos do que recebiam antes.

Outra prática afetada foi o artesanato local. O interlocutor 11284, que produz diversos produtos (cestos, peneiras, esteiras para carros, e armadilhas para pesca), conta que buscava bambu – seu material de trabalho – na represa da hidrelétrica, mas hoje em dia tenta encontrar touceiras mais próximas.

O desastre prejudicou o ofício do interlocutor – e que só ela exerce em Aimorés –, pois teve que parar de vender seus artesanatos para pesca.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais foi considerada como gravíssima, uma vez que o Rio Doce foi atingido de forma significativa, prejudicando ou impedindo a realização de práticas que demandam esse espaço para ocorrer – como a pesca e o lazer - conforme demonstram as narrativas dos atingidos. As narrativas apontam para a alteração e/ou supressão de 96 a 100% dos espaços. Esse dano tende a reduzir, uma vez que, ao longo do tempo, esse espaço deverá recuperar suas condições ambientais. Contudo, essa redução demandará um tempo bastante longo, o que poderá ser abreviado com ações apropriadas de recuperação. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, pois a percepção dos atingidos em relação ao Rio Doce não voltará a ser como no contexto pré-desastre, no que concerne à qualidade de suas águas (vide Tabela 12 a seguir).

Tabela 12 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Rio Casca	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Sem Peixe	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
São José do Goiabal	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Bom Jesus do Galho	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Caratinga	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Ipaba	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Belo Oriente	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Bugre	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Naque	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Periquito	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Fernandes Tourinho	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Governador Valadares	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Tumiritinga	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Galileia	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Conselheiro Pena	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Resplendor	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Aimorés	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Rio Casca	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

4.3.3.1.3 Alteração de espaços de referência de memória

Em 2015, a passagem da lama pelo trecho do rio Doce no município de Rio Casca alterou sua paisagem e a percepção que os moradores têm a respeito da qualidade de suas águas, abalando também um amplo conjunto de intensas memórias sobre os usos do rio que fazem parte importante das narrativas dos moradores de Córrego Preto e Rochedo. O interlocutor 11216, por exemplo, rememora que “Ficava era muita gente na beira desse rio. As crianças ficavam tudo dentro d’água desde pequenininho”. Já o interlocutor 11217 conta que “o nosso lazer era o rio, tenho 52 anos e não conheço praia,

o mar nosso era aqui”. São descritas as diversas atividades de lazer e divertimento que tinham lugar na praia do rio Doce, bem como a prática da pesca. São também lembradas as visitas que eram recebidas por parte de pessoas de outras comunidades e cidades. Tais memórias tem um valor afetivo intenso, uma vez que são carregadas de nostalgia, mas também pontuadas pela tristeza de não poder mais viver a relação com o rio Doce como antes.

À semelhança da cidade anterior, a deposição do rejeito sobre os espaços banhados pelo rio Doce na região de Califórnia, na cidade de Sem Peixe, bem como o medo que se difundiu a partir do receio da possibilidade de contaminação das águas e da mudança em seu aspecto, afetaram os espaços associados à memória e à formação de uma identidade coletiva ribeirinha dos moradores da comunidade. O rio e as práticas coletivas e individuais ligadas a ele formavam uma temporalidade cotidiana e um calendário anual para os moradores da região. O interlocutor 11214 descreve a importância que o rio tinha em sua rotina: “Eu costumava banhar quase todo dia na água, fico com medo de entrar n’água. E esse rio não volta mais não, igual como era não vai voltar...”.

O desastre afetou no município seguinte, de São José do Goiabal, as praias de Biboca e Mecias Gomes e a Ilha de Firma Araújo, espaços importantes para a memória local. São narrativas nostálgicas sobre a época em que se podia frequentar o local sem que se tivesse qualquer medo da poluição. Todas as transformações que o rio sofreu desde o desastre – assoreamento e coloração da água – alteraram a relação que os moradores estabelecem com esse espaço, bem como as memórias cultivadas dos tempos em que o rio ainda não estava contaminado. Tal desconfiguração gera imensa tristeza entre os moradores por não poderem mais frequentar o rio Doce como faziam antes.

Narrativas de como se davam as apropriações dessas localidades somente reforçam a importância que tinham na vida cotidiana e sociocultural dos habitantes desses três povoados. Em Biboca, o interlocutor 11219 descreve a praia do rio Doce a partir de fotografias antigas que retratam a convivência dos moradores da comunidade com o local. O interlocutor 21342, também relembra: “Era homem, mulher, criança! Agora acabou, fica todo mundo dentro de casa, não tem mais o rio pra gente. Eu mesmo sou um desses que depois que passou essa enchente eu nunca mais fui para a beira do rio, nunca mais! Eu não saía de lá pescando. Ia eu, minha mulher e as crianças! A gente pescava de anzol no barranco, usava o bote para atravessar do lado de lá do rio e saía andando, pescando no barranco. Pessoal banhava bem aqui na frente, lá tinha o terreno de um senhor que deixava todo mundo ir lá. Pessoal descia tudo para lá e ia pra praia. Tinham vários lugares, pessoal ficava tranquilo por lá o dia inteiro, assava peixe na beira. Eu mesmo tenho uma sobrinha que ia pra lá sempre com a família dela e ficava o dia inteiro lá pescando, lá mesmo comia.”

Os danos causados pela lama na municipalidade de Bom Jesus do Galho – como a deposição de rejeitos sobre praias e outras áreas nas margens, bem como o receio da contaminação pelo contato com a água do rio e a percepção de que suas propriedades físicas foram alteradas - são entendidos pela população local como consequências do desastre que suprimiram espaços utilizados pelos moradores da localidade de Revés do Belém no rio Doce para o desenvolvimento de suas práticas culturais, tais como o banho de rio, os acampamentos nas margens, a contemplação da paisagem, a pesca e os lazeres associados à água.

Tais espaços são evocados por eles como referências de memória importantes, tanto para as suas histórias pessoais, quanto para a história da comunidade de Revés do Belém: possuíam valor afetivo para os moradores da localidade e eram frequentados por famílias inteiras. Essa frequência, associada às práticas, são elementos constitutivos da memória e da identidade local. Muitos desses espaços se encontram com o acesso dificultado, dado o fechamento da vegetação em suas trilhas, devido ao abandono dos espaços. A percepção de que foram perdidos impede a transmissão de memórias a eles associados.

A onda de rejeitos afetou espaços de referência não só para as práticas culturais que formavam as atividades cotidianas e modos de vida da população da cidade de Ipaba, mas que eram também compreendidos como espaços portadores de memórias. A relação estabelecida pelos habitantes locais com rio Doce mostrou-se intrinsecamente conectada a suas histórias de vida e identidade, tendo sido relatados sentimentos de tristeza e sofrimento ocasionados pelos impedimentos ao uso e usufruto do rio. Os interlocutores 11229 e 11230, relatam: “De repente tomaram o nosso paraíso, ficou tudo de cabeça pra baixo. Nossa vida desabou, agora está dando peixe no rio, mas ninguém mais tem coragem de comer isso daí”. A alimentação tradicional do local, relacionada ao consumo de peixe fresco, não pode mais ocorrer pelo receio de contaminação da água e dos peixes.

O interlocutor 11239, também relata suas lembranças do Rio Doce como o lugar onde ensinou os filhos a nadar e onde encontrava os amigos para beber, acampar e fazer churrasco. Contou que existia uma local para onde sempre ia com os filhos para pular no rio, algo que deixou de fazer pelo medo da contaminação e pelo assoreamento do rio.

O interlocutor 11229 mostra que a ocasião do desastre foi traumática e suplantou as lembranças de convivência à beira-rio, principalmente pelo soterramento de plantações de valor afetivo, pela morte de peixes e pelas tentativas geralmente frustradas de resgate dos animais de criação: “Depois desse desastre no rio a gente ficou muito parado, muito triste. A gente que morava lá na beira teve que ver muita coisa que a gente não queria ter visto, isso até hoje dá muita tristeza [se referindo às cenas que presenciou do quintal de sua casa com a chegada do rejeito]. Imagina só você ter que ficar morando ali convivendo o tempo inteiro com aquilo, é muito difícil”.

A identidade do município com suas águas é trabalhada com as crianças inclusive na formação educacional. A definição “Ipaba é lugar de muitas águas”, de acordo com o interlocutor 11233, está presente nos livros de educação infantil utilizados nas escolas do município.

A chegada da onda de rejeitos em Belo Oriente ocasionou a supressão de espaços referenciais nas narrativas de memórias envolvendo o rio Doce em Perpétuo Socorro, localidade desse município. Elas falam sobre experiências vividas nas praias e na Cachoeira Escura que envolvem relações familiares e de amizade de grande importância para aqueles que tinham aqueles locais como espaços de convívio e divertimento. O interlocutor 11238, rememora que “a gente ia em turma, escondido dos pais, porque eles tinham medo que a gente se afogasse”. E pondera: “a gente sempre teve uma boa relação com o rio, mas ultimamente ele vem sendo muito castigado com o assoreamento, descarga das indústrias, lixo, esgoto da população. Na cachoeira mesmo, em muitas épocas, a gente vê muito lixo entulhado nas margens”.

O interlocutor 11242 também recorda sua relação intensa com o rio, relatando que ia pescar em suas margens ao menos três vezes por semana junto do marido. Eles somente não pescavam aos finais de semana para deixar espaço para os visitantes, para quem vendiam comida.

O desastre afetou espaços centrais para as narrativas de memórias também dos habitantes de São Lourenço, em Bugre, relacionadas, de alguma forma, ao rio Doce. O medo da toxicidade da água e a percepção da desconfiguração das margens do rio pelo depósito de rejeito alteraram a relação dos moradores com esse cenário que é muito presente tanto nas trajetórias de vida individuais quanto na história da própria comunidade.

Tais narrativas falam de um rio que tinha uma relação profunda com a comunidade, em uma época na qual esta relação era ainda mais relevante, uma vez que algumas das tecnologias comuns nos tempos atuais ainda não estavam presentes. O interlocutor 11245, por exemplo, comenta como o rio Doce era espaço para múltiplas tarefas, como a de lavar a roupa, e como essas tarefas e atividades se misturavam de forma orgânica, fazendo daquele espaço um ambiente de sociabilidade familiar, comunitário e transgeracional: “Eu mesmo fui lavadeira de roupa e de vasilha na beirada do rio. Sou nascida aqui perto desse rio faz 66 anos, nós lavava roupa, pescava... Pegava muito lambari e já jogava na panela pra comer. Descia a mulherada toda pra beira pra lavar roupa, tinha cantoria lá de noite. Isso a gente fazia quando a lua estava clara, igual tá ficando agora, bem cheia. A gente morava mais para o fundo (interior), mas juntava todo mundo, aquela moçada, criança e adolescente. Era bom demais.”

As memórias envolvendo o rio Doce também remetem a relacionamentos afetivos e amorosos, como mostra o relato da interlocutora 11245: “Eu me lembro do meu marido quando ele ficava roçando os terrenos aqui na frente do rio, deixava tudo limpinho pra gente poder ficar ali na beirada. Eu ficava sentada ali na beira do rio tecendo crochê. Descia até lá na beirada e ficava ali sentada só olhando a água”.

A chegada do rejeito levou no município de Periquito à supressão de espaços relacionados ao rio Doce, que são referências para a memória de uma população, especialmente da localidade de Pedra Corrida, que se identifica como parte de uma “comunidade de pescadores”. O rio Doce, onde se pesca e onde se diverte, é parte fundamental da memória coletiva, a qual fundamenta a própria construção da identidade local. A perda dos principais espaços - as praias, as ilhas e o próprio rio - em que tal identidade se formava afeta profundamente a organização social local e as histórias e narrativas que fundamentam tal organização social.

Em Pedra Corrida, as memórias dos moradores se voltam para os espaços de sociabilidade no rio e contam histórias de relações familiares, de amizade, da infância e de tantos períodos e situações que fundamentam a história de cada um. Como afirmou o interlocutor 11234, “As famílias daqui viviam desse rio Doce”. Em Periquito o rio também estava vinculado à identidade local, porém não de forma tão intensa como em Pedra Corrida. De qualquer forma, era ali que se davam diversas práticas sociais que organizavam as relações sociais de muitos moradores; hoje, restam somente as narrativas marcadas pela saudade de outros tempos.

Em continuidade aos danos decorrentes do fluxo de rejeitos que percorreu o rio Doce e afetou os municípios por ele banhados, também ocorreu a alteração dos espaços de referência de memória no município de Fernandes Tourinho envolvendo a orla do rio e suas antigas praias. Tais lugares eram

fundamentais na criação de uma identidade dos moradores da localidade de Senhora da Penha e as histórias acerca deles retratam a vida em constante contato com o rio, que moldava comportamentos, práticas e relações. O interlocutor 11258, descreve como as memórias estão vinculadas com o rio e o quanto o cotidiano dos moradores locais foi afetado com o desastre: “Eu sempre saía com meu pai pra pescar, a gente fazia até piquenique na beira do rio. A gente levava panela e quando pegava uns peixinhos pequenininhos a gente já fritava ali mesmo na beira do rio e lá comia. Onde tivesse uma árvore que desse pra gente ficar a gente parava e ficava por lá. Depois que eu sai pra trabalhar, voltei e me casei, aí eu usava o rio mais com o meu marido pra lazer também. Ele fazia aquele chamado ceveiro, que é colocar milho, mandioca, coco e fubá para os peixes virem e ficar mais fácil de pegar, ia tratando deles assim até ficar bom da gente pegar. Quando dava a gente ia pra lá, as vezes era mais de final de semana. A gente não dependia só do rio, ele trabalha com diária [nas fazendas da região], então quando ele chegava em casa de tarde e não estava muito cansado a gente ia pro rio.”

O rio Doce, bem como o conjunto paisagístico no qual está inserido, é igualmente aos outros municípios avaliados um elemento importante na conformação identitária dos moradores de Governador Valadares. A deposição de lama de rejeitos em seu leito e suas margens e a alteração das características da água afetam o aspecto identitário e de memória de práticas no rio. O interlocutor 11249, explica que “o nome é rio Doce, porque a cor dele lembrava o caldo da cana.” Ela conta que uma família vizinha, que havia se mudado do município, pediu que ela enviasse uma foto do rio Doce após o desastre e o principal estranhamento foi em relação à mudança em sua coloração. O interlocutor afirma que o questionamento em relação à cor do rio é feito por muitos moradores. As pedras localizadas próximas à ponte São Raimundo “não são mais cinzas, são sempre amareladas, sujas, enlameadas”. Essa percepção de mudança diz respeito à memória do rio, atrelada às práticas, histórias de vida e identidade da população local.

A chegada do rejeito ao leito e margens do rio, assim como a percepção de que após o desastre a água do rio estaria contaminada, alterou a relação que os habitantes do município de Resplendor estabeleciam com o rio Doce. Ele era um importante elemento na construção das memórias tanto dos moradores quanto da própria comunidade. As narrativas relatam os diversos usos que se fazia do rio, bem como a importância deste nas relações sociais que se estabeleciam entre moradores da cidade. O interlocutor 11209, morador de Resplendor desde 1962, relata que desde que se recorda a população local pratica a navegação pelo rio Doce. Primeiro em barcos a remo e, posteriormente, com o uso de caiaques e bóias. Recordando-se das brincadeiras de flutuação no rio fazendo uso da correnteza para perambulação em seu leito, lembrou: “Sempre juntava uma turminha de amigos e chamava ‘bora partir pro rio’. Escolhia uma das ilhas e íamos todos para fazer churrasco”.

Moradores das proximidades do Rio Doce recordaram que muita gente pescava na praia localizada perto de suas propriedades, assinalando que todos eram “viciados” nisso. Já o interlocutor 11211, argumenta que “hoje em dia todo mundo fala muito sobre a importância da cultura, mas não se preocupa com tudo o que a gente fazia no rio! Isso é cultura também! A gente vivia pescando, pegava o barco e a tarrafa e falava: ‘vamos comer um peixinho?’, chegava ali embaixo e jogava a tarrafa, pegava um peixinho já assava e tomava uma cerveja. E isso não vai mais fazer, acabou isso”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência à memória foi considerada como gravíssima. As narrativas apontam para a alteração e/ou supressão de 96 a 100% dos espaços. Exceção pode ser visualizada apenas em Belo Oriente, na localidade de Perpétuo Socorro, onde esse dano foi grave, com cerca de 70% das memórias alteradas. Se antes o rio era associado, preponderantemente, a memórias afetivas relacionadas a subjetividades de pessoas e coletivos, com o desastre esse espaço passou a ser referência de memórias traumáticas. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esses espaços tendem, cada vez mais, a serem relacionados ao desastre e menos às memórias positivas dos processos históricos vivenciados antes do rompimento da barragem de Fundão. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esses espaços estarão, permanentemente, associados ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas (vide Tabela 13 a seguir).

Tabela 13 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços de referência de memória

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Rio Casca	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Sem Peixe	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
São José do Goiabal	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Bom Jesus do Galho	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Ipaba	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Belo Oriente	Grave	Tende a aumentar	Irreversível
Bugre	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Periquito	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Fernandes Tourinho	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Governador Valadares	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Resplendor	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível

4.3.3.1.4 Alteração da rede de relações comunitárias

Tal como anteriormente descrito, a chegada dos rejeitos ao rio Doce no município de Rio Casca, principalmente no trecho que margeia as comunidades de Córrego Preto e Rochedo, ocasionou uma elevação do nível do rio e a deposição de rejeitos em suas margens. Tais alterações, assim como a desconfiância com relação à qualidade da água, provocaram abalo nas redes de relações comunitárias mantidas com visitantes e amigos de outras localidades, que se reuniam no rio Doce. O interlocutor 11213, morador de Rochedo, afirma que, antes do desastre, muita gente de outros povoados e cidades visitava a praia do rio Doce para pescar e acampar. Eram pessoas com os quais se mantinha contato por conta dessa prática. “vinha gente direto, sumiu tudo, desses anos prá cá não vi mais ninguém lá, hoje ninguém mais vai, você chega lá e vê aquela sujeira”.

O desastre gerou entre a população de Califórnia, em Sem Peixe, o medo do aparecimento de doenças, identificado tanto nas narrativas de que as águas estão contaminadas quanto nas percepções dos moradores de que o leito e as margens do rio estão com um aspecto distinto do que tinha antes do desastre. Tais receios fazem com que espaços relacionados ao rio deixem de ser utilizados. Na região de Califórnia, o rio era um dos principais lugares de reunião e de deslocamento entre habitantes de

comunidades rurais próximas. O desastre, dessa forma, suprimindo os espaços de convivência, desincentivando as práticas culturais e o trânsito pelas águas, causou um desligamento entre os povoados que anteriormente possuíam uma relação cotidiana. O desastre também ocasionou a diminuição da vinda de visitantes, moradores de locais mais afastados, mas que tinham uma relação de amizade ou parentesco no local e tinham o rio como um dos elementos que os atraíam para lá.

O interlocutor 11214, exemplifica as consequências do desastre para seu cotidiano familiar e sua rede de relação comunitária: “Nem que me dessem 100 mil reais eu ia achar bom, eu queria e ver o rio limpinho igual era antes, não é? Você não troca uma área de lazer por dinheiro não, uma área grande! Aqui em casa, de domingo, tinha 20, 30 pessoas. Meus parentes vinham de Belo Horizonte, Ipatinga... acabou tudo, não vem mais não. Aqui agora não vem ninguém, só fico eu aqui, sozinho. (...)”.

O aporte de rejeitos na área do rio Doce em São José do Goiabal e em suas margens, assim como o receio sobre o potencial de toxicidade das águas do rio, afetaram um lugar de grande atrativo para parentes e amigos de outras comunidades e de outros povoados. O interlocutor 11219, por exemplo, conta que “O pessoal vinha passear, saía daqui andando para rio e lá ficavam. Aqui enchia de gente, era até muito bom pra gente vender as coisas da nossa plantação e criação. Nós até juntávamos um dinheiro pois o pessoal aproveitava pra comprar coisa da roça pra levar pra cidade: ovo, queijo, peixe. Tudo eles levavam. Vinha muita *van* com gente, vinha até gente com excursão. Até que vem um pessoal ainda pra cá, mas se chega hoje, amanhã já vai embora porque não tem mais nada pra fazer. Vinha muita gente da cidade, vinham meus meninos, muitos sobrinhos que eu tenho que moram em Belo Horizonte. Meus meninos de vez em quando vêm, mas agora eles ficam pouco, não ficam mais o tempo que eles ficavam. Não tem mais o que fazer aqui, né? Fica aquele sol, aquele calorão, e não tem um lugar pra entrar n’água mais”. Deve-se notar que, atualmente, a direção das relações de troca motivadas pelas visitas ao rio se inverteu. Hoje, são os moradores de Biboca que pedem, aos parentes que ainda os visitam, que levem peixe do local onde moram. Comprar peixe de outra localidade e não poder consumir o do rio Doce é algo que causa grande tristeza àqueles que vivem no povoado.

Narrativas similares são ouvidas também nas outras localidades. Em Mecias Gomes, por exemplo, muitos visitantes frequentavam a praia do rio Doce para acampar e pescar com aqueles que viviam no povoado. O mesmo ocorria na Ilha de Firma Araújo. Houve uma grande queda de visitantes em todas essas comunidades, o que causou rompimento de muitas relações que eram mantidas entre seus moradores e seus parentes e amigos de outros distritos e municípios.

A deposição de rejeito no rio Doce em espaços utilizados pelos moradores locais da cidade de Bom Jesus do Galho para encontro e o desenvolvimento de redes comunitárias, bem como o receio sobre o potencial de toxicidade da água, fizeram com que jovens, famílias e os próprios pescadores deixassem de ser frequentar o rio, impedindo assim o estabelecimento e fortalecimento das redes de relações comunitárias.

O interlocutor 11227 relata que era um costume dos jovens encontrar-se nas margens do rio Doce, mas o lugar fora abandonado por eles após a passagem dos rejeitos: “era bom demais, agora acabou, ia eu e mais uma galera, ficava lá a tarde inteira”. Para o interlocutor 11224, ir para a beira do rio “era uma terapia”, pois era o momento do dia em que levava os filhos pequenos e encontrava colegas, também acompanhados de suas famílias, para conversar enquanto as crianças brincavam.

A interrupção da pesca em Ipaba, bem como o soterramento dos espaços associados aos encontros comunitários, e a contaminação das águas e diminuição nos peixes do rio, foram citados como os motivos que levaram à ruptura de redes de relação. Isso gerou um efeito em cadeia de paralisação de uma série de atividades associadas, tais como as práticas de sociabilidade entre pescadores amadores, os encontros na beira rio para piqueniques e churrascos de grupos de amigos e de familiares, assim como desarticulou redes de visitas entre conhecidos que tinham como interesse o rio Doce.

As praias e espaços de convivência do rio Doce exerciam um papel importante na construção de uma rede de relações comunitárias por se tratarem dos principais espaços de lazer do local. Além disso, o rio Doce servia como um elemento que atraía moradores de outras localidades e familiares de quem vivem em Ipaba. Tereza do Menino Jesus Sobrinho, antiga moradora, conta como os finais de semana e feriados eram ocasiões para reunir a família na beira do rio, em especial os parentes que viviam em áreas mais urbanizadas. Segundo ela, a Sexta Feira Santa era uma data tradicional de reencontro dos familiares em sua casa para comer o peixe pescado no rio Doce.

O desastre provocou ruptura das redes de relações comunitárias das localidades de Belo Oriente, Perpétuo Socorro por conta das alterações na Cachoeira Escura, lugar que atraía pessoas de diferentes localidades. O interlocutor 11240, conta que seus filhos, que moram em outros municípios, sempre iam visitá-lo tendo, como um dos principais estímulos, a ida ao rio e à cachoeira. Após o desastre, a relação foi bastante enfraquecida.

Mas não eram só parentes de moradores do distrito que visitavam o local: eram também amigos e conhecidos que chegavam à cachoeira de madrugada para acamparem e por lá se estabelecerem durante todo o final de semana. Esses visitantes movimentavam a economia local, pois necessitavam de bens de consumo e de serviços que eram vendidos por moradores de Perpétuo Socorro. O interlocutor 11235, por exemplo, alugava sua garagem para que os forasteiros guardassem seus carros. O casal foi profundamente afetado pelo desastre, uma vez que não há mais viajantes aos finais de semana. O interlocutor pediu auxílio para a Samarco, mas não foi contemplado.

Com a chegada dos rejeitos ao município de Fernandes Tourinho, o local parou de receber visitantes, principalmente pescadores que foram atraídos pelo aumento da quantidade de peixes na região do rio Doce que banha a localidade de Senhora da Penha após a construção da Usina Hidrelétrica de Baguari. O alagamento da represa fez do distrito um pólo de pesca esportiva, atraindo pescadores de locais como Engenheiro Caldas (a 22 km de distância), Caratinga (a 120 km de distância), Ubaporanga (a 75 km de distância), Dom Cavati (a 45 km de distância), Tarumirim (a 50 km de distância) e de outras comunidades e cidades da região.

Como relata o interlocutor 11256, essa nova condição do distrito era favorável aos comerciantes locais, que lucravam com o consumo dos visitantes: “Depois que fechou [a UHE Baguari] ficou muito bom aqui, porque como formou a represa a água ficou mais parada, então os meninos usavam pra poder tomar banho lá e a pescaria ficou muito melhor. Porque quando a água era corrente os peixes procuravam o lugar que tinha mais água, e na água corrente ficava raso o rio. Com o fechamento da usina, em 2009, a água ficou parada e aí aumentou os peixes. Essa beirada de rio aí você tinha que ver a quantidade de carro que parava lá, vinha muito pescador de fora que pescava lá também. Alguns compravam comida de alguém aqui, comprava um refrigerante nos bar que tinha, o comércio era mais movimentado. Estava ficando uma coisa boa”.

Assim, o desastre levou ao rompimento das novas - e promissoras - redes de relações sociais que estavam se estabelecendo em torno da prática da pesca no rio Doce na região de Senhora da Penha.

Com a interrupção, também em Governador Valadares, das principais atividades de lazer e de trabalho relacionadas ao rio Doce, a rotina da comunidade foi alterada, provocando efeitos como a sensação de insegurança e o esgarçamento dos laços sociais comunitários. As ações da Fundação Renova, em especial a distribuição de indenizações, são vistos como medidas insuficientes para a mitigação do principal dano causado à comunidade: a perda de seus espaços de usufruto coletivo.

Após o desastre, com a diminuição da visitação de pessoas de fora, houve rompimento das redes de relações locais e regionais. De acordo com o interlocutor 11250: “Aqui o pessoal trazia muitos amigos, primos, tios, sobrinhos de fora que vinham visitar. Família vinha pra cá querendo mesmo ir pescar. Tinha amigos meus do Rio de Janeiro, São Paulo, que vinham pra cá pra isso. Ficou muito mais difícil de ver essas pessoas, nisso o impacto aqui foi muito grande!”. Ele também conta que agora, após as partidas de futebol nas localidades, as torcidas e jogadores visitantes não permanecem mais em Baguari porque a percepção da contaminação do rio Doce faz com que as atrações locais tenham acabado: “Agora, depois do jogo, o pessoal todo vai embora”.

Para o interlocutor 11259, a interrupção do uso normal do rio e suas beiras para atividades de trabalho (cultivo e pesca) e lazer fez com que a ligação dos jovens com o lugar fosse enfraquecida: “Nossos meninos saíram de baixo de nossos olhos”. Ela associa o aumento da criminalidade e do consumo de drogas entre os jovens ao deslocamento destes para outros centros em busca de diversão. Para o interlocutor, o rio era local agregador, de convívio familiar e de encontros entre amigos. Outros moradores afirmam que a convivência entre moradores foi comprometida a partir da distribuição de indenizações e auxílios emergenciais. A discórdia em relação aos critérios teria criado ressentimentos e discussões entre moradores.

Em Ilha Brava, a relação com moradores de outras localidades após o desastre passou a incluir formas de preconceito e discriminação. O interlocutor 11259 afirma: “As pessoas acham que por ser Ilha Brava somos leprosos”. Um agricultor e pescador da localidade, inclusive, conta que sua mãe deixou de realizar vendas de produtos agrícolas, porque nas feiras eles são rejeitados. Segundo os moradores, esse preconceito ultrapassa a compra de produtos e torna-se pessoal contra os moradores.

As relações de amizade no município de Conselheiro Pena tinham, semelhantemente aos outros municípios, o rio como o principal espaço de lazer e, por isso, importante elemento para o encontro, fortalecimento e manutenção das redes de amizade. Essas redes, após o desastre, foram enfraquecidas ou desapareceram.

O interlocutor 11274 conta sobre o desaparecimento de alguns pontos de encontro, como a “Ilha dos Amigos”, próximo à Barra do Cuieté, causado pela lembrança do desastre e pelo receio de contaminação da água. A Ilha do Lajão também era um local de encontros, inclusive com moradores de outras localidades, fortalecendo uma rede de relações mais extensa. Os grandes atrativos para a vinda de amigos e parentes de outras localidades eram a busca pelo banho de rio e o consumo de peixe fresco, como conta o interlocutor 11275: “as pessoas entravam com o carro e iam até bem perto do rio, davam um mergulho, tomavam uma geladinha e comiam o peixe. Até gente do exterior já veio comer o meu peixe”. O interlocutor relata que a proximidade com a sede fazia do Lajão um ponto de banho

conhecido e bastante frequentado. O medo da contaminação das águas e, conseqüentemente, dos peixes, causou a interrupção dos encontros e enfraqueceu redes de relações sociais.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como grave em Rio Casca e Bom Jesus do Galho e gravíssima nos demais municípios evidenciados. Os danos significativos a esse espaço fizeram com que redes de relações comunitárias fossem desfeitas ou arrefecidas, uma vez que essas redes se estabelecem tendo como suporte o espaço do rio. Tais redes foram alteradas e/ou interrompidas em cerca de 70% em Rio Casca e Bom Jesus do Galho e 96 a 100% nos demais municípios. Esse dano tende a aumentar, pois as relações sociais, uma vez alteradas, tendem a diminuir com o tempo quando tais redes permanecem enfraquecidas por processos diversos. No caso em questão, além dos danos ao espaço do rio, ações reparatórias também têm prejudicado as relações comunitárias pois geram disputas e tensões. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre, o que já acarretou alterações permanentes nos laços de sociabilidade (vide Tabela 14 a seguir).

Tabela 14 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de rede de relações comunitárias

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Rio Casca	Grave	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Sem Peixe	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
São José do Goiabal	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Bom Jesus do Galho	Grave	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Ipaba	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Belo Oriente	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Fernandes Tourinho	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Governador Valadares	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Conselheiro Pena	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível

4.3.3.1.5 Sofrimento Social

Para além da chegada de rejeitos e os danos imputados ao rio Doce, as alterações na paisagem e na relação que os moradores do município de Resplendor estabeleciam com o rio, decorrentes do desastre, provocaram um aumento de diagnósticos de depressão identificados pela equipe do Centro de Referência de Assistência Social local. Segundo funcionários públicos locais, a maior parte das pessoas que sofrem com transtornos psicológicos em decorrência da chegada dos rejeitos ao rio é de pescadores e trabalhadores do setor areeiro - ambos grupos de profissionais que tiravam seu sustento direto do rio. A inviabilidade de trabalho no rio Doce desestruturou a vida dessas pessoas em diversos aspectos, seja na ausência de uma atividade diária, seja na falta de recursos para sustentar a família. Assim, surgem sintomas de ansiedade e depressão que foram narrados com frequência em diversas comunidades visitadas, mas que parecem ter sido identificados com maior clareza em Resplendor.

Sobre essa questão, o interlocutor 11210, relata que “A perda pro pescador, eu mesmo que não sou um, mas eu vejo que não é somente financeira, ela é emocional! Isso [o desastre] nitidamente afetou eles. Tem muitos que dizem por aí estão tomando remédio pra depressão, porque não pode mais ir pro rio como eles iam antes. Três horas da manhã entrava no rio para desarmar rede, depois

voltar de novo, isso era a vida deles, entendeu?”. Segundo ele, há boatos de pescadores que morreram de desgosto por conta do desastre: “Não dá pra dizer que esse foi o único motivo, mas com certeza isso contribuiu, porque a gente sabe que o emocional das pessoas ficou abalado mesmo”.

Já o interlocutor 11211, afirma que “A grande preocupação aqui nossa é o psicológico, isso que afetou diretamente todo mundo. Hoje o dano maior mesmo que afetou nossa região é, além de a gente achar que a lama está ainda por baixo, ela está também na cabeça da gente, o tempo inteiro. A gente se pergunta: gente, será que ela afetou a gente, será que ela ainda está ali? Então o pessoal tem uma barreira quase que invisível com o rio, um afastamento com o rio”. Na visão do interlocutor, o “desgaste emocional” da população de Resplendor foi uma das maiores consequências do desastre: “minha esposa, por exemplo, entrou em depressão logo depois do desastre, porque a gente usava o rio Doce para lazer direto! A única coisa que o pessoal de outras cidades gosta é de shopping, lojas... E aqui em Resplendor não tem isso, aqui a gente se identifica é com o rio”.

No que concerne à gravidade, o sofrimento social foi considerado como gravíssimo (ocorrência em pelo menos 20% da população). Esse dano está associado ao aparecimento das narrativas de sofrimento social mencionadas. Esse dano tende a aumentar e é irreversível, pois, passados quatro anos do desastre, o “desgaste emocional” já se instalou de forma crescente e marcará a trajetória de indivíduos e comunidades de forma definitiva.

4.3.4 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE LUGARES NO COMPARTIMENTO 2

A Tabela 15 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de lugares do Compartimento 2.

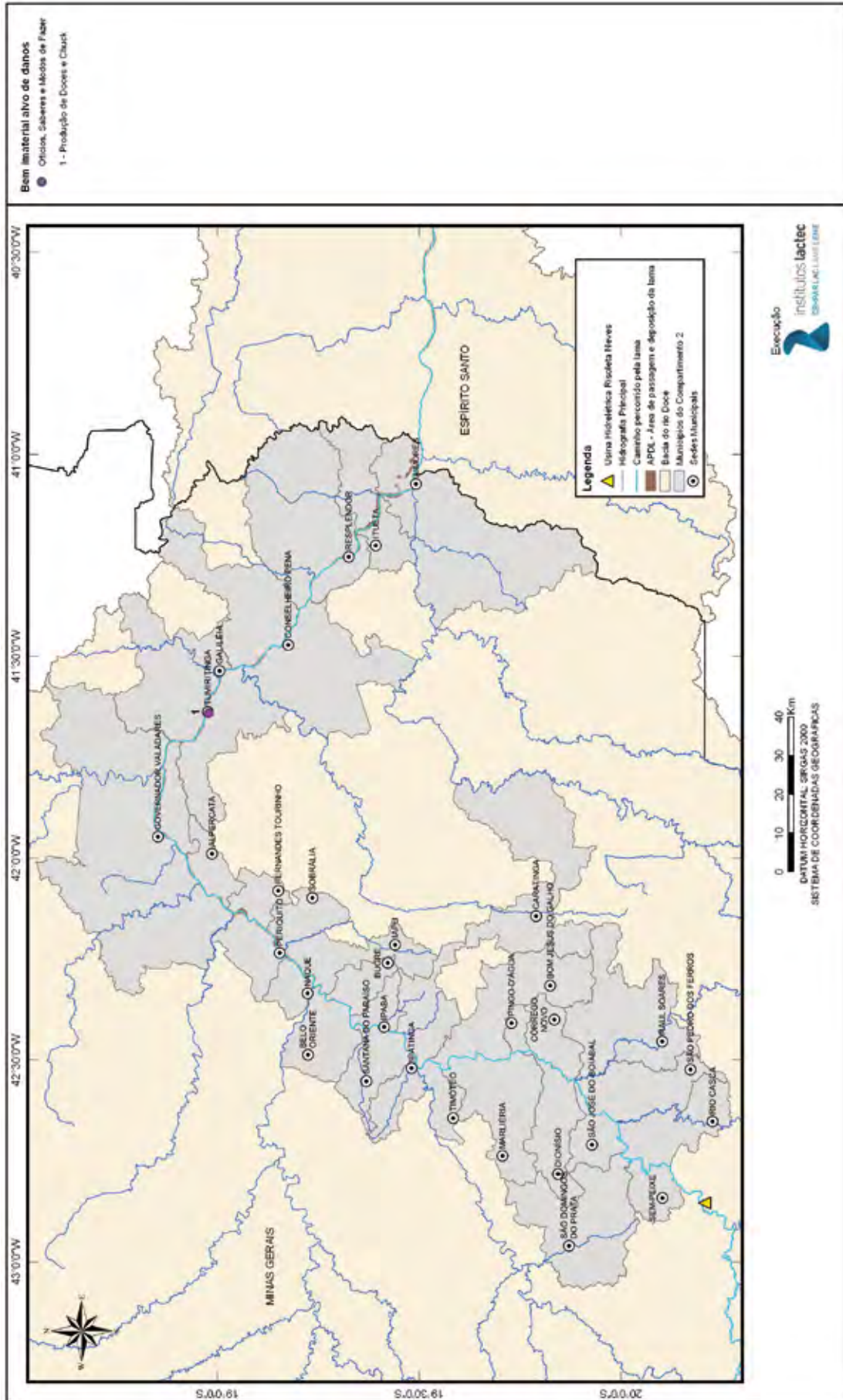
Tabela 15 – Classificação de danos aos bens imateriais (lugares) no Compartimento 2

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Rio Doce	Alteração de práticas culturais	Gravíssima 96 a 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssima 96 a 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssima 96 a 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssima 96 a 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Sofrimento Social	Gravíssima 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Conjunto paisagístico da Praia do Jaó	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssima 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Garfo Clube	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Pouco Grave 20% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

4.4 DANOS AOS OFÍCIOS, SABERES E MODOS DE FAZER

No Compartimento 2, os bens imateriais categorizados como ofícios, saberes e modos de fazer, ou seja, os conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades também foram alvo de danos. No caso, 01 bem foi indicado pelos interlocutores: a Produção de Doces e Chuck (Figura 107).

Figura 107 – Bens alvo de danos no Compartimento 2 – Oficinas, Saberes e Modos de Fazer



4.4.1 PRODUÇÃO DE DOCES E CHUCK

A Produção de doces e de chuck é um ofício realizado pelos habitantes de Tumiritinga desde a segunda metade do século XX. Consiste na confecção caseira de geléias, doce de amendoim, variedade de doce de leite, pé de moleque e cocadas (branca, morena e com maracujá). O chuck, conhecido em outras partes do Brasil como geladinho, sacolé ou dindim, é produzido a partir de amendoim, coco e outras frutas. A fabricação é realizada por mulheres, geralmente da mesma família, e as receitas e modos de fazer são transmitidos de forma geracional entre as doceiras.

Sua origem está relacionada à tradição local de fabricação de doces caseiros à base de leite. Sua comercialização era realizada inicialmente no espaço da estação de trem da Estrada de Ferro Vitória à Minas (EFVM) para turistas e pessoas em trânsito. De acordo com o interlocutor 11262, havia cerca de cem mulheres em Tumiritinga realizando o ofício dos doces na década de 1990. Em 2010, a estação ferroviária de Tumiritinga foi reformulada com a construção de muros impedindo a entrada das doceiras e outros comerciantes, além disso, os trens de passageiros passaram a ter janelas fechadas devido ao ar condicionado, o que inibiu as tradicionais vendas pelas janelas. De acordo com o interlocutor 11264, em 2012 foi criada a Cooperativa de Doces Artesanais de Tumiritinga e parte da produção das doceiras é revendida nos vagões dos trens por uma empresa terceirizada.

Ademais, a partir da década de 2000, a produção e venda dos doces e de chuck foi intensificada durante eventos realizados no Conjunto Paisagístico da Praia do Jaó, como na festa de carnaval conhecida como CarnaJaó, dado o aumento do contingente turístico para localidade. Nessas ocasiões, as vendas são realizadas na praia e nas casas das doceiras, principalmente no período diurno e espaços de trânsito dos turistas e moradores em direção à praia do Jaó. As festas, finais de semana e feriados são momentos aguardados pelas doceiras, pois fortalecem as vendas e trazem motivação para a manutenção do ofício e à transmissão de saberes para as novas gerações (Figura 108).

Figura 108 – Doceira recebe pesquisadores contando sobre as dificuldades de manutenção de seu ofício após a queda do número de frequentadores da praia do Jaó, sua principal clientela. Registro em 01/10/2018. Tumiritinga (MG).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

4.4.1.1 Análise de danos à Produção de Doces e Chuck

A análise do bem cultural Produção de Doces e Chuck indicou o dano de alteração de práticas culturais, conforme detalhado a seguir

4.4.1.1.1 Alteração de práticas culturais

As percepções de alterações nas propriedades da água do rio Doce, decorrentes do desastre, levaram à diminuição de pessoas envolvidas no carnaval e a interrupção de práticas tradicionais desenvolvidas na praia do Jaó, tais como os banhos e reuniões comunitárias. Transformações que afetaram e ocasionaram a redução da produção de doces e de chuck. A diminuição das vendas de doce é apontada como um fator que desmotiva as doceiras a continuarem executando o ofício dos doces e, por consequência, enfraquece a transmissão dos saberes associados à prática.

O interlocutor 11262 conta que “Agora a gente vende muito pouco, só para os conhecidos da gente que vem passear aqui com a família. A gente vende ainda, mas a gente quebrou”. O interlocutor recorda que no período do carnaval de 2016, logo após o desastre, vendeu o equivalente a 300 reais em doces e chuck no período de 5 dias do evento, o que considera um valor muito abaixo do usual, e completou: “Eu continuei fazendo os doces, nunca parei, apesar de ter diminuído as vendas desse jeito. Caiu bastante depois do desastre, caiu muito mais a produção também. (...) Infelizmente isso acabou com nossa venda, acabou com nossa água, acabou com nosso lazer”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como pouco grave, estando relacionada à diminuição da produção de doces e de Chuck devido à redução de pessoas que participam da celebração do carnaval na Praia do Jaó devido ao medo de contaminação da água e areia. Esses dados foram coligidos por meio da abordagem etnográfica, a qual indicou uma alteração de 30% no bem. Esse dano tende a reduzir uma vez que a percepção acerca da qualidade das águas do rio Doce tende a melhorar com o passar do tempo, ainda que demande um período longo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível pois o rio Doce e a Praia do Jaó não poderão retomar suas características pré-desastre, no que concerne à percepção da qualidade das suas águas.

4.4.2 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE OFÍCIOS, SABERES E MODOS DE FAZER NO COMPARTIMENTO 2

A Tabela 16 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de ofícios, saberes e modos de fazer do Compartimento 2.

Tabela 16 – Classificação de danos aos bens imateriais (ofícios, saberes e modos de fazer) no Compartimento 2

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Produção de Doces e Chuck	Alteração de práticas culturais	Pouco Grave 30% alterado	Tende a reduzir	Reversível

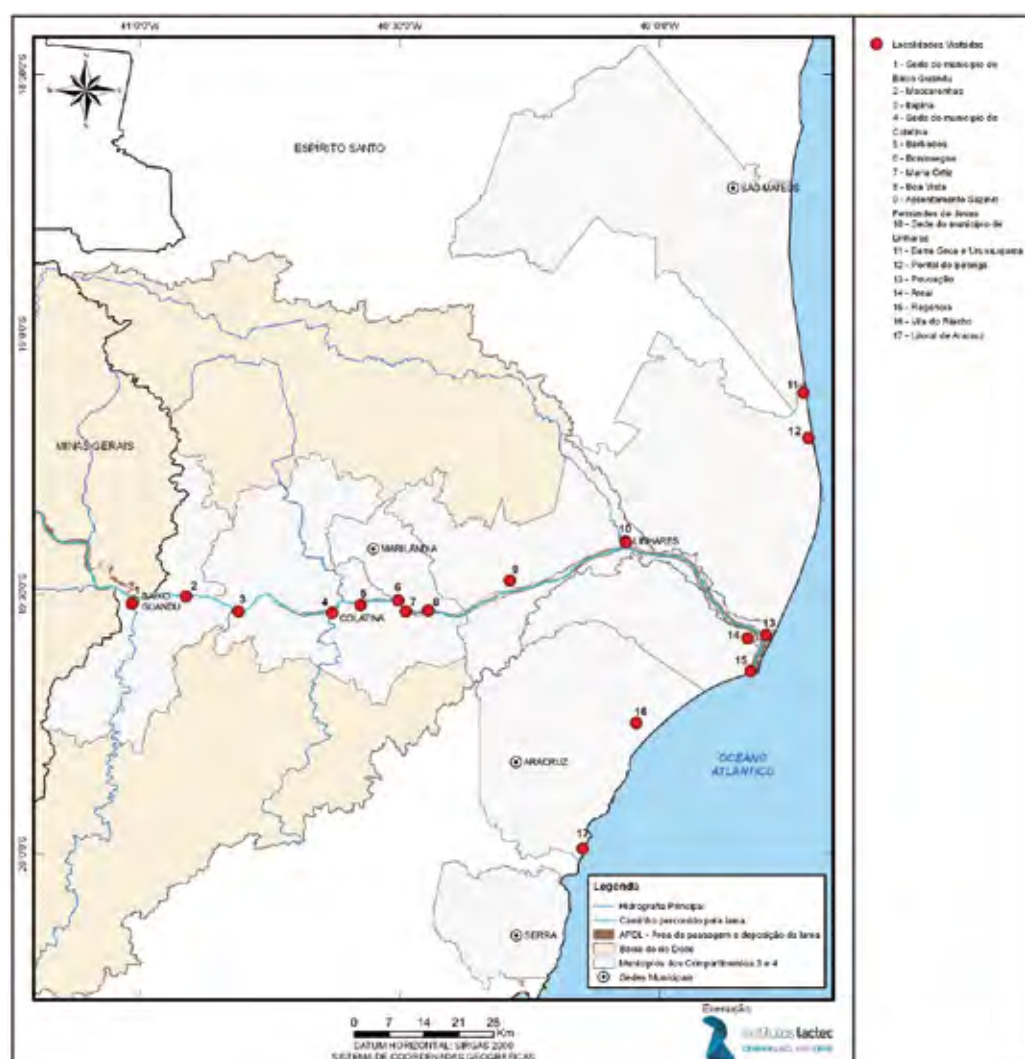
5 DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO COMPARTIMENTO 3

O Compartimento 3 compreende a porção capixaba afetada pelo desastre, até a foz do Rio Doce. Importante destacar que a chegada da onda de rejeitos no mar formou uma pluma de rejeitos no litoral, afetando outros rios da região, como o Ipiranga, ao norte do Rio Doce (segundo percepções e relatos de atingidos da região). Esse compartimento é formado pelos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Linhares e Aracruz.

Os efeitos das ações com origem nas interações físicas, químicas e/ou biológicas se fizeram sentir, afetando, sobretudo, os modos de vida e práticas culturais relacionadas às comunidades que vivem próximas aos cursos d'água atingidos pelo rejeito, assim como a faixa litorânea. A perda da qualidade das águas, impedindo atividades com a pesca, a mariscagem, os banhos de rio – integrados ao turismo e o lazer, e a fruição da paisagem como um todo. As ações emergenciais e reparatórias também acarretaram danos a esse território, sobretudo, devido à alteração e/ou ao rompimento de relações comunitárias devido aos problemas na distribuição dos auxílios financeiros emergenciais e do ressarcimento e indenização dos impactados.

A Figura 109 apresenta a inserção das 17 localidades abordadas no Compartimento 3.

Figura 109 – Localidades avaliadas no Compartimento 3.



Na Tabela 17 é apresentada a relação de bens imateriais que sofreram danos nos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Linhares e Aracruz, que compõem o Compartimento 3.

Tabela 17 – Relação de bens imateriais com danos identificados no Compartimento 3

Município	Localidade	Bem	Tipologia
Baixo Guandu	Sede do município, Mascarenhas	Rio Doce	Lugar
Marilândia	Itapina, Barbados e Maria Ortiz	Lagoa do Óleo	Lugar
Colatina	Boa Vista e Boninsegna	Rio Doce	Lugar
Linhares	Sede do município, Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Areal, Povoação, Regência, Pontal do Ipiranga, Barra Seca e Urussuquara	Rio Doce	Lugar
Linhares	Sede do município, Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Areal, Povoação, Regência, Degredo	Complexo Lacustre de Linhares	Lugar
Linhares	Sede	Capoeira/Mestres da Capoeira	Formas de Expressão
Linhares	Areal	Aldeia de Areal	Lugar
Linhares	Povoação	Balneário de Povoação	Lugar
Linhares	Povoação e Regência	Congada	Formas de Expressão
Linhares	Povoação	Folia de Reis	Celebração
Linhares	Regência	Praia de Regência	Lugar
Linhares	Regência	Conjunto de celebrações de Regência	Celebração
Linhares	Degredo	Balneário de Degredo	Lugar
Linhares	Degredo	Conjunto de Celebrações de Degredo	Celebração
Linhares	Pontal do Ipiranga	Balneário do Pontal do Ipiranga	Lugar
Linhares	Barra Seca e Urussuquara	Balneário de Barra Seca e Urussuquara	Lugar
Aracruz	Litoral de Aracruz	Balneário de Aracruz	Lugar
Aracruz	Litoral de Aracruz	Banda de Congo de São Benedito de Itaparica	Formas de expressão
Aracruz	Vila do Riacho	Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho	Formas de expressão

Da mesma forma que nos Compartimentos 1 e 2, houve uma expressiva quantidade de bens imateriais categorizados como lugares alvo de danos no Compartimento 3, tendo sido registrados, em seguida, danos às formas de expressão e celebrações. Mais uma vez, ainda que o diagnóstico do bem “Rio Doce” tenha sido individualizado em cada localidade avaliada, a análise de danos ao Rio Doce aparece apenas uma vez em cada compartimento, visando integrar os dados analíticos. As localidades avaliadas, que foram alvo de danos, estão descritas na sequência, seguidas dos bens alvo de danos, organizados por categoria, a saber: celebrações, formas de expressão e lugares.

5.1 LOCALIDADES AFETADAS

As localidades afetadas nos municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilândia, Linhares e Aracruz são apresentadas sucintamente ao longo deste item.

5.1.1 BAIXO GUANDU

No município de Baixo Guandu foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município e na localidade de Mascarenhas, conforme descrito a seguir.

5.1.1.1 Sede do município

O município de Baixo Guandu está localizado no Espírito Santo, na divisa com Minas Gerais. A maioria de sua população, estimada em 30.862 pessoas (IBGE, 2018), reside na sede do município, cuja mancha urbana está na margem direita do Rio Doce e ao redor do Rio Guandu, afluente do Doce que corta a localidade no sentido Sul-Norte. O acesso à cidade é feito pelas rodovias BR 259, ES 165 e ES 446 ou Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Faz divisa de município com Baixo Guandu: Resplendor, Pancas, Aimorés e Itueta, Laranja da Terra, Colatina e Itaguaçu. O distrito de Santo Antônio do Rio Doce de Aimorés, em Minas Gerais, encontra-se na margem esquerda do Rio Doce e liga-se ao município de Baixo Guandu pela Ponte Mauá. Os moradores do distrito são atendidos pelos serviços públicos de Baixo Guandu, como os de saúde e educação, devido à proximidade.

Baixo Guandu é dividido em cinco distritos: Baixo Guandu (sede), Alto Mutum Preto, Ibituba, Quilômetro 14 do Mutum e Vila Nova de Bananal. Mascarenhas, antiga denominação de uma localidade cujo nome oficial atual é Quilômetro 14 do Mutum, é um distrito de Baixo Guandu, conhecido pela atividade pesqueira tradicional de seus moradores, interrompida após o desastre de Mariana. Os principais cursos d'água de Baixo Guandu são os rios Doce, Guandu, Laje e Mutum, sendo que a atual captação de água é realizada no Rio Guandu. A Usina Hidrelétrica de Mascarenhas, assim como sua área de inundação, ocupa uma parte considerável da margem do Rio Doce, no lado oposto ao município. Em funcionamento desde 2006, o empreendimento modificou substancialmente a calha do rio na altura de Baixo Guandu.

O município não possui inventário de bens culturais, mas destacam-se, na sede, diversas referências (edificações, celebrações e fazeres), sendo que as principais são: a edificação do antigo Cine Alba, o Canaã Social Clube, a Casa da Madame Albertina Holz, a Igreja Matriz de São Pedro, a Festa de São Pedro, a Banda Municipal Lira Guanduense e outros lugares de referência situados nos distritos, como a Pedra do Souza, a Cachoeira Mutum, a Rampa do Monjolo e o distrito de Mascarenhas. Na área turística, o município integra a Região Doce Pontões Capixabas, que tem como atrativos naturais cachoeiras e um relevo de pedras e montanhas, onde são praticados esportes de aventura, escalada, caminhada e voo livre.

Em 2015, os rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão passaram e se acumularam no leito do rio Doce provocando a morte dos peixes e a poluição da água, afetando também o rio Guandu, afluente do Rio Doce que atravessa a área urbana da sede. Antes da chegada do rejeito, a população foi mobilizada a fim de minimizar os danos relacionados à suspensão de fornecimento de água, com economia e estocagem. Todavia, os danos narrados relacionam-se com a mudança

emergencial da fonte de captação de água para a distribuição, que antes era realizada no rio Doce e foi transferida para o afluente rio Guandu, que já abastecia algumas áreas rurais do município. A mudança para o rio Guandu, conhecido por ser um rio poluído, alterou a rotina relacionada ao consumo de uma parte dos moradores, pois não confiam na qualidade da água. Segundo o interlocutor 11297, o rio Guandu tem a qualidade da sua água muito questionada, pois recebe despejo de esgotos da área rural de Baixo Guandu e de municípios do Espírito Santo. Relata também que a população da área rural, que já era abastecida pelo rio Guandu antes do desastre, também foi atingida pela mudança, pois as comunidades tiveram as suas bombas de captação do rio Guandu lacradas, para que o novo reservatório enchesse e passasse a atender a população da sede. Alguns moradores das áreas rurais tiveram que “mudar de vida” e migrar para a área urbana da sede. Atualmente, o interlocutor relata que a água é fraca e o fornecimento é revezado por bairros conforme o horário do dia e existem pessoas que preferem comprar água mineral para beber, por não confiarem na qualidade do rio Guandu, um gasto que não existia quando a captação era no rio Doce.

Outra consequência direta do desastre foi a paralisação das atividades desenvolvidas no rio, pois as pessoas tinham medo de entrar na água devido ao acúmulo de rejeitos. O desastre afetou principalmente os modos de vida da população relacionados às práticas de lazer no rio Doce e a cultura pesqueira, traço identitário do distrito de Mascarenhas. Assim que a onda de rejeitos passou no rio, a população passou a desconfiar da qualidade do peixe oferecido pelos pescadores, o que provocou mudanças em hábitos básicos, como a alimentação e participação nas atividades culturais do município. Moradores tiveram que adaptar a alimentação, diminuindo a ingestão de peixe, o que foi observado com mais intensidade nas comunidades do Rosário I e II e Mangueira, que mantinham uma relação de proximidade com o rio. Foram suprimidos espaços de lazer utilizados para banhos, sociabilidade e lugares privilegiados para a realização de ensaios fotográficos e fotos familiares. Segundo o interlocutor 11297, atualmente não é possível fotografar as pessoas dentro da água, pois além do medo da contaminação, ocorreram mudanças na paisagem após o desastre.

As consequências diretas do desastre incidiram ainda sobre a questão econômica. A diminuição da visitação ao município após o desastre prejudicou a economia, bem como as ações na área cultural. O interlocutor 11297 conta que o município recebia pessoas de outros municípios e regiões, como Vitória, interessados no peixe de água doce. Cita também a diminuição do número de visitantes ao município, principalmente de turistas devido aos efeitos na paisagem e aqueles interessados nos esportes aquáticos e no voo de parapente. Segundo o interlocutor 11298, residentes de outros municípios afetados pelo desastre, como Governador Valadares e Colatina, deixaram de ir a Baixo Guandu para aproveitar os eventos de final de ano com a justificativa de que iriam perder a distribuição de água em seus municípios.

A Figura 110 e Figura 111 mostram as vistas do Rio Doce de diferentes pontos do município de Baixo Guandu.

Figura 110 – Vista do Rio Doce do bairro do Rosário. Registro em 05/10/2018. Sede, Baixo Guandu (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 111 – Vista do Rio Doce de cima da Ponte da Mauá, em Baixo Guandu (ES). Registro em 05/10/2018. Sede, Baixo Guandu (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.1.2 Mascarenhas

Mascarenhas, antiga denominação de uma localidade cujo nome oficial atual é Quilômetro 14 do Mutum, é um distrito de Baixo Guandu, localizado na margem direita do rio Doce, distante 12 km da sede do município, com acesso pela Rodovia BR 259. É cortado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e possui uma estação que leva o nome da localidade, que divide o distrito em duas partes: a área próxima ao rio Doce é de ocupação mais antiga, com duas ruas paralelas ao rio: a beira rio e a rua principal, onde está a Igreja Matriz (Figura 112), o posto de saúde, a escola, a praça com equipamentos de lazer como a quadra, o parquinho infantil e o mirante. A região depois da linha férrea possui quarteirões mais regulares, com concentração de moradias, igrejas, campo de futebol, pequenos estabelecimentos comerciais e creche.

A oeste está a Hidrelétrica de Mascarenhas e sua barragem, próxima da aglomeração de moradias da beira rio. Nessa parte, a margem do rio se encontra bastante erodida, com a formação de uma encosta, no alto da qual estão as casas. O trecho do rio mais próximo do distrito possui muitas pedras em seu leito, enquanto que na margem oposta há uma espécie de canal mais profundo. É na beira rio que reside a maioria das famílias de pescadores de Mascarenhas e é a atividade da pesca o traço que distingue o distrito, chamado por moradores de outras localidades do município de vila de pescadores.

Segundo o interlocutor 11301, a região da beira rio, mais próxima da barragem, era mais habitada antigamente, com muitas moradias e um campo de futebol utilizado pelos moradores. A enchente de 1979 teria “arrastado” as casas pela força da água. Os moradores do local foram levados para a antiga vila de trabalhadores, na época da construção da usina, que se encontrava desabitada. Em 2013, de acordo com o interlocutor, houve um período de chuvas fortes que ocasionou a queda de uma parte da encosta no local.

Conforme apontado, o distrito de Mascarenhas é conhecido pelos moradores de Baixo Guandu por suas tradições relacionadas à pesca, como a venda do peixe fresco e o preparo da moqueca capixaba. O interlocutor 11297, identifica Mascarenhas como “uma comunidade ribeirinha”, “uma comunidade de pescadores”. Segundo ela, os turistas que visitavam o município “não tinham como não comprar um peixe para levar para casa”.

A chegada dos rejeitos em Mascarenhas se deu pelo leito do rio e afetou principalmente a atividade da pesca e o abastecimento de água. O interlocutor 11301 conta que na época do desastre os moradores ficaram sem água e passaram a fazer fila em um poço. A captação de água, antes realizada no rio Doce, foi redirecionada para o rio Guandu, na época do desastre. A população de Mascarenhas, antes abastecida por uma estação de tratamento própria, passou a depender de caminhões de água vindos da sede de Baixo Guandu. A suspeita sobre a qualidade da água leva uma parte da população a comprar e consumir água mineral. O interlocutor 11301 afirma que a água era boa e vinha direto da unidade de tratamento próxima à usina hidrelétrica.

A economia local, que antes era fomentada pela pesca, passou a depender do dinheiro dos auxílios emergenciais e das indenizações. A suspensão da pesca e a interrupção das práticas de lazer ligadas ao rio provocaram uma mudança nos modos de vida da população que tinha o Rio Doce como organizador de sua rotina e costumes.

Figura 112 – Igreja católica de São Sebastião, localizada na região central do distrito de Mascarenhas. Registro em 30/10/2018. Mascarenhas, Baixo Guandu (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.2 COLATINA

No município de Colatina foram identificados bens imateriais alvo de danos na sede do município e nas localidades de Itapina, Barbados e Maria Ortiz, conforme descrito a seguir.

5.1.2.1 Itapina

O distrito de Itapina está localizado a cerca de 30 km da sede do município de Colatina/ES. Situada na margem direita do Rio Doce, entre as cidades de Baixo Guandu e Colatina, a localidade pode ser acessada pela Rodovia ES-259 e também é cortada pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, que corre em paralelo ao rio Doce e às suas edificações históricas. Há ainda uma grande ponte inacabada, construída no governo de Juscelino Kubitschek para ligar Itapina ao asfalto e, assim, encurtar o caminho até Colatina, mas que por conta de erros em sua estrutura foi abandonada. O local também contava com uma balsa que fazia a travessia do rio Doce para o asfalto, onde há mais opções de transporte. O corpo de bombeiros, no entanto, embargou seu funcionamento alegando falta de equipamentos de segurança e balseiros treinados, o que piorou muito a situação do transporte aos moradores.

A origem do nome do distrito vem do Tupi Guarani, “Ita” significa pedra e “Pina” ponta, ponta de pedra, relevo local que orientava a localização dos indígenas que habitavam a região. Itapina foi povoado por volta de 1910 por imigrantes europeus, especialmente italianos, alemães e sírio-libaneses, e se tornou um dos conjuntos urbanos mais significativos do Norte do Estado, referência na produção de café no noroeste capixaba na primeira metade do século passado, tendo recebido inclusive a visita de Juscelino Kubitschek. A partir dos anos 1970, já após certo período de declínio da atividade cafeeira, as atividades econômicas locais começam a arrefecer.

Atualmente Itapina possui pouco mais de 800 habitantes e a maior parte destes habita o centro urbano do distrito, em sua rua principal (Figura 113), à beira rio, estão situadas diversas construções

históricas tombadas – como o Conjunto Histórico e Paisagístico de Itapina e a recém restaurada Casa da Parteira Perina Rognoni, em homenagem à Dona Perina, residente da casa por mais de 40 anos e responsável pela realização de mais de 500 partos no distrito. O Sítio Histórico é formado por casarões construídos no final do século XIX, com predominância arquitetônica do ecletismo, do *art nouveau* e do *art déco*, e também de construções simples que fazem parte da história de uma época de grande prosperidade do distrito. Além das antigas edificações de moradia, o distrito também conta com duas igrejas católicas, a de Santo Antônio de 1929 (Figura 114) e da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de 1950, Igrejas Evangélicas, um centro cultural, praça pública, escola infantil, espaço para eventos, bares, mercados, restaurantes, campo de futebol e quadra poliesportiva.

Após o desastre, em 2015, os rejeitos de mineração chegaram ao leito e margens do rio Doce na região de Itapina. Parte da população foi ao rio para acompanhar sua chegada e consequências, como as alterações na morfologia e qualidade da água e a mortandade de peixes. Essas alterações geraram uma redução brusca da atividade pesqueira e a supressão de espaços de lazer no rio, o que também afetou a visitação turística a Itapina, e, conseqüentemente, trouxe a perda do poder aquisitivo de sua população. Posteriormente, as ações promovidas pela Fundação Renova foram alvo de críticas por parte da população do distrito e gerou atritos dentro da comunidade, principalmente, com relação aos critérios de concessão dos benefícios.

Figura 113 – Vista da rua principal do distrito. Registro em 31/10/2018. Itapina, Colatina (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 114 – Igreja de Santo Antônio, umas das construções pertencentes ao patrimônio arquitetônico do distrito. Registro em 31/10/2018. Itapina (Colatina-ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.2.2 Sede do município

Colatina está localizada na região noroeste do Espírito Santo e conta com uma população estimada em 121.580 (IBGE, 2018), distribuída em bairros e distritos localizados em ambas as margens do rio Doce. O município está a 130 km de distância da capital e faz divisa com Linhares, Marilândia, João Neiva, Santa Teresa, Itaguaçu, Baixo Guandu, Pancas, São Domingos e Governador Lindemberg. Seu acesso é realizado pelas rodovias BR 259 e ES 080 ou pela Estrada de Ferro Vitória a Minas. Colatina é um polo da indústria têxtil do Espírito Santo e importante centro de saúde na região, com a concentração de equipamentos hospitalares. Também é conhecida por possuir um IDH relativamente alto no estado, sendo o 6º do Espírito Santo em 2010.

A presença do rio é cotidiana na vida dos moradores: a maioria dos habitantes reside na área urbana, parte deles em bairros nas margens do rio, como centro, IBC (Figura 115), Barbados e Maria das Graças. A sede do município possui uma orla estruturada, com calçadões e ciclovias que possibilitam o uso de pessoas que praticam esportes ou passeiam em suas margens durante as manhãs e tardes. O bairro IBC, por exemplo, se localiza na margem direita do rio Doce, com muitas casas que têm o rio passando pelos quintais e concentra uma grande quantidade de pescadores profissionais. Na área rural, a comunidade Maria Ortiz também é conhecida por ser uma vila de pescadores.

Em 2015, após o rompimento da barragem, os rejeitos levaram cerca de uma semana para chegar a Colatina. A Samarco, na tentativa de resgatar a maior quantidade de espécies de peixes antes de o rejeito atingir a região, organizou e contatou pescadores locais para uma operação que ficou conhecida como “Arca de Noé”. Segundo o interlocutor 11312, os peixes retirados do rio eram colocados em caminhões com bombas de oxigênio: “O caminhão ficava ali [próximo ao local onde se situava

a peixaria de Colatina], aquele monte de gente filmando, vinha gente de fora filmando nós, aquele monte de barco chegando com aquele monte de peixe, e a lama vinha”.

Com a chegada dos rejeitos, o abastecimento de água do município, que era feito com a água do rio Doce, foi interrompido, gerando - segundo o interlocutor 11295 - uma “calamidade” na região. O estádio municipal virou ponto de apoio para a chegada de helicópteros, caminhões, distribuição de água, entre outras ações - o que o degradou completamente e posteriormente foi reformado. Tanto o Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental (Sanear), responsável pelo abastecimento de água do município, quanto a prefeitura interromperam todas as suas atividades para lidar com a chegada dos rejeitos e suas consequências, principalmente as ações de abastecimento de água, já que ela foi completamente cortada. Muitos rios da região estavam secos pelo período de estiagem, o que dificultou ainda mais o processo, e tiveram que trazer água com caminhões-pipa da Lagoa do Óleo em Marilândia.

A cidade toda parou por conta da crise de abastecimento, havia muitos caminhões trafegando, mas a infraestrutura local era escassa: não havia equipamentos para bombeamento, então as partes mais baixas da cidade eram abastecidas com facilidade e estocavam água, enquanto a parte mais alta não. A escassez de água gerou tensões e conflitos entre os moradores, além de depredações e outros problemas. O interlocutor 11295 conta que era necessário enfrentar filas com a família e que viu pessoas que jamais imaginaria brigando, mudando completamente seu comportamento. Segundo ele, outra medida adotada pela população que tinha condições financeiras para tal foi a interrupção da preparação das refeições e a compra de comida congelada dos supermercados, para não ter que usar a água para cozinhar ou lavar louças. Além disso houve uma queda muito forte do comércio, por conta da escassez. A situação durou quase um mês e quando a água retornou às tubulações da população, ela vinha suja das torneiras, já que a tubulação parada acumula poeira, o que deixou os moradores receosos com relação à sua qualidade.

O processo seguinte foi o de tentativa de tratamento da água do rio, realizado com auxílio da Samarco. De acordo com o interlocutor 11295, quando os rejeitos chegaram aumentou em aproximadamente 5 mil vezes a matéria-orgânica na água, o que gerou um cheiro forte, de peixe apodrecido. O produto fornecido pela Samarco ajudou a controlar tais materiais e foram sendo feitos testes até que os limites de metais pesados estivessem dentro do permitido por lei. Apesar disso, a população não confia na água e também não confia nos peixes que estão no rio. Os pescadores não conseguem vender os peixes, a população tem receio de comer.

Até hoje a população não acredita que a água de suas torneiras, que continua a vir do rio Doce esteja limpa. Quem tem a possibilidade compra água mineral para beber e muitas pessoas furaram poços em casa. Segundo o interlocutor 11312, hoje o maior comércio de Colatina deve ser o de água mineral, pois todos que podem compram água ao invés de utilizar a que sai de suas torneiras: “E tem muitos que não dá, a situação tá complicada e eles vão buscar em poço. Um tempo nós busquemo na roça também”. Conta que quando seus dois netos nasceram tomaram banho de água mineral “como que vai dar banho com uma água dessa, um recém-nascido. Um nasceu prematuro ainda, ele tomou banho 40 dias de água mineral”. Apesar de com o tempo, por vezes, a aparência da água ser limpa, os moradores entendem que os rejeitos ainda estão no fundo do rio: “A gente que lida com rio, igual,

aqui embaixo forma a praia, você vê a água tava meia suja, mas mesmo quando ela tá limpa por cima, você vai no fundo dela e tira aquela lama proê ver, e cheira pra você ver se dá pra confiar... A água vai passando e ela vai assentando, é a mesma coisa de você botar água no copo, cê põe ela suja e no outro dia ela tá limpinha mas embaixo... É a mesma coisa. A gente que lida com o rio a gente vê a diferença, antigamente você pegava e era areia no fundo do rio, hoje é a lama, ela foi assentando”.

Em 2016, foi acordado com a Fundação Renova o pagamento de indenização para todos os moradores de Colatina que apresentassem documentos comprobatórios referentes aos seus prejuízos no período de interrupção do abastecimento da água. O morador deveria então assinar um termo de renúncia a ações sobre essa questão. De acordo com funcionárias da prefeitura, algumas pessoas não teriam recebido a indenização por questões burocráticas, como a falta de documentos e outras por suspeitarem e não assinarem o termo de renúncia.

Esse processo gerou insatisfação entre os moradores. Segundo o interlocutor 11296, a renda dos pescadores, que hoje vem da Fundação Renova, é de um salário mínimo e de uma cesta básica, menos do que ganhavam antes - cerca de 4 mil, 5 mil reais em um bom mês de trabalho. O interlocutor conta que surgiram conflitos e tensões entre a população por conta dos “benefícios” e indenizações da Fundação Renova e que, inclusive, o escritório da instituição em Colatina está fechado por conta de ameaças aos funcionários. Segundo ele, a Fundação não fez nada pelo município além dos “benefícios” e indenizações e de um ou outro plantio de grama nas margens do rio. O interlocutor acredita que a verba é repassada para a prefeitura, que não está fazendo nada com ela.

O interlocutor 11312 conta que ainda há muitos pescadores do bairro de IBC que não recebem valores da Fundação Renova, mesmo tendo dado entrada no cadastro e tendo sido aprovados. Muitas vezes o principal entrave é a falta de carteirinha de pescador profissional: o filho do interlocutor 11312, por exemplo, pesca desde os 9 anos e por não ter carteirinha não foi contemplado pelo auxílio da Fundação Renova; o interlocutor 11313, tem apenas o protocolo de abertura de processo para a feitura da carteira, o que não é suficiente; o próprio interlocutor 11312 conta que sua carteira é mais antiga e também não está sendo reconhecida. O interlocutor 11312 conta que iria ocorrer uma manifestação, organizada pela Diocese de Colatina, com a participação de pescadores que subiriam o rio Doce com seus barcos em protesto à morosidade e injustiças das ações da Samarco e Fundação Renova: “O padre vai rezando na Avenida Beira Rio e nós vamos subir com os barcos para acompanhar”. No final de 2018 foram realizados protestos pelos 3 anos do desastre e lançado o “4 Manifesto Unidos pelo rio Doce. A igreja é uma voz que não se cala”, da Diocese de Colatina.

Figura 115 – Rua principal do bairro IBC, com vista para o Rio Doce. Registro em 03/11/2018. Sede, Colatina (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.2.3 Barbados

Barbados, bairro de Colatina, está localizado na margem direita do rio Doce e seu acesso pode ser realizado pela Rodovia BR 259 ou por uma via não calçada pela área rural, além de ser atendido por linhas de transporte público municipal. Apesar de pertencer ao perímetro urbano da sede do município, o bairro está afastado do centro e possui limites com o bairro IBC e a comunidade de Maria Ortiz, outros dois povoados na beira do rio.

Barbados possui indústrias de produtos relacionados à construção civil, como granito e lajes e a estrutura de uma antiga olaria desativada, da “Cerâmica Barbados”, fundada em 1906. Existem poucos estabelecimentos comerciais no bairro, como mercados e bares e a população se dirige aos bairros mais centrais de Colatina para ser atendido por serviços públicos. O bairro conta com uma série de equipamentos religiosos: as igrejas evangélicas -Assembleia de Deus, Deus é Amor, O Brasil para Cristo, Batista Nova Filadélfia, Igreja Avivamento -, a igreja católica de São José Operário e um terreiro de umbanda e candomblé de Ogum Xoroquê.

O rio Doce era importante espaço de lazer e pesca para os moradores da localidade, além de também ser utilizado para rituais religiosos, como os batismos da Igreja Batista Nova Filadélfia e os rituais de limpeza praticados pela mãe de santo do Terreiro de Recuperação de Ogum Xoroquê (Figura 116). Na ocasião do desastre, os rejeitos passaram pelo rio Doce de forma mais diluída na região, provocando como consequências a interrupção do abastecimento de água, das práticas de pesca e de lazer no rio, bem como dos rituais religiosos. A distribuição de água por meio de caminhões pipa gerou uma série de brigas e desentendimentos entre os moradores, devido a fila que se formava e à escassez do recurso.

Figura 116 – Casa de Oxum, dona das águas doces, em terreiro localizado em Barbados. Foram identificados relatos de ofensa à entidade pelo derramamento de rejeitos, interrupção temporária de atividades no terreiro por falta de água e diminuição do número de rituais realizados nas águas do rio Doce. Registro em 01/11/2018. Barbados (Colatina-ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.2.4 Maria Ortiz

Maria Ortiz é uma comunidade rural do município de Colatina, localizada na margem direita do rio Doce. Há dois acessos principais à localidade: ao norte uma estrada não asfaltada de 10 km liga a comunidade ao bairro Barbados e, ao sul, uma estrada parcialmente asfaltada leva à BR-259, permitindo o acesso à sede de Colatina, a cerca de 15 km de distância. O território de Maria Ortiz é limitado a sudoeste, norte e sul, pela estrada de ferro Vitória a Minas, distante menos de 50 metros das edificações do local.

Formada em torno da antiga estação de trem da ferrovia Vitória a Minas, construída na primeira década do século XX, atualmente a comunidade, reconhecida local e regionalmente como uma vila de pescadores, é composta por cerca de 70 casas, localizadas na margem do rio Doce, onde moram aproximadamente 40 famílias. As moradias, em sua maioria de alvenaria, estão distribuídas perpendicularmente em relação ao leito do rio Doce em uma faixa de cerca de 1,5 km, contando com apenas uma rua não asfaltada. A frente dos terrenos se volta à rua e no fundo de seus quintais encontra-se a margem do rio Doce (Figura 117); sua ocupação se caracteriza pela construção de diversas casas ocupadas por núcleos familiares de uma mesma parentela. A comunidade conta com uma escola municipal, uma pequena unidade de saúde municipal, duas igrejas católicas e duas evangélicas e poucos estabelecimentos comerciais, dentre eles mercearias e bares que abastecem os moradores locais e fornecem almoço aos funcionários da empresa Centro Norte Logística Integrada que administra o Terminal de Cargas, conhecido como “porto seco”.

A construção do Terminal, em 2006, para o transbordo de cargas pesadas aos vagões dos trens que trafegam pela estrada de ferro Vitória a Minas, alterou drasticamente a configuração espacial da comunidade: repartiu o território da comunidade, isolando a área onde está localizada a Igreja de Nossa Senhora das Cabeças das casas dos habitantes e, ademais, o campo de futebol local foi desfeito. A antiga Igreja de Nossa Senhora da Cabeça deixou de sediar importantes atividades, como celebrações e festividades, após a construção de empreendimento. Como medida compensatória pelo distanciamento da área de uso coletivo pela construção do “porto seco”, foi construída uma nova igreja católica. Esta igreja, todavia, encontra-se atualmente interditada pela Defesa Civil, dado o risco de desabamento de sua estrutura, provocado pela ininterrupta circulação de vagões na estrada de ferro e ausência de manutenção da edificação.

Em 2015, as notícias do rompimento da barragem de Fundão chegaram a Maria Ortiz dias antes dos rejeitos de minério atingirem o trecho do rio Doce às margens do qual a comunidade está localizada. Em sua chegada à região, a onda de rejeitos em um primeiro momento provocou a morte de peixes no rio Doce, alterou a coloração e densidade da água e depositou-se em suas margens, bancos de areia e ilhas. Desde então, a comunidade vive com a incerteza da contaminação da água do rio Doce, já que é essa a fonte do abastecimento da localidade. Como a água captada para fornecimento é proveniente do rio Doce, após o desastre o abastecimento foi temporariamente interrompido, o que fez com que a população da vila se deslocasse até nascentes próximas para buscar água em galões e garrafas para seu uso doméstico e ingestão.

Mesmo após a regularização do abastecimento, os moradores de Maria Ortiz têm “medo” de consumir a água captada no rio Doce e não confiam nos processos de purificação da água realizados pela companhia de saneamento. Segundo o interlocutor 11302 e outros moradores, corre um boato na vila de que a companhia de saneamento utiliza, além de cloro em excesso, uma casca de árvore chamada “cáscara sagrada” triturada para o tratamento da água do rio Doce, o que, todavia, não retiraria os “metais pesados” da água: “eles pegam a água e jogam a casca da árvore triturada, depois colocam muito cloro nela! E dizem que isso limpa a água, mas eu acho que não limpa não”. A sensação geral em relação à água é a de que ela provoca o adoecimento ao longo do tempo de contato e consumo. O interlocutor 11303, assim como outros interlocutores, conta que nota uma diferença marcante no cheiro e textura da água, o que em sua opinião evidenciaria seu caráter “tóxico”: “O pessoal lá da rua está bebendo dessa água, a gente aqui não bebe não. Lá na rua só as gente ricas que não bebem, mas o resto todo mundo bebe. Os ricos compram água mineral. (...) Eu não bebo água da torneira de jeito nenhum, eu até levo a minha garrafinha quando vou pra rua. Bom, a gente fala que não bebe, mas o problema é que se a gente chega em um lugar e não tiver água comigo tem que beber, né?”.

Após o desastre os moradores relatam a sensação de sentirem-se “presos” entre o “porto seco”, o barulho, poeira e perigo da constante circulação de trens na estrada de ferro e o, atualmente poluído, rio Doce.

Figura 117 – Vista de quintal de casa de moradores ribeirinhos. Ao fundo o rio Doce, botes e apetrechos de pesca. Registro em 31/10/2018. Maria Ortiz (Colatina-ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.3 MARILÂNDIA

No município de Marilândia foram identificados bens imateriais alvo de danos nas localidades de Boa Vista e Boninsegna, conforme descrito a seguir.

5.1.3.1 Boa Vista e Boninsegna

Boa Vista e Boninsegna, duas pequenas vilas separadas por menos de 7 km, estão localizadas às margens do rio Doce e da Rodovia ES-248, que faz a ligação entre Colatina e Linhares. Os povoados pertencem ao município de Marilândia e estão a cerca de 30 km de distância da sede. Boa Vista conta com uma escola e um cemitério à beira da estrada, assim como uma dezena de casas, concentradas entre a Lagoa do Óleo e a rodovia. Já Boninsegna tem cerca de 30 famílias, espalhadas pelo núcleo da comunidade ou por sítios e fazendas da região.

O rio Doce e, principalmente, a Lagoa do Óleo são importantes espaços de lazer e sociabilidade para os moradores dos povoados e tornam ambos os vilarejos atrativos de visitantes da região. Criou-se, inclusive, uma infraestrutura à beira da Lagoa (Figura 118), com restaurantes e bares, o que auxilia a recepção desses visitantes. O rio é utilizado para pesca e para irrigação de plantações nas suas margens.

Em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, os rejeitos de mineração foram depositados no leito e nas margens do rio e, apesar de não atingir as moradias da população, a cheia do nível do rio chegou até diversas plantações que ficavam em suas margens. Além das perdas da produção, os rejeitos afetaram também a qualidade da terra no local, bem como prejudicam até hoje a irrigação agrícola, em grande parte oriunda do rio. Segundo o interlocutor 11310, os rejeitos atingiram e devastaram plantações de banana, cacau, café, feijão.

Mesmo estando cercada por represas e pelo rio, Boninsegna tem problemas com o abastecimento de água. A seca na região leva a população a furar poços, o que ajuda a drenar ainda mais o

lençol freático local. Antes do desastre, quando faltava água, as mulheres da vila lavavam roupa e louça no rio Doce, que trazia segurança para os moradores.

Figura 118 – Vista do comércio “Recanto da Lagoa”, em frente ao local de banho na Lagoa do Óleo. Moradores e frequentadores da Vila sofreram transtorno pela grande circulação de caminhões pipa para retirada de água para fornecimento para Colatina, no mês posterior ao desastre.



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.4 LINHARES

No município de Linhares foram identificados danos aos bens imateriais na sede do município e nas seguintes localidades: Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Areal, Povoação, Regência, Pontal do Ipiranga e Barra Seca e Urussuquara. A comunidade quilombola de Degredo, que também está inserida no município de Linhares, também sofreu danos, mas está apresentada no Capítulo 6 adiante. As demais localidades estão descritas a seguir.

5.1.4.1 Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus

O Assentamento Sezínio, organizado pelo Movimento dos Sem Terra, localiza-se no município de Linhares à beira da Rodovia ES-248, que conecta a sede de Colatina à sede de Linhares. Está estabelecido na antiga Fazenda Esperança, no entorno da lagoa Terra Alta e estende-se por 7 km às margens da Rodovia, contando com terrenos na beira do rio Doce.

Em 2018 o assentamento completou 10 anos. Antes, porém, de se estabelecer na atual localidade, o grupo do MST que o inaugurou organizou diversos acampamentos entre Colatina e Aracruz. Inicialmente com 100 famílias, conta, atualmente, com cerca de 150 famílias que se organizam em lotes com casas e roças domésticas no entorno da lagoa. Ali também estão estabelecidas uma escola e igrejas católica e evangélica. A principal fonte de renda dos membros do assentamento é o café, plantado em lotes individuais. Há, também, a criação de gado e, até a chegada dos rejeitos provenientes da barragem do Fundão, havia famílias que plantavam cacau nas margens do rio Doce.

Os rejeitos chegaram pelo rio Doce à região do Assentamento Sezínio cerca de duas semanas após o rompimento da barragem, acumulando-se nas margens do rio, onde havia as plantações de cacau de algumas famílias, fazendo com que estes agricultores perdessem cerca de 10 sacas de cacau e inutilizando aquele terreno para o cultivo posterior. Há, também, grande desconfiança, entre os habitantes do assentamento, de que os rejeitos tenham chegado à lagoa Terra Alta (Figura 119). Atualmente, os moradores locais não utilizam mais o rio para nenhuma prática sociocultural e sentem grande desconfiança sobre a viabilidade de utilizar a lagoa para qualquer atividade.

Figura 119 – Praia da Jaqueira, Lagoa Terra Alta. Espaço utilizado pelos moradores do assentamento para lazer e captação de água. Registro em 04/11/2018. Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.4.2 Sede do município

O município de Linhares é o último por onde passa o rio Doce, sendo aquele em que se encontra a sua foz. Por ser a região do delta do referido rio, abriga mais de 60 lagoas de dimensões variadas, sendo a principal delas a Lagoa Juparanã, que é assim considerada por sua dimensão (30 km²), profundidade e proximidade com a sede municipal, sendo local para diversas práticas de lazer, atividades econômicas e para a captação da água que alimenta a cidade. A sede de Linhares conta, segundo estimativa do IBGE, com cerca de 170.000 habitantes. É limitada ao sul pelo rio Doce e a oeste pelo rio São José. Contém grande variedade de opções de serviços e comércio (com grande parte desses estabelecimentos localizados em um movimentado centro comercial), e também dispõe de infraestrutura turística (hotéis e restaurantes).

As primeiras famílias a se estabelecerem na região da sede que margeia o rio Doce chegaram ao local há cerca de 60 anos, vindas principalmente de fazendas do município e do sul da Bahia. Estes construíram suas casas em terrenos que também foram ocupados por seus filhos e netos e voltaram-se à atividade da pesca no rio Doce e no rio São José (também chamado de rio Pequeno). Muitos descendentes desses primeiros habitantes passaram a atuar profissionalmente em outras áreas, mantendo

a pesca como atividade amadora. Mas houve, também, aqueles que continuaram a conservar o ofício como atividade profissional, tornando-se conhecidos na região pelo fornecimento de pescado. A chegada de moradores à orla do rio São José é mais recente e data de cerca de 20 anos atrás. Lá vivem hoje cerca de 16 famílias que têm o hábito de cultivar árvores frutíferas e que, antes da chegada dos rejeitos, realizavam a pesca de barranco no rio. Aqueles que vivem nessa área estão acostumados a conviver com o ritmo de cheias e vazantes do rio que, em determinadas épocas, chega a cobrir de água seus quintais.

A iminência da chegada dos rejeitos provenientes da barragem do Fundão a Linhares mobilizou o poder público a realizar uma obra emergencial no rio São José. Foi construído ali um dique que impossibilitou que a água do rio Doce chegasse ao complexo lacustre, principalmente à lagoa Juparanã, de onde é captada a água que abastece a cidade. Essa obra foi de grande importância para manter as lagoas despoluídas. No entanto, houve diversos efeitos colaterais indesejados, como o alagamento da região dos lagos e a alteração em sua biota (Figura 120 e Figura 121).

Figura 120 – Vista das obras de abertura do dique de contenção do rio São José a partir da rua Beira Rio. Registro em 05/11/2018. Sede, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 121 – Detalhe de casas lacradas na rua Beira Rio, moradores foram retirados devido ao risco de alagamento e desmoronamento pelas obras de abertura do dique de contenção no rio São José. Registro em 05/11/2018. Sede, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.4.3 Areal

A aldeia Areal¹⁵ – localizada no município de Linhares, a cerca de 50 km de sua sede e 8 km da vila de Regência – está instalada próximo à margem direita do rio Doce, a cerca de 10 km de sua foz. A paisagem do entorno da aldeia é marcada por fazendas voltadas à criação de gado e cultivo de cacau, além de postos de prospecção de petróleo e gás natural da Petrobrás. Atualmente, a população da aldeia tem em torno de 250 pessoas ou 75 núcleos familiares considerados, em sua maioria, como “parentes”, membros da “família Barcelos”. Seus moradores reivindicam, há aproximadamente seis anos, o reconhecimento oficial de sua identidade étnica indígena: se autodenominam Botocudos e declaram sua ligação histórica, genealógica e identitária com a população indígena que habita o vale da foz do rio Doce.

A aldeia recebeu o nome de Areal por estar localizada em uma região coberta por extensões de areia. Apesar desta denominação externa, a localidade se organiza em dois conjuntos territoriais e familiares, provenientes de dois núcleos de ocupação do território referentes a dois irmãos da família Barcelos: Areal, também mencionada como “parte alta”, e Santa Maria, “parte baixa”. Alguns moradores, descendentes dos fundadores, falaram como se deu o processo de instalação de suas famílias no local, ressaltando as ligações e vizinhança entre essas famílias e a sua permanência no local, que já conta com várias gerações.

15 Informações mais detalhadas sobre a Aldeia Areal serão apresentadas em relatório a parte voltado ao diagnóstico de danos nas comunidades indígenas.

A história e as transformações sofridas pela localidade são narradas com detalhes pelos moradores. Na década de 1950 ocorreu a instalação de fazendas de cultivo de cacau nas áreas alagadiças da margem do rio Doce e a partir da década de 1960 o território passou a ser ocupado por fazendas voltadas principalmente para a pecuária. Alguns moradores mencionam que a relação da comunidade com esses fazendeiros é marcada por desentendimentos e conflitos, sendo a principal queixa com relação ao uso de espaços que antes eram utilizados por moradores da aldeia e passaram a ser restritos após a chegada dos fazendeiros. Ressaltaram que existem fazendeiros muito ruins, que não permitem que as pessoas do local peguem água em lugar algum, praticando incêndios nas matas. Igualmente praticam derrubadas de árvores frutíferas que os moradores locais cultivavam, para que os mesmos não acessem mais tais locais. Diversas casas antigas no local foram também derrubadas por tais fazendeiros.

Existem restrições de circulação pela localidade se acentuaram na década de 1970, quando iniciaram as atividades de exploração de petróleo e gás pela Petrobrás na região. Os moradores passaram a conviver com os dutos da Petrobrás que atravessam o terreno da aldeia. Evento marcante na memória da população foi uma explosão, seguida de um grande e duradouro incêndio, na década de 1980, que levou, inclusive, à evasão de alguns moradores.

Todas essas transformações – fazendas e exploração do petróleo, fazem com que o terreno do Areal seja hoje percebido por seus moradores como apenas um fragmento do território tradicional que usufruíam no passado, o qual abrangia também a vasta área que circunda a aldeia, composta por diversas lagoas e porções de mata, hoje derrubadas, onde se praticavam a caça, coleta, pesca, morada e cultivo de roças (especialmente de mandioca, mas também de abóbora e feijão). As restrições de acesso a tais espaços geram na população de Areal a sensação de perda não só dos espaços, mas também dos recursos e práticas associados a este território. Os moradores ressaltam os impedimentos de uso e acesso às lagoas, reconhecidas pela comunidade como seu território e que atualmente encontram-se ocupadas por instalações da Petrobrás e por fazendas. O processo de degradação do ambiente, por conta da derrubada de mata e instalação de pastos, assim como o “medo” da contaminação relacionado às atividades realizadas pela Petrobrás também alteraram a relação da aldeia com seu território.

O terreno por onde se distribuem as edificações da aldeia tem aproximadamente 800 x 300 m e conta com nove ruas não asfaltadas, por traçados retilíneos que levam aos terrenos das casas sem a formação de quarteirões, geralmente findando em cercas ou porteiros das fazendas limítrofes ao terreno. O conjunto de casas que compõe a aldeia dista cerca de 1300 m do leito do rio Doce e suas edificações estão localizadas em solo arenoso, enquanto as áreas de coleta de frutos, palha e caça mais próximas se localizam na porção de solo barrento próximas à margem do rio Doce. O acesso ao rio é feito por um terreno que não é de propriedade dos moradores de Areal, mas em que é permitido seu trânsito até a margem pelo proprietário. Outro elemento importante que compõe o terreno da aldeia é a Lagoa do Areal (com cerca de 500 m), antes do desastre utilizada pelos moradores da aldeia para a pesca e banho.

Grande parte das edificações da aldeia são de alvenaria, mas ainda há algumas casas em madeira. As casas – cerca de 75 – são térreas e distribuídas ao longo do terreno seguindo a repartição de lotes por herança ou cedidas para a construção de casas de filhos, netos e bisnetos a partir de casamentos. Em sua maioria, contam com espaço para a cultivo de pequenos pomares e plantios de

uso familiar, com exceção de algumas casas próximas ao campo de futebol, que ficam muito próximas às cercas das fazendas que limitam o terreno da aldeia. Na aldeia há um pequeno campo de futebol de areia, utilizado para “brincadeiras” entre os moradores e, próximo a ele, há uma oca comunitária, onde a comunidade realiza atividades culturais e encontros. Ao lado da oca e do campo os moradores construíram - com o apoio de agitadores culturais organizados de Regência – um espaço com brinquedos infantis como balanço, gangorra.

As residências são abastecidas por poços artesianos e algumas delas também contam com cisternas. O bombeamento de água é movido a energia elétrica, fornecida na aldeia desde o início dos anos 2000. A aldeia conta, desde o final da década de 1980, com uma escola municipal, que oferece ensino fundamental 1 e infantil aos cerca de 40 alunos da localidade. Contudo, para a continuidade dos estudos, os estudantes devem se deslocar para Regência. Areal é atendida por uma Unidade Móvel de Saúde, que periodicamente realiza visitas ao local para atendimentos básicos e odontológicos, mas para consultas com especialistas e atendimentos emergenciais os moradores devem se deslocar até Regência ou à sede de Linhares. Tais deslocamentos entre Areal e Regência são realizados em ônibus escolares e por meio de fretes de carros particulares de moradores.

Há poucos estabelecimentos comerciais na aldeia, sendo a maioria de pequeno porte, tal como sorveteria, bares, mercearias e lancherias. Também é comum o comércio informal de bolos, pães e doces caseiros, além de outros serviços como costura, frete e construção civil. Grande parte dos moradores de Areal trabalham nas fazendas da região, lidando principalmente com o trato bovino e com o cultivo do cacau e, atualmente, alguns dos moradores mais jovens trabalham no setor de serviços em Regência. Anteriormente ao desastre também havia o comércio local de peixes pescados no rio Doce.

Os moradores e demais interlocutores, de forma geral, destacam o caráter histórico e tradicional da relação da comunidade da aldeia Areal com as lagoas próximas, com o rio Doce e suas áreas alagáveis. As lagoas e as áreas de mata nos seus entornos eram tradicionalmente utilizadas para a pesca e a caça, estabelecimento de moradias, acesso à água para o consumo e atividades de higiene, assim como para práticas e vivências de lazer. O rio Doce também possui uma relevância histórica e afetiva para os moradores, pois lá desenvolviam práticas de pesca, navegação e banho nos espaços de formação de praias de areia nas épocas de estiagem. Ademais, áreas de mata próximas a suas margens também foram mencionadas como historicamente locais de práticas de cultivo e coleta dos habitantes da aldeia Areal.

Em 2015, com a chegada dos rejeitos de mineração foi notada a alteração do aspecto e da qualidade da água, causando a mortandade de peixes e outras espécies de animais. Nos meses seguintes, especialmente em janeiro de 2016, as cheias do rio Doce conduziram o rejeito de mineração para além de seu leito, depositando-se nas áreas de solo barroso próximo a suas margens, prejudicando o plantio nelas realizado - em especial o do cacau. Ademais, com a cheia, as lagoas e áreas alagáveis do terreno da aldeia receberam o rejeito de mineração. Tais lagoas da região, segundo os moradores, se interconectam nas cheias e, conseqüentemente, também sofreram mudanças na coloração das águas para tons alaranjados em 2016. Apesar do abastecimento de água da aldeia ser realizado por poços artesianos e cisternas, a população desconfia da qualidade da água e teme que os lençóis freáticos também tenham sido contaminados. Os moradores notaram alterações no aspecto e gosto da água

dos poços, além de “ferrugem” e “manchas” nas caixas de armazenamento de água, que não eram observadas antes do desastre. Hábitos alimentares da comunidade foram alterados, por medo da contaminação das lagoas e dos rios.

As principais atividades de trabalho da comunidade – a pesca e o cultivo de cacau – foram prejudicadas pela deposição dos rejeitos de minério no leito e nas margens do rio, o que gerou o aumento do desemprego na aldeia. Atualmente, parte da população – em sua maioria pescadores que detinham a carteira de identificação e alguns pescadores artesanais – recebe o auxílio financeiro fornecido pela Fundação Renova, que também fornece galões de água mineral para o consumo mensalmente. As medidas são vistas como insuficientes por procurarem mitigar apenas danos “econômicos” relacionados ao desastre, não contemplando os aspectos afetivos implicados na percepção da descaracterização do território e as consequências de caráter coletivo, tais como a evasão de moradores e a perda de práticas tradicionais percebidas como relacionadas à identidade indígena dos moradores de Areal.

5.1.4.4 Povoação

Povoação é um distrito de Linhares que se encontra à margem esquerda do rio Doce, a poucos quilômetros de sua foz. O povoado se localiza a 40 km do centro da sede municipal e pode ser acessado por meio de uma estrada de terra. Atravessando o rio Doce a partir de Povoação chega-se à Regência, vila com a qual é mantida uma relação próxima e de relevância para os moradores locais. Povoação é formada por três ruas principais e paralelas que se entrecruzam com outras pequenas ruas, todas de terra. Nessas ruas principais se concentram o comércio local, os serviços oferecidos a turistas – restaurantes e pousadas –, bem como o posto de saúde e a escola. Na área litorânea há um bar-restaurant e uma pousada que se encontram desativados.

Apesar de Povoação ser frequentada por visitantes, o turismo não é a maior fonte de renda no local. A maior parte do rendimento dos habitantes da vila vem do cultivo de cacau e, anteriormente ao desastre, da pesca. O cacau é produzido principalmente em algumas ilhas do rio Doce e seu cultivo tem como principal adversário a praga chamada vassoura-de-bruxa. A principal prática de lazer dos habitantes de povoação é o futebol, jogado no campo da vila. É citado, também, o uso de uma lagoa próxima ao distrito que, segundo os moradores locais, não foi atingida pelos rejeitos. Ainda há aqueles que tomam banho de mar, embora sejam minoria. O povoado é reconhecido por suas festividades (Festa da Manjuba, Festa do Robalo, Forró, Festa Junina, Festa de São Benedito), que sofreram com redução de público após o desastre, já que muitos turistas deixaram de ir à localidade.

O povoado está localizado a poucos metros da praia, o que fazia com que, antes do desastre, fosse frequentado por turistas que realizavam diversas práticas de lazer em sua área litorânea. Ainda hoje há quem visite Povoação em busca de atividades em seu balneário, mas a quantidade de visitantes reduziu substancialmente após a chegada dos rejeitos provenientes da barragem do Fundão à foz do rio Doce. Já a pesca era realizada tanto no rio Doce quanto no mar e tornou-se uma atividade estigmatizada, uma vez que a chegada dos rejeitos ao rio e à região de sua foz afastou tanto os pescadores quanto os antigos consumidores do pescado.

Após o desastre, a distribuição de indenizações e auxílios emergenciais para os habitantes de Povoação também gerou diversos atritos entre seus habitantes, que afetaram sobremaneira sua vida

comunitária. Há grande desconfiança entre os moradores do povoado, uma vez que muitos dizem não ter recebido as indenizações, ao passo que acusam outros de as terem recebido sem o devido merecimento. O interlocutor 11291 demonstra tristeza ao constatar o quanto a indenização “mexe com a cabeça das pessoas” e chega a afirmar que “o cadastro [para receber auxílio financeiro] está causando mais dano do que a lama causou”.

A Figura 122 mostra a fachada da Associação Cultural e Folclórica dessa localidade.

Figura 122 – Fachada da sede da Associação Cultural e Folclórica de Povoação. Registro em 06/11/2018. Povoação, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.4.5 Regência

Regência é um distrito de Linhares localizado a cerca de 50 km da sede do município. Trata-se de uma vila de pescadores estabelecida na margem direita do rio Doce que tem cerca de mil habitantes e que, nos últimos anos, tornou-se um dos principais pontos turísticos da região. Seu principal atrativo advém justamente do fato de estar localizada na foz do rio Doce contando, então, com um balneário que dispõe da água doce do rio e da água salgada do mar. É também considerada um dos melhores locais do Brasil para a prática de surf, o que atrai muitos turistas voltados para esse esporte. Há diversas pousadas espalhadas pelo povoado - muitas delas inoperantes desde que os rejeitos chegaram à foz do rio, afastando a maior parte dos turistas.

Atravessando o rio Doce a partir de Regência, chega-se a Povoação, comunidade com a qual estabelece estreitos laços. A estrada que chega até a vila é de terra, bem como suas ruas. Há, ali, pequenos estabelecimentos comerciais e estabelecimentos turísticos - como as pousadas e alguns restaurantes. Regência também possui um campo de futebol, uma praça central, uma escola, um posto de saúde, o Museu Histórico de Regência, o Antigo Farol de Regência, a sede do Projeto Tamar

– localizada nas proximidades da Reserva Biológica de Comboios –, e um Centro Ecológico (Figura 123 e Figura 124 a seguir), administrado pelo ICMBIO, que é utilizado para aulas de educação ambiental, para cursos variados (como aulas de jiu jitsu), atendimento do CRAS e que dispõe de uma biblioteca e de um auditório.

A Reserva Biológica de Comboios está localizada nas proximidades de Regência e foi criada com o objetivo principal de proteger a desova das tartarugas-de-couro. Sua área foi declarada, em 1950, pelo Instituto Oswaldo Cruz, um importante remanescente de restinga do Brasil e a região do litoral que está sob sua demarcação era muito utilizada, até a chegada dos rejeitos provenientes da barragem do Fundão, por banhistas e surfistas. Ao sul da reserva biológica está estabelecida a Reserva indígena de Comboios, habitada por índios tupiniquins.

A história recente de Regência está profundamente conectada com a presença, na vila, de visitantes e de novos moradores ligados às causas ecológicas. Tanto a instalação de uma sede do Projeto Tamar no distrito quanto a identificação da localidade como um ponto privilegiado para a prática do surf levou, à vila, pessoas que impulsionaram a criação de projetos relacionados à atuação socioambiental, criando uma identidade turística do povoado vinculada a tais discursos e práticas. São marcos na história da vila, por exemplo, um campeonato de surf realizado em 1987 chamado “SOS Regência”, que buscou disseminar a importância do patrimônio socioambiental local; a fundação da Associação de Moradores de Regência, na mesma época; e a I Descida Ecológica do Rio Doce, em 1991. A escola da comunidade já recebeu até mesmo o título de “escola sustentável” pelo MEC.

A história do povoado também está intensamente relacionada à instalação de um Terminal da Petrobrás na região que gerou muitas vagas de emprego até ser parcialmente desativado no início dos anos 2010, causando o impacto oposto - alto índice de desemprego - o que levou muitos habitantes a mudarem de lá.

Regência ainda era, até a chegada dos rejeitos, uma vila de pescadores. Muitos habitantes do povoado tiravam seu sustento dessa prática e muitos outros pescavam de forma amadora. Com o desastre houve a interrupção da prática e a distribuição de auxílios e indenizações, ação que trouxe muitos desentendimentos entre os moradores locais, uma vez que muitos pescadores disseram não terem sido contemplados, ao passo que acusam outros de terem se mudado para Regência somente para receber o auxílio e terem obtido sucesso. As festas realizadas no distrito também foram negativamente afetadas com a ocorrência do desastre uma vez que grande parte de seu público era composto por visitantes que iam à vila para frequentar seu litoral.

Figura 123 – Centro Ecológico de Regência. Registro em 12/11/2018. Regência, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 124 – Centro Ecológico de Regência. Registro em 12/11/2018. Regência, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.4.6 Pontal do Ipiranga

Localizado no litoral norte do Espírito Santo, Pontal do Ipiranga é um distrito de Linhares distante cerca de 50 km da sede e conhecido por ser considerado um dos principais balneários do Estado. Sua população, em 2000, segundo o Censo do IBGE, era de 1100 habitantes. A praia do Pontal é uma faixa de areia de cerca de 25 km de extensão e, na região da comunidade, é ladeada por ruas asfaltadas, planejadas para acomodar o grande número de turistas nos períodos de alta temporada. A pequena mancha urbana de Pontal do Ipiranga está em expansão, mas é limitada ao norte pelo rio Ipiranga, que deságua no oceano.

No distrito há serviços e estabelecimentos comerciais - restaurantes, salões de beleza, lojas de artesanato, supermercados, sorveterias, bares, peixarias, farmácias, imobiliárias, posto de combustível, papelaria, padaria, pousadas e hotéis, entre outros - voltados para atender tanto os moradores quanto as pessoas que o visitam para veraneio. Muitos destes têm propriedades no local que ficam a maior parte do ano desocupadas. A maioria das casas é térrea e somente algumas ruas são asfaltadas. Há também, na comunidade, uma unidade de saúde e uma escola de ensino infantil e fundamental, além de uma delegacia da polícia militar, uma base do projeto Tamar e um campo de futebol. Por fim, ali também estão instaladas diversas igrejas evangélicas, um centro kardecista e uma igreja católica. Por contar com uma significativa infraestrutura, Pontal do Ipiranga se destaca como uma centralidade na região, atraindo moradores de outros distritos, como Degredo, Barra Seca e Urussuquara, que encontram ali atendimento nos serviços público e privado, bem como possibilidades de emprego.

O balneário de Pontal do Ipiranga (Figura 125) é uma região de ocupação recente, tendo tido sua área loteada há cerca de 30 anos por um fazendeiro local. Grande parte de seus habitantes é de funcionários aposentados da Petrobrás, mas há também pescadores, comerciantes e trabalhadores do turismo. Segundo o interlocutor 11319, a localidade chega a receber 70 mil visitantes nos períodos de alta temporada, principalmente no *revéillon* e no carnaval, o que a torna o balneário mais visitado por turistas na região norte do Espírito Santo. Para estes períodos, a prefeitura financia as festas de passagem de ano e do carnaval, oferecendo atrações musicais e montando grande infraestrutura para os visitantes. Além dessas duas festividades, ocorrem também, na baixa temporada, o Forró do Pontal (evento que também atrai visitantes para a prática da dança) e a Festa de Santana (realizada nas proximidades da igreja católica local, pela própria comunidade). Uma atividade de destaque na localidade, que ocorre na alta e na baixa temporada, é a prática do surfe, realizada intensamente por visitantes e por alguns moradores de lá (Figura 126).

Os rejeitos provenientes do rompimento da barragem do Fundão chegaram ao litoral de Pontal do Ipiranga após se espalharem pelo mar. A desconfiança acerca da toxicidade da água ainda existe entre moradores locais e turistas. Além disso, o rio Ipiranga também recebeu os rejeitos, tornando-se, a partir de então, local considerado impróprio para banho e pesca, o que gerou grande descontentamento entre habitantes da comunidade, que tinham grande estima pelo rio e o utilizavam com frequência para diversas práticas socioculturais.

Residem, em Pontal do Ipiranga, algumas famílias quilombolas, a maioria proveniente das redes familiares estabelecidas em Degredo. Estes quilombolas carecem do reconhecimento de sua identidade e se ressentem pelo fato de não serem reconhecidos pela Fundação Renova como tais e, portanto, por não poderem contar com auxílios e indenizações referentes ao desastre do rio Doce direcionados aos povos quilombolas. Sobre essa questão, o interlocutor 11327, afirma que: “Eu sou nascida e criada aqui na região, mas criei meus filhos todos aqui no Pontal. A gente nasceu na roça, no Degredo, eu faço parte dos quilombolas, minha família toda é de lá, eles moram lá em Degredo, eu tenho minha casinha aqui. Falaram pra mim que eu não tenho os direitos de quilombola, só porque eu sou desviada do rebanho, porque eu não moro lá em Degredo, mas eu sou filho dos quilombolas. A minha família são tudo índio, o que diz se uma pessoa é quilombola não é meu endereço, é a minha família”.

Figura 125 – Praia de Pontal do Ipiranga. Registro em 08/11/2018. Pontal do Ipiranga, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 126 – Surfe representado em muro da escola E.M. Manoel Martins em Pontal do Ipiranga. Registro em 08/11/2018. Pontal do Ipiranga, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.4.7 Barra Seca e Urussuquara

Barra Seca e Urussuquara são duas vilas localizadas no litoral norte do Espírito Santo. As comunidades são muito próximas, têm uma relação intensa entre si e são consideradas, pelos moradores locais, como uma mesma localidade. Em 2018 seu território foi dividido em dois municípios. A partir de então parte dele passou a pertencer ao município de Linhares e outra ao município de São Mateus. A localidade é cortada pelo rio Ipiranga, que corre em paralelo à orla e depois deságua no mar e pelo rio Barra Seca, que deságua no Ipiranga. O acesso às comunidades se dá por estrada de terra e, próxima a elas, está a praia de Barra Seca – única praia naturista do Estado.

Urussuquara e Barra Seca contam com alguns restaurantes, algumas pousadas e quiosques para atender aos turistas que vão às comunidades principalmente nos períodos de alta temporada. Em Urussuquara também está instalado um posto de saúde que atende aos moradores locais às quartas feiras. Há, também, nesta vila, uma igreja católica e, em Barra Seca, uma igreja Assembleia de Deus. O abastecimento de água da localidade é feito por poços artesianos e por um caminhão pipa financiado pelo município de São Mateus.

As principais atividades exercidas pelos moradores de Urussuquara e Barra Seca são a pesca e o turismo. Na segunda metade dos anos 2000 foi fundada a Associação de Moradores, Comerciantes, Pescadores e Assemelhados de Urussuquara, que agrega profissionais dessas áreas e aqueles que têm propriedades no local. A associação tinha, como objetivo, em sua fundação, regularizar a situação fundiária de muitos moradores da vila, que tinham suas casas em lotes irregulares. Atualmente a Associação é bastante atuante e tem o papel de prezar pelo bem-estar da comunidade - requisitando, por exemplo, o serviço de limpeza pública e de atendimento médico junto ao poder público.

Os habitantes de Urussuquara e Barra Seca costumam ir ao distrito de Pontal do Ipiranga quando necessitam de serviços que não são encontrados em seu povoado. As crianças, por exemplo, estudam em uma escola localizada no distrito vizinho. Nos casos em que não são encontrados serviços necessários nem em Pontal do Ipiranga, os moradores da localidade têm de ir até a sede de Linhares.

A chegada dos rejeitos nas vilas impactou tanto os que viviam do turismo quanto aqueles que pescavam (Figura 127 e Figura 128). Isso porque se tornou muito difícil, após o evento, a comercialização do pescado e também porque muitos visitantes deixaram de frequentar os povoados por medo da contaminação da água do mar. A biota dos rios e mares também foi afetada, havendo a redução de peixes e seres aquáticos. O uso dos rios - principalmente os rios Piranga e Barra Seca - foi prejudicado, já que há grande desconfiança sobre a toxicidade de suas águas, já que os rejeitos chegaram até eles com a alta das marés. Uma vez que essas duas atividades eram as que faziam a economia local girar, houve um efeito cascata que atingiu praticamente todos os habitantes da localidade. Como dito pelo interlocutor 11326, “eu acredito que todo mundo, de Urussuquara, de Barra Seca, foi atingido. Quando ele não foi atingido de uma forma foi atingido de outra. (...) Os comerciantes estão falindo, os moradores estão perdendo o poder de compra”. Além disso, há muitas reclamações sobre a forma pela qual a Fundação Renova teria distribuído auxílios e indenizações. Muitos habitantes locais relatam que se sentiram injustiçados por não terem recebido o valor determinado ao mesmo tempo em que alegam saber de pessoas que teriam recebido sem terem sido atingidas pelo desastre.

Figura 127 – Placa indicativa da entrada da “Vila dos Pescadores” de Urussuquara, cuja população foi afetada pela proibição da pesca na região. Registro em 07/11/2018. Urussuquara, São Mateus (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 128 – Uma das inúmeras peixarias de Barra Seca cujo comércio foi prejudicado pelo medo de contaminação do pescado. Registro em 07/11/2018. Barra Seca, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.5 ARACRUZ

No município de Aracruz foram identificados danos ao patrimônio imaterial no litoral e na localidade de Vila do Riacho, apresentados a seguir.

5.1.5.1 Litoral de Aracruz

O litoral de Aracruz é formado por um conjunto de praias e bairros que, no geral, levam o mesmo nome das praias, tais como Santa Cruz, Sauê, Itaparica, Praia dos Padres, Coqueiral, Barra do Sahy, Barra do Riacho, entre outras. A faixa litorânea é utilizada tanto pela população local, quanto por visitantes e turistas, para banho de mar, passeios de barco, esportes aquáticos, pesca, encontros comunitários e outras práticas relacionadas ao descanso e lazer.

O distrito de Santa Cruz, que concentra grande parte da faixa litorânea, tem uma centralidade na história do município de Aracruz. O interlocutor 11338, conta que foi “lá que o município começou, o museu já foi cadeia, já foi sede da câmara de vereadores. Aquele distrito tem uma relação com a história do Brasil, porque foi lá portal de chegada dos primeiros italianos no Brasil, o primeiro município que recebeu. Teve lá a visita do imperador Dom Pedro II. Temos lá uma espada dada a um escravo por Dom Pedro que não deu as costas a ele quando teve sua visita aqui, porque todos iam cumprimentar e saíam dando as costas, este escravo voltou de ré para não dar as costas. Essa espada está guardada em um acervo pessoal”.

A praia de Santa Cruz, que pertence ao distrito de mesmo nome, é cortada pelo rio Piraquê-Açu (Figura 129), o que a caracteriza como uma região de confluência de ecossistemas de manguezais, restinga e Mata Atlântica e a torna propícia para atividade pesqueira. O rio Piraquê-Açu é atravessado por uma ponte que liga Santa Cruz aos demais territórios do litoral de Aracruz, como Coqueiral e Barra do Riacho. Antigamente havia uma balsa que fazia a travessia, mas atualmente a travessia é possibilitada apenas pela ponte. A Vila de Santa Cruz é composta por cerca de 200 famílias, que vivem da pesca do caranguejo e de mariscos e conta com uma associação de pescadores e uma de moradores. Outra importante atividade realizada na região é o turismo, que conta com a estrutura de hotéis, pousadas e restaurantes além do Sesc Praia Formosa que se situa nas proximidades.

As praias do Coqueiral, Sauê, Itaparica, dos Padres e Barra do Sahy, todas localizadas no distrito de Santa Cruz e às margens da Rodovia ES-010, tem como principal atividade o turismo de veraneio. A maioria conta com infraestrutura de restaurantes, pousadas e quiosques em suas orlas para receber os turistas, tanto jovens interessados em acampar e praticar esportes aquáticos, quanto famílias que ocupam casas de veraneio.

A Barra do Riacho, por sua vez, pertence ao distrito da sede de Aracruz. Localizada na foz do rio Riacho, a praia também é procurada por turistas para práticas de surfe e de lazer. A localidade é, acima de tudo, uma vila de pescadores, que estão organizados entre a Colônia de Pescadores Z 7 Manoel Miranda e a Associação dos Pescadores de Barra do Riacho e Barra do Sahy. Essa última, segundo o interlocutor 11351, tem aproximadamente 80 pescadores associados e 40 barcos. Apesar da proximidade com o rio Riacho, onde se localiza o estaleiro das embarcações, a pesca é realizada em mar aberto. Há pouca atividade no rio, considerado, pelo interlocutor 11351, um paliativo em épocas que a pesca no mar não está boa.

Em 2015, os rejeitos se espalharam, através da ação das correntes marítimas, pela região costeira do litoral de Aracruz, a partir da foz do rio Doce em Regência. A pluma de rejeitos também chegou ao rio Riacho, que é conectado ao rio Doce por meio do canal Caboclo Bernardo, para o abastecimento da empresa Fibria Celulose. O medo da contaminação da água do mar levou à interrupção de importantes práticas realizadas em toda a faixa litorânea de Aracruz, como banhos, pesca e surfe, afetando o turismo na região.

Após o desastre, a Fundação Renova promoveu as ações que têm sido alvo de críticas dos moradores locais, principalmente com relação aos critérios de concessão dos auxílios emergenciais e indenizações: por privilegiar pessoas vinculadas à prática da pesca, como pescadores e donos de barco, e preterir pessoas vinculadas a outras atividades importantes na região; por não contemplar pescadores da região devido à morosidade do processo ou descompassos na documentação exigida; ou ainda por conceder auxílios e indenizações a pessoas que não estavam relacionadas às práticas atingidas na região. Assim, os aportes financeiros têm gerado tensões e conflitos nas localidades, provocando a desestabilização das relações entre os moradores da Vila de Santa Cruz.

Figura 129 – Vista do canal do Rio Piraquê-Açu em frente a Santa Cruz, com barcos de pesca. Registro em 13/11/2018. Santa Cruz, Aracruz (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.1.5.2 Vila do Riacho

A Vila do Riacho, povoado do distrito de Riacho, está localizada na margem direita do rio Riacho, cerca de 10 km de sua foz no mar. O acesso à localidade é feito principalmente pela Rodovia ES-010 que liga a Vila do Riacho a Barra do Riacho. Sua população, segundo o Censo de 2010 (IBGE), era de 3.500 indivíduos, mas atualmente deve atingir 5.000 habitantes.

O leito do rio Riacho corre a leste e sudeste da mancha urbana do povoado, mas são poucas as edificações construídas à beira do rio, pois tais áreas estão sujeitas a inundações. A ocupação das margens do rio é caracterizada por quintais utilizados com diferentes fins: para pequenos plantios domésticos, como portos de pequenas embarcações e como áreas de circulação de moradores e conhecidos para acesso ao rio. A mancha urbana de Vila do Riacho conta com cerca de 70 quarteirões de diversos tamanhos e metade de suas ruas são pavimentadas. A localidade conta com uma escola municipal, uma escola estadual e um centro municipal de educação. Os principais equipamentos de lazer são quadras poliesportivas e campos de futebol.

Próximo à Rodovia ES-010 encontra-se a porção de ocupação mais antiga da vila, onde está localizada a rua São Benedito, paralela à rua Principal, e a Igreja de São Benedito do Rosário, principal espaço para manifestações culturais da localidade - em especial aquelas ligadas à Banda de Congo e à Banda Marcial. Os estabelecimentos comerciais de maior porte (supermercados, restaurantes, bares e lanchonetes) também se concentram na região da Rodovia ES-010 que atravessa a vila, onde, inclusive, estão localizadas as principais instituições religiosas de Vila do Riacho, os templos das igrejas Assembleia de Deus, Batista, Maranata e Universal do Reino de Deus. Em outros quarteirões existem estabelecimentos comerciais como mercados e bares de pequeno porte e informais.

No entorno da mancha urbana encontram-se áreas de fazendas, em sua maioria pastos, vastas áreas de monocultura de eucaliptos e grandes empreendimentos do setor industrial dos mais variados que caracterizam o distrito de Barra do Riacho como o “distrito industrial” de Aracruz. Os empreendimentos mais próximos de Vila do Riacho são indústrias químicas, de fibra e biomassa, porém a vida cotidiana e econômica dos moradores da Vila também é influenciada pela Fibria (celulose de eucalipto), portos e pelo Estaleiro Jurong.

O povoado passou por muitas transformações, entre elas a ampliação do complexo industrial do distrito de Barra do Riacho, em especial a instalação, na década de 1960, da antiga Aracruz Celulose, atual Fibria. O desenvolvimento da indústria e impulsão da economia local, com a geração de empregos na região, provocaram grandes transformações na paisagem local pela derrubada de matas, alteração de cursos e fluxos de água e a plantação de monoculturas de eucaliptos que dominam grande parte da paisagem circundante. Contudo, segundo o interlocutor 11339, o distrito industrial absorveu pouco da mão de obra disponível no povoado devido à “falta de qualificação” para os postos de trabalho de maior remuneração: “Eles preferem trazer de fora do que empregar a mão de obra local. Aqui os locais não são capacitados, então ela não serve pra eles, porque eles têm a visão de ganhar dinheiro. Eles não enxergam o valor do povo aqui. Esse estaleiro Jurong aí, por exemplo, até emprega os meninos jovens só pra falar que está empregando mesmo, por qualquer coisa já manda embora”.

A Vila do Riacho é conhecida por ser o berço da Banda de Congo, reconhecida como a mais antiga do Espírito Santo, a Banda de Congo de São Benedito do Rosário. Para além de atividades culturais fomentadas nas instituições de ensino locais a principal celebração realizada na comunidade é a Festa de São Benedito do Rosário, geralmente em torno dos dias 20, 21 e 22 de dezembro, realizada na Igreja de São Benedito do Rosário.

A pesca é uma atividade tradicional de parte dos moradores de Vila do Riacho, em particular aqueles de baixa renda que não têm oportunidades de emprego nas indústrias da região. A pesca

em Vila do Riacho não detinha a mesma importância comercial que em Barra do Riacho, mas muitas famílias de Vila do Riacho costumavam pescar por diversão ou como alternativa de complementação de sua dieta diária. Segundo o interlocutor 11340: “A questão da pesca aqui era muito importante, pessoal costumava sair daqui e ir até o rio Comboios pescar, até mesmo na praia. Aqui os pescadores iam pra praia do Comboios, pro rio Comboios, até em Barra do Riacho e lá pra Regência mesmo. Aqui quem pesca é mais de canoa, bote ou nos barrancos dentro do rio Comboios e Riacho, quem faz pesca de barco a embarcação está mais lá em Barra do Riacho”. O rio Riacho era utilizado para banhos, mas recentemente esse costume teria se mantido apenas entre as famílias mais antigas do local e que detinham uma relação mais estreita com o rio principalmente por praticarem a pesca.

O sistema de abastecimento de água de Vila do Riacho capta água do rio Riacho, recebendo tratamento para distribuição em uma Estação de Tratamento de Água localizada na vila. Segundo o interlocutor 11339 e 11340, o rio Riacho passou por grandes alterações no começo dos anos 2000 devido à construção do complexo industrial de produção de celulose da Fibria no distrito de Barra do Riacho. Na época, contam, deu-se a construção do “canal Caboclo Bernardo”, um sistema integrado de captação de água do rio Doce para o rio Richa a fim de abastecer a fábrica. Desde então, a vazão do rio Riacho passou a ser quase que totalmente controlada pelas necessidades de abastecimento do complexo fabril de celulose.

A chegada dos rejeitos na região de Vale do Riacho alterou principalmente essa gestão do fluxo de águas no rio. De acordo com o interlocutor 11339, com a aproximação dos rejeitos no trecho do rio Doce onde está localizado o canal Caboclo Bernardo, a captação da água foi interrompida, provocando a diminuição repentina da vazão do rio Riacho e, por conseguinte, a mortalidade de peixes. Nos primeiros meses de 2016, a captação de água no rio Doce foi retomada, o que, segundo os interlocutores 11339 e 11340, implicou grande mortalidade de peixes no rio Riacho e transformações no aspecto da água do leito do rio e da água fornecida pelo sistema de abastecimento da vila. O interlocutor 11339 relata que a população local passou a evitar o contato direto com a água do rio Riacho e o consumo de peixes da região. Contudo, algumas famílias, dada a impossibilidade financeira de compra de água mineral e de produtos de maior custo nos mercados da vila, ainda consomem a água e pescados do rio.

O interlocutor 11339 conta ter feito parte de uma expedição realizada por lideranças locais e políticos de Aracruz até o local de captação de água do canal Caboclo Bernardo no rio Doce após a abertura do canal, realizada após a percepção dos habitantes locais sobre a contaminação da água do rio Riacho ter se estabelecido devido à observação da mortalidade de peixes e mudanças do aspecto da água: “A gente aqui estava sempre em observação para saber o que estava acontecendo, nós nos juntamos em um grupo pegamos os botes e fomos lá para a barragem lá em Linhares pra dar uma olhada. Foi até vereador e os grupos indígenas. Nós fomos olhar onde foi feita a barragem, onde a água do rio Doce estava vindo pra cá e lá você viu os rejeitos agarrados na lama embaixo, uma coisa meio preta. Aí olhando pelo outro lado, nós não ultrapassamos a cerca porque não podia entrar, mas dava pra ver. A gente viu uns botijões enormes cheio de um produto que não sei o que é, que eles estavam botando na água. Aquela água barrenta que vinha do rio Doce, ela ficava clarinha do outro lado, dava pra ver o fundo! Por isso eles dizia que a água estava boa, mas é por causa do produto que eles estavam despejando lá, porque a água que vinha estava barrenta! E nós estamos vivendo essa

mentira de mascarar a água com esses produtos até hoje. A gente continua bebendo água do rio Riacho, isso quem não pode comprar água mineral. Quem não pode vai tomando e daqui há pouco você vê ficar doente. Eles falam que o rio riacho aqui não foi afetado! Mas hoje em dia não tem peixe! O que morreu de peixe nessa beirada de rio aqui foi chocante. Por isso nós começamos a se manifestar, só que o foco das ações aqui em Aracruz está sendo os pescadores de mar, mas tem que olhar que a água do rio Doce é a mesma que desce aqui no rio Riacho, a água não vem pelo mar! Ela vem aqui pelo rio doce, só depois que o rio riacho deságua no mar lá em Barra do Riacho. São um bando de covardes sem responsabilidade, porque eles não estão vendo a nossa situação aqui. Nos últimos tempos morreu muitos participantes do congo. Eles são mais velhos, são humildes, ficam bebendo dessa água e piora a saúde deles. O que tem de gente morrendo de infarto aqui não é brincadeira e eu acredito que isso tem a ver com a questão dessa água!”.

Atualmente, segundo os interlocutores 11339 e 11340, o fornecimento de água, que logo após o desastre era realizado por caminhões-pipa, foi interrompido, sendo o rio Riacho utilizado para o abastecimento do sistema. Frente aos desdobramentos do desastre, a população de Vila do Riacho e Barra do Riacho realizaram protestos e bloqueios na Rodovia ES-010 em 2016, demandando que o fornecimento de água não fosse proveniente do rio Riacho (Figura 130).

Figura 130 – Vista do rio Riacho na Vila do Riacho. Registro em 14/11/2018. Vila do Riacho, Aracruz (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.2 DANOS ÀS CELEBRAÇÕES

No Compartimento 3, no conjunto de bens imateriais categorizados como celebrações, ou seja, os rituais e as festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social das comunidades, foram identificados danos à Folia de Reis de Povoação e ao Conjunto de Celebrações de Regência, conforme descritos nos subitens deste tópico (Figura 131 a seguir).

Figura 131 – Bens alvo de danos no Compartimento 3 – Celebrações



5.2.1 FOLIA DE REIS DE POVOAÇÃO

A Folia de Reis é uma festividade católica que celebra a viagem dos três reis magos para presentear o Menino Jesus após seu nascimento. Em Povoação, é costume realizar os festejos no período entre 3 de janeiro e 3 de fevereiro, tendo o Dia de Santo Reis como o auge da celebração. É composta por um grupo de músicos e pessoas caracterizadas de personagens típicos que circula pela comunidade visitando e se apresentando nas casas dos moradores. Fundada oficialmente em 1960, a Folia de Reis de Povoação é uma tradicional celebração no calendário de festividades do povoado. Vários integrantes da Banda de Congo de São Benedito de Povoação também participam da Folia de Reis. Segundo o interlocutor 11289, os membros do congo ajudaram a iniciar a Folia em Povoação.

De acordo o interlocutor 11321, a banda é formada por 21 pessoas: um sanfoneiro e vinte marujos que tocam pandeiro (quinze homens e cinco mulheres). Todos utilizam uniforme composto por chapéu, calça preta, camisa branca e uma faixa vermelha na altura do peito. O cortejo é acompanhado por quinze pessoas que encenam os animais, personagens típicos da Folia de Reis de Povoação: boi, vaqueiro, “o cunhado”, sapo, loba, jacaré, cobra e macacos. Os preparativos para a celebração se iniciam todos os anos em novembro, com ensaios e elaboração de itens de figurino e adereços.

Em Povoação existe um grupo de Folia de Reis Mirim, formada por crianças e jovens da localidade. Surgido em 2007, havendo também a Folia de Reis “adulta”, com o objetivo de fortalecer a tradição local e a transmissão de saberes para as gerações mais novas. Segundo o interlocutor 11321, atualmente cerca de 300 pessoas participam da Folia de Reis todos os anos, entre moradores e visitantes.

5.2.1.1 Análise de danos à Folia de Reis de Povoação

Para a Folia de Reis de Povoação foi identificado o dano de sofrimento social, apresentado a seguir.

5.2.1.1.1 Sofrimento social

Participantes e organizadores, tanto da Folia de Reis como do Congado em Povoação, apresentaram sintomas de transtornos psicológicos em razão de alterações em seu modo de vida causados pela chegada de rejeitos na localidade. O sofrimento social advindo da incerteza decorrente do desastre fez com que participantes da Folia fossem tomados por um desânimo, como narrado pelo interlocutor 11289. De acordo com ele, por causa do desastre: “As pessoas não se juntavam mais para nada, não ensaiavam”.

O sofrimento social é considerado grave (ocorrência em pelo menos 10% da população), uma vez que são recorrentes as narrativas associadas aos transtornos psicológicos de participantes e organizadores, ocasionadas pela incerteza de futuro gerada pelo desastre. Esse dano tende a aumentar, tendo em vista o rompimento dos modos de vida dos moradores e a persistência de situações de sofrimento. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva dos moradores de Povoação. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

5.2.2 CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES DE REGÊNCIA

O povoado de Regência possui um conjunto de festividades tradicionais das quais se destacam a Festa do Caboclo Bernardo, realizada no início junho; a Festa dos Pescadores, vinculada ao dia de São Pedro (29 de junho); e o carnaval. As três manifestações acontecem na vila de Regência, transitando entre a praça principal em frente à Igreja católica, as ruas principais do povoado e o cais do rio Doce (Figura 132 e Figura 133).

A Festa do Caboclo Bernardo é um evento realizado desde a década de 1930, mas caracterizada por alguns moradores como sendo uma tradição “centenária”, devido à sua origem estar relacionada ao episódio de salvamento¹⁶ que tornou o caboclo Bernardo José dos Santos um herói conhecido. A festa que surgiu com a motivação principal de homenagear o Caboclo Bernardo, tornou-se uma expressão da identidade cultural de Regência com apresentações e encontro de bandas de Congo, grupos de jongo, capoeira e folia de Reis.

A Festa dos Pescadores de Regência era organizada pela Associação dos Pescadores local desde meados da década de 90, com o objetivo de promover a confraternização entre os pescadores locais e a valorização do ofício da pesca, que representa um traço identitário do lugar. A festa consistia em competições entre os pescadores, procissão de barcos, celebrações religiosas relacionadas a São Pedro e shows musicais na praça.

O carnaval em Regência é conhecido por ser uma festa de rua, com os cortejos de blocos carnavalescos, como o Valete de Ouro e o Trio “Mica Fubica” e a execução de marchinhas tradicionais. É uma manifestação que atrai principalmente turistas de Linhares e outros municípios.

Figura 132 – Praça Central, onde ocorre Festa do Caboclo Bernardo e Encontro de Bandas de Congo. Registro em 05/08/2018. Regência, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

¹⁶ Caboclo Bernardo, indígena que viveu no século XIX, é uma figura histórica celebrada em Regência por ter protagonizado o salvamento em condições climáticas adversas de 138 marinheiros naufragados. Por suas ações, foi condecorado pela Princesa Isabel como herói nacional.

Figura 133 – Igreja de São Benedito e Casa do Congo (onde ocorre a festa da Fincada/ Derrubada do Mastro). Registro em 05/08/2018. Regência, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.2.2.1 Análise de danos ao Conjunto de Celebrações de Regência

Para o Conjunto de Celebrações de Regência foram identificados 2 danos, sendo: alteração de práticas culturais e de rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

5.2.2.1.1 Alteração de práticas culturais

A deposição dos rejeitos de minério no leito do rio Doce e o receio da contaminação das águas impediram a realização das competições náuticas que faziam parte da Festa dos Pescadores, uma das celebrações de Regência. O interlocutor 11287, resume a impossibilidade de utilização do rio: “acabou o lazer do pescador”. Para o interlocutor 11286, sem o rio e a pesca não existe mais motivos para a realização da festa. A Festa dos Pescadores era uma festa de confraternização local, organizada e desfrutada pela comunidade, que não dependia da presença de turistas. Após o desastre a festa deixou de ser realizada.

A festa do Caboclo Bernardo e os festejos de Carnaval em Regência, após o desastre, passaram a receber menos visitantes de outras localidades. Isso se deu pela deposição de rejeito na praia e no rio e pelo medo do potencial de toxicidade da água, que desestimularam a participação de visitantes nos festejos. O interlocutor 11286 (explica que o interesse pelas festas era influenciado pelo interesse nas atividades de lazer no rio e na praia: “diminuiu bastante, porque o povo vinha para o carnaval, para a praia e para o rio. Como o lazer de praia não dá mais, isso diminuiu bastante a população no carnaval aqui”).

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como grave, uma vez que o receio de contaminação das águas levou a diminuição das práticas. Por meio das narrativas dos

atingidos, é possível indicar que cerca de 60% das práticas culturais foram alteradas. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre do rompimento da barragem de Fundão, pode-se apontar que não será mais possível recuperar as características originais das celebrações afetadas.

5.2.2.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O auxílio dado às festas de Regência gerou desavenças entre participantes e narrativas sobre uma alienação entre as pessoas que realizam as festas e a própria celebração. Isso apareceu especialmente nas celebrações que estão relacionadas à prática do Congo na localidade, como a Festa do Caboclo Bernardo. O interlocutor 11288, explica que, apesar de ter achado que a celebração tenha sido boa, o seu processo de organização foi “um horror para nós enquanto conguistas”, alegando não terem sido ouvidos. Segundo o interlocutor, não ocorreu um bom canal de comunicação a respeito do valor e aplicabilidade da verba que foi destinada à festa. O interlocutor 11288 conta que o repasse aos conguistas foi feito por meio da Associação de Moradores, sem possibilidade de negociação direta com a Renova: “Então é um toma lá dá cá, que gera briga entre nós. E é muito triste que uma cultura que sobrevive unicamente do interesse no bem querer dos moradores agora está virando uma moeda de troca. As pessoas querem chegar onde elas podem ganhar mais, onde elas podem colocar projetos para ganhar mais”. O interlocutor 11290 também afirma que “a Renova exerce um controle político sobre os bens culturais”, ao retirar o envolvimento de muitos moradores com a organização da festa, restringindo as decisões sobre a utilização da verba que disponibiliza.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como grave, uma vez que os laços comunitários têm sido afetados pelas tensões decorrentes de ações emergenciais/ reparatórias mal conduzidas, segundo os atingidos. Pode-se apontar que cerca de 60% dos laços foram alterados. Esse dano tende a aumentar pois os feitos geradores de tensões continuam a atuar. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre, o que já acarretou mudanças definitivas nas relações sociais.

5.2.3 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES NO COMPARTIMENTO 3

A Tabela 18 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de celebrações do Compartimento 3.

Tabela 18 – Classificação de danos aos bens imateriais (celebrações) no Compartimento 3

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Folia de Reis de Povoação	Sofrimento Social	Grave 10% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Conjunto de Celebrações de Regência	Alteração de práticas culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 60% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível

5.3 DANOS ÀS FORMAS DE EXPRESSÃO

No Compartimento 3, os bens imateriais categorizados como formas de expressão, ou seja, manifestações musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que foram alvo de danos totalizaram 4 bens imateriais, detalhados nos subitens deste tópico (Figura 134 a seguir). Destacam-se as formas de expressão relacionadas à congada.

Figura 134 – Bens alvo de danos no Compartimento 3- Formas de Expressão



5.3.1 CAPOEIRA/MESTRES DA CAPOEIRA

A capoeira em Linhares é uma forma de expressão introduzida no município pelo Mestre Militão, que formou seu primeiro grupo em 1981. Seus alunos foram responsáveis pela disseminação dessa modalidade no município e na região. Atualmente, existem 9 grupos de capoeira em Linhares, dos quais seis criaram um coletivo para o município em eventos oficiais, festas e celebrações, tanto em Linhares como em outras localidades. Segundo o interlocutor 11324, o coletivo é responsável por ensinar a prática para cerca de 300 jovens “em situação de risco”, em oito bairros diferentes.

As apresentações do coletivo de capoeira aconteciam, principalmente, em festas e eventos oficiais, como a Festa do Robalo e o campeonato de surfe, ambos em Regência. Durante o período de verão, o coletivo se apresentava, de quinze em quinze dias, nos distritos praianos como Povoação, Regência, Pontal do Ipiranga e Degredo. Vinculada às apresentações, o coletivo promovia a venda de artesanatos (chaveiros e miniaturas, além do berimbau, construídos pelos próprios mestres, a partir da madeira de Biriba, outra prática ensinada pelo Mestre Militão), sendo a principal forma de monetização do grupo.

5.3.1.1 Análise de danos à Capoeira/Mestres de Capoeira

A forma de expressão Capoeira/ Mestres da Capoeira sofreu o dano de alteração na circulação das práticas e bens culturais, apresentado a seguir.

5.3.1.1.1 Alteração na circulação das práticas e bens culturais

As narrativas e receios associados à qualidade da água, em especial nos locais em que os grupos de capoeira se apresentavam e os danos a esses lugares fizeram com que esses grupos de capoeira reduzissem as apresentações em alguns distritos de Linhares. Segundo o interlocutor 11324, as apresentações e venda de artesanato deixaram de ocorrer após o desastre “porque não tem mais turismo como antes tinha”. Em 2018, o coletivo se apresentou apenas no Pontal do Ipiranga. “Era um trabalho muito bacana que não tem mais. Antes, não dependíamos de ninguém para realizar nossas apresentações. Atualmente, vamos para Regência apenas esporadicamente, quando dá, quando conseguimos, com muito sacrifício, um ônibus da Prefeitura”. Outra consequência do desastre diz respeito ao trabalho desenvolvido por capoeiristas no distrito de Povoação. Havia pessoas que ensinavam capoeira na comunidade, mas deixaram de realizar a atividade após a passagem dos rejeitos. Segundo o interlocutor 11324, tal atividade era financiada com o apoio do comércio local de Povoação, que deixou de ser feito, resultado da diminuição do turismo, principal fonte de renda dos comerciantes.

No que concerne à gravidade, a alteração na circulação da prática da capoeira em Linhares é considerada grave, estando relacionada à redução da circulação dos mestres e praticantes de capoeira pelas comunidades da região, devido aos danos aos espaços de apresentação e à redução de turistas. Outro fator gerador desse dano está relacionado aos problemas econômicos advindos do desastre, que prejudicam o financiamento da prática por comerciantes de Povoação, por exemplo. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 60% da forma de expressão. Esse dano tende a reduzir, uma vez que se espera a recuperação das drenagens e do mar ao longo do tempo, ainda que em um período considerável, o que possibilitaria a redução dos problemas indicados. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

5.3.2 CONGADA

O Congo é uma manifestação cultural antiga e tradicional presente em Linhares e em outros municípios e povoados do Espírito Santo, localizados no litoral e no interior. Tem origem em festejos praticados por africanos escravizados, inicialmente como parte das memórias de antigos reinados africanos, e é realizado atualmente por pessoas herdeiras dessa tradição. As atividades dos grupos de congo estão relacionadas aos festejos religiosos dedicados à São Benedito, São Pedro, São Sebastião e Nossa Senhora da Penha.

A Banda de Congo de São Benedito de Povoação, segundo o interlocutor 11289, é herdeira da tradição praticada em Degredo e foi iniciada em Povoação por um morador chamado Vicente Sabino, natural da comunidade quilombola, que trouxe com ele uma imagem de São Benedito e o costume de festejar o santo. Na época de sua fundação, em 1930, a banda chamava-se Tambores de São Benedito. Atualmente a banda possui em torno de 25 membros, entre instrumentistas e dançarinas.

As bandas de congo de Regência, Povoação e Guaxe se apresentam em diversos festejos dentro e fora dos povoados, mas seus ensaios se intensificam no final do ano, devido às festas locais. O interlocutor 11321 relata que o congo “acontece o ano todo, principalmente quando acontece alguma celebração, comemoração ou festa local”, sendo que a principal data para a realização do congo é entre os dias 24 e 27 de dezembro, nas ocasiões de preparação do mastro e homenagem ao padroeiro São Benedito. Em Regência, é a Festa da Fincada do Mastro de São Benedito e Santa Catarina, realizada entre os dias 23 e 25 de novembro, que mobiliza os membros da banda de congo. Em frente à igreja é fincado o mastro e, depois, segundo o interlocutor 29032, se “emenda” a “brincadeira” do Congo, feita na Casa do Congo: ali “brincam, brincam e brincam até enquanto quiser”. A banda de São Benedito do Guaxe apresenta-se nos festejos locais, como na festa da padroeira Santa Rita e o dia de São Benedito, assim como em outras festividades da região (Festa do Caboclo Bernardo, em Regência; Festa de Jaguaré, em Bananal, dentre outras).

A Festa do Caboclo Bernardo em Regência, que acontece em junho, é entendida como um momento importante para os integrantes do congo de Linhares e de outros municípios, pois é quando ocorre o “Encontro de Bandas de Congo”, criado em 1991 para fortalecer essa tradição e enriquecer os festejos ao Caboclo Bernardo com manifestações da cultura popular local. Ele está inserido no circuito festivo tradicional de bandas de congo, que possuem um costume de convidar e receber bandas de outras localidades em suas festividades e celebrações. A banda de Congo de São Benedito de Regência organiza o encontro e recebe entre 20 a 30 visitantes. É considerado pelo interlocutor 11321 como “o principal encontro de mestres da região”.

Em Regência, Povoação e no Guaxe, é comum encontrar membros de uma mesma família como integrantes das bandas de congo, o que fortalece a transmissão de saberes a ele associado. Porém, a percepção de que as bandas estariam envelhecendo e o número de membros diminuindo, motivou a criação de grupos de Congo Mirim. Formados por crianças e jovens da localidade, possuem o objetivo de promover o contato das novas gerações com essa tradição e perpetuá-la nas localidades, uma vez que é entendida como um importante traço afro-brasileiro de sua população a ser preservado. De acordo com o interlocutor 11288, “a vila de Regência só é o que ela é por causa da tradição do Congo”.

5.3.2.1 Análise de danos à Congada

A forma de expressão Congada, realizada em diversas localidades de Linhares, destacando-se Regência, Povoação e Guaxe, sofreu 5 danos, a saber: de alteração das práticas culturais, da rede de relações comunitárias, na circulação das práticas e bens culturais, no acesso a matérias primas e implementos e o sofrimento social, apresentados a seguir.

5.3.2.1.1 Alteração de práticas culturais

Após o desastre, os eventos nos quais a congada era apresentada não chegaram a ser interrompidos, mas deixaram de contar com a presença de visitantes, como é o esperado. De acordo com o interlocutor 11321, em 2016 “Demorou muito até o pessoal perder o medo de frequentar Povoação, mas em 2017 já foi melhor”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural Congada é considerada grave, estando relacionada à redução do número de pessoas que frequentam as apresentações, ocasionado pelo medo dos locais atingidos pelo desastre. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 60% da forma de expressão. Esse dano tende a reduzir, uma vez que se espera a recuperação das drenagens e do mar ao longo do tempo, ainda que em um período considerável, o que possibilitaria a redução da associação da ideia de perigo aos locais de apresentação da congada. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

5.3.2.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

As alterações nas relações comunitárias, a incerteza quanto ao financiamento da prática e a falta de perspectiva de permanência dos jovens em Regência colocaram em xeque a continuidade do Congo Mirim de Regência, pensado a partir de uma percepção de futuro para a comunidade e para a expressão do congo. O interlocutor 11288 afirma que há concepções diferentes de congo que surgiram a partir do aumento de um interesse financeiro na atividade por parte dos pais de crianças participantes. Segundo ela, “a gente tem muito medo disso tudo. Porque a cultura é algo muito imaterial, você tem que gostar do que você faz pra fazer sentido. O que é uma cantiga de congo? A cantiga de congo é a expressão da sua natureza, da sua crença, do seu dia a dia, dos seus antepassados, da história daqueles que vieram antes de você. Ela não tem a cadência de um pancadão, de um forró pé de serra. Então você tem que se reconhecer naquilo para ela ter uma significância. Ela tem que ter uma raiz em um lugar em um território, senão ela não sobreviveria”. O desastre e os auxílios emergenciais da Renova, na visão do interlocutor 11288 tiveram um grande impacto para a continuidade da “cultura do congo”. Em seu entendimento, aquilo que era importante para as famílias anteriormente deixou de sê-lo: “Então hoje o congo deixou de ser importante para uma grande parte dos moradores da vila. Hoje qualquer ajuda em dinheiro, seja indenização, seja cartão, seja lucro cessante se sobrepõe sob qualquer relação interpessoal. A questão financeira se tornou muito maior do que a questão cultural, do que a questão de você se reconhecer como parte daqui, de ser morador, e das relações interpessoais que se tem aqui. Então eu acho que o que mais abalou depois que perdemos o rio foram as relações interpessoais. Nós hoje, a vila hoje, ela gira em torno do dinheiro que você pode ganhar da Fundação Renova”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural Congada é considerada gravíssima, estando relacionada as mudanças acarretadas nas relações sociais devido a tensões geradas pela

distribuição de recursos pela Samarco/ Fundação Renova, impactando a continuidade da “cultura do congo”. A distribuição desses recursos, extremamente importantes, não tem sido acompanhada de uma comunicação satisfatória e de ações de prevenção as tensões decorrentes. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 96% das redes de relações. Esse dano tende a aumentar, uma vez que, passados quatro anos do desastre, conflitos tem se acumulado nas comunidades. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre no que concerne aos laços de solidariedade e sociabilidades.

5.3.2.1.3 Alteração na circulação das práticas e bens culturais

A circulação da Banda de Congo de São Benedito do Guaxe pelas outras localidades da região se dava por meio de convites para apresentar-se em festas e celebrações. Em seu relato, o interlocutor 11333 disse que no ano de 2016, logo após o desastre, essa circulação foi diminuída porque deixaram de receber convites para festas e porque os próprios integrantes da Banda demonstraram receio em visitar as áreas diretamente atingidas, como Povoação e Regência. A chegada do rejeito à região litorânea do município, onde se encontram Povoação e Regência, fez com que os eventos nos quais a banda tocava fossem alterados, reduzindo os convites. O receio demonstrado pelos integrantes da Banda está relacionado ao potencial de toxicidade presente na água das localidades que visitariam. No ano de 2018, ele percebeu que a circulação da Banda estava voltando a se estabelecer como o esperado.

No que concerne à gravidade, a alteração na circulação da prática da Congada, em especial, da Banda de Congo de São Benedito do Guaxe, é considerada grave, estando relacionada ao medo em frequentar os locais atingidos pelo desastre. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 60% na circulação da forma de expressão. Esse dano tende a reduzir, uma vez que se espera a recuperação das drenagens e do mar ao longo do tempo, ainda que em um período considerável, o que possibilitaria a diminuição dos problemas indicados. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

5.3.2.1.4 Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais

A desestruturação econômica da localidade, causada pelo aporte de rejeito ao Rio Doce e a interrupção da pesca na localidade, também afetou o financiamento e manutenção da congada. O interlocutor 11321 conta que está buscando um projeto que possibilite pagar um salário aos mestres, “para que possam focar só na cultura, ensinar nas escolas, para as crianças da comunidade, para que eu possa ter um trabalho”, pois após o desastre não pôde mais pescar, diminuindo seu orçamento mensal.

No que concerne à gravidade, a alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais é considerada grave, estando relacionada à redução do aporte econômico à prática. Por meio das narrativas é possível indicar uma alteração de 60% no acesso aos recursos necessários à prática. Esse dano tende a reduzir, uma vez que se espera a recuperação das drenagens e do mar ao longo do tempo, ainda que em um período considerável, o que possibilitaria a restauração parcial dos contextos socioeconômicos relacionados à prática. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

5.3.2.1.5 Sofrimento social

A alteração nos modos de vida nas localidades de Regência e Povoação, causadas pelo aporte de material ao Rio Doce e ao litoral, levaram à narrativa do aparecimento de sofrimento social por parte dos moradores envolvidos com a expressão da congada. O interlocutor 11289, explica a falta de estímulo para a expressão pelo desastre: “Pensando especificamente no que aconteceu em 2015, a gente observou o seguinte: deu uma estremecida na comunidade mesmo, assim, 100% abalou, porque criou-se uma expectativa que parecia que tudo ia se acabar (...) Criou um impacto social e psicológico muito grande na população, a gente observa que ainda está abalando um pouco, as pessoas que gostavam de fazer as coisas se sentiam um pouco reprimida porque tirou um pouco o estímulo”. Como exemplo, citou uma moradora que costumava “carregar a cultura nas costas” e, a partir da incerteza causada pelo desastre, foi tomada por um desânimo. Para ele, o congo é uma força de coesão da comunidade, e reconhece a expressão como simbolicamente o que pode vir a restaurar o ânimo da comunidade.

Em Regência, o interlocutor 21334 afirma que a desestabilização social e os transtornos psicológicos decorrentes do desastre afetaram o congo: “muitos conguistas morreram. Dos 11 idosos que morreram no último ano, 5 eram pessoas-chave do Congo. As pessoas com a autoestima baixa, já não vão pro Congo, já não querem mais brincar congo... Se eu não consigo nem viver, quanto mais brincar. E aí o Congo vai diminuindo ainda mais”.

No que concerne à gravidade, o sofrimento social é considerado gravíssimo (ocorrência em pelo menos 20% da população), estando relacionado a perda de perspectiva de futuro das comunidades, especialmente nas localidades de Regência e Povoação. Essa incerteza de futuro tem acarretado desânimo. Esse dano tende a aumentar, tendo em vista o rompimento dos modos de vida dos moradores, a desestabilização social e a persistência de situações de sofrimento. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva dos moradores das localidades afetadas. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

5.3.3 BANDA DE CONGO DE SÃO BENEDITO DO ROSÁRIO DE VILA DO RIACHO

A Banda de Congo de São Benedito do Rosário é uma forma de expressão tradicional da localidade de Vila do Riacho, em Aracruz, sendo considerada entre os conguistas da região como a banda de congo mais antiga do Espírito Santo, fundada em 1798. Segundo as histórias sobre sua origem contadas na localidade, a banda teria se apresentado para a comitiva de D. Pedro II em 1860, em viagem pelo Espírito Santo, ocasião registrada pelo imperador em seu diário.

A Banda de Congo de São Benedito do Rosário possui atualmente cerca de 50 componentes, entre tocadores de tambores, cantores e dançarinos. A Rainha da Banda é a senhora Astrogilda Ribeiro dos Santos, de 87 anos e o mestre é Antônio Ramos dos Santos, seu filho e mestre da Banda de Congo. Ambos são reconhecidos como referências sobre a história, danças e cantos do congo capixaba. Astrogilda é personagem de relevância regional e nacional no cenário do congo brasileiro, segundo a própria: “Eu sou a rainha das rainhas das bandas de congo”. O congo é uma prática tradicional da família de Astrogilda, cuja mãe também foi rainha e o pai capitão de uma banda de congo. Seus filhos

e netos também fazem parte da banda, o que evidencia a transmissão de conhecimentos entre as gerações no âmbito familiar.

A principal festividade organizada pelos membros da Banda de Congo de São Benedito do Rosário é a Festa de São Benedito do Rosário, que ocorre geralmente de 21 a 25 de dezembro, sendo realizada na Igreja de São Benedito do Rosário e em suas ruas circundantes. Em novembro, relata o interlocutor 11339, os preparativos para a festa se iniciam, sendo as principais atividades a busca e preparação do mastro, confecção da bandeira que o adorna e sua fincada na praça da igreja. A Banda de Congo também participa de festividades diversas em Vila do Riacho, realizando apresentações mediante o convite formal, da mesma forma também o fazem em festividades de outros grupos de congo de outras localidades tais como Regência, Itaparica e Vitória.

As atividades da Banda de Congo de São Benedito do Rosário são mantidas principalmente por doações de seus componentes, assim como de moradores da comunidade de Vila do Riacho e comerciantes locais. Empresas do complexo industrial de Barra do Riacho também realizam patrocínios de pequeno porte para a banda, tal como a doação de camisas e a produção de folhetos e livretos de divulgação. A prefeitura municipal apoia a Banda com o fornecimento de transporte para a sua circulação em outras festividades para a qual é convidada, todavia, segundo o interlocutor 11340, o faz de forma irregular e fornece meios de transporte insuficientes, que muitas vezes não comportam os instrumentos e componentes da banda.

Nos últimos anos, mesmo antes do desastre de Mariana, a Banda de Congo tem passado por dificuldades de manutenção de suas condições de existência, o que prejudica a sua participação em festejos locais e de outras localidades. O interlocutor 11339 relata sobre a ocorrência de eventos que enfraqueceram a expressão do congo na localidade, como o incêndio da Casa da Cultura e Biblioteca Dona Aurélia, que causou a perda do lugar de ensaios e de recepção de visitantes, bem como danificou instrumentos, documentos, vestuários e outras indumentárias da Banda de Congo, armazenados no local. Na Casa da Cultura também eram realizadas oficinas de artesanato, danças e construção de instrumentos com crianças e jovens da comunidade, o que fortalecia a “cultura do congo” e a transmissão de seus conhecimentos para as novas gerações de Vila do Riacho. Existe a suspeita, por parte do interlocutor 11339 e de outros membros da banda, de que o incêndio tenha sido um ato criminoso, motivado por intolerância religiosa

5.3.3.1 Análise de danos à Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho

A forma de expressão Congada na Vila do Riacho, sofreu 3 danos, a saber: de alteração das práticas culturais, da rede de relações comunitárias e sofrimento social, apresentados a seguir.

5.3.3.1.1 Alteração de práticas culturais

Tanto as atividades rotineiras (ensaios e preparações), quanto as extraordinárias (festas e apresentações) da Banda de Congo de São Benedito do Rosário da Vila do Riacho tiveram sua frequência reduzida após o desastre, principalmente em decorrência do aporte de rejeito no litoral do município e do medo de contaminação da água. A desestabilização econômica e social na localidade fez com que seus participantes se engajassem menos nas atividades da Banda.

Os eventos e festividades nos quais a agremiação se apresentava também tiveram uma redução na frequência de participantes o que levou a banda à redução de suas atividades. De acordo com o interlocutor 11339, “nas festas do Congo vem muita gente de fora, tem até pousadas aqui pra receber essa gente. Só que com esse negócio do impacto o pessoal se afastou. Tanto do pessoal que participa quando dos que vem assistir. A festa de São Benedito aqui, além da gente convidar as outras bandas de congo de fora, vem muita gente de fora apreciar porque ficam curiosos pra ver a banda de congo mais velha do Espírito Santo. Só que as pessoas tem aquele medo, né? Antes a gente ia pra matinha na beirada do rio [Riacho] pra tirar o mastro, tomava banho no rio. Hoje em dia a gente não pode nem se banhar, se você cai na água fica com um monte de coceira, três dias depois tá cheio de mancha vermelha. Então nisso foi perdendo a valorização do lugar, só agora que a gente está tentando recuperar um pouco essa valorização por meio da história aqui da banda do lugar. Tem que valorizar esse lugar, esse nosso conhecimento”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada grave, estando relacionada à redução dos ensaios e apresentações do grupo, relacionados ao medo da contaminação da água. Nesse sentido, a redução do número de frequentadores das apresentações foi significativa. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 80% da forma de expressão. Esse dano tende a reduzir, uma vez que se espera a recuperação das drenagens e do mar ao longo do tempo, ainda que em um período considerável, o que possibilitaria a redução da associação da ideia de perigo aos locais de apresentação da congada. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

5.3.3.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A Banda de Congo de São Benedito do Rosário da Vila do Riacho teve as redes de relações sociais que a formavam rompidas e reestruturadas pelo desastre e as decorrências sociais e econômicas do aporte de rejeito no litoral da região e no receio de contaminação das águas. A diminuição da atividade econômica local agravou a vulnerabilidade social já existente entre os integrantes da Banda, causando o deslocamento de alguns deles para outras localidades. O interlocutor 11339 também menciona o adoecimento de componentes da banda, inclusive de sua família, que atribuiu ao consumo da água, já que as famílias de baixa renda da localidade, segundo ele, não teriam condições de comprar água mineral para seu consumo. Esses adoecimentos, em especial dos componentes mais velhos e experientes, teriam prejudicado seu funcionamento. Ademais, o medo da contaminação da água foi um dos fatores da migração de famílias para outras localidades, rompendo laços já existentes e prejudicando o funcionamento da banda.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada grave, estando relacionada à diminuição da atividade econômica, que tem agravado a vulnerabilidade social dos integrantes da Banda, causando o deslocamento de alguns deles para outras localidades. O medo da contaminação da água também tem ocasionado a mudança de participantes para outras localidades. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 80% das redes de relações. Esse dano tende a aumentar, uma vez que, passados quatro anos do desastre, essa vulnerabilidade tem aumentado. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre no que concerne aos laços de solidariedade e sociabilidades.

5.3.3.1.3 Sofrimento social

Os interlocutores 11339 e 11340 manifestam um desânimo e uma vergonha em participar de eventos com outros grupos de Congo. A falta de recursos, causada pelo desastre na localidade, com o aporte de rejeito e o receio da contaminação da água, aliada à percepção de uma falta de auxílio financeiro em comparação com as outras bandas têm gerado transtornos nos participantes da banda. Como explica o interlocutor 11340, “estamos com muita dificuldade, eu estou calada esse ano, não temos nem transporte para buscar as bandas de congo de encontro culturais. Estamos com dificuldade, enquanto lá em Regência a Renova está ajudando. Eu digo isso porque somos frequentadores de lá, eu sou madrinha da banda de congo deles lá, quando a dona Mariquinha era viva ela mandava o convite. Quantos dinheiros que já paguei pra pagar um ônibus pra levar a banda. A prefeitura já chegou a mandar uma Topic! Pra levar tambores, as mulheres, os homens... Pra mim sair daqui e me rebaixar de levar pouca gente pro encontro eu prefiro não ir, não vou!”. Apesar de manifestarem estarem “firmes” na continuidade da Banda, os interlocutores afirmam que têm se deixado abater pela “vergonha” de fazerem apresentações pequenas em festas de outras localidades (como por exemplo a de Regência, que conta com apoio da Renova) ou então por não disporem de condições financeiras de receberem bandas convidadas para as festas em Vila do Riacho.

No que concerne à gravidade, o sofrimento social é considerado grave (ocorrência em pelo menos 10% da população), estando relacionado a “vergonha” dos participantes, tanto em participar de eventos em outras localidades, quanto de receber pessoas em Vila do Riacho, tendo em vista que tem passado por dificuldades de manutenção financeira do grupo desde o desastre. Deve-se destacar que a Fundação Renova não tem realizados aportes financeiros para as atividades do grupo. Esse dano tende a aumentar, tendo em vista que os quadros de sofrimento têm se agravado. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva da Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

5.3.4 BANDA DE CONGO DE SÃO BENEDITO DE ITAPARICA

O Congo é uma manifestação cultural antiga e tradicional presente em Aracruz e em outros municípios e povoados do Espírito Santo, localizados no litoral e no interior. Tem origem em festejos praticados por africanos escravizados, inicialmente como parte das memórias de antigos reinados africanos, sendo realizado atualmente por pessoas herdeiras dessa tradição. As atividades dos grupos de congo estão relacionadas a diversos festejos religiosos em homenagem a santos, como São Benedito, São Pedro, São Sebastião e Nossa Senhora da Penha.

A Banda de Congo de São Benedito de Itaparica (Figura 135) é considerada pelo interlocutor 34243, como um grupo “jovem”, cuja fundação ocorreu em 1900: “Nosso Congo aqui é um congo mais jovem, então a toada dos nossos tambores não tem aquele tom de lamento, que é uma característica do tom da banda da Astrogilda (Banda de Congo São Benedito do Rosário da Vila do Riacho) que é mais antiga”. Os conhecimentos envolvidos na forma de expressão das bandas de congo são geralmente transmitidos de forma geracional, entre membros de uma mesma família, por meio do aprendizado fundamentado na prática e na socialização com os mais velhos. Os mestres e anciãos das bandas de congo são considerados lideranças e assumem um papel de referência das comunidades dado o nível de conhecimento sobre o congo e o respeito que suscitam.

A Banda de Congo de São Benedito de Itaparica possui cerca de 30 componentes, entre mestre, rainha, instrumentistas, cantores e dançarinos. A expressão festiva da banda está intimamente ligada à espiritualidade de seus componentes, sendo que suas toadas são direcionadas à devoção de santos e entidades do panteão umbandista, como São Benedito, Iemanjá, Oxóssi, caboclos e pretos velhos, que fazem parte do sincretismo religioso da região.

A Banda de Congo de São Benedito de Itaparica se apresenta em diversos festejos, sendo que a principal festividade organizada por seus membros é a Festa de São Benedito, com a tradicional fincada do mastro no pátio da Igreja de Santa Luzia, no bairro de Itaparica. Ela está inserida no circuito festivo tradicional de bandas de congo, que possuem um costume tradicional de convidar e receber bandas de outras localidades em suas festividades e celebrações. Segundo o interlocutor 34243, o grupo recebe convites para tocar em localidades do Espírito Santo como Regência, Vitória, Fundão e Cariacica, bem como em cidades de outros estados, como Brasília e Aparecida do Norte (SP).

O interlocutor 11352 destaca as condições de vulnerabilidade em que esta forma de expressão se coloca em relação ao contexto social em que está inserida. Sua origem remonta aos negros e indígenas escravizados, cujos descendentes estão inseridos atualmente nas camadas economicamente mais vulneráveis da população da região. Ademais, são em sua maioria praticantes de religiões afro-brasileiras que, segundo os interlocutores 34243 e 11352, sempre sofreram com preconceitos associados à sua religião e, em décadas mais recentes, têm sido pressionados pela intolerância religiosa de uma crescente população evangélica neopentecostal. Com o objetivo de divulgar e ampliar o interesse da população local sobre o congo, integrantes da Banda de Congo de São Benedito de Itaparica formaram o Blocongo, um bloco que participa do carnaval de Santa Cruz com referências festivas e menos religiosas do congo.

Figura 135 – Bandeira do congo São Benedito de Itaparica.
Registro em 16/11/2018. Itaparica, Aracruz (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.3.4.1 Análise de danos à Banda de Congo de São Benedito de Itaparica

A forma de expressão congada em Itaparica, sofreu 3 danos, a saber: de alteração das práticas culturais, da rede de relações comunitárias e sofrimento social, apresentados a seguir.

5.3.4.1.1 Alteração de práticas culturais

A deposição de rejeito no litoral de Aracruz e o receio sobre o potencial de toxicidade da água e a consequente diminuição do turismo, celebrações e atividades culturais na região, também fizeram com que a Banda de Congo de São Benedito de Itaparica reduzisse a frequência de suas apresentações. O interlocutor 34243 explica: “Veja só que a época de verão, de temporada, é a época de mais atividade do grupo porque tem mais fincada de mastro, tem mais festejo, e é uma época que quem mora no litoral tem mais oportunidade de trabalho temporário. Tinha, não tem mais, porque hoje em dia está complicado. Essa região aqui recebe muitos turistas, principalmente mineiros e de uns anos pra cá a gente tem sentido uma diminuição do número de pessoas. Isso é claro se reflete no público das apresentações da Banda de Congo”.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada grave, estando relacionada à redução dos ensaios e apresentações do grupo, relacionados ao receio sobre o potencial de toxicidade da água e a consequente diminuição do turismo, celebrações e atividades culturais na região. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 80% da forma de expressão. Esse dano tende a reduzir, uma vez que se espera a recuperação das drenagens e do mar ao longo do tempo, ainda que em um período considerável, o que possibilitaria a redução da associação da ideia de perigo aos locais de apresentação da banda. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre.

5.3.4.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

O desastre fez com que as redes de relações sociais estabelecidas pela Banda de Congo de São Benedito de Itaparica fossem rompidas e passassem por um processo de reestruturação. A diminuição da atividade econômica local, causada pelo aporte de rejeito no litoral e pelo receio da contaminação da água, se deu em decorrência da diminuição de turistas na região e pela interrupção de práticas de pesca e mariscagem. Esse processo fez com que a comunidade se desestruturasse, gerando danos para a organização e o funcionamento da Banda. Elisabeth de Souza Areias explica que “a gente fica com muito poucos componentes disponíveis às vezes, teve muitos que saíram daqui de Itaparica e foram para Vitória”. O interlocutor 34243 destaca também da redução na participação de jovens: “eu sinto que a gente teve esse impacto devido à participação dos marisqueiros, e mesmo as pessoas que tiveram que sair de lá pra buscar trabalho em outro lugar. Tiveram que sair pra procurar outra fonte de renda. No Congo de São Benedito já tivemos muitos meninos excelentes nas toadas, no tambor, muito talentosos, mas largaram tudo porque aqui ficou sem oportunidade. Muitas pessoas, jovens principalmente, tiveram que sair daqui pra ir trabalhar longe, então eles fica distantes daqui do Congo, ficam distantes da cultura local também, se distanciaram a convivência aqui”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada grave, estando relacionada à diminuição da atividade econômica, ocasionada pelo aporte de rejeito e medo de contaminação da água, o que resultou na diminuição do número de turistas e na paralização das atividades de pesca e mariscagem. Por meio das narrativas, é possível indicar uma alteração de 80% das redes de relações. Esse dano tende a aumentar, uma vez que, passados quatro anos do desastre, as condições geradoras das mudanças não foram revertidas. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre no que concerne aos laços de solidariedade e sociabilidades.

5.3.4.1.3 Sofrimento social

A Banda de Congo de São Benedito de Itaparica foi prejudicada pelo aparecimento e narrativas sobre transtornos psicológicos e sentimentos considerados negativos e prejudiciais à expressão do Congo. Os transtornos têm origem em diferentes aspectos do desastre. O interlocutor 34243, relaciona o desânimo de alguns participantes do Congo ao receio de contaminação da água e à deposição de rejeito: “Eu percebo um problema causado pelo desânimo! Porque aqui na comunidade moram muitos marisqueiros, muitos. São aquelas pessoas que saiam de manhã pra pegar o marisco e agora não estão podendo mais fazer isso. Então eu sinto esse desânimo na população marisqueira da região por conta disso. É uma vida inteira com esse trabalho, com uma cultura mesmo, não é? Pegam muito polvo na região, levavam para comer em casa. Isso não tem mais, então elas estão em muitos casos dependendo de ajuda né? E muitas delas são os participantes do congo, então a gente percebe um desânimo”. O interlocutor ainda percebe que o “alcoolismo de membros da banda também tem acontecido, até os jovens se envolvendo com drogas. Porque veja só que é uma parte da população que é mais suscetível a isso, porque são mais carentes, os adolescentes são visados pelos traficantes”.

Segundo Elisabeth de Souza Areias, o “desânimo” entre os moradores de Itaparica, principalmente aqueles que envolviam-se com a Banda do Congo de Itaparica, também está relacionado aos

conflitos e desconfianças entre os moradores decorrentes dos critérios de concessão de auxílios financeiros e indenizações realizadas pela Fundação Renova: “As pessoas foram contaminadas por esse dinheiro de indenização! Todo mundo só pensa nisso, aqui só se fala nisso! Não tem um pensamento coletivo nisso, que foi induzido porque a Renova tratou isso só como assunto individual, de cada família”.

O desrespeito às entidades espirituais das águas doces, ao mar e às matas da região com a chegada dos rejeitos também foi sentida pelos membros da Banda de Congo. O interlocutor 34243 explica: “O povo das águas ficou muito triste com essa tragédia, com esse crime. Eu posso dizer que eu nasci em Minas Gerais na beira do rio Doce em Governador Valadares, eu morei na Ilha dos Araújos. É você ver uma coisa viva, que eu vi a vida inteira! Agora está morta! Saber que desde lá de cima até aqui no mar ele está morto. Aí quem se ofende não é só Iemanjá, mas Oxum também, dona das águas doce, como os Caboclos que moram tudo envolta! Isso é revoltante, dá uma tristeza danada”.

No que concerne à gravidade, o sofrimento social é considerado gravíssimo (ocorrência em pelo menos 20% da população), estando relacionado a três fatores: em primeiro lugar, a incerteza e o desânimo em relação ao futuro; em segundo lugar, os conflitos e desconfianças entre os moradores com relação aos critérios de concessão de auxílios financeiros e indenizações pela Fundação Renova e, por fim, a tristeza advinda do desrespeito às entidades espirituais afetadas pelo desastre. Esse dano tende a aumentar tendo em vista que os quadros de sofrimento têm se agravado. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva da Banda de Congo de Congo de São Benedito de Itaparica. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

5.3.5 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE FORMAS DE EXPRESSÃO NO COMPARTIMENTO 3

A Tabela 19 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de formas de expressão do compartimento 3.

Tabela 19 – Classificação de danos aos bens imateriais (formas de expressão) no Compartimento 3

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Capoeira/Mestres da Capoeira	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Congada	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração na circulação de práticas e bens culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração no acesso a matérias-primas e implementos associados necessários à produção dos bens culturais	Grave 60% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Sofrimento Social	Gravíssimo 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Banda de Congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 80% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Sofrimento Social	Grave 10% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Banda de Congo de São Benedito de Itaparica	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 80% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Sofrimento Social	Gravíssimo 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível

5.4 DANOS AOS LUGARES

No Compartimento 3, os bens imateriais categorizados como lugares, ou seja, os espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas, como áreas de encontro, sociabilidade e lazer, totalizam 9 bens (Figura 136).

Cabe destacar que as informações referentes ao Rio Doce foram individualizadas por localidade pesquisada, contudo, estão reunidas para fins de análise, conformando o penúltimo item do presente subcapítulo, devotado aos bens imateriais da categoria lugar no Compartimento 3.

Figura 136 – Bens alvo de danos no Compartimento 3 – categoria Lugar (excetuando-se o bem rio Doce)



5.4.1 LAGOA DO ÓLEO

A Lagoa do Óleo está localizada entre as vilas de Boninsegna e Boa Vista e é o principal espaço de lazer dos moradores de ambos povoados. Atrai também visitantes de toda a região, especialmente de Colatina, da sede de Marilândia e de Linhares, além de turistas de outros estados. O local conta com uma infraestrutura de restaurantes e bares à beira da lagoa, que auxilia na recepção desses visitantes. As atividades principais realizadas são banhos, brincadeiras, churrascos, conversas e almoços entre família e amigos.

Na percepção dos moradores da região, a Lagoa do Óleo (Figura 137) era limpa, livre de esgoto ou outros poluentes. Por ser muito propícia a banhos e lazer era mais utilizada pela população e visitantes que o rio Doce. O rio, no entanto, mesmo que não se constituísse enquanto área de lazer, era ponto principal para pesca e plantações em suas margens e ilhas.

Figura 137 – Vista de área de banho e lazer à beira da lagoa do Óleo, local foi utilizado para instalação de bombas e manobras de caminhões-pipa, no mês posterior ao desastre, para fornecimento de água aos moradores de Colatina.



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.4.1.1 Análise de danos à Lagoa do Óleo

A Lagoa do Óleo, considerada com patrimônio imaterial na categoria lugar, sofreu o dano de alteração de espaços relacionados a práticas culturais, apresentado a seguir.

5.4.1.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A Lagoa do Óleo, diferentemente do rio Doce, não recebeu os rejeitos decorrentes do rompimento da barragem por estar localizada acima do nível do rio. Contudo, dada a proximidade com Colatina, a Lagoa foi utilizada para abastecer caminhões-pipa que levavam essas águas ao município, o que alterou as práticas culturais realizadas pelos moradores e visitantes. Apesar de o abastecimento da sede de Marilândia não ser oriundo do rio Doce, logo após o desastre houve um período de seca que acabou fazendo com que a Lagoa também fosse utilizada para abastecer a população da sede.

O interlocutor 11310, relata que havia dias em que se formavam filas enormes de caminhões-pipa, o que fez com que a água da Lagoa baixasse muito e surgissem rumores em relação à sua interdição: “Aí um dia por exemplo eu estava em determinado supermercado fazendo compra, eu tô nessa ala e na outra ala estavam duas senhoras conversando e dizendo que não podiam mais vir na lagoa, que a lagoa tava interditada porque eles tavam tirando água”. A falta de clareza em relação aos procedimentos de retirada de água da Lagoa também contribuiu para espalhar os boatos: “Eles vieram aqui a primeira vez, defesa civil, bombeiro, polícia, meio ambiente. Inclusive o dia que eles chegaram aqui era um domingo, isso aqui tava assim de gente, ficou todo mundo querendo saber o que que tava acontecendo. Eles não chegaram e comunicaram comigo o que eles vieram fazer. Teve um cidadão que

foi até meio grosseiro, e chegou a dizer que se eu não liberasse, eles iam tirar na marra”. Além disso, o barulho dos caminhões era forte e incômodo. “Tinha quatro geradores que rodava dia e noite”.

Os rumores acerca da interdição, a redução do volume de água e os transtornos causados pelo tráfego de caminhões-pipa descaracterizaram a Lagoa do Óleo e levaram a uma redução no público que frequentava a região em busca de lazer e sociabilidade. No caso do seu restaurante, segundo o interlocutor 11310, os clientes só começaram a voltar, aos poucos, quando os caminhões pararam de abastecer no local. O interlocutor acrescenta: “Aí eu falei, pô, mas o que que tá acontecendo? A gente tava numa época, novembro, dezembro, a época do verão, né? E o pessoal sumiu. Então, quer dizer, além de levar o prejuízo lá, em relação à lavoura [ele fala sobre as plantações de café que tem à beira do rio Doce], eu fui afetado aqui no meu comércio”.

A chegada do rejeito também levou à supressão de espaços relacionado à pesca no rio Doce, importante prática cultural dos moradores do município. Havia uma frequente visitação de pessoas da região e de Minas Gerais, que se situa próximo ao território, para acampamentos e pesca especificamente no rio Doce. Apesar de saber que os peixes estão no rio, há uma desconfiança da população em relação à contaminação o que implicou uma diminuição da pesca, comercialização e consumo de pescado na região. O interlocutor 11310 afirma que o peixe oferecido em seu restaurante não é comprado na região, tampouco pescado no rio Doce, “Se eu souber que é do rio eu não compro”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como pouco grave, estando relacionada aos transtornos causados pela diminuição de água da lagoa e pelo tráfego de caminhões-pipa, que acarretaram a redução do público que frequentava a lagoa em busca de lazer e sociabilidade. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 30% do espaço foi alterado. Esse dano tende a reduzir, pois a lagoa não será mais utilizada para a obtenção de água. Por fim, considera-se que esse dano é reversível, desde que a lagoa deixe de ser utilizada para o abastecimento de água e eventuais danos decorrentes sejam recuperados.

5.4.2 COMPLEXO LACUSTRE DE LINHARES

O Complexo Lacustre de Linhares é formado por um conjunto de 69 lagoas localizadas por todo o território do município, de acordo com informações da prefeitura municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES, 2019). Algumas delas, como a Lagoa Juparanã, possuem conexão com o rio Doce por meio de canais e afluentes. As margens das lagoas, assim como seus próprios corpos d’água, são espaços usados pelos moradores dos distritos de Linhares e região para atividades de lazer e descanso, encontros comunitários, práticas de esportes aquáticos, irrigação de plantações, pesca, rituais religiosos, dentre outras práticas culturais. Suas beiras também estão associadas a lugares de memória para uma parcela da população, cujos modos de vida e condições de subsistência são indissociáveis de corpos hídricos.

Em diversos trechos das lagoas existe a formação de “praias” de água doce com diferentes conformações e adequadas para os banhos. Algumas lagoas de Linhares possuem estabelecimentos comerciais, bares e restaurantes, chamados localmente de “cabanas”, geralmente instalados em propriedades particulares que dão acesso às lagoas. Em alguns casos, essas propriedades também possuem estruturas de balneários, mesas e espaços para atracamento de embarcações, podendo ou

não cobrar um valor de entrada aos espaços. Esse é o caso da “Cabana do Serafim”, na Lagoa Nova e, na lagoa Juparanã, da “Cabana do Minotauro”, na praia do Minotauro e da “Cabana Juparanã”, na praia das Três Pontas. De acordo com o interlocutor 11334, as praias e lagoas de Linhares são lugares tradicionais de lazer para os moradores da região, frequentados durante as épocas mais quentes do ano, de agosto a fevereiro. Nessas épocas, segundo ele, a Lagoa Nova “lota como uma praia”. Os visitantes vêm dos bairros de Linhares e de outros municípios, como Colatina, Baixo Guandu e Governador Valadares.

A Lagoa Juparanã é a maior do complexo lacustre, abrangendo áreas que extrapolam o município de Linhares, como localidades de Sooretama e Rio Bananal. Em Linhares, a Lagoa faz limites com bairros da sede, como Aeroporto, Nova Betânia, Canivete e localidades dos distritos de Farias, São Rafael e Guaxe. A lagoa é conhecida por sua extensão e por abrigar diversos pontos de lazer, como balneários, estruturas de restaurantes e áreas de *camping*. A Lagoa Juparanã é abastecida pelo Rio São José e deságua no Rio Doce por meio do Rio Pequeno onde, atualmente, há uma barragem controlando os fluxos de água entre a lagoa e o Rio Doce. A família interlocutor 11315, citou os nomes de algumas praias da Lagoa Juparanã: Três Pontas (Figura 138), Praia da Sereia, Balaio, Praia do Caju, Lençol Grande, Lençol Pequeno, Canto do Lope. São importantes espaços de lazer e sociabilidade dos moradores de Linhares, porém, há cerca de 20 anos, ocorre um processo de especulação dos terrenos ao redor da lagoa que levou ao fechamento dos acessos públicos às praias para a construção de loteamentos e condomínios.

As lagoas, assim como o rio Doce, eram lugares de trabalho cotidiano dos pescadores de Linhares. Com uma alimentação tipicamente baseada em peixes, a prática do ofício colaborava para a manutenção desse costume dos moradores da localidade. Segundo o interlocutor 11317, os “melhores peixes” consumidos em Linhares são provenientes da lagoa Juparanã, da lagoa Nova e do Rio Doce, por serem peixes “limpos e de qualidade”, sendo a carapeba, o robalo e o cascudo os melhores tipos. O interlocutor 11333, disse que a principal lagoa para a prática da atividade é a Lagoa Juparanã, mas citou outras lagoas utilizadas por ele: Lagoa das Palminhas, Lagoa do Limão e Lagoa dos Amarelos. Apesar de ser a atividade econômica principal da família do interlocutor 11316, a pesca e a relação com a lagoa Juparanã e com o rio Doce iam além da dimensão do trabalho. Nos momentos de lazer, a família ia para a lagoa nadar, encontrar os conhecidos, acampar, fazer churrasco ou apenas “tomar uma cerveja”.

As lagoas de Linhares também são utilizadas para a irrigação, como é o caso dos moradores do Assentamento Sezínio Fernandes, próximos da Lagoa Terra Alta (Figura 139). No caso do assentamento, o uso da água da lagoa promove a continuidade de práticas de agroecologia, visando a segurança alimentar e a manutenção dos modos de vida associados ao cultivo da terra.

As lagoas próximas das localidades de Degredo e da Aldeia Areal são lugares considerados tradicionais pelos membros de suas comunidades, por sua importância histórica e afetiva relacionada à manutenção de suas condições de subsistência e às práticas culturais associadas aos espaços das lagoas e suas margens¹⁷.

17 As informações relacionadas às populações tradicionais e o Complexo Lacustre de Linhares serão abordadas nas descrições dos bens: Aldeia Areal e Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Degredo.

O Balneário de Povoação, no litoral do município, é formado por um conjunto de espaços que inclui uma das lagoas que fazem parte do Complexo Lacustre de Linhares, que é bastante utilizado por turistas para o banho e o lazer associado à utilização da praia¹⁸.

Figura 138 – Embarcações de pescadores atracadas na praia das Três Pontas, na Lagoa Juparanã. Registro em 10/11/2018. Sede, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 139 – Lagoa Terra Alta, desde a rua de acesso aos lotes familiares. Registro em 02/11/2018. Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

18 As informações relacionadas ao Balneário de Povoação e o Complexo Lacustre de Linhares serão abordadas na descrição do bem Balneário de Povoação.

5.4.2.1 Análise de danos ao Complexo Lacustre de Linhares

A análise indicou que o Complexo Lacustre de Linhares, formado por 69 lagoas – destacando-se a Lagoa Juparanã, e considerado como patrimônio imaterial na categoria lugar, sofreu 2 danos: alteração de práticas culturais e de espaços relacionados a práticas culturais, apresentados a seguir.

5.4.2.1.1 Alteração de práticas culturais

A pesca, prática tradicional para parte da população do município de Linhares, foi prejudicada pela construção da barragem para impedir o rejeito de alcançar a lagoa Juparanã, o que alterou seus regimes de cheia e vazante, a configuração morfológica de suas águas.

De acordo com o interlocutor 11317, “Com a construção da barragem, os peixes foram impedidos de subir do Rio São José para a Lagoa Juparanã e não desovam mais “na boca da lagoa”, o que diminuiu as espécies e a quantidade de peixe disponível. O interlocutor disse que se antes da barragem chegava a pescar 70 Kg por semana, hoje “pode pescar a semana toda, mas não pega 5 Kg de peixe. As únicas espécies encontradas atualmente são a piranha e o curumatã. Não tem mais tainha e robalo.” O interlocutor 11315 também explica esse processo: “Antes de fechar, quando vinha a enchente, o rio Doce ia jogando aquela água amarela para a lagoa. O peixe vem desovar e subia, tinha até peixe grande, robalo de 15 kg e até peixe perigoso, até cação eu já vi. Agora sumiu tudo. Agora com a fechadura ali, não entra esse peixe.” Agora, a lagoa estaria apenas com os peixes “da criação da natureza dela”, de acordo com o interlocutor, como a piranha e a curumatã. O interlocutor ainda explicou como a mudança no regime das águas impossibilita algumas técnicas tradicionais de pesca: “Depois que fechou, acabou tudo isso, porque tapou tudo. Primeiro secou toda a lagoa, antes da barragem. Veio o problema de lá e ela secou. Dai nasceu mato, espinho, cipó. Depois que fechou a barragem a água veio e tapou tudo. Isso prejudicou a pesca, porque não dá para amarrar a rede em lugar raso, onde ficam várias espécies de peixe e onde eles se alimentam à noite”. O interlocutor 11333 dá mais detalhes sobre o regime de cheias e vazantes esperado e o que ele tem observado: “durante os meses de novembro a dezembro, é o período chuvoso, que a gente chama de enchente, o volume de água da lagoa sobe bastante, cerca de 3 a 4 metros, vem até aqui em cima. Porque o volume do rio Doce é maior que o volume do rio São José e enche quase toda a lagoa. Mas a partir de março ela começa a esvaziar, até junho, quando ela volta para o nível mais baixo. Mas com a represa lá embaixo, a lagoa encheu e não voltou mais. Mesmo agora que eles abriram (a barragem), ela esvaziou um pouco, mas longe de voltar a como era antes. A gente percebe que ela não vai voltar a ser como era antes, talvez só a partir de março do ano que vem”.

A pesca também foi interrompida pela rejeição sofrida pelo pescado local, já que a lagoa Juparanã é entendida como “contaminada”, pela proximidade com o rio Doce e o receio de consumo do peixe que pode ter entrado em contato com o rejeito e adquirido um potencial de toxicidade. O interlocutor 11333 explicou a dificuldade de aceitação do peixe: “se souberem que é de lagoa contaminada, você não consegue vender o peixe”. Para o interlocutor, por mais que a lagoa de Juparanã não tenha sido contaminada, a barragem construída para bloquear os rejeitos impossibilitou a entrada de peixes como o “robalo, tainha, carapeba. Esses peixes, de enchente, você não consegue mais pegar como antigamente”. Assim, o recurso pesqueiro da Juparanã teria diminuído “90%, além de serem estes os peixes de maior valor comercial. A gente foi atingido em cheio, a pesca na Juparanã quase não existe mais. Se você fizer uma enquete com os pescadores do distrito, todos vão te dizer isso, que a pesca acabou”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como grave, estando relacionada à drástica diminuição da pesca em Linhares, devido a alteração da Lagoa de Juparanã e à rejeição do pescado advindos das lagoas da região, que poderia ter sido afetado pela proximidade do rio Doce. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 80% da prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas e o regime de cheia e vazante da lagoa tendem a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é reversível desde que o complexo lacustre deixe de ser afetado pelas ações reparatórias e que ações de comunicação satisfatórias sejam implantadas com o intuito de reverter o medo da população consumir o pescado local.

5.4.2.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Após o desastre, a lagoa Juparanã sofreu uma mudança em seu regime de cheia e vazante, causando cheias mais intensas e o alagamento de trechos das margens antes utilizados pelos moradores locais e visitantes. Essa alteração nos regimes foi causada pela construção de uma barragem no rio Pequeno, em função da necessidade de isolamento da Lagoa e da possibilidade de receber parte dos rejeitos transportados pelo rio Doce por ocasião do desastre. Com isso, espaços relacionados a práticas culturais, esportivas e que conformavam modos de vida das populações residentes foram suprimidos e deixaram de ser utilizados.

No balneário de Três Pontas, na lagoa Juparanã, vários elementos do “mobiliário” como mesas e cadeiras se encontram submersos e danificados. A própria praia ocupava uma faixa bem estreita de areia, já mesclada com uma paisagem com mais árvores. A expectativa para os próximos meses era de uma cheia ainda maior que afastasse os frequentadores da praia.

A lagoa Nova teve uma redução na quantidade de visitantes cuja causa atribuída foi o medo do potencial de contaminação da água, já que ela teria recebido os rejeitos via um rio que a conecta ao rio Doce. A lagoa enfrentava um problema de seca por questões climáticas e o desastre de 2015 foi entendido pelo interlocutor 11334 como “um elemento a mais” que desestimulou o uso da lagoa pela população. Segundo o interlocutor, em outubro de 2017 a aparência e o nível da lagoa “começou a melhorar” e em 2018 a visitação voltou ao que ele considera ser “normal”. Já no Assentamento Sezínio, existem suspeitas, por parte dos moradores, de que a água contaminada pelos rejeitos de minério tenha acessado a lagoa Terra Alta por meio de um canal que a conecta com o rio Doce. O interlocutor 11311 contou que, durante o período de cheias do rio Doce, suas águas invadem os ambientes das lagoas. A lagoa Terra Alta é utilizada para irrigação, consumo doméstico, pesca amadora e banho. O interlocutor relatou que os moradores passaram a ter receio de utilizar a água para esses fins, e de estar colocando sua saúde em risco.

Sobre a lagoa da Viúva, foi relatada a percepção de uma diminuição da visitação após o desastre, que teria sido motivada pelo medo de consumir as porções de peixe ofertadas pelo restaurante local, sob a desconfiança de que ele teria sido pescado no Rio Doce. Para o interlocutor 11320, a diminuição dos turistas em Povoação e o receio de se alimentar do peixe, teria contribuído para uma queda dos usos da lagoa.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como grave, estando relacionada às mudanças provocadas pela mudança de regimes de cheia e vazantes da Lagoa Juparanã. Ademais, para essa e outras lagoas da região registrou-se a diminuição da frequência dos espaços, devido ao receio de contaminação das águas pela proximidade do rio Doce. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 80% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas e o regime de cheia e vazante da lagoa tendem a melhorar ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é reversível desde que o complexo lacustre deixe de ser afetado pelas ações reparatórias e que ações de comunicação satisfatórias sejam implantadas com o intuito de reverter o medo da população frequentar as lagoas.

5.4.3 BALNEÁRIO DE BARRA SECA E URUSSUQUARA

O Balneário de Barra Seca e Urussuquara é composto pelas praias das duas vilas e pelos rios Ipiranga e Barra Seca. Se as praias eram o grande atrativo turístico da localidade – sendo a de Barra Seca, inclusive, a única praia naturista do Estado do Espírito Santo (Figura 140) –, os rios também eram muito utilizados, tanto por nativos quanto por visitantes, fosse para práticas de lazer ou para a pesca.

Por se localizar entre rios e mar, a localidade se tornava propícia ao ofício da pesca, uma vez que ali ocorria a desova de espécies marítimas nas águas dos rios. Lá era realizada uma modalidade de pescaria chamada de “maré de barranco”, que consiste em colocar a rede nos rios no período de maré baixa para os peixes nela se prendam durante a alta das águas marítimas. De fato, a pesca era uma atividade generalizada na região, sendo, junto do turismo, a principal atividade para a economia local.

O turismo, por sua vez, movimentava a economia pesqueira – uma vez que os visitantes consumiam o pescado de lá –, e alimentava o comércio e os serviços da região, além da pequena rede de pousadas ali instaladas.

Figura 140 – Placa da “Praia Naturista Barra Seca” e vista do porto para travessia de visitantes. Diminuição do número de frequentadores, devido ao medo da contaminação da água. Registro em 07/11/2018. Barra Seca, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.4.3.1 Análise de danos ao Balneário de Barra Seca e Urussuquara

A análise do balneário, formado pelas praias de Barra Seca e Urussuquara e pelos rios Ipiranga e Barra Seca, e considerado como patrimônio imaterial na categoria lugar, sofreu 2 danos: alteração de práticas culturais e de espaços relacionados a práticas culturais, apresentados a seguir.

5.4.3.1.1 Alteração de práticas culturais

Barra Seca e Urussuquara foram atingidas pelos rejeitos cerca de dois meses após o rompimento da barragem de Fundão. Os moradores das duas vilas relatam o quanto ficaram impressionados com a quantidade de seres aquáticos mortos, tanto no mar, quanto nos rios (que foram invadidos pelos rejeitos com a alta das marés). Como afirma o interlocutor 11323: “acabou aqui, o siri, até hoje. Chegava aqui no leito [do rio Barra Seca] e fazia dó, do tanto de siri, peixe morto”.

A pesca era uma das atividades predominantes entre os moradores da localidade. Havia até um bairro, em Urussuquara, chamado Vila dos pescadores. Os pescadores aprendiam o ofício em família e viviam dessa prática vendendo peixes para moradores locais e para turistas. Os principais peixes a serem pescados na região eram tilápia, tainha, robalo, carapeba, bagre e traíra, e a prática se dava tanto no mar quanto no rio, havendo modos diferentes de pescar em cada ambiente. O interlocutor 11323, por exemplo, alugava barco para pescar no mar e utilizava seu próprio bote para pescar no rio. Ele e sua esposa viviam da atividade, pescando peixes e siris e vendendo em sua própria barraca, localizada em Barra Seca.

Com a chegada dos rejeitos houve redução considerável de peixes nos mares e, principalmente, nos rios. Mesmo que alguém se arrisque a entrar na água para pescar, tornou-se muito difícil comercializar a mercadoria, uma vez que não há quem deseje consumir o produto.

De acordo com o interlocutor 11322, muitos pescadores não recebem a o auxílio da Fundação Renova, o que os obriga a trabalhar em outras áreas, principalmente na faxina de casas daqueles que têm propriedades de veraneio no local. No entanto, a renda desses trabalhos não se iguala à da pesca, o que fez deteriorar a situação econômica de muitas famílias.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à drástica diminuição da pesca, devido à redução do pescado disponível e do medo das pessoas consumirem o produto. Ademais, as narrativas indicaram que muitos pescadores não recebem auxílios da Fundação Renova. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% da prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a qualidade do pescado poderá ser recuperada ao longo do tempo, mas a qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.3.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Com a chegada dos rejeitos à Barra Seca e Urussuquara houve grande queda no número de turistas a visitar a localidade, fazendo com que o uso das praias e dos rios fosse substancialmente alterado. O interlocutor 11325, relata que o verão após o desastre “foi uma catástrofe”, e que foi “a fofoca que matou a gente”, referindo-se aos rumores que surgiram de que agora aquele local seria impróprio para banho. Mesmo que agora, lentamente, Barra Seca e Urussuquara estejam voltando a receber visitantes, segundo o interlocutor o perfil dos turistas se alterou: se antes estes buscavam, em sua maioria, um local para a realização da pesca esportiva, agora somente vão à localidade aqueles que buscam o mar para práticas de lazer.

O interlocutor 11326, também reparou nessa mudança de perfil do turista local. Segundo ele, muitos visitantes hoje vão à praia somente para tomar sol (sem entrar na água). Ele percebe também que os turistas não mais consomem o peixe local, alimentando-se de carne. “Então, se o cara não come peixe, o pescador não vende”, afirma.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como grave, estando relacionada à diminuição de atividades turísticas no balneário devido ao medo de contaminação das águas, associado também à redução do consumo de pescado. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 80% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.4 BALNEÁRIO DO PONTAL DO IPIRANGA

O Balneário do Pontal do Ipiranga é formado pelos espaços de banho, pesca, esporte e fruição nas águas do distrito de Pontal do Ipiranga. Ele consiste em uma praia marítima com 25 km de costa e a área de foz do rio Ipiranga. Esse é um lugar de referência para moradores das localidades no entorno do Pontal do Ipiranga e em toda a região como um dos quatro principais balneários do município. Localmente, para os moradores de Pontal do Ipiranga, o balneário era utilizado como local de convívio, lazer, para a prática do surfe e da pesca.

Segundo o interlocutor 11331, “o Pontal do Ipiranga é considerado, aqui na área norte do Espírito Santo, a segunda praia mais frequentada no verão, perdendo somente para Guriri que já é mais pro norte [em São Mateus-ES]. Só que Guriri tem o problema de por vezes a água do rio próximo salgar por causa da maré, então a Praia do Pontal do Ipiranga era uma opção para os turistas porque tinha água boa!”. Essa relevância regional está associada às festas e celebrações que ocorrem na localidade, tendo o balneário como principal lugar. As festas de reveillon e o carnaval, por exemplo, chegam a atrair mais de 60.000 pessoas à região.

Na parte marítima do balneário, o surfe era a principal atividade esportiva, praticada por visitantes e por cerca de 12 moradores locais. De acordo com o interlocutor 11329, a maioria é formada por filhos de pescadores que “cresceram dentro d’água” acompanhando seus pais em suas atividades e por aqueles que começaram a surfar por ser essa atividade a única alternativa de lazer no distrito. É uma atividade cotidiana e rotineira, sendo praticada todos os dias, nos períodos da manhã ou no fim de tarde, dependendo das condições da maré.

Enquanto o mar era mais utilizado por visitantes de fora, os moradores locais tinham o rio Ipiranga como lugar de referência para a pesca e o nado. Ao se referir ao Rio Ipiranga, o interlocutor 11330 afirma que os moradores costumam chamá-lo de “riozinho” e que ele consistia em um lugar tradicional para os moradores. O interlocutor 11327, que fazia uso recorrente do rio Ipiranga, conta que “meus filhos foram tudo nascido e criado aqui. A gente saía pra pescar e pegava era saco de peixe que nós trazia no pau, nem aguentava carregar aquilo direito”.

A prática da pesca era realizada em múltiplas modalidades, com a utilização de linha e anzol na beira da praia, redes de arrasto, barcos motorizados para pesca no mar. Essa prática consiste em uma atividade econômica e em um modo de vida específico, cuja importância afetiva e cultural é citada por seus praticantes. O interlocutor 11331, conta se lembrar “das várias vezes que meu marido ia pro mar com os companheiros dele pescar e traziam muito peixe! Teve uma vez que trouxeram três carrinhos de mão de Roncador e saíram distribuindo pras pessoas pela vizinhança toda! Eu sempre penso nas lembranças da Bíblia que diz que uma pescaria farta sempre gera a alegria! Eu lembro de um dia que uma mulher pescou uma arraia enorme, pintadinha, e foi a maior alegria pra todo mundo que estava lá. Ela pegou de linha! Foi um monte de gente lá na beira ver. Então, isso quer dizer que a pesca é motivo de alegria, de festa, é bíblico!”. A pesca era praticada no mar, no rio Ipiranga e nas lagoas próximas da região, sendo que a pesca marítima era predominantemente masculina, enquanto a no rio Ipiranga era realizada por pescadores e pescadoras.

5.4.4.1 Análise de danos ao Balneário do Pontal do Ipiranga

A análise do balneário, formado pela costa marítima e pela foz do rio Ipiranga, e considerado como patrimônio imaterial na categoria lugar, sofreu 2 danos: alteração de práticas culturais e de espaços relacionados a práticas culturais, apresentados a seguir.

5.4.4.1.1 Alteração de práticas culturais

A deposição de rejeito, a alteração do aspecto da água e o receio do potencial de toxicidade fizeram com que a prática da pesca fosse bastante reduzida. A memória dos primeiros momentos do desastre e a alteração na distribuição de peixes e animais que vivem nas beiras e no litoral foram outros motivos elencados para a interrupção da pesca. Segundo o interlocutor 11331, “lá [no rio Ipiranga] não tem mais peixe. Quando a lama chegou aqui a maré jogou tudo pra dentro do rio, teve uma mortandade de peixe enorme ali no rio Ipiranga. Ele corta toda a região aqui, ele passa em Degredo, Barra Seca e aqui, Povoação também, é o mesmo corpo de água que foi atingido. A gente aqui ficou cercado de problema, ilhado de problema!”.

O interlocutor 11329 conta que seu pai, pescador, teve reações alérgicas depois que caiu no mar pouco tempo após o desastre. Ele também relatou que pescou peixes “doentes” e que baleias e tartarugas marinhas habitantes da faixa litorânea próxima ao distrito também foram encontradas adoecidas.

Segundo o interlocutor 11331, os pescadores foram os principais prejudicados pelo desastre, assim como os comerciantes locais: “A pesca caiu muito pela falta de credibilidade no pescado, as pessoas não compram o peixe quando vem de fora pra cá ou os clientes de outros lugares que vinham se abastecer de peixe aqui. Só compra mesmo o peixe as pessoas que moram aqui no Pontal, porque joga na sorte, porque às vezes não tem condições de comprar outra coisa, mas compram com medo de estar contaminado”.

O interlocutor 11331 afirma que essa “desconfiança” e “medo” em relação aos peixes trouxeram diversas consequências aos pescadores locais, dentre elas a desvalorização afetiva do ofício da pesca e da própria identidade do pescador: “A gente fica muito triste com o que está acontecendo, tudo por causa de ganância de uma empresa. A gente tem pescadores que estão se envolvendo com drogas, porque acabou o modo de vida deles! Aquilo de acordar cedo e ir pescar, viver essa alegria. Tem muitos entregues ao alcoolismo, porque tirou um pedaço deles. Esses dias mesmo eu ouvi de um deles ‘eu vou pescar pra quê? Vou vender pra quem? Ninguém acredita no meu peixe! Eu mesmo não sei se o meu peixe está bom ou não, se está saudável ou não’. Então os maiores problemas dos pescadores são a falta do peixe na praia que sumiram, e a gente não sabe pra onde eles foram, os peixes que mais pescava no dia a dia que era pescadinha, corvina, roncadador que é peixe de todo dia, de pesca certa, não se vê mais, não acha mais”.

O interlocutor 11329, filho de pescador, aprendeu o ofício com seu pai e afirma estar preocupado com a questão da transmissão dos saberes relacionados à pesca para as gerações mais novas após o desastre: “a pesca é um dos trabalhos mais bonitos e antigos do mundo. Eu vou querer ensinar ao meu filho”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à drástica diminuição da pesca, devido à redução do pescado disponível e do medo das pessoas consumirem o produto. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% da prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a qualidade do pescado poderá ser recuperada ao longo do tempo, mas a qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.4.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

O Balneário de Pontal do Ipiranga, após o desastre, viu a supressão de espaços relacionados às práticas culturais que ocorriam lá. Com a chegada dos rejeitos de mineração à foz do rio Doce, os rejeitos passaram a dispersar-se no mar sendo transportados pelo vento e pela maré até a praia de Pontal do Ipiranga. Segundo o interlocutor 11331, os acessos para a praia de Pontal do Ipiranga teriam sido fechados por cerca de 24h após a chegada dos rejeitos ao local, e a notícia da “contaminação” da água e da praia teria corrido entre os moradores e também na região afastando os turistas e visitantes esperados à época, o que causou prejuízos aos comerciantes locais e a toda a cadeia de serviços relacionados.

Foi notada a mudança da coloração da água e a presença de material avermelhado dissolvido que teria se depositado na faixa de areia da praia. Os interlocutores 11328, 11329 e 11330 narram que inicialmente houve muito medo e desconhecimento em relação à água. O interlocutor 11330 afirma que “A impressão que a gente tinha, baseado no que a imprensa falava, era que se você colocasse o pé na água, ficaria sem pé. Então ninguém ousava entrar. Imaginávamos que era o fim do mundo”.

O interlocutor 11329, relata que, quando questionado pelos turistas sobre a possibilidade de banho no mar, diz que não pode impedir que ninguém entre na água, mas alerta para o fato de que não existem laudos que atestem sua qualidade. No verão, segundo ele, as pessoas têm ignorado o problema e entrado no mar. Porém, no cotidiano da comunidade existem algumas famílias que tentam impedir o acesso das crianças aos banhos, com pouco sucesso, pois as opções de lazer no lugar são limitadas. Com base em suas próprias observações, o interlocutor afirma que é possível perceber mudanças na paisagem que ele e outros moradores associam à presença dos rejeitos: “em épocas de vento Sul, a água fica bem barrenta, com uma faixa amarela”. Em relação à prática do surfe, o interlocutor 11329 conta que “o nível de lama diminuiu um pouco, mas ainda não está normal” em Pontal do Ipiranga, e que é possível perceber a presença dos rejeitos a partir da observação da aparência da água e da coloração da prancha após o uso no mar, “a parafina amarela rápido e fica uns resíduos no corpo”. Segundo o interlocutor, mesmo com a realização de campeonatos de surfe locais e com a prática cotidiana dos adultos, o desastre contribuiu para o afastamento das crianças e adolescentes da prática do surfe, pois os pais têm receio de que a água do mar possa ser prejudicial à saúde dos filhos. Esse fato limitaria a transmissão dos conhecimentos para as novas gerações e reduziria as opções de lazer “dos mais novos”. Antes do desastre, havia o interesse da Associação de Surfe de Linhares em implantar uma “escolinha de surfe” na comunidade, o que não foi concretizado até o momento.

O interlocutor 11332 relata que, após o desastre, pensou em ir embora do local, mas resolveu ficar: “Prejudicou geral, quem trabalhava com pescado, caranguejo, quem tinha cabana na praia, trabalhava com jardinagem, na construção civil, diminuiu muito”. De acordo com seu relato, mesmo

passado três anos do desastre, o movimento ainda não voltou a ser como era antes. “Por exemplo, eu faço um cálculo assim: a cada três mil pessoas que vinham, agora só vem quinhentas”. Segundo ele, o carnaval, um evento tradicional do distrito, também foi prejudicado com a diminuição do número de visitantes. Outro evento impactado com a diminuição de frequentadores, citado pelo interlocutor 11332, é o Forró Pontal, que acontece anualmente durante um fim de semana no mês de julho. “Caiu bastante, o pessoal fica com medo de tomar banho no mar, desconfia da água, essa lama fez um arraso com o povo daqui”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como grave, estando relacionada à diminuição de atividades turísticas no balneário devido ao medo de contaminação das águas, associado também à redução do consumo de pescado. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 80% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.5 ALDEIA AREAL

A aldeia Areal está localizada no município de Linhares-ES, próximo à margem direita do rio Doce. A relação entre os moradores desta localidade é antiga e parte deles é ligada por laços de parentesco que remetem à família dos fundadores da aldeia no ano de 1913. Existem laços de parentesco entre os moradores de Areal e os indígenas Tupinikim da T.I. Comboios e T.I. Caieiras-Velhas, principalmente das aldeias Comboios, Caieiras Velhas, Pau Brasil e Irajá, bem como com moradores de Vila do Riacho (Aracruz-ES) e Degredo (Linhares-ES). O interlocutor 11347, descreve a relação com estas aldeias: “A gente já se conhece há muito tempo, somos cunhados e primos ao mesmo tempo, é tudo parente. (...) Os de lá casa com os daqui, e os daqui casa com os de lá, assim que é o negócio, aí fica tudo próximo”. O conjunto destas localidades revela um circuito por suas relações históricas ao longo da trajetória de vida de seus moradores na planície costeira do rio Doce.

Os moradores, que há cerca de seis anos buscam o reconhecimento oficial da identidade étnica indígena da aldeia Areal, se autodenominam Botocudos e reconhecem sua ligação histórica, genealógica e identitária com a população indígena que habita o vale da foz do rio Doce. Uma vasta área que circunda a aldeia - composta de diversas lagoas e porções de mata (hoje derrubadas) em que se praticava a caça, coleta, pesca, morada e cultivo de roças (especialmente de mandioca, mas também de abóbora e feijão, entre outros) - é reconhecida pelos moradores de Areal enquanto seu território tradicional de habitação e perambulação, porém o acesso a ela atualmente lhes é negado. O interlocutor 11348 descreve a “luta” pelo reconhecimento da identidade indígena da aldeia Areal: “Areal foi fundado por um grupo familiar há mais de 150 anos. Nossa família tem a ascendência Botocudo, e a gente está trabalhando para ter cada vez mais a visibilidade da nossa cultura aqui, da nossa identidade, para que a gente possa estar resgatando a nossa etnia. Nossa família está espalhada aqui pelo município de Aracruz, alguns deles estão legalmente respaldados na T.I Comboios, e temos parentes também nas aldeias Caieiras Velhas, Irajá e Pau Brasil. (...) A gente não tinha dúvida da nossa origem genealógica, de que somos Botocudos. Descobrimos aqui também sítios arqueológicos que a gente conhecia aqui com cerâmica. Só que os empresários daqui

não gostam disso porque eles sabem que estamos lutando pelo nosso reconhecimento, então a gente mantém isso em segredo, evitamos passar essas informações pra eles não descobrirem onde é e irem lá destruir os sítios. (...) Temos toda uma história aqui nesse lugar que a gente está tentando resgatar, e revitalizamos ela pra escrever um documento pra gente poder correr atrás dos nossos direitos, desde o reconhecimento identitário até o territorial. Porque é fato, as memórias das pessoas daqui são a prova mais viva que tem. Nosso objetivo principal é ter o nosso reconhecimento territorial. A gente quer ter mais força pra mudar a nossa realidade. Nós somos muito humildes aqui, o que tem de riqueza está nas pessoas, na memória das pessoas e na nossa cultura”.

O rio Doce tem relevância histórica e afetiva para os moradores, pois eram realizadas práticas de pesca, navegação e banho nos seus espaços de formação de praias de areia nas épocas de estiagem. Ademais, áreas de mata próximas às suas margens também eram tradicionais locais de práticas de cultivo e coleta dos habitantes da aldeia Areal. Morobá, tucunaré, traira (corró), acará e o cação eram algumas das espécies de peixe disponíveis encontradas nas práticas usuais de pesca nas lagoas e no rio Doce. A relação dos indígenas com o rio envolvia dois pontos principais. O primeiro diz respeito às áreas alagadas próximas à aldeia, como as lagoas, utilizadas para a pesca e para o banho recreativo. O espaço das práticas chamadas de “cabruças” (técnica de cultivo na margem do rio), o segundo ponto a ser destacado, abrange as áreas alagadiças das margens do rio Doce e das lagoas, onde o cultivo de cacau foi implantado, mas que também eram utilizadas para o plantio de outras variedades. Tal espaço era também acessado pelos indígenas em busca de outros recursos disponíveis, como plantas medicinais, palhas e lenha.

Um traço relevante do terreno da aldeia Areal é a lagoa do Areal, com cerca de 500 m², que era utilizada pelos moradores da aldeia para a pesca e banho. Havia uma histórica e tradicional relação com as lagoas próximas à aldeia, com o rio Doce e suas áreas alagáveis. As lagoas e as áreas de mata que as cercavam eram tradicionalmente utilizadas para a pesca e a caça, estabelecimento de moradias, acesso à água para o consumo e atividades de higiene, assim como para práticas e vivências de lazer. Cerca de onze lagoas - Areal, Boa Vista, São João, Redonda, do Meio, Encantada, Piabanha, Parda, Cacimba, Dourada e Sete Lagoas - estão presentes no território indígena reivindicado pelos moradores. Mesmo antes do estabelecimento na localidade em torno de 1913, a população local desenvolvia, com todas elas, práticas e relações afetivas associadas à sua cultura e história.

Contudo, várias das lagoas mencionadas já não eram de uso corrente por parte dos indígenas no período anterior ao desastre. A população indígena da aldeia Areal vem passando, desde a década de 1940, por um processo paulatino de expropriação territorial que envolve diferentes agentes externos, o que levou à “privatização” de seu território e à degradação ambiental. Deste modo, há, atualmente, apenas o usufruto livre da Lagoa Areal e o uso esporádico de outras, que dependiam da “boa vontade” dos proprietários de seus terrenos circundantes. O mesmo acontecia com o rio Doce e suas margens, cujos usos da população da aldeia Areal também eram mediados pela relação com o proprietário do terreno para o seu acesso. Antigamente, segundo o interlocutor 11347, quando ainda podiam fazer uso de terrenos hoje ocupados por pastos, havia plantios de mandioca e a produção de farinha e beiju em casas de farinha na localidade. O interlocutor conta que as roças de mandioca se localizavam ao redor

de lagoa e que a produção fazia parte de circuitos de troca entre parentes e conhecidos, nos quais o robalo pescado no rio Doce, por exemplo, era um dos itens colocados em circulação.

Vale destacar, ainda, o conjunto de narrativas sobre seres que habitavam as lagoas e as matas do território, especialmente os “caboclinhos d’água” presentes nas lagoas da região. Entidades que se mostravam aos moradores como crianças de pele preta que brincavam e nadavam nas lagoas próximas à aldeia, chamando a atenção dos pescadores e das lavadeiras que frequentavam estes espaços com barulhos e risadas. Todavia, as narrativas sobre o contato com essas entidades teriam diminuído com o passar do tempo, devido ao processo de degradação das lagoas. O desaparecimento dos caboclos d’água, por exemplo, que eram avistados, segundo o interlocutor, na Lagoa do Areal, a mais próxima da aldeia em sua atual configuração, estaria relacionado às atividades da Petrobrás de prospecção de petróleo, que os teria afugentado do local.

A população local reúne católicos, evangélicos, espíritas e umbandistas. A aldeia conta com duas igrejas da Assembleia de Deus construídas depois de 2015. Além das comemorações de São João, Natal e Ano Novo, a principal festividade é a Festa de Nossa Senhora, realizada no mês de outubro e celebrada há mais de 80 anos. Os moradores da aldeia Areal têm a tradição de circular entre a Vila de Regência e de Povoação para participar de festividades. Em Regência, costumam ir à Festa do Caboclo Bernardo, Festa de Santa Catarina e Festa do Pescador; em Povoação, localizada na margem oposta do rio Doce, participam da Festa do Robalo e tem seu deslocamento realizado por botes motorizados particulares.

Na Figura 141 a seguir ilustra dizeres em muro da escola da aldeia.

Figura 141 – “Somos guardiões das sementes nativas. Água viva: Vida viva”, dizeres pintados na escola da aldeia Areal. Registro em 15/11/2018. Aldeia Areal, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.4.5.1 Análise de danos à Aldeia Areal

A Aldeia do Areal, que se autodenomina indígena do povo Botocudo, e que guarda relações com as comunidades indígenas Tupiniquim do Espírito Santo, sofreu 2 danos, a saber: alteração dos espaços relacionados a práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

5.4.5.1.1 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Os rejeitos de mineração que chegaram a Areal, na região da foz do rio Doce, provocaram transformações do aspecto da água do rio e causaram a mortandade de peixes e outras espécies de animais, o que levou à supressão de espaços associados às comunidades tradicionais de Areal, que buscam reconhecimento oficial de sua identidade étnica indígena.

Os moradores da aldeia Areal se autodenominam Botocudos e demandam, há cerca de seis anos, o reconhecimento oficial de sua identidade étnica indígena e reivindicam sua ligação histórica, genealógica e identitária com a população indígena que habita o vale da foz do rio Doce. De acordo com o interlocutor 11290, a aldeia indígena do Areal tem grande importância quando se trata do patrimônio cultural na foz do rio Doce, contudo foi invisibilizada nos últimos 70 anos em função das políticas energéticas e ambientais implementadas na foz do rio. A comunidade, segundo ele, tem agora o propósito de resgatar a memória daquilo que foi perdido ao longo do tempo em função destas políticas.

Alguns interlocutores compartilham a percepção de que a Samarco e a Fundação Renova não estariam dando a devida atenção às populações tradicionais e, por vezes, estariam inclusive tentando suprimir os direitos dos moradores da aldeia, como disse o interlocutor 11348: “a Renova estava agindo de má fé com uma senhora que mora ali embaixo. Ela é analfabeta aí eles vieram aqui pedindo pra ela assinar um documento pra ela abrir mão dos direitos indígenas dela, pra ela não entrar com processo indígena contra a Samarco. Aí a neta dela viu que tinha alguma coisa errada com o documento, aí ela chamou o nosso advogado e ele disse que aquilo era um absurdo. Nós levamos isso pra conhecimento do defensor público. O dano da Samarco aqui está junto com muitos outros, o rejeito só chegou aqui pra fuder mais ainda com a vida do povo”.

O interlocutor 11290, por sua vez, argumenta que há uma “negligência” nas ações da Samarco/ Renova com relação aos aspectos particulares às comunidades tradicionais. Segundo ele, existiria um “interesse da Samarco” em manter as populações tradicionais fora dos processos de mitigação dos danos causados pelo desastre, em particular a de Areal, que ainda não teve seu território tradicional reconhecido. No caso de Areal, devido à comunidade estar a pouco mais de 1000 metros da beira do rio, ela não teria sido considerada inicialmente como “impactados diretamente”, estando a cerca de 300 metros além daquilo que foi estabelecido como o “limite” para essa categorização. Segundo ele, somente no mês de julho de 2018 foi realizada uma reunião com o Ministério Público na qual a comunidade exigiu ser tratada dentro das políticas da Renova como “comunidade tradicional”.

De acordo com os interlocutores 11348 e 11290, os indígenas do Areal já viviam em uma situação de tensão e conflitos por conta da pressão territorial e da degradação ambiental, contudo a vulnerabilidade da população aumentou após o desastre. O interlocutor 11290 argumenta que os principais danos decorrentes do rompimento da barragem na aldeia estão relacionados à cabruca (técnica de

cultivo na margem do rio), áreas de agroflorestas, e às próprias áreas alagadas próximas à comunidade, onde se praticava a pesca e frequentadas por crianças e jovens. Em sua percepção as evidências de “contaminação” são claras e causam receio à população local provocando rupturas na relação afetiva da comunidade com esses espaços, em particular as lagoas, que eram espaços de recreação, lazer e sociabilidade. Desta forma as crianças da comunidade, principalmente, estariam afastadas destes espaços que são fundamentais do ponto de vista simbólico e de sua identidade indígena. O interlocutor 11290 também enfatizou que o modo de vida cotidiano dos moradores da comunidade também foi afetado, já que a mão de obra local era empregada nas fazendas de cacau próximas e estas teriam entrado em declínio produtivo por conta da chegada dos rejeitos. Ademais, na sua opinião, toda a prática da pesca e uso dos recursos naturais relacionados ao rio e seu entorno no território indígena foi impactado pelos rejeitos de mineração.

Assim, os rejeitos de mineração que chegaram a Areal, na região da foz do rio Doce, provocaram alterações na água do rio e causando a mortandade de peixes - observada também nas lagoas, em especial a Lagoa do Areal -, o que levou à supressão de espaços relacionados a diversas práticas culturais realizadas pela comunidade tradicional de Areal.

As cheias esporádicas do rio Doce, antes do desastre, favoreciam a reprodução dos peixes no rio e nas lagoas e a qualidade do solo para o plantio nas áreas inundáveis. Todavia, após o desastre, este processo teria passado a ser visto com apreensão, dada a percepção de que os rejeitos de mineração continuam a ser transportados pelas chuvas à montante do rio Doce, alcançando as lagoas, o rio Preto e áreas alagáveis do terreno da aldeia, depositando-se nas áreas de solo barroso próximo a suas margens e prejudicando o plantio nelas - em especial o do cacau. Moradores relatam terem notado, a partir de 2016, alterações no aspecto e no gosto da água dos poços artesianos e cisternas que abastecem as residências da aldeia, além de manchas e sinais de ferrugem nas caixas de armazenamento de água. Esses foram os motivos que levaram a população a não consumir a água dos poços artesianos, utilizando-a apenas para lavagem de roupas e banho. As áreas de solo barroso às margens do rio Doce também teriam sido afetadas após o depósito de rejeito de minério, provocando o adoecimento de árvores frutíferas e dificultando - a ponto de inviabilizar - a produtividade dos cacauzeiros. Prejuízos que se revelam tanto na esfera afetiva - uma vez que havia fortes vínculos com o território - mas também de ordem econômica, pois a principal fonte de renda de muitos moradores locais dependia do trabalho associado à atividade cacauzeira.

Os receios em relação à contaminação das águas do rio e das lagoas provocou modificações na pesca (profissional e amadora) e nas atividades de lazer realizadas nas margens e leito. Segundo o interlocutor 11348, “Essas lagoas daqui antigamente eram todas conectadas, mas depois foram destruindo a mata toda, passando trator com corrente pra ir tirando as árvores, por isso só algumas que ainda são, por que sem a mata algumas foram secando e hoje tem muitas lagoas que sumiram, ficaram só mesmo os barrancos de areia. Só que com a cheia que deu depois da lama [da Samarco] a lagoa Boa Vista e a do Areal, que era uma água clara, naturalmente, depois que teve os rejeitos aqui ela ficou totalmente amarela, alaranjada na verdade, de tão forte que foi a entrada do rejeito por lá. (...) O desastre afetou aqui a qualidade de vida, a gente já tinha uma situação grave aqui, mas ficou pior depois da onda de rejeitos. Antes era normal você chegar na casa das pessoas e encontrar uma rede, um barco, uma vara

de pesca. Hoje você não vê praticamente nada disso, porque além de ser proibido legalmente a gente também não tem confiança de pegar um peixe, justamente por causa da contaminação. Esse rejeito aí a gente sabe que é altamente cancerígeno, matou tudo os peixes aqui da nossa lagoa, temos vídeos disso tudo. Chamamos a TV Gazeta pra eles fazerem o registro”.

Além disso, a desconfiança em relação à contaminação da água e dos peixes que restaram nas lagoas e rios, que abalou as práticas de pesca e cultivo, implicou mudanças dos hábitos alimentares da comunidade. Para além das perdas econômicas, existe a “tristeza” causada pela percepção da supressão de espaços, interrupção de práticas culturais e degradação de seu território. O relato do interlocutor 11347 é esclarecedor quanto a essa questão: “Está uma coisa muito triste por causa dessa água com rejeito que desceu lá de Minas Gerais. A gente fica muito triste com essa situação (...). Ninguém pesca mais, ninguém nada no rio mais, tem medo. E até mesmo de comer o peixe, nem daqui e nem de Regência. Tinha vez que o pessoal ia pra Regência e comprava peixe lá, mas agora nem esse peixe compra mais. Mas tem quem pesca ainda, eles acha que se passar o peixe em água quente ele limpa, só que todo mundo tem medo de comer o peixe. A gente usava as lagoas também, tem uma lagoa bem aqui, é a Lagoa Areal. Depois que passou a lama e o rio encheu ela não presta mais não, nunca mais limpou, ficou suja. Era uma lagoa bonita, usava até pra tomar banho, água clarinha que você via a areia lá no fundo, agora a água está escura. Não presta nem pra beber água, porque ela tá preta. E morreu muito peixe aí, apareceu peixe morto demais. Toda vez que o rio começa a encher de novo a água volta a ficar amarela, aí bate na lagoa de novo. Pessoal aqui ficou muito triste com esse negócio da lama da Samarco. Porque o pessoal todo aqui pescava. Em um final de semana, igual como esse que está fazendo sol, na época que o rio estava seco a praia ficava bem ali na beira do barranco. Pegava um dia bonito desse e ia todo mundo pro barranco tomar banho e pescar. A gente ficava na praia, pescava, fazia churrasco e comia peixe assado lá na praia. Era a nossa diversão. Os pessoal levava os meninos, levava bola pra brincar na praia. Isso foi desde quando eu era menino até ficar adulto, sempre foi assim. Agora a gente tem um campinho pros meninos na comunidade, foi a gente que fez com ajuda da comunidade, porque ninguém quer mais tomar banho de rio. A gente não pode tomar banho, não pode pescar, não pode fazer mais nada no rio, não tem como. As lagoas a gente usava também. Uma lagoa boa de tomar banho era essa aqui [Lagoa Areal] e agora não pode mais nem tomar banho nela, tá tudo poluído. Aí nós estamos presos, estamos em um beco sem saída. Primeiro as fazenda tomaram da gente, agora vem a Samarco que acabou com o nosso rio Doce. O pior problema aqui pra aldeia foi ter que parar de pescar e tomar banho, essa água daqui era boa!”.

A percepção da contaminação de seu território decorre da interferência do desastre em seus modos de vida com a perda de fontes de água potável e da oferta de alimentos nas lagoas, rios e áreas das margens do rio Doce. Alguns dos mais antigos moradores da aldeia, contaram que a pesca com vara e o nado no rio eram praticados por todos os moradores locais, sendo a lama uma “desgraça”, pois impossibilitou essas práticas, gerando medo de pescar e a necessidade de comprar peixe caso queiram comer uma pescada.

Pescadores locais igualmente comentaram que antes conseguiam pescar até em valas, algo não mais possível após do desastre, pois os peixes sumiram do rio. Nos casos em que conseguem pegar um peixe, relatam que tem a necessidade de passar água quente no mesmo, diferentemente do

processamento anteriormente praticado para o seu consumo, ou seja abrir o peixe, salgar e o assar, e o comer sem preocupação.

Relatam ainda que devido a lama, notram que a água do rio “enferruja rapidamente”, resultando inclusive no comportamento dos peixes, os quais se revelam “pesados” e “confusos”, por estarem “comendo muito alumínio”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à supressão de espaços associados à comunidade tradicional de Areal, que busca reconhecimento oficial de sua identidade étnica indígena. A percepção da contaminação do território da comunidade, com importância simbólica para esse povo, é significativa. A pesca foi afetada, assim como os empregos gerados nas fazendas de cacau. Existem críticas à condução das ações reparatórias por parte da Samarco/ Fundação Renova, marcada por uma negligência com essa comunidade devido ao fato, da mesma, ainda buscar seu reconhecimento oficial. Ademais, o fato de não ser reconhecida aumenta a vulnerabilidade dos bens da comunidade tradicional. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.5.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

A passagem dos rejeitos provocou uma série de transformações não apenas na paisagem do rio Doce, suprimindo importantes espaços e interrompendo práticas associadas às tradições da população de Areal, mas também na dinâmica social da comunidade e, conseqüentemente, na rede de relações comunitárias local.

A deposição do rejeito de minério nas áreas barrosas às margens do rio Doce prejudicou os mais diversos cultivos e, especialmente, a produtividade dos cacauzeiros, a ponto de inviabilizá-la. Os danos à atividade cacauzeira, realizada nas fazendas próximas à aldeia, levaram a um grande prejuízo econômico, o que fez com que muitos dos trabalhadores da aldeia que trabalhavam nessas fazendas perdessem sua fonte de renda principal. Conforme relataram seus haitantes, o fim do cacau na localidade, que era o foco do trabalho dos moradores da aldeia, trouxe muito sofrimento, bem como a perda de árvores frutíferas antigas, nesta que é uma terra indígena. A interrupção da pesca, gerada pela contaminação da água do rio, assim como a suspensão das práticas e vivências de lazer em suas margens e leito, também levaram a um agravamento das condições financeiras e morais da comunidade.

A interrupção das principais atividades de trabalho dos moradores de Areal gerou um grande aumento no desemprego e levou muitos habitantes a buscar empregos em outras localidades de Linhares. Havendo a interrupção do serviço associado à colheita de cacau no local, relataram os moradores, que muitas pessoas foram obrigadas a ir trabalhar em outros locais, como Povoação, Regência e Linhares. Consideram, assim, os interlocutores do local a morte do rio como a morte de um parente.

O interlocutor 11347, relata que as ações promovidas pela Fundação Renova, em especial o pagamento dos auxílios financeiros, são insuficientes e contemplam poucos moradores: “A maior parte dos moradores daqui está quase tudo desempregado, trabalhava nas fazendas a maior parte. Tem

muita gente aqui que não recebeu nada. Fiz uma lista de todo mundo que não está recebendo aqui, são 42 pessoas. Então são 42 famílias que estão passando dificuldade, não receberam o cartão emergencial. Essas pessoas, coitadas, estão passando muito aperto. As pessoas que têm o cartão estão um pouco melhor. Pra você ver o meu caso, sem poder trabalhar no cacau, sem poder pescar, eu só estou comendo e bebendo porque graças a Deus minha esposa é aposentada. Se fosse depender do cartão da Renova nós estava passando fome. A Renova aqui não chamou ninguém para fazer reunião. A gente sabe que chamou de Povoação e Regência, porque a gente tem parente lá”.

Segundo o interlocutor 11348 os poucos que recebem o auxílio são aqueles que eram pescadores profissionais e alguns que eram artesanais, que pescavam no rio Doce e nas lagoas. De forma geral, os moradores questionam os critérios de concessão dos auxílios emergenciais e indenizações, que não levariam em conta os usos e relações que a população estabelecia com o rio para além da pesca profissional: “Rapaz, até hoje eu não recebi nada. Sou nascido e criado aqui, e até hoje nada. Fizeram cadastros aqui, alguns receberam o cartão, mas muitos não porque eles disseram que ‘não tinha perfil’. Nós reclamamos, porque a maioria daqui é nascida e criada aqui, mas eles perguntavam ‘o senhor é pescador?’. Eu não era pescador de carteirinha, mas usava o rio pra poder pescar, aqui muita gente fazia isso, principalmente de final de semana porque o povo trabalha, pescava um peixe pra poder aumentar a renda da casa. O pessoal aqui comprava peixe na mão dos pescadores que passava por aqui nas ruas, era a mesma coisa que eu fazia, todo mundo comia peixe do rio Doce aqui. A gente liga lá pro número que eles deram e só falam pra gente aguardar, mas já faz três anos que estamos aguardando. Quem não tinha carteira de pescador eles disseram que não tinha direito ao benefício, quem tinha carteira assinada ficou proibido de trabalhar e recebe uma mixaria. Tem muitos que não receberam”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada gravíssima, estando relacionada perda de processos de sociabilidade associados à pesca, à fruição da paisagem e ao lazer. Outro fator que afeta os laços comunitários é a forma inadequada de condução das ações reparatórias por parte da Fundação Renova, de acordo com os interlocutores. Por meio das narrativas é possível indicar uma alteração de 96% das redes de relações. Esse dano tende a aumentar, uma vez que, passados quatro anos do desastre, conflitos tem se acumulado na comunidade. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre no que concerne aos laços de solidariedade e sociabilidade.

5.4.6 BALNEÁRIO DE POVOAÇÃO

O balneário de Povoação é composto pela praia da vila, pelo trecho do rio Doce que passa na região e pela Lagoa da Viúva, localizada a cerca de 6 km do centro da comunidade. Todos esses locais eram utilizados frequentemente por moradores da vila e por visitantes para práticas socioculturais, fossem como atividades de lazer (Figura 142), festas ou ofícios diversos. Tais espaços eram fundamentais para as pessoas que aí viviam por dois motivos principais. Primeiro, por conta da pesca (Figura 143) ser uma das principais atividades econômicas da comunidade, gerando renda para muitos moradores, determinando suas rotinas e organizando as relações sociais locais. Em segundo lugar, por atrair turistas interessados em visitar a praia o que, além de gerar renda para outra parcela dos habitantes de Povoação (os proprietários ou trabalhadores de estabelecimentos de serviços), também fortalecia as festividades do povoado, que eram eventos importantes para o estabelecimento dos vínculos comunitários.

Figura 142 – Praia de Povoação com placa sinalizando o “Pico Caravela Coast”, ponto de surfe. Registro em 06/11/2018. Povoação, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 143 – Barcos no Rio Doce em Povoação. Registro em 06/11/2018. Povoação (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.4.6.1 Análise de danos ao Balneário de Povoação

A análise do balneário, formado pela praia da vila de Povoação, pelo trecho do rio Doce que passa na região e pela Lagoa da Viúva, sofreu 2 danos: alteração de práticas culturais e de espaços relacionados a práticas culturais, apresentados a seguir.

5.4.6.1.1 Alteração de práticas culturais

A prática da pesca era norteadora da vida de muitos habitantes de Povoação. A chegada dos rejeitos provenientes da barragem do Fundão à foz do rio Doce fez com que muitos pescadores deixassem de desenvolver seu ofício por medo da toxicidade da água. Mesmo aqueles poucos que continuaram a se aventurar pelas águas do mar e do rio não encontraram mais compradores para suas mercadorias, o que também causou a desistência de realizar a prática. Os relatos sobre os impactos negativos que essa transformação trouxe aos habitantes da vila são múltiplos.

Além dos prejuízos econômicos daqueles que, por algum motivo, não recebem o auxílio estabelecido pela Fundação Renova, há também os impactos na estrutura familiar e nas condições psicológicas dos habitantes da localidade. De acordo com o interlocutor 11294, a vida ociosa causada pela perda da possibilidade de se praticar a pesca trouxe muita tristeza a muitos antigos pescadores: “tem gente que fica até doente em casa, porque não sabe mais fazer outra coisa”. O interlocutor 11293 questiona: “você trocaria toda a sua vida por R\$11.200 [valor recebido como indenização pela Fundação Renova]? Com o que aconteceu com o nosso psicológico? Dentro das nossas casas? Nem se fosse por um milhão! O dinheiro fica, mas a saúde sai”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à drástica diminuição da pesca, devido à redução do pescado disponível e do medo das pessoas consumirem o produto. Também foram registrados depoimentos que apontam tensões geradas pela forma como as ações da Fundação Renova tem sido conduzidas, uma vez que muitos pescadores ainda não recebem auxílio financeiro. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% da prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade do pescado poderá ser recuperada ao longo do tempo, mas a qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.6.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

A chegada dos rejeitos ao rio Doce e à foz afastou turistas e visitantes por conta do receio destes em mergulhar na água (agora considerada tóxica) e em consumir o pescado oferecido na região.

Eram as diversas práticas realizadas na praia, no rio e nas lagoas de Povoação que atraíam uma grande quantidade de turistas para a vila em variados momentos do ano. Ali os moradores e visitantes nadavam, brincavam e realizavam algumas festividades importantes no calendário local, como a festa do Robalo, que contava com uma gincana de pescaria realizada no rio Doce. Essa vinda de visitantes movimentava a economia e a vida cultural local, pois, para recebê-los, eram preparados pratos culinários típicos, eram programadas apresentações musicais e atividades culturais.

O interlocutor 11294, conta que “As festas eram nas épocas dos peixes. Quantas panelas de moqueca que eu fazia e depois tirava o pirão. Hoje em dia ninguém confia mais em fazer isso”. Já o interlocutor 11289, argumenta que “Hoje ainda se sofre com essa ausência do turismo”. Além disso, segundo ele, após o desastre não há mais a Festa do Robalo. Até tentaram contornar o problema levando, para a festividade, peixes de outros locais, “mas o turista fica cismado de consumir”. Também o interlocutor 11320, conta que sua visitação diminuiu muito após o desastre devido à diminuição do volume de turistas em Povoação. Ele comprava e pescava peixes do rio Doce e do mar para venda em sua barraca, mas essas atividades tiveram de ser interrompidas, o que contribuiu para o arrefecimento da visitação local, antes puxada pelo lazer na lagoa e pela possibilidade de ali se degustar peixes e crustáceos - a lagoa não foi atingida pelos rejeitos, mas sofreu o impacto da redução de visitantes no balneário de uma forma geral.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à diminuição de atividades turísticas devido ao medo de contaminação das águas. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.7 PRAIA DE REGÊNCIA

A Praia de Regência era, até a chegada dos rejeitos provenientes do rompimento da barragem do Fundão, o principal espaço em que eram realizadas certas práticas culturais de grande importância para os moradores daquela vila. A praia era um dos locais em que os habitantes da comunidade se divertiam, realizando jogos e brincadeiras (Figura 144). Era ela também que atraía os turistas para o povoado, movimentando a economia local. Havia muitas pousadas e restaurantes para atender aos visitantes, além de uma empresa de turismo que alugava equipamentos de navegação, natação e tri-lha. A presença dos turistas também era relevante para a realização de festividades como o carnaval, a Festa dos Pescadores e a Festa do Caboclo Bernardo.

Uma atividade intensamente praticada na praia de Regência era o surfe, uma vez que a localidade era considerada como a melhor do Espírito Santo para essa prática - é ainda hoje chamada de “Hawai Capixaba”. O surfe, aliás, era o principal atrativo turístico da vila, levando até lá pessoas do Brasil e do exterior. Regência conta, inclusive, com uma Associação de Surfe e com uma escola dessa prática voltada aos moradores locais. O principal espaço da praia para a prática do surfe era justamente a foz do rio Doce. Isso porque o deságue do rio no mar altera a composição dos bancos de areia na costa que, junto com o vento, criam condições favoráveis para ondas longas e tubulares - as preferidas dos surfistas. De acordo com o interlocutor 11290, a prática do surfe na localidade já existe há cerca de 50 anos e foi de grande relevância para que a vila se tornasse conhecida e recebesse atenção do poder público.

Outro ofício de grande importância realizado no mar era a pesca e a mariscagem. Muitos moradores de Regência tiravam seu sustento da pesca, tendo esta prática importante papel para o

estabelecimento de relações sociais e modos de vida locais. Era fundamental para a vida de muitos ali na vila, pois estruturava suas relações de parentesco e amizade, além de ser importante para a atração de turistas que iam até o povoado também com o objetivo de consumir o pescado da região.

Figura 144 – Antigo Farol de Regência. Registro em 05/08/2018. Regência, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.4.7.1 Análise de danos à Praia de Regência

Para o bem cultural Praia de Regência foram indicados 2 danos: alteração de práticas culturais e de espaços relacionados a práticas culturais, apresentados a seguir.

5.4.7.1.1 Alteração de práticas culturais

A pesca no mar fazia parte do cotidiano de muitos habitantes de Regência e se desdobrava em diversas outras práticas de grande importância na estruturação de relações familiares, de amizade e na atração de visitantes para o povoado. O interlocutor 11292, por exemplo, era marisqueira, ou seja, trabalhava na limpeza de mariscos trazidos do mar pelos pescadores. Aprendeu a realizar essa atividade em família, uma vez que seu pai era pescador e ela, sua mãe e seus irmãos trabalhavam na limpeza da pesca e dos mariscos trazidos pelo pai: “Meu pai jogava aquele montão de peixe em uma lona, debaixo de um pé de manga que tinha no quintal. A gente sentava ali e limpava todos aqueles peixes”. O interlocutor conta que seu trabalho era requisitado por vizinhos e parentes e que, sempre em família, realizava o ofício de onde tirava seu sustento: “pessoal batia aqui na porta chamando a

gente pra trabalhar! Limpar peixe, trabalhar de faxina, ficava a semana toda nessa luta. Tinha muito filé de pescadinha, era um filé tão gostoso de fazer, a gente trabalhava tão bem. Não gosto nem de lembrar esse negócio que aconteceu com esse rio aí. Nossa vida inteira sempre foi esse rio aí, agora acabou tudo. Naquele tempo parecia que era mais alegria aqui, agora essa alegria acabou”.

A poluição do mar decorrente da chegada dos rejeitos afastou os compradores de peixe e os próprios pescadores que, por medo do contato com a água, deixaram de realizar o ofício. Em 2016 a pesca na foz do rio Doce foi proibida, o que agravou a situação dos pescadores e de todos aqueles que viviam da cadeia de atividades relacionados à pesca, uma vez que, como mesmo afirma o interlocutor 11292: “fica um clima ruim, porque a gente sempre fez isso, sempre viveu disso. Agora chegou a esse ponto! (...) Sempre vivi assim, vivia disso aí”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à drástica diminuição da pesca e mariscagem, devido ao medo das pessoas consumirem o produto, assim como a própria proibição da atividade. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% da prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a qualidade do pescado poderá ser recuperada ao longo do tempo, mas a qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.7.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

As práticas de culturais realizadas na praia de Regência eram o principal atrativo daquele espaço, que recebia não somente os habitantes locais, como também muitos turistas interessados em se utilizar daquela área para a realização de brincadeiras, celebrações e atividades esportivas. O medo da toxicidade da água, após a chegada dos rejeitos, fez com que muitos deixassem de frequentar o espaço, o que causou não só a redução de tais práticas, como também gerou uma grande crise econômica em Regência, pois muitas pousadas tiveram de fechar suas portas. As indenizações distribuídas pela Fundação Renova reduziram esse impacto econômico, mas causaram outro impacto, de outra ordem: o surgimento de brigas, disputas e quebras de relacionamentos em função do sentimento, por parte de muitos, de que este dinheiro estava sendo distribuído de forma equivocada.

Das práticas culturais realizadas na praia, aquela que tinha maior destaque para moradores locais e visitantes era o surfe. Por conta do desastre houve grande redução de surfistas na praia, tanto por causa da poluição do mar, quanto por causa da alteração das bancadas de areia que propiciavam a formação de boas ondas. Como conta o interlocutor 11336 “os turistas sumiram, eu até fechei minha pousada. Alguns surfistas locais voltaram a surfar, mas não todos, muita gente ficou com medo e nunca mais pegou onda. O cheiro da água mudou, a gente sente muita queimação na pele, micose, muito furúnculo aparecendo nos surfistas (...) A bancada mudou, a lama que se depositou na boca do rio não deixa a onda quebrar com a mesma intensidade. A estrutura da foz mudou, a frequência de onda diminuiu muito”. A escola de surfe encerrou suas atividades. Sobre essa decisão, ele afirma que: “A gente não tem uma segurança nenhuma de que nossa vila não esteja contaminada. Não sei se posso voltar a formar atleta de novo, continuar com essa cultura do surfe, porque o que mantinha essa vila era o turismo do surfe. Como eu vou manter um projeto que pode trazer doenças para as pessoas no futuro? A gente viu as anomalias nos peixes, como confiar que não vai causar na população?”. Atualmente, as poucas pessoas que ainda se aventuram em

surfando no mar de Regência preferem fazê-lo na área da praia localizada na Reserva Biológica de Comboios, que se localiza numa área mais distante da foz do rio Doce.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à diminuição de atividades turísticas na praia devido ao medo de contaminação das águas, onde destacava-se a prática do surfe. A utilização da praia como espaço de encontro e sociabilidade da própria comunidade também foi drasticamente alterada. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% do espaço foi alterado. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.8 BALNEÁRIO DE ARACRUZ

O balneário de Aracruz é formado pelo conjunto de praias e áreas da faixa litorânea, utilizada tanto pela população local, quanto por visitantes e turistas, para práticas como o banho de mar, passeios de barco, esportes aquáticos, pesca, encontros comunitários e outras práticas relacionadas ao descanso e lazer. “A maior incidência de turistas de fora daqui são de mineiros, sulistas e paulistas. Temos também o turismo local, que existe a tradição aqui. Como o território do município é grande, e temos hoje sete distritos na orla, essas pessoas que moram na sede ou longe do litoral costumam manter casas no litoral. Essas casas ficam fechadas boa parte do ano, mas quando chega em dezembro muitas pessoas vão pra praia, pra essas casas. São os turistas locais, é uma tradição daqui, muitas pessoas fazem isso aqui mesmo, são os chamados ‘veranistas’” A região conta também com um projeto de turismo pedagógico, realizado principalmente nos períodos fora de estação, com passeios de barco e aulas para estudantes de escolas locais, bem como cursos técnicos sobre meio ambiente - ecossistemas, mangue, ciclo do caranguejo, variações das marés, estudos de cetáceos etc.

A principal praia utilizada pelos turistas é a praia situada na Barra do Sahy (Figura 145) que, diferentemente das outras praias do balneário de Aracruz, possui uma orla com iluminação, calçadão e quiosques que vendem bebidas e porções de peixes. No bairro, existem muitas casas para aluguel ou utilizadas por moradores da sede de Aracruz durante as férias e feriados. O interlocutor 11350, conta que acompanhou o asfaltamento e construção das primeiras casas de veraneio do processo de urbanização do bairro: “Antes era tudo terra indígena, com o tempo o pessoal foi vendendo, meu pai mesmo vendeu muita terra que era sua, a barra foi mudando”.

Outras praias também são importantes áreas de atração turística. A praia das Conchas, localizada em Barra do Riacho, próxima ao Portocel, é um lugar de práticas de lazer dos moradores locais devido à proximidade, uma vez que a praia do Sahy, segundo o interlocutor 11351, é acessível apenas de carro. A área onde atualmente é o Portocel era um espaço de lazer dos moradores e de turistas de outras localidades, mas o fluxo de visitantes transferiu-se para a Barra do Sahy devido aos impactos ambientais decorrentes da atuação de empresas como a Fibria. A praia da Curva, por seu lado, era um lugar importante para a prática de surfe dos moradores de Barra do Riacho (Figura 146), inclusive com

a realização de campeonatos da modalidade. Segundo o interlocutor 11344, a praia era frequentada principalmente por moradores locais devido à força das ondas e as dificuldades de acesso, que é realizado pela travessia do rio Riacho.

Figura 145 – Praia da Barra do Sahy. Registro em 16/11/2018. Barra do Sahy, Aracruz (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 146 – Registro de crianças e jovens da Escola de Surfe de Barra do Riacho em 2014. Barra do Riacho, Aracruz (ES).



Fonte: Acervo pessoal de atingido e registrado por Institutos Lactec em 2018.

5.4.8.1 Análise de danos ao Balneário de Aracruz

A análise do balneário, formado pelo conjunto de praias e áreas da faixa litorânea onde destaca-se a Barra do Sahy e a Barra Riacho, e considerado como patrimônio imaterial na categoria lugar, indicou 3 danos para esse espaço: alteração de práticas culturais, de espaços relacionados a práticas culturais e da rede de relações comunitárias, apresentados a seguir.

5.4.8.1.1 Alteração de práticas culturais

Em 2015, os rejeitos, provenientes da foz do rio Doce em Regência, alcançaram, através da ação das correntes marítimas, a região costeira do litoral de Aracruz. A desconfiança em relação à qualidade da água do mar levou à alteração de espaços de diversas práticas realizadas em toda a faixa litorânea de Aracruz, como banhos e surfe, afetando as atividades turísticas na região. A pesca, atividade tradicional dos moradores do litoral de Aracruz voltada ao comércio, lazer, subsistência e turismo, que atraía pessoas de outras regiões, também foi afetada. Em Barra do Sahy, por exemplo, o interlocutor 11350, conta que começou a pescar para ajudar seu pai, aos sete anos de idade. “Com quinze anos eu já era mestre, comandava canoa no mar”. Desde então, dedicou-se à pesca de forma profissional até se aposentar, abandonando a prática para exercer outras atividades profissionais.

De acordo com o interlocutor 11342, a localidade sempre foi conhecida pela fartura de peixes e de camarão e por possuir uma “boca da barra” com boas condições para a pesca. Existem cerca de 18 a 20 embarcações e de 80 a 90 moradores no distrito, que vivem exclusivamente “do mar”. O interlocutor conta que os pescadores navegam por uma área que vai “de Nova Almeida até Pontal do Ipiranga”, normalmente em grupos de 4 pessoas. Os tipos mais pescados são: corvina, pescadinha, pescada, cação, bagre e camarão rosa. A pesca do camarão, prática tradicional na Vila de Santa Cruz, atrai pessoas de outras regiões e estados, como Rio de Janeiro e Bahia. Parte dos moradores, segundo o interlocutor, vieram desses estados e se estabeleceram com suas famílias.

A pesca é também uma atividade tradicional dos moradores de Barra do Riacho. Os pescadores de Barra do Riacho estão organizados entre a Colônia de Pescadores Z 7 Manoel Miranda e a Associação dos Pescadores de Barra do Riacho e Barra do Sahy, esta última composta por aproximadamente 80 pescadores associados e 40 barcos. Apesar da proximidade com o rio Riacho, onde se localiza o estaleiro das embarcações, a pesca é realizada em mar aberto, relata o interlocutor 11351, com pouca atividade no rio, considerado um paliativo em épocas que a pesca no mar não está boa. O interlocutor 11343, explica que a prática fazia parte de seu cotidiano, “a gente pescava para o alimento da gente”. Todos em sua família pescavam e a alimentação era baseada em peixe: “A gente tem nosso empreginho, mas sempre pescou”. Seu pai trabalhava em alto mar, enquanto a mãe, como muitas mulheres de famílias de pescadores, salgava e vendia o peixe. O interlocutor 11349 relata que veio de Campos, no Rio de Janeiro, para trabalhar em Barra do Riacho, pois o lugar era conhecido pela fartura de peixes. Conta que era comum permanecer em alto mar de 10 a 15 dias, navegando de Barra do Riacho até Barra Nova e Conceição da Barra, rota por uma extensa área de pesca possível de ser feita devido ao porte de seu barco.

O interlocutor 11351 relata que a pesca em Barra do Riacho já sofria com a diminuição dos peixes antes mesmo do desastre de Mariana, devido a um processo histórico de poluição do rio causado

pelos impactos ambientais dos empreendimentos implantados na região, como a Aracruz Celulose, Fibria e Portocell. Os pescadores também enfrentam dificuldades com o constante fechamento da foz do rio no mar decorrente da diminuição do fluxo do rio Riacho causada pela construção de uma barragem para captação da água pela Fibria, que regula a vazão do rio. Uma retroescavadeira opera constantemente na retirada de areia do lugar de acesso dos pescadores ao mar.

Após o desastre, na percepção do interlocutor 11346, houve uma queda na quantidade de peixes na região: “o caranguejo não tá se reproduzindo tanto, não tá crescendo muito. E antigamente tinha muito mais peixes”. As famílias de pescadores e marisqueiros teriam sido afetadas pela desconfiança em relação à contaminação dos peixes e mariscos pescados no litoral, como relata o interlocutor 34243: “Eu percebo um problema causado pelo desânimo! Porque aqui na comunidade moram muitos marisqueiros, muitos. São aquelas pessoas que saiam de manhã pra pegar o se marisco, e agora não estão podendo mais fazer isso. Então eu sinto esse desânimo na população marisqueira da região por conta disso. É uma vida inteira com esse trabalho, com uma cultura mesmo, não é? Pegam muito polvo na região, levavam para comer em casa. Isso não tem mais, então elas estão em muitos casos dependendo de ajuda né?”.

O enfraquecimento das atividades turísticas, decorrente do desastre, contribuiu, segundo o interlocutor 11342, para a queda da procura pelo peixe na região de Aracruz e do preço dos pescados: “O pessoal se espantou. Era cheio o ano todo, qualquer feriado que dava, mesmo no inverno. A gente botava as caixas de isopor ali e os turistas levavam 10 Kg, 20 Kg (...) antes eu vendia na porta para os turistas, hoje o preço tá lá embaixo (...) o pessoal alega que o peixe está contaminado”. Para o interlocutor 11346, as pessoas estão mais seletivas, procuram sempre saber de onde vem o peixe e evitam consumir peixes e mariscos da região: “a gente ficou bem seletivo a questão de peixe, tem que ter cuidado”. A diminuição do consumo de pescado local fez com que o interlocutor 11350 fechasse a peixaria que montara junto com sua esposa e filhos e que funcionou durante muitos anos ao lado de sua casa: “A pesca era minha vida. Desde que houve esse desastre, meu barco está encostado, nunca mais pude pescar”. A percepção do interlocutor é de que a quantidade de peixe também diminuiu após desastre. “O peixe acabou, hoje não pega mais como antigamente”. Atualmente, a maioria da produção dos pescadores é vendida diretamente para compradores de Vitória, que a redistribuem pelos mercados e regulam o preço. O interlocutor 11342 relata que as dificuldades para vender o peixe desmotivam os pescadores, pois o lucro está menor, inclusive quatro pescadores teriam mudado de ramo de atuação. Mas ninguém se mudaria de Santa Cruz por esse motivo, na percepção do interlocutor, pois é um bom lugar para se viver.

O interlocutor 11351 conta que ocorreram mudanças no modo de vida dos pescadores depois da chegada do rejeito, com alterações em seus hábitos cotidianos, inclusive preocupação com a fiscalização, o abuso de poder da polícia ambiental e com as ações da Fundação Renova. O interlocutor 11350 relata que o cotidiano do bairro Barra do Sahy mudou após o desastre e os pescadores foram os principais impactados com o desastre. “O Ibama fiscaliza a pesca de canoa, multa os pescadores locais, mas não consegue proibir os barcos grandes que vêm de fora”. De acordo com o interlocutor 11343, as proibições relacionadas à pesca estão contribuindo para agravar a situação de falta de emprego em Barra do Riacho, uma vez que as empresas do entorno não empregam os moradores locais, o que

faz com que muitos saiam da localidade para conseguir trabalho em outros lugares. O que explica, segundo o interlocutor, a “decadência” da pesca em Barra do Riacho, pois os mais jovens não possuem incentivos para praticá-la.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à drástica diminuição da pesca e das atividades turísticas, devido a desconfiança em relação à qualidade da água do mar. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% das práticas foram alteradas. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.8.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Os rejeitos de mineração chegaram ao litoral de Aracruz a partir da foz do rio Doce em Regência e do rio Riacho e se espalharam através da corrente marítima por toda a faixa litorânea. Alterações na qualidade das águas foram percebidas por moradores, que temem que a mesma esteja contaminada.

Segundo o interlocutor 11351, não há como provar que houve a contaminação pelo rompimento da barragem, mas ele, assim como outros pescadores, nota diferenças na água, como a alteração de seu pH e a diminuição dos peixes. O interlocutor 11349, conta que no fundo do rio Riacho, que deságua no mar, tem “uma ferrugem”, que pode ser vista no estaleiro dos barcos e seria um sinal dessa contaminação. Acredita que a situação seja parecida em todo o litoral do Espírito Santo.

Segundo o interlocutor 11344, também morador de Barra do Riacho, não existem laudos que atestem a qualidade da água “mas todo mundo sabe que não pode entrar”, já que nas épocas de chuva os rejeitos acumulados no fundo do rio Riacho são revolvidos e ficam mais visíveis no leito. Conta que na época do desastre os moradores exigiram que a Prefeitura de Aracruz colocasse placas na praia advertindo sobre os riscos do contato com os rejeitos, mas, na época, o Secretário de Turismo, receoso que isso fosse afastar os turistas na véspera do verão declarou que a prefeitura havia feito análises que atestavam que a água estava própria para banho. Apesar de as praias seguirem sendo utilizadas para banho por alguns, há relatos de pessoas que “saem com coisas na pele”, irritação e alergias, como aponta o interlocutor 11349; ele mesmo, por exemplo, não entra na água próxima à orla da Barra com medo de contrair um problema de pele: “lá dentro do mar tudo bem, mas aqui na barra não entro”.

Tais receios com relação à qualidade da água do mar levaram a alteração e, por vezes, interrupção de importantes práticas realizadas em toda a faixa litorânea de Aracruz, como banhos, pesca e surfe, afetando o turismo na região. Não apenas os moradores, mas os turistas também desconfiam da contaminação da água: “O impacto atingiu toda a região fronteira do rio Doce aqui em Aracruz. De fato, o impacto ocorreu na cadeia turística, houve também a visão do turista em si que pensa: ‘caramba, aquela lama está lá, então não vou entrar nessa água’. Isso impactou, o turista deixou de ir ao local porque a imagem dele ficou comprometida”. Segundo o interlocutor 11338, o maior impacto foi nas atividades “de fim de ano”, o chamado “turismo de sol e praia”, com prejuízos, principalmente, à temporada de veraneio do final de 2015, logo após o desastre: “a gente perdeu muito da qualidade de turista, acaba que o turista que pretendia gastar um dinheiro a mais ele opta por não vir pra cá e

escolhe destinos um pouco mais caros em outros lugares, por causa do impacto. Ainda hoje a gente sente bastante. Na época do desastre a prefeitura fez um acompanhamento e a gestão anterior fez uma gestão de comunicação tentando divulgar amplamente que as faixas do litoral daqui não estavam sendo atingidas pelo movimento da lama, mas isso até hoje ainda é uma questão para as pessoas”.

O temor com relação à qualidade da água levou a um esvaziamento da ocupação da faixa de areia por turistas durante o verão no litoral de Aracruz, o que afetou a economia local como um todo. De acordo com o interlocutor 11337, “como em torno do turismo existe uma cadeia, afetou o restaurante, os meios de hospedagem, os fornecedores de alimentos, toda a cadeia foi afetada. Inclusive a cadeia do artesanato, porque os artesãos deixaram de produzir pela falta de demanda para as vendas. Foi um impacto indireto, mas que causou bastante repercussão no turismo, diminuiu de fato a vinda de turistas para Aracruz, assim como a permanência”. O interlocutor 11342, argumenta que na localidade, tais modificações provocadas após a chegada dos rejeitos ao litoral e a consequente diminuição de turistas, levaram, inclusive, ao fechamento de muitos estabelecimentos como pousadas, bares e restaurantes.

O interlocutor 11346 conta que antes do desastre, nos finais de ano o movimento nas praias era intenso, com reservas garantidas e passeios e hotéis cheios. Contudo, hoje a situação é bem diferente: “nesses últimos anos tá bem precário, assim, caiu muito o turismo. Na verdade, esse impacto da lama foi muito grande, porque quando aconteceu, em 2015, várias reservas de Sesc (há um Sesc Praia Formosa ao lado de Santa Cruz), de outros estados, de reservas que já estavam programadas para hotéis e pros passeios de escuna foram desmarcadas. A repercussão foi tão grande que o pessoal pensava, ah, não vou para o Espírito Santo, porque o Espírito Santo tá cheio de lama (...) Tipo 90% das reservas foram desmarcadas. De lá pra cá ainda ficou essa resma, né. Caiu em 60, 70% o movimento de verão aqui”. O interlocutor conta que o turismo pedagógico - realizado também por visitantes de locais mais distantes, como Minas Gerais, alunos da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) de biologia marinha e oceanografia - é o que permite à empresa atuar, mas mesmo essa atividade teve queda.

O interlocutor 11345, afirma que o desastre ainda faz parte dos assuntos cotidianos da população local e gerou alterações em importantes eventos da região. Segundo ele, o carnaval Santa Cruz ficava lotado de pessoas, assim como o réveillon, mas a diminuição de turistas e visitantes após o desastre levou a Prefeitura de Aracruz reduzir também as programações locais – como é o caso da programação especial elaborada no período do verão.

Outra importante prática local afetada, após a chegada dos rejeitos, foi o surfe, realizada tanto por moradores quanto por turistas. O interlocutor 11344, afirma que Aracruz “é uma região de picos muitos bons para surfe” e que a prática é antiga e tradicional entre seus moradores: “vem desde a época dos nativos”. Dentre as praias locais, a Barra do Sahy ganha destaque para a realização da prática do surfe, por contar com uma área, conhecida como “xangão”, que reúne condições ideais para a formação de ondas. Segundo o interlocutor 11335, alguns surfistas relatam que após o desastre era possível observar mudanças na aparência da água próximo ao lugar do Xangão.

Em Barra do Riacho, a praia utilizada para o surfe é a Praia da Curva, que é mais frequentada por moradores locais, por conta de seu difícil acesso: caracterizada pelo fundo de pedra e localizada próxima ao início da Reserva de Comboios, a praia é cortada pelo rio Riacho e por isso, não teve um significativo desenvolvimento turístico. A Escola de Surfe de Barra do Riacho, atendia meninos e meninas, filhos de

pescadores e moradores da beira rio, próximo da barra da praia: “achamos que seria mais fácil, pois eles já viviam praticamente dentro da água”. O interlocutor 11344 conta que o projeto social tinha como objetivo atender jovens em condições sociais vulneráveis e afastá-los das drogas e do alcoolismo, já que, segundo ele, existem muitas famílias desestruturadas em Barra do Riacho, principalmente por conta do abandono paterno praticado por trabalhadores sazonais das indústrias e do porto.

Após o desastre de 2015, a prática do surfe em Barra do Riacho foi profundamente alterada. As aulas foram suspensas em Barra do Riacho, por conta do receio dos danos que o contato com a água possa causar à saúde dos jovens, e com isso o interlocutor 11344 perdeu o contato com seus alunos, que, segundo ele, muitos agora “estão no meio das drogas”, “largados por aí”. A etapa de campeonato de surfe ainda é realizada em Barra do Riacho, mas de acordo com o interlocutor, os atletas se responsabilizam pelo risco de contaminação: “a gente faz o campeonato uma vez por ano até para chamar atenção para a situação da praia”.

De acordo com o interlocutor 11344, o desastre teve efeitos sobre o cotidiano dos moradores, com a alteração das práticas relacionadas ao rio, principalmente a pesca e o surfe: “hoje eu não vivo mais na praia como antigamente, eu era um caiçara praticamente. Você vê pela minha cor ‘preto de sol’. O meu escritório era na praia”. Para ele, a praia estruturava, para além das questões econômicas, o modo de vida dos moradores de Barra do Riacho: onde os pescadores pegavam o caranguejo e o peixe para se alimentar e vender; lugar da prática cotidiana do surfe e dos campeonatos e onde os mais jovens aprendiam a surfar e pescar. O sentimento que teve com a chegada do rejeito “foi como se tivesse tirado um filho ou parente querido”. O interlocutor 11344 que além de professor de surfe, vendia materiais de surfe e atuava como guia turístico e ambiental na região, após a chegada dos rejeitos e com a desconfiança da contaminação da praia pelos rejeitos, interrompeu a maioria de suas atividades: “foram dez anos que eu investi da minha vida nisso foi embora, foi aterrado na lama”. Apesar de todas suas perdas, argumenta que a “classe do surfe” ainda não foi reconhecida como atingida por esse desastre.

Outras práticas não relacionadas ao turismo no Balneário também foram afetadas em decorrência do desastre, como é o caso do batismo evangélico realizado no mar, realizado na praia por oito igrejas da Assembleia de Deus e outras evangélicas - Batista, Adventista, Testemunha de Jeová e Quadrangular de Barra do Riacho. Segundo o interlocutor 11341, cada igreja fazia a cerimônia de seus membros em um dia de mar calmo e os fiéis de outras igrejas participavam como espectadores, o que conferia ao ato um sentimento de congregação comunitária. Após a chegada dos rejeitos a realização da cerimônia de batismo na praia foi interrompida pela maioria das igrejas por medo que a contaminação da água possa causar problemas na pele e irritação e atualmente procuram lugares com piscinas para alugar para realizar o batismo: “a gente não sabe se a água está apropriada, tem algumas pessoas que se aventuram e entram, pescam, mas é um negócio duvidoso, você vai colocar em risco a pessoa ou a gente mesmo”. O interlocutor 11341 questiona ainda o direito de outros moradores serem considerados atingidos pelo desastre, por terem sofrido impactos que vão além dos problemas com a pesca, como a interrupção de atividades no mar e a percepção do aumento de problemas de saúde relacionados ao consumo da água retirada de poços: “estamos privados de frequentar a nossa praia, realizar os nossos eventos. Isso tirou a nossa liberdade”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à diminuição de atividades turísticas devido ao medo de contaminação das águas. Ademais, o próprio uso do local pela comunidade foi alterado, assim como as atividades de pesca, a prática do surfe e a utilização dos espaços para rituais de batismo evangélico. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

5.4.8.1.3 Alteração da rede de relações comunitárias

Em 2015, os rejeitos que se espalharam pela região costeira do litoral de Aracruz a partir da foz do rio Doce em Regência levaram à supressão de espaços relacionados a práticas culturais e, por conseguinte, à interrupção destas. Diante dos danos causados, foram promovidas ações pela Fundação Renova que, segundo o interlocutor 11351, geraram expectativas e ansiedade em torno do recebimento dos auxílios e indenizações, mas que têm sido alvo de críticas dos moradores locais, principalmente com relação aos critérios de concessão.

Segundo o interlocutor 11346, as ações teriam privilegiado pessoas vinculadas à prática da pesca, como pescadores e donos de barco: “só quem recebeu foram donos de barco e pescadores” entre aqueles que conseguiram comprovar que pescavam profissionalmente. Em sua avaliação, aqueles relacionados a outras atividades também importantes na região têm sido preteridos: “turismo ninguém recebeu, e foram muito afetados. Isso porque o que ficou no Espírito Santo foi: ‘não, aquele litoral tá cheio de lama, não vou tomar banho naquela água’. Então o turista prefere ir pra outro lugar, prefere ir pra Bahia, pro Rio de Janeiro. Prejudicou o estado nessa parte, principalmente nessa área nossa”. Recentemente, inclusive, o interlocutor conta que houve uma reunião com a secretaria de turismo de Aracruz, a Fundação Renova e outras empresas para discutirem os caminhos da atividade turística na região.

Contudo, há relatos de que muitos pescadores da região não receberam até hoje os auxílios e/ou indenizações, por conta tanto da morosidade do processo quanto de certas exigências burocráticas. Segundo o interlocutor 11342, pescadores que possuem outros tipos de documentos, como a “caderneta de pesca”, aceitos pela associação de pesca local como comprobatórios da profissão, ou que perderam a sua carteira de pesca, não receberam até hoje o auxílio emergencial. O interlocutor relata que cerca de 30, dentre os 90 pescadores da associação de pescadores de Santa Cruz, ainda não receberam auxílios e indenizações. O interlocutor 11343 afirma que tanto aqueles que não receberam indenizações, quanto quem recebe o cartão emergencial (e o considera insuficiente), continuam a pescar, seja como principal fonte de renda ou para complementá-la. Em contrapartida, segundo o interlocutor 11342, algumas pessoas que não praticavam a pesca em Santa Cruz teriam emitido documentos para obter indenizações e auxílios emergenciais. A mesma situação, envolvendo pessoas que teriam “se aproveitado” da situação e recebem os auxílios, foi relatada em Barra do Riacho pelos interlocutores 11343, 11349 e 11351.

O recebimento de aportes financeiros gerou ainda tensões e conflitos nas localidades: “tá dando muita briga aqui isso”. Segundo o interlocutor 11342, esse tem sido o motivo da desestabilização das relações entre os moradores, que antes eram tranquilas, dada a pequena dimensão da Vila de Santa

Cruz: “a nossa maior revolta é com a Samarco, porque a gente conhece quem são os pescadores da região...dentro da associação existe uma regra: se a gente souber que você não é pescador, você não pode se associar. Tem um pessoal que está revoltado com a gente por isso, eles tentam se associar para receber da Samarco e a gente não deixa”. Além disso, os interlocutores 11343 e 11351 relatam terem notado um aumento nos casos de depressão, ansiedade e alcoolismo nas localidades, devido à ociosidade causada pela diminuição da atividade de pesca: “a gente olha esses pescadores ai tudo triste, desanimados”. Segundo o interlocutor 11351, a pesca era uma atividade que relacionada à “sobrevivência” dos moradores, mas que também “tirava o estresse, era um divertimento e dava tranquilidade”. O interlocutor 11344, por sua vez, afirma que, abriria mão da própria indenização para ter a praia e o rio Doce como eram antes: “não tem dinheiro nenhum que pague isso, o prazer da gente poder estar na praia, pescar, surfar, a gente fazer o que gosta”.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada grave, estando relacionada às tensões a respeito do recebimento dos auxílios e indenizações da Fundação Renova, que têm sido alvo de críticas dos moradores locais, principalmente com relação aos critérios de concessão. A perda de espaços de sociabilidade associados à pesca, à fruição da paisagem e ao lazer também foi mencionada. Por meio das narrativas é possível indicar uma alteração de 80% das redes de relações. Esse dano tende a aumentar, uma vez que, passados quatro anos do desastre, a insatisfação e os conflitos tem se acumulado nas comunidades. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, uma vez que não será possível retomar à situação pré-desastre no que concerne aos laços de solidariedade e sociabilidade.

5.4.9 RIO DOCE

O bem Rio Doce, no Compartimento 3, sofreu danos em toda a sua extensão, tendo sido indicado pelos atingidos nos municípios de Baixo Guandu, Colatina e Linhares, assim sucessivamente (Figura 147).

A população do município capixaba de Baixo Guandu (Figura 148 e Figura 149), localizado na divisa com Minas Gerais, tinha o rio Doce como organizador dos modos de vida da população, conforme narrado pelos seus moradores. A mancha urbana de Baixo Guandu está na margem direita do rio Doce e ao redor do rio Guandu, afluente que corta a localidade no sentido Sul-Norte. A atividade pesqueira é o traço que distingue o distrito de Mascarenhas no município, conhecido como uma vila de pescadores, localizado na margem direita do rio Doce. A Estrada de Ferro Vitória a Minas divide a localidade em duas partes, sendo a área próxima ao rio Doce de ocupação mais antiga e onde reside a maioria das famílias de pescadores. À oeste está a Usina Hidrelétrica de Mascarenhas e sua barragem, próxima da aglomeração de moradias da beira rio que era mais habitada antigamente, com muitas moradias e um campo de futebol utilizado pelos moradores.

O rio Doce é um lugar de relevância nessa municipalidade para as atividades cotidianas, congregação comunitária e manutenção de laços identitários com o lugar e com moradores de outras localidades. Trechos de sua margem eram utilizados como áreas para o desenvolvimento de práticas culturais tradicionais da população, como a pesca e os banhos de rio, e sua água abastecia os moradores da sede de Baixo Guandu.

Figura 147 – Bem Rio Doce no Compartimento 3: localidades onde o rio foi indicado como patrimônio, espaços de referência e bens associados.



Figura 148 – Vista do Rio Doce, desde o quintal da casa de pescador local, com algumas ferramentas de pesca a mostra. Registro em 30/10/2018. Mascarenhas, Baixo Guandu (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

Figura 149 – Parte da estrutura da Praça da Mauá e Rio Doce. Registro em 05/10/2018. Sede, Baixo Guandu (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

A presença do rio Doce é cotidiana na vida dos moradores do município de Colatina, conforme foi narrado durante as entrevistas com os mesmos. A história, rotina e identidade dos habitantes dessas localidades estão profundamente relacionadas ao rio Doce e sua paisagem ribeirinha. Para aqueles que moravam em suas margens, “o Rio Doce era uma mãe”.

De forma geral, o rio era fonte de sustento e trabalho para muitos dos moradores da região, que pescavam e cultivavam plantas alimentícias em suas margens, além de abastecer a população do município. Tradicionalmente, estes lugares estão ligados ao ofício da pesca, tanto para subsistência familiar quanto para comércio e ao modo de vida a ele associado. Além das práticas pesqueiras, a orla do rio na sede do município era amplamente utilizada como ponto de lazer, onde moradores praticavam esportes ou passeavam em suas margens. Nos bairros mais distantes, comunidades rurais e vilas de pescadores, o rio Doce, muitas vezes, corta os quintais das casas, sendo o principal espaço de lazer e sociabilidade. O rio era também uma referência para a memória local, cenário para diversas trajetórias de vida, histórias da comunidade e lendas envolvendo seres que habitam suas margens e leito. Nos bairros mais afastados e comunidades rurais, localizados à beira rio, era comum também a realização de rituais religiosos, como cerimônias de batismo evangélico (Figura 150) nos bancos de areia às margens do rio Doce.

Em Itapina, localidade de Colatina, vale destacar a relação que o rio estabelece com o Conjunto Histórico de Itapina, tombado pelo Conselho Estadual de Cultura do Espírito Santo (CEC) em 2013: é formado por casarões e construções simples construídos no final do século XIX, época de grande prosperidade do distrito. A maioria das casas tombadas está na rua principal do distrito, em frente ao rio Doce, paisagem que é somada à grande pedra que se vê de Itapina e deu nome ao distrito. O tombamento estadual impede a alteração da paisagem local e já gerou atritos entre a população por conta das restrições quanto à reforma das residências.

A presença do rio Doce na vida cotidiana e em momentos ritualísticos engendra modos de vida pautados pelas fortes relações dos moradores com espaços e práticas relacionados a ele. Moradores de Barbados e de Colatina relataram que mesmo as pessoas que moravam nas áreas rurais, em locais mais afastados do rio, também praticavam a pesca no rio Doce para comércio e subsistência. As mulheres das famílias de pescadores normalmente eram responsáveis pela limpeza dos peixes. O interlocutor 11306 conta que o rio era também ponto de atração de moradores e visitantes a Itapina, onde vive, que vinham aos finais de semana, feriados e férias para pescar e se divertir. Relata que era difícil, inclusive para ele, passar um final de semana sem tomar banho no rio junto com seu filho. Essa relação com o rio aparece com força em outra localidade de Colatina, Maria Ortiz, onde, segundo o interlocutor 11303, há uma identificação identitária dos moradores com a prática da pesca no rio Doce. Ao se referir à importância da atividade como um modo de vida e fonte de renda para os comunitários, o interlocutor afirma que “tudo o que a gente tem aqui veio do rio Doce”. O interlocutor 11302, reforça o argumento: “O rio era nosso sustento e o nosso lazer também. Nossa alegria era esse rio aí. (...) Além de trabalhar nós também distraia a mente. Nós pulava aí no rio até de madrugada pra tomar banho! Eu pesco desde criança, tenho mais de 26 anos de pagamento do sindicato de pescador profissional”.

O interlocutor 11303, conta que costumava admirar, do quintal de sua casa, as pessoas passeando de *jet ski*, lanchas e caiaques no rio Doce. A localidade ficava mais agitada na época da safra de peixe, entre os meses de março e junho, quando as sardinhas proliferam na região do rio Doce: “Em quatro ou cinco dias pegava uma tonelada de sardinha”. Moradores de Itapina também relataram que o principal peixe na localidade era a sardinha, pescada no período noturno, com grandes redes de aproximadamente 100 metros. Chegavam a capturar cerca de 60 quilos de sardinha por noite, recolhidas da rede uma por uma, sendo que às vezes chegavam a virar a noite pescando, tamanha a abundância de peixes. Relataram ainda os moradores e pescadores do local, que depois de pescadas, as sardinhas eram lavadas no próprio rio, reunidas em cestas, separadas em porções de 1Kg e congeladas no freezer para venda no dia posterior, principalmente para distribuidores de Colatina, Itaguaçu, Baixo Guandu, além de vender no próprio distrito. Outros peixes eram pescados no local como o pacumã, curimba, dourado, piau e a traíra.

Diversos moradores relataram como o ofício da pesca é um elemento central das histórias familiares em Itapina, rememorando como os membros das famílias se dividiam entre a pesca e a venda de peixes.

Maria Ortiz também é uma comunidade reconhecida local e regionalmente como vila de pescadores na margem do rio Doce. O interlocutor 11305, conta que seu pai teria sido “um dos primeiros pescadores aqui desse rio Doce”. As narrativas sobre a história da família desses interlocutores de Maria Ortiz abordam uma longa tradição de navegação e pesca no rio Doce em seu trecho entre o atual distrito Itapina até a região da vila de Regência, em Linhares-ES. “Eu conheço isso aqui como a palma da minha mão. (...) eu pescava muito ainda, mesmo com idade. Minha área era essa aqui, tudo isso aqui [apontando para o rio Doce do quintal de sua casa]. Eu usava tudo aqui, tinha vários rebojo, pra cima e pra baixo. Eu saía daqui e tinha vez que eu ia até Linhares pescando, com a minha tarrafa, saía de manhã e ia até na Lagoa Nova, de lá eu vinha subindo, chegava aqui com o dia amanhecendo”.

As memórias sobre o rio Doce revelam a extensão territorial de perambulação pelos pescadores locais ao longo de seu leito, margens, ilhas e lagoas próximas a ele. Os interlocutores 11304 e 11305 comentam sobre elementos característicos da paisagem ribeirinha da região, tais como as gameleiras em suas margens, os pássaros mutum, a lavagem de roupas e os banhos nas águas do rio e a pescaria de piabão, piau, curumatã, cascudo, pratibú (variedade de tainha), sardinha, lagostas e até mesmo caçõo.

Segundo o interlocutor 11305, o ofício de pescador passou por muitas transformações ao longo das décadas, tais como as mudanças das embarcações de madeira a remo até os atuais botes motorizados; da meticulosa confecção de tarrafas com fios naturais até a introdução dos fios de nylon; e mesmo das mudanças percebidas na paisagem ribeirinha do rio Doce ao longo dos anos. Uma destas mudanças na paisagem foi a diminuição da vazão de água no leito do rio Doce por conta da construção de usinas hidrelétricas e uso da água do rio para as atividades industriais e para a irrigação de plantações. Apesar de não ter interrompido a prática pesqueira, a redução do volume de água no leito do rio provocou o surgimento de novas ilhas que antes estavam submersas e levaram à formação de bancos de areia antes inexistentes.

Deste modo, o rio Doce, segundo moradores de diversas localidades e funcionários da administração pública, já se encontrava em processo de assoreamento antes do desastre, poluído pelos esgotos sem tratamento despejados em seu leito em todo o município. Em Barbados, moradores relataram

que o rio Doce está poluído pelo despejo de esgotos há muitos anos e que não existe tratamento da água em Colatina, o que já chegou a provocar um surto de diarreia nas crianças. O interlocutor 11305 conta que os efeitos do despejo de esgoto, bem como o desmatamento das margens e nascentes que abastecem o rio Doce, são perceptíveis ao longo das décadas. Além da questão do esgoto, o rio, na percepção de muitos moradores, já vinha sendo contaminado por resíduos de minério nos anos anteriores ao desastre.

Figura 150 – Lugar no Rio Doce utilizado para práticas de lazer e onde eram realizados os batismos da Igreja Batista Nova Filadélfia. Registro em 01/11/2018. Barbados, Colatina (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

O rio Doce possui importância histórica no desenvolvimento da região do município de Linhares. Seja pela função estratégica de controle e acesso ao interior do estado a partir do litoral, seja pela criação e distribuição de lotes à beira do rio, que iniciaram, na primeira metade do século XIX a formação de seu núcleo urbano. Hoje, o rio se configura como espaço destinado às práticas da pesca, fruição e lazer, valendo-se de uma relação de proximidade desenvolvida pela população local. O rio corta o município e deságua no mar na altura de Regência. Seus afluentes e subsidiários são responsáveis pela formação de parte de seu complexo Lacustre, com lagoas espalhadas no território do município.

A sede municipal de Linhares possui alguns bairros e pontos específicos em que a relação com o rio Doce se dava de maneira mais intensa. A região do Cais do Porto do Rio Doce e Ladeira da Santa, no centro da cidade, teve a sua ocupação iniciada há mais de 60 anos, com estabelecimento de uma população migrante vinda do interior do município de Linhares e da região do sul da Bahia. Os primeiros moradores se voltaram a atividades econômicas relacionadas à pesca no rio, prática que, mesmo com as gerações seguintes assumindo outras ocupações profissionais, se manteve como uma “tradição” para as famílias lá residentes. A região é compreendida pelos moradores de outros bairros da cidade como um ponto tradicional para o comércio de peixes. O Cais do Porto Rio Doce, como é conhecido

pelos moradores, era um local utilizado por pescadores artesanais/profissionais para a entrada e saída de embarcações, para a venda de pescados e também para atividades de contemplação à beira do rio e banho. O espaço, em si, compreende um cais de cimento para as embarcações, um trecho de mata na beira-rio e um estabelecimento comercial - um bar com música ao vivo. Em frente à rua Beira Rio existe uma ilha, ponto de referência dos moradores locais para passeios e navegação, com a formação de praias de areia nas épocas de estiagem, utilizadas para práticas de lazer e descanso.

A convivência cotidiana dos moradores de Linhares com o rio Doce, em especial dos habitantes de suas margens, é descrita pelo interlocutor 11318: “Nós fazia atravessar pra lá, arrumava uma praiinha de dia de sábado e domingo, tomava banho. Pegava o bote pra ir pra lá. Todo mundo que morava aqui tem um bote, pescava um pouquinho e banhava também. Quando faltava água a gente até lavava as vasilhas e roupas na água aqui, tomava banho”. Os espaços próximos ao rio Doce também estão presentes nas memórias relacionadas às brincadeiras infantis e ao aprendizado do ofício da pesca. O interlocutor 11314, compartilha suas memórias naquele ambiente (Figura 151): “Quando a gente era pequena brincava muito aqui na rua, brincava no rio sozinhos, pulava dos botes, vivia na canoa. Aqui era gostoso. Agora a gente ficou velho e não vai muito mais brincar no rio, e as crianças agora só vão quando a gente vai também, não vão sozinhos como a gente ia. Eu ia no rio sozinha, pescava muito de vara. Todo mundo aqui cresceu pescando de vara, sabendo mexer no peixe. Nós somos fanáticos por peixe aqui”. Já o interlocutor 11285 identifica a proximidade de seu núcleo familiar com o rio, contando que seu pai fora tripulante do antigo barco a vapor que fazia linha entre Regência, Linhares e Colatina.

No Assentamento Sezínio, também em Linhares, o rio, além de se configurar como um dos principais elementos dos modos de vida locais e de fornecer água para a irrigação da produção agrícola, também era considerado o lugar de referência para práticas tradicionais de lazer, encontros comunitários e para a pesca. O rio Doce também se estabelece como um lugar de relevância cultural em outras localidades de Linhares. Em Povoação, ele integra um complexo balneário que engloba o rio, o mar e uma lagoa. Nas comunidades tradicionais do Areal e de Degredo, assume um caráter importante e indissociável dos modos de vida da população residente.

Figura 151 – Equipamentos de pesca de moradora da rua Beira Rio. Apesar de removidos do local, muitos retornaram ao local devido aos laços afetivos com o lugar e seu cotidiano. Registro em 05/11/2018. Sede, Linhares (ES).



Fonte: Institutos Lactec (2018).

5.4.9.1 Análise de danos ao Rio Doce

Para o Rio Doce, no Compartimento 3, foram identificados 5 danos, sendo: alteração de espaços relacionados a práticas culturais, de espaços de referência de memória, de rede de relações comunitárias, de práticas culturais e o sofrimento social, apresentados a seguir.

5.4.9.1.1 Alteração de práticas culturais

Os rejeitos provenientes do rompimento da barragem que se acumularam no leito do rio Doce na altura de Baixo Guandu ocasionaram a morte dos peixes e a poluição da água, o que levou à interrupção da pesca, prática tradicional relacionada aos modos de vida dos moradores desse município.

O interlocutor 11297 conta que a falta de dinheiro foi um problema imediato no município, pois assim que os rejeitos atingiram o rio, a população passou a desconfiar da qualidade do peixe oferecido pelos pescadores, mesmo quando estes alegavam que o peixe havia sido pescado e armazenado antes do desastre. A partir desse momento, segundo ela, as pessoas tiveram que mudar seus hábitos básicos e tiveram que adaptar a alimentação, diminuindo a ingestão desse item. De acordo com o interlocutor, o município recebia pessoas de outros municípios e regiões, como Vitória-ES, interessados no peixe de água doce. Na época do desastre, segundo o interlocutor, as famílias que viviam da venda de pescados tiveram que “se virar”, vendendo outros alimentos e artesanatos. A semanal “feira da agricultura”, por exemplo, não tem mais barracas de peixes locais.

O interlocutor 11300, relata que essa localidade “era praticamente uma vila de pescadores, mas hoje quase ninguém vai no rio mais”. O rio era a principal referência do distrito, servindo como espaço de lazer para toda a população, seja pescando ou usando alguns pontos para banho. “O desastre

afastou o pessoal do rio, não somente os pescadores profissionais. Havia as senhoras, donas de casa, que pescavam de barranco, pegavam muita tilápia, hoje em dia ninguém mais faz isso”. Segundo o interlocutor, os principais pontos de pesca no rio Doce eram o “rebojão”, localizado próximo ao distrito, e o “poção”, localizado a jusante de Mascarenhas, próximo ao distrito de Itapina, esta localidade do município de Colatina. O interlocutor conta que o rio já vinha sendo contaminado gradativamente, mas após o desastre a contaminação aconteceu de uma vez: “O camarão que a gente pescava sumiu, lagosta também, tinha muita e acabou”. Para o interlocutor, por mais que os peixes estejam voltando ao rio Doce, toda a cadeia produtiva relacionada à pesca foi prejudicada: “não tem mais como pescar profissionalmente porque não tem mais comprador”.

Em Mascarenhas, segundo o interlocutor 11301, o que mais faz falta atualmente, após o desastre, são a água e o peixe. O interlocutor 11301 conta que antes os moradores de outras regiões visitavam a localidade em busca do peixe, mas deixaram de frequentar Mascarenhas. Além disso, moradores locais é que passaram a depender do alimento trazido de outras partes. Um antigo morador de Mascarenhas, agora residente de Vitória, trabalha trazendo peixe do mar e de outras regiões para vender no bairro: “antes buscava aqui para levar, agora ele traz”.

Sobre o costume de fazer moquecas, o interlocutor 11301 citou alguns conhecidos que continuam cozinhando o prato, porém, com peixe do mar e mais raramente, para familiares e amigos. “Tinha um menino perto do campo que fazia, o Lauri, ele tinha um boteco que fechou. Fazia moqueca direto para vender. Também fazia a dona Ilza e o Paulo Renato. Segundo ele, agora “está mais difícil” comer o peixe: “Antes você ia no rio com a tarrafa, rapidinho e pegava o peixe pra fazer fritada. Agora tem que comprar”.

Para o interlocutor 11297, a interrupção da pesca após o desastre provocou uma “perda identitária”: “Se me perguntar o que afetou mais, eu diria que na questão identitária dos moradores de Mascarenhas”. O interlocutor conta que os pescadores encontraram dificuldades para vender a mercadoria pescada que estava acondicionado e estocada, devido às suspeitas da população de que o peixe havia sido pescado após a contaminação pelos rejeitos.

A interrupção da pesca e outros danos decorrentes do rompimento da barragem de rejeito afetaram a dinâmica social característica do distrito de Mascarenhas, descrito como uma vila tradicional de pescadores cujos modos de vida, antes relacionados à pesca e ao lazer no rio, se transformaram e agora estão associados à renda advinda das indenizações e dos auxílios emergenciais da Fundação Renova. Segundo o interlocutor 11300, a entrada de dinheiro por meio de auxílios e indenizações “mudou a vida de Mascarenhas, agora tem muita gente construindo, reformando, ajudou um pouco, mas tirou a vida do rio, hoje é praticamente um rio morto”.

A chegada dos rejeitos ao leito do rio Doce no município de Colatina, seguinte a Baixo Guandu, também levou à interrupção da pesca, importante prática cultural relacionada ao modo de vida dos moradores da sede e de outras localidades. Muitos dos moradores do bairro Maria das Graças, localizado na sede do município, praticavam a “pesca de barranco” nos “beiradões” da margem do rio Doce, mas a prática foi interrompida, pois a população considera que os peixes estão contaminados e impróprios para o consumo. Em Itapina, segundo o interlocutor 11306, a pesca no rio Doce, que era um fator de atração de visitantes acampavam e passavam o final de semana em casas alugadas, também

foi suspensa: “Tem gente que vinha pra cá ficava meses, passava férias com a família e tudo. E muitos parentes também que vinham de final de semana e feriado (...) Eu tenho meus parentes aqui que nunca voltaram”, diz se referindo aos parentes que vinham para a atividade pesqueira. Os pescadores de Maria Ortiz, também no município de Colatina interromperam suas atividades desde o desastre não só por causa da proibição da pesca no rio Doce, mas também, de acordo com o interlocutor 11302, pelo fato de que não há mais clientes que comprem peixes do rio.

Em todas as localidades de Colatina há relatos acerca da contaminação da água e mortandade de peixes após a chegada dos rejeitos. Pescadores da sede do município participaram da Operação Arca de Noé, promovida pela Samarco, que buscou resgatar o maior número de espécies de peixes antes que estes fossem atingidos pela onda de rejeitos. Em Itapina, segundo alguns de seus moradores, a abundância de pescado do Rio Doce diminuiu de forma significativa após o desastre, ressaltando-se que não somente o volume de peixes diminuiu, como muitas espécies de peixe sumiram, como o pacumã, que era o peixe mais procurado pelos turistas. Em Maria Ortiz, segundo o interlocutor 11302, há indícios da contaminação dos peixes por metais pesados: “Olha eles por dentro, está vermelho e escuro, eles não eram assim. Olha como está de minério dentro dos peixes, cheio de resíduo dentro!”.

A desconfiança em relação à contaminação dos peixes levou pescadores a abandonar a prática no município de Colatina, inclusive alguns passaram a pescar em outros lugares, já que a pesca na região está proibida. Como disse o interlocutor 11306 : “Se sujou ou não, se contaminou ou não, isso foi perdido, nosso rio Doce... Se não acabou o peixe acabou a esperança”. Ao mesmo tempo, o receio em consumir o pescado gerou dificuldades em sua comercialização, a qual praticamente acabou, pois os consumidores se revelam receosos de comprá-lo.

Diversos relatos apontam que a região era muito abundante em peixe antes do desastre. O interlocutor 11312, conta que logo após a piracema – período de desova dos peixes -, quando a pesca voltava a ser permitida, dois caminhões cheios de peixes eram enviados do bairro de IBC para São Paulo, o que acontecia há mais de 20 anos. “Mas de 2015 pra cá, depois da lama, brecou nós. Você vai pegar um robalo e o cara tem medo de comprar um robalo”. Grande parte dos implementos necessários para o ofício – como barcos, redes, freezers, caixas térmicas de transporte - hoje estão parados, estragando com a falta de uso. O único peixe comercializado atualmente é a sardinha comprada como isca para robalo: “Antigamente, você passava uma rede aqui pegava 400, 500 kg de peixe num dia. Hoje você bate o dia inteiro para pegar 15 a 20 kg entre manhã e tarde. Mas a sardinha é de época também, não tem o ano todo, acabou tudo”.

A comercialização do peixe em bares e restaurantes da região também foi prejudicada. O interlocutor 11306, que vendia porções de pescados e crustáceos em um bar que abriu em seu quintal, relata que atualmente nem tenta mais vender lagostas, pois “o pessoal tem medo de comer”. Este “medo”, por conta da desconfiança em relação à qualidade do peixe, fez com que moradores das localidades mudassem seus hábitos alimentares. O interlocutor 11312 relata que desde 2015 não come peixes do rio: “Antes tava sempre comendo peixe, agora mudou a dieta”. Outros pescadores, moradores do bairro IBC, contaram que ainda há pessoas que, por vezes, consomem peixes do rio, por possuírem essa cultura de pesca bastante arraigada.

Essa nova dinâmica estabelecida com a interrupção da pesca após o desastre também afetou outras práticas relacionadas ao rio. Segundo o interlocutor 11295, algumas festas contavam com atividades de pescaria, como torneios e premiações de barcos. O torneio acontecia em setembro e era organizado pela Associação de Pescadores Amadores, mas os profissionais também podiam participar. O interlocutor 11312, conta que era uma competição de um dia entre pescadores; aquele que pescasse o maior peixe entre 7h e 17h ganharia um prêmio. Ao fim, havia uma pequena festa de confraternização. O torneio nunca mais ocorreu após a chegada da onda de rejeitos em 2015.

Para além de questões de subsistência, trabalho e lazer, a interrupção da pesca modificou profundamente os projetos de vida das famílias de pescadores. Segundo o interlocutor 11306, pescadores que “nasceram com a pesca e viviam com a pesca” tiveram que mudar de profissão por conta do desastre. Segundo outros moradores locais, muitos pescadores de Itapina passaram a trabalhar na construção civil, principalmente na restauração do conjunto arquitetônico ou em áreas de cultivo. O interlocutor 11302, lamenta o fato de os jovens pescadores não poderem mais trabalhar no ramo: “Agora praticamente a nossa tradição acabou. Eu queria que ela seguisse, mas o meu menino, por exemplo, já não quer pescar mais. Quer fazer outra coisa, ele quer entrar na polícia, porque pescador já era”.

A pesca era uma atividade familiar que reunia as pessoas; mulheres e homens; pais e filhos que se dividiam em tarefas como o ato de pescar, limpeza do peixe, armazenamento e comercialização. Alguns pescadores relataram que chegavam a limpar e armazenar até 15 kg de peixe por dia, ao ponto de seus dedos ficarem com as pontas inflamadas. Relatou-se também como era necessário que viajassem pela região para vender os peixes, principalmente em supermercados, trabalho que sofria severo estigma social pelo odor resultante da lida com os peixes. De maneira pesarosa, alguns moradores mais antigos da localidade ressaltam que só continuam vivendo por “teimosia”, tamanha a adversidade das atuais condições de vida.

Após o desastre, esses projetos de vida familiares centrados na prática pesqueira foram descharacterizados. O interlocutor 11312 relata que atualmente está aposentado, mas afirma que muitos abandonaram a pesca no bairro IBC e sobrevivem apenas do auxílio oferecido pela Fundação Renova. Para complementar a renda, fazem “bicos”, limpam quintais, serviços como pedreiro, mas não sabem como passar o tempo. A peixaria, local de comércio dos peixes antes do desastre e que se manteve como ponto de encontro para sociabilidade de diversos pescadores após o desastre, foi recentemente demolida pela atual prefeitura de Colatina, o que acarreta em um grande problema, segundo os pescadores, pois se houver a possibilidade de voltarem a vender os peixes do rio, não poderão mais usufruir desse local, obrigando-os a vender, por ventura, de casa em casa, ou nas ruas e no centro da cidade.

Também no município de Linhães, seguinte a Colatina na trajetória do rio Doce, conhecia na pesca uma prática tradicional para moradores do município, e tinha o rio Doce como um dos principais espaços para a sua realização. O receio da contaminação do rio e, conseqüentemente, do potencial de toxicidade dos peixes, fez com que a prática no rio fosse interrompida. Alguns moradores afirmaram que a impossibilidade de pescar para comer ou vender foi o que mais afetou a todos, dado o receio quanto ao consumo. Afetou-se também o próprio uso da água do rio para as mais diversas atividades, como a limpeza de roupas, vasilhas e mesmo para tomar banho, especialmente quando faltava água nas casas. O medo é tão grande que sequer na beirada do rio as pessoas vão. A comparação

com o peixe das lagoas mostra que aqueles pescados no rio geram insegurança, como relatam outros moradores, afirmando que eles só comem peixe da lagoa se tem certeza que vem de lá, sendo que conseguem sentir a diferença no paladar entre os peixes que vem da lagoa e do rio. Relatam ainda que são poucos os vendedores que trazem os peixes dela, dado o longo percurso.

Segundo pescadores e moradores da rua Beira Rio e proximidades, em Linhares, há agora o medo até mesmo de entrar em contato com a água e pisar no rio, prática que não é feita mais por muitas pessoas desde que houve o desastre. Igualmente, não pescam mais, não obstante por vezes ser veiculado na mídia televisiva que as análises indicam a limpeza do rio, dados dos quais diversos interlocutores desconfiam. Para o interlocutor 11285, o indicador da contaminação no rio era a turbidez do rio, já que a pesca era interrompida apenas nos momentos em que a turbidez era grande, causando medo e indicando a presença do que chamou de “lama envenenada”.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais foi considerada como gravíssima, uma vez que o Rio Doce foi atingido de forma significativa, prejudicando ou impedindo a realização de práticas que demandam esse espaço, suas matérias primas e implementos e as relações sociais associadas ao rio, conforme demonstram as narrativas dos atingidos. Destaca-se que as narrativas indicam interrupção de 96 a 100% das práticas culturais. Esse dano tende a reduzir, uma vez que, ao longo do tempo, o rio Doce deverá recuperar suas condições ambientais prévias. Contudo, essa redução demandará um tempo bastante longo, o que poderá ser reduzido com ações apropriadas de recuperação. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, pois a percepção das pessoas com relação ao Rio Doce não voltará a ser a mesma da situação pré-desastre, sendo marcada pelo medo e desconfiança de contaminação (vide Tabela 20 a seguir).

Tabela 20 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de práticas culturais

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Baixo Guandu	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Colatina	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Linhares	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

5.4.9.1.2 Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Os rejeitos decorrentes do rompimento da barragem chegaram ao leito do rio Doce provocando a morte dos peixes e a contaminação da água, inclusive alterando o sistema de captação de água do município de Baixo Guandu. O desastre provocou alterações em diversos espaços relacionados às práticas culturais realizadas no rio por moradores locais.

As comunidades do Rosário I e II e Mangueira, que mantinham uma relação de proximidade com o rio, foram afetadas em seus espaços de banho, piqueniques, futebol na beira rio e dos momentos de lazer no domingo à tarde. Os moradores dos bairros se reuniam em baixo das mangueiras e faziam churrascos. O interlocutor 11301 relata que existia o costume de tomar banhos no rio em Mascarenhas, principalmente pelos jovens da localidade. Segundo ele, havia uma área próxima de onde hoje é o mirante, conhecida por formar uma pequena prainha de areia, onde as pessoas costumavam entrar para banhar-se. Segundo o interlocutor, o trecho do Rio Doce próximo ao distrito era perigoso, inclusive

com a incidência de alguns óbitos no lugar, mas as pessoas entravam mesmo assim. Após o desastre, a prática teria sido interrompida. Sobre a perda do espaço de lazer e da possibilidade de uso do rio para banho pelas próximas gerações, o interlocutor 11299 afirma: “eu tomei banho no rio, meu filho não vai tomar”. O interlocutor 11297 completa: “o meu [filho] nem passou perto do rio”.

Uma das primeiras consequências diretas do desastre foi a paralisação das atividades desenvolvidas no rio pela “Associação de esportes aquáticos”, cuja sede é na beira rio, próximo ao encontro do rio Doce com o rio Guandu. O lugar é utilizado para a prática do caiaque e uso de jet ski principalmente aos finais de semana, com aluguel de barcos para passeios e pesca no Rio Doce. Atualmente as atividades foram retomadas, porém na época do desastre as pessoas tinham medo de entrar na água devido à acumulação dos rejeitos.

O desastre afetou também a produção de tapetes durante a celebração do dia de Corpus Christi, prática católica tradicional em Baixo Guandu e, segundo o interlocutor 11297, “uma referência no estado”. Os tapetes são feitos por grupos de moradores de todas as idades, por um caminho que vai do “Centro velho” até a Igreja Matriz de São Pedro. Em 2018, segundo o interlocutor, a temática dos tapetes foi relacionada ao Rio Doce: “ele contou a história do rio. Ele começava limpo na porta da igreja e lá no Banestes já era pra terminar morto”. O interlocutor relata que houve uma mudança na feitura dos tapetes após o desastre, com a finalidade de economizar água. Os tapetes de Corpus Christi eram feitos sobre areia e depois lavados. Com a escassez de água, passaram a montá-los sobre lonas.

Outras práticas também foram afetadas pela chegada da onda de rejeitos no município de Baixo Guandu. Segundo o interlocutor 11297, as feiras em Mascarenhas, que acontecem uma vez por mês - e onde são vendidos produtos rurais locais, artesanatos, alimentos -, teriam diminuído após o desastre. O interlocutor 11301 conta que havia um time de futebol forte em Mascarenhas, mas a prática do futebol foi prejudicada. Apesar de ter um campo com boa estrutura e iluminação, não há pessoas interessadas em jogar e os moradores da localidade dependem da participação de pessoas de Baixo Guandu para formar os times.

As notícias do rompimento da barragem de Fundão chegaram, por sua vez, ao município de Colatina dias antes dos rejeitos de minério atingirem o trecho do rio Doce. Houve uma tentativa de resgatar a maior quantidade de espécies de peixes antes de o rejeito atingir a região, operação que ficou conhecida como “Arca de Noé”, já mencionada. O abastecimento de água do município, que era feito com a água do rio Doce, foi interrompido e a sede do município parou por conta da crise de abastecimento.

Em Barbados, localidades de Colatina, os rejeitos passaram pelo rio Doce de forma mais diluída em suas águas provocando, como consequências imediatas, a interrupção do abastecimento de água e as práticas de pesca e de lazer. Outros danos e consequências narrados estão relacionados à suspensão do batismo por imersão, realizado pela Igreja Batista Nova Filadélfia e a interrupção temporária dos trabalhos de limpeza e purificação praticados pelo terreiro de umbanda e candomblé nas margens do Rio Doce.

Quando a onda de rejeitos chegou a Itapina, também em Colatina, parte da população foi ao rio para ver as consequências do rompimento da barragem. A onda de rejeitos gerou mudança de cor da água e a mortandade de peixes, o que levou a uma diminuição brusca da atividade pesqueira, alterou

os usos do rio para lazer, afetou a visitação turística e provocou a diminuição do poder aquisitivo de parte de sua população.

A onda de rejeitos que alcançou o rio Doce em Maria Ortiz - outra localidade de Colatina - provocou, em um primeiro momento, a morte de peixes e alteração da coloração e densidade da água. A vida dos moradores de Maria Ortiz ficou, após o desastre, marcada por incertezas relacionadas à possibilidade de contaminação da água do rio Doce. A crise de abastecimento, que atingiu todo o município, levou moradores a buscarem água em nascentes próximas. O medo com relação à qualidade da água ainda persiste entre os moradores mesmo após a regularização do abastecimento na localidade, o que levou à interrupção de todas as atividades de trabalho e lazer relacionadas ao rio Doce, como a pesca, que inclusive foi proibida.

A onda de rejeitos que chegou ao município provocou a supressão de inúmeros espaços relacionados às práticas culturais realizadas no rio Doce, como as atividades de lazer e pesca. Lugares com os quais os moradores mantinham laços afetivos, como relata o interlocutor 11304: “O rio antigamente era muito cheio. Essa coisa de o rio ir morrendo já é de muito tempo, não é de agora. Ele foi assoreando e ninguém estava descobrindo. Agora o rio Doce está todo aterrado, está cheio de minério, tem tudo material pesado dentro desse rio. Se você vira a lama na beirada do rio fica aquela lama toda. Os peixes que a gente pega vem tudo ferido, agora depois de estourar essa barragem entrou a poluição mesmo no rio. Até passarinho a gente ainda acha morto até hoje. Muita coisa aconteceu, se eu for contar história pra você não acabo nunca. Foi o mesmo de eu ter perdido um ente querido, sabe o porquê? Nós sempre compramos as nossas coisas trabalhando no rio Doce, tudo veio do rio Doce. O rio Doce virou amargo. Falar disso chega até a me arrepiar, porque eu tenho muito sentimento mesmo, porque eu toda a vida morei no rio Doce. Desde que eu casei com um pescador eu mexia com isso, tinha minha rede e o meu motor. Eu dirigia muito motor pelas praias do rio, pelas ilhas. E agora com essa lama a gente só vê que o solo tá diferente, se plantar ali não nasce nada. E o culpado disso daí é a Vale do Rio Doce, eles vieram destruindo tudo. Eu tenho 73 anos, não vou mais ver esse rio Doce. Esse rio tá de luto eu acho que por mais uns 100 anos, o rio Amargo. Não tem recuperação. No dia 5 de novembro era pras pessoas fazer como fosse com a morte do Chico Mendes, que foi morte por esse negócio de proteger as mata. Não têm os dias de santo? Pra gente ficar de luto? Então, devia ter o dia santo do rio Doce, dia 5 de novembro. Eu achava que era muito importante fazer isso”.

A desconfiança com relação à qualidade da água após a passagem dos rejeitos, inclusive da água que passa por tratamento e que abastece o município, afetou o cultivo e comercialização dos produtos agrícolas. O rejeito não chegou a atingir diretamente as plantações, tendo ficado contido no leito do rio Doce, porém a água utilizada para sua irrigação é proveniente dos rios. Os sistemas de irrigação das hortas e plantações na sede, por exemplo, foram interrompidos por cerca de um mês. Segundo moradores do bairro Maria das Graças da sede de Colatina, que trabalham há décadas anos nas hortas de suas famílias, houve queda nas vendas de produtos da horta nas feiras da cidade pelo medo da população de consumir hortaliças plantadas no bairro à beira do rio Doce. Alguns deles contam que feirantes foram questionados sobre a origem dos artigos à venda em suas barracas, perdendo clientes que preferiam consumir e comprar hortaliças, legumes e frutas produzidos em outros locais de Colatina e outros municípios, afastados do rio Doce. Para eles, a interrupção da utilização da água do

rio Doce para irrigação e a consequente perda da safra na época do desastre geraram prejuízos para a imagem e reputação da produção das hortas locais perante a clientela.

A realização de rituais religiosos no rio Doce, como os batismos, era comum nas igrejas evangélicas das localidades do município. As cerimônias de batismo das igrejas Assembleia de Deus localizadas em Maria Ortiz, segundo o interlocutor 11307, eram realizadas nos bancos de areia que se formam no rio Doce próximo à comunidade. Todavia, após o desastre, os fiéis da localidade desistiram de realizá-las por medo da contaminação da água e da areia por rejeitos provenientes do rompimento da barragem. Em Barbados, a Igreja Batista Nova Filadélfia de Barbados organizava rituais de batismo dos fiéis no rio Doce de duas a três vezes ao ano.

O interlocutor 11308, relata que os batismos no rio eram momentos de reunião da comunidade, com a presença de 200 a 300 pessoas, parentes e amigos das pessoas batizadas, membros da igreja e moradores do bairro. Após a celebração, conta o interlocutor, era realizado um piquenique na beira do rio, reunindo os participantes em um “momento de lazer”. O interlocutor relata que o lugar dos batismos também era utilizado como um ponto de lazer da comunidade aos finais de semana e feriados - “era uma festa lá embaixo” -, por formar um trecho de rio calmo, com lugares fundos ideais para mergulhos e pulos. O interlocutor 11308 conta que, após o desastre, a comunidade interrompeu o costume de realizar os batismos no rio Doce e buscou outras formas de realizar o ritual, com a locação de lugares particulares, como a “lagoa do Batista” ou mesmo dentro da sede da igreja em Colatina, onde existe um tanque de água utilizado para esse fim. O interlocutor lamenta a interrupção do batismo no rio, não só pelo fato de acreditar que a água corrente do rio “limparia melhor” os pecados, mas também por considerá-lo um momento importante de celebração, lazer e reunião dos fiéis com a comunidade. Segundo o interlocutor, quando o batismo ocorria no rio, o fato de ser um lugar aberto atraía pessoas de fora da igreja e servia para reforçar o seu significado para os mais jovens. O batismo realizado dentro da igreja, na percepção do interlocutor 11308, é um acontecimento de menor proporção, “menos público”, com a presença apenas de familiares e pessoas “de dentro” da igreja.

Em Barbados, antes do desastre, o rio Doce também era utilizado para os rituais de limpeza praticados pela mãe de santo do Terreiro de Recuperação de Ogum Xoroquê, localizado ao lado da Igreja de São José Operário, no ponto mais alto do bairro. Segundo o interlocutor 11309, o terreiro antes ficava na área central de Colatina, mas desde 2006 está em Barbados - mudança foi motivada por episódios de discriminação religiosa e perseguição de moradores vizinhos. A localidade atual é considerada melhor para o terreiro, pois está mais próximo da natureza, com melhores condições para o desenvolvimento dos trabalhos com os orixás. A estrutura do terreiro está dividida em três partes, uma delas é “parte dos santos”, que possui uma sala para cada orixá. A casa de Oxum tem uma fonte de água corrente no centro, representando o orixá das águas doces. A entidade principal é o Zé Pelintra, que realiza os atendimentos do dia a dia e comanda os trabalhos e as giras. O espaço e a programação são divididos entre os atendimentos, as atividades da umbanda e do candomblé. De acordo com o interlocutor 11309, o espaço atende pessoas de todo o Brasil e uma cliente em Nova Jersey, nos Estados Unidos. A maioria dos que frequentam o terreiro vêm dos bairros mais próximos do centro de Colatina e de Vitória.

A passagem da onda de rejeitos no rio Doce interrompeu a realização de alguns trabalhos que dependem da água do rio, como os rituais de limpeza e o procedimento chamado “sacudimento”, onde

a mãe de santo passa plantas no corpo de uma pessoa para “retirar a negatividade”. O interlocutor 11309 disse que esse trabalho é feito na beira do rio Doce, pois essas plantas precisam ser deixadas próximos a um espaço com mato ou água para os animais comerem e “trazerem prosperidade” para a pessoa. Conta que, na época do desastre, não podia correr o risco de utilizar uma água que poderia “atrair negatividade para a pessoa”. Assim, o terreiro suspendeu as atividades devido à falta de água: “Na época nós perdemos tudo, trabalhos, clientes, tudo. Não tinha como fazer. Para atender cliente eu preciso ter água, como é que eu vou lotar um terreiro com 30, 40 pessoas sem água”. A mãe de santo relata que retomou algumas atividades no rio, mas algumas pessoas têm medo de entrar nas águas para os rituais de limpeza devido à suspeita de contaminação e medo de “pegar doenças”. Os trabalhos de limpeza para os filhos de Oxum, de acordo com o interlocutor 11309, precisam necessariamente serem feitos em água doce e corrente. Assim, em sua percepção, os danos ocasionados ao rio, como poluição e desmatamento, são atentados a Oxum: “está matando o próprio orixá”.

Por seu turno, a chegada dos rejeitos de minério ao trecho do Rio Doce próximo ao Assentamento Sezínio Fernandes, no município de Linhares, levou os moradores a interromperem as suas atividades à beira rio, como os banhos e os cultivos de cacau nas margens, devido ao medo da contaminação pelo contato com a água. Sobre a interrupção das atividades no rio, o interlocutor 11311 afirma: “ninguém vai mais lá, deve estar um matagal, nem sei se tem acesso mais”.

Na sede de Linhares, o receio de entrar em contato com a água do rio Doce também provocou a interrupção de práticas de lazer realizadas nas ilhas e praias formadas em suas margens. Os moradores da rua Beira Rio relataram a interrupção de práticas realizadas na ilha formada em frente à rua, no trecho do rio Doce próximo ao rio Pequeno. Os esportes náuticos realizados no rio Doce, como o caiaque e o mergulho, também tiveram suas atividades interrompidas, de acordo com moradores do Cais do Porto, local de acesso ao rio utilizado pelos praticantes.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais foi considerada como gravíssima, uma vez que o Rio Doce foi atingido de forma significativa, prejudicando ou impedindo a realização de práticas que demandam esse espaço para ocorrer – como a pesca e o lazer - conforme demonstram as narrativas dos atingidos. As narrativas apontam para a alteração e/ou supressão de 96 a 100% dos espaços. Esse dano tende a reduzir, uma vez que, ao longo do tempo, esse espaço deverá recuperar suas condições ambientais, o que poderá tornar a percepção das pessoas mais positiva. Contudo, essa redução demandará um tempo bastante longo, o que poderá ser abreviado com ações apropriadas de recuperação. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, pois a percepção das pessoas com relação ao Rio Doce não voltará a ser a mesma da situação pré-desastre, sendo marcada pelo medo e desconfiança de contaminação (vide Tabela 21 a seguir).

Tabela 21 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços relacionados a práticas culturais

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Baixo Guandu	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Colatina	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Linhares	Gravíssima	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

5.4.9.1.3 Alteração de espaços de referência de memória

O desastre decorrente do rompimento da barragem de rejeitos no município de Baixo Guandu provocou, para além das alterações nas práticas culturais e em nos espaços relacionados às mesmas, a supressão de diversos espaços relacionados à memória local, inclusive as lembranças tristes de algumas mulheres que perderam seus filhos no rio Doce, vítimas de afogamentos.

Em Baixo Guandu havia o costume, disseminado principalmente entre as famílias, de utilizar o rio Doce como cenário de fotografias. De acordo com o interlocutor 11297, existiam lugares reconhecidos como referências para ensaios fotográficos, como a Ponte da Mauá ou mesmo pontos nas margens. O costume de se fotografar em lugares próximos ao rio, segundo o interlocutor, faz parte da memória das pessoas de Baixo Guandu: “Desde que nós éramos novinhos, o Rio sempre foi um ponto de referência para fotografias. Quem da nossa geração, na infância em Baixo Guandu, não teve aquela foto que se tirava na beira do rio, naquela ponte?”. Além disso, conta o interlocutor, o rio Doce era referência para fotógrafos e visitantes de outros lugares: “O rio veio se modificando esses anos todos, mas ele estava ali como um ponto de referência para quem vinha de fora e queria tirar uma foto diferente. Era o rio, aquele lugar, um pôr do sol muito bonito”. O interlocutor afirma que hoje não é possível fotografar as pessoas dentro da água, pois além do medo da contaminação, ocorreram mudanças na paisagem após o desastre.

Para preservar as memórias sobre o bem, o município passou a realizar, após o desastre, um evento cultural chamado “Tributo ao rio Doce”, que teve em 2018 sua terceira edição. O interlocutor 11297 relata que o rio vem passando por dificuldades há muito tempo, principalmente com a poluição e a seca, mas que só depois do desastre a população conseguiu se unir em torno das questões ambientais que cercam o rio. Segundo o interlocutor 11299, o tributo tem como objetivo chamar a atenção da população para a causa do rio Doce. “O Rio Doce é nosso patrimônio. Estamos trazendo essa manifestação para que a população possa aderir a uma causa, de reflorestar, de renascer”.

A chegada dos rejeitos à cidade de Colatina e ao trecho do rio Doce que margeia suas localidades alterou, como visto anteriormente, não só os espaços utilizados para práticas culturais, mas também a relação da população suas memórias acerca do rio.

O rio, que estava presente cotidianamente na vida dos moradores do município de Colatina, era cenário de referência para as histórias de vida dos habitantes, bem como para uma identidade coletiva local. Em Itapina, local dessa municipalidade, por exemplo, o rio é um importante elemento para o Conjunto Histórico, já que a rua principal da localidade, na qual as edificações tombadas estão localizadas, beira o rio. Nesse caso, soma-se à paisagem composta também pela pedra, que dá o nome ao distrito. Para muitos, o rio Doce era o “cartão postal” de toda a cidade e a chegada dos rejeitos gerou alterações em sua paisagem e a interrupção das práticas lá realizadas, o que descaracterizou o

lugar e as lembranças dele. Como relatou o interlocutor 11295: “O pessoal não olha mais o rio como antigamente. Eu mesmo quando vi aquela lama descendo, a gente ficou muito triste, muito triste”.

O rio é também elemento muito presente nas narrativas de vida dos moradores locais, que contam suas histórias e trajetórias familiares em paralelo às vivências na água e as transformações sofridas pela paisagem. Em Maria Ortiz, também em Colatina, os membros da família Ponche relembam sua história a partir das memórias de seu patriarca, “um dos primeiros pescadores aqui desse rio Doce”. Tais histórias rememoram a longa tradição de navegação e pesca no rio Doce e as transformações sofridas pelo rio tanto em sua paisagem, quanto em seus usos. Segundo o interlocutor 11305, quando seu pai decidiu, na década de 1930, abandonar seu trabalho no Correios para “viver do Rio Doce” as ilhas do rio Doce “não tinham dono” e então teria decidido se instalar em uma delas: “naquela época as ilhas não tinham nem nome!”. Seu pai o ensinou e seus irmãos a pescar e eles também acompanharam as transformações nos implementos e técnicas do ofício, assim como as alterações no leito e margens do rio Doce. O interlocutor afirma que apesar da contaminação da água, não consegue “deixar o costume” de navegar pelo rio Doce: “depois que a lama passou aqui a vida da gente acabou. A gente anda no rio porque a gente está tão acostumado. A minha vida era só andar dentro do rio, de Regência até Itapina [distrito de Colatina]. (...) Depois que a lama passou acabou mesmo, mas eu ainda entro na água porque não tem outra coisa pra fazer. É acostumado, sempre foi assim, se eu não entrar eu fico ruim. Eu não fico parado não, não consigo. Até pego um peixe de vez em quando, mas não vende de jeito nenhum. As pessoas não querem nem de graça! Eu não como o peixe não, de jeito nenhum”.

Circulam também entre os moradores locais de Colatina histórias e lendas que envolvem o rio Doce e seres que habitam suas margens e leito. Tais narrativas demonstram uma relação particular dos habitantes locais, em particular pescadores, com a paisagem ribeirinha, destacando elementos da paisagem da região e da relação afetiva entre os moradores e o rio Doce: “Eu me lembro dessas histórias todinhas do rio, eu guardo tudo na minha mente. Eu sei muito história. (...) Tem gente que falam que não existe, mas existe o boitatá que eu vi quando era jovem. Lembro igual fosse hoje, eles falam que isso é lenda, mas não é lenda”. O interlocutor 11304 narra uma série dessas histórias, que tratam desde seres encantados – como o boitatá e o caboclo d’água – até eventos marcantes para a população local: “Juntava a mulherada na beira do rio, nas fazendas, e todo mundo tinha medo de boitatá. As mulheres amarravam uma corda na boca da garrafa, com um pavio e querosene, pra pegar boitatá. De repente vinha um fogo enorme caminhando, eu não sei como era aquilo, e a gente tinha que correr”.

O dano aos espaços de referência de memória também se deu no município de Linhares. Nesse município houve obras da construção do dique no rio São José/Rio Pequeno, realizadas como medida emergencial após o desastre, para a contenção e controle dos fluxos de água entre a Lagoa Juparanã e o rio Doce, levaram à remoção dos moradores da Rua Beira Rio em 2018 para hotéis e casas alugadas, como medida de precaução tomada pela Fundação Renova.

Uma parte dos moradores removidos não conseguiu adaptar-se em outros lugares e retornou para suas casas. As narrativas dos moradores removidos evidenciam a dificuldade em lidar com as transformações cotidianas relacionadas ao afastamento de suas moradias, pelas quais possuem sentimento de pertencimento e que constituem lugares de memória associados à convivência com o rio. O interlocutor 11318 descreve o momento do desastre e a demissão em 2018: “Quando a gente soube

do que aconteceu ficamos com muito medo, veio várias pessoas aqui, mas não fizeram muita coisa. Na época mesmo ninguém saiu daqui não, só retiraram a gente na época ali da reforma na barragem ali em cima. Fiquei vinte dias no hotel, mas eu não aguentei não. Eu gosto de morar aqui, gosto de entrar na água do rio, gosto de lavar minhas vasilhas, gosto de cuidar das minhas plantas aqui. Se eu parar a minha vida, eu já estou de idade, eu morro né? Ficar no hotel esperando. Foi bonito lá, mas eu não gosto, não aguento. Eu falei ‘eu vou voltar!’. Eu e as crianças voltamos”.

Enquanto algumas famílias retornaram para suas casas ainda em 2018, outras não retornaram para a rua Beira Rio na sede de Linhares, principalmente aquelas formadas por pescadores, e suas moradias permanecem fechadas. Esse movimento causou uma alteração nas dinâmicas sociais locais, como a separação física de familiares, amigos e vizinhos. De acordo com o interlocutor 11314, “Aqui na rua são várias casas de uma família só, mas seus filhos já estão em casas alugadas na cidade. Eu não aguentei ficar fora daqui, fiquei um tempo no hotel com minha família, mas vinha sempre pra cá pra preparar nossa marmita. Eu me sentia presa no hotel, por isso resolvi vir embora de novo pra cá”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços de referência à memória foi considerada como gravíssima em Baixo Guandu e Colatina e grave em Linhares. As narrativas apontam para a alteração e/ou supressão de 70 a 100% dos espaços. Se antes o rio era associado, preponderantemente, a memórias afetivas relacionadas a subjetividades de pessoas e coletivos, com o desastre esse espaço passou a ser referência de memórias traumáticas. Esse dano tende a aumentar, uma vez que esses espaços tendem, cada vez mais, a serem relacionados ao desastre e menos às memórias positivas dos processos históricos vivenciados antes do rompimento da barragem. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, tendo em vista que esses espaços estarão, permanentemente, associados ao trauma, à dor e à perda acarretados pelo rompimento da barragem. Outras memórias poderão ser construídas, mas não poderão ‘apagar’ as memórias traumáticas (vide Tabela 22 a seguir).

Tabela 22 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de espaços de referência de memória

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Baixo Guandu	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Colatina	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Linhares	Grave	Tende a aumentar	Irreversível

5.4.9.1.4 Alteração da rede de relações comunitárias

Os diversos efeitos do desastre no município de Baixo Guandu – acúmulo de rejeitos no leito do rio, morte dos peixes, poluição da água, alteração no sistema de captação de água, supressão de espaços de práticas culturais e memória – abalaram as redes de relações comunitárias, que ficaram fragilizadas com a diminuição da visitação ao município após o desastre e os prejuízos à economia local.

Para o interlocutor 11297, as consequências diretas do desastre incidiram sobre a questão econômica, pois implicaram a diminuição do número de visitantes ao município, principalmente aqueles interessados nos esportes aquáticos e no voo de parapente. Antes do desastre, segundo o interlocutor, os hotéis e as residências de locação ficavam lotados nos feriados, algo que não acontece mais: “as pessoas ficam com o pé atrás devido à desconfiança sobre a qualidade da água captada do rio

Guandu”. De acordo com o interlocutor 11298, pessoas que vieram para Baixo Guandu após o desastre, reclamam que a água estaria “pinicando o corpo” após o banho.

Ainda sobre a qualidade da água e o afastamento dos turistas devido aos efeitos na paisagem, o interlocutor 11298 relata que foi escalar a Pedra do Souza durante o carnaval de 2016 e ficou espantado com a aparência do rio: “você olhava pro Rio Doce e parecia a Fantástica Fábrica de Chocolate. Nas fotos saiu aquele rio cor de chocolate”.

Em Mascarenhas, localidade de Baixo Guandu, imediatamente após o desastre, segundo o interlocutor 11297, instaurou-se um processo de mudança no distrito, que teria levado alguns moradores a sair da localidade e procurar outro tipo de trabalho: “A maioria que permaneceu são pessoas de mais idade, idosas”. O interlocutor manifesta preocupação com as crianças e adolescentes que, após o desastre, foram privados de costumes locais como o banho de rio e a alimentação a partir do peixe.

O interlocutor 11301 argumenta que o desânimo dos moradores e a diminuição da participação nos eventos culturais estão relacionados, principalmente, ao “problema com as drogas” dos jovens, que existe “há mais de 20 anos”, na época em que foi encontrado ouro no Rio Doce, mas que teria se intensificado após o desastre, quando começaram as medidas compensatórias de oferecimento de auxílios e indenizações aos moradores. Para o interlocutor, o aumento da violência e dos roubos em Mascarenhas está relacionado a esse “problema com a droga”: “agora reforçou mais, dá polícia, tiroteio”.

A chegada dos auxílios emergenciais fez com que a economia local, antes centrada na pesca, passasse a depender dessas medidas. O interlocutor 11299 afirma que o desastre “injetou dinheiro em Baixo Guandu” e que isso teria alterado o cotidiano do município. Para o interlocutor 11297, os moradores de Mascarenhas “não se sentem mais como parte ativa” na comunidade. Além disso, segundo o interlocutor 11298, existe uma suspeita de que existem pessoas recebendo indenizações de forma indevida em Baixo Guandu: “muitas famílias se beneficiam das indenizações e pessoas que não pescavam também estão recebendo”. O interlocutor 11298 defende que seria necessária uma maior fiscalização, “porque é muito injusto ver que existem pessoas que estão recebendo o benefício enquanto que outras estão precisando”. Relato semelhante ao do interlocutor 11301, morador de Mascarenhas, para quem existem famílias da localidade que ainda não receberam o cartão de auxílio emergencial ou a indenização. O que, para o interlocutor 11301, teria sido motivo de desestabilização entre os moradores: “o pessoal fica bravo”. Conta ainda que alguns antigos moradores teriam se aproveitado da situação e retornado para o distrito após o desastre com o intuito de receber algum dinheiro: “veio muita gente de fora receber aqui, a Renova deu bobeira”. Segundo o interlocutor 11301, os funcionários da Renova esperam que os próprios moradores denunciem os recebimentos indevidos, o que ele julga ser errado, pois gera um “clima ruim” entre as pessoas: “a confusão maior foi essa”.

A passagem da onda de rejeitos no município de Colatina alterou profundamente a paisagem do rio Doce e a qualidade de suas águas, levando não só à interrupção de importantes práticas culturais e supressão de espaços associados a estas, como explicado anteriormente, mas também à ruptura de redes de relações comunitárias nas localidades que compõe o município.

Logo após a chegada dos rejeitos ao leito do rio Doce o abastecimento do município, cuja captação de água era realizada no rio, foi temporariamente interrompido – cerca de um mês –, levando a um estado de “calamidade”, segundo o interlocutor 11295. O sistema de abastecimento emergencial

realizado por caminhões-pipa era insuficiente para atender toda a população. Os moradores da parte baixa da sede do município conseguiam abastecer suas caixas d'água com facilidade e reservar um maior volume, enquanto os moradores da parte alta tinham dificuldades de armazenar a água por conta da falta de pressão. Essa disparidade de abastecimento gerou uma série de conflitos e tensões entre os moradores. A solução elaborada para resolver os problemas de abastecimento foi a instalação de caixas d'água e a permissão para que a população buscasse o quanto de água que achasse necessário. Contudo, a escassez levou à formação de longas filas que geraram mais brigas e desentendimentos entre moradores. “Isso tudo por causa de água”.

Em Barbados, localidade de Colatina, por exemplo, a distribuição de água por meio de caminhões-pipa em uma praça da localidade gerou uma série de brigas e desentendimentos entre os moradores, devido à fila que se formava e à escassez do recurso. Segundo o interlocutor 11309, durante a noite os moradores organizavam uma fila onde cada um marcava o seu lugar com uma pedra, mas várias pessoas não conseguiam pegar água por causa da longa fila. O interlocutor conta que um dos filhos de santo “tomou uma facada na fila” e até hoje não pode frequentar o terreiro, pois foi “jurado de morte em Barbados”.

Vale ressaltar que, mesmo após a normalização do abastecimento, muitos moradores do município ainda desconfiam da qualidade da água fornecida pelo serviço de tratamento. Aqueles com melhores condições financeiras costumam comprar galões de água mineral, ao passo que os moradores mais pobres buscam outras alternativas, como fazer poços artesianos em seus terrenos. De forma geral, segundo o interlocutor 11306, toda a população teve prejuízos com o desastre. “Todos foram prejudicados, desde o cachaceiro ao comerciante, porque o camarada que fica ali na rua, não faz porra nenhuma e só bebe a cachaça dele, ele não tinha dinheiro pra comprar a cachaça dele que ele fazia: ia lá no rio, pegava uns dois, três peixinho, vendia aquele peixinho. É o comerciante, é o que tá passando, é o cara que tem freezer pra estocar esse peixe, toda aquela cadeia. Ah mas eu nunca fui no rio pescar. Mas foi impactado. De alguma forma todo mundo foi”. Ele comenta que o maior dano foi o de arrefecimento do capital de giro da região. Os trabalhos hoje se limitam à escola, empregos em Colatina ou a roça, “a renda era o rio”.

O próprio interlocutor 11306, que vendia porções de crustáceos e pescados em seu bar, alterou a dinâmica de seu estabelecimento e hoje vende hambúrgueres e outros produtos. Mas sua renda diminuiu, tanto porque Itapina recebe menos visitantes e pescadores, quanto pela redução do poder aquisitivo da população local. “Precisar comer um peixe hoje tem que comprar. Antes não, era ir na beira do rio e só pescar. O que a comunidade perdeu foi capital de giro”. A localidade, segundo seus moradores, era uma das principais estâncias turísticas da região, dada a beleza da paisagem e do rio, bem como de seus peixes.. Contam que os principais consumidores dos restaurantes locais eram turistas que vinham de outras regiões, principalmente para pescar, sendo lembrado que em alguns períodos a área de camping na beira do rio ficava lotada de turistas, o que cessou de ocorrer. Alguns dos comerciantes relataram que anteriormente chegavam a vender mil reais nas semanas em que a área de camping estava cheia, sendo atualmente poucos os consumidores, geralmente trabalhadores da construção civil.

Em Maria Ortiz, pertencente à municipalidade de Colatina, as alterações na paisagem do rio e a interrupção das práticas nele realizadas levaram muitos moradores, principalmente famílias de pescadores, a deixar a localidade para morar nas áreas urbanas de Colatina e Vitória. Como disse o interlocutor 11304: “se a gente hoje olha pra esse rio Doce fica triste, por isso que aqui tem muita gente depressiva!”. Segundo o interlocutor 11305, em Maria Ortiz havia uma forte relação de proximidade entre os habitantes, muitos deles pescadores: “Porque aqui ninguém vendia os lotes pra ninguém não. Sempre foram os mesmos moradores, todo mundo era pescador. Estão vendendo e indo embora, porque aqui como findou esse rio, o valor daqui era esse rio, agora como ele tá destruído pela mineradora saiu muita gente daqui. Pessoal tá indo embora pra rua, pra Vitória. Nós, da nossa família, não vamos sair daqui não, mas eu não vou sair da beira do rio não. Fui nascido e criado aqui!”. O deslocamento das famílias de pescadores do local estaria trazendo para a vila novos moradores, “pessoas de fora”, já que os lotes e residências teriam sido vendidos por valores muito baixos. Mais do que a vinda de novos moradores, para o interlocutor o maior problema envolve o distanciamento entre velhos conhecidos que deixaram o local. O interlocutor 11302 relata que as relações com visitantes também foram abaladas. O movimento na comunidade em busca de pescado era constante, trazendo dinamismo às relações interpessoais locais. Todavia, após o desastre esse movimento teria acabado, reforçando a sensação de isolamento em Maria Ortiz: “Eles [os clientes e amigos] paravam de carro, de caminhão aqui para comprar peixe. Depois disso eles pararam. Eles encomendavam com a gente, no meu telefone tem um monte de número deles de whatsapp. Eles ligavam pra cá encomendando peixe, lagosta. E agora não vem mais não”.

A distribuição de auxílios financeiros e as indenizações é entendida como insuficiente tanto em seu valor para a manutenção familiar dos pescadores quanto pelo reduzido efeito no que diz respeito ao resgate dos modos de vida da população local, profundamente alterados pelo desastre. Além disso, tais ações geraram uma série de conflitos e tensões entre os moradores por conta de seus critérios de concessão. Na sede de Colatina, segundo o interlocutor 11296, o escritório da Fundação Renova foi fechado, por conta de ameaças aos funcionários. O interlocutor 11312 conta que em seu bairro, o IBC, muitos de seus colegas ainda não receberam compensações por impasses nos trâmites da documentação exigida pela Fundação. Em Itapina, o interlocutor 11306, os pescadores profissionais foram indenizados rapidamente, mas demais pessoas que também dependiam do rio estão ainda com dificuldades de receber, o que provocou atritos na comunidade, mesmo que velados, entre os que receberam e os que não receberam. Outros moradores contaram que, por não trabalharem diretamente na pesca, não foram reconhecidos como pescadores pela avaliação da Renova, e por sua vez não tiveram acesso ao auxílio emergencial, o que os levou a buscar outra ocupação remunerada. Muitas mulheres do IBC eram pescadoras e as que não eram, contribuía para a atividade com a limpeza, armazenamento e comercialização dos peixes e crustáceos. Mesmo assim, são preteridas no pagamento de auxílios e indenizações pela Fundação Renova, que têm priorizado os pescadores homens, inclusive conferindo a estes valores maiores do que os oferecidos às mulheres.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias foi considerada como grave em Baixo Guandu e gravíssima em Colatina. Os danos significativos a esse espaço fizeram com que redes de relações comunitárias fossem desfeitas ou arrefecidas, uma vez que essas redes se estabelecem tendo como suporte o espaço do rio. Tais redes foram alteradas e/ou interrompidas em 70 a 100%. Esse dano tende a aumentar, pois as relações sociais, uma vez alteradas, tendem a

diminuir com o tempo quando tais redes permanecem enfraquecidas por processos diversos. No caso em questão, além dos danos ao espaço do rio, ações reparatórias também têm prejudicado as relações comunitárias pois geram disputas e tensões. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre, que já deixou marcas permanentes nas sociabilidades associadas ao rio (vide Tabela 23 a seguir).

Tabela 23 – Classificações para o Rio Doce: Dano Alteração de redes comunitárias

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Baixo Guandu	Grave	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
Colatina	Gravíssimo	Tende a aumentar	Parcialmente reversível

5.4.9.1.5 Sofrimento Social

Com a interrupção das principais atividades de lazer e de trabalho relacionadas ao rio Doce em Colatina, a rotina e estrutura social da comunidade foi alterada, provocando não só o esgarçamento dos laços sociais comunitários, como anteriormente apontado, mas também o sofrimento entre os moradores. O trauma gerado pela desconfiança com relação a água e o receio em consumir qualquer coisa ou utilizar espaços relacionados ao rio é o dano mais direto nesse município. Funcionários públicos locais citam que sentiram danos e abalos psicológicos relacionados à questão da contaminação da água. Segundo eles, houve um período de medo e especulação sobre os efeitos do desastre e algumas pessoas chegaram a questionar se não deveriam buscar outro lugar para viver.

A interrupção da pesca trouxe grandes impactos aos moradores de Maria Ortiz, localidade em Colatina, pois, segundo o interlocutor 11303, era uma atividade importante “para o povo trabalhar, para ocupar a mente, senão vão ficando todos malucos”. Pescadores passaram a consumir bebidas alcoólicas em demasia, o que estaria gerando na comunidade problemas intrafamiliares. Além disso, muitos jovens, agora desocupados, passaram a usar “drogas”, o que trouxe à comunidade outros problemas: “As pessoas não têm o que fazer, os jovens principalmente. Já não tinha nem o campo de futebol que a gente perdeu, agora não tem mais o lazer no rio e nem o trabalho”. O interlocutor 11302, afirma ter começado a tomar remédios para controlar a ansiedade: “Os pescador mesmo, igual a nós, estão tudo depressivo. Nós toma remédio pra dormir, pra ansiedade. Eles [a Samarco] trouxeram problema de saúde pra nós, psicológico também. Pra você entender, eles acabaram com a área de lazer nossa, acabou com o desfrute nosso, acabou com tudo nós que pescava. Além de trabalhar nós também distraia a mente. Nós pulava aí no rio até de madrugada pra tomar banho! Agora ninguém entra mais nesse rio ai, se você pular você não aguenta de coceira, coceira pura. Se você colocar o pé na água parece que manchou com coloral, tem que esfregar para sair que dá até ferida”. Outros relatos apontam para o fato das pessoas terem que tomar remédio para dormir por causa das incertezas e sofrimentos provocados pelas alterações no rio Doce, dado o desdobramento do desastre em suas vidas.

Por seu turno, em Regência, no município de Linhares, também se constatou semelhantes sofrimentos em sua população. Isso porque a percepção do potencial de contaminação associado aos rejeitos de minério presentes no rio Doce após o desastre e da modificação de suas propriedades físicas, químicas e morfológicas levou ao sofrimento social de moradores, relacionado ao sentimento

de “perda do rio”. Esses ‘transtornos psicológicos’ afetam, em especial, crianças e jovens, parcela da população que tem sido pouco assistida nos processos de reparação e atendimento de demandas.

De acordo com o interlocutor 11288, no momento seguinte ao desastre, a comunidade escolar teve a preocupação de fazer a escuta das narrativas de sofrimento sobre a “perda do rio”, assim como auxiliá-las em seu processo de compreensão sobre as limitações e mudanças que a presença dos rejeitos, ou, nas palavras das crianças, “uma lama que fazia mal”, causariam em sua vida cotidiana: a interrupção de costumes como a alimentação a partir de pescados, os banhos e brincadeiras no Rio Doce e a alteração das dinâmicas familiares relacionadas ao ofício da pesca. O interlocutor 11288 relata que, além do sentimento da perda e da dificuldade em lidar com as mudanças em suas práticas e modos de vida, era presente um sentimento de inconformidade com a situação. Ela cita uma das falas das crianças: “tia, eu nunca quis ser pescador, mas meu pai sempre falou da importância da pesca. Meu pai sempre falou do cheiro da maresia. Meu pai sempre falou que eu nunca ia morrer de fome porque se a Petrobrás fosse embora, ou se eu fosse pra outro lugar e não desse certo, eu podia voltar pro rio que ele tava aqui. E agora tia? E o rio?”.

No que concerne à gravidade, o sofrimento social foi considerado como gravíssimo (ocorrência em pelo menos 20% da população). Esse dano está associado ao aparecimento de narrativas sobre sofrimento social relacionado aos danos aos bens culturais, tendo sido ocasionado pela alteração e/ou rompimento de relações de reciprocidade, pelo desânimo e descrédito advindos do fato de que as ações deflagradas pela Fundação Renova têm sido insatisfatórias do ponto de vista dos atingidos, da desconfiança acerca da uso do Rio Doce e da água. Esse dano tende a aumentar, pois as relações sociais, uma vez alteradas, tendem a diminuir com o tempo no qual tais redes permanecem enfraquecidas. No caso em questão, além dos danos ao espaço do rio, ações reparatórias também têm prejudicado as relações comunitárias pois geram disputas e tensões, conforme mencionado. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva dos atingidos. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações de adoecimento, mas o sofrimento social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida (vide Tabela 24 a seguir).

Tabela 24 – Classificações para o Rio Doce: Dano Sofrimento Social

Município	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Colatina	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível
Linhares	Gravíssimo	Tende a aumentar	Irreversível

5.4.10 QUADRO SÍNTESE DOS DANOS AO CONJUNTO DE LUGARES NO COMPARTIMENTO 3

A Tabela 25 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do conjunto de lugares do Compartimento 3.

Tabela 25 – Classificação de danos aos bens imateriais (lugares) no Compartimento 3

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Lagoa do Óleo	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Pouco Grave 30% alterado	Tende a reduzir	Reversível
Complexo Lacustre de Linhares	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Reversível
	Alteração de práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Reversível
Balneário de Barra Seca e Urussuquara	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Balneário de Pontal do Ipiranga	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Grave 80% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Aldeia do Areal	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Balneário de Povoação	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Praia de Regência	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Balneário de Aracruz	Alteração da rede de relações comunitárias	Grave 80% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Balneário de Aracruz	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
Rio Doce	Alteração de práticas culturais	Gravíssima 96 a 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços relacionados a práticas culturais	Gravíssimo 96 a 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de espaços de referência de memória	Gravíssimo 70 a 100% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 70 a 100% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Sofrimento Social	Gravíssimo 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível

6 DANOS AOS BENS CULTURAIS IMATERIAIS DE COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS

6.1 AVALIAÇÃO DE DANOS AO PATRIMÔNIO CULTURAL QUILOMBOLA

Em função de sua trajetória histórica e das relações sociais estabelecidas, as comunidades quilombolas demandam um olhar atento a suas especificidades em um estudo dessa natureza.

No âmbito do desenho da presente pesquisa levou-se em consideração os recentes desenvolvimentos na área da antropologia a respeito do que é um quilombo e como tal conceito é definido e articulado (ou tensionado) frente a sua mobilização por operadores do direito da área jurídica. Quilombo e quilombolas são termos que passaram por significativa reformulação desde sua existência, sendo essas transformações associadas ao movimento negro e, posteriormente, à academia.

“Principalmente durante a década de 70 deste século, a “tese”, vamos dizer assim, dos quilombos, encontra apoio nos movimentos negros, então em fase de ampla reorganização, após duas décadas de ditadura militar, e em seguida sensibilizando intelectuais, convencidos já da necessidade de compreender quais os parâmetros para a consolidação da dicotomia negros/brancos na sociedade brasileira.” (LEITE, 1999, p. 140)

Um marco de sua ressemantização seria a promulgação da Constituição de 1988. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 68, presente na Carta Magna, indica que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Certamente, trata-se de um avanço em termos de processos históricos de reconhecimento e garantia de direitos. Não obstante, como ver-se-á adiante, a inserção de tal debate em um ADCT e não no corpo do texto constitucional demonstra que os interesses econômicos fizeram pressão nesse processo.

Na década seguinte, os referenciais conceituais mobilizados tanto pelos campos jurídicos quanto acadêmicos aprofundaram sua reformulação, afastando-se de uma imagem estereotipada, homogeneizante e estática que caracterizava os referenciais sobre as comunidades quilombolas para, posteriormente, se aproximarem da percepção e reconhecimento de sua atualidade, variedade de percursos históricos de formação e possibilidades de atualização e reinvenção de seus traços culturais diacríticos fundamentais.

Tem-se, portanto, em permanente diálogo e disputa, determinações jurídicas que determinam o que são comunidades quilombolas, discussões acadêmicas sobre o tema e a própria compreensão das comunidades acerca de suas identidades e nomeações.

Do ponto de vista da ciência antropológica, marcadamente, estabeleceram-se ressalvas à utilização do termo “remanescente de quilombo” como uma expressão de persistência acabada de elementos culturais e identitários de um passado. Para os estudos históricos e antropológicos, a transformação e ressignificação (ALMEIDA, 2011), ou seja, a dinâmica dessas comunidades deve ser considerada. Não obstante, a Fundação Palmares adota o termo Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ), motivo pelo qual essa designação foi utilizada no presente diagnóstico.

As discussões no campo das ciências sociais envolvem críticas à definição de quilombo mobilizada por operadores do direito (em vista a sua fonte principal de classificação estar contida no art. 68

da CF), e do senso comum, como “figura de escavação arqueológica”, “empirista” e “materialista”. Por outro lado, a antropologia procurou reformular o conceito de “quilombo” a partir do modo como “próprios agentes sociais se auto definem e representam suas relações e práticas face a grupos sociais e agências com que interagem” (ALMEIDA, 2011, p. 78), escapando assim de uma conceituação restritiva de cultura e história geralmente associada à categoria social “quilombo”. Ademais, “devemos reconhecer a relação dialética que se estabelece entre o herdado e o projetado, entre passado e futuro que, no curso das interações, submete elementos de cultura, de estrutura e de memória à re-significações e re-atuações”. (ARRUTI, 1997, p. 28).

A Associação Brasileira de Antropologia, em 1995, manifestou-se em favor da atualização das definições e conceptualizações sobre comunidades quilombolas, aproximando sua caracterização como formas de vida e existência que mobilizam de forma plena suas relações com o passado, no presente e as projetam de forma dinâmica para o futuro de um povo:

“Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória e continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”. (O'DWYER, E. C., 2001).

A identidade tradicional quilombola deve ser compreendida em suas manifestações ligadas às formas de sociabilidade, expressões culturais e em sua relação particular com seu território, dimensões dinâmicas da vida social relacionadas às circunstâncias histórias e às trajetórias de cada grupo étnico auto reconhecido como tal. Aspectos como a ancestralidade, a ressignificação de tradições, conhecimentos, ofícios e formas de expressão próprias, destacados em relações significativas com a territorialidade onde se desenvolvem, são os elementos que caracterizam as particularidades e distinguem estes grupos étnicos e culturais quilombolas na história dos povos afro-brasileiros.

A partir do pressuposto de observar com atenção especial as populações e bens envolvidos em contextos de maior vulnerabilidade social, foi feito um levantamento prévio das comunidades quilombolas nos municípios atingidos. Nos municípios localizados na área de referência, a partir dos dados disponíveis, foram indicadas seis populações tradicionais quilombolas na LB, retomadas na presente pesquisa. Essas comunidades foram reavaliadas durante a etapa de preparação para o trabalho de campo e na etapa da expedição etnográfica, sendo possível verificar a relação dos lugares inventariados e de seus habitantes com as áreas mais próximas aos rios que receberam os rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão.

Através da Tabela 26 a seguir, apresenta-se resumidamente as informações de cada um dos contextos analisados em relação ao patrimônio cultural quilombola, tendo como base as informações apresentadas anteriormente na LB.

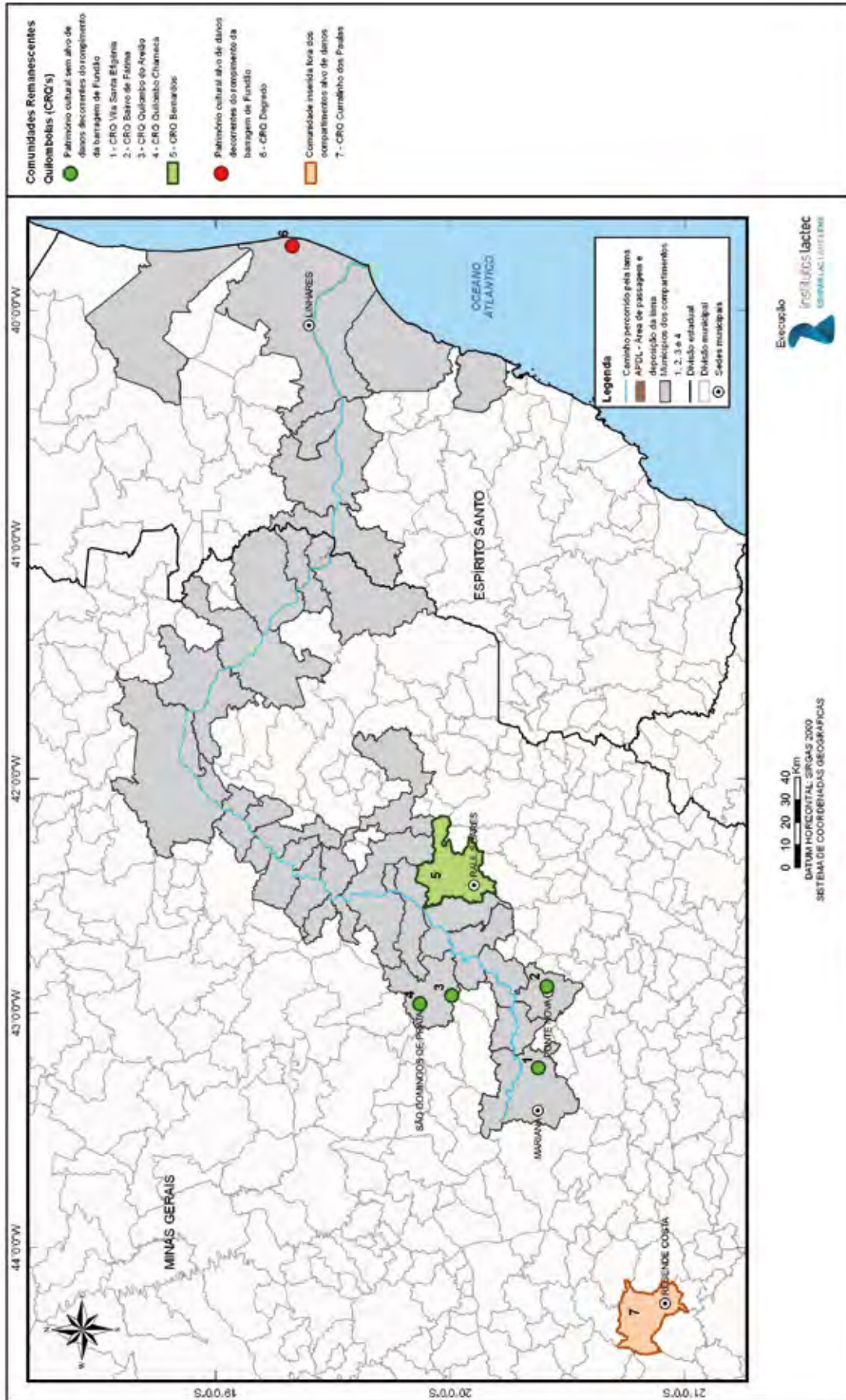
Tabela 26 – Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) avaliadas

Nome	Cidade	Decreto
Curralinho dos Paulas*	Resende Costa/MG	Não consta na FCP
Vila Santa Efigênia	Mariana/MG	01420.003941/2010 -05
Bairro de Fátima	Ponte Nova/MG	01420.000806/2007-02
Quilombo do Areião**	São Domingos do Prata/MG	Não consta na FCP
Quilombo da Charneca	São Domingos do Prata/MG	Não consta na FCP
Comunidade dos Bernardos	Raul Soares/MG	01420.002408/2006-31
Degredo	Linhares/ES	01420.002898/2015 -67

Legenda: *Apresentada anteriormente como município de Resplendor, mas que se localiza em Resende Costa; ** Ora inserida na lista de comunidades quilombolas pesquisadas.

Por sua vez, a Figura 152 a seguir evidencia a localização aproximada das comunidades quilombolas em relação à ADPL.

Figura 152 – Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) avaliadas



Alguns dos lugares reconhecidos como áreas quilombolas localizavam-se a uma distância grande do leito do rio Doce e de outras áreas atingidas. Nesses casos, a equipe de antropólogos procurou narrativas e memórias relacionadas a possível circulação de integrantes dessas comunidades por tais espaços próximos ao rio, o que poderia indicar a existência de danos ao patrimônio cultural quilombola. Em seis casos, não houve qualquer indício de relação mantida pela população quilombola com o rio e as áreas próximas ao desastre, conclusão corroborada também pelo levantamento de informações provenientes de bibliografia especializada e da divulgação dos próprios grupos. Cada uma das comunidades é apresentada de forma sucinta a seguir, seguindo-se de um item especialmente devotado à CRQ Degredo, única comunidade na qual foram identificados danos ao patrimônio cultural decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

6.1.1 CURRALINHO DOS PAULAS

A CRQ Curralinho dos Paulas foi arrolada na LB, pois havia sido indicada em listagens de bens culturais do estado de Minas Gerais, mas observou-se que a referida comunidade se insere no município de Resende Costa (CEDEFES, 2010), portanto, fora das áreas atingidas pelo desastre. Não obstante, não foi possível acessar a localização exata da comunidade, motivo pelo qual a comunidade está indicada na Figura 152 (citada anteriormente) com o contorno do município de Resende Costa.

6.1.2 VILA SANTA EFIGÊNIA

Certificada pela Fundação Cultural Palmares (processo administrativo nº 01420.003941/2010-05), a CRQ Vila Santa Efigênia localiza-se no distrito de Furquim, no município de Mariana-MG. O núcleo de ocupação da comunidade fica a sudoeste da sede do distrito de Furquim, cerca 4 km de distância. Seu território atinge as margens do rio do Carmo, em trecho o qual este não foi atingido pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão. O rio Gualaxo do Norte, curso d'água atingido mais próximo da comunidade, localiza-se a 8,5 km em linha reta, na direção norte. Por estradas de terra, a distância até o rio atingido é de cerca de 15 km, sendo as localidades mais próximas da comunidade Vila Efigênia, com danos flagrantes ocasionados pelo desastre, Paracatu de Baixo e Paracatu de Cima.

As pesquisas bibliográficas realizadas para a construção da LB não evidenciaram informações que indicassem danos ocasionados ao patrimônio cultural imaterial da comunidade Vila Santa Efigênia. A pesquisa remota de preparação para a realização das etapas de pesquisa de campo pela equipe de antropologia no âmbito do presente diagnóstico, por sua vez, tampouco identificou informações que declarassem diretamente a existência de danos ocasionados ao patrimônio imaterial da comunidade em questão.

Por este motivo, na delimitação da aplicação da metodologia de inspiração etnográfica delineada neste item, optou-se como estratégia de circunscrição das localidades que seriam visitadas, priorizar aquelas com maior proximidade dos cursos d'água diretamente atingidos pelos rejeitos despejados pelo rompimento da barragem de Fundão e, em contato com os interlocutores da região, buscar informações sobre a situação de localidades prioritárias para a investigação.

No caso de Vila Santa Efigênia, interlocutores de localidades de Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Pedras, Furquim e Monsenhor Horta não destacaram a presença e participação da população da comunidade quilombola em questão, relacionadas aos bens de caráter imaterial identificados e avaliados como afetados nestas localidades. Na mesma direção, entrevista realizada com um representante da Vila Santa Efigênia na sede de Furquim, indicou que para além da evidente percepção quanto aos danos ocasionados ao rio Gualaxo do Norte e à população diretamente atingida, sua comunidade não teria experienciado danos, tanto por seus moradores não participarem de forma regular e organizada de celebrações, formas de expressão, ofícios danificados pelo desastre, quanto por não manterem relações de parentesco e/ou mobilidade cotidiana entre seu território e as localidades diretamente atingidas. Ademais, constatou-se tanto pela análise de imagens de satélite quanto por meio das entrevistas mencionadas junto a interlocutores da região, que o território da comunidade quilombola conta com o Rio do Carmo em suas proximidades, curso d'água não atingido nesta localidade, portanto, não indicando a interrupção do abastecimento de água ou de atividades relacionadas ao ambiente e cultura ribeirinha relacionadas à ocorrência do desastre.

Corroborando estas constatações segue que a comunidade quilombola Vila Santa Efigênia fora originalmente indicada no TTAC do MPF, para posteriormente ser retirada da listagem do MP por não se ter observado, de fato, danos, sendo apontadas apenas medidas no campo da comunicação social (RAMBOLL, 2017).

Segue-se, portanto, que a Vila Santa Efigênia, destacada na listagem de localidades prioritárias na LB, alvo de avaliação e de levantamentos executados por consultorias independentes, não demonstrou indicadores que justificassem o aprofundamento da pesquisa de campo tendo como referência a localidade em questão.

6.1.3 BAIRRO DE FÁTIMA

Certificada pela Fundação Cultural Palmares (processo administrativo nº 01420.000806/2007-02), a CRQ Bairro de Fátima localiza-se ao sul da área urbana do município de Ponte Nova-MG, tendo suas ruas distribuídas em meio a escarpas de colinas que conformam o vale do rio Ipiranga, que atravessa a mancha urbana de Ponte Nova, seguindo em direção norte até sua confluência com o rio do Carmo, para a formação do rio Doce. A comunidade quilombola do Bairro de Fátima localiza-se a cerca de 15 km, em linha reta, do trecho de curso d'água mais próximo atingido pelos rejeitos provenientes do rompimento da barragem de Fundão, correspondendo este justamente ao local de formação do rio Doce. O percurso ao local, por sua vez, é feito por estradas asfaltadas e de terra, passando pelo centro da cidade de Ponte Nova, seguindo em direção norte, de cerca de 20 km.

As pesquisas bibliográficas realizadas para a construção da LB não identificaram informações que apontassem danos ocasionados ao patrimônio cultural imaterial da comunidade quilombola do Bairro de Fátima, assim como a pesquisa remota de preparação para a realização das etapas de pesquisa de campo pela equipe de antropologia. Tampouco a equipe identificou informações que atestassem a existência de danos ocasionados ao patrimônio imaterial da comunidade em questão.

As seguintes informações levaram a equipe de antropologia a concluir que não existiram danos ocasionados pelo desastre nos bens culturais da comunidade: (a) A identificação da localização da CRQ

Bairro de Fátima em área urbana distante dos cursos d'água atingidos pelos rejeitos, (b) sua implantação, estando o assentamento posicionado em cotas mais altas de terrenos, não sujeitas a inundações provocadas pela enchente ocasionada pelo rompimento e, (c) o abastecimento de água da localidade ser proveniente do rio Ipiranga, de trecho não atingido.

Portanto, adotou-se a estratégia de buscar ativamente informações sobre os danos ocasionados pelo rompimento em localidades de atenção prioritária (como as comunidades quilombolas), também por meio dos interlocutores de localidades flagrante e diretamente atingidas próximas ao curso do rio do Carmo e região de formação do rio Doce (foz do rio Ipiranga). Em entrevistas realizadas com interlocutores no Vale do Xopotó (Ponte Nova-MG), sede do município de Rio Doce-MG, Santana do Deserto (Rio Doce-MG), São Sebastião do Soberbo (Santa Cruz do Escalvado-MG) e na sede de Santa Cruz do Escalvado-MG, não foram identificados indícios que os comunitários da Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) Bairro de Fátima participassem de forma regular e organizada de celebrações, formas de expressão e ofícios danificados pelo desastre, ou mantivessem relações de parentesco e/ou mobilidade cotidiana entre seu território e as localidades diretamente atingidas. Não obstante estas indicações, a equipe de antropologia também realizou visita técnica à comunidade quilombola do Bairro de Fátima para a realização de entrevistas e observação da configuração do território da comunidade.

Contatou-se que a comunidade em questão abriga a Associação Quilombola Herdeiros do Banzo (com membros dos bairros de Fátima, São Pedro, Novo Horizonte, Palmeirense e Cidade Nova), tendo como objetivo a valorização da cultura afro brasileira e o incremento/desenvolvimento do bairro através de atividades para geração de renda e/ou valorização da cultura local. A comunidade não possui um território rigidamente delimitado, tendo seus membros suas residências dispersas pelos bairros na área urbana, mantendo suas fronteiras fluídas.

Foram realizadas duas entrevistas em profundidade com membros de uma associação local (interlocutor 21321). Na ocasião foi apresentada aos pesquisadores a sede da associação, ampla, com dois pavimentos, erguida em alvenaria de tijolos com partes da edificação a serem finalizadas. A Associação conta quatro núcleos: Akatu-erê, Retalharte, Cantoria Irmandade Bantu e Ciclo de Estudos. Abriga oficinas de percussão, produção de tapetes e outros utensílios de retalhos, estudos étnicos e apresentações de música e dança. O espaço é utilizado pelos moradores do bairro como ponto para a realização de festas, como as juninas. Segundo foi informado, a associação passa por dificuldades financeiras, mas mantém parte de suas atividades, em especial aquelas ligadas à música e manifestações étnicas.

Quanto ao histórico da comunidade Bairro de Fátima, os interlocutores indicaram que ao longo do século XX a região de Ponte Nova (situada na Zona da Mata mineira) teve sua economia baseada na monocultura de café e cana de açúcar (atualmente mais voltada à suinocultura e comércio). Segundo relatos, a comunidade do bairro de Fátima era conhecida como "Sapé", em referência às casas de sapé construídas pelos seus antigos moradores, descendentes de negros escravizados que trabalhavam nas lavouras da região e que, ao longo do tempo, foram abandonando as atividades rurais e ocupando o sopé de morros próximos à área urbana da cidade.

Segundo informações dos interlocutores, as dificuldades financeiras e de manutenção mencionadas pelos diretores da Associação não estão relacionadas à ocorrência do desastre, assim como,

corroborando as informações levantadas pelas etapas de pesquisa pré-campo, os habitantes da comunidade Bairro de Fátima não participavam de forma regular e organizada de celebrações, formas de expressão, ofícios danificados pelo desastre, nem mantinham relações de parentesco e/ou mobilidade cotidiana entre seu território e as localidades diretamente atingidas. Ademais, segundo as informações coletadas, os membros da comunidade do Bairro de Fátima estão voltados cotidianamente a atividades e práticas culturais realizadas nas áreas urbanas do município, em especial, na significação de seu território enquanto espaço de afirmação étnica com o qual mantêm fortes laços históricos.

Segue-se, portanto, que a comunidade quilombola do Bairro de Fátima, destacada na listagem de localidades prioritárias na LB, alvo de avaliação pela equipe de antropologia, não teve seu patrimônio cultural afetado em decorrência do rompimento da barragem de Fundão.

6.1.4 QUILOMBO DO AREIÃO

Foi localizada uma menção, em levantamento pré-campo realizado pela equipe de antropologia, ao Quilombo do Areião (não certificado pela Fundação Cultural Palmares). Essa comunidade não havia sido indicada na LB. As informações disponíveis sobre a localidade se restringem ao Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES, 2010), onde se indica que sua localização é cerca de 2 km da sede do distrito de Cônego João Pino, no município de São Domingos da Prata-MG, distante cerca de 20 km de sua sede. Com base nestas informações, foi averiguado que a localidade dista 14 km do trecho mais próximo do rio Doce em linha reta, e cerca de 32 km distante por meio das rodovias e acessos locais.

As informações disponíveis no site do CEDEFES, datadas do ano de 2010, afirmam que a comunidade contava com cerca de 50 moradores, cuja principal forma de renda provinha de programas de assistência social como Bolsa Família e aposentadorias, além dos serviços pagos em forma de diárias em fazendas que circundam a localidade. Quanto às características culturais, o relato menciona que é de conhecimento dos locais o fato de que seu território seria fruto de doação de pequena parcela de uma fazenda produtora de café e milho, realizada após o processo de abolição da escravatura. Todavia, os moradores locais estavam ainda sendo introduzidos ao debate identitário sobre a questão quilombola.

Não obstante, dada a distância entre a comunidade e a área alvo de passagem e deposição de lama, de acordo com as informações acessadas sobre a comunidade, pode-se afirmar que a CRQ Quilombo do Areião não foi alvo de danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

6.1.5 QUILOMBO DA CHARNECA

Não certificada pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade Quilombo do Charneca foi identificada por meio de pesquisa bibliográfica na LB como bem cultural material, caracterizado como de tipo “edificação” localizada na sede do município de São Domingos da Prata-MG, por meio do Inventário de Proteção do Acervo Cultural do município (de 2015). A sede do respectivo município localiza-se a cerca de 28 km (em linha reta) da calha do rio Doce, em seu curso médio, na direção sudeste. Para atingi-la por estradas, o percurso é de cerca de 45 km.

As pesquisas bibliográficas e a pesquisa remota de preparação as etapas de pesquisa de campo pela equipe de antropologia não obtiveram quaisquer indicações acerca da existência de uma comunidade identificada como quilombola na sede do município. Ademais, o diagnóstico de bens materiais não constatou danos ao patrimônio cultural da sede de São Domingos da Prata-MG.

Por conseguinte, dada a grande distância da área diretamente atingida e a inexistência de indicações sobre a existência de coletivos sociais reconhecidos como quilombolas associados ao bem identificado, a equipe de antropologia coordenou esforços e recursos durante a realização do campo rumo à localidades com alta probabilidade de terem sido afetadas em seu patrimônio cultural imaterial na região atingida. Pode-se concluir que não ocorreram danos à eventual comunidade quilombola, denominada “Quilombo Charneca” apontada como localizada na sede do município. Não obstante, essa comunidade é indicada na Figura 152 (citada anteriormente) como CRQ tendo em vista a indicação constante do Inventário de Proteção do Acervo Cultural do município (de 2015). A inserção da comunidade porventura existente no mapa tem como finalidade enfatizar a distância do bem edificado relacionado a essa comunidade em relação à área atingida pelo desastre.

6.1.6 COMUNIDADE DOS BERNARDOS

A Comunidade dos Bernardos é reconhecida pela Fundação Palmares (Decreto 01420.002408/2006-31), estando localizada no município de Raul Soares. Embora não tenham sido obtidas informações acerca da sua localização exata no município (motivo pelo qual a comunidade está indicada na Figura 152, citada anteriormente, com o contorno/limites de Raul Soares), a análise da pequena porção do território político-administrativo de Raul Soares banhada pelo Rio Doce não evidenciou práticas culturais dessa comunidade nas proximidades da área atingida pelo rompimento da barragem de Fundão. Por conseguinte, o diagnóstico de danos ao patrimônio cultural para essa comunidade, decorrentes do desastre, foi negativo, ou seja, os bens culturais da Comunidade dos Bernardos não sofreram danos.

6.1.7 COMUNIDADE DEGREGO

A localidade de Degredo foi recentemente reconhecida pela Fundação Palmares como área de remanescentes quilombolas (Decreto 01420.002898/2015-67). Localiza-se no litoral de Linhares-ES. São evidentes, no local, as disputas por legitimidade identitária, que articulam o reconhecimento como descendentes de quilombolas, originários do território, e o reconhecimento por parte da Fundação Renova com o objetivo de receber indenizações e outros aportes financeiros. O patrimônio cultural da comunidade apresenta danos decorrentes do rompimento da barragem, mais precisamente, o Conjunto de Celebrações de Degredo e o Balneário de Degredo, apresentados no item 2 desse capítulo.

6.1.8 DESAFIOS DO DIAGNÓSTICO DE DANOS AOS BENS CULTURAIS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Nesse item pretende-se expor algumas reflexões acerca dos desafios do trabalho voltado ao diagnóstico de danos ao patrimônio cultural das comunidades tradicionais afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão, em especial, das comunidades quilombolas, alvo do presente capítulo.

Primeiramente, deve-se ressaltar que a ausência de um estudo socioeconômico prévio constituiu no maior obstáculo encontrado para o desenvolvimento da presente pesquisa, assim como a ausência de estudos antropológicos de fôlego a respeito desses contextos por parte da Fundação Renova.

Se por um lado tem-se esses desafios de natureza contingencial, quando se considera o problema do levantamento do patrimônio cultural de populações tradicionais, esbarra-se em problemas de ordem estrutural, largamente apontados em estudos voltados ao tema.

Esse desafio está relacionado ao conceito de comunidade tradicional, assim expresso no art.3º do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), em seu primeiro inciso:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

Trata-se de identificar os sujeitos de direitos que são reconhecidos por instituições governamentais como povos tradicionais. No caso do patrimônio cultural foi elaborado um estudo específico voltado aos povos indígenas, conforme expresso no item 2.6. enquanto no presente item são oferecidos os resultados da pesquisa relacionada às comunidades quilombolas.

Campos (2018) indica que o artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988, em seu parágrafo quinto, determina que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”, enquanto o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) 68 dita que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. O autor chama atenção para as manobras realizadas durante o processo de construção da Carta Magna, resultando no fato de que o patrimônio cultural ficou expresso no texto principal, enquanto a questão fundiária foi inserida nas ADCTs. Por conseguinte, o autor demonstra que

“de um lado, atribuiu-se reconhecimento identitário às culturas até então marginalizadas pelas políticas públicas desenvolvidas através do patrimônio, mas por outro, postergou o enfrentamento da espinhosa Reforma Agrária ao se desvincular a emissão de propriedade quilombola (...) das práticas culturais a elas relacionadas” (CAMPOS, 2018, p. 102).

Interessa evidenciar que essa disjunção entre patrimônio cultural e emissão de títulos de propriedade resulta em desafios para o levantamento em tela. Isso porque deve-se considerar que exista um número maior de comunidades tradicionais e, em especial, quilombolas – foco desse capítulo, do que aquelas reconhecidas pelo Estado Brasileiro. Por exemplo, dentre as 7 comunidades que compõe a análise em tela, apenas 4 são reconhecidas pela Fundação Palmares.

O Parecer Técnico Nº 318/2017 do Ministério Público Federal (BRASIL (MPF), 2017) evidencia esse desafio ao trazer um levantamento das comunidades tradicionais na bacia hidrográfica do rio Doce. Esse estudo partiu do levantamento de famílias tradicionais inseridas no Cadastro Único do MDS (atualmente Secretaria Especial de Desenvolvimento Social), divididas nas seguintes categorias: Família Indígena, Família Cigana, Família Extrativista, Família de Pescadores Artesanais, Família pertencente a

Comunidade de Terreiro e Família Ribeirinha¹⁹. A Figura 153 a seguir espacializa os resultados, tendo sido identificadas 692 famílias em 41 municípios.

Figura 153 – Sobreposições das comunidades tradicionais sobre a bacia do rio Doce.



Fonte: BRASIL (MPF), 2017.

A Figura 153, citada anteriormente, mostra diversos pontos com famílias autodeclaradas quilombolas, para além das terras quilombolas reconhecidas. O documento chama a atenção para o caráter preliminar da pesquisa, indicando que outras famílias podem não ter sido contabilizadas, apontando ainda que o cadastro utilizado para a pesquisa parte da autodeclaração das famílias. Importante lembrar que uma família pode se declarar quilombola, sem estar inserida em uma comunidade legalmente reconhecida. Por conseguinte, quando são comparadas as localizações das famílias autodeclaradas quilombolas e os territórios quilombolas reconhecidos, um quadro complexo é delineado, tendo em vista que apenas um estudo socioeconômico aprofundado poderá resultar em um desenho e cartografia mais precisas a respeito do patrimônio cultural quilombola alvo de danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

A disjunção acima indicada por Campos (2018) vem em favor das considerações do Parecer do MPF, uma vez que trata-se de reconhecer o choque entre as formas de vida e de propriedade das comunidades tradicionais e as políticas territoriais do Estado-Nação, motivo pelo qual a Constituição de 1988 avançou em reconhecer o patrimônio dessas comunidades, mas não conseguiu garantir que esse patrimônio assegurasse automaticamente a posse desses territórios tradicionais. Por conseguinte,

¹⁹ Para além disso, cabe lembrar que as demais categorias indicadas no parecer do MPF (Família Cigana, Família Extrativista, Família de Pescadores Artesanais, Família pertencente a Comunidade de Terreiro e Família Ribeirinha), até o momento, fazem parte do diagnóstico de danos aos bens imateriais de forma integrada, não tendo sido realizados estudos recortados pelo caráter dessas famílias enquanto componentes de comunidades tradicionais.

“que se nota é que todos esses grupos guardam uma cosmovisão específica que se reflete em territorialidades diferenciadas. Ou seja, habitam e se relacionam com o meio ambiente de forma única, sendo que saberes ambientais, ideologias e identidades são utilizadas para estabelecer e manter seu território. Trata-se de grupos com regimes de propriedade e vínculos afetivos relacionados diretamente ao território, tendo a noção de pertencimento a um lugar específico, atrelada a profundidade histórica da ocupação na memória coletiva, algo expresso no uso social que é dado ao espaço, como também das formas de defesa e reprodução utilizadas. Logo, a história das fronteiras de expansão no Brasil, nos últimos séculos, invoca uma conduta de choque com povos tradicionais que habitam diferentes regiões no Brasil. De forma homogeneizante, o poder colonial tende a suprimir as manifestações ideológicas e políticas desses grupos. Na medida que buscam a expressão de territorialidades distintas, através de uma regularização fundiária diferenciada, esses grupos entram em embate com ideologias influentes na territorialidade do estado-nação” (BRASIL (MPF), 2017, p. 5-6, grifo nosso).

Os embates entre as formas tradicionais de propriedade e organização e as políticas do Estado Nação resulta, assim em um

“sub registro cadastral de tais grupos, na medida que o cadastro implica um reconhecimento estatal Da mesma forma, há uma dificuldade em se criar mapas e cartografias que expressem a territorialidade desses povos, pois possibilita são instrumentos de empoderamento, potencializando e visibilidade demandas de regularização fundiária” (BRASIL (MPF), 2017, p. 7)

Desse modo, mais uma vez, o que se coloca em pauta é o conceito de vulnerabilidade. O parecer indicado, por exemplo, aponta que grande parte das famílias auto reconhecidas como tradicionais encontram-se em situação de vulnerabilidade social, o que reforça a conclusão de que trata-se também de um patrimônio cultural altamente vulnerável, não reconhecido pelo Estado e pertencente a famílias que muitas vezes não são também reconhecidas em seus modos tradicionais de organização, não tendo nem seus territórios de vivência garantidos (BRASIL (MPF), 2017, p.12).

A análise dos programas em desenvolvimento pela Fundação Renova, avaliados pela consultoria Ramboll (2019), também aponta desafios de monta no que concerne aos programas devotados as comunidades tradicionais. A Figura 154 a seguir traz os municípios com comunidades tradicionais identificadas (excetuando-se as indígenas).

Figura 154 – Comunidades com povos e comunidades tradicionais.



Fonte: RAMBOLL (2019).

A Ramboll indica duas questões a serem consideradas:

- é possível que existam comunidades tradicionais potencialmente atingidas pelo desastre, ainda não reconhecidas, indicando potencial descumprimento de parte do acordo firmado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC).
- até o momento do documento, em novembro de 2019, estavam sendo desenvolvidas ações emergenciais apenas na Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) de Degredo, em Linhares/ES e, parcialmente, aos garimpeiros e faiscadores de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce/MG.

Do ponto de vista do patrimônio cultural, dentre as comunidades quilombolas reconhecidas apenas a CRQ Degredo constituiu alvo de danos, demandando ações de recuperação e compensação equivalentes – conforme ver-se-á no item adiante (item 6.2). No que concerne aos garimpeiros e faiscadores, o bem imaterial Faiscagem e Pesca, analisado no Compartimento 1 (item 3.5.2), aponta igualmente para ações de recuperação e compensação.

Interessante notar que o mapa apresentado anteriormente (Figura 154) indica a ausência de comunidades tradicionais afetadas nos municípios de São Domingos do Prata e Raul Soares, onde estão localizadas as comunidades quilombolas do Areião/Charneca e Bernardos, respectivamente, corroborando as conclusões apresentadas neste trabalho, que indica que essas comunidades não foram atingidas em seus bens culturais.

No diagnóstico de danos ao patrimônio cultural, em muitos casos foi possível levantar narrativas que relacionavam populações não auto reconhecidas como quilombolas a um passado e ancestralidade de resistência – como por exemplo, nas localidades de Merengo, Santana do Deserto e Vale do Xopotó²⁰. Em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural é compreensível que algumas comunidades não se autodeclarem quilombolas, tendo em vista todos os preconceitos decorrentes dessa identificação.

Deve-se compreender manifestações culturais afro-brasileiras (ou com sua forte influência) em diferentes localidades em Minas Gerais e no Espírito Santo como constituintes da trajetória das comunidades quilombolas e negras. Todavia, essas narrativas, muitas vezes, não traziam uma autodefinição como comunidade quilombola e não se associavam a comunidades formalmente reconhecidas como quilombolas, portanto, não sendo incluídas neste relatório como parte concernente ao “componente quilombola”. Não obstante, estas localidades e bens culturais de caráter imaterial foram descritos – em caso da ocorrência de danos - neste relatório, tais como a Folia de Reis, a Capoeira e a Congada²¹. Certamente, a influência cultural afro-brasileira e quilombola está presente de maneira intensa nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, apesar de terem sido poucas as comunidades identificadas como tal e de fato localizadas no âmbito desta pesquisa.

6.2 DIAGNÓSTICO DE DANOS AOS BENS IMATERIAIS DA CRD DEGREGO

A Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo (CRQD) está localizada no município de Linhares, distante cerca de 50 km de sua sede. Seu território abrange uma extensa área em direção ao interior do continente e, também, parte do litoral, sendo interceptada pelo rio Ipiranga, além da presença de algumas lagoas, como a Lagoa de Cacimbas e a Lagoa do Junco.

A população de CRQD reconhece de forma enfática sua autoafirmação identitária enquanto uma Comunidade Remanescente de Quilombo, afirmando seus laços genealógicos, históricos e culturais tanto com seus ancestrais quilombolas quanto com populações indígenas nativas da região do chamado “Vale do Suruaca”, onde se situa seu território. Segundo os informantes, desde 2004 já haveria dentre os comunitários a percepção da necessidade da organização dos moradores do local em torno da autoafirmação identitária de sua população enquanto remanescentes de quilombo. Todavia, sua organização para a reivindicação da certificação pela Fundação Cultural Palmares teve início apenas em 2015 (processo administrativo nº 01420.002898/2015-67), por meio de um estudo feito por profissionais da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, que gerou um relatório sobre o histórico do Degredo e suas particularidades. Apesar de as portarias referentes à certificação terem sido publicadas no Diário Oficial da União em 2016, o processo de titulação a ser realizado pelo Incra ainda não foi concluído.

Segundo os interlocutores consultados a CRQD possui uma população de cerca de 440 pessoas, ou 140 núcleos familiares, que ocupam domicílios ao longo de diferentes porções de seu território,

20 O diagnóstico dos bens materiais apontou essas localidades como possivelmente relacionadas a uma trajetória histórica própria das comunidades remanescentes quilombolas, entretanto, essas pessoas não se declararam como quilombolas durante as atividades de campo, motivo pelo qual não são analisadas aqui sob essa lente.

21 Vale apontar que a Capoeira é reconhecida como patrimônio imaterial do Brasil (IPHAN, 2019a), enquanto as Congadas de Minas Gerais encontram-se em processo de registro pelo IPHAN (2019c). Por sua vez, a Folia de Reis foi recentemente reconhecida como patrimônio imaterial de Minas Gerais (AGÊNCIA BRASIL, 2017).

configurando conjuntos de moradias esparsas, geralmente organizadas por laços familiares de maior proximidade entre seus habitantes, apresentando uma configuração de assentamento de múltiplos núcleos. A comunidade é composta por distintos “troncos” familiares, e na percepção dos interlocutores todos os moradores do local são “parentes”. Segundo depoimentos, caracteristicamente os agrupamentos residenciais são construídos à órbita de familiares mais velhos, cujos filhos, após o casamento, vão separando lotes e construindo novas casas nos arredores.

Em relação aos seus equipamentos, Degredo não conta com instituições de ensino em funcionamento, ou unidades de atendimento de saúde, assim como equipamentos de lazer construídos. A sede municipal e o distrito de Pontal do Ipiranga são os principais destinos para os estudantes de ensino fundamental e médio e para os habitantes que necessitam de atendimento de saúde.

O CIC, Centro de Integração Comunitária, é um dos poucos equipamentos de uso coletivo da comunidade. Construído como uma das condicionantes para o processo de licenciamento e implantação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas/Petrobrás em 2010, o equipamento conta com salas para reuniões, sede da Associação Comunitária (atualmente Associação de Moradores e Produtores Rurais e Quilombolas), Centro de Capacitação de Mulheres e o Museu Histórico do Degredo Martins Carapina (ID: 53, Coleções Arqueológicas), além de uma biblioteca.

Espalhados pelo território, próximos aos núcleos de residências, estão presentes pequenos bares que são os únicos estabelecimentos comerciais da localidade, funcionando como espaços de reunião dos moradores próximos para confraternizações, forrós e para as tradicionais rodas de “bater tambor” (Congo, Jongô e Folia de Reis).

Segundo os entrevistados, a população de Degredo mantém até os dias de hoje as características de suas atividades de subsistência ligadas ao que entendem como sua história e ancestralidade. O trabalho “na roça”, a criação de animais, plantação de coco e produção de mel foram mencionadas como atividades relevantes para a economia doméstica das famílias, assim como a manutenção de pequenas hortas para o consumo familiar. Atividades, por sinal, percebidas como prejudicadas pela qualidade da água para irrigação e dessedentação. A comunidade enfrenta situação de intensa crise hídrica devido à má qualidade da água. A pesca foi mencionada de forma enfática pelos interlocutores como a principal atividade produtiva realizada pelos habitantes de Degredo, em suas modalidades comercial e artesanal. Posteriormente ao desastre (referido como a “chegada da lama” pelos informantes), a prática da pesca em todas suas modalidades e localidades no território quilombola foram interrompidas.

As principais celebrações realizadas na CRQD são Festa de Santo Antônio (13 de Junho), Festa de São João (24 de Junho), Festa de São Pedro (29 de Junho), Festa de Nossa Senhora Aparecida (12 de Outubro) que contam com suas formas de expressão características como o Forró, Quadrilha, Cavalgada e Fogueira. Ademais, os habitantes da comunidade mantêm a tradição de “bater tambor” em suas formas de expressão conhecidas como Folia de Reis ou Reisado (próximo ao Natal), Congo e Jongô (realizado em momentos de celebração e encontros ao longo do ano). Tais práticas, todavia, foram mencionadas pelos interlocutores como “adormecidas” devido às consequências ocasionadas pelo desastre para o modo de vida tradicional dos habitantes de Degredo, assim como pela queda na renda ocasionada pela “chegada da lama” e posterior interrupção da prática da pesca.

Segundo os entrevistados, os habitantes de Degredo seriam em sua maioria católicos. Atualmente há na localidade duas igrejas católicas, uma dedicada a Nossa Senhora Aparecida e outra a São Benedito. Há também evangélicos, principalmente membros da Assembleia de Deus que, segundo entrevistados, mantêm dois templos de distintas denominações na comunidade. Uma menor parte da população local, ainda, considera-se umbandista e frequenta terreiros localizados fora da comunidade. No relato do interlocutor 51242, havia cerca de três terreiros na comunidade onde se cultuavam as religiões de matriz africana, porém hoje não mais existem. As famílias ainda realizam os trabalhos, mas de forma discreta, pois têm medo do preconceito por parte dos frequentadores de outras religiões.

Em relação ao início da Comunidade do Degredo, o interlocutor 53452, morador de Degredo, contou que ela foi fundada por seu avô “Atalino, descendente de africano, refugiado da África!”. Segundo o interlocutor 53452, o “velho Atalino” teria chegado pela primeira vez ao atual território de Degredo por volta de 1917, vindo dos arredores do município de São Mateus, navegando em canoa por diferentes cursos d’água até o rio Ipiranga, desembarcando no local que escolhe como propício para a abertura da densa mata que lá encontra para suas roças de mandioca e produção de farinha. De acordo com o interlocutor 64335, com atualmente 92 anos de idade, “depois de alguns anos ele [Atalino] achou que aqui já estava propício, com a roça de mandioca plantada, um barraco construído para moradia, e em 1922 trouxe a família pra cá [...]”.

Os interlocutores 64335 e 64334, moradores do Degredo, (respectivamente filho e neto do “velho Atalino”), relataram versões similares da chegada do fundador da localidade. Segundo os interlocutores 53452 e 64335, o “velho Atalino” teria deixado São Mateus para viver em “liberdade”, longe da fazenda onde residia. Em seus trajetos pela região teria conhecido muitos outros “negros fugidos” e também “índios” que ali habitavam.

De acordo com os depoimentos dos interlocutores 53452, 64335, 53454, 53453 e 51242, a figura de Atalino e as histórias que remetem a sua figura são associadas pelos habitantes de Degredo ao início da ocupação de seu território atual de vida, sendo o “velho Atalino” reconhecido como o ancestral fundador da ocupação do local. Para além deste aspecto fortemente ligado à ancestralidade da ocupação do território, estes interlocutores destacaram que a figura de Atalino e seus conhecimentos, habilidades são a “origem” das atuais características que reconhecem como as heranças tradicionais que fornecem uma perspectiva unificadora sobre os modos de vida particulares dos habitantes da comunidade.

O interlocutor 64335, por exemplo, mencionou que “velho Atalino” era conhecedor dos segredos das ervas e plantas medicinais e das rezas a eles associados que permitiam toda espécie de cura de enfermidades, tais conhecimentos em sua perspectiva são os mesmos mobilizados pelas benzedadeiras/os da comunidade, e as plantas e ervas são aquelas coletadas nas praias e margens de rios, ou cultivadas nas pequenas hortas familiares.

Segundo o interlocutor 64335, depois de alguns anos após o estabelecimento permanente de Atalino e sua família em Degredo, chegaram mais duas famílias no local para “ajudá-lo”. Com o passar dos anos, disse, “a roça foi aumentando” e a partir de 1930 houve um fluxo mais forte de famílias dos chamados “chegados” que começaram a lotear o território. Segundo os interlocutores 64335 e 53452, estas famílias “chegantes” vieram de localidades rurais do município de Linhares-ES e São Mateus-BA,

sendo estes os ancestrais das diversas famílias que atualmente habitam Degredo. O próprio Atalino, por sua vez, contaram os interlocutores 64335, 53452 e 51242, teve ao longo de sua vida “cinco esposas, e com elas teve vinte e um filhos!”. Conforme explicou o interlocutor 51242, “atualmente são mais ou menos sete famílias de quilombos, sete núcleos, que vieram faz muito tempo pra cá [...]”.

Ponto importante a ser destacado, que fora afirmado nos depoimentos dos interlocutores 51242, 53452, 64335 e 53455, é que algumas das esposas de Atalino assim como alguns dos “chegantes” seriam indígenas, o que teria provocado uma “mistura” entre descendentes de “escravos” e indígenas da região da planície da foz do rio Doce e do sul da Bahia. O interlocutor 64335 mencionou que seu pai Atalino sabia da presença na região de Degredo de populações indígenas e que, em suas andanças, mantivera boas relações com eles. Já o interlocutor 51242, em seu depoimento, além de enfatizar o caráter de miscigenação característico à formação de Degredo, menciona que foram encontradas cerâmicas guarani enterradas na região, e que há entre os habitantes do Degredo descendentes diretos dos Botocudos e dos Tupiniquim: “Então quer dizer que antes mesmo da família do Atalino chegar aqui tinha uma ocupação indígena aqui. [...] No nosso caso, a minha família por parte de mãe, nós somos descendentes diretos de Tupiniquim, a minha tataravó foi pega no laço, minha avó morreu com muito mais de 100 anos, ela tem essa descendência forte indígena”. O interlocutor 51242 também enfatiza a importância das heranças negras e indígenas para a Comunidade: “Isso é muito importante, porque a gente atribui a cultura da mandioca aos negros aqui, a farinheira, mas na verdade isso é herança indígena também, os quitungo, que são as casas de farinha.”

Os interlocutores 51242 e 53454 foram os principais que relataram como se dera o “entendimento” dos habitantes de Degredo de que sua ancestralidade estava ligada aos “negros”. Segundo o interlocutor 51242, foi a partir de 2004 que a comunidade começou a mudar seu olhar e se perceber como remanescente quilombola, porém na época isso não foi levado adiante. O interlocutor menciona que “meus irmãos que levaram isso pra frente, [pesquisadores da UFES] que trouxe essa possibilidade pra eles, eles decidiram levar em frente com o levantamento que levou à certificação em 2016”. O interlocutor 51242 em sua fala se refere à atuação da Associação de Pescadores Extrativistas do Degredo, que em 2015 teria levado adiante o intuito de solicitar a certificação de Degredo como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares.

Os entrevistados também mencionaram episódios da história mais recente da comunidade, principalmente aqueles relacionados a eventos que causaram grandes transformações em seu modo de vida ao longo do tempo. Por exemplo, a enchente de 1979 foi lembrada pelos interlocutores 53454, 64335, 53452 e 53453 pelo estado de calamidade e destruição causado pela força das águas. O interlocutor 53452, assim como 53454, declararam sua percepção de que as águas da enchente de 1979, assim como a de 2013, trouxeram resíduos contaminantes provenientes tanto das atividades de mineração em Minas Gerais como das plantações rio Doce acima. O interlocutor 53452, em sua reflexão, afirmou que após a ocorrência do desastre, em que pode observar os rejeitos de minério e ter o conhecimento de que se tratava, reconheceu que nos vestígios deixados pela enchente de 2013 o mesmo tipo de material podia ser observado.

Com os prejuízos causados pela enchente de 1979 várias famílias venderam partes dos lotes que ocupavam, ou mesmo abandonaram Degredo para tentar a sorte em centros urbanos próximos,

e muitos destes lotes foram comprados por valores irrisórios por grandes proprietários de fazendas da região, aumentando os casos de grilagem de terras. Segundo o interlocutor 53454 “quem é do Degredo somos acostumados com lutas, brigar com grandes pessoas, porque fazendeiros riquíssimos compraram terra aqui e tinha plano de matar a gente mesmo”.

Outro evento relatado como importante para a história local foi o início das atividades da Petrobrás na região, causando impactos significativos ao território da comunidade. A atuação da Petrobrás na região ao longo das décadas, narrada pelo interlocutor 53454, teve seu ápice com a instalação da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas (UTGC) no ano de 2010. Na década de 1970 a Petrobrás começou a fazer pesquisas na localidade à procura de petróleo, sendo logo instalados os primeiros poços de extração. Na década de 1990 a empresa começou a extrair gás e em 2003 teve início a instalação da UTGC, que recebe o gás marítimo e o terrestre, trata e distribui por meio de gasodutos para a Grande Vitória e Nordeste. Apenas nos anos 2000 a energia elétrica chegou à região e algumas estradas foram abertas, como a que faz a ligação entre Povoação/Degredo/Pontal; outra que liga Degredo a Linhares pela Fazenda do Sol e uma via asfaltada que liga Cacimbas a Linhares. Tais estradas, no entanto, sofrem com as chuvas, quando buracos são formados, e por vezes, causando atolamento ou impedindo o tráfego de veículos.

A atuação do IBAMA no território quilombola, particularmente a partir da década de 1990 também foi lembrada pelos interlocutores 53454 e 53452 como um fator importante nas transformações do modo de vida da comunidade, por conta da efetiva fiscalização ambiental implementada, que favorece a preservação da biodiversidade do território. Todavia, afirmam que há certo ressentimento dentre os habitantes do local em relação aos prejuízos a seu território, causados pelos empreendimentos de fazendeiros de grande porte, assim como pela Petrobrás, que seriam em muito superiores àqueles oriundos de suas práticas tradicionais.

Segundo os interlocutores consultados, os rejeitos de mineração advindos da barragem de Fundão e despejados no rio Doce chegaram à área praiana de Degredo conduzidos pelas marés desde a foz do rio Doce. Em depoimento, os comunitários afirmaram que a Lagoa do Junco e a Lagoa do Belino também foram atingidas pelo rejeito, por receberem água do oceano durante os períodos de maré cheia. O rio Ipiranga que atravessa o território da comunidade, afirmaram, também teria sido atingido. A entrada do rejeito de minério em suspensão teria ocorrido pela Barra do Ipiranga, trecho em que o rio Ipiranga recebe em períodos de maré cheia água do oceano. Segundo os interlocutores a coloração da água do rio Ipiranga alterou-se significativamente, assim como seu “gosto” e “cheiro”. Segundo os relatos, a mortandade de peixes no rio Ipiranga fora de grandes proporções e, com o passar do tempo, teriam notado também alterações na vegetação próxima a suas margens.

Os moradores relataram, ademais, sua percepção da contaminação de lençol freático em seu território, notável pelos relatos de reações alérgicas, coceiras, vermelhidão e alterações drásticas na coloração da água dos poços artesianos que abastecem as residências do Degredo, posteriormente ao desastre. Os entrevistados, em unanimidade, afirmaram a impossibilidade do consumo da água dos poços artesianos.

As consequências imediatas para a população de Degredo estão atreladas à sua percepção da contaminação da água. Como já mencionado acima, Degredo convive atualmente com uma crise hídrica desde o desastre. Os interlocutores afirmam que a água está imprópria para consumo humano e animal, prejudicando as plantações. Na percepção do interlocutor 53453 “isso pra mim tem relação com essa água, que antes a gente plantava e colhia, hoje a gente planta e não colhe. A gente vai tomar um banho e sai debaixo do chuveiro se coçando igual macaco.”

Além disso, segundo relatos dos interlocutores as ações da Fundação Renova para atenuar os prejuízos à renda e subsistência das famílias do Degredo provocaram grande dano à vida social comunitária. A forma como o processo de cadastramento fora conduzida, afirmaram os entrevistados, gerou conflitos agudos na comunidade, pois a identificação de quem “é quilombola” ou “não é quilombola”, nas palavras do interlocutor 64334, fora conduzida a toque de caixa e de forma tumultuada.

Segundo o interlocutor 64334, há uma “guerra civil na comunidade”, acarretada por disputas de reconhecimento que se misturaram às disputas pelos auxílios financeiros da Renova. De acordo com ele, é normal que haja desavenças na comunidade, elas sempre existiram, mas esse contexto todo “é uma coisa, assim, já começando a sair do controle, porque entrou dinheiro no meio”. Aconteceu, inclusive, da população aumentar após o desastre por conta de pessoas ou que voltavam para receberem os valores ou que alugavam casas temporariamente para serem considerados com o direito do “benefício”. Toda essa definição entre quem merece ou não receber, quem é ou não quilombola, quem é ou não filho de Degredo, cria mecanismos de legitimação que são diversos a depender do lugar social em que se situa o indivíduo e a família. Os entendimentos são díspares e estão em disputa, o que coloca em risco a manutenção dos laços de sociabilidade da comunidade de Degredo como um todo.

Na fala de o interlocutor 64334 “a Renova está sendo omissa porque ela não está resolvendo um problema que ela mesma criou”. Ele afirmou sua preocupação que as pessoas que estão recebendo valores da Fundação Renova por conta do desastre “não estão pensando no futuro”. Além disso, a situação está difícil por conta das proibições da pesca e a sua percepção sobre a Fundação Renova é que “[...] eles vieram e deram o benefício. Muito bom, ajudou a comunidade carente, pessoal precisa de renda aqui, e eles não devem parar com isso, mas também tem que trazer mecanismos pra população desenvolver, trazer trabalho”. Ele afirma que hoje a Fundação Renova “tapa o sol com a peneira” distribuindo os auxílios financeiros para que não haja maiores protestos por parte da população.

A Figura 155 e Figura 156 a seguir mostram, respectivamente, a antiga residência do fundador da comunidade de Degredo e o fundador.

Figura 155 – Fotos da antiga residência de Athalino Leite de Araújo, fundador da comunidade, em Degredo. Degredo, Linhares (ES).



Fonte: Acervo de morador e registrado por Institutos Lactec em 10/11/2018.

Figura 156 – Foto antiga de Atalino Leite de Araújo, fundador da Comunidade do Degredo. Degredo, Linhares (ES).



Fonte: Acervo pessoal de morador e registrado pelos Institutos Lactec em 09/05/2019.

Foram realizadas 14 entrevistas em profundidade com quilombolas moradores da comunidade, além de conversas informais e visitas técnicas ao território guiadas pelos principais interlocutores locais. Dentro dos danos identificados à comunidade ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão, indicados pela percepção dos interlocutores, destacam-se o agravamento da crise hídrica e a emergência de conflitos internos em decorrência de processos de identificação de atingidos quilombolas para ações por parte da Fundação Renova.

Em trabalho de campo foram identificados dois bens de caráter imaterial, não constantes da LB, cujos danos foram alvo de avaliação detalhada constantes no presente relatório: Balneário de Degredo (tipo “lugar”) e Conjunto de Celebrações de Degredo (tipo “celebração”).

Quanto ao Balneário de Degredo, nota-se que a CRQD se caracteriza “pela proximidade com o oceano atlântico (praia do Degredo), pela presença das lagoas a beira-mar, assim como pelo rio Ipiranga, que atravessa a localidade, demarcando espacialmente a característica área de restinga e seu solo arenoso - próxima da praia - e as áreas alagadiças e pantanosas próximas ao rio. A pesca foi mencionada como uma prática fundamental para o modo de vida considerado tradicional pelos habitantes de Degredo. Os conhecimentos sobre a paisagem de seu território tradicional composto por lagoas, praia e rio Ipiranga foram diretamente relacionados nos depoimentos dos informantes aos conhecimentos sobre a prática da pescaria em sua relação com a fauna, flora e elementos dinâmicos como as marés, ventos e regimes lunares. Ademais as histórias conhecidas pelos mais velhos e passadas para as novas gerações, relacionadas à ancestralidade, por meio das quais os habitantes de Degredo percebem-se como parte de uma comunidade tradicional, quilombola e indígena, também se vinculam às práticas de navegação, pescaria e perambulação realizadas no território de Degredo e alhures. A pesca, em suma, é uma atividade produtiva de subsistência, mas fundamentalmente atrelada à produção e transmissão intergeracional de conhecimentos, tanto aqueles diretamente relacionados à atividade em si, quanto da memória histórica e genealógica da comunidade, assim como da reprodução dos laços afetivos ligados à memória e à vida cotidiana, atreladas à paisagem de seu território.

Como consta de forma detalhada do presente relatório, a frequência a estes lugares fundamentais para a memória, cotidiano, identidade e sacralidade fora, segundo os interlocutores, praticamente encerrada pelos moradores de Degredo dada a percepção em torno da contaminação da água e da biota, gerando decorrentes impactos nas práticas neles realizadas, caracterizando desconfiguração flagrante ao bem em destaque.

Em relação às celebrações, em destaque estão as celebrações em homenagem a Santo Antônio (13 de Junho), São João (24 de Junho) e São Pedro (29 de Junho) e Nossa Senhora Aparecida (12 de Outubro), com suas características danças organizadas da Quadrilha e brincadeiras e rituais das Fogueiras. Ademais, em Degredo também se realizavam ritos associados à Semana Santa e as formas de expressão caracterizadas de forma geral pelos entrevistados como a prática de ‘bater tambor’, mas que são qualificadas em suas diversas expressões como a Folia de Reis, o Congo de São Benedito e o Jongo (também conhecido como ‘Samba de São Benedito’). De forma geral os interlocutores afirmaram que estas manifestações culturais consideradas tradicionais foram prejudicadas pelo desastre, caracterizado como a ‘chegada da lama’ ao território de Degredo. Dada a percepção da contaminação das áreas pesqueiras e a interrupção desta atividade a fonte de renda das famílias locais foi prejudicada,

assim como sua rotina e práticas de socialização relacionadas a estes espaços. Pelo prejuízo à renda e à rotina, com efeitos sobre o moral e ‘animação’ dos comunitários, as mencionadas celebrações e formas de expressão deixaram de ser realizadas e praticadas.

A Figura 157 a seguir apresenta os bens imateriais alvo de danos na CRQ Degredo.

Figura 157 – Bens imateriais alvo de danos na Comunidade Degredo



6.2.1 CONJUNTO DE CELEBRAÇÕES DE DEGREDO

Na Comunidade de Remanescentes de Quilombos do Degredo existiam diversas celebrações realizadas ao longo do ano. Em destaque estão as celebrações em homenagem a Santo Antônio (13 de junho), São João (24 de junho) e São Pedro (29 de junho) e Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro), com suas características danças organizadas da Quadrilha, brincadeiras e rituais das Fogueiras. Ademais, em Degredo também se realizavam ritos associados à Semana Santa e as formas de expressão caracterizadas de forma geral pelos entrevistados como a prática de “bater tambor”, mas que são qualificadas em suas diversas expressões como a Folia de Reis, o Congo de São Benedito e o Jongo (também conhecido como “Samba de São Benedito”).

Os interlocutores 53454, 53452 e 53453 relataram que no Degredo se realizavam celebrações em homenagem aos “santos juninos”, e, segundo os interlocutores, tais festividades se caracterizavam por formas de expressão particulares a elas associadas, como as danças das Quadrilhas e as brincadeiras rituais na Fogueira (em especial nas festas de São João). Conforme o relato do interlocutor 53452 “antes [do desastre] tinha a festa de São João, Santo Antônio, São Pedro que era festejado nas casas. A gente tinha uma tia aqui que ela todo ano fazia a festa de São João, ela levantava a quadrilha de Santo Antônio, São João e São Pedro, porque a quadrilha é uma folia só. [...]”

Segundo o interlocutor 51242 a celebração da Festa de Nossa Senhora era realizada anualmente no final de semana próximo ao dia 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida. A festa é realizada na igreja da comunidade do Degredo, antigamente na igreja de Nossa Senhora Aparecida e atualmente na igreja de São Benedito. Tradicionalmente, a festividade envolve a realização de uma missa e da ritualística da “coroação de Maria” no espaço da igreja, em seu exterior as formas de expressão de devoção tradicionais do Degredo envolvem a realização de um cortejo a cavalo, carros e motos (conhecido como Cavalgada), e envolviam também o “bater tambor”, ou seja, a reunião dos “congueiros” para o toque dos hinos de devoção, inclusive a participação da banda de Congo de Povoação e de seus cavaleiros durante o cortejo em homenagem à santa.

As práticas relacionadas ao toque de tambores em Degredo estão associadas à devoção a São Benedito. Segundo relatou o interlocutor 64335, a devoção a São Benedito seria “muito forte” entre os habitantes da localidade. São duas as principais formas de expressão relacionadas à devoção a São Benedito: o Congo de São Benedito e o Jongo – também chamado de “samba de São Benedito”. Como explicado pelo interlocutor 53452, mestre “tamborzeiro” da comunidade, as duas modalidades se distinguem pelos tipos de toques dos tambores e pela movimentação dos participantes envolvidos. O “Congo de São Benedito”, afirmou, tem um ritmo mais cadenciado, e os tambores são tocados em movimento, acompanhados do reco-reco (ou casaca); já, o “Samba de São Benedito” é tocado em um ritmo acelerado, próximo ao samba, com os tambores colocados no chão e os “tamborzeiros” sentados sobre eles, permanecendo estacionários enquanto a dança é realizada em formato de roda a sua volta, com movimentos que simulam a formação de “elos de corrente”.

A prática de “bater tambor” também se apresenta na celebração conhecida como Folia de Reis, ou Reisado. A Folia de Reis é uma celebração religiosa do catolicismo, de origem portuguesa, realizada no contexto das comemorações do Dia de Santo Reis, é costume realizá-los entre o dia 3 de janeiro e 3 de fevereiro, tendo o dia de Santo Reis como o auge da celebração. Sobre a Folia de Reis, O interlocutor

53454 afirmou que “nesse tempo a gente tinha Folia de Reis. Cantava 30 pessoas experientes nessa cultura, na Marujada tinha umas 14 pessoas, que chamava marujo. A gente tinha o que a gente chamava de Samba de São Benedito, hoje a gente chama de Jongo. Eu brinquei foi muito disso tudo. A gente saía assim com São Benedito, uma pessoa segurando aquela imagenzinha em uma caixa, batendo de casa em casa. Pegando uma esmolinha pra construir um oratório, uma igrejinha, alguma coisa assim pra ele, né? Naquele tempo era tudo de estuque as casas daqui. A gente fazia essa brincadeira até tempos atrás, foi parando mesmo depois desse porcalhada [rejeitos] que atrapalhou nós aqui”.

Segundo o interlocutor 51242 a Semana Santa é uma espécie de celebração realizada na comunidade, mas que não se assemelha a uma festa. Segundo seu relato trata-se de um período sagrado que se inicia na quarta-feira de cinzas a partir da interdição da ingestão de carne vermelha (período da quaresma).

Segundo o interlocutor 64334, com o desastre foi diminuindo a “força” de tais tradições, todavia, os comunitários estariam tentando encampar o congo mirim, mas a ausência de escola no local impede a conformação de um espaço de trabalho das tradições com as crianças. “É que eles [Renova] frisam muito essa questão do quilombola, só que não traz nada pra ajudar o quilombola. Eles limitaram os quilombolas a um cartão. Eu acho, assim, que eles desprezam tanto o quilombola, que vamos dar um cartão pra ficar quieto. Se orientassem o povo quilombola do tanto de direito que nós têm”.

A Figura 158 a seguir mostra registro da Folia de Reis.

Figura 158 – Registro do Giro da Folia de Reis em Degredo nos anos 2000. Degredo, Linhares (ES).



Fonte: Acervo de morador e registrado por Institutos Lactec em 09/05/2019.

6.2.1.1 Análise de danos ao Conjunto de Celebrações de Degredo

Para o Conjunto de Celebrações de Degredo foram identificados 3 danos, sendo: alteração de práticas culturais, de rede de relações comunitárias e sofrimento social, apresentados a seguir.

6.2.1.1.1 Alteração de práticas culturais

De forma geral, os entrevistados afirmaram que as manifestações culturais consideradas tradicionais foram prejudicadas pelo desastre, caracterizado como a “chegada da lama” ao território de Degredo. Dada a percepção da contaminação das áreas pesqueiras e a interrupção desta atividade, a fonte de renda das famílias locais foi prejudicada, assim como sua rotina e práticas de socialização relacionadas a estes espaços. Pelo prejuízo à renda e à rotina, com efeitos sobre o moral e “animação” dos comunitários, as mencionadas celebrações e formas de expressão deixaram de ser realizadas e praticadas.

No que concerne à gravidade, a alteração da prática cultural é considerada como gravíssima, uma vez que a “chegada da lama” ao território de Degredo e a percepção da contaminação das águas levou à paralisação de atividades mantenedoras das celebrações, como a pesca, assim como trouxe desalento aos moradores. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% das práticas culturais foram interrompidas. Esse dano tende a reduzir, uma vez que a percepção acerca da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um período longo de tempo. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível. Passados mais de quatro anos do desastre do rompimento da barragem de Fundão, pode-se apontar que não será mais possível recuperar as características originais das celebrações afetadas.

6.2.1.1.2 Alteração da rede de relações comunitárias

Os interlocutores consultados 53454, 53452, 51242, 53455, 53456, 64334 e 64335, afirmaram em uníssono que as celebrações tradicionais do Degredo foram prejudicadas em consequência da “chegada da lama” em seu território. De forma geral estes interlocutores mencionaram quatro impactos principais, com efeitos negativos para a realização das Festas Juninas, os Tambores e a Semana Santa. O primeiro deles seria o impacto na renda dos comunitários, ocasionados pela interrupção da prática da pesca (associado à percepção da contaminação dos peixes e mariscos em seu território, e reforçada pela proibição da prática no mar); o segundo seria a própria diminuição da oferta de pescado para o consumo local, cuja fatura sustentava práticas alimentares tradicionais dos festejos (em especial na Semana Santa); o terceiro está relacionado à diminuição do “ânimo”, “alegria” ou “empolgação” dos comunitários em se reunir para as celebrações, ocasionada pela percepção da deterioração de seu território tradicional, assim como pela quebra da rotina de encontros ocasionados pela prática de lazer nos espaços de contato com a água (rio Ipiranga, lagoas e praia em especial), e pela própria prática da pesca artesanal e comercial; e quarto, se refere à ruptura de redes de sociabilidade entre os habitantes de Degredo ocasionadas pelas disputas geradas na comunidade em torno do processo de cadastramento e identificação dos beneficiários do Auxílio Financeiro Emergencial, causadoras de conflitos entre ramos familiares.

No que concerne à gravidade, a alteração da rede de relações comunitárias é considerada como gravíssima, uma vez que a interrupção da pesca afetou a renda da comunidade, necessária para a manutenção das festividades, assim como o desastre afetou os sentimentos dos comunitários,

trazendo tristeza, e comprometendo seus laços comunitários, devido a tensões decorrentes de ações emergenciais/ reparatórias mal conduzidas, segundo os atingidos. Pode-se apontar que cerca de 96% dos laços foram alterados. Esse dano tende a aumentar, uma vez que a rede de relações necessárias à prática continua profundamente alterada, mesmo que os atingidos continuem realizando algumas ações, revelando a resistência desses laços comunitários. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível, tendo em vista o tempo transcorrido do desastre, o que já acarretou mudanças significativas nas relações sociais.

6.2.1.1.3 Sofrimento Social

De acordo com os interlocutores, a desestruturação da rotina, das bases de renda e a tristeza advinda da interrupção das práticas de sociabilidade em espaços como a praia, rio e lagoas (intensamente relacionadas à história de vida das famílias do Degredo) teriam contribuído para que as celebrações perdessem vitalidade na comunidade. Ademais, algumas celebrações, como a de Nossa Senhora de Aparecida, contava com a participação de congueiros, devotos e cavaleiros de Povoação, território com o qual os habitantes de Degredo mantêm fortes relações históricas, afetivas e de parentesco. Em sua percepção os habitantes de Povoação sofrerem impactos semelhantes aos de Degredo, fazendo com que a “empolgação” e a “alegria” necessárias para a participação e organização da celebração fossem prejudicadas.

O “Congo de São Benedito”, “Jongo” (“samba de São Benedito”) e a Folia de Reis também foram manifestações culturais mencionadas pelos interlocutores 53452, 53453, 53454, 51242 e 53455. De forma semelhante às demais celebrações, os interlocutores afirmaram que tais formas de expressão permanecem “adormecidas” (na expressão do interlocutor 53452) desde o desastre, tendo sido retomadas em menor proporção apenas a partir do ano de 2017.

Sobre os danos decorrentes do desastre, segundo o interlocutor 53453, “o maior impacto aqui foi na questão financeira, porque sem dinheiro a gente não consegue fazer nada desse lado cultural. A maioria do pessoal ficou parado um tempo, sem saber o que fazer da vida. Então o pessoal foi saindo daqui da comunidade, foi desanimando de agitar as festas, de agitar bater os tambor, porque se a gente não tem nem um pouco de dinheiro não tem nem o que fazer, né? Esse desastre nos travou, acabou com a gente aqui, fez a gente parar tudo. Você imagina a gente receber esse impacto assim de repente, é muito difícil de a gente se levantar novamente, demora muito tempo. Até a gente parar pra pensar e ver como se levantar novamente demora muito tempo”. Já, o interlocutor 53454, complementando a fala do interlocutor 53453, afirmou que o “pessoal está todo sentido, todo mundo vive meio triste, isso deu uma grande diferença pra gente!”.

O sofrimento social é considerado gravíssimo (ocorrência em pelo menos 20% da população), uma vez que são extremamente recorrentes as narrativas associadas à tristeza decorrente da desestruturação da rotina e das bases de renda da comunidade. Esse dano tende a aumentar, tendo em vista o rompimento dos modos de vida dos moradores e a persistência de situações de sofrimento associadas a ações emergenciais e reparatórias conduzidas de forma inadequada, segundo os atingidos. Por fim, considera-se que esse dano é irreversível, uma vez que o sofrimento social marcou a trajetória individual e coletiva dos moradores da comunidade quilombola Degredo. Ações de recuperação e compensação poderão reverter situações relacionadas à saúde física e mental, mas o sofrimento

social – e aqui trata-se de sua conformação como memória traumática, ficará como marca permanente dessas histórias de vida.

6.2.2 BALNEÁRIO DE DEGREDO

Degredo se caracteriza pela proximidade com o oceano atlântico (praia do Degredo), pela presença das chamadas lagoas à beira-mar, assim como pelo rio Ipiranga, que atravessa a localidade. A pesca foi mencionada como uma prática fundamental para o modo de vida considerado tradicional pelos habitantes de Degredo, relacionada aos conhecimentos acerca da paisagem e seu território tradicional.

As histórias conhecidas pelos mais velhos e passadas para as novas gerações, relacionadas à ancestralidade, por meio das quais os habitantes de Degredo percebem-se como parte de uma comunidade tradicional, quilombola e indígena, também se vinculam às práticas de navegação, pescaria e perambulação realizadas no território de Degredo e alhures. A pesca, em suma, é uma atividade produtiva de subsistência, mas fundamentalmente atrelada à produção e transmissão intergeracional de conhecimentos, tanto diretamente relacionados à atividade em si, quanto da memória histórica e genealógica da comunidade, assim como da reprodução dos laços afetivos ligados à memória e à vida cotidiana, atreladas à paisagem de seu território.

A pesca figurou nos relatos como a principal, e mais importante, atividade produtiva realizada pelos habitantes de Degredo, em suas modalidades comercial e artesanal, envolvendo conhecimentos relacionados à produção de materiais e equipamentos, à atividade em si, limpeza, trato, transporte e comercialização do pescado. Posteriormente ao desastre, a prática da pesca em todas as suas modalidades e localidades do território quilombola foram interrompidas.

Os relatos sobre a fundação e história da comunidade do Degredo envolvem o rio, o mar e as lagoas como os lugares onde a vida dos antepassados transcorria em seu cotidiano, assim como teriam sido nestes lugares que os eventos extraordinários presentes no repertório de histórias recontadas pelos habitantes mais velhos do local se passaram. Todos os entrevistados, ademais, mencionaram o rio Ipiranga, as lagoas de beira-mar, a praia e o oceano como espaços de seu uso cotidiano para diversos fins tais como o lazer, navegação, pesca e como locais de especial relação com o sagrado, bem como espaços importantes de sociabilidade, que eram frequentados desde a infância, em que as crianças acompanhavam as turmas de pescadores em suas incursões à praia de Degredo. A frequência no uso destes espaços foi, segundo os entrevistados, praticamente encerrada pelos moradores de Degredo devido ao medo do contato com a “água contaminada” pelos rejeitos oriundos do rompimento da barragem de Fundão.

Nos depoimentos sobre Atalino, tido como o fundador da comunidade do Degredo, ele sempre é lembrado pela sua força física e grande conhecimento sobre navegação e pesca marítima, sendo ele próprio o construtor da sua embarcação a remo (“batelão”). Tais conhecimentos sobre carpintaria e construção naval e navegação - presentes até hoje em Degredo, seriam heranças de Atalino. O interlocutor 53452, em seu depoimento, enfatizou que o “velho Atalino” teria sido um “marinheiro”, sábio navegante e pescador que durante décadas adentrou o oceano para a prática da pescaria, assim como para o transporte dos produtos de suas roças para venda ou troca - ao sul e ao norte do território de Degredo - por gêneros e produtos que necessitavam.

Existem também histórias sobre Atalino ter salvado a tripulação de um navio que havia encalhado e sai alvo de incêndio próximo à praia de Degredo. Porém, segundo os entrevistados, esta história não é tão conhecida quanto a que se refere ao Caboclo Bernardo, quem salvou uma tripulação naufragada em Regência, por conta do relativo “isolamento” da comunidade do Degredo. De acordo com o interlocutor 53452, Atalino, assim como Bernardo, fora um “herói” que realizara o resgate de tripulantes da embarcação encalhada e consumida pelas chamas na praia de Degredo – próximo à lagoa do Junco. Na narrativa do interlocutor 53452, o navio se encontrava cerca de uns 400 metros da praia, cuja parte dos destroços pode ser avistado quando a maré está baixa. Segundo ele, se tratava de um barco a vapor que carregava carvão. Na avaliação arqueológica foram identificados dois naufrágios na praia de Degredo: o navio motor sueco *Kronprins Gustaf Adolf*, naufragado em 1930, e o navio a vapor grego *Kostanti*, naufragado em 1933. O *Kostanti* foi construído na Inglaterra, em 1913, e, à época do acidente, transportava carvão mineral da Escócia (Methil) para a Argentina (Buenos Aires). A carga se incendiou, sendo a embarcação encalhada na costa e a tripulação resgatada. As notícias publicadas nos jornais capixabas do período sobre o naufrágio do *Kostanti* citam que o navio pegou fogo e que a tripulação foi salva, coadunando com os relatos dos moradores do Degredo acerca da história do resgate da tripulação empreendido por Atalino que, possivelmente, se deu com este naufrágio.

Em relação à prática da pesca, os interlocutores 53452 e 53453, relataram a importância da mesma para fins comerciais no oceano, marcada pela rotineira partida de embarcações da praia do Degredo pela manhã para a colocação de redes. De forma semelhante, o interlocutor 53454, mencionou a importância do rio Ipiranga enquanto fonte de pescado para subsistência, por ser de mais fácil acesso e pela utilização de técnicas mais simples como o uso de vara e anzol. Já, o interlocutor 53455 enfatizou a tradição da pesca como parte da cultura local, com uma técnica conhecida como “pesca peito”, em que homens fortes entram mar adentro com a rede de pesca. Além disso, ela menciona que a pesca era voltada à captura de peixes nobres para fazer moqueca, como a pescada, robalo, cação. Ela complementa afirmando que “as pessoas são pescadores e sabem todas as etapas, desde fabricar a rede até fazer o barco. É de toda a cadeia da pesca, desde o material até o comércio”.

O interlocutor 51242, por sua vez, foi enfático a respeito do caráter de sacralidade associada às águas do rio Ipiranga e às lagoas, mencionando que as suas margens se encontrariam plantas e ervas utilizadas nos trabalhos daqueles moradores umbandistas. Em sua perspectiva muitos dos moradores de Degredo, apesar de não se identificarem como umbandistas, compartilham de usos rituais, rezas, benzimentos, banhos e defumação, e da devoção a entidades e santos associados aos ambientes marítimos, das matas e dos rios. Há entre os habitantes de Degredo, afirmou o interlocutor 51242, o entendimento de que há presença de elementos sobrenaturais nestes espaços, chamados de “encantados”, que devem ser respeitados e reverenciados, tais como o saci, caipora, curupira, boitatá, pai da mata e a mãe da mata. Além disso, ela afirmou que “Tudo o que agride o meio ambiente mexe no profundo da nossa espiritualidade. Os pescadores, por exemplo, têm uma relação muito grande com o mar, uma relação de sagrado”.

A Figura 159 mostra um registro de momento de lazer no balneário de Degredo.

Figura 159 – Registro evidenciando o lazer e a pesca na Lagoa do Belino, foto de 1984. Degredo, Linhares (ES).



Fonte: Acervo pessoal de morador e registrado por Institutos Lactec em 09/05/2019.

6.2.2.1 Análise de danos ao Balneário de Degredo

O balneário, formado pela praia de Degredo, as chamadas lagoas de beira-mar, assim como pelo rio Ipiranga, que atravessa a localidade, foi considerado como patrimônio imaterial na categoria lugar. Esse bem sofreu 2 danos, a saber: alteração de práticas culturais e de espaços relacionados a práticas culturais, apresentados a seguir.

6.2.2.1.1 Alteração de práticas culturais

Os interlocutores 53452, 53454 e 53453, de Degredo, afirmaram que a prática da pesca no rio Ipiranga, lagoas do Belino e do Junco, assim como na praia e alto mar foram totalmente interrompidas pelos habitantes do território. Esta interrupção, afirmaram, se deu principalmente pela percepção relativa à contaminação da água e dos peixes por parte dos pescadores artesanais e profissionais locais por conta do rejeito de mineração depositado nos tradicionais locais em que se realizava a prática, além da grande mortandade de peixes. Os interlocutores 53455 e 53453, por sua vez, enfatizaram que a pesca era uma atividade de base familiar, cujo conhecimento era transmitido entre gerações de pescadores em meio a sua prática compartilhada e rotineira. Ambas expressaram sua preocupação de que o conhecimento tradicional relacionado à pescaria (fabricação de ferramentas, navegação, aspectos do território, habilidades de manejo de artefatos, redes de relação voltadas à troca e comércio do pescado) fosse “perdido” devido à sua interrupção.

No que concerne à gravidade, a alteração de práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada à interrupção a prática da pesca no rio Ipiranga, nas lagoas do Belino e do Junco, assim como na praia e alto mar. Ademais, registrou-se preocupação da comunidade quilombola com a interrupção da transmissão dos saberes associados à pesca. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que 100% da prática foi alterada. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a pesca será retomada com a paulatina recuperação dos ambientes aquáticos e com a melhora

da percepção da comunidade em relação à qualidade das águas. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível uma vez que as práticas não serão retomadas nas condições pré-desastre.

6.2.2.1.2 Alteração de espaços relacionados à práticas culturais

A chegada dos rejeitos do desastre ao litoral capixaba fez com que os mesmos atingissem outros cursos d'água, como o rio Ipiranga, que teve a qualidade de suas águas prejudicada. Dessa forma, toda uma paisagem entre rio, restinga, lagoas e mar, espaço fundamental para os modos de vida da comunidade quilombola de Degredo foi afetado.

Para além de uma atividade comercial e de subsistência, a pesca, afirmou o interlocutor 53452, também se configurava como uma prática de lazer, e o pescado é considerado pelos habitantes da localidade sua alimentação “tradicional”, diretamente associada à manutenção da “força” e “saúde” de seus habitantes, verificável pela longevidade de seus habitantes mais idosos. O interlocutor 53452 afirmou que “a respeito da pesca nós já perdemos três coisas logo de cara. Primeiro a área de lazer. Segundo a alimentação saudável. Terceiro, que era importante também, a fonte de renda da gente. Sempre encontro alguém na rua e a pessoa me pergunta ‘e a pescada? Não tem mais não?’, eu sou obrigado a responder ‘rapaz, é lamentável, mas a gente nunca mais pescou’. Isso pelo seguinte, as informações que a gente tem é que está contaminado o peixe. [...]. Esse impacto eu chamo de desastre, foi um desastre no meu ponto de vista. Se tivesse só danos no rio ia ser uma coisa ruim, mas foi um desastre porque também inundou o oceano com essa porcaria de minério”.

O interlocutor 53454, por sua vez, foi mais enfático a respeito dos impactos notados no rio Ipiranga, dizendo que “Sobre o rio, contado daqui pra lá (norte) uns 6km o nosso rio está morto. Morreu, mas morreu mesmo. A água entrou pelo riozinho, pra lá do Pontal do Ipiranga. Os peixes do rio acabou! A água ficou salgada, amarga, tem tudo de ruim! Não se criou mais nada naquela água. A gente aqui perdeu brutaamente a pesca, o nosso direito de pescar. Perdemos material de pesca, bote de pesca... Apetrechos em geral! A pesca era uma fonte de renda que ninguém tinha nota fiscal, porque já era conhecido de muitos anos, era tudo encomendado. Todo mundo comprava peixe de primeira qualidade aqui com a gente. Esse maldito cartão [do auxílio financeiro emergencial], que parece que já vem de lá rezado pelo capeta, isso nunca dá pra nada”.

No que concerne à gravidade, a alteração de espaços relacionados a práticas culturais é considerada como gravíssima, estando relacionada a uma alteração drástica da paisagem entre rio, restinga, lagoas e mar, fundamental para os modos de vida da comunidade quilombola, mantendo sua saúde e força. Por meio das narrativas dos atingidos, é possível indicar que cerca de 96% dos espaços foram alterados. Esse dano tende a reduzir com o tempo, uma vez que a percepção da qualidade das águas tende a melhorar, ainda que em um longo período. Por fim, considera-se que esse dano é parcialmente reversível uma vez que a percepção da qualidade das águas não retomará as condições pré-desastre.

6.2.2.1.3 Quadro síntese dos danos ao patrimônio cultural na CRD Degredo

A Tabela 27 a seguir apresenta os danos com suas classificações de gravidade (com respectivas escalas de indicador), tendência e reversibilidade para cada bem cultural imaterial constante do CRD Degredo.

Tabela 27 – Classificação de danos aos bens imateriais na CRD Degredo

Bem	Danos	Gravidade	Tendência	Reversibilidade
Conjunto de Celebrações de Degredo	Alteração da rede de relações comunitárias	Gravíssimo 96% alterado	Tende a aumentar	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Sufrimento Social	Gravíssimo 20% alterado	Tende a aumentar	Irreversível
Balneário de Degredo	Alteração de espaços relacionados à práticas culturais	Gravíssimo 96% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível
	Alteração de práticas culturais	Gravíssimo 100% alterado	Tende a reduzir	Parcialmente reversível

7 CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, cabe retomar a distribuição dos bens afetados pelas categorias definidas para o patrimônio imaterial: celebrações, formas de expressão, lugares, ofícios, saberes e modos de fazer. Essa distribuição é apresentada por porcentagens na Figura 160 a seguir.

Figura 160 – Porcentagem de bens imateriais danificados por tipologia



As pesquisas realizadas no âmbito do presente diagnóstico permitiram que fosse identificado um conjunto significativo de bens culturais imateriais que foram alvo de danos em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Por conseguinte, foram identificados 59 bens imateriais afetados, sendo 24 lugares, 19 celebrações, 13 formas de expressão e 03 ofícios, saberes e modos de fazer, distribuídos em todos os territórios atingidos pelo desastre.

O presente estudo, orientado pelo quadro conceitual da Antropologia e pautado pelo método etnográfico, permitiu recuperar narrativas de cerca de 480 atingidos pelo desastre – entre entrevistas e conversas informais, ao longo dos 650 km percorridos pelo rejeito até a foz no Espírito Santo. Foram visitadas cerca de 60 localidades – centro urbanos, comunidades rurais, comunidades quilombolas, vilas de pescadores – afetadas em seus modos de vida tradicionais, dada a impossibilidade de manter, em parte ou em sua totalidade, as relações de vizinhança, rituais coletivos, celebrações tradicionais, práticas e locais de convívio.

Ao longo do período de trabalho, a identificação de eixos temáticos recorrentes permitiu o agrupamento dos dados em narrativas consistentes – tal é a forma de operar do método etnográfico. Um desafio, pouco usual, enfrentado foi o de transpor as habituais ferramentas de trabalho – o caderno de campo e os relatos dos pesquisadores – para os instrumentais propostos pelo desenho mais geral do projeto, de forma a disponibilizar esse corpus analítico de modo estruturado e acessível.

Dessa forma, os instrumentos metodológicos foram afinados pelo olhar etnográfico para, em campo, perceber e registrar as diferentes situações em seus detalhes. A estratégia adotada mostrou-se eficaz para observação e análise dos significados atribuídos pelos próprios atores sociais às suas práticas culturais e modos de vida. Em um processo no qual a agência dos atores sociais revela-se fundamental, as percepções das pessoas com relação aos danos causados aos bens imateriais são os principais elementos que sustentaram as narrativas etnográficas apresentadas neste documento, constituindo-se em verdadeiros ‘elementos de prova’.

Um desafio significativo foi buscar instrumentos de mensuração de danos a um patrimônio intangível, transformando narrativas marcadas por discursos, racionalidades, percepções e subjetividades diversas, em indicadores de danos. Para tanto, o estudo pautou-se na postura da UNESCO, que considera a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural (UNESCO, 2003).

Destarte, o raciocínio que alinhavou a construção do diagnóstico de danos ao patrimônio imaterial emerge da constatação de que a preservação de um bem imaterial requer que as bases materiais dessas práticas estejam garantidas, ou seja, os espaços onde essas práticas ocorrem, as matérias-primas, instrumentos e objetos necessários para a produção e reprodução dessas práticas e as pessoas detentoras desses saberes (comunidades, grupos e indivíduos). Assim, procurou-se diagnosticar quais bases materiais foram afetadas pelo desastre. Importa destacar que:

“Se são extensas as perdas materiais imediatas e graves os prejuízos à vida e à saúde dessas populações, é preciso enfatizar que se tratou, também, da destruição de seus territórios enquanto base de sua reprodução social, cultural e econômica, assentada em condições socioecológicas específicas, aniquiladas a partir do desastre” (ZHOURI et al., 2016, p. 38, grifo nosso)

Ou seja, esse desastre, nomeado como “crime” por muitos de nossos interlocutores, afetou as bases de produção e reprodução do patrimônio imaterial, uma vez que os territórios e lugares de convivência de diversas comunidades foram destruídos. Diante da importância desse patrimônio cultural como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, como preconiza o IPHAN em escala nacional e a UNESCO em contexto internacional, caberá corrigir os rumos das ações em andamento, a cargo da Fundação Renova, e construir novos caminhos para a salvaguarda desse patrimônio, compreendido enquanto direito cultural.

Retomando o gráfico que inicia esse item, a categoria Lugares, mais recorrente no conjunto de bens afetados, congrega espaços de sociabilidade – como Bento Rodrigues e o Bar e Restaurante da Sandra, ambos nessa localidade e considerados de forma separada pois assim estão indicados nos inventários que compõe a LB – e caminhos como a Estrada Real e o Caminho de São José, esses dois últimos também avaliados como bens paisagísticos no relatório de Bens Materiais. Outros espaços de sociabilidade indicados foram os campos de futebol, individualizados no Campo de Futebol de Pedras, no Campo de Futebol de Gesteira e no Campo de Futebol associado à Fazenda da Floresta, mas que aparecem mencionados em outras localidades, integrando outras narrativas de perda. Todos os demais bens imateriais da categoria lugar estão relacionados aos espaços de sociabilidade diretamente conectados com os cursos d’água, praias, cachoeiras, lagoas e balneários.

Certamente destaca-se nesse cenário o próprio Rio Doce como lugar, indicado como bem patrimonial em 23 dos 43 municípios pesquisados, o que não significa que não seja assim considerado nos demais municípios. Dessa forma, o Rio Doce foi estudado contextualmente ao longo dos três Compartimentos. Embora tenha sido indicado apenas nos inventários oficiais de patrimônio de Governador Valadares e Fernandes Tourinho no âmbito da LB, o Rio Doce foi apontado como patrimônio em 41 localidades (distribuídas em 23 municípios), evidenciando seu papel central na composição do quadro patrimonial estudado. Para abarcar a complexidade desse estudo trabalhou-se com a ideia de amostra, mas há ainda a necessidade de um inventário amplo e detalhado do Rio Doce como patrimônio cultural imaterial em todo o seu percurso. Mais uma vez, cabe lembrar que o Rio Doce foi afetado em toda a sua extensão, desde seu nascimento, a partir dos rios Carmo e Piranga, até a sua foz.

Os danos ao Rio Doce funcionam como ‘ondas de afetação’ – a partir dele outros bens são atingidos nos territórios por onde esse curso d’água passa. No caso, o Rio Doce foi afetado pela onda de rejeitos, transportando-a por mais de 600 km, gerando as denominadas ‘ondas de afetação’ por onde passou.

A categoria Celebrações agrega, sobretudo, festividades religiosas de matriz cristã católica, por vezes analisadas em ‘conjuntos’. Destaca-se, nesse cenário, a Folia de Reis, indicada em diversas localidades. Cabe apontar que o Conselho Estadual de Patrimônio de Minas Gerais aprovou em 2017 o reconhecimento da Folia de Reis como patrimônio cultural imaterial do estado, o que indica a relevância desse bem (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Por seu turno, o Carnaval foi indicado em Barra Longa e Tumiritinga. Importante destacar que as religiões de matriz africana, embora não indicadas individualmente, foram mencionadas de forma integrada a outros bens. Por exemplo, em Barbados, antes do desastre, o rio Doce também era utilizado para os rituais de limpeza praticados pela mãe de santo do Terreiro de Recuperação de Ogum Xoroquê, rituais que foram afetados pelo desastre. O desrespeito às entidades espirituais das águas doces, ao mar e às matas com a chegada dos rejeitos também foi indicado em algumas localidades, sempre em relação aos danos imputados ao rio Doce e ao mar.

A categoria Formas de Expressão reúne bens que podem ser organizados em quatro subgrupos: um primeiro relacionado a corporações musicais e bandas, frequentemente associadas a celebrações de matriz religiosa cristã católica; um segundo representado pela Cavalgada; um terceiro pela Congada, expressão de matriz afro-brasileira e, por fim, a Capoeira, indicada em Linhares e também relacionada às heranças africanas.

Importante destacar que se encontra em andamento, no IPHAN, o registro das Congadas de Minas como patrimônio imaterial do Brasil, com a primeira etapa de seu inventário finalizada com a identificação de 701 festas e 1.174 grupos associados a essa prática religiosa e cultural, distribuídos em 332 municípios (IPHAN, 2019b).

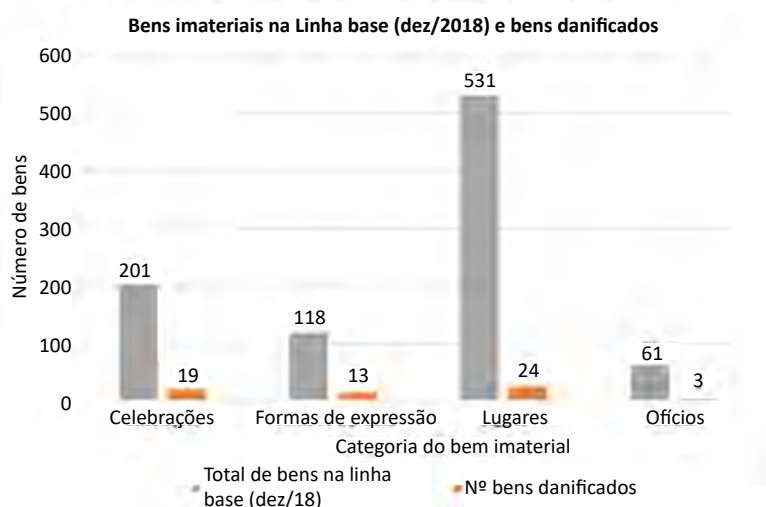
Por sua vez, o Ofício de Mestre de Capoeira e da Roda de Capoeira é um bem imaterial reconhecido pelo IPHAN e, por conseguinte, um bem reconhecido oficialmente em todo território brasileiro, contando atualmente com um site dedicado cadastrar grupos e entidades de capoeira, capoeiristas (mestre, contra-mestre, professor, treinel, aluno formado e aluno) e pesquisadores de capoeira (IPHAN, 2020).

A categoria ofícios, saberes e modos de fazer, menos expressiva quantitativamente, é representada pelo Artesanato do Bordado em Barra Longa, pela Faiscagem e Pesca em Rio Doce e pela Produção de Doces e Chuck em Tumiritinga. Mais uma vez, cabe pontuar que um desses bens está ligado diretamente ao Rio Doce como lugar, no caso a prática da faiscagem e pesca.

A seguir, é apresentada uma síntese das informações a respeito da classificação dos danos aos bens culturais imateriais analisados no decorrer deste relatório. Essa síntese é iniciada com um painel geral dos bens imateriais danificados em relação aos dados da LB.

Na Figura 161 a seguir é apresentado o número total de bens imateriais indicados na LB atualizada em dezembro de 2018. Importante apontar que a referida linha trata de uma atualização em relação ao relatório submetido em maio de 2018 (BRASIL (MPF)/LACTEC, 2018c). Dessa forma, a versão atualizada congrega 911 bens imateriais, que compõe o universo de pesquisa. As sucessivas reduções no número total de bens culturais imateriais ora alvo de avaliação foram executadas seguindo critérios expostos na metodologia deste relatório. Dentre esses critérios, a inserção dos bens na proximidade das áreas afetadas pela onda de rejeitos foi de especial importância.

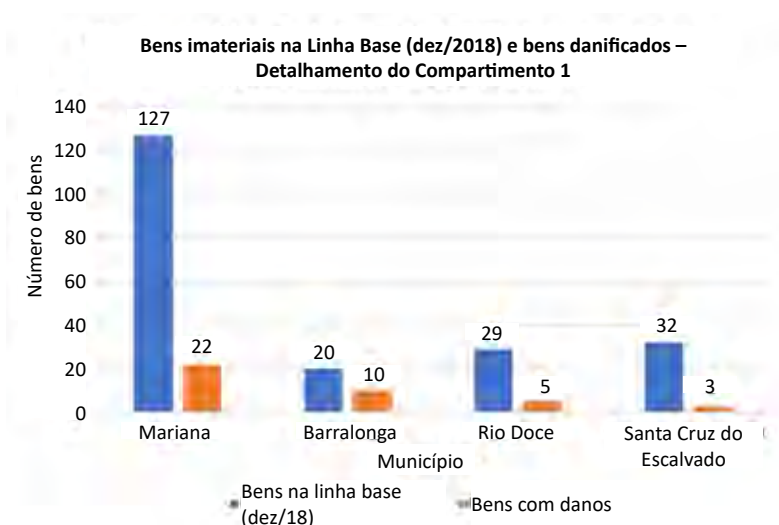
Figura 161 – Bens culturais imateriais na LB e bens culturais imateriais danificados



Aparentemente, quando se faz a análise da relação do número total de bens imateriais da LB (911) com o número de bens imateriais alvo de danos (59), pode-se presumir que os danos não foram quantitativamente expressivos, pois ocorreram em 6,48% do patrimônio imaterial conhecido. Contudo, essa análise se mostra equivocada, uma vez que a LB abordou os 43 municípios que compõem os compartimentos analisados de forma integral, ou seja, reunindo, portanto, bens distribuídos em toda a extensão territorial dos municípios. Posteriormente, para o diagnóstico de danos, apenas os bens inseridos em áreas afetadas pela onda de rejeitos (APDL), pelas interações físico/químicas e biológicas e pelas ações emergenciais e reparatórias foram considerados.

Quando se trabalha com diferentes escalas de aproximação, visando captar os efeitos do desastre nas localidades e comunidades, tem-se outras percepções. O detalhamento da relação entre bens na LB e bens danificados no Compartimento 1, por exemplo, resulta na Figura 162 a seguir.

Figura 162 – Bens culturais imateriais na LB e bens culturais imateriais danificados – detalhamento do Compartimento 1



Como pode ser analisado na Figura acima, 50% do patrimônio imaterial reconhecido para o município de Barra Longa foi atingindo. Enquanto 17% do patrimônio imaterial de Mariana foi alvo de danos, números que expressam os riscos imputados pelo desastre aos bens imateriais desses municípios.

Em localidades como a sede de Rio Doce, a Sede de Santa Cruz do Escalvado e Camargos, por exemplo, 100% dos bens imateriais conhecidos foram afetados, enquanto essa porcentagem chegou a 70% e 67% em Bento Rodrigues e Paracatu, respectivamente.

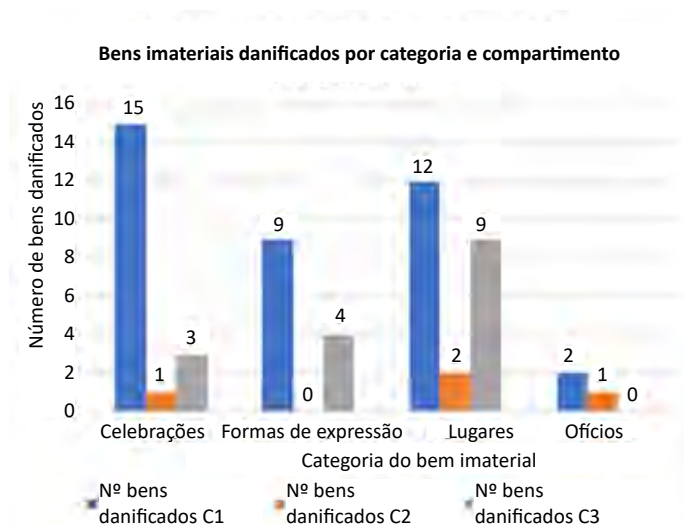
Obviamente, os dados quantitativos são importantes por permitirem uma mensuração aproximada dos danos ao patrimônio imaterial, mas não devem ser descolados dos dados qualitativos, sobretudo quando se tratam de bens intangíveis cuja avaliação está pautada em narrativas, percepções e subjetividades de pessoas, coletivos e comunidades.

No Compartimento 2, por exemplo, destacam-se os danos ao bem Rio Doce, enquanto espaço de sociabilidade de referência para as comunidades, conforme demonstram as narrativas apresentadas no presente documento. Nesse sentido, além do Rio Doce apenas quatro bens foram danificados no Compartimento 2, expressão quantitativa que não abarca a realidade observada nas localidades visitadas no que concerne aos efeitos do desastre nos modos de vida e práticas culturais das comunidades. Ou seja, do ponto de vista qualitativo foi demonstrado nesse território que os danos ao patrimônio imaterial no Compartimento 2 foram profundamente significativos, afetando o sentimento de identidade e continuidade dos coletivos, atingindo a diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO, 2003).

No Compartimento 3, por sua vez, municípios como Linhares e Aracruz tiveram 70% do seu patrimônio imaterial atingido, enquanto Marilândia teve 50% dos seus bens intangíveis afetados.

Uma especificidade da presente análise de danos ao patrimônio imaterial reside na abordagem equânime de todos os territórios, o que demandou um esforço considerável de trabalho de campo, resultando em um olhar amplo para os territórios envolvidos. Na Figura 163 a seguir são apresentados os bens imateriais danificados por tipologia e por compartimento. Cabe salientar as especificidades já esboçadas para o Compartimento 2.

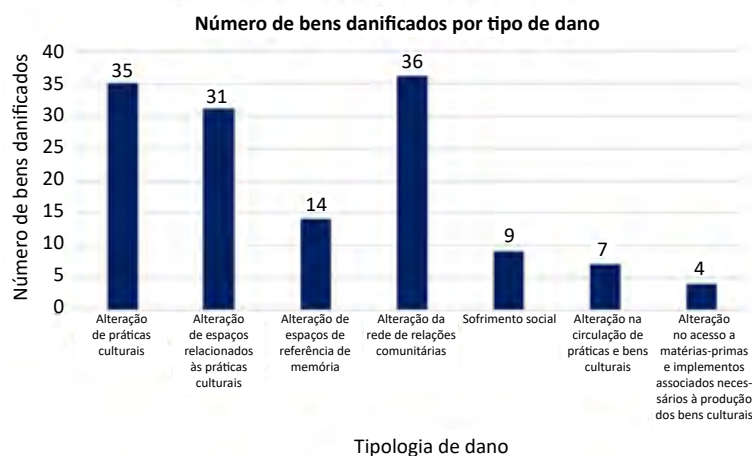
Figura 163 – Bens imateriais danificados por tipologia e compartimento



Cabe lembrar o predomínio de bens na tipologia lugares, seguido da tipologia celebrações, conforme indicado no início desse item. Interessante notar que no Compartimento 1 a categoria celebração foi a mais recorrentemente mencionada pelos interlocutores da pesquisa, sendo a categoria lugar a mais frequente nos demais compartimentos.

A Figura 164 a seguir apresenta o número de bens que foram afetados, de acordo com cada tipo de dano verificado para o patrimônio cultural imaterial, sendo que um mesmo bem pode ter sofrido mais de um tipo de dano.

Figura 164 – Números de bens que foram afetados por cada um dos danos ao patrimônio imaterial



Cabe destacar que os danos ao bem rio Doce foram contabilizados por Compartimento, assim, quando um dano ao rio Doce ocorre em mais de um compartimento, o mesmo foi contabilizado mais de uma vez. Por exemplo, o dano Alteração de práticas culturais atingiu 32 bens, contudo, o rio Doce teve esse dano nos três compartimentos, por isso a soma total do referido dano é 35. Esta escolha metodológica se deu porque, ainda que o rio Doce seja um único bem, a análise pautou-se na coleta de relatos etnográficos em localidades distribuídas por todos os compartimentos. Desta forma, a indicação do dano nos Compartimentos 1, 2 e 3 expressa de maneira mais acurada o quadro analisado.

Observa-se ainda, por meio da Figura 164 anterior, que a alteração das práticas culturais, das redes de relações comunitárias e dos espaços relacionados às práticas foram os danos mais recorrentes.

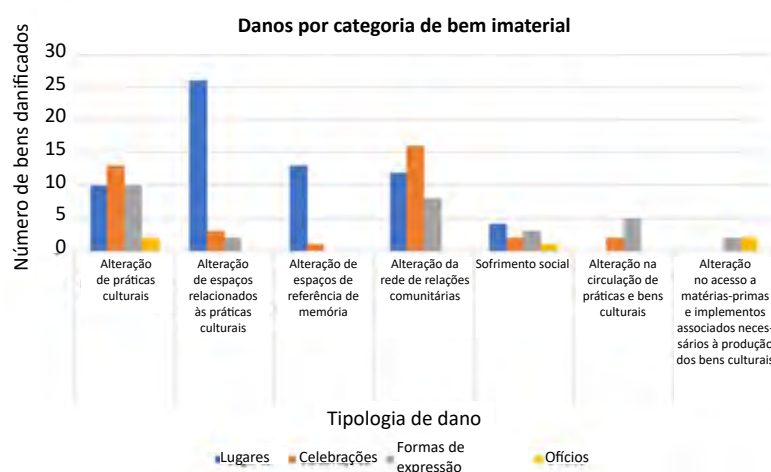
É importante lembrar que a alteração das práticas culturais congrega a alteração ou a supressão de espaços, a alteração ou o rompimento das redes de colaboração e transmissão de saberes e, por fim, a dificuldade ou supressão do acesso aos instrumentos, objetos ou matérias primas necessárias para as práticas culturais. Esse dano foi indicado quando as narrativas relacionam os itens apontados, sem destacar algum em especial e/ou quando as narrativas enfatizam a questão da alteração e/ou suspensão da prática em si.

A recorrência dos danos relacionados a alteração de redes comunitárias e espaços, por sua vez, demonstra que as redes de sociabilidade, afetadas pelo deslocamento das pessoas de seus territórios no caso do Compartimento 1 (Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira) e/ou pelas tensões geradas pelas ações emergenciais e reparatórias da Samarco/Fundação Renova, foram atingidas de forma significativa, na produção, reprodução e transmissão dos bens culturais.

Por sua vez, a alteração dos espaços está relacionada, no caso do Compartimento 1, tanto aos espaços de vivência das comunidades que foram deslocadas, quanto ao uso dos espaços associados aos cursos d'água afetados. Nos Compartimentos 2 e 3 os espaços alterados ou suprimidos estão relacionados, sobretudo, ao Rio Doce, ao uso de suas margens, praias, ilhas e paisagem como um todo para atividades de pesca, fruição e lazer. No Compartimento 3 esse quadro é agravado pelo próprio uso do litoral, dos mangues, restingas, lagoas e pelos rios que também foram atingidos pela lama a partir do oceano.

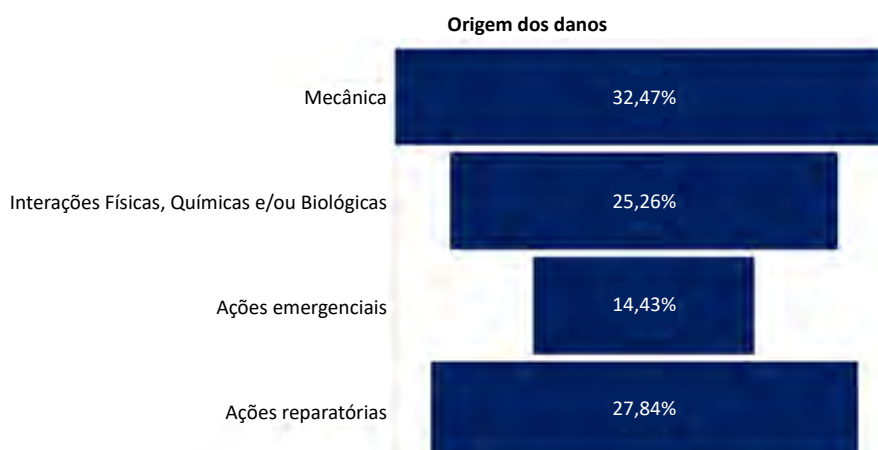
A Figura 165 seguir esmiúça os tipos de danos por categoria de bem imaterial, evidenciando a relação entre a alteração de espaços e a categoria lugar, por exemplo, e alteração das redes comunitárias e práticas e a categoria celebração.

Figura 165 – Danos por categoria de bem imaterial



No que concerne às origens dos danos, conforme apontado, tem-se o predomínio de danos decorrentes de origens mecânicas (32,5%), seguidos das ações reparatórias (27,8%), conforme expresso a Figura 166 a seguir. Não obstante, a soma das ações emergenciais e reparatórias (42,3%) demonstra que os danos aos bens imateriais estão inter-relacionados, sobretudo, aos efeitos das ações que têm como meta o controle ou reparação dos danos deflagrados pelo desastre.

Figura 166 – Porcentagens relativas às origens dos danos identificados



8 ANÁLISE INTEGRADA

O patrimônio cultural abrange os bens arqueológicos, materiais e imateriais, amparados em ampla legislação de preservação, dentre as quais destaca-se o Decreto-Lei nº 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; a Lei nº 3.924/1961 que proíbe a destruição ou mutilação, para qualquer fim, da totalidade ou parte das jazidas arqueológicas, o que é considerado crime contra o patrimônio nacional; e a Constituição Federal de 1988, cujo Artigo 216 determina que o patrimônio cultural brasileiro é composto pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Dessa forma, o patrimônio cultural está relacionado aos modos de vida e às práticas culturais das comunidades, representando suas memórias e ancestralidades, constituindo-se como Direito Cultural, compreendido enquanto componente dos Direitos Humanos.

Os danos ao patrimônio cultural foram avaliados de forma interdisciplinar, contando com especialistas em patrimônio histórico e arquitetônico, antropólogos, arqueólogos, museólogos e historiadores. Um amplo estudo bibliográfico foi realizado, tendo como objetivo conhecer os bens patrimoniais nos compartimentos atingidos, assim como o levantamento e a análise de documentos primários, como listagens de bens reconhecidos pelo IPHAN e pelo IEPHA e fichas de cadastro de sítios arqueológicos. Enquanto a equipe devotada aos bens imateriais esteve especialmente direcionada pelo método etnográfico, por meio de conversas e entrevistas realizadas em todo território associado ao desastre da Samarco – privilegiando assim a visão das comunidades acerca dos danos aos seus bens, as equipes de arqueologia e de bens materiais primaram pela análise dos bens *in loco*, por meio de metodologias próprias, como a realização de documentação fotográfica, croquis e preenchimento de fichas especialmente devotadas para esse fim.

No que tange ao patrimônio arqueológico, intervenções amostrais foram realizadas em alguns bens arqueológicos, visando à compreensão do registro arqueológico no que concerne aos danos sofridos. Essas análises *in loco* foram efetuadas em bens selecionados no âmbito da LB de bens arqueológicos, composta por 560 bens para o território em questão. No caso dos bens arqueológicos inseridos em meio aquático (marinho), contou-se com uma etapa de campo especialmente direcionada por métodos da arqueologia subaquática. Algumas conversas informais com pessoas associadas aos bens materiais e arqueológicos



Desenho por Ricardo Sanzi



Desenho por Ricardo Sanzi



Desenho por Ricardo Sanzi

também foram registradas, mas não assumiram o papel central na avaliação de danos a essas categorias de bens. Dentre os 55 bens arqueológicos alvo de danos, têm-se 12 bens inseridos no período pré-colonial, 34 bens históricos e 09 bens relacionados tanto ao período pré-colonial quanto ao período histórico.

Os bens materiais neste diagnóstico são contemplados pelas seguintes tipologias de bens: edificados e urbanísticos (ex.: casarões antigos); paisagísticos (ex.: paisagens e caminhos antigos) e; móveis e associados (ex.: capelas, igrejas e imagens religiosas). Como parte ainda da metodologia aplicada aos bens de natureza material, é importante esclarecer que 3.645 bens de natureza material foram avaliados, no âmbito dos 43 municípios que compõem este diagnóstico, entretanto, a metodologia empregada e pesquisa de campo indicaram que o número de bens materiais alvo de danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão foi equivalente a 171 bens. Esses foram agrupados em 20 conjuntos de bens, sendo 08 correspondentes aos edificados, 06 aos paisagísticos e 06 aos móveis e associados.



Desenho por Ricardo Sanzi

As tipologias de bens que contemplam o patrimônio imaterial são as seguintes: celebrações (festas de caráter comemorativo e extraordinárias em relação à vida cotidiana), formas de expressão (manifestações e performances culturais), lugares (territórios de referência para as práticas culturais) e ofícios, saberes e modos de fazer (técnicas e conhecimentos tradicionais e locais). Ao longo de todos os campos para patrimônio imaterial, portanto, foram realizadas 347 conversas formais (essas com termo de consentimento assinado) e 337 informais, acerca dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão. Esse material serviu de base para a análise final dos danos aos bens imateriais, sendo que foram identificados danos em 59 bens imateriais.



Desenho por Ricardo Sanzi

Os bens arqueológicos, materiais e imateriais foram expostos ao desastre quando da passagem da lama por meio da destruição e soterramento de bens, assim como pela modificação da paisagem ou contexto de implantação de bens culturais. Por sua vez, a manutenção da lama na região desencadeou processos físico-químicos que aceleram a degradação dos bens materiais e arqueológicos. Cabe apontar que bens inseridos em rios, zona costeira e zonas de interface também sofrem os efeitos do rejeito seja em sua porção mais concentrada (Compartimento 1), seja em sua forma mais diluída (nos demais compartimentos). As ações emergenciais e reparatórias também têm gerado danos diversos ao patrimônio cultural, dentre as quais destaca-se a movimentação de maquinário em áreas onde conta-se com bens edificados, assim como o fato de ações como a distribuição de recursos para reparação dos danos às comunidades gerarem tensões entre os membros dessas comunidades, o que tem acarretado na diminuição de práticas culturais ancoradas na coletividade.

Para esse diagnóstico foram considerados os 43 municípios por onde passam os corpos d'água atingidos pela lama, sendo que as comunidades ribeirinhas foram as que mais sofreram os danos do desastre. Entretanto, o desastre também pôde ser sentido sobre o patrimônio cultural de outras

localidades, devido às ações emergenciais e/ou reparatórias, ampliando potencialmente as repercussões do desastre.

A passagem da lama de rejeitos da Samarco ocasionou danos aos bens arqueológicos e culturais em todos os compartimentos, entretanto, com maior expressividade no Compartimento 1, onde a ação mecânica da onda de rejeitos foi mais intensa, porém se fazendo sentir também de maneira considerável nos Compartimentos 2 e 3.

Foi possível observar que, os danos oriundos dos efeitos mecânicos da onda de rejeitos foram mais expressivos ao patrimônio arqueológico, acarretando no soterramento de diversos bens arqueológicos, bem como na perturbação de camadas sedimentares associadas a esses bens. Quanto aos bens materiais, houve um equilíbrio maior entre as ações mecânicas e emergenciais e/ou reparatórias – essas últimas relacionadas, sobretudo, à pressão acarretada aos bens edificados, móveis e paisagísticos por conta da circulação de maquinários em localidades com esses bens, bem como aos problemas evidenciados na condução das atividades na Reserva Técnica da Fundação Renova –, ressaltando-se que os danos aos bens materiais concentraram-se, quase em sua totalidade, no Compartimento 1.

As referidas ações emergenciais e reparatórias também são significativas no patrimônio imaterial, conforme apontado, pois acarretam tensões e disputas nas comunidades, assim como em dúvidas quanto ao futuro – gerando muita insegurança e sofrimento social, prejudicando a continuidade de diversas práticas culturais.

No que se refere às interações físicas, químicas e/ou biológicas, o maior efeito foi evidenciado nos bens imateriais nos Compartimentos 2 e 3, relacionados à qualidade das águas. O “medo da água”, recorrente em diversos relatos coletados em campo, tem afetado de forma sensível diferentes práticas culturais que eram comuns até o desastre.

As pesquisas realizadas no âmbito deste diagnóstico resultaram na identificação de um conjunto significativo de bens arqueológicos e culturais alvo de danos em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. Foram identificados 16 tipos de danos em 285 bens ao longo de 43 municípios dos estados de MG e ES. Conforme abordado, tratam-se de 55 bens arqueológicos (sítios arqueológicos pré-coloniais, sítios arqueológicos históricos, sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico), 171 bens materiais (edificações, bens móveis e associados e bens paisagísticos) e 59 bens imateriais (lugares, celebrações, formas de expressão, ofícios, saberes e modos de fazer).

Cabe destacar que em 143 bens tem-se danos irreversíveis, sendo 85 bens materiais, 55 bens arqueológicos e 03 bens imateriais. O conjunto de bens arqueológicos, materiais e imateriais de Bento Rodrigues e o próprio rio Doce destacam-se pela magnitude e mudança profunda.

Cabe salientar que o Rio Doce, considerado como patrimônio imaterial, foi afetado em toda a sua extensão, acarretando na



Desenho por Ricardo Sanzi



Desenho por Ricardo Sanzi

alteração/destruição dos cursos de vida de milhares de pessoas, conforme diversos relatos extraídos em campo. Ou seja, do ponto de vista quantitativo, o Rio Doce remete a um bem, contudo, do ponto de vista qualitativo o dano perpetrado ao rio é gravíssimo, além de promover ‘ondas de afetação’, pois a partir do Rio Doce outros bens foram e continuam sendo atingidos nos territórios por onde esse curso d’água passa num “efeito dominó”.

No que tange ainda à análise de reversibilidade, encontra-se resultados opostos nos subcampos dos bens materiais e arqueológicos e bens imateriais. No caso dos dois primeiros, há o predomínio de danos irreversíveis, enquanto que no segundo há uma maior reversibilidade dos danos. Nos dois primeiros casos, tem-se bens de natureza finita e não renovável, já no segundo caso, a reversibilidade depende de medidas que garantam os espaços, matérias-primas, implementos, coletivos e indivíduos necessários à produção e reprodução dos bens imateriais. No caso do patrimônio material, tem-se, ainda, danos parcialmente reversíveis, demandando para isso, a correta gestão desses bens, com ações de conservação, restauro e valorização.

O desastre do rompimento da barragem de Fundão, nomeado como “crime” por muitos dos interlocutores, afetou e permanece afetando bases de produção e reprodução do patrimônio cultural, uma vez que os territórios e lugares de convivência de diversas comunidades foram destruídos de forma parcial ou total. Diante da importância desse patrimônio cultural, como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, como preconiza o IPHAN em escala nacional e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em contexto internacional, caberá corrigir os rumos das ações em andamento, a cargo da Fundação Renova, e construir novos caminhos para a salvaguarda desse patrimônio, compreendido enquanto direito cultural.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Brasileira de Antropologia (ABA). **Código de ética do antropólogo e da antropóloga**. Brasília/DF: 2012. Disponível em: < www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em 15/06/2020.
- AGÊNCIA BRASIL. **Folia de reis é considerada patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais**. Publicado em 06/01/2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-01/folia-de-reis-e-declarada-patrimonio-cultural-imaterial-de-minas-gerais>> Acesso em: 15/06/2020.
- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. Editora Terceiro Nome, 2019.
- ALMEIDA, A. W. B. D. (2011). Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA Edições.
- ARRUTI, J. M. A. (1997). A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, 3(2), 7-38.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BRAGA, Gustavo Bastos; FIUZA, Ana Louise Carvalho; REMOALDO, Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 370-396, Ago 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000200370&lng=en&nrm=iso>. acessado em 18/ 05/ 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Parecer Técnico Nº 318/2017 – SEAP – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais**, 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). LACTEC. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório de Linha-Base: Volume I – Meio Físico**. Curitiba: Lactec, 2017a.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório de Linha-Base: Volume II – Meio Biótico**. Curitiba: Lactec, 2017b.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório de Linha-Base: Resumo Executivo**. Curitiba: Lactec, 2017c.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório Pós-desastre – Grupo 1: Qualidade de água, Águas subterrâneas, Pesca e Ecotoxicologia**. Curitiba: Lactec, 2018a.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório Pós-desastre – Meios Físico e Biótico: Geologia, Solos, Hidrologia e Hidrossedimentologia, Qualidade de sedimentos, Unidades de Conservação, Flora e Fauna**. Curitiba: Lactec, 2018b.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório Consolidado Bens Arqueológicos e Culturais**. Curitiba: Lactec, 2018c.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **1º Relatório Parcial de Resultados**. Curitiba: Lactec, 2018d.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Relatório Metodológico de Valoração Econômica e Identificação de Danos Ambientais – Versão Preliminar**. Curitiba: Lactec, 2018e.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Caracterização Parcial do Rejeito de Mineração do Complexo de Germano**. Curitiba: Lactec, 2018f.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Atualização Linha-Base – Contextualização**. Curitiba: Lactec, 2019a.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Atualização Linha-Base – Ambientes Aquáticos Continentais**. Curitiba: Lactec, 2019b.

- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Atualização Linha-Base – Ambientes Terrestres e Atmosfera**. Curitiba: Lactec, 2019c.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Atualização Linha-Base – Zona Costeira e Marinha**. Curitiba: Lactec, 2019d.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **2º Relatório Parcial de Resultados**. Curitiba: Lactec, 2019e.
- _____. Diagnóstico socioambiental dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão na bacia do rio Doce. **Parecer técnico nº 25 – Avaliação da água bruta e da água para o consumo humano**. Curitiba: Lactec, 2019f.
- BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 18/03/2019.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jul. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio cultural imaterial: para saber mais**. __ Brasília, DF: IPHAN, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermais_web.pdf>. Acesso em 18/02/2019.
- CAMPOS, Y. D. S.. **Os conceitos de lugar e território na composição do Patrimônio Cultural: Quilombos e terras indígenas na Constituição Federal brasileira**. Tempo e Argumento, v. 10, p. 99-114, 2018.
- CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo, 8ª.ed. Ed. 34, 1997
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). **Currulinho dos Paulas**. Belo Horizonte, 23/03/2010. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-69/>. Acesso em: 20/03/2020.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA (CEDEFES). **Quilombo de Areão**. Belo Horizonte, 14/12/2010. Disponível em: <<https://www.cedefes.org.br/quilombo-de-areao/>>. Acesso em: 13/12/2019.
- CLASTRES, Pierre. “Entre Silêncio e Diálogo”. In: **Lévi-Strauss**. L’Arc Documentos. São Paulo: Editora Documentos LTDA, 1968. p. 87-90.
- DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- ESCOBAR, H. Mud tsunami wreaks ecological havoc in Brazil. **Science**, v. 350, n. 6265, p. 1138-1139, 2015.
- ESPINDOLA, H. S.; CAMPOS, R. B. F.; LAMOUNIER, K. C. C.; SILVA, R. S. Desastre da Samarco no Brasil: desafios para a conservação da biodiversidade. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 74-100, 2016.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Être Affecté”. In: **Gradhiva**, n. 8, [1990] 2005.
- FERNANDES, G. W.; GOULART, F. F.; RANIERI, B. D.; COELHO, M. S.; DALES, K.; BOESCHE, N.; BUSTAMANTE, M.; CARVALHO, F. A.; CARVALHO, D.C.; DIRZO, R.; FERNANDES, S.; GALETTI JR, p. M.; MILLAN, V. E. G.; MIELKE, C.; RAMIREZ, J. L.; NEVES, A.; ROGASS, C.; RIBEIRO, S. P.; SCARIOT, A.; SOARES-FILHO, B. Deep into the mud: ecological and socio-economic impacts of the dam breach in Mariana, Brazil. **Natureza & Conservação**, v. 14, n. 2, p. 35-45, 2016.

- FREITAS, C. M.; SILVA, M. A.; MENEZES, F. C. O desastre na barragem de mineração da Samarco: Fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, 25-30, 2016.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Ingresso em terra indígena**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/ingresso-em-terra-indigena>>. Acesso em: 15/06/2020.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.
- GUEDES, Juliana Freitas de Cerqueira. **Análise institucional de prevenção e gestão de desastres de barragens**: contribuições de Camará. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana). Universidade Federal da Bahia. 2011.
- GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbeta).
- GUIA PRÁTICO DE ANTROPOLOGIA** (1973) São Paulo Cultrix, 1973. [*Notes and Queries on Anthropology*, Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland London 1947].
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama Demográfico de Tumiritinga**. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – 2010**: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico – 2018**: Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Laudo técnico preliminar dos impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2016.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**. Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília, DF: Iphan / Ministério da Cultura, 2010.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação Patrimonial: Manual de aplicação**: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). “Congadas de Minas – Congado”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mg/galeria/detalhes/333/> Acesso em: 20/05/2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). “Roda de Capoeira”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66> Acesso em: 20/05/2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Saberes, fazeres, gingas e celebrações**: ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil 2002-2018. Brasília-DF: IPHAN, 2018. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec.pdf>>. Acesso em: 18/01/2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). “Congadas de Minas – Congado”. 2019a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mg/galeria/detalhes/333/>. Acesso em: 20/05/2019.

- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). “**Patrimônio Imaterial – Minas Gerais**”. 2019b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/638>>. Acesso em: 15/06/2020.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). “**Roda de Capoeira**”. 2019c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em: 20/05/2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Capoeira – Cadastro Nacional**. 2020. Disponível em: <<http://www.capoeira.gov.br/>>. Acesso em: 15/06/2020.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, maio 1999.
- LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H.; CREADO, E.; TRIGUEIRO, A.; SILVA, B.; DUARTE, L.; SANTANA, N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). **Relatório de Pesquisa**. Vitória: GEPEDES. 2017. 114 p.
- LIGI, G. **Antropologia dei disastri**. Roma: Editori Laterza, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. “O (velho e bom) caderno de campo”. *Revista Sexta-feira* n. 1, pp.8-12, 1997.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2012.
- MALINOWSKI, B. **A Diary in the Strict Sense of the Word** (em inglês). New York: Harcourt, Brace & World. 1967.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo, abril Cultural (coleção “Os Pensadores”). ([1922] 1978)
- MARCUS, George. “Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”. *Annual Review of Anthropology*, n. 24, 1995.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Mapa de Cobertura Vegetal dos Biomas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/portallbio>>.
- NORA, Pierre. **Les Lieux de Mémoire**. Editions Gallimard, vol. I Paris, 1984.
- O’DWYER, E. C. (2001). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Editora FGV.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 5ª ed., 2011. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/convencao%20169%20portugues_web_292.pdf>. Acesso em: 15/06/2020.
- PINTO-COELHO, R. M. Existe governança das águas no Brasil? Estudo de caso: O rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG). **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico UFMG**, v. 24, n. 1, p. 16-43, 2015.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA. **Primeira apresentação do Projeto Banda na Praça**. 29 de julho de 2017. Disponível em: <<http://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/noticias2/item/263-primeira-apresentacao-do-projeto-banda-na-praca>>. Acesso em 02 jan. 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA. **Serviço Social Autônomo (Servas)**. Folheto de divulgação. S.d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES. **Hidrografia**. Espírito Santo: sítio da Prefeitura Municipal de Linhares, 2019. Disponível em: <<https://linhares.es.gov.br/Hidrografia.htm>>. Acesso em: 11/02/2019.
- PROTOCOLO de consulta do povo Krenak. **Resplendor/MG**: reunião realizada entre 23 de maio e 24 de agosto de 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/protocolo-de-consulta-krenak>>. Acesso em 15/06/2020.
- RAMBOLL. **Relatório Consolidado referente aos trabalhos dos primeiros nove meses de Avaliação dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais**. 609 págs. Dez/2017.

- RAMBOLL. **Monitoramento do Programa 04** – Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de outros Povos e Comunidades Tradicionais. Nov/2019
- REIS, Rogério. Realizado Primeiro Encontro Náutico de Resplendor. Resplendor Possível. 03/07/2007. Disponível em: <http://resplendorepossivel.blogspot.com/2007/07/realizado-primeiro-encontro-nautico-de_03.html> Acesso em: 13/12/2019.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção- 4ª Ed. 2ª reimpressão. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2006
- SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE POLÍTICA URBANA E GESTÃO METROPOLITANA DO GOVERNO DE MINAS GERAIS (SEDRU). **Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG**. Responsável: Grupo da Força-Tarefa. Belo Horizonte, 2016. 287p.
- SILVA, Vagner G. **O antropólogo e sua magia**: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras. São Paulo: Edusp, 2000.
- SILVA, D. L.; FERREIRA, M. C.; SCOTTI, M. R. O maior desastre ambiental brasileiro: de Mariana (MG) a Regência (ES). **Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico UFMG**, v. 24, n. 1, 136-158, 2015.
- STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo, Cosac Naify, 2014.
- UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 17 de outubro de 2003. Traduzida no Brasil em 2006 e disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>
- VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1ª.ed. 1953. 1977.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Ed. Nova Cultural (Col. Os Pensadores – trad.: José Carlos Bruni), 2000.
- ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; TEIXEIRA, R. O. S.; ZUCARELLI, M. C.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, Ana Flávia Moreira. **O desastre da Samarco e a política das afetações**: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e Cultura*, v. 68, p. 36-40, 2016.

GLOSSÁRIO

Adobe: tijolo de barro confeccionado com argila, em forma de paralelepípedo, seco ao sol. Em sua composição se adiciona areia e, por vezes, elementos orgânicos como capim, fibras ou mesmo crina de animais, visando aumentar sua resistência.

Agrocêntrica: remete à visão que privilegia e evidencia a porção emersa ou seca do espaço como referencial no entendimento de processos sociais e históricos, minimizando, portanto, a importância e significação dos compartimentos alagados na interpretação das sociedades e grupos humanos ao longo do tempo (RAMBELLI, 2003).

Ambiência do bem arqueológico: área de entorno necessária à percepção, visualização e compreensão do bem per se, seja pela comunidade, seja por especialistas. No que tange à preservação, a Carta de Brasília evidencia que “A proteção ao entorno do bem cultural é ampla, englobando aspectos tais como a visibilidade, perspectiva, harmonia, integração, altura, emolduração, iluminação, ou seja, a própria ambiência do bem” (AMBRAMPA/ BRASIL (MP), 2006).

Âmbula: “Cálice dourado internamente, com tampa, encimado por uma pequena cruz. Serve para conservar e distribuir as hóstias consagradas durante a cerimônia. Também pode ser denominada de cibório” (FABRINO, 2012, p. 111).

Andor: estrutura ou estrado feito em madeira ou metal, utilizado para transporte de imagens ou relíquias, nas procissões.

Annales: ou Escola dos Anais, movimento iniciado nas primeiras décadas do século XX, na França, voltado à reflexão e construção de uma História mais abrangente em termos teóricos, metodológicos e temáticos, mediante a utilização de novas fontes, instrumentos de pesquisa, e interpretação, contrastando com a História tradicional de base positivista predominante à época, calcada na narrativa dos grandes feitos, personagens e datas marcantes.

Antiplástico: são os elementos que atuam na argila de modo a alterar suas propriedades físico-químicas, tornando-a mais ou menos maleável e compondo uma pasta mais rígida (SHEPARD, 1956), ou ainda, o antiplástico pode ser entendido como uma “*matéria introduzida, intencionalmente ou não, na pasta para conseguir condições técnicas propícias a uma boa secagem e cocção, como cacos triturados, areia fina, quartzo, conchas, cauxi, cariapé, osso, etc.*” (CHMYZ, 1966, p. 20).

Antropologia do Desastre: subcampo da Antropologia dedicado ao levantamento e análise dos modos como os grupos sociais lidam com a noção de risco local, expresso na importância histórica, cultural e afetiva do vínculo que a comunidade lega ao próprio ambiente quando significa exposição e gravíssimo perigo. Igualmente se dedica esse subcampo de estudos à compreensão de como os afetados por diferentes formas de desastres (provocados por condições naturais, fatores antrópicos, etc.) respondem e lidam com o processo de reconstrução e recuperação frente aos impactos sociais, econômicos e pessoais em curto, médio e longo alcance (LIGI, 2009 apud GUEDES, 2011).

Arco Cruzeiro: “o arco do cruzeiro” delimita a passagem da nave para a capela-mor, onde capela-mor representa o espaço de máxima importância dentro da sacralidade do culto católico, cabendo ao arco cruzeiro o papel de separação simbólica entre o mundano (nave) e o sagrado (capela-mor) (FABRINO, 2012, p. 36).

Arqueologia Colaborativa: em termos gerais, a Arqueologia Colaborativa se apresenta como uma prática arqueológica que visa *estabelecer a colaboração e o envolvimento de diferentes coletivos nas questões relativas à pesquisa e gestão do patrimônio cultural* (SILVA et al 2011, p.37; SILVA, 2009; 2012; 2013; 2015; MARSHALL, 2002; MERRIMAN, 2004; TULLY, 2007).

Arquitetura vernacular: é uma forma de construção que usa materiais locais, algumas técnicas tradicionais, tipologias regionais e adequada ao ambiente. Por exemplo: construções de taipa (pau-a-pique), de adobe, madeira, pedras, bambu, telhado de palha, entre outros (CORONA & LEMOS: 1989).

Arraial: Termo utilizado originalmente em Portugal para nomear acampamentos militares ou feiras e quermesses. O termo adotado em solo colonial luso americano, a partir do século XVII, remetia a

pousos e roças abertas pelos colonos e sertanistas ao longo dos caminhos, sendo utilizado posteriormente para nominar povoados surgidos e consolidados a partir do avanço da economia mineradora.

Art-Déco: estilo arquitetônico caracterizado por formas geométricas simples, predomínio da linha reta, adornos com figuras zoomorfas e humanas estilizadas, vitrais coloridos, uso da pedra e ferro como elementos construtivos. Surgido na Europa no primeiro quartel do século, foi introduzido no Brasil poucos anos mais tarde, sendo observável tanto em moradia como em edifícios de uso público como escolas, repartições, etc.

Baldrame: alicerce de alvenaria, utilizado em fundação contínua. Suas dimensões dependem das condições do terreno (topografia e composição), e da natureza da edificação a ser erguida no local.

Barroco: estilo arquitetônico surgido na Europa no século XVII, em contraposição ao Renascimento. Presente na arquitetura brasileira, sobretudo em edificações de função religiosa, ganhou ampla expressão no decorrer do século XVIII em território.

Bem arqueológico: Reconhecido como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216. Os bens de natureza material de valor arqueológico (móveis ou imóveis) são protegidos pela Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados bens patrimoniais da União (CNSA/IPHAN, 2020; BRASIL, 1961).

Bens Imateriais: de acordo com o Iphan, “os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).” (GUEDES; MAIO, 2016; IPHAN, 2006).

Bicame: estruturas de pedra utilizadas para condução de água rumo as frentes de lavra, bastante comuns em áreas de garimpo.

Biofilme: película protetora gerada a partir da colonização por organismos incrustantes em estruturas introduzidas no ambiente marinho (casco metálicos, madeira, dentre outros), contribuindo para a redução do processo de degradação de naufrágios, por ex (FOX-SKELLY, 2017; GARRIDO et al, 2015; MOYA SORDO, 2012; MUGGE et al, 2019; SANTOS, 2012).

Bioindicadores: testemunhos do passado, inclusos ou presentes nos sedimentos e registro arqueológico, que contribuem na compreensão de mudanças ambientais e comportamentos culturais (GRANJA, 2014). São assim elementos do meio físico-biótico dotados de alguma expressão locacional para os sistemas regionais de povoamento, marcando locais de assentamentos antigos (MORAIS, 2000).

Casario: “Série ou aglomeração de casas”. (PRIBERAM, 2008-2020, verbete “casario”).

Celebração: refere-se a rituais e festas de caráter comemorativo e extraordinários em relação à vida cotidiana, realizados em territórios específicos e relacionados principalmente à vivência coletiva e religiosa. Constituindo parte do Patrimônio Cultural Imaterial de uma comunidade. Tais rituais e festas, tanto pelo seu caráter extraordinário no tempo social, marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social (BRASIL, 2000; IPHAN, 2006; 2018).

Comunidade (encontros comunitários/laços comunitários): Coletivo humano que compartilha modos de vida, valores e memórias, cujos laços e vínculos são estabelecidos por um sentimento de pertencimento. Este sentimento é construído de forma processual e relacional, seja pela residência em uma mesma área geográfica ou pela realização de atividades rotineiras e extraordinárias relevantes para determinado grupo social (DORTIER, 2010).

Cultura material: dimensão material da cultura. São as coisas, materiais produzidos, utilizados e descartados por um determinado grupo ou comunidade, constituindo igualmente, a um só tempo produto e vetor de relações sociais.

Cumeeira: Aresta superior do telhado, também denominada cumeada.

Custódia: “Peça do culto católico, geralmente em metal (prata), de grande trabalho ornamental. É destinada à exposição do Santíssimo Sacramento (hóstia consagrada). Tem a forma de um aro circular

de ouro ou prata, guarnecido de raios e fechado por um vidro de ambos os lados, formando a luneta, onde é colocada a hóstia consagrada. Possui em seu interior uma pequena peça de ouro ou de prata, em forma de lua crescente, denominada Lúnula, que prende a hóstia consagrada à custódia. É utilizada para exposição, bênção e procissão do Santíssimo Sacramento. A peça é encimada por uma cruz e assenta-se sobre um pedestal. O mesmo que OSTENSÓRIO” (FABRINO, 2012, p. 122).

Debitagem: Técnicas de percussão relacionadas à produção de artefatos líticos. A matéria debitada em qualquer número de fracionamentos efetuados é denominada de produto de debitagem (TIXIER, 1980, p. 40, apud NUNES, 2008). Por vezes, autores utilizam o termo como sinônimo de lascamento (ver MORAIS, 1983, p. 13).

Diacrônia: no presente estudo, entende-se enquanto as transformações de um mesmo espaço ou da mesma paisagem ocorridas através dos tempos.

Distrito: “Unidade administrativa de um município. Sua criação, desmembramento ou fusão depende de lei municipal, que deve observar a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual. Os distritos podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas sub-distritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica” (IBGE, verbete “Distrito”, 2010).

Eclétismo: Movimento arquitetônico surgido na Europa no final do século XVIII e predominante até o início do século XX, retomando e utilizando elementos e estilos do passado. Dentre as principais características da arquitetura eclética tem-se a simetria, o uso de ornamentos com colunas, flores, além da introdução do aço nos sistemas estruturais.

Ecofatos: são evidências observáveis na paisagem de um bem arqueológico em decorrência da atividade humana tais como cortes no terreno, cavas, monturos de sedimentos, dentre outros. Também definidos como vestígios do meio ambiente e restos dos animais associados a atividades humanas (FUNARI, 2003, pag. 13-14).

Êmico: de acordo com Dunnell (2007, pag. 76), do ponto de vista arqueológico em um contexto de classificação, a análise corresponderia ao ético e a classificação ao êmico. Entretanto, Silva (2009, pag. 133) chama atenção para o fato de que só através de uma aproximação com a abordagem antropológica de pesquisa de campo, torna-se possível reconhecer as categorias êmicas. Finalmente, têm-se, ainda, o entendimento de Tom Miller Junior, cuja concepção de estudo êmico era caracterizado por um estudo das unidades estruturais, cada uma em contraste com unidades semelhantes no mesmo nível estrutural, dentro de um sistema sociocultural (MILLER JUNIOR, 2019, pg. 37).

Engobo ou engobe: caldo de argila ou argilas escolhidas para revestir a cerâmica e esconder-lhe o fundo (BRANCANTE, 1981).

Esteio: “Peça alongada, disposta na vertical, utilizada como elemento estrutural na sustentação de paredes, tetos, pisos e telhados. Em geral o termo refere-se à peça de madeira. Pode ficar aparente na construção ou ser revestido. Pode ser feito com peça roliça, quadrangular, retangular ou chanfrada” (...) “nas edificações em taipa-de-mão, os esteios formam com os baldrames e os frechais a estrutura da construção” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 1, p. 240).

Estrutura: “Conjunto dos elementos estruturais da edificação, responsável pela estabilidade do edifício. Comumente pilares, vigas e lajes fazem parte da estrutura de um prédio em concreto armado. Os esteios, os barrotes e o vigamento do telhado em geral fazem parte da estrutura de uma construção de madeira” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 1, p. 243). Termo igualmente utilizado em arqueologia para denominação de evidências em profundidade, apresentando maior coesão e visibilidade no registro arqueológico como estruturas de combustão (restos de fogueira), estruturas de descarte de lixo doméstico, estruturas de lascamento, e assim por diante.

Etnografia: Método específico da Antropologia com base no trabalho de campo (observação participante, entrevistas, etc.), compilação desses dados em sucessivos níveis de escrita (caderno de campo, relatos) e análise dos eixos temáticos recorrentes (relatório final) (cf. DORTIER, 2010).

Fitomorfismos: Ornatos com motivos naturalistas, reproduzindo as formas de flores, plantas e frutas (FABRINO, 2012, p. 11).

Formas de Expressão: manifestações de performances culturais associadas a determinados grupos sociais e constitutivas da cultura, memória e identidade locais, constituindo parte de seu Patrimônio Cultural Imaterial. São exemplos das formas de expressão das comunidades as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, produzidas por coletividades e que tenham transmissão geracional de seus saberes e práticas (BRASIL, 2000; IPHAN, 2006; 2018).

Frechal: “1 Nos madeiramentos de telhado, viga de madeira disposta em geral na horizontal, apoiada diretamente sobre a alvenaria. Serve de apoio aos caibros na prumada da construção e, algumas vezes, também a outras peças do vigamento. Comumente, as peças do madeiramento, principalmente pernas, rincões e espigões, se engastam no frechal. 2. Em construções de taipa, viga de madeira disposta no sentido horizontal, situada na parte superior do esqueleto. Compõe, juntamente com baldrames e esteios, a estrutura principal do prédio. Pode ficar aparente ou ser revestido” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 1, p. 274).

Freguesia: território onde vivem os fregueses, ou fiéis, de uma igreja. Durante o período colonial sobrepunha-se à divisão política dos municípios, que eram subdivididos em freguesias, bem como assim se dividiam as dioceses, onde comandavam os bispos. Muitas vezes correspondem aos espaços das paróquias, havendo, porém, nas freguesias também curatos para serviços religiosos em povoações pequenas e sem autonomia política (FONSECA, 2011).

Frontão: “Decoração que remata o topo de um edifício, vão ou elemento arquitetônico. Todo motivo ornamental que arremata no ápice de um conjunto. Parte superior ou remate de uma determinada construção, retábulo ou chafariz, geralmente ornado. Espécie de empena que serve para coroar a parte central do frontispício de uma igreja, quase sempre trabalhada e encimada por uma cruz. O termo também é utilizado para nominar a parte superior de um retábulo” (FABRINO, 2012, p. 49).

Gaiola: Estrutura de madeira que recebe as vedações de taipa, permitindo a estabilidade do sistema construtivo.

Grupiara: termo amplamente utilizado no período colonial que remete às técnicas de mineração adotadas para extração de metais preciosos em encostas.

Identidade: expressão social de determinado coletivo humano elaborada de forma situacional e relacional a partir de diferentes sinais diacríticos definidos por suas histórias, crenças e modo de vida (DORTIER, 2010).

In situ: local de deposição original do bem arqueológico; quando nada é retirado do lugar para avaliação. Por exemplo: manter a estrutura ou evidências in situ.

Isóbata: termo náutico, que designa linha imaginária que une todos os pontos com uma mesma profundidade.

Lindeiro: “Que está no limite de um espaço ou confina com um espaço. Contíguo, limítrofe” (PRIBERAM, verbete “lindeiro”, 2008-2020).

Localidade: recorte territorial de diferentes escalas que forma uma unidade analítica, mas que não se limita às definições normativas ou administrativas (cf. AGIER, 2019).

Lugares: espaços e territórios associados aos modos de vida de determinados grupos sociais, e referenciais para suas práticas culturais, memórias, identidades e afetos. São por exemplo, os mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Mapa afetivo: cartografia realizada pelos pesquisadores juntamente com a população local, que indica os seus espaços de vivência e demais características de ocupação do solo e dos edifícios segundo sua percepção e conhecimento.

Matriz arqueológica: “Alguns ambientes sedimentares podem conter evidências de ocupações humanas do passado, compondo com elas algum tipo de registro arqueológico. Neste caso, o pacote adquire

o estatuto de matriz arqueológica, proporcionando o contexto que mantém as assinaturas físicas e químicas de natureza antrópica. A ausência dessa matriz, todavia, não desqualifica um registro arqueológico como tal, embora o limite das respostas de cunho estratigráfico. De fato, registros arqueológicos diretamente depositados sobre substratos rochosos compõem agregados de objetos potencialmente sujeitos à contínua redeposição, posto que desprovidos da matriz sedimentar arqueológica que serviria de conexão entre seus elementos. O padrão de assentamento desenhado na maior parte do território brasileiro demonstra que, em seus respectivos contextos primários, a maior parte dos remanescentes arqueológicos de caçadores-coletores foi capeada por sedimentos aluviais (sítios de terraço), assim com os registros de agricultores indígenas o foram por sedimentos coluviais (sítios colinares). Solos residuais, resultantes de decomposição de rocha *in situ*, tendem a manter objetos arqueológicos em superfície” (MORAIS, 2006; BASTOS e SOUZA, 2010).

Memória: (espaços de referência de memória) Conjunto de narrativas de experiências individuais e coletivas compartilhado entre membros de determinados grupos sociais. As localidades marcantes para os indivíduos e os grupos sociais se tornam espaços de referência de memória, dado se tornarem lugares onde as práticas culturais são reproduzidas no curso de gerações, tornando-se assim marcos para a comunidade (DORTIER, 2010). Compreende-se que o lugar também pode ser concebido enquanto memória, pois com a mobilidade de uma comunidade, o lugar se torna recordação que continua a agregar sentimentos e práticas sociais (SANTOS, 2006 apud STANISKI; KUNDLATSCH; PIREHOWSKI, 2014).

Mitra: “Espécie de chapéu de forma cônica, aberto na parte superior, com duas fitas anexadas na parte inferior. Usados apenas pelos bispos, arcebispos, cardeais, abades. Por ser uma vestimenta de autoridades eclesiásticas, geralmente possui ricos bordados a fios de ouro e pode ter pedras preciosas e semipreciosas fixadas em sua superfície. Também é usada como atributo dos santos bispos e papas” (FABRINO, 2012, p. 130).

Modos de vida: conjuntos de comportamentos, hábitos, normas, rotinas e práticas associados a determinados grupos sociais (BRAGA; FIUZA; REMOALDO, 2017).

Mundéu: termo utilizado no garimpo colonial, referente aos reservatórios formados para a lavagem do ouro, no local que se desejava explorar.

Muro de arrimo: Construção maciça de alvenaria de pedra ou outros materiais, visando à contenção do empuxo de terrenos em declive, permitindo ações de correção e regularização.

Muxarabi: “Balcão ou avarandado fechado por anteparos ou vedos formados por treliças de fasquias cruzadas. Permite visão do interior do prédio para o exterior, sem possibilitar visualização contrária, do exterior para o interior. Permite ainda ventilação interna. É um elemento marcante da influência da arquitetura árabe em Portugal e Espanha, que foi introduzido no Brasil colonial. Até o início do século XIX, quando é proibida sua utilização nas casas urbanas, foi amplamente empregado nas construções de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2, p. 404).

Narrativas: relatos e histórias dos interlocutores da pesquisa que detalham as relações estabelecidas entre os diversos atores e agentes (humanos e não humanos) envolvidos no fenômeno analisado, explicitando acontecimentos relevantes, bem como aspectos identitários, crenças, ritos, mitos, práticas culturais, localidades e modos de vida (DORTIER, 2010).

Nave: Espaço livre no interior das igrejas destinado à assistência dos fiéis durante rituais religiosos, abrangendo a área desde o pórtico até a capela-mor. É comum igrejas de maior porte possuírem três naves: uma central ou principal e as respectivas colaterais.

Naveta: “Pequeno vaso elaborado geralmente em prata, composto de pé, coluna e um recipiente reproduzindo a forma de nau, caravela, galera, barco ou a estes se assemelhando. Destinada a conter o incenso em grãos, que é retirado com uma colher e colocado sobre as brasas no turíbulo, para ser queimado durante a cerimônia do culto católico” (FABRINO, 2012, p. 130).

Neoclássico: Estilo arquitetônico inspirado na arquitetura greco-romana, predominante na Europa entre meados do século XVIII e primeira metade do século XIX. Representou uma reação em resposta aos excessos formais e decorativos lançados pelo barroco tardio e rococó. Caracteriza-se pelo emprego de

formas geométricas puras, ênfase nos contornos sem quebras de unidade volumétrica, sobriedade, estudo metuculoso de proporções e uso das ordens clássicas. No Brasil foi implantado com a chegada da missão artística francesa no Rio de Janeiro no início do século XX” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol.2, p. 407).

Ofícios, saberes e modos de fazer: técnicas e conhecimentos tradicionais desenvolvidas por atores locais reconhecidos como conhecedores de atividades (como produção de objetos e prestação de serviços) por um grupo social, constituindo parte de seu Patrimônio Cultural Imaterial (BRAYNER, 2007).

Panejamento: Termo usado para se referir ao conjunto das roupas das imagens sacras (FABRINO, 2012, p. 69).

Paróquia colativa: “Eram todas as paróquias criadas e sustentadas pela Coroa portuguesa no período colonial. O sacerdote, para exercer o ministério nestas paróquias, passava por um concurso organizado pela diocese. Já, as paróquias encomendadas eram criadas pelos próprios bispos. Nelas os padres viviam das pequenas ofertas dos fiéis” (CASTRO, 2011, p. 51).

Partido: conjunto de diretrizes adotadas num projeto arquitetônico, expresso na concepção formal e linhas adotadas na obra a ser construída. “Em geral, diz respeito à distribuição das massas construídas no terreno em que será implantado o edifício, aos volumes das edificações, à proporção entre cheios e vazios, aos principais materiais e técnicas construtivas a serem empregados na construção. O partido adotado é usualmente consequência do programa arquitetônico, das condições do terreno em que será implantado o edifício, do clima, dos materiais e técnicas disponíveis na região, dos recursos para a obra, da legislação para a área, do entorno e da intenção plástica do arquiteto. Chama-se partido horizontal aquele em que predominam as circulações horizontais, e partido vertical, aquele em que predominam as circulações verticais” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2, p. 438).

Patrimônio Cultural Imaterial: Subdivisão do conceito de Patrimônio Cultural que engloba as “referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações” (VIANNA, 2016). Usa-se, também o termo “patrimônio intangível” como termo sinônimo para sua designação. São exemplos do patrimônio cultural imaterial as seguintes tipologias de bens: celebrações, formas de expressão, lugares, ofícios, saberes e modos de fazer.

Pau-a-pique: sistema construtivo envolvendo o uso de madeira e barro, amplamente adotado em construções populares em todo o território brasileiro desde os primórdios da colonização lusitana, encontrando lastro tanto na arquitetura indígena, como na africana. Por vezes denominada taipa de mão ou sopapo.

Percolação: quando material ou substância migra e se infiltra nas sucessivas camadas de solo.

Perfilagem sísmica contínua: Método sísmico que utiliza fontes acústicas com sinais de frequências inferiores a 10KHz, e que penetram na superfície de fundo, possibilitando a identificando a espessura das camadas sedimentares acumuladas (SOUZA; TESSLER, 2010).

Pesquisa Antropológica: investigações e análises realizadas com base no conhecimento (teorias, conceitos e métodos) produzido pela ciência antropológica.

Platibanda: “Elemento vazado ou cheio disposto no alto de fachadas, coroando a parede externa do prédio, formando uma espécie de mureta que esconde as águas dos telhados e eventualmente serve de proteção em terraços. Em geral, é utilizada para dar acabamento decorativo à fachada da construção” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2, p. 485).

Poita: peso morto que serve para fundear embarcação.

Práticas culturais: determinadas atividades, ações e manifestações relacionadas aos modos de vida e identidades culturais de diferentes coletivos humanos. As narrativas, saberes e modos de fazer que as compõem podem ser transmitidos entre gerações, parentes e conhecidos (VIANNA, 2016).

Prospecção: ação desenvolvida para a identificação de um sítio arqueológico ou estudo de detalhamento de um sítio arqueológico conhecido, envolvendo caminhamentos extensivos orientados por

meio de GPS ou bússola, ou de forma oportunística (ARAUJO, 2001, pag. 271) As prospecções num sentido mais amplo são pautadas em critérios previamente definidos, a exemplo de características e aspectos geomorfológicos e pedológicos, além de informações provenientes de narrativas das populações locais e/ou referências escritas e iconográficas (CARVALHO, 2007, p. 61-62).

Púlpito: Balcão elevado do piso, disposto frequentemente em uma das faces da nave central da igreja, destinado às pregações e aos sermões por parte do celebrante.

Quadras de raspagem: tipo de intervenção arqueológica que visa localizar e evidenciar vestígios arqueológicos em contato com o solo/rejeito/mistura, através da retirada cuidadosa do solo com ferramentas manuais leves, constituindo uma adaptação do método de decapagem tradicionalmente adotado para a evidenciação de níveis de ocupação e estruturas “in loco” presentes em subsuperfície.

Retábulo: “Elemento ornamental em talha ou pedra lavrada disposto junto à parede por trás do altar em igrejas, constituindo-se uma espécie de nicho ou recanto adornado”. Seu remate ou coroamento tem forma arqueada. Uma igreja pode ter um ou mais retábulos de acordo com o número de altares que possua (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2, p. 545).

Rótula: “Painel móvel ou fixo formado por grade feita de reixas cruzadas, usado na vedação de portas, janelas, postigos, sacadas e alpendres. Possibilita que o interior do prédio tenha ventilação, protegendo-o do sol, e impossibilita a visão do interior pelo exterior. No Brasil colonial foi comum o uso de rótulas nas casas (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2 p. 552).

Sigizia: Fenômeno em que a Lua e do Sol estão no mesmo alinhamento, em períodos de lua nova e lua cheia, fazendo com que as marés atinjam maior amplitude. Dessa forma, as marés altas são maiores e as marés baixas são menores. Essa condição provoca as chamadas “marés de águas vivas” (CHERQUES, 1999; PRIBERAM, verbete “sizígia”, 2008-2020).

Sítio Arqueológico: Existem inúmeras definições teóricas na literatura (WILLEY; PHILLIPS, 1958; MENESES, 1984; ORTON, 200; BICHO, 2006, SILVA, 2009, dentre outras). Para o presente diagnóstico de danos foi adotada a definição constante da Portaria Iphan nº 316, de 4 de novembro de 2019, a qual estabelece em seu Capítulo I, Disposições Gerais, Art. 2 que “Sítio Arqueológico é o local onde se encontram vestígios resultantes de atividades humanas, do período pré-colonial ou histórico, localizados em superfície, subsuperfície ou submersos, passível de contextualização arqueológica”.

Sítio Histórico de Interesse Histórico e Artístico (SIAHA): Conceito tomado às Normas de Quito, documento elaborado em novembro/dezembro de 1967, durante a Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo em vista o panorama de transformação de áreas de poucos recursos econômicos dos países da América Latina. Aplicado no presente estudo para classificação de bens arqueológicos com cronologia posterior à 1900, notadamente em situações cuja categorização do bem em sítio arqueológico poderia implicar em restrição de seus usos.

Sítio multicomponencial: categoria de sítio arqueológico que apresenta uma sequência de ocupações superpostas, por exemplo: um local ocupado por caçadores-coletores indígenas no período pré-colonial, reocupado por mineradores no período colonial, e assim por diante (CNSA/IPHAN, 2020).

Sociedade de pequena escala: denominação atual (cf. VELHO, 1997) para comunidades tradicionais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas, etc.) cuja vida cotidiana transcorre em espaços de pequena dimensão, possibilitando o contato interpessoal direto e o compartilhamento de recursos econômicos e simbólicos. Não é sinônimo de “sociedade simples” ou isolada; por ocasião de determinados rituais coletivos seus membros entram em contato.

Solo/rejeito/mistura: denominação adotada no presente diagnóstico para designar o composto de solos tecnogênicos (rejeitos minerais) e demais materiais a ele agregados oriundos do rompimento da barragem de Fundão conduzidos para a calha dos rios até o oceano, entrando em contato com bens arqueológicos de diversas formas, intensidades e temporalidades.

Sondagem: perfurações que têm como foco o entendimento da estratificação do sítio, assim como as tradagens. No entanto, as sondagens apresentam, via de regra, maior dimensão (0,5/1m²), buscando localizar evidências e o entendimento em torno do comportamento das camadas que compõem o registro arqueológico. Costumam apresentar forma quadrangular, e profundidades bastante variadas, de acordo com a necessidade da investigação e segurança dos pesquisadores.

Tacaniça: “Originariamente, peça componente dos madeiramentos do telhado que vai da extremidade da cumeeira ao ponto de encontra entre dois frechais, limitando por um lado uma água de telhado triangular. Atualmente é mais frequentemente chamada espigão” (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2, p. 586).

Taipa de pilão: Vedação erguida por meio de taipais, ou seja, mediante o emprego de fôrmas de madeira que servem de caixa para a deposição e apiloamento do barro em camadas, restando ao final do processo paredes maciças de largura considerável. Essa técnica foi utilizada nas construções coloniais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná e, sobretudo, São Paulo.

Tradagem: intervenção de subsuperfície realizada mediante o uso de cavadeiras articuladas do tipo “boca de lobo”, realizada para a identificação de evidências em profundidade, e delimitação de sítios e estruturas arqueológicas. Apresentam, via de regra, diâmetro de 30 a 50 centímetros e profundidades variadas, de acordo com o comportamento estratigráfico presente no bem em estudo.

Tradição arqueológica Tupiguarani: termo cunhado na década de 1950 pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), para designar achados arqueológicos passíveis de associação a grupos indígenas da família linguística Tupi-guarani (notadamente artefatos cerâmicos) Essa classificação é utilizada nos dias atuais no Brasil e países vizinhos como Argentina, Paraguai e Uruguai (CORREA, 2014; DIAS e PANACHUCK, 2008).

Transdisciplinaridade: inter-relação entre diferentes saberes que, ao final, abolem a existência das disciplinas e estabelecem uma forma de compreensão holística, totalizante de um determinado fenômeno.

Turíbulo: “O mesmo que incensório. Recipiente em metal, geralmente prata, contendo carvão em brasa, onde se queima incenso nos serviços religiosos. É suspenso por correntes pelas quais um acólito o faz oscilar para ativar as brasas do carvão e aumentar a nuvem de incenso” (FABRINO, 2012, p. 138).

Unidade de Escavação: Designação usualmente utilizada para locais alvo de intervenção arqueológica em sítios históricos e áreas urbanas visando a exposição e registro de estruturas de natureza e morfologias distintas (camadas de aterramento, alicerces, baldrames, bolsões de lixo).

Vedação: elemento construtivo de vedação ou divisão de ambientes (paredes).

Verga: Peça disposta horizontalmente sobre o vão de portas ou janelas para garantir sua sustentação. “Dependendo da forma do vão, pode ser reta ou curva”. Em antigas edificações era frequentemente feita em pedra ou madeira, ficando aparente nas alvenarias. Sua forma modificou-se através do tempo. Até meados do século XVIII, a maioria das edificações possuía verga reta. Aos poucos, foi se tornando encurvada (ALBERNAZ e LIMA, 1998, vol. 2, p. 655).

Volumetria: “Conjunto das dimensões que determinam o volume de uma construção, dos agregados, da terra retirada ou colocada no terreno” (COLÉGIO DE ARQUITETOS, 2009).



www.institutoslactec.org.br

CONTATO

Leonardo Pussieldi Bastos
Divisão de Meio Ambiente
T + 55 (41) 3361-6882
leonardo.bastos@lactec.org.br